

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
DORIEDSON DO SOCORRO RODRIGUES

**SABERES SOCIAIS E LUTA DE CLASSES:
UM ESTUDO A PARTIR DA COLÔNIA DE
PESCADORES ARTESANAIS Z-16 – CAMETÁ/PARÁ**

BELÉM-PA
2012

DORIEDSON DO SOCORRO RODRIGUES

**SABERES SOCIAIS E LUTA DE CLASSES:
UM ESTUDO A PARTIR DA COLÔNIA DE
PESCADORES ARTESANAIS Z-16 – CAMETÁ/PARÁ**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação do Instituto de Ciências da Educação da Universidade Federal do Pará, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Ronaldo Marcos de Lima Araujo.

**BELÉM-PA
2012**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP) –
Biblioteca Profª Elcy Rodrigues Lacerda / Instituto de Ciências da Educação / UFPA, Belém-PA

Rodrigues, Doriedson do Socorro.

Saberes sociais e luta de classes: um estudo a partir da colônia de pescadores artesanais Z-16 – Cametá/Pará; orientador, Prof. Dr. Ronaldo Marcos de Lima Araujo. – 2012.

Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Belém, 2012.

1. Conflito social – Cametá (PA). 2. Educação e Estado – Cametá (PA). 3. Colônia de pescadores – Cametá (PA). I. Título.

CDD - 22. ed.: 305.5098115

DORIEDSON DO SOCORRO RODRIGUES

**SABERES SOCIAIS E LUTA DE CLASSES:
UM ESTUDO A PARTIR DA COLÔNIA DE
PESCADORES ARTESANAIS Z-16 – CAMETÁ/PARÁ**

Esta tese foi julgada adequada à obtenção do título de
Doutor em Educação e aprovada em sua forma final
pelo Curso de Doutorado em Educação da Universidade
Federal do Pará.

Belém, 07 de março de 2012.

Professor e orientador Ronaldo Marcos de Lima Araujo, Dr.
Universidade Federal do Pará

Profa. Maria Clara Bueno Fischer, Dra. (Avaliador Externo)
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Profa. Lucília Regina de Souza Machado, Dra. (Avaliador Externo)
Centro Universitário UNA – Belo Horizonte

Profa. Terezinha Fátima Andrade Monteiro dos Santos, Dra. (Avaliador Interno)
Universidade Federal do Pará

Prof. Gilmar Pereira da Silva, Dr. (Avaliador Interno)
Universidade Federal do Pará

Profa. Ney Cristina Monteiro de Oliveira, Dra. (Suplente – Avaliador Interno)
Universidade Federal do Pará

A Maria dos Anjos Rodrigues, que nascera nos rios da Amazônia, tivera o cotidiano reconfigurado pela dura realidade, mas nunca perdera o cuidado-afeto de mãe, estando aqui, nesta feitura-socialização, os olhos lacrimejariam (*in memoriam*).

A Bel, minha Isabel-esposa-companheira, aos nossos meninos, Marcus e Lucas, e à nossa menina, a Mariana. Sei muito mais hoje porque dedicamos as produções à família. Grato.

Ao meu irmão, o Dorielson Rodrigues, pela admiração que anima e compromete mais ainda.

Aos pescadores ligados à Z-16, que, com suas materialidades, nos permitiram compreender a relação capital e trabalho por meio dos saberes sociais e da luta de classe.

Tanta amada-gente a dedicar que no coletivo o faço, na sempre gratidão pela partilha de cada um que me constrói a vida.

AGRADECIMENTOS

A Maria Isabel Batista Rodrigues, que foi crucial para a feitura-apresentação deste trabalho. Sem seu companheirismo, impossível militar na pesquisa, nos estudos, nas análises. Muito lhe devo, minha querida companheira-esposa.

Sem menos importância estão meus agradecimentos aos nossos meninos, Marcus e Lucas, e à nossa menina, Mariana, para os quais o fechamento da tese sempre fora uma ansiedade manifesta nos olhares, na necessidade da presença nem sempre presente.

Meus mais que imensos agradecimentos ao meu querido orientador Ronaldo Marcos de Lima Araujo, porque querido é e porque, na minha formação doutoral, me encaminhou para além da tese, fazendo-me sujeito de afetividade e de vida coletiva. Humano, exigente — esperando não menos —, amigo construído ao longo desses anos. Muito grato, meu orientador-amigo, por também me ter oportunizado ir enfrentando um mundo diferente do meu sempre amado mundo interiorano.

Muito grato ao GEPTTE — Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho e Educação, que possibilita a formação, o companheirismo, a afetividade e um sempre montão de amigos, que nos festejam os natais, os juninos, as tarefas-dadas-tarefas-cumpridas em nossos seminários, os estudos, os debates, os encontros, as tristezas-alegrias, incluindo nossa família nessa família.

Grato também ao colega de trabalho, mas muito mais que isso, Gilmar Pereira da Silva, pela condução amável no processo de compreensão da realidade tocantina. Entre o homem e a linguagem estão o trabalho, as contradições, as lutas de classe. Meu adorável amigo.

Gratidão também ao professor Orlando Cassique, que me encaminhou na vida acadêmica, fazendo-me leitor para além da linguagem em sua história de formação científica. Grato pelo apoio na condução no doutorado. Para além do professor-amigo, uma também materialidade paterna construída ao longo dos anos.

Meus agradecimentos também à professora Josenilda Maués, pela também condução no doutoramento nos ditos-interditos das interações.

Não menos importante também faço meus agradecimentos à professora Regina Cruz, pela também formação científica, nesse processo que nos constitui sujeitos da ciência.

Muito grato ao Programa de Pós-Graduação em Educação, pela oportunidade de formação, pela seriedade e pelo compromisso com os sujeitos da Amazônia, mas também para além dela. Na pessoa de professora Terezinha Fátima Andrade Monteiro dos Santos,

educadora e incentivadora também de minha formação, faço meus agradecimentos a todos os demais docentes.

Grato aos colegas dessa primeira turma de doutorado do PPGED, pelas interlocuções, debates e socialização de experiências.

Agradecimentos também a Auxiliadora Maués de Lima Araujo, por auxiliadora ser e também companheira nas angústias da feitura-formação doutoral. No encadeamento da formação, para além da colega, ganhei a amiga, num sempre “vamos que vamos!”, tendo tudo valido a pena, porque nossas almas não são pequenas.

Agradecimentos sinceros também aos pescadores artesanais ligados à Colônia Z-16, em especial aos entrevistados, que me possibilitaram por suas vozes compreender as polifonias das lutas, das contradições que constituem os pescadores como um ser social. Grato à presidência da entidade, pela participação no processo metodológico, possibilitando a confiança no interior das relações entre o pesquisador e os pescadores, em suas diferenças e similitudes.

Muito grato ao professor José Domingos Fernandes Barra, docente da UFPA, filho de pescador, que também se constituiu grande guia nas interações entre a pesquisa e os pescadores, estreitando e possibilitando relações.

Ao meu também querido Campus Universitário do Tocantins/Cametá, que me formou e, no exercício do trabalho, oportunizou, e oportuniza, o diálogo científico-humano para viver a gestão e a formação doutoral em concomitância-irmã, numa opção de vida. Agradecimento também estendido aos colegas da Faculdade de Linguagem, pela confiança e companheirismo nas solidões necessárias para que o escrito nasça, e ao corpo técnico dessa nossa querida unidade da UFPA, sem o que a gestão e a formação não se coadunariam.

A Jadson Gonçalves, conterrâneo, colega de turma, também meus agradecimentos. Seus ditos-interditos, muito importantes nessa formação.

A Magdayana e Rosiane, pela sempre ajuda na audição das entrevistas. Muito grato.

Se a memória me falha, não me falha a certeza de que muitos agradecimentos estão por serem expressos, para o que tomo a amplitude das palavras para um muito obrigado a cada pessoa que me constitui a história de vida, a formação, a gente que me construo no cotidiano de minha existência. Grato.

*Um galo sozinho não tece a manhã:
ele precisará sempre de outros galos.*

*De um que apanhe esse grito que ele
e o lance a outro: de um outro galo
que apanhe o grito que um galo antes
e o lance a outro; e de outros galos
que com muitos outros galos se cruzam
os fios de sol de seus gritos de galo
para que a manhã, desde uma tela tênue,
se vá tecendo, entre todos os galos.*

*E se encorpando em tela, entre todos,
se erguendo tenda, onde entrem todos, no toldo
(a manhã) que plana livre de armação.*

*A manhã, toldo de um tecido tão aéreo
que, tecido, se eleva por si: luz balão.*

(Tecendo a Manhã, de João Cabral de Melo Neto)

RESUMO

Esta tese aborda a relação entre saberes sociais e luta de classes, analisando-se a atuação daqueles como elementos potencializadores de uma consciência de classe para si. Trata-se de uma pesquisa de cunho qualitativa, do tipo estudo de caso, junto a pescadores artesanais ligados à entidade representativa, a Colônia Z-16, sediada no município de Cametá, nordeste do Pará, Amazônia, Brasil. Para o levantamento de dados, fez-se uso de entrevista semiestruturada e aberta, de análise documental e de observação participante, tratando-se as falas dos informantes por meio da análise de conteúdo. Com o aporte teórico da pesquisa consubstanciado por Marx (2008), Gramsci (1987, 1988, 2006), Lukács (2003), Grzybowski (1986), Kosik (2002), Marx e Engels (2006, 2007), dentre outros, realizaram-se análises que atestaram serem os saberes sociais oriundos das relações sociopolíticas vivenciadas por esses trabalhadores, resultantes de um processo dialético de significação/ressignificação de habilidades, conhecimentos, valores e atitudes, objetivados a partir das contradições decorrentes das lutas travadas por esses trabalhadores contra as oligarquias locais, presentes no município cametaense, e os impactos negativos da construção da Hidrelétrica de Tucuruí. Também foram constatados novos processos de produção de saberes, sob influência do sociometabolismo do capital, impactando os modos tradicionais de existência dos pescadores, impondo-lhes a necessidade de requalificação profissional e, conseqüentemente, redimensionamento dos saberes relacionados ao mundo do trabalho que desenvolvem. Dialeticamente, estão a conviver com saberes eivados por interesses de mercado, como as sociabilidades produtivas relacionadas ao empreendedorismo e ao cooperativismo, embora os pescadores estejam, contraditoriamente, a objetivar princípios de socialização de riqueza produzidas em suas comunidades e a defender processos formativos que lhes abarquem os interesses de classe, de coesão identitária, além de pleitearem avançar para a ocupação de posições políticas no interior da sociedade civil, visando à construção de um Estado moldado e gestado por seus interesses. Os saberes sociais produzidos pelos pescadores configuram-se como elementos potencializadores de uma consciência de classe para si, ao lhes possibilitarem a organização política, como os saberes do trabalho relacionados à contestação da realidade e à atuação política. Tais saberes, contudo, encontram-se numa relação de negação-afirmação de si próprios, diante das contradições vivenciadas pelos pescadores em sua interface com as ações do capital na região.

Palavras-chave: Saberes sociais; classe social; consciência de classe; saberes de pescadores.

RÉSUMÉ

Cette thèse a pour but d'analyser les rapports entre les savoirs sociaux et la lutte des classes sociales, à partir de la performance de ces éléments comme porteurs d'une conscience de classe à soi-même. Il s'agit d'une recherche qualitative, à la façon d'une étude de cas, avec les pêcheurs liés à l'entité qui les représente, la *Colônia de pescadores artesanais Z-16*, situé à Cametá, nord-est de Pará, Amazonie, au Brésil. La collecte des données s'est faite sous la forme d'entrevues individuelles ouvertes et semi-structurées, mais aussi à travers l'analyse documentaire et l'observation participante, dont nous avons pris les déclarations des informateurs qui ont été envisagées sous les orientations de l'analyse de contenu. Par rapport au cadre théorique qui supporte cette recherche, nous avons utilisé les travaux de Marx (2008), Gramsci (1987, 1988, 2006), Lukács (2003), Grzybowski (1986), Kosik (2002), Marx et Engels (2006, 2007), entre autres. Ces travaux ont conduit les analyses à propos des savoirs sociaux issus des relations socio-politiques vécues par ces travailleurs à la suite d'un processus dialectique de la signification et redéfinition des compétences, des connaissances, des valeurs et des attitudes, objectivés par les contradictions issues des luttes menées par les pêcheurs contre les oligarchies locales, présentes à Cametá et les effets négatifs de la construction de l'Usine hydro-électrique de Tucuruí. Nous avons également trouvés de nouveaux processus de production de connaissances, sous l'influence du socio-métabolisme du capital, qui a impacté les modes de vie traditionnels de pêcheurs, en les imposant le besoin d'une requalification professionnelle et donc le redimensionnement des connaissances liées au monde du travail qu'ils font. Dialectiquement, ces travailleurs vivent avec des connaissances imprégnés par les intérêts du marché, comme les sociabilités productives liées à l'entrepreneuriat et au coopérativisme, bien que les pêcheurs visent, paradoxalement, à des principes de socialisation de la richesse produite dans leurs communautés, mais aussi à soutenir des processus de formation qui englobent les intérêts de classe et de cohésion identitaire, avec l'objectif de réussir à l'occupation de postes politiques au sein de la société civile, pour construire un État façonné par leurs intérêts. Les savoirs sociaux produits par les pêcheurs apparaissent comme des éléments potentialisateurs d'une conscience de classe à lui-même, au moment où ils favorisent leur organisation politique, telles les connaissances des travaux liés à la contestation de la réalité et à l'action politique. Ces savoirs, cependant, sont dans une relation de négation-affirmation d'eux-mêmes, compte tenu des contradictions rencontrées par les pêcheurs dans son interface avec les actions du capital dans la région.

Mots-clés : Savoirs sociaux, classe sociale, conscience de classe, savoirs des pêcheurs.

ABSTRACT

This thesis aims to analyze the relationship between social knowledge and social class struggle, from the action of these elements as potencializadores of a class consciousness for you. Is a qualitative research, case studies, with fishermen related to entity who represents, the *Colônia de pescadores artesanais Z-16*, located in the city of Cametá in the northeast of Pará, Amazon, Brazil. Data collection was done in the form of open interviews and semi-structured, but also through document review and comment, the accounts of informants were analyzed from the content. The theoretical framework of this research used the works of Marx (2008), Gramsci (1987, 1988, 2006), Lukács (2003), Grzybowski (1986), Kosík (2002), Marx and Engels (2006, 2007), among others. Assuming such work, we conduct analyses showed that the socio-political relations are social knowledge experienced by these workers, through a dialectical process of signification and redefinition of skills, knowledge, values and attitudes, arising from contradictions born in the struggles fought by these fishermen against the local oligarchies, present in Cametá and the negative effects of the construction of the Tucuruí Dam. We have also found new processes for the production of knowledge, under the influence of socio-metabolism capital, which has impacted the traditional forms of fishermen's life imposes on them the need for retraining and resizing of knowledge related to the world of work of which they are a part. Dialectically, these workers live with impregnated by the interests of the market knowledge, such as sociability and entrepreneurship-related productive cooperatives, although these fishermen are, paradoxically, seeking principles of socialization of wealth produced in their communities, but also to support the processes of training that includes the interests of class cohesion and identity, with the goal of successful occupation of political positions of civil society to build a State shaped by their interests. The social knowledge produced by fishermen appear as elements a enhancers class consciousness itself, at the time when they promote their political organization, such as knowledge of the work related to the challenge of reality and political action. Such knowledge, however, are in a relationship of negation-affirmation of themselves in front of the contradictions experienced by fishermen in their interface with the stock of capital in the region.

Keywords: Social knowledge social class, class consciousness, knowledge of fishermen.

LISTA DE QUADROS

Quadro 01	– Síntese sobre a categoria saberes sociais	80
Quadro 02	– Roteiro de interação decorrente da entrevista	116
Quadro 03	– Demonstrativo de tratamento de dados sob a lógica da análise de conteúdo	128
Quadro 04	– Demonstrativo de comparação entre falas de entrevistados	129
Quadro 05	– Modelo de representação de inferências de unidades de conteúdo e unidades de registro	134
Quadro 06	– Indicadores de análise	136

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APAMUC	Associação dos Pescadores do Município de Cametá
BASA	Banco da Amazônia S/A
CEBs	Comunidades Eclesiais de Bases
COOPAC	Cooperativa de Empreendimentos Autogestora de Cametá
CUT	Central Única dos Trabalhadores
ELETRONORTE	Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A
FEPa	Federação Paraense de Pescadores do Pará
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IDEAS	Instituto de Desenvolvimento, Educação Ambiental e Social
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
PT	Partido dos Trabalhadores
STR	Sindicato dos Trabalhadores Rurais
SUDEPE	Superintendência do Desenvolvimento da Pesca
UFPA	Universidade Federal do Pará
Z-16	Colônia de Pescadores Artesanais de Cametá Z-16

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
O PROBLEMA	18
A HIPÓTESE	19
AS QUESTÕES NORTEADORAS	20
OS OBJETIVOS	20
A METODOLOGIA	21
O <i>LOCUS</i> DA PESQUISA	22
AS CONTRADIÇÕES NA HISTORICIDADE CAMETAENSE	24
A HISTORICIDADE NA COLÔNIA Z-16	31
A ESTRUTURA DA EXPOSIÇÃO	32
CAPÍTULO I – DOS SABERES SOCIAIS	37
1.1 SABERES SOCIAIS: BASES CONCEITUAIS	37
1.1.1 O saber e o conhecimento	37
1.1.2 Sobre o conceito de saberes sociais	40
1.1.2.1 Sobre a natureza social do saber social	45
1.1.2.2 A instrumentalidade do saber: da relação entre saber e poder	50
1.1.3 Saberes sociais e perspectiva de análise	52
1.1.4 Trabalho e saberes sociais: elementos da práxis humana	53
1.1.4.1 Saberes sociais e a filosofia da práxis	61
1.1.4.1.1 Saberes sociais e práxis social	63
1.2 SABERES SOCIAIS E CONCEPÇÕES FILOSÓFICAS EM SUA CONFIGURAÇÃO: O PRAGMATISMO E A PRÁXIS REVOLUCIONÁRIA	66
1.2.1 Saberes sociais e saberes tácitos: entre o pragmático-revolucionário e o pragmático	67
1.2.2 Saberes sociais na perspectiva do pragmatismo	69
1.2.3 Saberes sociais como elementos da práxis revolucionária	71
1.3 SABERES SOCIAIS E ORGANIZAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA	73
1.3.1 Saberes sociais e movimentos sociais	73
1.3.2 Consciência de classe e saberes sociais	77
1.4 OS SABERES SOCIAIS E O OBJETO DE PESQUISA	79
CAPÍTULO II – SOBRE CLASSES E LUTA DE CLASSES	83
2.1 CLASSES E LUTAS DE CLASSES	83
2.1.1 A sociedade de classes	84

2.1.1.1 Classes sociais: o domínio ou não da propriedade, a percepção da opressão, a luta de classes	86
2.2 LUTAS DE CLASSE E SUAS INTERFACES COM HEGEMONIA E CONSCIÊNCIA DE CLASSE	91
2.3 TRABALHADORES, BURGUESES, INTERESSES E ORGANIZAÇÃO	97
2.4 OS SABERES, A CONSCIÊNCIA DE CLASSE E A ORGANIZAÇÃO POLÍTICA CONTRA-HEGEMÔNICA	102
CAPÍTULO III – SUBSÍDIOS METODOLÓGICOS PARA TRATAMENTO E ANÁLISE DE DADOS	105
3.1 AS RELAÇÕES MATERIAIS EM QUE VIVEM OS HOMENS COMO NORTE DE INVESTIGAÇÃO	106
3.2 SABERES SOCIAIS E LUTA DE CLASSES: UMA PESQUISA QUALITATIVA	107
3.3 SABERES SOCIAIS E LUTA DE CLASSES: INVESTIGAÇÃO QUALITATIVA DO TIPO <i>ESTUDO DE CASO</i>	112
3.4 ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS/ABERTAS NA COLÔNIA DE PESCADORES Z-16 DE CAMETÁ	114
3.5 OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE E A QUESTÃO SABERES SOCIAIS E LUTA DE CLASSES	120
3.6 O TRATAMENTO DOS DADOS: OS PROCEDIMENTOS DA ANÁLISE DE CONTEÚDO	125
CAPÍTULO IV – SABERES DO TRABALHO & CONHECIMENTO: A EXPERIÊNCIA DE TRABALHO E A IDENTIDADE DOS PESCADORES	139
4.1 A RELAÇÃO ENTRE TRABALHO E IDENTIDADE NO COTIDIANO DOS PESCADORES: OS CONHECIMENTOS DO OFÍCIO DE PESCADOR	140
4.2 OS CONHECIMENTOS RESULTANTES DO OFÍCIO DE PESCADOR: DA MATERIALIDADE DO TRABALHO À CONTESTAÇÃO DA REALIDADE	144
4.2.1 O trabalho e a constituição do ser social pescador	144
4.2.2 Conhecimento: unidade teórico-prática resultante do processo de trabalho dos pescadores	148
4.2.3 Para além da identidade do pescador: a contestação da realidade e a consciência de classe	151
4.3 A EDUCAÇÃO E O PESCADOR: IDENTIDADE E NEGAÇÃO	156
4.3.1 O Processo de produção-formação do pescador e a materialidade de vida	156
4.4 SINTETIZANDO OS SABERES	171
CAPÍTULO V – SABERES DA ORGANIZAÇÃO E DA GESTÃO DO TRABALHO DOS PESCADORES	172
5.1 O COTIDIANO DOS PESCADORES E A GESTÃO DE SUAS ATIVIDADES	173
5.1.1 Gestão, relações familiares, festivas e de trabalho: bases de organização política	173
5.1.2 Saberes e auto-organização dos pescadores	180

5.1.3 Saberes e processos de mercantilização na gestão: o empreendedorismo	186
5.1.3.1 A gestão de criação de peixes	191
5.1.3.2 A dialética do cooperativismo e os saberes dos pescadores	197
5.2 DOS SABERES SOBRE ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DOS PESCADORES, ALGUMAS CONSIDERAÇÕES	216
CAPÍTULO VI – O CAPITAL: IMPLICAÇÕES NO COTIDIANO DOS PESCADORES E NA CONFIGURAÇÃO DE SEUS SABERES	218
6.1 A HIDRELÉTRICA DE TUCURUÍ E SEUS EFEITOS SOBRE A REALIDADE DE VIDA DOS PESCADORES: SABERES CONSTATATIVOS E SABERES PERFORMATIVOS	219
6.2 A LUTA DE CONTRÁRIOS NA CONFIGURAÇÃO DE SABERES DOS PESCADORES: EMANCIPAÇÃO E SUBMISSÃO	224
6.3 O TRABALHO PRECARIZADO E A CONFIGURAÇÃO DE SABERES DO TRABALHO	229
6.4 A REESTRUTURAÇÃO AMBIENTAL E O SABER PRESERVACIONISTA	239
6.4.1 As contradições do saber preservacionista a partir dos Acordos de Pesca	239
6.5 DA HIDRELÉTRICA À ORGANIZAÇÃO DOS PESCADORES: SABERES EM DISPUTA	249
6.5.1 Pobreza, exclusão social e ressignificação de saberes: pontos para uma organização política dos pescadores	249
6.6 SINTETIZANDO AS REFLEXÕES: O CAPITAL E SUAS IMPLICAÇÕES ENTRE OS PESCADORES	254
CAPÍTULO VII – O ESTADO E AS POLÍTICAS NA COLÔNIA Z-16: RECONFIGURAÇÃO DE SABERES E LUTA DE CLASSE	256
7.1 O ESTADO EM OPOSIÇÃO À COLÔNIA: DA NEGAÇÃO PARA A AFIRMAÇÃO	256
7.2 ESTADO E COLÔNIA DE PESCADORES: RESSIGNIFICAÇÃO E LUTA DE CONTRÁRIOS	266
7.3 AS RELAÇÕES ENTRE ESTADO E COLÔNIA E SUAS TESSITURAS HISTÓRICAS	274
7.4 SINTETIZANDO A DISCUSSÃO: O ESTADO, A COLÔNIA E OS SABERES	288
CONCLUSÃO	290
REFERÊNCIAS	308
APÊNDICE A – Quadro identitário dos entrevistados	314
APÊNDICE B – Questões norteadoras para as entrevistas	317
ANEXO A – Estatuto da Colônia de Pescadores Artesanais Z-16 de Cameté	318
ANEXO B – “Resumo do Relatório da Pesquisa Participativa realizada pelo Grupos (sic) de Base do MAB no município de Cameté – Setor Médio – no período de fevereiro a março de 2006”	327
ANEXO C – Estatuto Social da Cooperativa de Empreendimentos Autogestora de Cameté	328

INTRODUÇÃO

A presente tese aborda a relação entre saberes sociais e luta de classes no interior da Colônia de Pescadores Artisanais Z-16, sediada no município de Cametá, Estado do Pará, tendo desempenhado papel importante na definição dessa investigação a vivência acadêmica e cotidiana por nós experienciada no interior desse município, permeada pelo contato com ribeirinhos¹ e agricultores. Essas vivências não se chocam; explicam-se.

A entrada, em 1993, na vida acadêmica por meio do Curso de Letras sediado em um dos campi da Universidade Federal do Pará (UFPA) no interior da Amazônia, o Campus Universitário do Tocantins/Cametá, possibilitou-nos maior compreensão da materialidade histórica, tanto pessoal² quanto coletivamente, dos demais homens e mulheres que constituem a realidade cametaense: em meio a uma imensidão de rios e florestas, há pobreza e opressão político-social, com aproveitamento do amazônida cametaense, não raras vezes, tão somente como elemento necessário às eleições que sustentam as oligarquias locais.^{3 4}

Nos anos de 1994 e 1995, como bolsista de Iniciação Científica da UFPA, inserimo-nos mais detidamente no cotidiano de homens e mulheres do município de Cametá, mais especificamente dos agricultores remanescentes de quatro comunidades quilombolas: Mola, Tomásia, Laguinho e Juaba.⁵ Vivenciamos o dia a dia desses povoados, observando o

¹ Trata-se de homens e mulheres que habitam as ilhas, furos, igarapés e vilas ao longo do rio Tocantins, o qual banha o município de Cametá.

² A genitora deste escrevente nascera em uma das ilhas do rio Tocantins, no município de Cametá. Filha de pescadores, cedo foi morar na sede do município, em *casa de família*, numa referência à residência de pessoas de posse no município. Tal vinda decorria de dificuldades econômicas, falta de políticas públicas de saúde e educação voltadas para os ribeirinhos, por exemplo. Longe das ações efetivas do Estado, cabia ao homem e à mulher amazônidas se voltarem para a zona urbana do município na pretensa crença de melhoria de vida. Entretanto, no dizer de Carvalho (1998, p. 61), “A cidade cresceu consideravelmente em termos de população, mas não se desenvolveu social e economicamente em nenhum de seus segmentos. Não conta com um planejamento, organização, coordenação, direção, controle socioeconômico e cultural, (*sic*) destinados a melhorar as condições de vida da população através de políticas sociais e que ao menos as questões fundamentais básicas ao crescimento e desenvolvimento socioeconômico do município como: o que? quando/onde? para que? Ninguém (*sic*) se preocupa com estas indagações”.

³ Carvalho (1998, p. 33) concebe o termo *oligarquia* como: “[...] governo de poucas pessoas, predomínio de uma facção ou grupo na direção dos negócios públicos”. Compartilhamos com a autora tal definição, ressaltando que o termo não se aplica à possibilidade de a sociedade civil organizada, na perspectiva gramsciana, atuar também na direção da *res publica*. Na concepção adotada pela autora, o vocábulo denuncia criticamente o exercício do poder público por “pequenos grupos”, dotados de poder econômico, que legislam em seus interesses, objetivando a manutenção de uma hegemonia opressora e “sugadora” da classe trabalhadora.

⁴ Sousa (2002), ao tratar do sistema de crédito conhecido como *aviamento*, salienta que no município de Cametá vem-se impondo, desde o século XIX, um conjunto de relações sociais em que o trabalhador, não raras vezes, tem servido tão somente aos interesses das oligarquias locais. Corrobora tal compreensão o trabalho de Carvalho (1998) ao discutir política e exclusão social nesse município, mostrando que as oligarquias fortalecem-se do povo, deste fazendo uso político, restando-lhe tão somente “precária condição socioeconômica” e “alto índice de pobreza e exclusão social” (Ibidem, p. 73).

⁵ Segundo Pinto (2004, p. 44-45), em Cametá, no distrito de Juaba, “[...] foi formado, na segunda metade do século XVIII, o quilombo do Mola, um dos mais importantes focos de resistência negra da região do Tocantins”,

seu trabalho, os seus saberes culturais e as relações político-sociais travadas entre homens e mulheres, entre comunidade e poder público (cf. RODRIGUES, D., 2004).

Nesse período estudávamos especificamente um tipo de saber, o linguístico, mas sem perder de vista dimensão sociológica, entendendo-se, por exemplo, que, no interior do capitalismo, esses povoados são exemplo do resultado da exploração do homem pelo homem,⁶ que cria guetos de miséria onde o Estado, não raras vezes, se abstém de atuar com propriedade. A esse respeito, eis o que relata D. Rodrigues (2004, p. 261-262; 264):

Já nos três primeiros meses de trabalho de campo verificamos a extrema pobreza em que as mesmas se encontravam.

No Mola, por exemplo, as crianças não estudavam devido não haver, naquele período, prédio escolar, tampouco professor. A comunidade sobrevivia praticamente da produção da farinha de mandioca: o caboclo trabalhava a semana toda para, no domingo, na Vila de Juaba, vender o seu um ou dois alqueires de farinha, por um preço ínfimo, que mal dava para o sustento da família na semana seguinte.

[...]

Na Tomásia, contemplamos crianças sem uma alimentação adequada (quando havia), embora o povo fosse extremamente trabalhador.

[...]

Podemos dizer que as quatro comunidades encontravam-se, naquele período, em total desprezo governamental.

Em moldes marxianos, essa fração da classe trabalhadora de remanescência quilombola era consumida pelas engrenagens do capital, silenciada em suas necessidades e estigmatizada de múltiplas formas, quer pela cor, quer pela pobreza ou linguagem. Desta forma, o saber que produziam em termos de traços languageiros, dentre outros, não interessava ao capital, cabendo à escola não os reconhecer como instrumento de uso, privando os sujeitos dessa região de se manifestarem por meio de uma materialidade linguística historicamente determinada.⁷

a partir do qual outros miniquilombos (como o da localidade de Laguinho e o de Tomásia) vieram a se constituir, em decorrência de fatores como “[...] defesa e crescimento demográfico [...]”, além da ameaça da reescravidão. De acordo com D. Rodrigues (2004, p. 264), Juaba, em sua origem, não funcionara como um quilombo, mas como um “[...] centro de compra e venda de produtos para os demais povoados [...], tais como os de Mola, Laguinho e Tomásia. Entretanto, posteriormente, sua população passou a ser constituída por membros das comunidades quilombolas vizinhas, o que a tem levado a também se denominar remanescente de quilombo.

⁶ A expressão “exploração do homem pelo homem” encontra-se presente nos escritos marxianos, como na introdução de *A Ideologia Alemã* (MARX & ENGELS, 2007), denotando a situação de uma minoria de homens constituírem-se parasita do trabalho de outros homens, objetivando a sempre obtenção do lucro.

⁷ Segundo Bourdieu e Passeron (1992), a escola cumpre, no interior da lógica capitalista, uma função de manutenção da ordem vigente, constituindo-se, em decorrência de sua própria origem burguesa, reprodutora dos ideais capitalistas. Entretanto, numa concepção gramsciana de realidade, acreditamos que ela pode atuar contra-hegemonicamente na perspectiva da classe trabalhadora, como salienta Arroyo (2002, p. 90) ao discutir “O Direito do Trabalhador à Educação”. Segundo esse autor, “A burguesia parece perceber que se o *locus* do educativo para ela esteve na prática social e produtiva, para a nova classe, os trabalhadores, está também aí o *locus* onde se educam, onde se sabem, constroem sua identidade coletiva e constroem um saber social contra-hegêmico”.

Diante disso e partindo-se da premissa marxiana de que o capital busca de todas as formas dominar o trabalhador,⁸ fazendo-o aceitar como seus os pensamentos daquele, não se poderia perder de vista que o silenciar do capital linguístico-cultural dos trabalhadores, como o dos remanescentes de quilombos de Cametá, implicava necessariamente a destituição de elementos que os fortalecessem enquanto fração de classe, impondo-lhes uma homogeneização linguageira, via escola, e que em nada contribuía para a diminuição das desigualdades sociais a que estavam mergulhados, senão fortalecimento do capital por meio do fomento de uma pretensa consciência comum.

Todavia, já nesse período nos chamava a atenção certa resistência desses sujeitos diante dos avanços do capital. Ou seja, mesmo a escola imprimindo valores burgueses, via saberes instituídos como necessários ao aprendizado escolar, notava-se, por parte dos remanescentes dos quilombos de Cametá, a intensificação de alguns saberes linguísticos como que fortalecendo o sentimento de classe, de comunidade,⁹ como que lhes possibilitando unidade para os embates político-sociais necessários para atendimento de suas necessidades pelo poder público local. Esboçava-se, portanto, como um embrião de projeto de pesquisa, a reflexão acerca da disputa de saberes entre os trabalhadores e o capital.

Ainda na década de noventa do século passado, ampliamos nossa participação em pesquisas e atividades de extensão para além das comunidades quilombolas, chegando aos movimentos sociais, como o Sindicato de Trabalhadores Rurais de Cametá e a Colônia de Pescadores Artesanais de Cametá, a Z-16. No primeiro, o contato deu-se por meio de nossa inserção nos movimentos político-sociais desenvolvidos pelo sindicato, ainda numa condição de observador. Atentava-se, então, para a capacidade organizativa desse sindicato,

⁸ Marx & Engels (2007, p. 78) já salientavam tal situação em “A Ideologia Alemã”: “Os indivíduos que formam a classe dominante possuem, entre outras coisas, também uma consciência e, por conseguinte, pensam; uma vez que dominam como classe e determinam todo o âmbito de um tempo histórico, é evidente que o façam em toda a sua amplitude e, como consequência, também dominem como pensadores, como produtores de ideias, que controlem a produção e a distribuição das ideias de sua época, e que suas ideias sejam, por conseguinte, as ideias dominantes de um tempo”.

⁹ As produções materiais humanas, dentre as quais se encontram as linguageiras, servem como marcas de identidade e afirmação de classe diante do capital. Labov (2008, p. 48), estudando práticas linguageiras na ilha de Martha’s Vineyard, Estados Unidos, observou que seus falantes mantinham aspectos peculiares de linguagem, frente à invasão econômica da ilha por veranistas, os quais iam se apropriando de suas terras e de seu modo de vida: “Aqueles que acreditam que a ilha lhes pertence de verdade, os descendentes das antigas famílias, têm de dar duro para segurar a barra. Os veranistas, que ganharam muito dinheiro nas cidades grandes, estão comprando a ilha toda. [...] Essa transição gradual da dependência em relação aos veranistas para a submissão total a eles tem produzido reações que variam desde um desprezo ferozmente defensivo até os planos entusiastas de incrementar a economia turística. O estudo dos dados mostra que a alta centralização de (ay) e (aw) está intimamente correlacionada a expressões de grande resistência às incursões dos veranistas”. O fato é que a negação dos saberes dos trabalhadores cumpre função estratégica para manutenção da ordem, contra o que a classe trabalhadora se insurge para ver seus avanços “[...] na formação do saber, da cultura e da identidade de classe [...]” reconhecidos, demarcando seus interesses, posição política de classe (ARROYO, 2002, p. 78).

mobilizando trabalhadores para obtenção, por exemplo, de crédito junto ao Banco da Amazônia,¹⁰ bem como para a formação política de seus filiados por meio de suas assembleias deliberativas. Quanto ao segundo, a nossa participação transcendia a observação, chegando-se a fazer parte de projetos de formação,¹¹ atentando-se também para a organização política de seus membros nos embates com o poder público por melhorias na qualidade de vida dos ribeirinhos.

O PROBLEMA

Essa participação em pesquisas, atividades de extensão e de ensino possibilitou a construção de uma base histórico-política para a elaboração do *problema* que consubstanciou a presente pesquisa, a saber:

Como os trabalhadores, representados em sua fração de classe pelos pescadores artesanais do município de Cametá, ligados à entidade representativa a Colônia Z-16, constroem ou reconfiguram saberes sociais como fomentadores de uma possível consciência de classe para si na relação de disputa de hegemonia político-econômico-ideológica com o capital, representado na região por meio das oligarquias locais e da Hidrelétrica de Tucuruí.

Para o tratamento desse problema, os saberes que analisamos são considerados sociais por resultarem em conhecimentos que expressam a visão de mundo e de relações sociais, bem como o tipo de sociedade e de desenvolvimento para ela concebido, as formas de organização, a participação e a comunicação elaborados pela classe trabalhadora como respostas alternativas às contradições impostas pelo capital, conforme discutiremos no primeiro capítulo deste trabalho.

Quanto à categoria hegemonia, compreendemo-la apoiados em Gramsci (2006), como o processo de disputa que as classes sociais travam no cotidiano das relações societárias, objetivando a materialização de seus projetos de homem, de sociedade, para o que

¹⁰ De acordo com Sousa (2002, p. 19), “Ainda no início da década de 1990, os trabalhadores rurais do Pará iniciavam um processo de mobilização a fim de garantir a conquista do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO). Os trabalhadores rurais da região Tocantina desempenharam um papel importante nesse processo de luta pela conquista de crédito. Somente do município de Cametá chegaram a embarcar para Belém seiscentos trabalhadores rurais para acamparem em frente ao Banco da Amazônia S.A. — BASA e negociarem a liberação do crédito para mini e pequenos produtores rurais”.

¹¹ Em 1995, quando ainda na graduação em Letras do Campus da UFPA em Cametá, fomos convidados pelo Instituto de Desenvolvimento Educação Ambiental e Social (IDEAS) para ministrar um curso de produção de textos oficiais, como atas, ofícios, memorandos, etc., para a Colônia de Pescadores Z-16. Esse curso objetivava dar condições para que a entidade pudesse interagir burocraticamente com o Estado e com outras instituições por meio de documentos oficiais.

mobilizam saberes com o intuito de assegurarem seus posicionamentos como os realmente necessários para o “bem” coletivo, o que pressupõe, a partir da lógica do capital, a criação de um sistema de valores, conhecimentos, atitudes e habilidades voltados para a manutenção do *status quo* de dominação, no sentido de continuar com as condições adequadas para a obtenção permanente da mais-valia.

Por outro lado, partimos da compreensão de que os trabalhadores também constroem e/ou até reconfiguram valores, habilidades, estratégias e conhecimentos no contexto de construção de um projeto societário contra-hegemônico, voltado inicialmente para a resolução de problemas que lhes afetam o cotidiano, mas que tende a se expandir para a materialização de uma sociedade que não tome a extração da mais-valia como princípio e objetivação de sua existência.

É sob a ótica dos trabalhadores da pesca em Cametá, organizados em sua entidade representativa de classe, a Z-16, que analisamos a configuração de saberes sociais como objetos de luta de classes e possíveis instauradores de uma consciência de classe em si diante das demandas do capital.

Entendemos, assim, que esses saberes, oriundos das relações sociopolíticas vivenciadas por esses trabalhadores, resultam de um processo dialético de significação e/ou ressignificação de habilidades, conhecimentos, valores e atitudes objetivados a partir das contradições decorrentes das lutas travadas por esses trabalhadores contra as oligarquias locais e, por extensão, em oposição também aos imperativos da construção da Hidrelétrica de Tucuruí.

A HIPÓTESE

Partimos do pressuposto de que:

Os trabalhadores da pesca artesanal de Cametá, ao longo dos anos, sofreram um processo de intensificação de exclusão social, decorrente dos impactos de modelos econômicos pautados, inicialmente, no extrativismo de produtos da região, como a borracha, o cacau, a pimenta-do-reino e, recentemente, na produção mínero-energética, o que acabara por criar as condições para que os mesmos percebessem na organização política uma saída para se contrapor à lógica de pauperização do trabalhador, muito contribuindo para isso a elaboração ou reconfiguração de saberes sociais enquanto elementos constituidores de uma consciência de classe para si em oposição à materialidade

de vida desencadeada pelas oligarquias locais e pela Hidrelétrica de Tucuruí, tomados como “gerentes” do capital na região.

A partir desse pressuposto, tomamos como **hipótese de trabalho** que os saberes sociais vêm atuando como elementos intensificadores de uma consciência de classe para si entre os pescadores artesanais ligados à Z-16, possibilitando-lhes a reestruturação da identidade e do processo organizativo de classe frente às ações do capital na região onde vivenciam suas práticas.

AS QUESTÕES NORTEADORAS

Como **questões norteadoras** desta pesquisa, indagamo-nos:

1. Como ocorreu o processo de organização política dos trabalhadores da pesca artesanal de Cametá a partir da Z-16 e que saberes sociais foram sendo materializados ao longo desse processo?
2. Enquanto representação de classe, como se configura a atuação político-social dos pescadores, por meio da Z-16, no interior da lógica capitalista?
3. Que saberes sociais foram e/ou vêm sendo construídos pelos pescadores para assegurarem seus interesses enquanto representação de classe por meio da Z-16?
4. Como se dá o jogo dialético entre os saberes sociais propugnados pelos pescadores da Z-16 para o atendimento de seus interesses de representação de classe e a oposição a esses saberes pelas oligarquias locais e pelo capital?
5. Como atuam os saberes sociais na constituição de uma unidade em torno da tomada de consciência de classe para si entre os pescadores ligados à Z-16?

OS OBJETIVOS

A partir dessas indagações, propusemos como **objetivo geral** da pesquisa analisar os saberes sociais construídos e/ou ressignificados pelos pescadores ao longo de seu processo histórico, a partir da entidade representativa de classe, a Colônia de Pescadores Artesanais Z-16, como elementos de disputa hegemônica e instauradores de uma consciência de classe para si, considerando-lhes a oposição por meio das ações das oligarquias locais e dos impactos da Hidrelétrica de Tucuruí, aqui entendidos como representantes dos tentáculos do capital na região.

De um modo *específico*, objetivamos:

1. Analisar os saberes sociais construídos pelos pescadores durante o processo histórico de sua organização política por meio da entidade de classe, a Z-16;
2. Compreender o processo de luta de classe desenvolvido pelos pescadores artesanais de Cametá a partir das contradições produzidas pelo capital;
3. Analisar a construção e/ou resignificação de saberes sociais decorrentes da materialidade histórica produzida pelos pescadores artesanais de Cametá, como elementos potencializados da luta de classes e da consciência de classe para si empreendidas por estes a partir de sua entidade organizativa, a Z-16;
4. Compreender o jogo dialético que se dá na negação ou afirmação de saberes sociais no interior das lutas empreendidas pelos pescadores em oposição às oligarquias locais e à construção da Hidrelétrica de Tucuruí, a partir da entidade representativa de classe, a Z-16;
5. Analisar os saberes sociais enquanto elementos de construção de unidade em torno da concepção de classe para si entre os pescadores artesanais ligados à Z-16.

A METODOLOGIA

Metodologicamente, a presente investigação configura-se como qualitativa, do tipo estudo de caso, articulando-se teoria e empiria a fim de se apreender a essência do real, conforme discussão presente no Capítulo III.

Como *pesquisa qualitativa*, buscamos “[...] compreender o processo mediante o qual as pessoas constroem significados e descrever em que consistem estes mesmos significados” (BOGDAN & BIKLEN, 1994, p. 70) em termos de *saberes sociais* e *lutas de classes* na colônia de pescadores em estudo, a partir do ponto de vista da realidade concreta (cf. KOSIK, 2002).

Tomamos o *estudo de caso* como um tipo de pesquisa qualitativa que “[...] consiste na observação detalhada de um contexto, ou indivíduo, de uma única fonte de documentos ou de um acontecimento específico” (MERRIAM, 1988, p. 25 apud BOGDAN & BIKLEN, 1994, p. 89), revelando características qualitativas como a consideração da relação “significado e contexto”, o caráter “descritivo”, a “observação empírica”, a “imersão no conteúdo dos sujeitos pesquisados”, conforme aprofundamento de discussão no terceiro capítulo.

Ao estudarmos a relação entre *saberes sociais* e *luta de classes*, a partir da Colônia de Pescadores Artesanais Z-16 de Cametá, estamos gerando um conhecimento mais concreto e contextualizado, porque pautado na realidade político-social vivida por pescadores organizados numa entidade representativa dessa fração de classe, diferentemente de uma investigação alicerçada numa lógica formal e abstrata que pressupõe “[...] apresentação de proposições que nem sempre surgem da verificação do real concreto” (SALOMON, 2006, p.331).

Além do mais, o conhecimento gerado a partir deste estudo de caso tende a permitir a elaboração de parâmetros para se compreender ações político-sociais, em termos de *saberes sociais* e *luta de classes*, de outros segmentos da classe trabalhadora que apresentem semelhanças em termos de referências de lutas como a dos pescadores artesanais de Cametá.

Por outro lado, numa época em que se tem desenvolvido a tese da obsolescência da centralidade do trabalho já não havendo mais sociedade de luta de classes, defendemos que o presente trabalho corrobora conhecimentos que advogam o contrário, enquadrando-se naquilo que André (2008) chama de generalizações decorrentes da soma de novos dados a dados mais antigos, pois os estudos de caso “[...] iluminam a compreensão do leitor sobre o fenômeno estudado [...]”, podendo “[...] revelar a descoberta de novos significados, estender a experiência do leitor ou confirmar o já conhecido” (ANDRÉ, 2008, p. 18).

A partir de observação participante e de entrevista semiestruturada e aberta, adentramos na Colônia de Pescadores Artesanais Z-16, ouvindo 08 pescadores, o ex-coordenador da Pastoral da Pesca da Prelazia de Cametá, Igreja Católica Apostólica Romana, responsável na década de 1980 pela organização político-social dos pescadores. Ao todo, entrevistamos 09 sujeitos.

Tomamos também como instrumentos de pesquisa documentos produzidos pela colônia de pescadores: uma revista sobre acordos de pesca e estatutos — *Estatuto da Colônia de Pescadores Artesanais Z-16* e *Estatuto da Cooperativa de Empreendimentos Autogestora de Cametá*, criada pela Z-16.

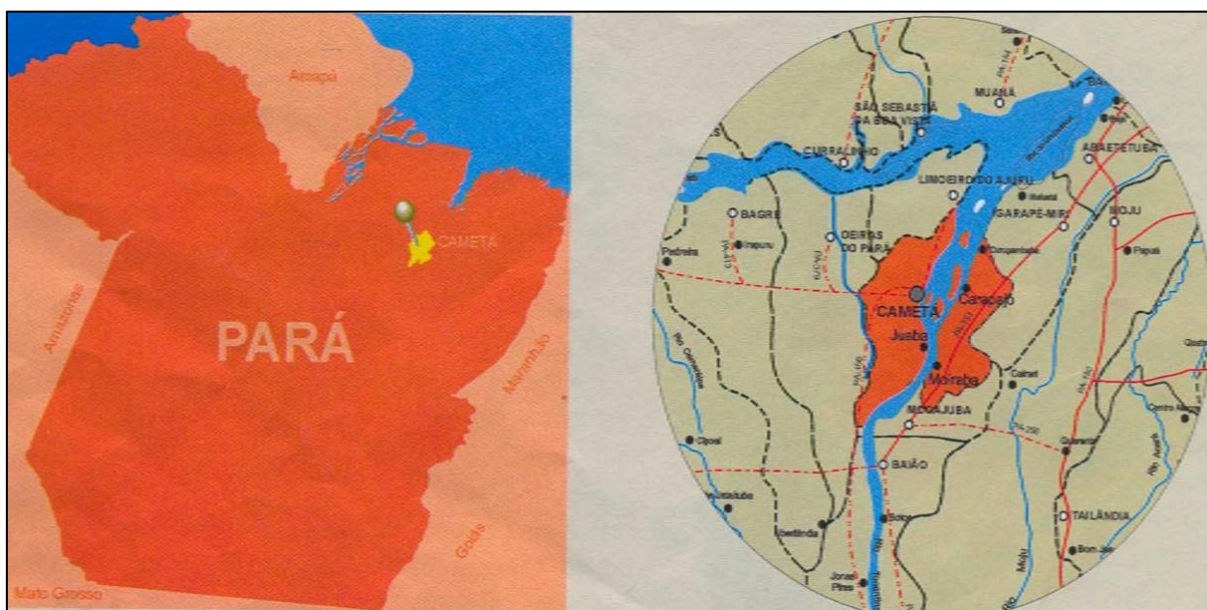
O LOCUS DA PESQUISA

A presente investigação incidiu na colônia de pescadores artesanais denominada Z-16, no município de Cametá, município esse que, segundo o IBGE (2010), pertence à mesorregião do nordeste paraense e à microrregião Cametá, apresenta uma área correspondente a 3.122 km². Limita-se ao norte com o município de Limoeiro do Ajuru, ao

sul, com o de Mocajuba, a leste, com o de Igarapé-Miri e a oeste, com o de Oeiras do Pará. Ainda segundo o (IBGE, 2010), o município cametaense apresenta uma população de 110.323 habitantes, dos quais 47.984 encontram-se na zona urbana e 62.339 na zona rural. Trata-se de um município com contingente rural maior do que o urbano.¹²

Com relação aos pescadores artesanais nesse município, eles estão presentes em um total de 122 localidades, com 523 comunidades cristãs, inseridas nas ilhas de Cameté (cf. FURTADO & BARRA, 2004, p. 23), o que ordenou inclusive a própria organização administrativa dos pescadores. Segundo Barra, objetivando proceder a um modelo de gestão participativa na Z-16, a Colônia instituiu *Coordenações de Base*, situadas justamente no interior das inúmeras ilhas que “povoam” o município de Cameté, objetivando uma maior participação dos pescadores nas decisões da categoria.

MAPA DO ESTADO DO PARÁ, BRASIL, E O MUNICÍPIO DE CAMETÁ NO SEU INTERIOR



Fonte: Revista *Ver-o-Pará* (2005).

¹² De acordo com o Plano Diretor do Município de Cameté (CAMETÁ, 2007, p. 3), Art. 7º: “§ 1º, as zonas urbanas correspondem à porção urbanizada do território e abrangem a sede municipal e as vilas-sede de distrito, e aglomerações residenciais superiores a 50 (cinquenta) casas, desde que dotadas de energia elétrica e saneamento básico, sujeitas à estruturação urbana definida pelos parâmetros para uso, ocupação e parcelamento do solo e instrumentos da política urbana definidas neste plano diretor. § 2º. As Zonas rurais correspondem às áreas não urbanizadas do município incluindo as várzeas e abrangendo áreas de proteção ambiental e áreas destinadas ao desenvolvimento de atividades produtivas objeto da política de desenvolvimento econômico identificadas neste plano diretor”.

favorecendo a presença de muitas famílias estrangeiras, geralmente comerciantes, que acabaram constituindo oligarquias locais com forte ascendência no aparato político-econômico do município.

De acordo com Sousa (2002), essas oligarquias¹⁵ imprimiram aos trabalhadores rurais de Cametá, durante anos, um sistema de dominação que aproximava a vivência desses últimos à de trabalhadores escravos. Tratava-se de um sistema de crédito conhecido como *aviamento*, em que um comerciante, interligado com comerciantes da Capital do Estado, supria de mantimentos os pescadores, por exemplo, para receber em pagamento produtos extraídos do interior das ilhas, como cacau, castanha-do-pará, borracha.

Nesse tipo de relação o trabalhador geralmente se encontrava em débito, haja vista que baixo era o valor atribuído à sua produção, mas alto era o preço dos produtos a ele fornecidos.

O sistema de *aviamento* em Cametá foi mantido por comerciantes e empresários descendentes de portugueses, libaneses, sírios e brasileiros quase sempre descendentes de estrangeiros e, muito raramente, nativos da região tocantina egressos do extrativismo. Segundo declaração de entrevistados, era comum a ação integrada de uma família ou de um grupo de estrangeiros, compatriotas, comerciantes, que estabeleciam a cadeia do *aviamento* entre as ilhas, a cidade de Cametá, a região da terra firme e a cidade de Belém. Esses grupos eram responsáveis, em Cametá, pela cadeia de circulação de produtos extrativos e pelo abastecimento dos seringais com os produtos necessários à reprodução social dos camponeses ribeirinhos extratores da borracha. (SOUSA, 2002, p. 55).

Ainda segundo Sousa (2002), esse sistema de *aviamento* parece ter cumprido duas funções cruciais no cotidiano dos trabalhadores das ilhas de Cametá, em especial dos pescadores: em primeiro lugar, atuou no controle ideológico e político desses últimos e, por outro lado, possibilitou-lhes forte incremento para a criação de suas organizações coletivas.

Quanto à primeira atuação, Sousa (2002) salienta que a necessidade de borracha para o mercado industrial que nascia no século XIX impôs à Amazônia forte exploração dos seringais nela existentes, tendo Cametá como um de seus principais fornecedores, haja vista

exploradas pela elite econômica e política: pescadores, índios, caboclos, negros e uma parcela de brancos pobres. Estes viviam em cabanas à beira dos rios e igarapés, e, revoltados com as condições de miséria e exploração a que eram submetidos, rebelaram-se contra as camadas dominantes e o poder instituído. O movimento por eles liderado entre o período de 1835 a 1840 ficou conhecido como ‘Cabanagem’, em alusão às habitações onde viviam, as miseráveis cabanas”.

¹⁵ Sousa (2002, p. 65), em sua discussão sobre campesinato e organização dos trabalhadores a partir do sistema de crédito conhecido como *aviamento*, destaca os Mendonça e os Parijós, bem como os Peres, como oligarquias locais com forte influência no município, perpassando pelo domínio político e econômico: “Entre as famílias mais influentes, em termos de poder econômico e político, destacaram-se as famílias Mendonça, Parijós e Peres. Os Mendonça e os Parijós foram proprietários de seringais e cacauais e o deputado Gerson Peres descende de família de funcionários públicos”

larga presença de seringais nativos na região e a possibilidade de se obter mão-de-obra a custo muito baixo, por meio de um sistema de *aviamento*, que fortalecia comerciantes das ilhas de Cametá, tornando-os donos de “[...] quase a totalidade das terras na região das ilhas” (SOUSA, 2002, p. 56), porém empobrecia os camponeses ribeirinhos.

Esse empobrecimento decorria tanto do baixo preço agregado aos produtos extraídos pelos ribeirinhos, quanto em decorrência de uma situação econômica que colocava tais trabalhadores como eternos devedores das cantinas que abasteciam os seringais, castanhais e cacauais da região, haja vista o alto preço dos produtos aí fornecidos aos trabalhadores.¹⁶

Sem ter condições de quitar suas dívidas, a posse de suas terras pelos comerciantes passou a ser a moeda saldadora dos débitos, impondo aos trabalhadores o papel de inquilinos do que antes fora sua propriedade e estabelecimento de uma relação de eterna subserviência para com aqueles que lhes supriam a existência, os comerciantes.

O processo de apropriação das terras pela elite mercantil em Cametá ocorria sobretudo em função do crescente endividamento dos camponeses, ribeirinhos extratores de borracha, inseridos no sistema de *aviamento*, pois esse modo de exploração dos recursos naturais possibilitava a agregação de valor na esfera da produção, mas sobretudo na esfera da circulação dos produtos, onde o valor agregado ficava com o comerciante, pois este era o agente que controlava a cadeia de circulação de tais produtos. Esse era o principal instrumento responsável pelo processo de pauperização crescente dos camponeses, extratores, e pelo processo de acumulação de capital pelos comerciantes. (SOUSA, 2002, p. 57).

A questão central é que esse sistema de *aviamento*, conforme Sousa (2002), “[...] possibilitou a reprodução social dos camponeses ribeirinhos e a formação de uma elite mercantil [...]” (ibidem, p. 63), colocando aqueles como eternos servos e essa última como forte quadro de dirigentes locais, à medida que os primeiros lhes garantiam o poder pelo compromisso de lealdade assumido no interior das relações comerciais estabelecidas.

O estreitamento das relações entre camponês ribeirinho criava em ambos a sensação de segurança: para o comerciante gerava a expectativa de ter um trabalhador e cliente leal; para o extrator gerava a expectativa de poder dispor de uma “ajuda” — como retribuição à lealdade — em dinheiro ou em forma de serviço. (SOUSA, 2002, p. 60).

É com base nessas relações comerciais que se vai instaurando em Cametá um sistema cada vez mais opressivo para com os trabalhadores rurais, com destaque para os

¹⁶ Sousa (2002) ainda destaca que o endividamento também decorria de empréstimos obtidos junto aos comerciantes para resolver questões emergenciais como doenças. Ou seja, o sistema de *aviamento* pressupunha um sistema de crédito sem dinheiro, porém havia situações vivenciadas pelos trabalhadores em que o dinheiro em espécie era mais que necessário.

pescadores, impondo-lhes um modo de vida em que a alienação do trabalho vai se constituindo a tônica de suas existências.

Trata-se, portanto, da ação do modo de produção capitalista intervindo na vida dos sujeitos do interior da Amazônia, por meio de uma sempre necessidade de produtos naturais para atender às demandas do mercado mundial, ligado ao setor automobilístico, no que se refere à extração da borracha.

Há de se observar ainda que, para o domínio das oligarquias locais sobre os camponeses ribeirinhos,¹⁷ também segundo Sousa (2002), muito contribuíram organizações com caráter religioso que se fundavam de um modo peculiar na zona rural de Cametá. Essas organizações correspondiam a Irmandades, “[...] instituições laicas que se encarregavam de organizar de ano a ano as festas de santo, que consistiam em momentos de devoção popular e de festejos [...]” (Ibidem, p. 66), quando o povo, em torno de um santo padroeiro de sua localidade, professava sua fé, fazia promessas, pagava outras.

Ainda de acordo com esse autor, para a organização dessas festas havia necessidade de bastantes recursos financeiros, o que, para os pescadores, tornava-se forte entrave, haja vista a própria situação creditícia imposta pelo sistema de *aviamento*. A solução então era “[...] o povo de uma localidade contar com a intermediação de um comerciante ou de uma família de comerciantes fortes das ilhas junto ao prefeito da cidade de Cametá ou junto a um político influente da localidade, que também era comerciante ou empresário [...]” (Ibidem, p. 68).

Pelos depoimentos que ouve (*sic*) tanto na cidade de Cametá como também na região rural, há um certo consenso a respeito da relação de aproximação e até sobre a combinação de interesses entre a Irmandade, os comerciantes e os grupos das oligarquias locais. As Irmandades se aproximavam das pessoas de posses (comerciantes) e das pessoas que exerciam o poder político no município e na região (oligarquias), normalmente para solicitar apoio à implantação de algum tipo de serviço, como a contratação de uma professora ou apoio à construção de uma sala de aula. *Em troca do serviço, normalmente, os dirigentes da Irmandade assumiam o compromisso de convencer os “irmãos” e o povo das cercanias a votar naquele que conseguia o serviço.* (Ibidem, p. 69, grifo nosso).

Fortalecia-se, assim, um sistema de dominação que tornava os camponeses ribeirinhos cada vez mais elementos importantes para a manutenção da ordem no município de Cametá, face à sua sempre pauperização, tais quais os camponeses descritos por Marx

¹⁷ Para Costa (2006, p. 150), “O termo ribeirinho é usado na Amazônia, segundo Hiraoka (1993), para designar os camponeses que vivem à margem das águas e vivem da extração e manejo de recursos florestais, aquáticos e da agricultura em pequena escala”. Tal conceituação é tomada no presente trabalho para também se referir ao trabalhador ligado à pesca artesanal no município de Cametá que, no caso, é um camponês ribeirinho.

(2008b) em *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*, os quais, após servirem aos interesses da burguesia, tornavam-se novamente excluídos de uma real existência humana, indo somar-se a outros bolsões de miséria de uma França do século XIX.

Todavia, a relação que se dá entre os homens não é unidirecional. Pelo contrário, é dialética, contraditória, negação da negação. A própria opressão imposta pelo modo de produção capitalista aos trabalhadores veio criando nestes a possibilidade da contestação, da revolta, da organização, objetivando outra realidade, onde seus interesses fossem contemplados.

Em Cameté tal situação não se fez diferente. Ao mesmo tempo em que historicamente a força de trabalho de seus trabalhadores vinha sendo explorada, produziam-se também formas de organização política por meio de mecanismos de disputa de poder, como sindicatos, colônias de pescadores e outros movimentos sociais.

Foi graças aos efeitos opressores do *sistema de aviamento*, analisado por Sousa (2002), que se foram criando condições, por exemplo, para a organização da classe trabalhadora cametaense, à medida que buscavam aglutinar-se em associações para obtenção de crédito, numa *fuga* ao sistema opressor desse sistema que os colocava como eternos “vassalos” das oligarquias locais.

Para tanto, muito contribuiu a presença da Igreja Católica nos anos de 1960 (cf. SOUSA, 2002), quando passou a atuar em Cameté tanto na esfera religiosa, substituindo a Irmandade dos Santos, fomentadora das relações de subserviência entre trabalhadores e oligarquias, por comunidades cristãs em todo o território da Prelazia de Cameté, como na esfera econômica, apoiando a produção dos trabalhadores, “[...] agenciando um sistema de crédito voltado aos camponeses, o que antes era prerrogativa exclusiva do comerciante, pois o sistema bancário estava organizado para atender produtores de médio porte” (SOUSA, 2002, p. 88).

Se a presença da Igreja Católica, em sua ala progressista ligada à Teologia da Libertação (cf. FAVACHO, 1984), em questões econômicas da realidade camponesa consistia em estratégia para fortalecer suas ações evangelizadoras, é algo a se pensar, não se avançando nessa reflexão dada a delimitação de investigação do presente trabalho.

Todavia, não se pode perder de vista a possibilidade de essa igreja ter se constituído em intelectual orgânica na configuração político-social dos trabalhadores cametaenses, fomentando-lhes a formação política, maximizando suas ações coletivas, produzindo, nessa ação formativa, intelectuais orgânicos oriundos dos movimentos sociais a

disputar saberes, espaços políticos, formas outras de se compreender e estruturar a realidade opostas ao ideário opressivo realizado pelas oligarquias cametaenses.

Nesse sentido, Costa (2006, p. 167), tratando de campesinato e desenvolvimento rural sustentável a partir de habitantes de duas grandes ilhas do município de Cametá, assim destaca a atuação da Igreja Católica junto aos pescadores:¹⁸

Essas comunidades tiveram sua base mais orgânica e religiosa constituída na década de 1970 pela prelazia de Cametá e formam juntamente com centenas de outras as chamadas Comunidades Eclesiais de Base (CEB) de onde têm saído lideranças expressivas do movimento camponês, dirigentes sindicais e políticos que hoje estão à frente das organizações dos trabalhadores e trabalhadoras da região e ocupam postos políticos nas várias esferas do Estado.

Na mesma linha reflexiva, Furtado & Barra (2004) também destacam que a Igreja Católica, por meio da Prelazia de Cametá, contribuiu para que os pescadores a percebessem não como um órgão assistencialista, já que esse era seu fim último quando de sua fundação, muito ainda atrelada aos interesses das elites locais, mas como uma “[...] entidade organizativa que pudesse estar a (*sic*) frente de outras lutas [...]” (FURTADO & BARRA, 2004, p. 72), para o que muito ajudou a criação, pela Prelazia de Cametá, de uma pastoral denominada *Conselho Pastoral dos Pescadores*, responsável pelo processo de conscientização nas Comunidades Eclesiais de Bases (CEBs), hoje Comunidades Cristãs.

Parece-nos, assim, que a Igreja Católica, em sua performance progressista, atuara na região junto aos pescadores como intelectuais orgânicos, que foram tornando coerentes os princípios e os problemas vivenciados por essa fração da classe trabalhadora, tal como Gramsci (2006) descrevera, muito antes, o papel do intelectual orgânico que contribui para a sistematização de soluções via organização social.

Sousa (2002) corrobora também com a reflexão de que a opressão política, econômica, cultural e social, exercida junto aos camponeses ribeirinhos pelas oligarquias locais, favoreceu a organização desses trabalhadores, fomentando-lhes a disputa por hegemonia. Ele problematiza ainda que os movimentos sociais acabam surgindo à medida que suas condições dignas de vida deixam de ser atendidas pelo poder público, que, no interior do capitalismo moderno, caberia ao Estado viabilizar.

Assim, diz-nos Sousa (2002, p. 46), a falta de políticas públicas ou ações políticas que afetam negativamente frações da classe trabalhadora vão produzindo “[...] vínculos

¹⁸ Sousa (2002) observou também a atuação da Igreja Católica, por meio da Prelazia de Cametá, na organização dos trabalhadores rurais, contribuindo para a conquista do Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

solidários [...]” entre as mesmas, criando identidades, como a de camponeses ribeirinhos dos rios e igarapés de Cametá, imprimindo-lhes a necessidade de organização, a fim de garantir a própria vida. Foi o que ocorreu, por exemplo, no interior da Colônia de Pescadores de Cametá, ao se perceberem os efeitos nefastos da barragem de Tucuruí sobre seu *modus vivendi*, bem como quanto às ações históricas de pobreza a que vinham sendo submetidos, conforme trataremos no Capítulo IV.

Pelo exposto, entendemos que o espaço político-social em que se encontra a Colônia de Pescadores Artesanais Z-16 é bem emblemático para o que postulamos como luta de classes. Nele, duas frações representativas das classes que se antagonizam na contemporaneidade disputam saberes, espaços organizativos, economia, cultura: de um lado, as oligarquias locais e a Hidrelétrica de Tucuruí como representantes dos tentáculos do capital na região; noutro extremo, os trabalhadores, representantes do que Marx & Engels (2007) chamaram de *proletariado*.¹⁹

Essas oligarquias locais, fundadas na extração de produtos da região, como a borracha, o cacau e a pimenta-do-reino, conseguiram manter sob sua tutela os trabalhadores, criando, assim, uma rede de relações que lhe garantiram as condições de dominação, tanto intelectual quanto econômica.

Por outro lado, essa dominação também implicou condições para que os trabalhadores se organizassem em torno da construção de outra rede de relações, fundada no companheirismo e na articulação política entre eles, muito contribuindo para isso a participação da Igreja Católica atuando como intelectual orgânica desses sujeitos.

A partir do arcabouço histórico-social aqui descrito e analisado, compreendemos os pescadores como representantes do proletariado, à medida que são sujeitos submetidos aos efeitos do trabalho assalariado, porque do dinheiro dependem para custear necessidades outras que transcendem a esfera da alimentação fornecida pelos rios e igarapés da região, bem como para entender-lhes a exploração por parte do capital, à medida que são afetados pela ação

¹⁹ Apoiado em Magalhães (2009, p. 99-100), entendemos *proletariado* não como que constituindo uma classe, mas como “[...] um conjunto de trabalhadores assalariados, explorados pelo capital que, pela sua situação específica no mundo da produção, representa o setor mais avançado e progressista da sociedade e, portanto, o segmento com maior possibilidade de produzir as transformações sistêmicas”. Nesse sentido, os pescadores artesanais de Cametá enquadram-se no interior desse conjunto de trabalhadores, haja vista que, mesmo não recebendo salários mensais pelo que produzem, de forma indireta acabam adentrando nas relações de assalariamento, à medida que, ao venderem sua produção, adquirem renda utilizada para saciar outras necessidades além das oriundas de alimentação, que poderia ser saciada pelo trabalho direto nos rios, com a extração de peixes. Por outro lado, vivendo em um mundo capitalista, dele não têm como fugir à exploração da força de trabalho, à medida que o trabalho por eles realizado garante a força de trabalho dos não pescadores, garantindo certa circularidade na exploração.

desse último por meio dos processos de extração mínero-energética ou de produtos naturais desencadeados na região ao longo dos anos.

Entendemos também que a opressão política, econômica, cultural e social, exercida junto aos camponeses ribeirinhos pelas oligarquias locais, favoreceu a organização desses trabalhadores como mecanismo para a essa opressão se opor, muito contribuindo, para tanto, a construção ou ressignificação de saberes sociais por parte dos trabalhadores, a fim de verem materializados politicamente seus interesses na região, conforme trataremos nos Capítulos IV a VII.

A HISTORICIDADE NA COLÔNIA Z-16

Embora o termo *colônia* possa suscitar a imagem de um coletivo de pescadores vivendo da pesca à margem de um rio, a Colônia de Pescadores Artesanais Z-16²⁰ é bem mais que isso. Ela se constitui na entidade representativa de classe desses sujeitos, reunindo 15.000 associados²¹ de diferentes comunidades do município cametaense, com sede na Travessa Porto Pedro Teixeira, nº 165, bairro de Brasília, cidade de Cametá. Sua fundação data de 1923.²²

Atualmente essa entidade é dirigida por pescadores, embora sua origem esteja diretamente ligada aos interesses do Estado, conforme a *Revista Cametá* (MMA, 2006, p. 24): “A Colônia de Pescadores Z-16 de Cametá foi fundada em junho de 1923 pela Capitania dos Portos do Pará e Amapá com o objetivo de servir aos interesses do Estado e ser instrumento de dominação”.

Esse atrelamento ao Estado durou até o início da década de noventa do século passado,²³ quando a Colônia, por meio de um processo histórico de lutas, passou a ser conduzida por pescadores, conforme as palavras de Barra:

[...] nós²⁴ assumimos a Colônia em 1993 e na verdade pela força da justiça, porque a gente se organizava e se organizava, e não conseguíamos ganhar

²⁰ Segundo Moraes (2002), a letra Z refere-se à *Zona de Pesca* e o número 16 indica ser esta Colônia a décima sexta criada no Estado do Pará.

²¹ Segundo Fernandes Barra.

²² De uma bibliografia consultada (FURTADO & BARRA, 2004; MMA, 2006), obteve-se o ano de 1923 como tempo fundante da Z-16. Moraes (2002), contudo, aponta o ano de 1929 como o da fundação da Colônia de Pescadores Artesanais Z-16 de Cametá. Não obstante, há o consenso de que a fundação ocorrera na década de vinte do século passado, na mesma época em que as Colônias foram instituídas pelo Estado no território nacional.

²³ No Capítulo IV mostramos que esse atrelamento renasce, sob a perspectiva dos interesses dos pescadores, a partir de ações assistencialistas desenvolvidas pelo Governo Federal, como as relacionadas ao Seguro-Defeso e congêneres.

²⁴ Referência aos pescadores.

essa Colônia. Então, pela força da justiça, revisamos o estatuto, aí foram eleitas as juntas governativas. Então já haviam sido eleitas várias juntas governativas e nós assumimos na terceira junta, digamos assim, com a incumbência de realizar a eleição daqui da colônia dos pescadores e, quando foi em 1994, fizemos a primeira eleição aqui,²⁵ eleita mesmo pelo voto dos pescadores, pra gente poder assumir [...]

Em decorrência de ações movidas pela direção da Federação Paraense dos Pescadores (FEPA), eles foram impedidos pela justiça²⁶ de assumir a direção da Colônia e transformá-la em um órgão verdadeiramente representativo de classe, mas, nem por isso os pescadores deixavam de se mobilizar, evitando, assim, o enfraquecimento da luta.

Pelo contrário, “se organizavam e se organizavam”, de modo a assegurar também na justiça o direito de reconfigurarem politicamente a Z-16 a seus interesses, para o que muito contribuiu a reformulação do estatuto que até então regia as colônias dando autonomia para a FEPA impor direções em cada uma delas, assegurando um *status quo* de dominação.

Essa reformulação consubstanciou-se em um saber jurídico necessário para que se fizesse em 1994, segundo Fernandes Barra, a primeira “[...] eleição aqui, eleita mesmo, pelo voto dos pescadores, pra gente poder assumir”. Nas palavras de Gramsci (1988), foi preciso que esses trabalhadores pescadores dominassem os conhecimentos da *societas hominum*, relativo ao domínio dos direitos e deveres, a fim de conquistarem politicamente a entidade.

Foi no interior desse palco de lutas em que se configura o município de Cameté e, conseqüentemente, a Colônia de Pescadores Artesanais Z-16, que desenvolvemos a presente pesquisa.

A ESTRUTURA DA EXPOSIÇÃO

Sete capítulos integram a presente exposição. Em um primeiro, com o título *Dos Saberes Sociais*, fornecemos à presente investigação um arcabouço teórico sobre a categoria saberes sociais, que norteou as análises a partir da empiria obtida por meio dos procedimentos de pesquisa elencados no Capítulo III.

Em *Dos Saberes Sociais*, refletimos a relação entre saberes e conhecimentos, compreendendo-os como elementos similares. Ou seja, entende-se que a categoria saberes abarca a categoria conhecimentos. Debates ainda os saberes sociais como aglutinadores de outros saberes, como os tácitos, além da configuração de como apreendê-los a partir dos

²⁵ Referência à Colônia Z-16.

²⁶ A FEPA havia criado um estatuto válido para todas as Colônias de Pescadores, dando-lhe plenos poderes para determinar a direção dessas Colônias, o que legalmente impedia os pescadores de assumirem a Z-16, o mesmo ocorreu com outras Colônias, como a Z-19 em Óbidos, Pará (cf. FURTADO, 1993).

sujeitos que os produzem, estabelecendo a relação destes com aspectos da Filosofia da Práxis e com os movimentos sociais e poder.

Esse capítulo fornece ainda elementos teóricos para subsidiar a análise de conteúdos decorrentes das entrevistas realizadas, a fim de se compreender analiticamente a relação entre saberes sociais e luta de classes, atuando os primeiros como fomentadores de uma *consciência de classe para si*, que permite aos pescadores a organização e a construção de ações contra-hegemônicas às atividades desencadeadas pelo capital no município de Cametá, por meio de oligarquias e também em decorrência da construção da Hidrelétrica de Tucuruí.

No Capítulo II, intitulado *Sobre Classes e Luta de Classes*, refletimos acerca dos saberes sociais, a partir das categorias classe social, hegemonia e consciência de classe, à luz do materialismo histórico-dialético, com o objetivo de compreender como os *saberes sociais* produzidos ou ressignificados pelos trabalhadores-pescadores atuam como instrumentos de uma *consciência de classe para si*, no sentido de lhes oportunizarem a organização política em oposição aos interesses do capital, “metamorfoseado” na região na figura de oligarquias locais e dos impactos negativos da construção da Hidrelétrica de Tucuruí para o *modus vivendi* desses sujeitos.

No terceiro capítulo, *A apreensão de saberes sociais: subsídios metodológicos para tratamento de dados*, tratamos das bases metodológicas que orientaram a articulação entre o arcabouço teórico e a empiria, partindo do princípio de que a realidade pesquisada numa perspectiva histórica pressupõe metodologia que articule o local ao universal, sem perder de vista as contradições oriundas de uma sociedade de classes.

Nesse capítulo, não deixamos de analisar dados das entrevistas, articulando-os aos elementos metodológicos que subsidiaram a investigação, expondo ainda que as análises sobre a relação saberes sociais e luta de classes se configuraram no interior de uma pesquisa qualitativa do tipo estudo de caso, pressupondo observação participante, entrevista semiestruturada e aberta, análise documental — *Estatuto da Colônia de Pescadores Artesanais Z-16* e *Estatuto da Cooperativa de Empreendimentos Autogestora de Cametá*, criada pela Z-16 —, destacando ainda que, para análise dos documentos e das entrevistas, pautamo-nos na análise de conteúdo.

No quarto capítulo, intitulado *Saberes do trabalho & conhecimento: a experiência de trabalho e a identidade dos pescadores*, analisamos os saberes sociais como resultantes do trabalho desenvolvido pelos pescadores e, conseqüentemente, como fomentadores de sua

identidade, fornecendo elementos para a constituição do ser social pescador. Além disso, focamos os saberes sociais desenvolvidos pelos pescadores assumindo um papel constataativo-performativo, pois, ao descreverem a realidade, não deixam de nela também atuarem politicamente.

Discutimos a construção de conhecimentos relacionados ao exercício do trabalho dos pescadores possibilita a compreensão do processo histórico de formação identitária como sujeitos que desenvolvem um tipo específico de ofício em oposição a ofícios desempenhados por contingentes outros de trabalhadores, o que lhes permite se perceberem como semelhantes a partir do que fazem, elemento este importante para o entendimento do próprio processo organizativo desses pescadores, enquanto fração da classe trabalhadora que também se opõe a formas de existência que lhes transformam a liberdade do trabalho em opressão.

Não menos importante se encontra a análise sobre os saberes produzidos pelos pescadores no interior do ofício que realizam e a necessidade de articulação com os saberes escolares, numa relação dialética, de modo a contribuir para um processo de afirmação de identidade de classe.

No quinto capítulo, que tem como título *Saberes da organização e da gestão do trabalho dos pescadores*, analisamos saberes sobre gestão produzidos pelos pescadores no interior da Colônia Z-16. Refletimos como esses mesmos pescadores vêm sendo moldados pela presença do mercado nas relações socioeconômicas que permeiam hodiernamente a sua vida no interior da Amazônia. Discutimos ainda como, no interior de um contínuo organizativo, convivem dois modelos de gestão: de um lado, um modelo participativo, envolvendo os pescadores em fóruns de discussões e deliberações; de outro, um modelo voltado para o gerencialismo, com diminuição da presença dos pescadores nas decisões.

Nossas análises incidem ainda na reflexão de que a consciência de classe para si materializa-se nessa mediação que os pescadores realizam entre a gestão participativa, com predomínio do coletivo sobre o individual, e o modelo gerencial, com apelo decorrente do mercado, com o intuito de assegurar a unidade entre os membros da Z-16.

No sexto capítulo, intitulado *O capital: implicações no cotidiano dos pescadores e na configuração de seus saberes*, intensificamos o debate sobre a presença da construção da Hidrelétrica de Tucuruí e seus impactos sobre o modo tradicional de vida dos pescadores, implicando em remodelagem desse modo de vida e, por conseguinte, em construção de conhecimentos necessários para sobreviver diante desses impactos.

Entendemos que essa presentificação correspondeu a uma ação do sociometabolismo do capital na Amazônia cametaense que foi conduzindo os pescadores a assumirem novos procedimentos de vida, como formas de sobreviver às investidas daquele, oportunizando a construção de saberes diferenciados no interior dessa dinâmica. Ou seja, à medida que o capital, por meio de seu projeto mínero-energético, a Hidrelétrica de Tucuruí, produzia saberes que legitimavam sua presença na região, como o do paradigma do desenvolvimento regional a partir da obtenção de energia pelo represamento do rio Tocantins, os pescadores, em virtude da materialidade negativa desse projeto para a realidade de vida por eles experienciada, também elaboravam saberes de contestação social, fomentando formas outras de compreensão do desenvolvimento da região.

Entendemos, então, que a construção da Hidrelétrica de Tucuruí, ao subsumir o modo de vida dos pescadores da região tocantina, foi-lhes forçando uma tomada de consciência frente à realidade propugnada por essa ação mínero-energética, resultando no fortalecimento de processos organizativos e na construção de saberes como elementos para refletir e direcionar suas práticas político-sociais de enfrentamento face à dinâmica sociometabólica do capital na região.

A luta de classe, nesse sentido, veio configurou-se paulatinamente numa relação de contrários quanto à elaboração de saberes. Enquanto o capital pregava o desenvolvimento regional com a construção da Hidrelétrica de Tucuruí, com mudança na qualidade de vida, os pescadores, diante do exame da realidade propugnada por aquele e o cotidiano por eles vivido, construam formas opostas de entender a realidade e de nela intervir. Os saberes sociais, pelos pescadores desenvolvidos, nasciam, então, como respostas às negativas de vida ribeirinha oriundas dos efeitos de devastação para com seus modos de vida, numa relação dialética de acomodação e ressignificação, como o foram os relacionados aos Acordos de Pesca.

O estado e as políticas na colônia Z-16: reconfiguração de saberes e luta de classe é o título do último capítulo, em que analisamos os saberes sociais construídos pelos pescadores artesanais ligados à Z-16 em sua relação com o Estado.

Partimos do entendimento de que, dialeticamente, duas situações históricas podem ser apreendidas dessa relação: ao mesmo tempo em que os pescadores constroem saberes como relação de oposição às ações do Estado no interior da colônia de pescadores, também vão assimilando as políticas desencadeadas pelo Estado como mecanismos de fortalecimento de seu processo organizativo.

Esse processo de relação com o Estado é aqui examinado numa perspectiva dialética, tanto servindo à manutenção da ordem do *status quo* de dominação do modo de produção capitalista, quanto também contribuindo para que os pescadores fomentem a coesão política no interior da instituição que lhes congrega, a Z-16. Trata-se, pois, de perceber essa relação no interior de um *continuum*; ou seja, examinados os dois polos dessa relação, podemos observar a posição dos pescadores ora mais próxima da manutenção da ordem, ora mais contestativa a essa situação.

A questão é que, dessa relação, saberes foram sendo construídos e corroboraram um processo de consciência de classe, enquanto trabalhadores que, desassistidos pelo Estado, perceberam na organização de sua classe um mecanismo para se posicionarem frente a esse mesmo Estado, exigindo para si reconhecimento, e, em moldes gramscianos, nele atuarem politicamente.

CAPÍTULO I – DOS SABERES SOCIAIS

Neste capítulo, refletimos acerca da relação entre saberes e conhecimentos, compreendendo-os como elementos similares. Ou seja, entendemos que a categoria saberes abarca a categoria conhecimentos. Debatesmos ainda os saberes sociais como aglutinadores de outros saberes, como os tácitos, além da configuração de como apreendê-los a partir dos sujeitos que os produzem, estabelecendo a relação destes com aspectos da filosofia da práxis e com os movimentos sociais e poder.

Fornecemos aqui elementos teóricos para subsidiar a análise de conteúdos decorrentes das entrevistas realizadas, a fim de se compreender analiticamente a relação entre saberes sociais e luta de classes, atuando os primeiros como fomentadores de uma *consciência de classe para si*, que permite aos pescadores a organização e a construção de ações contra-hegemônicas às atividades desencadeadas pelo capital no município de Cameté por meio de oligarquias e também em decorrência da construção da Hidrelétrica de Tucuruí.

Estruturalmente o capítulo apresenta-se dividido em quatro seções. Na primeira, discutimos a categoria saberes sociais, correlacionando-a com as categorias *conhecimento*, *filosofia da práxis*, *práxis social*. Na segunda seção retratamos a relação entre saberes sociais, pragmatismo e revolução, a partir de princípios da filosofia da práxis. Na terceira seção tratamos da organização da classe trabalhadora, bem como das categorias *movimentos sociais* e *consciência de classe*, em correlação com saberes sociais. Finalizamos o capítulo com uma seção abordando a relação *saber e poder*.

1.1 SABERES SOCIAIS: BASES CONCEITUAIS

Refletimos nesta seção sobre a relação entre saber e conhecimento, considerando ser o primeiro uma categoria que inclui em seu conteúdo o segundo. Em seguida, apresentamos reflexões sobre o conceito de saberes sociais, além do tratamento metodológico desenvolvido por pesquisadores para a apreensão desses saberes, bem como a relação entre trabalho e saberes sociais, compreendendo-os como elementos da práxis humana.

1.1.1 O saber e o conhecimento

Uma análise preliminar sobre o significado da expressão *saberes sociais* possibilitaria inferir a existência de saberes que não sejam sociais, o que aparentemente parece contraditório, já que todo saber resulta das relações sociais dos homens por meio da categoria trabalho.

A questão, entretanto, não se encontra na simples esfera semântica que preconizaria certa oposição a um saber não social. Trata-se, pois, de uma locução com forte carga ideológico-classista, opondo o saber que atende aos interesses dos trabalhadores aos oriundos dos interesses do capital.

Segundo Zaidan (2003), estudando *saberes experienciais* que docentes constroem mediante desafios e dificuldades da prática pedagógica, o **conhecimento**, com base em Fiorientini, Souza e Melo (1998), estaria ligado ao resultado de produção científica, oriundo de pesquisas, enquanto que o **saber** seria um modo de conhecer-saber menos rigoroso, mais relacionado à esfera da praticidade.

Nessa perspectiva, *conhecimento* estaria atrelado ao científico e *saber*, ao senso comum, ao pragmático; e o método de apreensão e compreensão da realidade seria o viés distintivo: saber, “[...] um modo de conhecer-saber menos rigoroso [...]”; conhecimento, “[...] resultado de produção científica, oriundo de pesquisas [...]” (ZAIDAN, 2003, p. 87).

Apoiada em Barth (1993), Zaidan (2003, p. 87) postula ainda que o *saber* seria algo provisório, evolutivo e cultural, “[...] porque pessoal/relacional/contextual, podendo modificar-se com o tempo e a experiência [...]”, bem como efetivo “[...] porque [...]” relacionado “[...] com os sujeitos, a construção dos sujeitos, suas autoimagens, julgamentos, sentimentos [...]” (Ibidem, p. 87). Com base em Charlot (2000), Zaidan (2003, p. 87) destaca que o saber é fruto de relações.

O saber, então, estaria ligado ao indivíduo, embora resultado de relações, quer com a natureza quer com outros homens, servindo-lhe para resolver problemas do cotidiano, e, portanto, em constante transformação, haja vista as diferentes necessidades vividas.

Outro dado importante das reflexões de Zaidan (2003) refere-se ao caráter identitário do saber, uma vez que ele contribui para a *construção dos sujeitos*. Assim o sendo, o *conhecimento* seria um *saber genérico*; ao passo que *saber*, um *conhecer-saber mais pessoal*.

Contudo, em Vázquez (1968), a concepção de conhecimento parece-nos englobar tanto o saber quanto o conhecer de que trata Zaidan (2003), tornando-se uma unidade com caráter pragmático-revolucionário, no sentido de, ao intervir na realidade para a satisfação de interesses imediatos, também atuar como materialidade para a transformação da sociedade, como veremos ao discutir a questão de *saberes sociais e filosofia da práxis* na seção 1.1.4.1.

De antemão é preciso ressaltar que a atividade produtiva do homem — resultante de um ir-e-vir sobre a natureza, permitindo a elaboração de saberes sociais, aqui

compreendidos também como conhecimentos,²⁷ é, segundo Vázquez (1968, p. 187), altamente consciente, já que pressupõe um resultado inicialmente ideal. No dizer do autor:

O resultado ideal, que se pretende obter, existe primeiro idealmente, como mero produto da consciência, e os diversos atos do processo se articulam ou estruturam de acordo com o resultado que se dá primeiro no tempo, isto é, o resultado ideal. Em virtude dessa antecipação do resultado que se deseja obter, a atividade propriamente humana tem um caráter consciente.

Não se trata, contudo, de uma consciência nos moldes de Feuerbach, para quem a mesma estaria acima da realidade material (cf. MARX & ENGELS, 2007). Mas, pelo contrário, refere-se a uma subjetividade que nasce da imersão do homem na realidade social, ontologicamente forjada pelo trabalho humano, sendo produtora e produto de realidades por ela criadas.

Assim, ao idealizar a realidade e nela atuar, realizando em parte ou em totalidade o que pensara (cf. VÁZQUEZ, 1968), o homem vai elaborando conceitos, concepções de mundo, compreensões sobre como pensar-agir sobre outras realidades. No dizer de Vázquez (Ibidem, p. 192): “[...] a atividade da consciência, que é inseparável de toda verdadeira atividade humana, se nos apresenta como elaboração de finalidades e produção de conhecimentos em íntima unidade”.

Vázquez (1968) chama a atenção para o caráter produtor de conhecimentos resultante da atividade humana, visto que, ao projetar idealmente uma realidade, buscando a “[...] conformação de uma determinada matéria para produzir determinado resultado [...]” (Ibidem, p. 192), vai o homem requerendo conhecimentos sobre o objeto em *forjamento*, bem como dos “[...] meios e instrumentos para transformá-lo e das condições que abrem ou fecham as possibilidades dessa realização” (Ibidem, p. 192). Ou seja, à medida que se efetiva a práxis humana transformadora, os conhecimentos vão sendo gerados, numa relação prospectiva e retrospectiva sobre o objeto, de modo que se projeta inicialmente o como se vai atuar sobre o objeto ao mesmo tempo em que se é afetado pela materialidade desse objeto, implicando reformulações de procedimentos anteriormente estabelecidos ou até abandono de uns em proveito de outros.

É nessa ação prospectiva e retrospectiva sobre a realidade que se encontra a ontologia dos saberes sociais, enquanto conhecimentos com caráter pragmático-revolucionário, não se tratando, todavia, de pragmático no sentido de aquilo que serve ao exercício de uma atividade laborativa, como os saberes tácitos, senão o que possibilita, no

²⁷ O conceito adotado para *saberes sociais* parte do princípio de que são conhecimentos, conforme Grzybowski (1986), base conceitual para a presente pesquisa.

interior das disputas de classe, a organização dos trabalhadores para pleitear direitos e construção de uma nova perspectiva de sociedade.

Nesse sentido, os saberes sociais são resultado da atividade humana enquanto práxis social. E o são na perspectiva dos trabalhadores, porque nascem de uma inquietação frente a uma realidade subordinada à lógica do capital, o qual não os humaniza, questionando-a com a própria materialidade de seus saberes, que consubstanciam em conhecimentos, estratégias, “[...] formas, meios e métodos reais, efetivos, de luta [...]” (Ibidem, p. 201), de disputa hegemônica, nos moldes propugnados por Vázquez (1968) para a efetivação da atividade política.

Logo, na presente investigação, *saberes sociais* e *conhecimentos* não são assumidos como duas categorias excludentes, mas, antes, como expressões correlatas. Tardif (2002), estudando os saberes docentes, não considera a categoria *saberes* distinta da de *conhecimentos*. Pelo contrário, esse autor toma esta última categoria como que englobada pela primeira, ao explicar que o buscar analisar “Quais os saberes que servem de base ao ofício de professor?” significa, em outras palavras, investigar “[...] quais são os conhecimentos, o saber-fazer, as competências e as habilidades que os professores mobilizam diariamente nas salas de aula e nas escolas, a fim de realizar concretamente as suas diversas tarefas [...]” (TARDIF, 2002, p. 9). Note-se, assim, que conhecimentos, saber-fazer, competências e habilidades constituem, de um modo geral, saberes.

Não se postula ainda *saberes sociais* na perspectiva essencialmente pragmática, mas revolucionária, permitindo aos trabalhadores elementos para a efetivação da luta de classe que eles mesmos travam com os representantes do capital, objetivando muito mais além que o imediatismo de suas necessidades de existência. Parte-se a compreensão da correlação semântico-social entre as duas expressões a partir do próprio conceito de saberes sociais tomado como norte para esta pesquisa, a partir de Grzybowski (1986), para quem os saberes sociais se constituem também em um conjunto de conhecimentos.

1.1.2 Sobre o conceito de saberes sociais

Grzybowski (1986), em suas pesquisas sobre questões educacionais atreladas a problemáticas camponesas, utiliza a categoria *saberes sociais*, colocando-a como elemento que permite compreender a organização, a consciência social, os interesses e as ações coletivas de trabalhadores do campo. Para o autor, os “saberes sociais” seriam um “[...] conjunto de conhecimentos e habilidades, valores e atitudes que são produzidos pelas classes,

em situação histórica dada de relações, para dar conta de seus interesses” (GRZYBOWSKI, 1986, p. 50).

Pela caracterização semântica de “saber social” proposta por Grzybowski (1986, p. 51), depreende-se que se trata de um “[...] conjunto de conhecimentos e habilidades, valores e atitudes [...]” oriundos da luta de classes, “[...] produzidos pelas classes”. Trata-se, então, na perspectiva dos trabalhadores, de saberes por eles gerados para fundamentarem o próprio processo de construção contra-hegemônica. No dizer de Grzybowski (1986, p. 51), “As classes sociais, em sua disputa por hegemonia, têm necessidade de elaborar e difundir concepções do mundo, conhecimentos e habilidades, padrões de conduta moral e projetos sociais, adequados aos seus interesses”.

Esses saberes são, portanto, a perspectiva material do pensado e do vivido pela classe trabalhadora em decorrência de sua relação contraditória com a classe que vive da exploração da mais-valia, constituindo-se na “[...] expressão concreta da consciência de um grupo social, um saber que é útil ao trabalho, aos enfrentamentos vividos cotidianamente por estes sociais”, conforme Damasceno (1995, p. 25), considerando ainda que

[...] os grupos humanos na sua vida real, portanto na sua práxis cotidiana, não produzem apenas os bens materiais, mas ao fazê-lo elaboram ao mesmo tempo, ideias, representações, saberes que contribuem para a reprodução e a transformação social. (DAMASCENO, 1995, p. 21).

Note-se que esse postulado pressupõe os saberes sociais não como meros elementos criados para resolver problemas de uma determinada atividade laborativa, como algo meramente pragmático, mas sim como elementos que possibilitam a “transformação social”,²⁸ porque elaborados a partir de uma perspectiva política de disputa de classe, como já salientara Grzybowski (1986) no parágrafo acima.

Mas o que seriam conhecimentos e habilidades, valores e atitudes, considerados por Grzybowski (1986) como constituintes dos saberes sociais, elementos aqueles criados pelos trabalhadores em uma da situação histórica para o atendimento de seus interesses?

Tomando Ferreira (1994) como norte de pesquisa, diríamos que a categoria *conhecimento* englobaria **informações** sobre formas de organização política, por exemplo,

²⁸ A expressão “transformação social” implica, em termos bastante amplos, um processo revolucionário que se pretende contribuir para com a queda do modo de produção capitalista, não significando com isso que essa transformação ocorra de forma imediata, mas *in processu*, paulatinamente, fruto de microações e de conquistas dos trabalhadores. Nesse sentido, acreditamos que as transformações operadas pelos trabalhadores em seus *locus* de trabalho, no seu cotidiano, fortalecendo-se como movimentos sociais, contribuem para se estruturarem enquanto sociedade civil, em moldes gramscianos, a fim de irem implementando *pequenos movimentos* em seus processos de luta, contribuindo para que esse ato revolucionário amplo venha a ocorrer.

bem como **saberes relacionais, comportamentais**, dentre outros. Em termos de *habilidades*, elas poderiam ser compreendidas como saberes relacionados a **competências** desenvolvidas pelos trabalhadores no interior de suas lutas, como as travadas junto a setores empresariais, quando das negociações por melhores salários. Com relação a *valores*, poderiam corresponder à **significância** dada pelos trabalhadores para questões como trabalho, educação e sua própria luta de classe, englobando, pois, sua percepção valorativa sobre ações por eles desenvolvidas em oposição às do capital. Por fim, em termos de *atitudes*, poderiam se configurar em saberes que caracterizariam o **comportamento** dos trabalhadores diante de situações por eles vividas, determinando **procedimentos** de intervenção na realidade.

Como síntese exemplificadora, diríamos que os saberes sociais, oriundos da materialidade histórica dos trabalhadores, consubstanciar-se-iam em informações, em saberes relacionais, em comportamentais, em competências, em percepção de significâncias para o que realizam e em saberes procedimentais, dentre outras possibilidades de esses elementos que constituem a categoria *saberes sociais* se atualizarem.

Considerando-se ainda o proposto por Grzybowski (1986), podemos pleitear que os saberes sociais, neles contidos os tácitos (ver 1.2.1), constituem-se também em elementos de qualificação profissional dos trabalhadores, à medida que lhes possibilitam condições para, em articulação com o fazer do chão-de-fábrica ou de outras atividades produtivas distintas do ambiente fabril, imprimir “resistências” “[...] à organização capitalista do trabalho” (SANTOS, 2000, p. 120) e da sociedade, de um modo geral.²⁹

Nesse sentido, consubstanciar-se-ia uma qualificação fundamentada na cultura e em meios societários vivenciados pela classe trabalhadora,³⁰ fornecendo-lhe, em termos gramscianos, os conhecimentos atinentes ao *societas hominum*, promovendo a consciência sobre direitos e deveres e, conseqüentemente, a introdução na sociedade política e civil (cf.

²⁹ Em práticas societárias ligadas a Comunidades de Base (como as ligadas à Igreja Católica no interior da Amazônia paraense), é muito comum momentos de mística, quando os sujeitos, a partir de um texto, geralmente bíblico, manifestam suas impressões e reflexões, socializando-as com os demais participantes (cf. DAMASCENO, 1990). Trata-se de um momento de dialogicidade, permitindo-se o debate, de modo que se encontrem as condições adequadas para se compreender o material em que se debruçam. Em suma, pode-se deduzir que situações como essas possibilitam a produção de um saber social do tipo relacional-dialógico, muito necessário em ambientes fabris, quando trabalhadores se veem no imperativo de estabelecer relações e dialogicizar, a fim de resolver problemas que os envolvem no interior de um determinado setor produtivo. Trata-se de um saber que possibilita ao trabalhador a socialização de saberes, entre eles os tácitos; trata-se, pois, de um saber que permite ao trabalhador a vivência em grupo como condição para fortalecimento de classe.

³⁰ Fartes (2001, p. 152) postula três fontes de aquisição de qualificação profissional: “[...] a) **formais** – representadas pelas escolas do tipo propedêutico e/ou profissional, pertencentes à rede de ensino regular; b) **não formais** – representadas pelos cursos e treinamentos organizados e estruturados, porém fora do sistema regular de ensino; c) **informais** – representadas pela cultura e nos meios societários, em geral e pela aprendizagem no exercício do trabalho, que hoje se entende como ‘qualificações tácitas’ [...]”.

FRIGOTTO, 2006), tal qual o proposto também por Grzybowski (1986, p. 50), a resumir o que seja o saber social:

Trata-se do saber parcial que serve para identificar e unificar uma classe social, lhe dar elementos para se inserir numa estrutura de relações sociais de produção e para avaliar a qualidade de tais relações, e, enfim, trata-se de um saber que serve de instrumento de organização e luta.

Para Grzybowski (1986), portanto, o saber social, fruto de um estar no mundo como sujeito histórico, possibilita aos trabalhadores uma participação política mais produtiva no interior de suas lutas por uma hegemonia oposta ao capital, porque lhes constitui a matéria-prima para pensar-agir sua própria organização e luta, definindo ações, concebendo estratégias, buscando alternativas outras de sociabilidade.

Esse saber, como diz o próprio autor, refere-se a um conhecimento parcial, uma vez que está em contínuo processo de construção, até porque em processo se encontra a própria formação dos homens e também a sua materialidade histórica, situando-se sempre em um se-fazer-fazendo. Por outro lado, resulta em mecanismo de identificação e unificação de uma classe social, e isso implica considerá-lo como decorrente de atividades produtivas em que se encontram os homens, enquanto vão construindo sua materialidade histórica, de modo que, ao produzirem a existência, também gerariam saberes, os quais, porque oriundos de determinado trabalho, acabariam por vincular os homens entre si em virtude do que e como fazem.

Por fim, os saberes sociais, ainda conforme Grzybowski (1986), permitem aos homens a inserção numa estrutura de relações sociais de produção, o que implica considerá-los como elementos que possibilitam maior participação política de uma dada classe no interior de processos de construção hegemônica, porque possuidora de conhecimentos sobre o como se dão as relações e os embates políticos que fazem a história, caracterizando, assim, sua capacidade de propiciar aos homens também condições para “avaliar a qualidade” das relações de produção nas quais se inserem.

De um ponto de vista descritivo, podemos, a partir de Grzybowski (1986), tomar os saberes sociais como conhecimentos que expressam a visão de mundo e de relações sociais, e o tipo de sociedade e de desenvolvimento para ela concebido, reivindicações, formas de organização, participação e comunicação elaborados pela classe trabalhadora como respostas alternativas às contradições opostas pelo capital, das quais ela própria, enquanto classe, busca a superação, pressupondo tanto os saberes por ela mesma elaborados no decorrer de suas relações interpessoais quanto os oriundos de outros sujeitos, desde que ressignificados

para o atendimento de seus interesses, tornando-se, assim, sociais porque passam a serem assumidos por grupos sociais, tal qual o disposto por Damasceno (1995, p. 25):

O “saber social” aqui está sendo utilizado como um conceito operacional que tem um conteúdo que permite apreender e explicar o saber que é engendrado na prática produtiva, política e cultural dos atores sociais, mas também o conhecimento que estes apropriam-se nas relações pedagógicas que travam com os diferentes agentes educacionais que atuam no seu meio (professores, técnicos, agentes pastorais, militantes de partidos políticos etc.). É importante deixar claro o caráter histórico deste saber, isto significa dizer que o saber trazido pelos agentes educacionais, traduz-se em “saber social”, à medida que é apropriado pelo grupo social — em função da sua prática social, dos seus interesses, enquanto grupo social específico.

Por outro lado, transportando as considerações de Grzybowski (1986) sobre o papel dos saberes sociais para além da configuração camponesa por ele esboçada, diríamos que esses mesmos saberes, observando-os na especificidade de cada categoria constituinte da classe trabalhadora, fortalecem ideológica e socialmente os trabalhadores em confronto com sua classe antagônica, porque, em decorrência da comum situação econômica e social em que vivem, têm a condição de se elaborarem saberes que lhes possibilitam a integração orgânica no processo de luta, sempre baseada no desenvolvimento “[...] da capacidade de participação e intervenção no cenário social e político [...]” (GRZYBOWSKI, 1986, p. 57).

São saberes, no dizer de Grzybowski (1986, p. 29), que refletem as possibilidades e limites da luta dos trabalhadores “[...] como força social concreta face às outras forças sociais e o Estado”, (re)construídos em decorrência da realidade de vida, em seu sentido pleno, negada aos trabalhadores,³¹ levando-os, com a produção desses saberes, a contestá-la, mas também constituindo, pela afirmação do que lhe é negado, a realidade que precisa existir, consoante as considerações de Damasceno (1995, p. 29, grifos nossos):

Quando se observa o cotidiano dos grupos populares nota-se com muita clareza que há uma diversidade de saberes que se inter cruzam e se interfecundam nesse espaço. Alguns destes saberes destacam-se como o saber gestado na experiência do grupo, ancorado no qual os participantes enfrentam os problemas do dia a dia; o saber escolar necessário à formação da cidadania, quase sempre negado às camadas populares, forja-se também, nesse contexto, um “saber social”, fruto das lutas do grupo, originado na contestação, mas que cresce e desenvolve-se com a prática política e

³¹ Calazans (1995, p. 83), em seu estudo sobre o desenvolvimento de práticas sociais de trabalhadores rurais e profissionais da educação e a repercussão destas na formação de uma identidade coletiva, salienta a omissão do Estado frente “[...] às responsabilidades que lhe são inerentes de promoção de direitos sociais, educação, saúde, garantias econômicas e de sobrevivência dos cidadãos. A cada dia é mais flagrante a omissão do Estado — dever ético e político — no atendimento às condições essenciais de produção da igualdade social das amplas camadas das populações trabalhadoras e, principalmente, daquelas que têm todos os direitos negados”. Sem deixar de acreditar que a produção da igualdade social plena só ocorrerá com a derrocada do modo de produção capitalista, há de se considerar a necessidade de um Estado que cumpra seu papel, em tese, de pensar e materializar políticas públicas voltadas para os interesses dos trabalhadores.

contribui substancialmente para a construção de identidade dos sujeitos sociais.

O fio da meada neste processo de (re)construção do “saber social” por parte do grupo parece residir no ato de contestar, de denunciar certos aspectos da vida cotidiana, que os incomodam. De fato, a denúncia aqui aparece como um momento inicial de crítica da realidade imediata, das situações do viver cotidiano.

Saberes sociais encontram-se, então, para além do pragmático, entendido como aquilo que é útil para a imediaticidade do existir. Funcionam inicialmente como denúncia da realidade opressora, mas alargam suas ações para o social, consubstanciando-se na própria materialidade organizativa dos trabalhadores, objetivando sua construção hegemônica. De um ponto de vista ontológico, nascem da materialidade histórica dos trabalhadores para nela continuarem agindo, a partir de seus interesses de classe, sendo essa materialidade histórica que lhes fornece a característica social.

1.1.2.1 Sobre a natureza social do saber social

Tardif (2002, p. 9), ao discutir a questão de saberes enquanto elementos que embasam o “ofício de professor”, aponta cinco justificativas que considera importantes para caracterizar o saber docente como social. Em primeiro lugar, ele ressalta que:

[...] esse saber é social porque é partilhado por todo um grupo de agentes — os professores — que possuem uma formação comum [...], trabalham numa mesma organização e estão sujeitos, por causa da estrutura coletiva de seu trabalho cotidiano, a condicionamentos e recursos comparáveis, entre os quais programas, matérias a serem ensinadas, regras de estabelecimento, etc. (TARDIF, 2002, p. 12).

De acordo com esse autor, saber social implica um conjunto de saberes partilhado por sujeitos que estão imersos em uma mesma realidade material, sujeitos a condicionantes sociais e estruturais ligadas à “[...] estrutura coletiva de seu trabalho cotidiano” (Ibidem, p. 12), permitindo compará-los.

Nesse sentido, ressalta o autor, “[...] as representações ou práticas de um professor, por mais originais que sejam, ganham sentido somente quando colocadas em destaque em relação a essa situação coletiva de trabalho”. Logo, o saber não se reduz apenas a processos mentais,³² tendo como suporte “[...] a atividade cognitiva dos indivíduos” (TARDIF

³² Para Tardif (2002, p. 11), do ponto de vista filosófico a compreensão de saber enquanto representação mental individual enquadra-se perfeitamente numa abordagem mentalista de conhecimento conhecida como mentalismo: “[...] uma forma de subjetivismo, pois tende a reduzir o conhecimento, e até a própria realidade, em algumas de suas formas mais radicais, a representações mentais cuja sede é a atividade do pensamento individual [...]”.

2002, p. 11), mas, pelo contrário, o saber é social, porque produto das relações materiais entre os homens, mediadas pelo trabalho, ganhando respaldo e uso nessas relações.

Além disso, o saber docente é também social, porque a posse e a utilização do mesmo encontram-se repousadas sobre todo um sistema, como universidade e sindicato, por exemplo, que lhe garante legitimidade, orientando-lhe a definição e o uso. Por isso, o saber docente, para Tardif (2002, p. 13), não é definido pelo professor enquanto ser individual, mas sim é “[...] produzido socialmente, resulta de uma negociação entre diversos grupos”, até porque “[...] nos ofícios e profissões não existe conhecimento sem reconhecimento social”.

Por conseguinte, os saberes, no “[...] âmbito de ofícios e profissões [...]”, devem estar relacionados “[...] com os condicionantes e os contextos do trabalho [...]” (TARDIF, 2002, p. 11), o que significa dizer que é no interior das relações sociais travadas pelos homens, como os pescadores artesanais de Cameté ligados à Z-16, que determinados saberes, como atitudinais, discursivos, políticos, habilidades, por exemplo, ganham importância e sentidos históricos, devendo ser analisados à luz dessas relações, sem perder de vista, contudo, a perspectiva da totalidade dos fatos históricos.

Além desses dois argumentos, Tardif (2002, p. 13) destaca que “[...] esse saber também é social porque seus próprios objetos são objetos sociais, isto é, práticas sociais”. Segundo o autor, o professor trabalha com sujeitos sociais, agindo e reagindo a partir deles e com eles “[...] num jogo sutil de conhecimentos, de reconhecimentos e de papéis recíprocos, modificados por expectativas e perspectivas negociadas”, de modo que o saber não se constitui enquanto “conteúdo fechado em si mesmo”, mas se “[...] manifesta através de relações complexas entre o professor e seus alunos”.

Além do mais, destaca Tardif (2002, p. 13), o saber, que é social porque evolui “com o tempo e as mudanças sociais”, em termos de trabalho docente, manifesta-se também como uma construção social,

[...] cujos conteúdos, formas e modalidades dependem intimamente da história de uma sociedade, de sua cultura legítima e de suas culturas (técnicas, humanistas, científicas, populares, etc.), de seus poderes e contrapoderes, das hierarquias que predominaram na educação formas e informal, etc.

Pelo exposto, nota-se o caráter processual desse saber, cuja forma, conteúdo e modalidade vão sendo fornecidas pela história construída pelos homens. Quanto à seleção de que saber social se efetiva nas ações de trabalho docente, tem-se vivido uma luta política para que o saber dos trabalhadores também se materialize no espaço escolar, por ser fruto do

trabalho destes e elemento de demarcação de classe. A construção histórico-social do saber denuncia também a luta entre classes sociais, no sentido de verem firmados os seus interesses hegemônicos.

Por fim, mas não menos importante, Tardif (2002, p. 14) salienta que o saber é social “[...] por ser adquirido no contexto de uma socialização profissional [...]”, sendo “[...] incorporado, modificado, adaptado em função de momentos e das fases de uma carreira, ao longo de uma história profissional onde o professor aprende a ensinar fazendo o seu trabalho”. Assim, o saber é social porque é fruto do envolvimento dos homens no seu fazer cotidiano, resultando numa luta para dominar o saber no sentido de incorporá-lo no interior de seu trabalho e firmando-se também enquanto membro de uma fração da classe trabalhadora.

Apesar de as reflexões de Tardif (2002) terem se voltado especificamente para o saber na perspectiva de trabalhadores ligados à educação, é possível apreendê-lo também na perspectiva de trabalhadores ligados à pesca artesanal do interior da Amazônia paraense, particularmente àqueles pertencentes à Colônia de Pescadores Z-16, situada no município de Cametá. Nesse sentido, o saber desses pescadores é social porque:

1. é partilhado por um conjunto de sujeitos que possuem uma formação em comum — são pescadores — e encontram-se ligados a uma mesma entidade representativa, a Colônia de Pescadores Artesanais Z-16 de Cametá, o que permite analisar e comparar os saberes resultantes dessa relação social;
2. a posse e a utilização desse saber repousa nas relações político-sociais legitimadas pelo ofício de pescador no interior da Colônia de Pescadores, sendo, pois, os seus interesses de classe que lhes reconhecem e fundamentam os saberes;
3. a forma, o conteúdo e a modalidade desse saber resultam de práticas sociais produzidas nas relações entre sujeitos reais, ou seja, o saber se molda no cotidiano das relações entre os pescadores e no seu processo de organização política, mediada pela Z-16;
4. resulta da materialidade histórica em que vivem esses trabalhadores, tanto no sentido local quanto no sentido mais amplo das relações sociais travadas pelos homens no interior do capital;
5. é adquirido e produzido no interior do fazer cotidiano de pescadores que se organizaram politicamente para mediar seus interesses como uma fração da classe trabalhadora. Trata-se, portanto, de um saber que é adquirido no contexto de uma socialização mediada pelo trabalho comum que os une, a pesca, e que os orientou

para uma organização, em que saberes também são socializados, desde os ligados ao ofício de pescador até os relacionados a questões de ordem político-social.

Tratando ainda de questões ligadas a saber enquanto constructo social, Tardif (2002, p. 17) destaca a necessidade de se compreender o saber em relação íntima com o trabalho desenvolvido pelos sujeitos sociais. Para o autor, em termos de trabalho docente,

[...] o saber está a serviço do trabalho. Isso significa que as relações dos professores com os saberes nunca são relações estritamente cognitivas: são relações mediadas pelo trabalho que lhes fornece princípios para enfrentar e solucionar situações cotidianas.

Em que pese o caráter pragmático da relação saber e trabalho, propugnado por Tardif ao destacar que os saberes surgem para *solucionar situações cotidianas*, não se pode deixar de admitir que o trabalho seja o fundamento do saber humano. Isso pode ser observado no caso específico dos pescadores artesanais, em que se postula ter sido o trabalho comum que realizam o fator que os motivou à organização e os motiva ainda a produzir, a adaptar e a incorporar saberes capazes de lhes efetivarem os interesses de fração da classe trabalhadora, tendo sido necessário analisar, por conseguinte, como os saberes sociais desses trabalhadores foram produzidos e modelados no e pelo trabalho, como também já salientara Tardif (2002) ao estudar saberes e trabalho docente.

Outro dado importante das pesquisas desenvolvidas por Tardif (2002) sobre saberes e trabalho docente refere-se ao caráter plural desses saberes, porque envolvem fontes variadas e naturezas distintas de conhecimentos e de um saber-fazer. No dizer do autor, é um saber “[...] compósito, heterogêneo, porque envolve, no próprio exercício do trabalho, conhecimentos e um saber-fazer bastante diversos, provenientes de fontes variadas e, provavelmente, de natureza distinta” (TARDIF, 2002, p. 18). Tal pluralidade de saberes orienta Tardif (2002), em termos metodológicos, a classificá-los “[...] a partir das categorias dos próprios docentes e dos saberes que utilizam efetivamente em sua prática profissional cotidiana” (Ibidem, p. 18).

No que se refere aos trabalhadores artesanais ligados à pesca no interior do município de Cameté, organizados em torno da Colônia Z-16, observamos também esse caráter plural de seus saberes sociais, advindo desde suas relações político-partidárias até, por

exemplo, os decorrentes do envolvimento desses trabalhadores nas comunidades eclesiais de base da Igreja Católica.³³

É provável que os pescadores, na sua constituição de saberes, não deixaram de ser influenciados pela perspectiva formativa assumida por essa ala progressista da Igreja Católica, que buscava formar lideranças voltadas para os problemas sociais através da dinamização do pensamento comunitário, importante elemento ainda presente entre os pescadores por nós analisados. É o que nos relata Favacho (1984, p. 94), ao destacar que a Igreja, nos idos da década de setenta e oitenta do século XX, quando vinha também se dando a organização dos pescadores no sentido de um questionamento da direção da entidade por não pescadores, buscava desenvolver entre os trabalhadores

A consciência da responsabilidade com os problemas sociais e políticos: em todos os encontros comunitários há sempre um lugar especial para o culto ou para uma oração mais curta. É, por assim dizer, o “selo” dos encontros. Os cantos criados pelo povo e usados na liturgia retratam sua própria realidade, falam da luta de classe, da opressão e da miséria, da fome e da falta de saúde e educação, do problema da terra e do engodo da classe dominante; fala também da necessidade da união dos pobres, da esperança dos oprimidos, do compromisso pela construção de um mundo humano e fraterno.

Essa participação da Igreja Católica na formação dos pescadores e, por conseguinte, na construção de saberes, fora também destacada pelo pescador José Fernandes Barra, quando expressa que, para a organização dos pescadores em torno da tomada da Z-16, a Prelazia de Cameté muito contribuiu, por meio de sua Pastoral da Pesca.

[...] vendo a dificuldade que o pescador passava, nós começamos a nos organizar nas comunidades, através de reuniões. Dentro da Prelazia tinha a pastoral dos pescadores e aqui temos uma luta muito grande do Carlos Neto, que era o coordenador naquela época. Então, nós juntamente com eles começamos a nos organizarmos porque começamos a ter necessidade de ter uma entidade que nos representasse e aquela que era dirigida pelo Estatuto da Federação não atendia às nossas necessidades. Então a partir daí, vendo a necessidade dos pescadores e pescadoras, nós começamos a reunir várias vezes e não foram poucas vezes. Começamos a ir às comunidades e com isso conseguimos criar um grupo de oposição muito forte naquela época, em que a Colônia não era dirigida pelos pescadores.

A natureza dos saberes sociais apreendidos e produzidos pelos pescadores é fruto, portanto, de sua imersão na materialidade histórica, para o que muito contribuiu a Igreja

³³ A esse respeito, Favacho (1984, p. 100), ao tratar do processo formativo desenvolvido pela Igreja Católica Apostólica Romana no município de Cameté, também junto a comunidades ribeirinhas, destaca que ela buscou, por meio das Comunidades Cristãs, espalhadas por diversas localidades, imprimir junto aos trabalhadores “[...] uma nova atitude perante os problemas sociais, a prática da cooperação, do mutirão, da ajuda mútua. O clero, por sua vez, assumia uma nova postura, a de ajudar o povo a descobrir as suas próprias possibilidades para se promover”. Tratava-se, então, de se colocar em prática as orientações da Igreja Progressista pautada pela Teologia da Libertação, advindas do Concílio Vaticano II (cf. FAVACHO, 1984).

Católica com sua Teologia da Libertação das décadas de 1970 e 1980, bem como as relações por eles vivenciadas em oposição à construção da Hidrelétrica de Tucuruí e ao modo de governabilidade imposto pelas oligarquias locais, atestando, dessa maneira, o disposto por Tardif (2002) de que os saberes sociais são resultantes de contextos e experiência variadas.

Não menos importante, contudo, encontra-se o fato de que esses saberes sociais vieram se constituindo como unidade teórico-prática ao longo da trajetória de vida político-social desses pescadores, possibilitando-lhes um exercício de poder nas mediações travadas para o desenvolvimento de seus interesses de classe, pois, conforme Tragtenberg (2004, p. 35), é por meio do coletivo organizado que se percebe a necessidade de lutar por seus direitos.

1.1.2.2 A instrumentalidade do saber: da relação entre saber e poder

Tragtenberg (2004), ao tratar da relação entre educação, política e sindicalismo, destaca que, no capitalismo moderno, se intensificaram os laços entre saber e poder, já não bastando tão somente dominar a natureza, mas, sendo necessário, sobretudo elaborar conhecimentos que propiciassem um melhor aproveitamento dos elementos orgânicos e inorgânicos nela presentes, para poder satisfazer às necessidades imediatas da existência humana; passou-se, então, a produzir “um tipo de saber necessário à dominação” (Ibidem, p. 21) e que, se aplicado, seria capaz de reproduzir o poder.

Trata-se, neste sentido, de uma discussão em que se problematiza o saber não como instrumento de emancipação humana, mas como mecanismo de perpetuação de desigualdades sociais, corroborando o princípio marxiano de que o capitalismo não produz somente as condições materiais para assegurar o seu existir, mas também as ideias, os saberes necessários para que os trabalhadores tomem como seus os interesses do mercado.

Para Tragtenberg (2004), essa instrumentalidade do saber satisfaz à concepção de sociedade pensada pela classe burguesa, que se utiliza de aparelhos ideológicos, como universidades, para produzir conhecimentos que sirvam à estabilidade de sistemas, muito contribuindo para tanto o financiamento externo de pesquisas, que determina, por sua vez, seus conteúdos, objetivos e finalidades. Considerando o contexto norte-americano, assim se expressa o autor nesse sentido:

Tudo isso é devido também à centralização econômica e burocrática que reforça a dependência da universidade em relação ao Estado, além da tendência utilitarista do ensino superior norte-americano predispor-lo a servir às empresas e ao Estado. A tradição pragmatista norte-americana leva os universitários a valorizarem mais a aparência que a essência das coisas. (TRAGTENBERG, 2004, p. 26).

E ainda:

[...] trata-se de munir a elite norte-americana de material antropológico e sociológico sobre elites e grupos minoritários que possam ser utilizados pelo poder para intervir na direção dos processos sociais e políticos latino-americanos. É o saber a serviço do poder. (Ibidem, p. 36-37).

Não ampliaremos esta discussão, dados os interesses da presente pesquisa, acerca do uso dos saberes universitários a serviço do mercado. Interessa-nos, sim, a partir daí, demonstrar que a produção de saberes, no capitalismo, não se faz desordenadamente, mas, pelo contrário, faz-se acompanhar do fomento de intelectuais orgânicos, numa perspectiva gramsciana (GRAMSCI, 1968), que lhe garantam os conhecimentos necessários à manutenção de sua hegemonia, adquirindo tais saberes um caráter pragmático: produz-se aquilo que instrumentaliza a classe burguesa a conhecer a classe trabalhadora para, com isso, poder dominá-la melhor. Em termos acadêmicos, tomando ainda o contexto americano, eis o que relata Tragtenberg (2004, p. 27):

A ciência social vê-se reduzida a simples fornecedora de elementos aos que detêm o poder nos EUA, para permitir a sua intervenção nos aspectos econômicos ou sociais do real, porém o maior problema é prevenir o conflito no local, do que vencê-lo. A cibernética serve à planificação automatizada da contrarrevolução. A função principal é a advertência preventiva. Assim o estudo de campo, a análise da dinâmica interna de grupos antagônicos (operários, camponeses, estudantes). Ao poder é vital a ação repressiva burocrática. Na medida em que os cientistas propõem terapia de controle sobre os que estão abaixo, eles servem aos que estão acima.

Numa perspectiva de dominação, a produção de saberes econômicos, antropológicos, sociológicos, cibernéticos, culturais, dentre outros, encontra-se atrelada aos interesses da classe dominante, cumprindo o papel de perpetuar sua existência e maximizando o potencial de obtenção da mais-valia.

Mas, contra essa lógica, os trabalhadores também vêm produzindo saberes, porque disputam com a burguesia projetos distintos de sociedade. E, nesse campo de disputa, a burguesia sempre se apropriou dos saberes desses sujeitos para maximizar seus lucros, como o faz com os conhecimentos tácitos, conforme descrito em 1.2.1.

Mas os trabalhadores vêm, a partir de sua perspectiva, também desenvolvendo saberes, reelaborando outros, a fim de ver seus interesses materializados, porque compreendem que o saber se personifica em poder, conforme observamos no Capítulo IV, quando discutimos os saberes que os pescadores construíram para tomar a Z-16 de dirigentes não pescadores, bem como para contestar a realidade e promover a organização política, por meio de sua entidade representativa de classe.

1.1.3 Saberes sociais e perspectiva de análise

Damasceno (1995), estudando a relação entre saber social e construção de identidade, a partir do conceito proposto por Grzybowski (1986), ressalta que o acesso a esse tipo de saber deve partir da interrogação dos sujeitos sociais³⁴ que o produzem em determinada relação de produção, a fim de atender a seus interesses, “[...] questionando-lhes os motivos, as razões, os argumentos, a respeito de suas ações e do seu discurso, buscando atingir a ‘episteme cotidiana’ [...]”.

Para tanto, a autora parte de dois pressupostos: a) o *saber* constitui uma atividade tanto discursiva quanto intelectual, consistindo em validar, por meio de argumentos ou operações, uma produção ou ação; b) os motivos da ação e do discurso cotidiano possuem uma dimensão social (cf. DAMASCENO, 1995, p. 20). Nas palavras desta pesquisadora, em termos metodológicos, portanto,

Estudar este “saber social” requer do pesquisador uma postura que valorize a comunicação entre os polos investigador e investigado, objetivando captar e interpretar a compreensão que os próprios atores têm acerca de sua realidade. Isto significa aprender como eles vivem, como trabalham, as lutas que empreendem; desvelando assim a sua mentalidade, suas direções perspectiva. (DAMASCENO, 1995, p. 20).

É exatamente esta postura que valorizamos nesta pesquisa, pois a apreensão dos saberes sociais da fração de classe por nós estudada deu-se não somente pela interrogação de seus sujeitos, mas também pela possibilidade de a análise de documentos e a observação *in loco* do trabalho por eles desenvolvido fornecerem indícios de como produzem e quais são seus saberes sociais, tomando-os como um “[...] saber específico elaborado por um grupo social particular em função de suas atividades e das relações que desenvolvem no plano econômico, social, político e cultural” (DAMASCENO, 1995, p. 20).

Conceitualmente, Damasceno (1995) salienta que os saberes sociais resultam da produção material humana, não se constituindo uma realidade abstrata, como que deslocada da existência cotidiana, mas “[...] uma evidência da unidade entre pensamento e prática, expressão do ato único do homem que na ação elabora a realidade, recriando, transformando-a” (DAMASCENO, 1995, p. 21), nos moldes da filosofia da práxis proposta por Vázquez (1968). Além disso, Damasceno (1995) destaca que a concepção de *saberes sociais* não

³⁴ Damasceno (1995) utiliza em sua pesquisa a categoria atores sociais para se referir aos produtores de “saberes sociais”. Não seguimos o mesmo procedimento, por considerar que, em termos semânticos e políticos, a categoria *atores sociais* tende a colocar os homens como que interpretando uma vida que não é a sua. Preferimos a categoria “sujeitos sociais”, por considerar que aí está a face real da materialidade dos homens, que se constituem enquanto sujeitos que produzem a existência, via trabalho.

se enquadra como resultado do “senso comum” dos trabalhadores,³⁵ “[...] porque o senso comum é uma forma de pensar a realidade baseada numa visão de mundo imposta mecanicamente pelo ambiente exterior, ou seja, por um grupo social [...]” (Ibidem, p. 24-25), enquanto que os saberes sociais resultam “[...] do trabalho e da luta, é a expressão concreta da consciência de um grupo social, um saber que é útil ao trabalho, aos enfrentamentos vividos cotidianamente [...]” (Ibidem, p. 25).

Trata-se, então, de considerar o saber social como resultante do “bom senso” de que nos fala Gramsci (2006, p. 101), materializado pela filosofia da práxis, apresentando-se “[...] em atitude polêmica e crítica, como superação da maneira de pensar precedente e do pensamento concreto existente [...]” em oposição ao senso comum, embora com este os saberes sociais mantenham uma afinidade, já que ambos resultam da *dimensão prática coletiva* em que estão mergulhados historicamente os sujeitos, o núcleo sadio do senso comum, segundo Damasceno (1995).

Caracterizando ainda mais o conceito de *saberes sociais*, Damasceno (1995) aponta três dimensões que qualificam esse tipo de saber. Em primeiro lugar, há de se considerar que eles resultam de um processo coletivo de trabalho, proveniente das relações e das práticas organizativas e políticas que os envolvem, sendo, por isso, apropriados pelo grupo social em que se manifestam.

Por outro lado, trata-se de saberes que resultam de uma hierarquização da prática social do grupo, ou seja, decorrem de prioridades da vida real, da vida cotidiana, podendo mudar constantemente conforme as mudanças de materialidade de vida dos sujeitos.

Por último, esses saberes possuem uma força que permite ao grupo social que os detém uma inserção em determinadas relações econômicas, políticas e culturais, de modo que participe, integre-se e/ou oponha-se, resista e lute no contexto dessas relações, objetivando uma nova hegemonia.

1.1.4 Trabalho e saberes sociais: elementos da práxis humana

Saberes, conhecimentos, valores, leituras de mundo e das relações sociais não nascem do vazio. Não são oriundos de uma consciência como que concebida distante da materialidade histórica dos homens. Pelo contrário, resultam, nas palavras de Schwartz (2003), de um “fazer história” no trabalho, porque “[...] os homens, ao desenvolverem sua

³⁵ Apoiamo-nos nas reflexões de Gramsci (2006) sobre senso comum, entendido como uma compreensão incoerente sobre a realidade, constituindo-se desorganizado e fragmentário.

produção material e relações materiais, transformam, a partir de sua realidade, também o seu pensar e os produtos do seu pensar [...]” (MARX & ENGELS, 2007, p. 52), sendo a vida, portanto, o elemento determinante da consciência, do espiritual.

E essa vida, elemento determinante da consciência, materializa-se no trabalho (MARX, 2008a), por meio do qual, na ação dos homens sobre a natureza, a fim de prover a própria existência, vão se produzindo saberes, experiências de mundo que lhes possibilitam intervir em sua materialidade histórica, em uma sempre lógica cíclica e cumulativa de aprendizagens.

O trabalho, portanto, vai gerando tantos saberes quantas forem as necessidades demandadas pelos homens, permitindo-lhes o exercício de uma práxis sempre aberta ao novo, contrapondo-se a teses tayloristas que concebem as atividades produtivas humanas como que impedidas de criatividade e engenhosidade, sendo o trabalho, nesta perspectiva, “[...] apenas uma sequência de soluções já pensadas por outros [...]” (SCHWARTZ, 2003, p. 22), como que enunciando o fim da história ou preconizando que aos homens cabe tão somente o adequar-se ao que já está posto materialmente.

Desta forma, ao tratar sobre o processo do trabalho, Marx (2008a, p. 212) manifesta a tese de que pelo trabalho o homem se constitui, demarca sua identidade, sua personalidade, seu modo de vida, sua subjetividade e objetividade. Sua subjetividade porque, por meio do trabalho, o homem vai estabelecendo valores, concepções de mundo, saberes; objetividade porque, por meio do trabalho, o homem também vai moldando o mundo, a realidade material, tanto a objetos físicos quanto ao ser social, sendo capaz de projetar e materializar, concomitantemente, essa realidade.

Sob essa perspectiva marxiana, o trabalho, em sua faceta não alienada, é o momento de constituição da humanidade do homem, porque lhe permite o exercício da engenhosidade, da criatividade, do planejamento e da execução do seu querer, conforme a descrição da natureza do trabalho humano, feita por Marx (2008a), em oposição ao saber fazer animal.

Pressupomos o trabalho sob forma exclusivamente humana. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha supera mais de um arquiteto ao construir sua colmeia. Mas o que distingue o pior arquiteto da melhor abelha é que ele figura na mente sua construção antes de transformá-la em realidade. No fim do processo do trabalho aparece um resultado que já existia antes idealmente na imaginação do trabalhador. Ele não transforma apenas o material sobre o qual opera; ele imprime ao material o projeto que tinha conscientemente em mira, o qual constitui a lei determinante do seu modo de operar e ao qual tem de subordinar sua vontade. E essa

subordinação não é um ato fortuito. Além do esforço dos órgãos que trabalham, é mister a vontade adequada que se manifesta através da atenção durante todo o curso do trabalho. E isto é tanto mais necessário quanto menos se sintam o trabalhador atraído pelo conteúdo e pelo método de execução de sua tarefa, que lhe oferece, por isso, menos possibilidade de fruir da aplicação das suas próprias forças físicas e espirituais. (MARX, 2008a, p. 212).

Em termos políticos, partindo das características objetiva, subjetiva e transformadora do trabalho humano, os homens, enquanto classe trabalhadora, têm necessidades de melhorar suas condições de vida, planejando a satisfação dessas necessidades por meio das relações sociais permeadas pelo trabalho, buscando um amoldar-se coletivamente, enquanto objetos da natureza, em torno de projetos humanizantes de existência, o que pode consubstanciar-se em luta de classe e, por extensão, organização social.

É pelo trabalho que o homem se organiza e se articula com outros homens, a fim de controlar a natureza, objetivando, na perspectiva dos trabalhadores, uma realidade pautada pela primazia do reino da liberdade, direcionada para a emancipação humana, partindo-se do pressuposto de que a relação ontológica do homem com a natureza nunca previu a alienação dos resultados de seu trabalho, senão a plena satisfação das necessidades humanas, imprimindo à natureza formas úteis à vida humana, como no dizer de Marx (2008a, p. 211):

Antes de tudo, o trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Defronta-se com a natureza como uma de suas forças. Põe em movimento as forças naturais de seu corpo — braços e pernas, cabeça e mãos, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana. Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza. Desenvolve as potencialidades nela adormecidas e submete ao seu domínio o jogo das forças naturais.

Em termos classistas, os trabalhadores, por meio de seu trabalho e de sua relação transformadora para com a natureza, vão forjando uma consciência da realidade em que vivem, manifestada em forma de *saberes sociais*, quer na forma de um conhecer-saber a sua realidade oprimida; quer na forma de conteúdos político-socioculturais e econômicos que lhes possibilitem a construção hegemônica, “[...] atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza.” (MARX, 2008a, p. 211).

Trata-se de uma concepção de trabalho como princípio educativo (cf. GRAMSCI, 1968), à medida que vai moldando a natureza às suas necessidades, vai também o homem aprendendo as sutilezas de sua relação com aquela e com outros homens, vai adquirindo

saberes, quer no campo das especificidades de cada tipo de trabalho, quer no campo das relações sociopolíticas enquanto luta de classes.

Logo, no interior do trabalho humano, manifesto em diferentes setores de produção, trabalhadores em contato com outros homens vão compreendendo problemas, abstraindo sofrimentos, formando uma consciência de classe, nos moldes propostos por Marx e Engels (2006), que lhes permite o entendimento de que o mundo posto para esses trabalhadores não é o que lhes vai atender os interesses, haja vista ser um mundo materialmente elaborado pela classe burguesa para se firmar no poder, uma vez que “As ideias dominantes de uma época sempre foram as ideias da classe dominante” (MARX & ENGELS, 2005, p. 107), em cuja oposição constroem os trabalhadores seus *saberes sociais*, produtos da práxis humana mediados-construídos pelo trabalho.

Com base no postulado marxista de que os homens produzem história, Schwartz (2003, p. 23) salienta que, pelo trabalho, onde a história constantemente se faz, vão se criando, re-questionando e re-combinando saberes, “[...] reproduzindo em permanência novas tarefas para o conhecimento”. Consequentemente, a educação, segundo Saviani (2007), está interligada com a origem do trabalho, sendo por ele constituída, à medida que o homem sente a necessidade de adaptar a natureza para garantir sua sobrevivência, e é, por conseguinte, levado a ter de aprender a realizar tal adaptação, transformação, produção:

Com efeito, a origem da educação coincide com a origem do próprio homem. Isso porque, não tendo o homem sua existência garantida pela natureza, ele necessita produzi-la e, para isso, tem que agir sobre a natureza transformando-a e adequando-a às suas necessidades. Assim, diferentemente dos demais animais que se adaptam à natureza, o homem tem que fazer o contrário: ele precisa adaptar a natureza a si. Esse ato de agir sobre a natureza tomando-a como matéria-prima que é transformada mediante o uso de determinados instrumentos, visando a atingir certo objetivo, isto é, buscando chegar a determinados resultados, é o que se chama trabalho. Ou seja, os homens são aquilo que eles próprios produzem em sua ação sobre a natureza. Portanto, se o homem não tem sua existência garantida pela natureza, mas precisa produzi-la, ele necessita aprender a produzi-la; ele necessita aprender a agir sobre a natureza. Isso quer dizer, pois, que ele necessita ser educado. (SAVIANI, 2007, p. 9-10).

Os homens, sujeitos históricos, *no e pelo* trabalho produzem, pois, saberes, não se constituindo tal aprendizado em simples repetição do que outros já conceberam. Primeiro porque “no trabalho” representa a materialidade em que se dá a aprendizagem; “pelo trabalho”, o movimento, a relação processual que permite *o novo* por meio da objetividade e da subjetividade inerentes ao trabalho humano.

Assim, para sanar suas necessidades, depara-se o homem com a realidade, que é sempre metamórfica, por mais que sejam “máquinas” com uma pré-codificação do que se deve fazer, uma vez que no trabalho há sempre algo não antecipável (cf. SCHWARTZ, 2003); e nesse deparar-se, vai o homem pensando e materializando sua atividade laboral, a fim de buscar a satisfação de suas necessidades; e essa satisfação acaba gerando novas formas de se relacionar com a realidade e produzindo saberes, pois, “Na medida em que, dia após dia, tratando daquilo que no trabalho não é antecipável, eles realimentam e transformam as configurações culturais e sociais, eles fazem a história” (SCHWARTZ, 2003, p. 23). E fazer história, nesse contexto, é produzir saberes, conhecimentos, valores, novas realidades conceituais e materiais, na compreensão de que a realidade é resultante tanto da unidade teoria-prática como da unidade passado-presente, como afirma Kosik (2002, p. 150-151):

Em relação ao passado a história humana é uma ininterrupta totalização no curso da qual a práxis humana inclui em si mesma os momentos do passado e somente mediante tal integração os reaviva. Nesse sentido, a realidade humana não é apenas produção do novo, mas também reprodução (crítica e dialética) do passado. A totalização é um processo de produção e reprodução, de reavivamento e rejuvenescimento.

Assim, os saberes são uma totalidade de conhecimentos resultantes da articulação presente-passado que permeia a existência dos seres humanos, considerando-se a dupla natureza da construção material dos homens: as condições de vida que encontram elaboradas antes do seu nascimento e aquelas que resultam de sua própria ação atual no mundo.³⁶

Em termos de classe, isso significa que aos trabalhadores estão dados saberes muito antes de seu estar no mundo, mas também que eles têm a possibilidade de, a partir desses mesmos saberes, negando-os, produzir, em sua perspectiva, valores, atitudes, habilidades, formas de intervir no mundo, ou, até mesmo, seus próprios saberes, ressignificando-os de acordo com os seus interesses.

De qualquer forma, os saberes gerados pela classe trabalhadora sempre estarão partindo de um passado, quer pela sua negação total ou parcial, quer objetivando a superação de sua realidade contraditória: uma massa humana destituída totalmente de propriedade ao lado de um mundo de riqueza e cultura existente gerado pelo incremento do capital.³⁷

Para Schwartz (2003, p. 22), enfim, a relação entre trabalho e saberes é dialeticamente construída, pressupondo processo, movimento, diferentemente dos postulados

³⁶ Cf. Marx & Engels (2007).

³⁷ Ibidem.

tayloristas de que o trabalho não possibilitaria o encontro do homem com o fazer história, já que o mesmo seria “[...] apenas uma sequência de soluções já pensadas por outros”.

Nas considerações desse autor, o trabalho é movimento histórico, é palco de contradições, de negações; é momento de se fazer história, re-questionando e re-combinando saberes — é a tese de que um saber guarda em si o germe de um saber que o gerou, quer por continuidade ou por negação completa.

Assim, “[...] toda atividade de trabalho encontra saberes acumulados nos instrumentos, nas técnicas, nos dispositivos coletivos; toda situação de trabalho está saturada de normas de vida, de formas de exploração da natureza e dos homens uns pelos outros”; porém, “[...] todo este conjunto de normas, de saberes, de concentrados de história passada, não pode, em caso algum, determinar por si só o que se vai passar na atividade de trabalho” (SCHWARTZ, 2003, p. 23), porque

[...] este concentrado de história é sempre, por uma parte, inacabado, lacunar, isto significa que a história se re-escreve em permanência, que novas normas de construção de saberes, de construção social, ‘renormalizações’ incessantes reaparecem em todos os lugares onde os grupos humanos se mobilizam para produzir. (SCHWARTZ, 2003, p. 24).

Na base das reflexões de Schwartz (2003) está a tese de que os trabalhadores geram novos saberes em virtude das lacunas deixadas pelo próprio sistema capitalista em seu processo de produção, como observa Santos (2000, p. 129, grifo nosso), ao refletir sobre a produção de saberes no interior de uma empresa de engenharia de equipamentos siderúrgicos:

O saber em jogo na produção não é somente um produto que deve ser “realizado”, aplicado, assimilado, interpretado ou mesmo aprendido através do ato de trabalho. Ele é produto sim, ele tem um conteúdo próprio, mas ele é sempre susceptível de ser ampliado, de incorporar novos conteúdos, ou seja, de ser trabalhado. Ele não é um produto acabado, objeto morto. *Seus limites são frágeis porque ele apresenta lacunas, porque ele está em construção permanente.* Produto e processo, ele está sempre em trabalho através das diversas atividades realizadas no trabalho.

Essa lacunidade resulta do não fim da história, da não previsibilidade total do que se pode ou não fazer pelo trabalho. Essa lacunidade é a demonstração de que as máquinas, por exemplo, por mais programadas que estejam para responder às necessidades do mercado, não dão conta de responder às novas determinações que sempre surgem da relação entre o homem e a natureza, que engloba tanto elementos orgânicos quanto não orgânicos.

Em termos políticos, essa lacunidade refere-se à própria não possibilidade de humanização do homem pelo capital, levando-o a questionar a realidade, criando formas de pensar-agir que lhe permitam construir uma nova história social.

Em termos sociológicos, é a *lacunidade*, na garantia das condições ideais de existência da classe trabalhadora, que vai motivando essa classe a construir saberes que lhe permitam se contrapor à lógica de mercado.

Em termos de saberes tácitos, essa lacunidade possibilita aos trabalhadores resolver questões de produção não previstos no roteiro de ações fabris, constituindo-se em saberes que “[...] vão de aprendizagens não conscientes, não expressos em linguagem, dificilmente perceptíveis até as maneiras de fazer socializadas, justificáveis, manifestas” (SCHWARTZ, 2003, p. 24).

Na interpretação de Schwartz (2003), esses saberes, por serem muitas vezes “aprendizagens não conscientes”, podem não ser expressos em linguagem, tornando, de um ponto de vista metodológico, difícil sua apreensão. Contudo, tal problema se resolve à medida que se trabalha com uma compreensão de linguagem para além do verbal, que envolva não só o corpo todo em sua caracterização, mas também unidades de contextos que se coarticulem com conteúdos verbalizados pelos informantes.³⁸

Assim, uma observação participante imersa no contexto sociocultural e político dos sujeitos pesquisados, que tome um olhar totalizante sobre a ação laboral de trabalhadores na resolução de problemas de produção, pode contribuir para a compreensão dos saberes que ali foram atualizados e realizados. Foi o que se fez ao longo desta pesquisa.

Por outro lado, de um ponto de vista dos conteúdos de tais saberes, eles dependem do contexto do trabalho realizado, ou seja, é preciso considerar a esfera profissional e política vivida pelos trabalhadores, pois é nela que as representações se efetivam e ganham significados, uma vez que

[...] os trabalhadores constroem para si, consciente ou inconscientemente, “referências sintéticas” que não têm pleno valor a não ser na especificidade de tal instalação ou tipo de produção; sintéticas porque elas dão uma quantidade de informação sobre o estado e o funcionamento global de um sistema: informação sobre o grau de qualidade do produto ou sobre o estado de um ambiente humano e social associado ao trabalho. (SCHWARTZ, 2003, p. 25).

Embora Schwartz (2003)³⁹ esteja tratando de saberes que resultam de uma relação técnica do trabalhador *no chão de uma fábrica*, como o conhecimento de um ruído que, em

³⁸ Cf. Franco (2007).

³⁹ Há de se considerar, contudo, que o trabalho de Schwartz (2003) não se concentra numa reflexão sobre os saberes tácitos numa perspectiva exclusivamente pragmática. Pelo contrário, o debate sobre o caráter pragmático desses saberes nasce de uma perspectiva política desenvolvida pelo autor, no sentido de os trabalhadores, por meio desses saberes, exercerem sua autonomia e criatividade no/pelo trabalho, atuando tais saberes como

dado contexto de um maquinário, poderia denotar necessidade de revisão no equipamento, não se pode desconsiderar o fato de que, em termos metodológicos, a decodificação de saberes sociais de trabalhadores de pesca artesanal da Amazônia paraense, como aqueles previstos para o desenvolvimento do presente estudo, não têm como serem definidos sem a consideração do palco onde eles travam suas lutas sociais; também não se pode desconsiderar o fato de que esses saberes constituem o fator diferencial do homem em relação à máquina, contrariando o discurso de que com a mecanização o trabalhador tornar-se-ia elemento desnecessário para o mercado (se assim o for, a razão não estará, com certeza, na supremacia da máquina sobre o homem).

Por meio do trabalho, portanto, os homens vão produzindo saberes que lhes permitem se contrapor à sistematicidade opressiva do mercado, embora nem sempre sejam formalmente codificáveis, expressos em linguagem,⁴⁰ uma vez que “[...] não têm estatuto de objetividade, de evidência dedutiva, próprio aos conhecimentos nas ciências da natureza [...]” (SCHWARTZ, 2003, p. 27), o que implica haver um trabalho de campo e de análise que transcenda a simples entrevista, voltando-se também para observação do cotidiano sociopolítico dos pescadores no interior de sua entidade representativa.

Ainda segundo Schwartz, os saberes resultam de renormalizações de saberes instituídos, já que, no interior de atividades laborais, “Há, de alguma forma, ‘lacunas de normas’ e de saberes (o inacabado), e cada um vive debates de normas dos quais dependerá o grau de engenhosidade, de produtividade em termos de saber que ele manifestará” (Ibidem, p. 27).

É essa natureza inacabada da história humana, portanto, que permite ao homem a reinvenção, a engenhosidade, a criatividade, a capacidade de gerar uma práxis transformadora, em que, ao mesmo tempo em que projeta o novo, vai também executando-o, renormalizando ações previstas, recriando e reorganizando a realidade, já que “[...] os homens e as mulheres no trabalho não param, queiram ou não, de tentar renormalizar os saberes, os procedimentos, os organogramas [...]” (SCHWARTZ, 2003, p. 30).

Isso é dialética, é construção de espaços de hegemonia. Nesse sentido, os trabalhadores, em um contexto maior de relações sociais, reelaboram formas de organização

instrumentos de disputa, por exemplo, nas relações entre patrão e empregado. Tal perspectiva de análise também se refere à compreensão de saberes tácitos, desenvolvida por Aranha (1997) e Santos (2000).

⁴⁰ Neste mesmo subtópico de reflexão já esboçamos algumas reflexões para resolver esse aparente problema metodológico.

de Estado, instrumentos de participação política, a fim de atender à sua perspectiva de sociedade.

As reflexões de Schwartz (2003) e Santos (2000) tomam os saberes tácitos como objetos de investigação, não sendo esta, todavia, a lógica que rege a presente pesquisa. Não se está preocupado com o caráter pragmático dos saberes sociais. Se assim o fosse, bastaria analisar que saberes sociais, do tipo tácito, são produzidos pelos trabalhadores da pesca artesanal para dar conta das lacunidades impostas pela produção do cotidiano. Preocupamo-nos, sim, com a construção de saberes sociais, enquanto elementos da práxis social, que permitem a disputa de classe a partir de uma organização política dos trabalhadores da Colônia de Pescadores Artesanais Z-16 de Cameté. Por isso, suas colocações sobre saberes como oriundos da história humana e tomados como instrumentos de disputa de classe são fundamentais para se compreender os saberes sociais como conhecimentos produzidos para o atendimento de perspectivas políticas de uma nova sociedade, atrelados a interesses da classe trabalhadora.

1.1.4.1 Saberes sociais e a filosofia da práxis

Vázquez (1968, p. 122), refletindo sobre a concepção marxiana de práxis, postula que não se pode compreendê-la como uma crítica do real “[...] que por si só transforma o real [...]”, tampouco como uma “[...] filosofia da ação, entendida como uma teoria que traça os objetivos que a prática deve aplicar e atingir [...]”. Pelo contrário, práxis é “[...] atitude humana transformadora da natureza e da sociedade [...]” (Ibidem, p. 117), emergida do envolvimento do homem com a realidade numa relação cíclica e unitária de fazer-pensar. Trata-se, então, de concebê-la como atividade.

Todavia, não ocorre de toda atividade se constituir em práxis, por mais que possa transformar um objeto em outro. É preciso, conforme Vázquez (1968), que a atividade humana, enquanto práxis, seja, primeiramente, impulsionada por uma necessidade — nascida da relação homem-natureza —, a partir da qual ocorre um (re)direcionamento para a realidade, seja ela material ou social (objetos em que se objetivam a subjetividade humana), a fim de se produzir idealmente um resultado, plasmado, em seguida, em um produto efetivo, real, podendo ou não corresponder ao inicialmente planejado. Em termos sociais, trata-se de reconhecer a práxis como transformação que produz a emancipação humana, como necessidade crucial para manutenção da existência com qualidade, tendo o homem como sujeito-objeto da ação, até mesmo porque

Se o homem vivesse em plena harmonia com a realidade, ou absolutamente conciliado com seu presente, não sentiria a necessidade de negá-los idealmente nem de configurar em sua consciência uma realidade ainda inexistente. (VÁZQUEZ, 1968, p. 189)

Logo, a concepção marxiana de práxis pressupõe um laço entre filosofia e realidade (VÁZQUEZ, 1968), de modo que o mergulho nesta última vai configurando um conhecimento-saber (teórico, portanto), que se molda à medida que esse real também vai se modificando pela ação do homem, a fim de contribuir para a transformação da própria realidade que, na perspectiva da práxis, pressupõe a humanização do homem face o fetichismo da mercadoria que lhe foi imputado pelo capitalismo.

Nessa linha de raciocínio, os saberes sociais assumiriam para os trabalhadores a materialidade de uma práxis revolucionária nos moldes propostos por Vázquez (1968), na medida em que se consubstanciariam em estratégias teórico-práticas para conquistas e implementação de espaços e direitos sociais atrelados a seus interesses de emancipação, partindo do imediatismo de suas necessidades de existência para uma aniquilação completa do modo produtor da alienação do trabalho humano.⁴¹

Mas, nesta perspectiva, não haveria uma impossibilidade para o estabelecimento da relação entre saberes sociais e filosofia da práxis, já que esta última pressupõe revolução, transformação radical da realidade? De modo algum, principalmente quando se entende revolução como movimento, processo, *um-se-fazer-fazendo-pensando*. Trata-se do uso dos saberes sociais como instrumentos de construção organizativa da classe trabalhadora, resolvendo suas necessidades imediatas, mas também atuando como força motriz para a abolição definitiva da classe trabalhadora.⁴²

Além dessa relação entre filosofia da práxis e realidade, Vázquez (1968) também reflete acerca do trabalho enquanto práxis original, responsável pela geração de produtos tanto materiais quanto imateriais, a partir da subjetivação-objetivação imposta sobre a natureza, a fim de atender às necessidades criadas pelo próprio homem. Por essa ótica, *saberes sociais* constituem-se produção imaterial resultante do trabalho humano, servindo-lhe para o fortalecimento da sociedade civil (nos moldes gramscianos), constituída por meio de organizações sociais como uma colônia de pescadores artesanais.

Essa concepção do trabalho como práxis original parte do postulado marxiano (MARX, 2008a) de que no trabalho atuam o pensar e o fazer como unidades indissociáveis,

⁴¹ Cf. Lukács (2003).

⁴² Ibidem.

uma vez que o homem, ao realizar uma modificação sobre a natureza, projeta-a mentalmente a partir do que aquela primeira lhe dispôs como possibilidade material, nela imprimindo objetivamente sua subjetividade. Isso é práxis, já que o teórico e o prático nascem do movimento do homem sobre a realidade, que lhe fornece os meios para o pensar-agir, bem como as razões contextuais para reformular ou não suas ações.

Mas em que medida a práxis, enquanto unidade teórico-prática sobre a realidade, e os saberes sociais se articulam como elementos que podem levar os trabalhadores a transformar a organização e direção da sociedade, a partir de seus interesses? Qual o papel da práxis social nessa configuração?

1.1.4.1.1 Saberes sociais e práxis social

Discutindo o que seria a práxis, Vázquez (1968) postula que, dependendo da matéria-prima da atividade prática, diferentes formas de práxis podem estar sendo realizadas pelo homem. Assim, quando “[...] a ação do homem se exerce mais ou menos imediatamente sobre uma matéria natural — natureza imediata, ou natureza já mediatizada, ou trabalhada, que serve de objeto de uma nova ação” (VÁZQUEZ, 1968, p. 200), realizam-se práxis como a *produtiva*— práxis fundamental, pois, nela, o homem se humaniza ao plasmar nos objetos da natureza finalidades humanas, transformando, por extensão, a si mesmo — e a práxis *criadora de obras de arte*, consubstanciada na “[...] transformação de uma matéria à qual se imprime uma determinada forma, exigida já agora não por uma necessidade prático-utilitária, mas por uma necessidade geral humana de expressão e objetivação” (Ibidem, p. 198).

Todavia, há uma práxis, afirma Vázquez (1968, p. 200), em que o “[...] homem é sujeito e objeto dela [...]”, atuando sobre si mesmo. Trata-se da práxis social, a qual compreende todas as ações humanas que visam a propiciar a transformação do homem como ser social, mudando-lhe tanto as relações econômicas quanto as político-sociais, de modo a garantir sua emancipação, e tomando por objeto não o homem enquanto indivíduo isolado, mas sim

[...] grupos ou classes sociais, e inclusive a sociedade inteira, [...] [pois] a práxis social é a atividade de grupos ou classes sociais que leva a transformar a organização e direção da sociedade, ou a realizar certas mudanças mediante a atividade do Estado. Essa forma de práxis é justamente a atividade política. (Ibidem, p. 200).

Em termos sociológicos, essa forma de práxis pressupõe atividade humana direcionada para a transformação da sociedade, por meio da apropriação das formas de

organização e direção nela existentes, como o Estado, imprimindo neles as suas finalidades de existência, a sua concepção de sociedade.

Em termos gramscianos (GRAMSCI, 2006), trata-se de construção hegemônica na perspectiva da classe trabalhadora, por meio de um estado ampliado, em que a sociedade civil nele atua, definindo suas ações. Isso significa, então, uma capacidade teleológica direcionada também para a organização política da classe trabalhadora, a fim de se objetivar essa transformação de que fala Vázquez (1968).

Para a transformação desse resultado ideal — ou seja, uma sociedade atrelada aos interesses dos trabalhadores — em resultado efetivo, muito tem a contribuir a atividade política, forma dessa práxis social, segundo Vázquez (1968, p. 200), porque, numa sociedade dividida em classes, destaca o autor, “[...] a política compreende a luta de classes pelo poder e a direção e estruturação da sociedade, de acordo com os interesses e finalidades correspondentes”. E ainda:

A política é uma atividade prática na medida em que a luta que os grupos ou classes travam está vinculada a certo tipo de organização social real de seus membros (instituições e organizações políticas, como são, por exemplo, os partidos). (Ibidem, p. 200).

Como manifestação da práxis social, a política pressupõe “[...] organização sociopolítica real de seus membros [...]” (VÁZQUEZ, 1968, p. 200), desempenhando, nesse sentido, importante papel os saberes sociais, que atuariam como elementos estruturantes dessa organização. Em termos empíricos, por exemplo, trabalhadores de pesca artesanal da Amazônia, envolvidos em sua realidade político-social, produzem saberes sociais, tais como: políticos, relacionais, organizacionais, conjunturais, atitudinais, por exemplo, que são responsáveis pela implementação e fortalecimento de sua formação enquanto movimento social, enquanto organização do tipo “colônia”, possuindo tais saberes uma dupla configuração: elementos estruturantes da organização e por ela também estruturados, elaborados.

É o que se observa, por exemplo, na fala do presidente da Z-16 José Fernandes Barra, quando detalha as ações que os pescadores desenvolveram para que a Colônia fosse dirigida por eles, em oposição a uma direção determinada pelas oligarquias locais cametaenses. Construíram saberes organizacionais para tanto, compreendendo que a categoria deve ser dirigida/coordenada por militantes-membros da categoria, no sentido de que numa relação de luta de classes “pescador é que deve defender pescador”.

É, na verdade, ela era sempre dirigida pelas pessoas que não eram pescadores. E ela tinha muitas dificuldades, pelo fato de que não eram pescadores que dirigiam a Colônia. Aí ela não caminhava, a finalidade dos outros diretores era só arrecadar, não tinham nada para oferecer pro pescador. Então, na verdade, a Colônia dos Pescadores era totalmente desacreditada. Então depois o Félix assumiu, o nosso companheiro que é do Itaúna, pescador de fato. Depois passou para o Pedro Val, o outro pescador. E por fim nós assumimos aqui na junta governativa e que nós tivermos força para fazer eleição, já implantado e que ganhamos na justiça, porque nós conseguimos mudar o Estatuto da Colônia dos Pescadores que naquela época governavam.

Isso significa que ao mesmo tempo em que os saberes sociais, enquanto elementos de práxis transformadora da realidade, otimizariam a organização dos trabalhadores, recebendo do movimento destes a sua estruturação, estariam também maximizando a transformação da “[...] organização e direção da sociedade [...]”, realizando “[...] certas mudanças mediante a atividade do Estado [...]” (VÁZQUEZ, 1968, p. 200). Trata-se então de conceber os saberes sociais enquanto “[...] formas, meios e métodos reais, efetivos, de luta [...]” (Ibidem, p. 201) em prol dos interesses e necessidades dos trabalhadores, constituindo-se nas ferramentas para que estes operem a transformação de si mesmos e da sociedade.

Enquanto elementos estruturantes e estruturadores de uma práxis social, como a organização política de pesquisadores artesanais denominada “Colônia de Pescadores Artesanais Z-16”, os saberes sociais estariam configurando a materialidade da atividade política de seus sujeitos na qualidade de coletivo organizado. Não se trata, contudo, de entender esse movimento político como condição última da luta dos trabalhadores, senão como instrumento para mediar seus interesses imediatos em concomitância com uma luta maior pela emancipação humana.

O entendimento é o de que, ao se organizarem por meio de e com saberes sociais, os trabalhadores também estejam se fortalecendo enquanto fração de classe, instaurando uma consciência, materialmente construída, da necessidade de mudança não só conjuntural, mas estrutural.

Isso não significa, entretanto, que se fique tão somente no plano da consciência, mas, pelo contrário, a consciência da organização da classe trabalhadora e sua materialização é já um passo para outra configuração estrutural na sociedade, porque direciona os trabalhadores para o embate, a contradição, a disputa de classe. Trata-se, então, de um movimento em oposição à realidade instaurada pela lógica do capital, porque coloca os trabalhadores em estado de atividade criadora, buscando condições para superar os imperativos cotidianamente impostos dessa lógica.

É nesse sentido, então, que Vázquez (1968, p. 201) postula que a práxis política, materializada na capacidade organizativa dos trabalhadores, “[...] alcança sua forma mais alta na práxis revolucionária como etapa superior da transformação prática da sociedade”, na perspectiva de que a atividade política, enquanto práxis, não se configura como atividade final da luta dos trabalhadores, mas sim como meio para se transformar a realidade.

Na sociedade dividida em classes antagônicas, a atividade revolucionária permite mudar radicalmente as bases econômicas e sociais em que se baseia o poder material e espiritual da classe dominante, e instaurar assim uma nova sociedade. O agente principal dessa mudança é o proletariado, através de uma luta consciente, organizada e dirigida, o que pressupõe a existência de um partido político que eleve sua consciência de classe e trace claramente os objetivos dessa luta, sua estratégia e sua tática, que organize as forças e as dirija. (Ibidem, p. 201)

Essa organização política dos trabalhadores, elemento de atividade revolucionária, lhes possibilita uma “[...] luta consciente, organizada e dirigida [...]”, elevando “[...] sua consciência de classe [...]”, traçando “[...] claramente os objetivos dessa luta, sua estratégia e sua tática [...]” e organizando as forças e as dirigindo. (VÁZQUEZ, 1968, p. 201).

Nesse sentido, a práxis social dos trabalhadores, por meio de sua organização política, tendo os saberes sociais como elementos estruturantes, acaba exercendo papel análogo ao do partido político, proposto por Vázquez (1968, p. 201), traçando “[...] possibilidades e condições, a linha de ação”, para que suas lutas culminem *inexoravelmente* em vitórias.

1.2 SABERES SOCIAIS E CONCEPÇÕES FILOSÓFICAS EM SUA CONFIGURAÇÃO: O PRAGMATISMO E A PRÁXIS REVOLUCIONÁRIA

Nesta seção analisamos os saberes sociais enquanto elementos de uma práxis revolucionária, entendida como processo que possibilita a organização dos trabalhadores a fim de alcançar, em sentido marxiano, tal revolução.

Neste sentido, tal concepção se opõe à ideia de que os saberes sociais teriam função estritamente pragmática. Também abordamos os saberes sociais como elementos materiais da consciência de classe a que pertencem os trabalhadores, contribuindo para a sua organização política.

1.2.1 Saberes sociais e saberes tácitos: entre o pragmático-revolucionário e o pragmático

Estudando a relação entre qualificação profissional e saberes tácitos,⁴³ Aranha (1997) considera esses últimos como elementos de resistência à exploração no trabalho e capazes de possibilitar ao trabalhador unidade teórico-prática, à medida que ele, o trabalhador, vai também no seu fazer elaborando conhecimentos no interior do processo produtivo,⁴⁴ fato este desabonado pelo taylorismo,⁴⁵ que postula para o trabalhador apenas o seguir ações padronizadas de um fazer não pensado por ele.

Ainda segundo Aranha (1997), esse conhecimento tácito resultaria da imersão do trabalhador tanto no interior do processo produtivo quanto no decorrer de sua atividade diária para além do universo fabril, preenchendo lacunas, por exemplo, em termos de domínio de um saber-fazer quando da transposição de novas tecnologias para o *chão-de-fábrica*.

Esses saberes resultariam do caráter não previsível das relações entre homens e seu meio laboral, quando do exercício de determinada atividade técnica, condicionando-os a produzirem formas de conhecer e intervir nessa atividade. Tratar-se-ia, assim, de saberes voltados para atividades de produção, que estariam circunscritos tão somente ao domínio de um conhecimento técnico, mas com força política para estabelecer negociação entre patrão e trabalhador, porque necessário para a execução de um determinado trabalho. Logo, esses saberes, que podem ser traduzidos em gestos, expressões e sensações, possibilitam ao trabalhador uma maior determinação de como resolver situações-problema oriundas de suas atividades laborais.

[...] o conhecimento tácito é adquirido pelo trabalhador tanto no processo de trabalho quanto na sua atividade social em geral. É um processo contínuo e essencial ao andamento cotidiano do trabalho. É dificilmente codificável, o que dificulta sua sistematização, mas é extremamente dinâmico, estando presente em, praticamente, todos os processos de trabalho conhecidos no capitalismo. Não se limita apenas a elementos de resistência ao autoritarismo e superexploração no processo de trabalho, mas é também um conhecimento técnico transformado (FERRETTI, 1997), ou seja, adaptado às condições concretas do trabalho executado, traduzido em gestos, expressões, sensações

⁴³ Aranha (1997) postula que “saberes tácitos” têm também sido denominados “conhecimentos tácitos”, “qualificações tácitas”, “savoir-faire”, “saber do trabalhador”.

⁴⁴ Para Aranha (1997, p. 21), mesmo no interior do modelo taylorista de organização da produção, o saber tácito do trabalhador, embora reprimido, “[...] nunca deixou de ser continuamente produzido [...]”, demonstrando que, “[...] apesar dos esforços, o capital ficou longe de conseguir a separação completa (ou mesmo parcial) entre mão e cérebro”.

⁴⁵ Segundo Aranha (1997, p. 20): “O taylorismo caracteriza-se, entre outras dimensões, por seu rigor em tentar submeter o trabalhador a um trabalho prescrito pela gerência, pela fragmentação do processo de trabalho, em que cada trabalhador deveria executar uma parcela mínima e rigorosamente controlada por outras da atividade produtiva”.

que delimitam o melhor procedimento quanto à execução da atividade e seu entendimento pelo trabalhador.

Assim o sendo, os “saberes tácitos” estariam mais relacionados à quebra do dogmatismo presente no trabalho prescrito no interior de determinada esfera produtiva, permitindo, sim, desenvolver a contestação (cf. SANTOS, 2000) e a intensificação de sua importância, enquanto trabalhador, para o desenvolvimento da produção, podendo até resultar em instrumento de negociação na relação entre trabalho e capital (cf. ARANHA, 1997).

Parece-nos, entretanto, que tais saberes não abarcariam outros elementos resultantes do *mergulho* social dos trabalhadores por meio do trabalho, como valores e habilidades necessários para uma mais ampla organização política (conhecimento de leis, de formas e rituais de organização política, análise de conjuntura, etc.), embora pudessem fornecer condições para uma sobrevivência além do universo ocupacional do trabalhador, consubstanciando-se em

[...] conhecimentos técnicos, relacionais (como sobreviver no ambiente de trabalho e na sociedade em geral) adquiridos nos mais diferentes locais e nos mais diversos meios, entre eles na “rede de saberes” (VILLAVICENCIO) que se estabelece no próprio processo produtivo, [e sendo] [...] parte integrante e importante da qualificação do trabalhador. (ARANHA, 1997, p. 18-19).

Tratar-se-ia, pois, de um conceito que não contemplaria saberes produzidos em outras instâncias de trabalho que não fossem o chão-de-fábrica.

Essa característica de os saberes tácitos dos trabalhadores estarem atrelados ao ambiente de trabalho também é enfatizada por Santos (2000) e Fartes (2001).⁴⁶ Segundo a primeira, o espaço fabril possibilita a instauração de resistência do trabalhador ao capital, manifestando-se na oposição ao ritmo de trabalho, “[...] às relações impostas, à imposição do silêncio e do isolamento, à dominação pelas máquinas e à expropriação do saber do trabalhador” (SANTOS, 2000, p. 120), bem como na “[...] criação de métodos e maneiras não previstas de realizar as tarefas, assim como a existência da iniciativa e da autonomia na sua execução” (Ibidem, p. 120). Saberes tácitos, pois, seriam gerados pela relação dos trabalhadores no interior de atividades produtivas por eles desenvolvidas, segundo a afirmação de Aranha (1997, p. 16):

O cotidiano do processo produtivo apresenta-se com uma variada gama de incertezas técnicas e organizacionais, o que obriga o trabalhador a adaptar o trabalho prescrito às condições reais de sua execução. Dessa forma, ele

⁴⁶ Para Fartes (2001), os saberes tácitos, por ela denominados de “qualificações tácitas”, seriam “[...] aprendizagens no exercício do trabalho” (Ibidem, p. 152), “[...] saberes que os trabalhadores adquirem implicitamente, no decorrer de suas atividades profissionais” (Ibidem, p. 158).

modifica continuamente o conteúdo do trabalho, a tarefa, a utilização da ferramenta, a administração do tempo, entre outros fatores. Faz isso articulando os seus conhecimentos teóricos e práticos com suas experiências acumuladas até mesmo fora do ambiente de trabalho.

Considerando, entretanto, o postulado neste trabalho, baseado em Grzybowski (1986), sobre a categoria *saberes sociais*, colocada como elemento que permite compreender a organização, consciência social, interesses e ações coletivas de trabalhadores, é possível postular que “saber social” seria uma macrocategoria, englobando qualquer produção de conhecimento oriunda de uma “[...] situação histórica dada de relações” com o objetivo de dar conta dos interesses de classe.

Assim o sendo, os “saberes tácitos” seriam um tipo de saber social, cujo local de produção (saber tácito) consubstanciar-se-ia no chão-de-fábrica, atenderia aos interesses dos trabalhadores aí *mergulhados* e responderia à necessidade de preencher lacunas diante do trabalho prescrito pelo capital, possibilitando uma fuga à submissão abstrata do trabalho humano.

Dessa forma, como *saber tácito*, poder-se-ia postular que *saberes sociais* apresentariam um caráter apenas pragmático na realidade social, sem permitir mudanças radicais nas relações entre trabalho e capital. Todavia, para os propósitos do presente trabalho não fora essa a dimensão que norteava as análises, mas, pelo contrário, os saberes sociais foram entendidos a partir de uma perspectiva pragmático-revolucionária, voltados para a organização e disputa de classe. Vejamos como se configura cada uma dessas perspectivas.

1.2.2 Saberes sociais na perspectiva do pragmatismo

O pragmatismo, enquanto concepção epistemológica, nega o vínculo consciente entre teoria e prática, no sentido de esta última ser o fundamento da primeira, servindo para que a teoria se objetive, numa constante imbricação entre o produto ideal e o produto real; ou seja, nega-se o movimento de que a prática molda a teoria e esta, por sua vez, se molda por aquela. Nas palavras de Vázquez (1968, p. 212), o pragmatismo, como uma concepção filosófica de conhecimento, tende a reduzir “[...] o prático ao utilitário, com o que acaba por dissolver o teórico no útil”. Conhecimento verdadeiro, então, é aquele que tem um caráter utilitário.

Mas qual o problema de o teórico ser dissolvido no útil? A questão encontra-se, primeiramente, no fato de que o útil, nessa perspectiva, liga-se ao imediato; relaciona-se à resolução de problemas do *aqui-agora* da existência humana, contrapondo-se a uma

perspectiva de mudança radical da sociedade, enquanto ação coletiva dos trabalhadores, até porque o pragmatismo, segundo Vázquez (1968), não partindo de uma compreensão de conhecimentos com utilidade social mas sim individual, não tem como apresentar-se como um amálgama coletivo das projeções ideais de uma sociedade para além do capital. Assim,

[...] para o pragmatismo, a verdade fica subordinada à utilidade, entendida esta como eficácia ou êxito da ação do homem, concebida esta última, por sua vez, como ação subjetiva, individual, e não como atividade material, objetiva, transformadora. (Ibidem, p. 213).

Sob essa perspectiva os saberes sociais não se constituiriam em elementos construídos por uma fração da classe trabalhadora, os pescadores artesanais, por exemplo, objetivando sua organização político-social, a fim de proceder passo a passo a uma transformação radical da sociedade, por meio de uma configuração hegemônica sob seus interesses. Estariam, dessa maneira, tão somente atrelados à resolução de problemas decorrentes da atividade produtiva desempenhada por cada um deles, quando do exercício da pesca, por exemplo, sem alterar a ordem social burguesa.

Araujo (2001), observando as incoerências do discurso sobre a Pedagogia das Competências no interior da Educação Profissional, também entende o pragmatismo como uma concepção de aquisição-produção de conhecimento que, tomando a realidade imediata e os interesses de mercado, acaba por “[...] produzir aprendizagens úteis, aplicáveis e de ajustamento do indivíduo à realidade extremamente dinâmica e móvel” (Ibidem, p. 42), não implicando, todavia, transformação da realidade. Favorece-se, isto sim, o “[...] ajustamento dos indivíduos às diversas situações que estes têm que enfrentar durante suas vidas, não se aventando a possibilidade de transformação da realidade, mas apenas o seu aperfeiçoamento, através do diálogo e da compreensão” (Ibidem, p. 45).

Não é esta, contudo, a configuração que se mostra para a categoria *saberes sociais*. Em primeiro lugar, de acordo com Grzybowski (1986), trata-se de saberes com caráter classista, implicando disputa de classe, transformação social. Em segundo lugar, nascem do interior das lutas dos trabalhadores, objetivando a sua organização social para imprimir à realidade a sua perspectiva de sociedade.

Não se trata de um saber pragmático, no sentido de responder ao imediato, sem promover alteração social, mas, pelo contrário, nascem da realidade imediatamente sofrida pela classe trabalhadora, como sua fração existente na Colônia de Pescadores Artesanais Z-16, em Cameté, ampliando-se, contudo, como elementos de organização e disputa de classe.

1.2.3 Saberes sociais como elementos da práxis revolucionária

Em oposição ao pragmatismo, tem-se a práxis revolucionária, entendida como transformação radical das condições de vida do homem,⁴⁷ capaz de transcender o imediatismo de suas necessidades cotidianas. Em termos políticos, trata-se de uma mudança na forma de se organizar a sociedade, ultrapassando os limites do capitalismo.

Não se trata, contudo, de uma transformação que se realize instantaneamente, mas, pelo contrário, é preciso concebê-la enquanto movimento, processo, ação resultante de outras tantas ações objetivando a emancipação humana.

É nesse sentido que Vázquez (1968), a partir de Marx, descreve o papel do proletariado na mudança radical da sociedade: “É preciso que o proletariado adquira consciência de sua situação, de suas necessidades radicais e da necessidade e condições de sua libertação”. (Ibidem, p. 129).

Note-se que o autor pontua etapas a serem vividas pelo proletariado para o alcance de sua libertação, da transformação radical da sociedade: (i) consciência de *sua situação*; (ii) consciência de *suas necessidades radicais* e (iii) consciência da *necessidade e condições de sua libertação*.

É no interior dessa compreensão de práxis revolucionária que se constituem, então, os *saberes sociais*, como constructos oriundos de uma consciência *da necessidade e condições de sua libertação*, contribuindo para a fomentação de sua capacidade organizativa e, por conseguinte, para implementação de sua hegemonia.

Portanto, não se pode falar em *saberes sociais* como elementos tão somente voltados para o pragmatismo do cotidiano dos homens, mantendo inalteradas as condições societárias de opressão, mas, pelo contrário, à medida que também objetivam criar politicamente condições para uma sobrevivência no interior das relações capitalistas, vão também se constituindo ferramentas teórico-práticas voltadas para a ascensão do trabalho sobre o capital, porque permitem aos trabalhadores plasmar objetivamente passo a passo a sociedade idealmente pensada por estes no cotidiano de suas disputas de classe, quer por meio da conquista de espaços políticos, por exemplo, quer por meio de movimentos sociais por ele criados para impor reformas políticas atreladas a seus interesses de classe.⁴⁸

Nessa perspectiva, os saberes sociais constituíram uma atividade teórica, atuando praticamente no sentido de permitir a organização política dos trabalhadores. Trata-se, pois,

⁴⁷ Cf. Vázquez (1968).

⁴⁸ Cf. Sztompka (1998, p. 464).

de concebê-los como uma teorização produzida pelos trabalhadores para a objetivação prática de uma nova sociedade. Não estão sendo postulados como uma atividade teórica em estado puramente teórico que não se plasma enquanto práxis, transformação radical da realidade, como postula Vázquez (1968, p. 209) ao refletir sobre o momento em que a teoria se consubstancia em práxis revolucionária: “Ao afirmar-se [...] que a atividade teórica por si só não é práxis, afirma-se, também, que enquanto a teoria permanece em seu estado puramente teórico não se passa dela à práxis e, por conseguinte, esta de certa forma é negada”.

Assim, partindo dessa compreensão de *saberes sociais* enquanto unidade teórico-prática, nascida da imersão de pescadores em suas práxis produtiva e social, permitindo o seu organizar-se e também a orientação de suas ações enquanto coletivo, não se nega a práxis, porque se objetiva algo muito maior que o simples aqui-agora de sua existência. Parte-se do pressuposto de que são elementos que materializam a perspectiva de uma mudança radical na sociedade, operada passo a passo, mas sempre prospectivamente.

Na presente pesquisa, transportando as reflexões de Vázquez (1968) sobre a relação teórico-prática para o entendimento da categoria *saberes sociais*, compreende-se que estes saberes não se constituem em meras projeções teóricas produzidas pelos trabalhadores da pesca artesanal de Cameté, a fim de atender à resolução de problemas do como pescar com maior eficiência, por exemplo, não havendo, então, nenhum efeito revolucionário na sociedade, mas são, pelo contrário, desenvolvidos em nome de uma práxis, baseada na prática organizativa dos pescadores, objetivando resolver “[...] as contradições que se apresentam real e efetivamente” (VÁZQUEZ, 1968, p. 230), oriundas de um mundo constituído de relações sociopolítico-econômicas excludentes.

Em termos operacionais, os saberes sociais permitem compreender a organização, a consciência social, os interesses e as ações coletivas de trabalhadores, fundamentando o processo de construção hegemônica desses sujeitos enquanto fração de classe.

Considerados os saberes sociais como habilidades, atitudes, conhecimentos e valores,⁴⁹ podemos materialmente percebê-los como: (i) informações sobre formas de organização política; (ii) saberes relacionais; (iii) saberes comportamentais; (iv) conhecimentos que expressam a visão de mundo e de relações sociais, o tipo de sociedade e de desenvolvimento, reivindicações, formas de organização, participação e comunicação; (v) comportamento dos trabalhadores diante de situações por eles vividas, determinando procedimentos de intervenção na realidade; (vi) significância dada pelos trabalhadores para

⁴⁹ Cf. Grzybowski (1986).

questões como trabalho, educação e sua própria luta de classe; (vii) percepção valorativa sobre ações por eles desenvolvidas em oposição às ações do capital; (viii) elementos elaborados por um grupo social particular em função de suas atividades e das relações que desenvolvem no plano econômico, social, político e cultural; (ix) competências desenvolvidas pelos trabalhadores no interior de suas lutas.

1.3 SABERES SOCIAIS E ORGANIZAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA

Nesta seção refletimos acerca de saberes sociais como elementos que contribuem para a organização da classe trabalhadora, focando na perspectiva de sua fração de classe, os trabalhadores ligados à pesca artesanal no município de Cameté, por meio da Colônia Z-16, além de problematizarmos também saberes sociais como elementos de consciência de classe.

1.3.1 Saberes sociais e movimentos sociais

Saberes sociais atrelam-se aos interesses da classe trabalhadora, constituindo-se em instrumentos que orientam a *práxis social* e a *revolucionária* desta última, muito contribuindo para fortalecer sua capacidade organizativa, manifesta enquanto movimento social, dela também surgindo. Trata-se de reconhecer que tais saberes não resultam de ações individuais, senão de uma gama de relações sociais que permeiam a materialidade histórica dos homens. Saberes Sociais e Movimentos Sociais constituem, então, um amálgama, no sentido de um pressupor o outro.

Sztompka (1998, p. 464), refletindo sobre o papel dos movimentos sociais enquanto produtores de mudança social, aponta-os como os mais notáveis nesse sentido, porque, partindo da reunião e organização dos trabalhadores, produzem “[...] mudanças planejadas em sua sociedade”.

Nesse sentido, pode-se considerar a Colônia de Pescadores Artesanais Z-16 de Cameté como um movimento social, haja vista que se trata de uma organização de trabalhadores, objetivando mudanças na sociedade, desde aquelas que lhes possam garantir condições de sobrevivência, por exemplo, em tempos de defeso, quando não se pode pescar, até as que se consubstanciem na participação política no interior do Estado, por meio da entrada de pescadores no legislativo ou no executivo, quer municipal ou estadual, buscando a instauração de uma nova perspectiva social.

Em termos operacionais, entendemos Movimentos Sociais como formas organizadas de ação coletiva, que têm como objetivo mudanças sociais no sentido de modificar bases sociais e políticas que lhes impõem condições opressoras de vida, conforme Sztompka (1998). Essas mudanças podem se realizar na perspectiva de introduzir “algo que não existe”, como decisões participativas em uma entidade, bem como na perspectiva de se oporem a ações que oprimam o *modus vivendi* ou a postura ideológica assumida pelo movimento social.

Em termos de causa e efeito, partimos do pressuposto de que os movimentos sociais “[...] contribuem de fato para a mudança social, modificando seu curso, direção e velocidade — para não falar de alguns que concretamente iniciam e efetuam mudanças” (Ibidem, p. 468).

A esse respeito registre-se que em 2001 ascendera ao executivo municipal o prefeito José Rodrigues Quaresma, do Partido dos Trabalhadores (PT), tendo corroborado para tanto as ações coletivas dos pescadores da Z-16, tendo-se inclusive encampado também dois vereadores pescadores. Este fato promoveu uma mudança na história política cametaense, uma vez que fora a primeira vez que trabalhadores rurais e pescadores conseguiram chegar ao poder municipal, a fim de realizar uma perspectiva outra de direção política (COSTA, 2006; SOUSA, 2002).

De um ponto de vista metodológico, a categoria movimentos sociais, segundo Sztompka (1998, p. 465), pressupõe a consideração de quatro componentes em sua definição:

- (1) Uma coletividade de indivíduos atuando juntos.
- (2) O objetivo comum da ação é uma certa mudança na sociedade, definida pelos participantes de maneira similar.
- (3) A coletividade é relativamente difusa, com um baixo nível de organização formal.
- (4) As ações têm um grau relativamente alto de espontaneidade, assumindo formas não institucionalizadas e não convencionais.

Esses quatro componentes reforçam a tese de se conceber a Colônia de Pescadores Artesanais Z-16 como, de fato, um movimento social e, portanto, elemento político dos trabalhadores em prol de mudanças na realidade social, muito tendo contribuído para tanto seus *saberes sociais*, enquanto produto da participação coletiva, abarcando, assim, os itens (1) e (2).

Quanto ao postulado de que os movimentos sociais apresentam “baixo nível de organização formal” e que suas ações tenham “um grau relativamente alto de espontaneidade”, a empiria resultante de observação participante e de entrevistas no interior

da Colônia de Pescadores Artesanais Z-16, de Cametá, tem demonstrado o contrário. Com uma estrutura bem definida em termos de organização, com uma diretoria executiva e coordenações de base distribuídas em diferentes localidades congregando pescadores, a Z-16 promove a autogestão por meio de decisões colegiadas, como observado no Capítulo IV.

Na investigação aqui levada a efeito, partiu-se do pressuposto de que a produção de mudanças planejadas⁵⁰ em uma sociedade não pode se eximir de um alto nível de organização formal e de um grau relativamente compromissado com as lutas da classe trabalhadora.

Sem esses elementos, corre-se o risco de não se estabelecer uma organização social realmente comprometida com mudanças para além do imediatismo, tornando-se apenas mais uma organização de trabalhadores a ser utilizada pelo capital, por exemplo, para manter a ordem, como descreve Marx (2008b) em *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*, com relação aos pequenos camponeses que, sem capacidade para se organizarem enquanto coletivo objetivando mudanças substanciais em sua realidade, acabaram por se constituir *massa de manobra* adequada aos interesses do poder presente na França do século XIX, perdendo-se a perspectiva da revolução em proveito da subserviência.

[...] na medida em que existe entre os pequenos camponeses apenas uma ligação local e em que a similitude de seus interesses não cria entre eles comunidade alguma, ligação nacional alguma, nem organização política, nessa exata medida não constituem uma classe. São, conseqüentemente, incapazes de fazer valer seu interesse de classe em seu próprio nome, quer por meio de um Parlamento, quer por meio de uma convenção. Não podem representar-se, têm de ser representados. Seu representante tem, ao mesmo tempo, de aparecer como seu senhor, como autoridade sobre eles, como um poder governamental ilimitado que os protege das demais classes e que do alto lhes manda o sol ou a chuva. (MARX, 2008b, p. 116).

Alto nível de organização formal e de planejamento⁵¹ são condições, então, para que um movimento social consiga ser a expressão política dos anseios por uma nova realidade societária, o que pressupõe *saberes sociais* que lhes garantam ferramentas teórico-práticas

⁵⁰ Sztompka (1998, p. 463-464) destaca que as mudanças podem “[...] vir ‘de baixo’, através das atividades empreendidas pela massa de pessoas comuns em graus diversos de ‘associação’; ou podem vir ‘de cima’, por meio da atividade de elites (legisladores, governadores, dirigentes, administradores etc.) capazes de impor suas preferências aos demais membros da sociedade”. Ele estaca ainda que as mudanças podem “[...] ser esperadas, desejadas pelos agentes e realizadas mediante a execução de projetos preconcebidos ou podem surgir como efeitos colaterais, subprodutos não pretendidos de ações voltadas para objetivos inteiramente diversos”. Sendo assim, haveria mudanças planejadas, “preconcebidas”, e outras como que resultantes de um acidente de percurso. No presente trabalho consideramos as mudanças sociais, decorrentes dos movimentos organizados dos sujeitos, como resultado de planejamento, ou seja, “[...] os indivíduos se reúnem e se organizam para produzir mudanças planejadas em sua sociedade” (Ibidem).

⁵¹ Considerando que *planejamento* pressupõe o tratamento da categoria *consciência*, ver seção 1.3.2 neste capítulo.

para o alcance de tal realidade. Trata-se, portanto, de compreender o papel dos saberes sociais no interior de um movimento social, como o da Z-16 de Cametá, como constructos que contribuem para a materialização dos interesses políticos do coletivo de seus trabalhadores.

Além dessa questão de ordem epistemológica, Sztompka (1998) destaca também o caráter interativo entre movimento social e mudança social, já que a razão de ser do primeiro decorre de uma visão prospectiva sobre o segundo. Nesse sentido, segundo o autor, há movimentos sociais que, sendo limitados em seus propósitos, objetivam modificar apenas alguns aspectos da sociedade, não tocando no núcleo de sua estrutura institucional. Constituem-se, assim, movimentos sociais reformistas, em que o modo de produção capitalista continua existindo, já que as mudanças que acontecem servem apenas para acalmar os *ânimos* coletivos diante de crises do capital.

Por outro lado, há movimentos sociais que “[...] pretendem mudanças mais profundas, que atingem as bases da organização social” (SZTOMPKA, 1998, p. 473), e produzem, então, “[...] transformações *da* sociedade em vez de meras mudanças *na* sociedade” (Ibidem, p. 473). Trata-se, assim, de movimentos radicais.

Entretanto, diz o autor, quando “[...] as mudanças pretendidas abarcam todos os aspectos básicos da estrutura social (políticos, econômicos e culturais) e são orientados para a total transformação da sociedade segundo alguma imagem preconcebida de ‘sociedade alternativa’ [...]” (Ibidem, p. 473), têm-se os movimentos revolucionários.

Mas qual a relevância teórica entre essa tipologia de movimentos sociais e o objeto central desta pesquisa, os saberes sociais?

Há de se atentar para a consideração de que os *saberes sociais* no presente trabalho são postulados como a materialidade de uma práxis social que direciona as lutas políticas dos trabalhadores da pesca artesanal de Cametá, por meio de sua entidade representativa, a Z-16, para além do pragmático, objetivando, isto sim, a revolução radical da sociedade.

Por outro lado, há de se considerar também que mudanças radicais e revolucionárias implementadas por movimentos sociais não são ações excludentes, mas sim complementares. Assim, movimentos que objetivam ocupar espaços de poder, imprimindo ações voltadas para seus interesses, mas que afetam positivamente a sociedade porque vão esboçando novas possibilidades de existência, não deixam de estar criando as condições para uma real transformação da estrutura econômica, política e cultural, à medida que fazem nascer os *germes de um novo mundo possível*.

Nesse sentido, portanto, é possível falar de movimentos sociais radicais-revolucionários, em que a transformação total da sociedade vai sendo construída a partir de transformações radicais operadas no interior da própria sociedade. A análise dos conteúdos das entrevistas, conforme observado no Capítulo IV, demonstra, nesse sentido, que a Colônia de Pescadores Artesanais de Cametá, a Z-16, enquadra-se nessa perspectiva, ao desenvolver ações políticas por meio dos saberes sociais historicamente produzidos por seu coletivo de trabalhadores associados; com isso, objetivam, junto com outras frações da classe trabalhadora, enquanto parte da sociedade civil, em moldes gramscianos, uma nova realidade societária, como a necessidade de os trabalhadores forjarem ações coletivas no sentido de se buscar a distribuição da riqueza por meio da luta.

Todavia, para que os *saberes sociais*, elementos estruturantes de movimentos sociais, como o da Z-16 de Cametá, e por eles também estruturados, possam se constituir elementos direcionantes de suas práxis sociais, há de se considerar a inter-relação entre esses movimentos e a questão da consciência de classe. Ou seja, em que medida se constituem enquanto manifestações da práxis social por eles desenvolvidas.

1.3.2 Consciência de classe e saberes sociais

Segundo Marx & Engels (2007), a consciência, o conhecimento que os homens possuem do mundo, as representações sociais, a capacidade teleológica de agir sobre a realidade, moldando-a às suas necessidades, não estão dadas *a priori*, mas, pelo contrário, resultam do *mergulho* dos homens na realidade social, pois são as condições materiais de produção que lhes fornecem o conteúdo da consciência.

A produção de ideias, de representações e da consciência está, no princípio, diretamente vinculada à atividade material [...]. As representações, o pensamento, o comércio espiritual entre os homens, aparecem aqui como emanção direta de seu comportamento material. O mesmo ocorre com a produção espiritual, tal como aparece na linguagem da política, das leis, da moral, da religião, da metafísica, etc., de um povo. [...] A consciência nunca pode ser outra coisa que o ser consciente, e o ser dos homens é o seu processo da vida real. (MARX & ENGELS, 2007, p. 51).

Para Marx & Engels (2007), a consciência dos homens passa a se consubstanciar, então, como a própria materialidade da vida real corporificada em pensamentos, saberes sobre a realidade, porque “[...] os homens, ao desenvolverem sua produção material e relações materiais, transformam, a partir da sua realidade, também o seu pensar e os produtos de seu pensar” (Ibidem, p. 52).

Mas essa concepção de pensamentos, saberes-conhecimentos resultantes da materialidade histórica dos homens, não é colocada como algo estanque. Trata-se, pelo contrário, de uma produção em constante movimento, já que são transformados continuamente em decorrência da produção material humana.

Nesse sentido, os *saberes sociais*, enquanto conjunto de conhecimentos, valores, habilidades, atitudes, por exemplo, construídos pelos trabalhadores para dar conta de seus interesses, de suas disputas de classe, são elementos constitutivos dessa consciência descrita por Marx & Engels (2007) e, por conseguinte, produtos das relações materiais travadas pelos homens. E o são em decorrência de um modelo de sociedade que coloca os homens em estado de permanente disputa política, implicando, por sua vez, um caráter classista à própria compreensão de consciência.

Então, para Marx & Engels (2007), há uma consciência de classe, de modo que seus conteúdos, como os saberes sociais, acabam também se constituindo em elementos nascidos no interior de e para disputas de classe, servindo aos trabalhadores como ferramentas necessárias para seu processo de organização e ação em torno de construção hegemônica.

Essa consciência de classe, contudo, não é “[...] a consciência psicológica de cada proletário [...]”, no dizer de Lukács (2003, p. 178), mas “[...] o sentido, que se tornou consciente, da situação histórica de classe”, ou seja, trata-se não somente da tomada de consciência da classe trabalhadora da situação excludente por ela vivida em decorrência de um modo de produção que a aliena do produto de seu trabalho. Mas há, também, nesse sentido da situação histórica de classe que se tornou consciente, um imperativo para a transformação, para a revolução.

Assim, essa tomada de consciência acaba por fornecer dois elementos importantes para o processo de disputas hegemônicas da classe trabalhadora: o primeiro deles refere-se à própria inquietação consciente diante da realidade excludente, o que por si só nada provoca de mudanças estruturais na sociedade; o segundo, entretanto, refere-se à imperiosa necessidade de se criarem estratégias e táticas de disputas, a fim de se empreender um processo de transformação social, em termos marxistas, para além do capital.

É nesse sentido último que os saberes sociais, conteúdos de uma consciência materialmente produzida, constituem-se em elementos que contribuem para “[...] a formação de uma massa revolucionária que se [...]” revolta “[...] não só contra as condições particulares da sociedade atual, mas também contra a própria ‘produção da vida’ vigente, contra a

‘atividade total’ sobre a qual se fundamenta” (MARX & ENGELS, 2007, p. 66), tornando-se nortes para suas práticas políticas em oposição às do capital.

Lukács (2003), tratando de questões relacionadas à consciência de classe, expõe que ela passa por dois momentos fundamentais no processo de sentido sobre a “situação histórica de classe”, consubstanciados numa *consciência de classe-em-si* e numa *consciência de classe-para-si*.

Inicialmente, em decorrência do processo de estruturação da propriedade privada, vê-se o surgimento da classe-em-si, quando, independente de consciência sobre a realidade fundada na relação capital-trabalho, os homens se postam em frentes diferentes pela própria natureza estruturante do capital. Nesse contexto, a consciência de classe não chegou a instaurar a ação organizada dos trabalhadores, ficando na constatação de que o mundo para uns é bom e para outros, mal.

Todavia, no dizer de Lukács (2003, p. 184), é preciso que os trabalhadores se tornem “[...] uma classe, como disse Marx, não somente ‘em relação ao capital’, mas ‘para si mesmo’; isto é, elevar a necessidade econômica de sua luta de classe ao nível de uma vontade consciente, de uma consciência de classe ativa”. Aqui, a consciência alcança o *status* de uma práxis revolucionária, nos moldes propostos por Vázquez (1968), quando a unidade teórico-prática passa a orientar a atividade política dos trabalhadores, fornecendo-lhes estratégias e táticas necessárias para suas disputas de classe.

Nesta pesquisa, consideramos a relação entre *saberes sociais* e *consciência de classe-para-si*, de que fala Lukács (2003), entendendo os primeiros como a materialização dessa “consciência de classe ativa”. A análise dos conteúdos das entrevistas orienta-nos a considerar que os saberes sociais aqui observados colocam-se como resultado da ação de trabalhadores de pesca artesanal do município de Cametá, no sentido de imprimirem uma dinâmica política em suas atividades organizativas, tanto as estruturando quanto as (re)orientando, numa perspectiva pragmático-revolucionária, conforme tratamos nos capítulos IV, V, VI e VII.

1.4 OS SABERES SOCIAIS E O OBJETO DE PESQUISA

Epistemologicamente entendemos os saberes sociais como conhecimentos produzidos nas relações sociais, em decorrência da materialidade histórica vivida pelos trabalhadores, e, por isso, esses saberes encontram-se em constante processo de construção, porque mutável é a própria organização material dos homens.

Esses saberes são sistematizados pelos intelectuais orgânicos que se forjam no interior da própria organização dos trabalhadores, como a ala progressista da Igreja Católica, conforme observado em 1.1.2.1, servindo como estratégias para o fortalecimento e o direcionamento da classe trabalhadora enquanto coletivo organizado, contribuindo para a disputa de classe entre trabalho e capital.

Os saberes sociais ganham especificidades, conforme são travadas as relações sociais pelos trabalhadores com o capital, de onde se podem deduzir saberes sociais do tipo atitudinais, comportamentais, organizacionais, valorativos, relacionais, políticos, dentre outros.

Consideramos, então, a hipótese de que tais saberes se ligam a uma perspectiva pragmático-revolucionária, no sentido de que, embora contribuam para a satisfação de necessidades imediatas, projetam as ações dos trabalhadores para uma realidade para além do capital, tomando seus interesses de classe como nortes. Transcendem, assim, a ação pragmática dos saberes tácitos, podendo englobá-los, mas sem com eles se confundir. Voltam-se para a organização política dos trabalhadores, permeando suas ações educacionais, políticas, econômicas, culturais e sociais.

Colocando-se como elementos materiais de uma práxis social, os saberes sociais possibilitam aos trabalhadores condições para a construção de uma hegemonia atrelada à sua perspectiva de sociedade, o que pressupõe a superação da relação entre trabalho e capital.

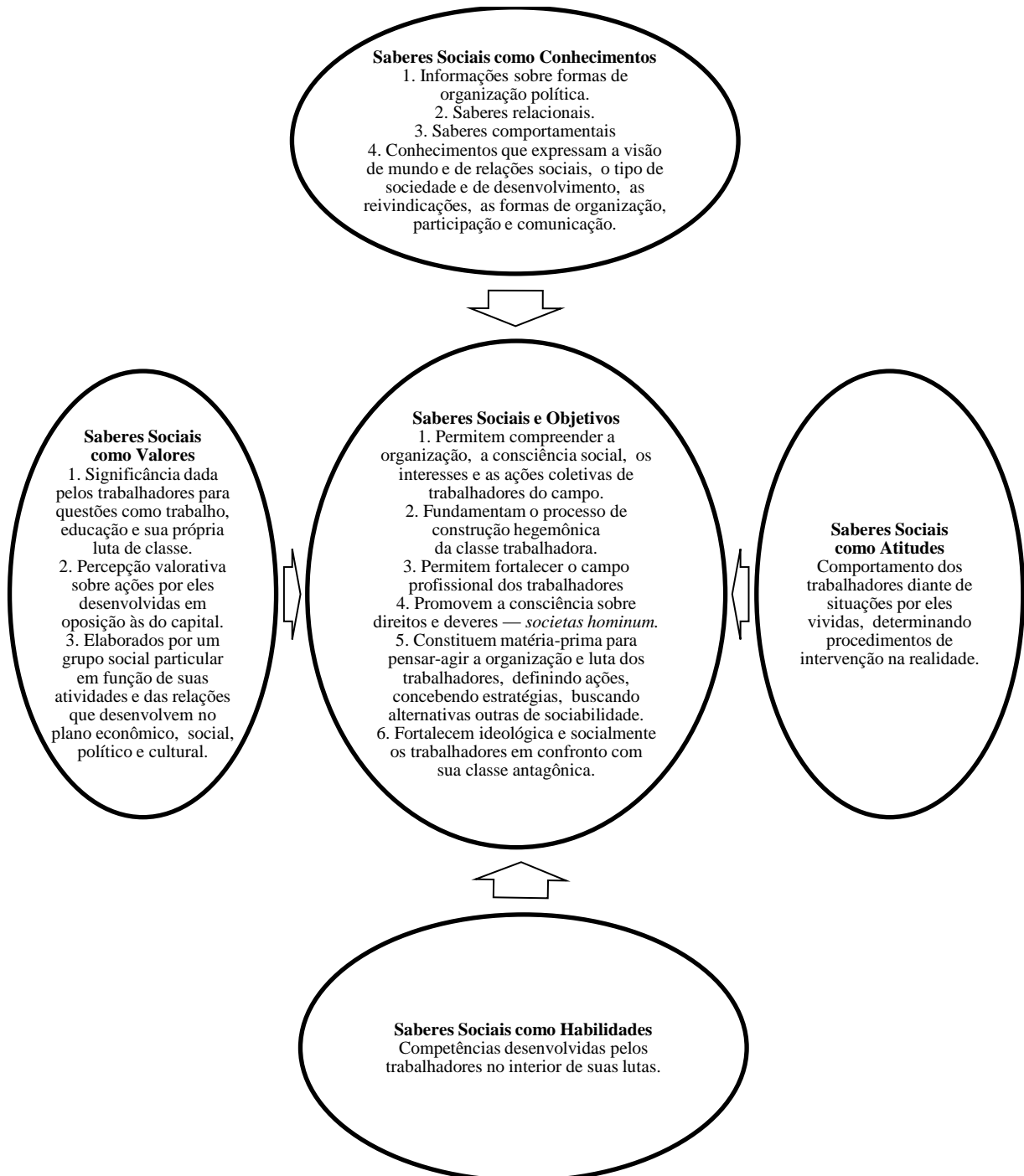
Como conhecimentos, os saberes sociais expressam a visão de mundo e de relações sociais, o tipo de sociedade e de desenvolvimento para ela concebido. Constituem-se ainda na expressão de reivindicações, de formas de organização, participação e comunicação elaborados pela classe trabalhadora como respostas alternativas às contradições opostas pelo capital, das quais ela própria, enquanto classe, busca a superação.

Os Saberes por nós categorizados pressupõem tanto os conhecimentos elaborados pela classe trabalhadora no decorrer de suas relações interpessoais quanto os oriundos de outros sujeitos, desde que ressignificados para o atendimento de seus interesses. O Quadro 01 apresenta uma síntese sobre a categoria saberes sociais.

Os saberes sociais resultam de um processo coletivo de trabalho, provenientes das relações, das práticas organizativas e políticas que envolvem os trabalhadores, permitindo ao grupo social que os detém a inserção em determinadas relações econômicas, políticas e culturais, de modo que ele participe, integre-se e/ou oponha-se, resista e lute no contexto dessas relações com o objetivo de uma nova hegemonia. Enfim, saberes sociais são formas de

conteúdos socioculturais, políticos e econômicos que tendem a possibilitar a construção hegemônica.

QUADRO 01: SÍNTESE SOBRE A CATEGORIA SABERES SOCIAIS.



Logo, defendemos que o saber produzido pelos pescadores ligados à Colônia Z-16 é social porque:

1. é partilhado por um conjunto de sujeitos que possuem uma formação em comum — são pescadores — e encontram-se ligados a uma mesma entidade representativa, a Colônia de Pescadores Artesanais Z-16 de Cametá, o que permite analisar e comparar os saberes resultantes dessa relação social;
2. a posse e a utilização desse saber repousa nas relações político-sociais legitimadas pelo ofício de pescador no interior da Colônia de Pescadores. São seus interesses de classe que lhes reconhecem e fundamentam os saberes;
3. a forma, o conteúdo e a modalidade desse saber resulta de práticas sociais produzidas nas relações entre sujeitos reais, ou seja, o saber se molda no cotidiano das relações entre os pescadores no seu processo de organização política, sempre mediada pela Z-16;
4. resulta da materialidade histórica em que vivem esses trabalhadores, tanto no sentido local quanto no sentido mais amplo das relações sociais travadas pelos homens no interior do capital;
5. é adquirido e produzido no interior do fazer cotidiano de pescadores que se organizaram politicamente para mediar seus interesses como uma fração da classe trabalhadora. Trata-se, pois, de um saber adquirido no contexto de uma socialização mediada pelo trabalho comum que os une, a pesca, e que os orientou para uma organização, na qual saberes também são socializados, desde os ligados ao ofício de pescador até os relacionados a questões de ordem político-social.

Por fim, compreendemos o uso dos saberes sociais como instrumentos de construção organizativa da classe trabalhadora, capaz de resolver suas necessidades imediatas, mas também que atuam como força motriz para a abolição definitiva da classe trabalhadora.

Em termos operacionais, pressupomos que trabalhadores de pesca artesanal da Amazônia, envolvidos em sua realidade político-social, produzem saberes sociais dos tipos políticos, relacionais, organizacionais, conjunturais, atitudinais, por exemplo, responsáveis pela implementação e fortalecimento de sua formação enquanto movimento social — enquanto organização do tipo “Colônia” —, possuindo tais saberes uma dupla configuração: elementos estruturantes da organização e por ela também estruturados, elaborados, atuando como elementos constituidores de uma *consciência de classe para si*.

CAPÍTULO II – SOBRE CLASSES E LUTA DE CLASSES

Neste capítulo, refletimos sobre os saberes sociais, a partir das categorias classe social, hegemonia e consciência de classe, à luz do materialismo histórico-dialético.

Objetivamos, assim, compreender como os *saberes sociais* produzidos e/ou ressignificados pelos trabalhadores-pescadores atuam como instrumentos de uma *consciência de classe para si*, no sentido de lhes oportunizarem a organização política em oposição aos interesses do capital, metamorfoseado na região na figura de oligarquias locais e nos impactos negativos da construção da Hidrelétrica de Tucuruí para o *modus vivendi* desses sujeitos.

Três seções o compõem: na primeira, discutimos a categoria classes sociais e suas implicações enquanto luta e disputa de interesses; numa segunda seção abordamos a questão de hegemonia e da consciência de classe, e, na última seção, tratamos a questão da organização dos trabalhadores.

2.1 CLASSES E LUTAS DE CLASSES

As classes sociais, em constantes lutas por espaços de hegemonia, quer pela manutenção da ordem quer pela sua transformação, criam estratégias político-socioculturais e econômicas, principalmente, para se firmarem enquanto classe. Quanto à classe dominante, assim explicam Marx & Engels (2007, p. 78):

Os indivíduos que formam a classe dominante possuem, entre outras coisas, também uma consciência e, por conseguinte, pensam; uma vez que dominam como classe e determinam todo o âmbito de um tempo histórico, é evidente que o façam em toda a sua amplitude [...].

Segundo Marx & Engels (2007), a classe dominante, a fim de assegurar seu *status quo*, não domina só no plano econômico, mas expande seus “tentáculos” para além, penetrando nas mentes dos homens e mulheres trabalhadoras, fazendo-os tomar como seus os pensamentos ditos burgueses.

Entretanto, entendida a história como um fluxo de ações e reações, como resultado de um processo de contradições,⁵² há de se destacar que a classe trabalhadora, produtora da mais-valia, vem fortalecendo seus espaços organizacionais, por exemplo, a fim de materializar ações políticas que realmente atendam às suas necessidades de classe, apesar da alienação a que está submetido o trabalho humano no interior da lógica capitalista.

⁵² Cf. Gramsci (2006).

Nessa perspectiva, consciente do estado de opressão a que está submetida, a classe trabalhadora produz, por meio do trabalho, *saberes sociais*, fruto da materialidade histórica por ela vivida, como instrumentos políticos de construção hegemônica, de disputa de classe e, por conseguinte, essenciais para seu processo organizacional, que requer, nas palavras de Hobsbawm (2008, p. 45), “[...] estrutura e lideranças [...]” para que suas lutas sejam eficazes.

É o que relata o pescador Ivan Maria P. Neves, destacando que a situação de dificuldade econômica tem levado os pescadores a buscarem outras formas de sobrevivência, o que implica a construção de novos saberes relacionados à produção de mel e de peixes, viabilizados pela Z-16 e pela COOPAC por eles criada, fortalecendo-os econômica e politicamente, conforme análises presentes no Capítulo IV.

Nós também temos trabalhado a questão do mel, que também é uma atividade que nossos pescadores adquiriram como sustentação, porque hoje nosso pescador não sobrevive mais só da pesca. Ele sobrevive da criação do peixe, sobrevive da extração do açaí, do palmito, do mel também, que é um negócio que tá muito bom na nossa região: os produtores preparam as caixas e fazem a criação da abelha; as abelhas só fazem produzir o mel, quer dizer, na entressafra rende um recursozinho também pro produtor, os nossos pescadores se mantêm também.

A partir dessas considerações, temos compreendido que os saberes sociais, a partir de sua presença na Colônia de Pescadores Artesanais Z-16 de Cameté, constituem-se objetos de disputa entre capital e trabalho, sendo, pelo primeiro, combatido, negado, enquanto que o segundo materializa-os como importantes instrumentos de construção hegemônica, estando as classes sociais em luta, disputando espaços, quer materiais quer imateriais.

2.1.1 A sociedade de classes

O fato é que os saberes sociais, na perspectiva dos trabalhadores, são considerados como resultantes do antagonismo que caracteriza a sociedade de classes firmada no *modus operandi* do capitalismo, até porque, conforme Marx & Engels (2006, p. 23-24),

A história de toda sociedade até nossos dias é a história da luta de classes. Homem livre e escravo, patrício e plebeu, senhor e servo, mestre e oficial, em suma, opressores e oprimidos sempre estiveram em constante oposição; empenhados numa luta sem trégua, ora velada, ora aberta, luta que a cada etapa conduziu a uma transformação revolucionária de toda a sociedade ou ao aniquilamento das duas classes em confronto.

Fora a instauração da propriedade privada que fomentou, segundo Marx & Engels (2006), a cisão dos homens em duas categorias historicamente determinadas pelo modo de

produção, e que busca a extração da mais-valia do trabalho desenvolvido pelo homem, alienando-o de sua materialidade produtiva.

Essa alienação, nos moldes marxianos, consubstanciou-se na supremacia do trabalho de natureza abstrata sobre o concreto, bem como na também superioridade do reino da necessidade sobre o da liberdade. Configurou-se, assim, para os sujeitos alijados da posse dos meios de produção, uma existência pautada na escravidão, na exploração e em tantos outros substantivos que podem expressar essa materialidade alienada do mundo do trabalho, consubstanciando a coisificação do trabalho humano, conforme Marx (2008a, p. 219).

O trabalhador trabalha sob o controle do capitalista, a quem pertence seu trabalho. [...]

Além disso, o produto é propriedade do capitalista, não do produtor imediato, o trabalhador. [...] Do seu ponto de vista, o processo de trabalho é apenas o consumo da mercadoria que comprou a força de trabalho, que só pode consumir adicionando-lhe meios de produção. O processo de trabalho é um processo que ocorre entre coisas que o capitalista comprou, entre coisas que lhe pertencem. O produto desse processo pertence-lhe do mesmo modo que o produto do processo de fermentação em sua adega.

Mas temos discutido aqui que os trabalhadores não são sujeitos passivos no campo de batalha em que se dão as relações nessa sociedade de classe. Oprimidos, não se postam serenamente, passivamente, por assim dizer, a um estado de eterna obediência aos desígnios do capital, ao maquiavelismo desse modo de se estruturar a sociedade.

Sugados em sua força de trabalho, vendo-lhes as condições mínimas de sobrevivência sendo paulatinamente retiradas, os homens vão se inquietando, se revoltando. Partem para o campo de batalha, para a luta, organizando-se, na perspectiva de encontrar mecanismos que, pelo menos momentaneamente, possam suavizar a existência, enquanto vão estruturando outras estratégias para a derrocada do capitalismo.⁵³

É, pois, essa compreensão da exclusão social e política⁵⁴ a que estão submetidos que tem levado os trabalhadores a encampar essa luta histórica, descrita por Marx & Engels (2006), organizando-se e construindo formas outras de garantir a própria existência, e também fomentando sua consciência classista (IASI, 2006; LUKÁCS, 2003), como mecanismo de coesão voltada para a transformação social, em face de estratégias criadas pela burguesia para continuar sua trajetória de exploração.

⁵³ Cf. Marx & Engels (2006).

⁵⁴ Essa exclusão, contudo, não é totalmente realizada pelo capital, porque ele vai criando válvulas de escape para que o trabalhador sobreviva, como as emanções do Estado do Bem-Estar Social (NOVAES, 2002), de modo a garantir a manutenção da ordem, que lhe permita a extração da mais-valia. Ou seja, o capital cria formas conjunturais de garantir a sobrevivência do trabalhador, sem mudar as condições estruturais que lhe garantem a dominação política, social, cultural e econômica, acima de tudo.

Essa luta pela manutenção de uma hegemonia ou construção de uma realidade contra-hegemônica, para utilizarmos categorias de ordem gramscianas, tem-se materializado na existência de duas grandes classes sociais: a burguesia e o proletariado, no dizer de Marx & Engels (2006).

Mas o que, de um ponto de vista epistemológico, constituiria uma classe social? O que possibilita inferir que os homens organizam-se socialmente para, em lutas históricas, buscarem instaurar ou perpetuar projetos de sociedade?

2.1.1.1 Classes sociais: o domínio ou não da propriedade, a percepção da opressão, a luta de classes

Para Sztompka (1998), com base em Marx, não há como negar que os homens estão inseridos em contextos de totalidades sociais bem amplas, como as classes sociais, oriundas das redes de relações por eles vivenciadas materialmente, que vão possibilitando a percepção de algo em comum que unifica uns em oposição a outros: “Os indivíduos se juntam e estabelecem coletividades, grupos, associações, etc., quando existe entre eles algo em comum (e a diferença correspondente, que os separa)” (Ibidem, p. 292).

Essa base comum, criadora de vínculos sociais entre os homens, seria a *situação quanto à propriedade*: os que possuíssem os meios de produção, bens “[...] capazes de gerar outros bens, de crescer, se ampliar e se multiplicar” (Ibidem, p. 193), agrupar-se-iam pela perpetuação de seu *status quo*, constituindo-se a classe burguesa; os que se encontrassem alijados da satisfação plena de suas necessidades básicas, por não possuírem esses meios de produção, vivendo em torno da revolta por estarem privados de uma vida digna, constituiriam o proletariado: “A propriedade, ou a não propriedade, dos meios de produção é, por conseguinte, o aspecto mais importante da situação de vida do homem, é a sua posição na sociedade” (Ibidem, p. 293). Para Sztompka, o que está em jogo, na definição de classes sociais é, assim, o domínio ou não da propriedade.

A propriedade e o conseqüente interesse adquirido na preservação de condições sociais favoráveis produzem o vínculo entre proprietários; a não propriedade e o conseqüente interesse na mudança radical das condições sociais de privação produzem o vínculo entre os despossuídos. (SZTOMPKA, 1998, p. 293).

Todavia, poder-se-ia indagar se essa definição não colocaria trabalhadores de pesca artesanal do interior da Amazônia, por exemplo, atrelados à classe proprietária dos meios de produção, por serem *donos* das ações de suas atividades produtivas, retirando livremente dos rios o sustento, a partir do uso de instrumentos de pesca extraídos da própria

natureza, como o *cacuri*.⁵⁵ De antemão, é preciso dizer que é possível envolver-se numa cilada silogística como essa, principalmente quando se desconsidera a totalidade das relações sociais que permeia a existência humana, como aquelas que privam os homens de condições dignas de vida.

É preciso entender, então, que esses trabalhadores não são “ilhas isoladas do mundo”; mas, pelo contrário, sofrem constantemente todas as consequências de um modo de produção capitalista, como a pobreza, que os obriga à pesca não só para o sustento, como para a venda, a fim de prover-lhes outras necessidades, como vestimenta, saúde, educação, as quais não resultam de sua inserção direta na natureza.

Além do mais, são sujeitos que nas relações de mercado contribuem para que o capital obtenha mais-valia, pois garantem o alimento para que outros trabalhadores recarreguem suas energias, necessárias para a sempre produção; são sujeitos despossuídos dos meios de produção, dispondo tão somente de sua força para a manutenção das engrenagens de exploração, sem que o capital precise realizar investimento, apenas lucrando com o *labor* desses trabalhadores, principalmente quando se considera que, no interior da lógica capitalista, “O trabalhador trabalha sob o controle do capitalista, a quem pertence seu trabalho [...]. Além disso, o produto é propriedade do capitalista, não do produtor imediato, o trabalhador” (MARX, 2008a, p. 219).

Numa perspectiva marxiana, são trabalhadores que, não assalariados, constituem trabalho improdutivo sem, no entanto, deixarem de ser produtivos, pois garantem, com sua produção, a manutenção das relações econômicas de produção em sua totalidade. Frigotto (2006), discutindo a produtividade da escola improdutiva, ressalta, nesse sentido, que

[...] se de fato é relevante entender a natureza específica do trabalho produtivo e improdutivo, material e imaterial, nas relações de produção capitalistas, *mais relevante é apreendê-los e entendê-los como complementaridade necessária de uma mesma totalidade na visão do trabalho e do trabalhador coletivo.* (FRIGOTTO, 2006, p. 144, grifo nosso).

Ou seja, o trabalho realizado pelos pescadores contribui para maximizar o trabalho produtivo de outros trabalhadores no interior das relações de mercado, à medida que se entendem as relações de produção como relações sociais e relações de classe,⁵⁶ determinantes para a máquina sociometabólica destrutiva do capital, no dizer de Mészáros (2005), continuar exercendo o poderio de acumulação e privatização da riqueza.

⁵⁵ “[...] o cacuri é uma espécie de cesto confeccionado com talas de jupati (*raphia taedigera*), com a boca afunilada, onde o peixe penetra sem possibilidade de retorno. Sua aplicação se restringe aos igarapés” (MORAES, 2007, p. 60).

⁵⁶ Cf. Frigotto (2006).

Enfim, embora produtos de uma relação entre trabalho e natureza, os pescadores, no interior da lógica capitalista, acabaram se constituindo mercadorias, sujeitos *coisificados*, importantes, tal qual o proletariado de um modo geral, porque o trabalho que realizam incrementa o capital.

São, portanto, trabalhadores que “[...] constituem *uma mercadoria* como outra qualquer, por isso *exposta* a todas as vicissitudes da concorrência, *a todas as turbulências do mercado*” (MARX & ENGELS, 2005, p. 92, grifo nosso), sendo, por isso mesmo, afetados negativamente, por exemplo, por políticas de desenvolvimento, como a construção de grandes hidrelétricas,⁵⁷ que *teimam* em fazer da Amazônia e de seus homens e mulheres um tão somente “celeiro de recursos” para o incremento do capital.

O que Sztompka (1998) faz, então, ao definir classes sociais pelo domínio ou não da propriedade dos meios de produção, é reiterar o modelo polar de sociedade já previsto em escritos marxianos, como no *Manifesto do Partido Comunista* (2005), “[...] com a propriedade, a riqueza e a abundância em um polo, e o trabalho assalariado, a pobreza e a privação no outro” (SZTOMPKA, 1998, p. 293). Em outras palavras, trata-se de uma polarização de classes, burgueses e proletários, conforme Marx & Engels (2005, p. 85).

Nossa época — a época da burguesia — caracteriza-se, contudo, por ter simplificado os antagonismos de classe. Toda a sociedade se divide, cada vez mais, em dois grandes campos inimigos, em duas grandes classes diretamente opostas: a burguesia e o proletariado.

É verdade, contudo, tomando-se como base de análise esses dois grandes construtos teóricos para classificar as classes sociais, que não podemos enquadrar pescadores artesanais do interior da Amazônia como proletários, considerando que o termo congrega aqueles que possuem um trabalho assalariado. Porém, há de se convir, partindo do disposto por Sztompka (1998), que isso não lhes nega a condição de pobreza e de privação oposta à riqueza e à abundância daqueles que, detendo os meios de produção, extraem a mais-valia do trabalho humano, vivenciando o reino da liberdade em oposição ao tão somente reino da necessidade que vem cabendo aos trabalhadores.

Permanece, dessa maneira, o fato de esses sujeitos manterem com outros sujeitos características em comum, como pobreza e privação, resultantes do não domínio desses meios. Logo, essas características os unificam enquanto classe social oposta àquela que

⁵⁷ Tal como a construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, no Pará, que promoveu um desastre ambiental, o aparecimento de doenças, a diminuição do pescado da região e o êxodo dos pescadores para condições de extrema pobreza na zona urbana do município de Cametá, segundo texto da Revista da Z-16 (MMA, 2006).

congrega os que vivem na riqueza e na abundância, por serem justamente os donos dos meios de produção, o que lhes garante o lucro e a riqueza.

Assim, se o termo proletariado já não consegue abarcar sujeitos sociais como os pescadores artesanais do interior da Amazônia, podemos concebê-los, em oposição à classe detentora dos meios de produção que gera riqueza e abundância através da extração da mais-valia, como uma fração integrante da *classe trabalhadora*,⁵⁸ isto é, conforme Braverman (1987, p. 219), “[...] a parte animada do capital, a parte que [...] [aciona] [...] o processo que faz brotar do capital total seu aumento de valor excedente [...], [sendo] [...] antes de tudo matéria-prima para exploração”. Nessa configuração, poderíamos parafrasear Marx & Engels (2005) e dizer que a classe trabalhadora é recrutada em todas as classes da população, aí incluídos, pois, os pescadores.⁵⁹

Por outro lado, segundo Sztompka (1998), há, além do domínio ou não da propriedade privada, outra característica crucial para que se possa definir os homens como membros de classes sociais antagônicas. Trata-se, em síntese, da capacidade de eles, a partir de sua materialidade histórica, irem tomando consciência do grupo social ao qual pertencem, passando a se organizar em torno de seus interesses, cristalizando, assim, a classe para si. No dizer de Sztompka (1998, p. 294):

A posição comum quanto à propriedade em uma pluralidade de indivíduos não é suficiente para a sua real existência como classe desenvolvida. Cedo ou tarde, eles irão adquirir uma certa percepção de sua posição comum (e da correspondente oposição a outras classes), iniciar a comunicação e interação mútuas, produzir formas mais duradouras de organização interna (p. ex. liderança, representação política), resultando então na emergência da “classe para si” desenvolvida, capaz de articular e defender seus interesses.

⁵⁸ Como uma das categorias fundantes da classe trabalhadora, os pescadores, por meio do trabalho enquanto produtor de valor-de-uso, teriam sua identidade marcada pela atividade que realizam. Assim, homens da pesca possuem uma identidade determinada pelo fazer da pesca, tal qual “O trabalho do fiandeiro, como processo de produzir valor-de-uso, é especificamente distinto dos outros trabalhos produtivos, e a diversidade se patenteia, subjetiva e objetivamente, na finalidade exclusiva de fiar, no modo especial de operar, na natureza particular dos meios de produção, no valor específico do seu produto.” (MARX, 2008, p. 222).

⁵⁹ Marx & Engels (2005, p. 93), ao exporem que o proletariado resulta da amalgamação de diferentes extratos de trabalhadores, dão margem para se entender que o elo comum que os une, enquanto classe, é a condição de sujeitos destituídos dos meios de produção, tendo a força de trabalho subjugada pelo capital e vivendo em situação de opressão. Daí poder-se utilizar a categoria *classe trabalhadora*, quando o conceito de proletariado não se configura apropriado para se compreender a realidade classista, como conceito “macro” que engloba todos os trabalhadores que se encontram na situação anteriormente descrita, quer proletários como pescadores ou agricultores, por exemplo. É, pois, o que podemos inferir de “Os pequenos empreendedores tradicionais — os pequenos industriais, comerciantes e os que vivem de renda, os artesãos e agricultores — decaem no proletariado; uns, cujo pequeno capital não é suficiente para permitir que adotem os processos da grande indústria, sucumbem frente à concorrência com os grandes capitalistas; outros porque sua habilidade é desvalorizada pelos novos métodos de produção. Assim, o proletário é recrutado em todas as classes da população” (Ibidem, p. 93).

Considerando tal pressuposto, entra em jogo um elemento mais subjetivo na definição de classe social, fato também já observado por Hobsbawm (2000) e, em primeira mão, por Lukács (2003): a consciência de classe, bem como os conceitos de hegemonia e de sociedade civil gramscianos. Ora, ao se postular que cedo ou tarde os trabalhadores irão adquirir certa percepção da posição comum de opressão a que estão submetidos pelo jugo do capital, toca-se no conceito de *consciência de classe*; por outro lado, ao se estabelecer que essa conscientização possibilita aos trabalhadores um articular-se para defender seus interesses, advoga-se o conceito de *hegemonia*.

De posse, pois, das características (i) domínio ou não da propriedade e (ii) consciência da situação comum de vida em oposição à de outras classes, exigindo organização e luta dos trabalhadores, Sztompka (1998) acaba por teorizar sobre a questão de classe e luta de classe, mostrando que elas se encontram polarizadas e cristalizadas no interior das relações humanas.

Assim, mergulhados os homens numa contradição de classe, isto é, numa “[...] contradição objetiva de interesses entre os que têm e os que não têm [...]” (SZTOMPKA, 1998, p. 294), eles vão sendo conduzidos dialeticamente para a tomada de consciência de que se constituem sujeitos com perspectivas históricas opostas, haja vista que “[...] quanto mais amplamente são concretizados os interesses e satisfeitas as necessidades dos possuidores, mais difícil se torna a realização dos interesses e a satisfação das necessidades dos não possuidores” (Ibidem, p. 294).

Essa situação polariza a relação entre os homens, cristalizando a percepção de que uns estão incluídos entre possuidores e outros entre não possuidores, gerando, em ambos os lados, “[...] sentimentos de hostilidade, desconfiança e inimizade” (Ibidem, p. 294), culminando com a luta de classes, quando são externalizados esses antagonismos por meio de organizações coletivas que se chocam, enquanto ideais classistas, consoante as palavras de Sztompka (1998, p. 294-295):

Finalmente, o antagonismo pode adquirir manifestações externas nos terrenos econômico, político e ideológico; pode se transformar em comportamento ou ação coletiva mais ou menos organizada de membros de uma classe contra os membros da classe oposta.

Se assim o é, cada classe busca se organizar política, social, cultural e economicamente, a fim de criar condições para sua existência, fato este já consagrado nas Ciências Sociais e tão bem descrito por Marx em *O Capital* (2008a).

No que concerne aos interesses da presente pesquisa, observou-se, conforme análises presentes no Capítulo IV, que a Colônia de Pescadores Artesanais Z-16, de Cameté, constitui-se como materialização de um instrumento de luta e de organização desses trabalhadores, sempre na perspectiva de que “É pela via das contradições de classe, antagonismos e lutas, combinada à permanente pressão por sua resolução, que a sociedade mostra sua tendência para a autotranscendência” (SZTOMPKA, 1998, p. 295), ou seja, para a elevação do reino da liberdade sobre o da necessidade, conforme Manacorda (1991).

No demais, como tratado no quarto capítulo, a partir de Sztompka (1998), pode-se considerar que o contraditório, o antagônico e a luta de classes estão presentes na configuração política da Colônia de Pescadores, *locus* de representatividade dessa fração da classe trabalhadora, o que vem lhe possibilitando a organização enquanto sociedade civil, a fim de construir a sua hegemonia, considerando os laços subjetivos e objetivos e a consciência de classe que os une, em oposição à classe detentora dos meios de produção, que constrói também estratégias a fim de manter sua hegemonia.

2.2 LUTAS DE CLASSE E SUAS INTERFACES COM HEGEMONIA E CONSCIÊNCIA DE CLASSE

Quando Marx e Engels (2005, p. 84) postularam no *Manifesto do Partido Comunista* que “A história de todas as sociedades até agora tem sido a história das lutas de classe”, acabaram por tocar no conceito de hegemonia, já que as classes, em constante tensão, vivem buscando condições para a sua existência, por meio de práticas políticas, sociais, culturais e econômicas, entendidas como hegemonia.⁶⁰

De um lado, a classe trabalhadora, opondo-se às construções hegemônicas da classe detentora dos meios de produção, busca viabilizar outras configurações políticas, sociais, culturais e econômicas que lhe assegurem a existência e, quiçá, a derrocada de sua classe antagônica, com a intenção, possível também, de estabelecer uma ordem social voltada para a socialização da produção humana.

Por outro lado, a classe do capital pleiteia formações políticas, sociais, culturais e econômicas que lhe mantenham o lucro e a subsunção do trabalho humano que, em síntese, significa assegurar o estado de exploração do homem pelo homem, com alívios sociais aqui e ali para que o trabalhador reponha as energias para suas duras lidas, em um sempre fortalecimento do trabalho abstrato, produtor de mercadorias.

⁶⁰ Cf. Gramsci (1987).

Nesse contexto, hegemonia pode ser entendida, no interior das lutas de classes, como construção política em que se busca o fortalecimento de classe, quer para manutenção da ordem, nos moldes *durkheimianos*,⁶¹ ou para sua transformação, nos moldes da *filosofia da práxis*, considerando-se, respectivamente, o interesse da classe detentora do capital e o da classe trabalhadora.

Acrescente-se ainda o fato de que, para se alcançar a hegemonia, essa construção política que permite o exercício do poder e da transformação social, entra em ação o princípio da negação da negação (cf. ENGELS, 2008), marca do materialismo histórico-dialético marxista, uma vez que, por exemplo, a classe trabalhadora, ao negar as condições de vida impostas pelo capitalismo, busca outra realidade social, plausível a seus interesses, e isto, no fundo, se constitui em uma negação da realidade anterior.

A classe detentora dos meios de produção, por sua vez, responde com a negação de que lhe seja negada a destruição do seu *status quo* de dominação e, por conseguinte, a possibilidade de uma sociedade sem classe.

É esse processo de negações que impulsiona as classes para a organização política. A busca por uma hegemonia é, portanto, um processo de negação de uma dada situação sócio-histórica, a fim de se construir outra realidade, tal qual a figura do grão germinando descrito por Engels em o *Anti-Dühring* (2008).

Foi esse princípio que assegurou o próprio processo de construção da hegemonia capitalista, como nos descreve Marx & Engels (2005, p. 86): “[...] a burguesia moderna é ela mesma o produto de um longo processo, moldado por uma série de transformações nas formas de produção e circulação”, em outras palavras, *moldado por uma série de negações de si própria para continuar existindo enquanto classe hegemônica*.

Mas como se dá a construção hegemônica no interior das sociedades modernas? Em primeiro lugar, há de se reconhecer que a classe burguesa, ao longo de sua materialidade, vem criando as condições para sua existência, permeando a classe trabalhadora com seus valores, criando-lhe desejos, provocando-lhe ideais, conduzindo os trabalhadores a assumir, como seus, projetos de sociedade pensados por aquela, até mesmo porque

⁶¹ Para Durkheim (1976), a educação teria a função de transformar o *ser individual* em um *ser social*, no sentido de este ser individual assimilar os saberes morais coletivamente produzidos pela sociedade, de modo a possibilitar às gerações mais novas um envolvimento com os valores imprescindíveis para a existência dessa mesma sociedade. Nessa perspectiva, somos do entendimento de que a educação seria um fato social responsável pela manutenção das condições necessárias para se viver coletivamente, não se pressupondo transformação social, senão um ajustamento aos padrões sociais estabelecidos, não raro de cunho burguês. É nesse sentido de manutenção da ordem, sem alteração das contradições de classe, portanto, que tomamos as referências *em moldes durkheimianos*.

As ideias [Gedanken] da classe dominante são, em todas as épocas, as ideias dominantes; ou seja, a classe que é a força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo sua força espiritual dominante. A classe que dispõe dos meios de produção material dispõe também dos meios de produção espiritual, o que faz com que sejam a elas submetidas, ao mesmo tempo, as ideias daqueles que não possuem os meios de produção espiritual. As ideias dominantes, são, pois, nada mais que a expressão ideal das relações materiais dominantes, são essas as relações materiais dominantes compreendidas sob a forma de ideias; são, portanto, a manifestação das relações que transformam uma classe em classe dominante; são dessa forma, as ideias de sua dominação. (MARX & ENGELS, 2007, p. 78).

O processo hegemônico burguês materializa-se pela via da ideologização de seus ideais, mascarando seus reais interesses, revolucionando constantemente os instrumentos de produção, “[...] as relações de produção, e por conseguinte todas as relações sociais [...]”, forçando as pessoas a encararem “[...] com serenidade sua posição social e suas relações recíprocas” (MARX & ENGELS, 2005, p. 88). Para tanto, essa classe vem centralizando os meios de produção, a partir da concentração da propriedade, o que lhe propicia, por extensão, a centralização do poder político, mantendo, pois, as condições de sua existência.

A classe trabalhadora, por outro lado, objetivando a sua hegemonia, vem buscando a socialização dos meios de produção e, por extensão, a descentralização da propriedade privada, muito corroborando para isso sua organização enquanto sociedade civil, conforme situação similar à do contexto histórico vivido por Marx e Engels (2005, p. 95): “Os trabalhadores começam a formar associações contra a burguesia; lutam juntos para assegurar seu salário. Fundam organizações permanentes, de modo a se preparem para a ocorrência de ondas esporádicas de sublevações”.

Por outro lado, Marx & Engels (2005) chamam também a atenção para a necessidade de a classe trabalhadora organizar-se enquanto partido político, aproveitando-se das contradições que envolvem a própria classe burguesa para forçar o “[...] reconhecimento dos interesses específicos dos trabalhadores na forma de leis [...]”, permitindo-lhes *respirar* enquanto a derrocada do capitalismo não se faz por completo, uma vez que isso pressupõe a destruição de “[...] todas as seguranças e todas as garantias da propriedade privada até aqui existentes” (Ibidem, p. 97).

Em Gramsci (2006), do mesmo modo que em Marx & Engels (2005), essa necessidade de organização para o fomento da hegemonia da classe trabalhadora também é requerida, pressupondo a postura filosófica de se analisar a realidade, percebendo-a em oposição a outras realidades, o que pode promover-lhe o desejo de se organizar para uma luta que, antes de tudo, é política.

Em isso acontecendo, parece enquadrar-se no disposto por Gramsci (2006) sobre a relação entre materialidade e consciência histórica, contradição e posicionamento filosófico da classe trabalhadora diante da realidade por ela vivida, constituindo-se em elementos importantes para a materialização de um processo contra-hegemônico.

[...] não se pode ser filósofo — isto é, ter uma concepção do mundo criticamente coerente — sem a consciência da própria historicidade, da fase de desenvolvimento por ela representada e do fato de que ela está em contradição com outras concepções ou com outros elementos de outras concepções. (GRAMSCI, 2006, p. 95).

Ao tomar-se consciência da contradição por que se passa, está-se em busca da construção de uma hegemonia, porque se percebe que o mundo que está posto não satisfaz às necessidades do homem e da mulher trabalhadores. Mas como se pode esquadrihar efetivamente a construção da hegemonia da classe trabalhadora? Como se manifesta essa consciência?

Vázquez (1968) responderá que é pela práxis, traduzida, quando o “[...] homem se produz, forma ou transforma a si mesmo [...]” (Ibidem, p. 229), decorrente da “[...] relação material e transformadora que o homem estabelece — mediante seu trabalho — com a natureza [...]”, bem como quando se procede a “[...] transformação de uma matéria à qual se imprime uma determinada forma, exigida não mais por uma necessidade prático-utilitária, mas sim por uma necessidade geral humana de expressão e comunicação [...]” (Ibidem, p. 229), ou mesmo quando se realiza uma “[...] atividade científica experimental que satisfaz, primordialmente, as necessidades da investigação teórica e, em particular, as da comprovação da hipótese [...]” (Ibidem, p. 229-230).

Mas a construção da hegemonia da classe trabalhadora se efetiva mesmo principalmente quando o homem torna-se sujeito e objeto da própria práxis, conduzindo grupos ou classes sociais “[...] a transformar a organização e a direção da sociedade, ou a realizar certas mudanças mediante a atividade do Estado [...]” (VÁZQUEZ, 1968, p. 230), aqui se configurando uma práxis de ordem política. Isso pressupõe, segundo Gramsci (1987), a formação de uma nova cultura, de uma nova mentalidade, que busca se apropriar dos conhecimentos historicamente produzidos via trabalho para transformá-los “[...] em base de ações vitais, em elemento de coordenação e de ordem intelectual e moral” (Ibidem, p. 96), capazes de ajudar a classe trabalhadora a superar o modo de produção que promove a

exclusão. Portanto, os saberes são, de um modo geral, imprescindíveis para a consecução hegemônica dos despossuídos dos meios de produção.⁶²

Por outro lado, não menos importante para a materialização de uma nova hegemonia, encontra-se, segundo Gramsci (1987), também a necessidade de intelectuais orgânicos que estejam ligados à classe trabalhadora, contribuindo para a sistematização de suas lutas, elaborando e tornando “[...] coerentes os princípios e os problemas que aquelas massas colocavam com a sua atividade prática, constituindo assim um bloco cultural e social” (Ibidem, p. 100), correlacionando-se unitariamente luta e reflexão, examinando avanços e propondo recuos, mas sempre na perspectiva da transformação e partindo-se, pois, da “análise concreta das situações concretas e análises e balanço da atividade prática correspondente” (VÁZQUEZ, 1968, p. 255).

Mas essa construção hegemônica da classe trabalhadora também pressupõe, segundo Gramsci (1987, p. 100), “[...] um sincero entusiasmo e um forte desejo de elevação a uma forma superior de cultura e de concepção de mundo”, o que implica, portanto, uma consciência socialista, quando o trabalhador compreende o irreconciliável antagonismo “[...] entre seus interesses e todo o regime político e social contemporâneo [...]” (VÁZQUEZ, 1968, p. 312), indo além de uma organização política para tão somente se “[...] obter melhores condições de venda da força do trabalho [...]” (Ibidem, p. 313), mantendo-se inalteradas as condições que produzem a exploração.

A construção da hegemonia da classe trabalhadora pressupõe, assim, um embasamento pela filosofia da práxis, que “[...] só pode apresentar-se, inicialmente, em

⁶² Ao longo deste trabalho estamos advogando a correlação entre saberes sociais e lutas de classes, entendendo-os como imprescindíveis para a construção da hegemonia da classe trabalhadora. Consideramos tais saberes como oriundos da inserção dos trabalhadores em suas lutas, o que vai lhes dando um profundo conhecimento da realidade social, bem como dos mecanismos necessários para a transformação da sociedade. Mas também hipotetizamos que, ao lado desses trabalhadores, vão se agregando intelectuais orgânicos que vão lhes possibilitando uma sistematização desses saberes, conforme preconizado por Gramsci (1987) ao tratar dos intelectuais e a organização da cultura. Assim, por exemplo, relacionados à Teologia da Libertação da Igreja Católica muito presente na região Norte, os trabalhadores da pesca, como os ligados a sua entidade representativa, a Z-16, receberam e viveram informações sobre como se organizar, conforme exposto na seção 1.1.2.1 do primeiro capítulo, passando os sujeitos dessa teologia a atuarem como intelectuais orgânicos dos trabalhadores, não “[...] para limitar a atividade científica e para manter uma unidade no nível inferior das massas, mas justamente para forjar um bloco intelectual moral que torne politicamente possível um progresso intelectual de massa e não apenas de pequenos grupos intelectuais” (GRAMSCI, 1987, p. 103). Essa formação, pois, se contrapõe à orientação burguesa, já que pressupõe ruptura, transformação. Isso não quer dizer que no próprio coletivo de pescadores não tenham surgido também intelectuais orgânicos, conforme disposto por Gramsci (1988, p. 7), uma vez que “Quando se distingue entre intelectuais e não intelectuais, faz-se referência, na realidade, tão somente à imediata função social da categoria profissional dos intelectuais [...]. Isso significa que, se se pode falar de intelectuais, é impossível falar de não intelectuais, porque não existem não intelectuais”: não há como separar a totalidade que constitui o “saber e o pensar”; intelectual orgânico, pois, não está ligado a domínio de capacidades intelectivas formais oriundas do universo escolar, mas à capacidade de os trabalhadores também se tornarem sujeitos de sua organização e luta, capazes, portanto, de constituírem quadros dirigentes.

atitude polêmica e crítica, como superação da maneira de pensar precedente e do pensamento concreto existente (ou mundo cultural existente)” (GRAMSCI, 1987, p. 101). Assim o sendo, é possível tomarmos as categorias filosofia da práxis e construção hegemônica como expressões imbricadas, tal qual a relação desta última com a consciência de classe.

Da primeira relação pode-se deduzir que, carregando em si a busca pela superação das maneiras de pensar precedente e do pensamento concreto existente, a hegemonia, práxis da classe trabalhadora, significa a busca por construções sociais opostas à ordem estabelecida pelo capital enquanto modo de produção; quanto à segunda, deduz-se que o processo hegemônico é possível porque os homens se percebem interligados enquanto classe.⁶³ Marxianamente pode-se dizer que as necessidades de sobrevivência os impelem para a luta, para a construção de hegemonias.

Essa correlação gramsciana entre consciência e hegemonia pode ser deduzida de sua exposição sobre consciência teórica explícita e consciência teórica implícita. Segundo Gramsci (1987), a identidade de um estar no mundo é fruto de uma *consciência explícita* ou *verbal*, herdada do passado, acolhida sem crítica, mas que determina também a realidade de vida do sujeito homem, permitindo-lhe, às vezes, agir sobre a natureza, transformando, mas sem mudar realmente suas condições materiais de vida.

É essa consciência explícita, segundo Gramsci (1987, p. 103), que liga os trabalhadores a uma classe, categoria, grupo de trabalhadores: “[...] ela liga a um grupo social determinado, influi sobre a conduta moral, sobre a direção da vontade [...]”. Porém, segundo o autor, é a *consciência teórica* do tipo *implícita* que “[...] realmente une a todos os seus colaboradores na transformação prática da realidade” (GRAMSCI, 1987, p. 103).

Trata-se, dessa forma, de uma consciência que articula objetividade e subjetividade no fazer histórico dos homens, isto é, que permite pensar e agir na realidade, objetivando outra realidade; é uma consciência, uma “[...] compreensão crítica de si mesmo [...]” (Ibidem, p. 103), que resulta do processo de construção hegemônica, das lutas entre as classes, gerando, na perspectiva da classe trabalhadora, valores e ações contrários aos defendidos e implementados pela classe que detém os meios de produção:

A compreensão crítica de si mesmo é obtida, portanto, através de uma luta de “hegemonias” políticas, de direções contrastantes, primeiro no campo da ética, depois no da política, atingindo, finalmente, uma elaboração superior da própria concepção do real. (GRAMSCI, 1987, p. 103).

⁶³ Cf. Sztompka (1998).

Assim, para Gramsci (1987, p. 103), a capacidade de os trabalhadores construírem uma consciência política, entendida como a consciência sobre o fazer parte de uma determinada força hegemônica, “[...] é a primeira fase de uma ulterior e progressiva autoconsciência, na qual teoria e prática finalmente se unificam”, já que a classe trabalhadora, de posse dessa consciência, articula as suas ações políticas sempre no sentido de viabilizar a construção da sociedade utopicamente planejada, culminando com a supremacia do reino da liberdade sobre o da necessidade. Ainda de acordo com Gramsci (1987, p. 104),

A consciência de fazer parte de uma determinada força hegemônica (isto é, a consciência política) é a primeira fase de uma ulterior e progressiva autoconsciência. Portanto, a unidade teoria e prática não é um dado de fato mecânico, mas um devir histórico, que tem a sua fase elementar e primitiva no sentimento de “distinção”, de “separação”, de independência quase instintiva, e progride até a aquisição real e completa de uma concepção de mundo coerente e unitária. É por isso que se deve chamar a atenção para o fato de que o desenvolvimento político do conceito de hegemonia representa, para além do progresso político-prático, um grande progresso filosófico, já que implica e supõe necessariamente uma unidade intelectual e uma ética adequada a uma concepção do real que superou o senso comum e tornou-se crítica, mesmo que dentro de limites ainda restritos.

Com tais postulados, enfim, Gramsci (1987, p. 107) chama-nos atenção para o fato de que a consciência de se fazer parte de uma força hegemônica, no contexto do materialismo histórico-dialético marxista, não pode significar tão somente a busca por interesses imediatos de sobrevivência, “[...] progresso político-prático [...]” em suas palavras, mas transcender para a superação de qualquer realidade material que prime pela exploração do homem.

E nessa perspectiva os saberes sociais tendem a atuar como realidade teórico-prática de uma consciência contra-hegemônica produzida pelos trabalhadores, a fim de implementarem uma realidade que lhes atenda aos interesses de classe, primando-se pela socialização do poder, pela capacidade autogestora e pelo desenvolvimento integral da pessoa humana.

2.3 TRABALHADORES, BURGUESES, INTERESSES E ORGANIZAÇÃO

Ao longo deste Capítulo vimos que, com a introdução da propriedade privada no interior das relações humanas e, por conseguinte, a alienação do trabalho realizado pelo homem, configurou-se na modernidade o modo de produção capitalista, lançando a opressão do homem pelo homem, sempre com o objetivo da busca da mais-valia e com a divisão das relações humanas entre os possuidores dos meios de produção, os proprietários, e os que

detêm somente a força de trabalho, os trabalhadores, para colocar à venda no mercado em que se transformou a realidade social.⁶⁴

[...] a alienação é própria de sociedades onde têm vigência a divisão social do trabalho e a propriedade privada dos meios de produção fundamentais, sociedades nas quais o produto da atividade do trabalhador não lhe pertence, nas quais o trabalhador é expropriado — quer dizer, sociedades nas quais existem formas determinadas de exploração do homem pelo homem. (NETTO & BRAZ, 2008, p. 45).

Atrelado ainda a essa configuração social, instaurou-se a luta de classes, colocando-se para os homens dois projetos de sociedade totalmente antagônicos: um, atrelado aos interesses dos trabalhadores; outro, aos desejos do mercado. O primeiro, buscando a primazia do reino da liberdade, luta para que haja o aniquilamento da propriedade privada, mas socialização da produção humana; o segundo, pleiteando sempre o lucro, luta para se manter enquanto hegemonia, privilegiando a propriedade privada, socializando tão somente o trabalho de natureza abstrata.

Até agora, essa luta, em sua grande maioria, tem sido vitoriosa para aqueles a quem Marx & Engels (2006, p. 45) chamaram de burguesia, a classe voltada para “[...] a acumulação da riqueza nas mãos privadas [...]” e para “[...] a formação e o incremento do capital”, tanto é que o modo de produção que subsiste é o capitalismo.

Contudo, partindo de uma concepção histórico-dialética da realidade humana, há de se compreender que os trabalhadores não se encontram apáticos diante das configurações sociais por eles vividas, mas, pelo contrário, vêm também *costurando* a sua hegemonia, aproveitando-se das próprias motivações criadas pelo capital, como a não socialização das condições adequadas de existência humana, para se fortalecer enquanto classe social, objetivando uma realidade pautada pelos seus interesses, já que a burguesia “[...] é incapaz de assegurar a seu escravo a própria existência no âmbito da escravidão [...]” (MARX & ENGELS, 2006, p. 44).

O fato é que as duas classes estão *mergulhadas* em um campo de batalha, a realidade social, utilizando-se de estratégias para se firmar no exercício do poder ou a ele chegar, considerando-se, respectivamente, burguesia e proletariado.⁶⁵ A primeira, por

⁶⁴ Cf. Marx (2008a).

⁶⁵ No presente trabalho, passaremos a conceber a *burguesia* como a classe que detém os meios de produção, enquanto que o *proletariado*, como a classe que possui somente a força de trabalho. Essa tomada de decisão se justifica pela constatação de que se os significantes *burguesia* e *proletariado* possam já não se adequar aos tempos de produção flexível, quando já não se têm tantos proletários, por exemplo, o mesmo não se pode dizer do conteúdo por eles enunciado, uma vez que, ainda hoje, permanece o modo de produção capitalista,

exemplo, construiu, ao longo de sua materialidade histórica, um aparato burocrático, materializado na figura do Estado, que lhe deu condições para o exercício da dominação sob a égide coerciva das leis dele emanadas, tão bem descrito por Weber em *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva* (2004).

O Estado, do mesmo modo que as ações políticas historicamente precedentes, é uma relação de dominação de homens sobre homens, apoiada no meio de coação legítima (quer dizer, considerada legítima). Para que ele subsista, as pessoas dominadas têm que se submeter à autoridade invocada pelas que dominam no momento dado. (WEBER, 2004, p. 526).

Entretanto, o sistema burocrático, embora preceituando um *gerenciamento* racional das ações do Estado para com as necessidades da sociedade, não deixa, muitas vezes, de atender aos interesses da minoria que constitui o Estado burguês, porque fundado no interior da lógica capitalista, como o foi, por exemplo, o Estado conciliador do Bem-Estar-Social do pós-guerra da segunda metade do século XX, utilizado para preservar a ordem social, apaziguando, com assistência aos menos favorecidos, quer na área de saúde quer nas relações trabalhistas, possíveis revoltas sociais, enquanto fomentava o consumo, essencial para que o capital produzisse, com tranquilidade, mais riqueza concentrada nas mãos de poucos (cf. HOBBSAWM, 2000).

Mas o proletariado não se mostra inerte diante de tal configuração. Reconhece o papel do Estado na configuração de seus direitos e busca, enquanto sociedade civil organizada, nele interferir, a fim de, também por meio dele, materializar seus interesses, opondo-se a uma sociedade capaz de subverter o próprio discurso do trabalhador em seu favor, desarticulando-lhe ações políticas universalizantes, como a socialização da produção pleiteada pela classe trabalhadora ao longo de sua história e a capacidade de vencer o capital por meio da organização de classe.⁶⁶

continuando a existir a exploração de uns, porque possuem a propriedade privada, sobre outros, que só possuem a força de trabalho.

⁶⁶ Atualmente, por meio da Terceira Via, considerada por Lima & Martins (2005) como um novo programa político mundial para salvaguardar a ordem capitalista, vem se advogando uma maior participação política da massa de trabalhadores, seja na constituição de organizações não governamentais (ONG) ou na reorganização de tomada de decisões sobre as ações políticas desenvolvidas pelo Estado, por exemplo, sem, contudo, uma real transformação da sociedade privada, além de se propor uma nova sociedade civil — a “sociedade civil ativa” —, a qual se transforma em prestadora de serviços sociais para a comunidade, como que destituindo o Estado de pensar políticas públicas que realmente atuem em prol da melhora de vida do trabalhador; torna-se uma sociedade civil assistencialista, não reivindicadora coletiva de direitos, como inicialmente propugnada pela classe trabalhadora. Pela Terceira Via, o Estado promove uma verdadeira solidificação da cultura de que os problemas existem porque os homens não são solidários; em o sendo, o mundo melhora, passa-se a viver com equidade. Não se deseja lembrar, contudo, que a questão é de ordem estrutural: o modo de produção capitalista não permite essa equidade social.

O fato é que, explorada aos extremos pelo modo de produção capitalista, a classe trabalhadora foi tomando consciência da subsunção e da importância do seu trabalho no interior da lógica capitalista, culminando com um aprendizado social, promovendo-lhe uma consciência de classe (necessária para o enfrentamento político-ideológico junto à burguesia) e, por conseguinte, uma necessidade de organização social, com sujeitos realmente capazes de, paulatinamente, com os interesses dos trabalhadores irem envolvendo a sociedade, sem, com isso, significar simples reforma do capitalismo, senão estratégia para sua derrocada. Hobsbawm (2008, p. 45), ao dispor sobre a diferença entre os movimentos burgueses e os movimentos proletários, diz que

[...] a classe operária, como o campesinato, é constituída quase que por definição de pessoas que não podem fazer coisas acontecerem exceto coletivamente, embora, ao contrário dos camponeses, sua experiência de trabalho demonstre todos os dias que eles devem agir coletivamente ou não agir de forma alguma. Mas mesmo sua ação coletiva requer estrutura e lideranças para que sejam eficazes. Sem uma organização formal para a ação, exceto sob certas circunstâncias no próprio local de trabalho, é improvável que sejam eficazes; sem alguém que seja capaz de exercer hegemonia (para usarmos a expressão de Gramsci), irão permanecer tão subalternas como a plebe no passado pré-industrial.

Para Hobsbawm (2008), portanto, a organização formal dos trabalhadores é condição importante para não se permanecer na posição de oprimido, subalterno. Sem ela, os trabalhadores continuarão fadados a contribuir para com a hegemonia do capital, tanto que Marx e Engels (2006) tomaram como norte de suas práticas discursivas a necessidade de conchamar: “Proletários de todos os países, uni-vos!” (MARX & ENGELS, 2006, p. 84), porque as condições materiais que estão postas para os trabalhadores, no interior do capital, não condizem com uma vida plena.

Tanto é que em *O Manifesto Comunista* (2005), por exemplo, os proletários, vendo suas condições de vida declinarem, mesmo diante do desenvolvimento industrial de sua época, sentiram necessidade de união para defender a própria existência, garantida pela obtenção de um salário, que vinha decaindo “[...] cada vez mais, abaixo das condições de sua própria classe” (MARX & ENGELS, 2006, p. 44).

Trata-se, então, de uma união que resulta de um aprendizado pelo sofrimento, o qual vem oportunizando aos trabalhadores a sempre constatação de que “[...] a existência da burguesia não é mais compatível com a sociedade”, porque “[...] é incapaz de assegurar a seu escravo a própria existência no âmbito da escravidão” (Ibidem, p. 44).

Em outras palavras, diríamos que as condições materiais de vida da classe trabalhadora vêm lhe fornecendo subsídios necessários para a construção de saberes sociais (porque resultantes das relações sociais por eles travadas no cotidiano de sua existência), os quais são utilizados na configuração de sua organização e de sua luta contra o poder hegemônico do capital, que busca firmar seus interesses político-sociais. É o que se observa a partir da fala da pescadora Eleonor Valente Farias Filha, para quem a construção da Hidrelétrica de Tucuruí trouxe problemas para os pescadores, sendo necessário se organizar para se buscarem condições para se sobreviver:

[...] é muito difícil encontrar peixe, foi o tempo; não é como era quando eu me criei, quando eu era criança. Um tempo desses, como a gente tava conversando, a gente ia pra praia que tem lá defronte, a praia da Raimunda que falam, a gente ia pra lá um tempo desses com quarenta matapi, jogava n'água e pegava cinquenta, sessenta quilo de camarão, agora com cento e vinte a gente pega três, quatro quilos.

Gente percebe que foi desde que fecharam essa barragem aí pra cima: ficou essa coisa aqui em baixo; essa barragem de Tucuruí acabou com a metade das coisas que tinha.

[...] se não fosse a Colônia, o pescador vivia mais lascado lá no interior, com mais dificuldade. Essa Colônia, o Sindicato, todas essas coisas juntos deram maior força pro pessoal do interior [...].

São considerações como essas que norteiam o presente estudo sobre a relação entre saberes sociais e luta de classes no interior de uma instituição organizativa ligada a trabalhadores de pesca do interior da Amazônia paraense, a Colônia de Pescadores Artesanais Z-16, sediada no município de Cametá.

Partimos do pressuposto, conforme previsto na introdução desta tese, de que existem saberes sociais atualizados, ressignificados e/ou gerados pelos trabalhadores em apreço para configurarem suas lutas. E essa configuração ocorre porque os trabalhadores se constituem sujeitos excluídos das condições ideais de existência, tendo na força de trabalho o elemento único para garantir a existência material, contrapondo-se àqueles que detêm os mecanismos de produção.

Consideramos ainda que a luta dos trabalhadores não ocorre no vazio, aleatoriamente, mas, pelo contrário, é resultante de uma práxis no sentido literal do termo: ao mesmo tempo em que o trabalhador vai vivendo as condições materiais de exclusão (mesmo em contínuo de não totalmente excluído, haja vista políticas assistencialistas que visam a tranquilizá-lo diante de crises criadas pelo capital (cf. NOVAES, 2002)) a que está submetido pela lógica do capital, também vai elaborando, a partir dessas condições, os conhecimentos necessários para a sua superação.

Trata-se, então, de um conhecimento resultante da unidade teoria-prática, porque parte da “[...] análise concreta das situações concretas e análises e balanço da atividade prática correspondente [...]” (VÁZQUEZ, 1968, p. 255), ou seja, o trabalhador vai produzindo saberes à medida que adentra em sua realidade vivida, reformulando-os, ampliando-os, também à medida que a realidade vai se moldando, sempre em processo — seus saberes resultam de uma práxis que, por sua natureza, pressupõe transformação; ou seja, objetiva-se uma materialidade de vida oposta à preceituada pelo capital, principalmente se considerarmos que a lógica de vida prevista por ele pressupõe a desumanização do homem, metamorfoseada, por exemplo, tão somente no sustento, nem sempre básico, para que o trabalhador tenha forças para continuar a ser produtor de mais-valia.

Como desenvolvido no primeiro capítulo, acreditamos que, diante da lógica opressora do capital, os trabalhadores da pesca artesanal de Cameté produzem saberes sociais, a partir de sua entidade representativa de classe, a Z-16, utilizando-os em sua organização política e contribuindo para a construção de uma hegemonia contrária aos interesses do capital.

2.4 OS SABERES, A CONSCIÊNCIA DE CLASSE E A ORGANIZAÇÃO POLÍTICA CONTRA-HEGEMÔNICA

Ao longo deste trabalho estamos advogando que a humanidade, em virtude do modo de produção capitalista, encontra-se dicotomicamente fundamentada em duas classes antagônicas, burguesia e proletariado; sem perder o sentido de seus conteúdos, trata-se da classe detentora dos meios de produção e da classe detentora somente da força do trabalho, responsável pela geração de mais-valia.

Também estamos reiterando que essas classes, em constantes lutas por espaços de hegemonia, quer pela manutenção da ordem quer pela sua transformação, criam estratégias político-socioculturais e econômicas, principalmente, para se firmarem enquanto classe.

No que se refere à classe detentora dos meios de produção, por exemplo, o Estado veio a se constituir no grande instrumental legal, nos moldes werberianos, para a manutenção de seu *status quo* de dominação, considerando-se que “Os indivíduos que formam a classe dominante possuem, entre outras coisas, também uma consciência e, por conseguinte, pensam; uma vez que dominam como classe e determinam todo o âmbito de um tempo histórico, é evidente que o façam em toda a sua amplitude [...]” (MARX & ENGELS, 2007, p.78).

Por outro lado, a classe trabalhadora, a que detém a força de trabalho que gera mais-valia, vem fortalecendo seus espaços organizacionais, por exemplo, a fim de materializar ações políticas que realmente atendam às suas necessidades de classe, considerando-se a alienação a que está submetido o trabalho humano no interior da lógica capitalista.

Assim, a classe trabalhadora, consciente do estado de opressão a que está submetida, produz, por meio do seu trabalho, *saberes sociais*, porque fruto da materialidade histórica por ela vivida, como instrumentos políticos de construção hegemônica, de luta de classe e, por conseguinte, essenciais para seu processo organizacional, que requer, nas palavras de Hobsbawm (2008, p. 45), “[...] estrutura e lideranças [...]” para que suas lutas sejam eficazes, muito podendo estar contribuindo para isso esses *saberes*, aqui denominados *sociais*.

Consideramos, ademais, que a luta dos trabalhadores da pesca artesanal em Cametá, via sua entidade representativa, a Z-16, configura-se em luta de classe, porque constituem sujeitos excluídos das condições ideais de existência, tendo na força de trabalho o elemento único para garantir a existência material, contrapondo-se àqueles que detêm os mecanismos de produção.

Também reforçamos que a luta dos trabalhadores não se dá no vazio, sendo resultante de uma práxis no sentido literal do termo: ao mesmo tempo em que o trabalhador vai vivendo as condições materiais de exclusão a que é submetido pela lógica do capital, também vai elaborando, a partir dessas condições, os conhecimentos necessários para a sua superação.

Também estamos advogando neste trabalho que os conhecimentos gestados pelos trabalhadores resultam da unidade teoria-prática, partindo-se da “[...] análise concreta das situações concretas e análises e balanço da atividade prática correspondente [...]” (VÁZQUEZ, 1968, p. 255), ou seja, o trabalhador vai produzindo saberes à medida que *mergulha* em sua realidade vivida, reformulando-os, ampliando-os, também à medida que a realidade vai se moldando, sempre em processo — seus saberes resultam de uma práxis que, por sua natureza, pressupõe transformação, ou seja, objetiva-se uma materialidade de vida oposta à preceituada pelo capital.

De um ponto de vista conceptual, passamos a considerar as classes como resultado da posse ou não da propriedade privada, bem como que se as mesmas se encontram em luta histórica pela manutenção da ordem ou pela sua destruição, aí se instaurando os interesses da

classes que vive da exploração da mais-valia e os da classe que detém a força de trabalho, respectivamente.

Do mesmo modo, passamos a considerar os saberes sociais, oriundos da materialidade histórica dos sujeitos, como uma macrocategoria, aí incluídos outros saberes, como os tácitos, elementos responsáveis pela organização e luta dos trabalhadores.

Consideramos, enfim, que os saberes sociais possibilitam o exercício da denúncia das condições pelas quais passam os trabalhadores, bem como conduzem a proposições de soluções, a partir do negar e do afirmar a realidade a que estão submetidos, atuando como elementos fomentadores de uma *consciência de classe para si*, que pressupõe participação ativa política para modificar as relações de desigualdade social e de exploração econômica, desvelando-se as contradições estruturais da sociedade e opondo-se a conciliar interesses opostos, a fim de se instaurar outra perspectiva societária, a dos trabalhadores (cf. SEMERARO, 1999).

CAPÍTULO III – SUBSÍDIOS METODOLÓGICOS PARA TRATAMENTO E ANÁLISE DE DADOS

O presente capítulo descreve as bases metodológicas que orientaram a articulação entre o arcabouço teórico e a empiria, partindo do princípio de que a realidade pesquisada numa perspectiva histórica pressupõe metodologia que articule o local ao universal, sem perder de vista as contradições oriundas de uma sociedade de classes.

Tratamos de apreender analiticamente a relação entre saberes sociais e luta de classes por meio de uma pesquisa qualitativa do tipo estudo de caso, pressupondo observação participante, entrevista semiestruturada e aberta, análise de documentos — *Estatuto da Colônia de Pescadores Artesanais Z-16* e *Estatuto da Cooperativa de Empreendimentos Autogestora de Cameté*, instituição esta criada pela Z-16. Para análise dos documentos e das entrevistas pautamo-nos na análise de conteúdo.

Buscamos articular o arcabouço metodológico às indagações que motivam a presente investigação, bem como ao problema e às hipóteses, discutindo o espaço de pesquisa como resultante de luta entre os trabalhadores-pescadores e as oligarquias locais e projetos energéticos,⁶⁷ utilizando-se aqueles saberes sociais para construir uma relação hegemônica diferente da pleiteada pelos últimos.

Estruturalmente o Capítulo encontra-se dividido em seis seções. Na primeira, expomos a importância de uma pesquisa qualitativa focar a realidade vivida por trabalhadores deles extraindo elementos para análise. Em seguida, refletimos sobre a inserção da presente investigação como pesquisa qualitativa, apontando elementos que a definem nesse sentido.

Em terceiro lugar, discutimos a natureza do estudo de caso que realizamos. Em um quarto momento, salientamos a importância da observação participante como elemento de busca de dados, para, em seguida, numa quinta seção, debatermos a utilização de entrevistas nesta investigação. A última seção versa sobre a análise de conteúdo dos dados obtidos na pesquisa de campo.

⁶⁷ Na presente investigação focamos a relação de disputa entre trabalhadores-pescadores e oligarquias locais, detendo-nos com maior propriedade no antagonismo que existe entre os interesses de projetos energéticos, como a construção da Hidrelétrica de Tucuruí, e os dos trabalhadores-pescadores, haja vista que esse antagonismo contribuiu também para a organização social dos pescadores e construção e ressignificação de saberes. Todavia, consideramos que esse antagonismo é decorrente da primeira relação antagônica, uma vez que a construção da Hidrelétrica, que afetou a organização do modo de vida dos pescadores, ocorreu sem a validação da participação desses trabalhadores, porque as oligarquias locais se opunham a tal validação.

3.1 AS RELAÇÕES MATERIAIS EM QUE VIVEM OS HOMENS COMO NORTE DE INVESTIGAÇÃO

Como depreender a essência da relação entre saberes sociais e luta de classes no interior da Colônia de Pescadores Artesanais Z-16 do município de Cametá a partir do princípio de que essa fração da classe trabalhadora, imersa nas engrenagens do capitalismo, busca construir sua hegemonia como alternativa às negativas de vida impostas por esse modo de produção?

Tal indagação tem nos orientado a considerar que esses trabalhadores disputam saberes com o capital, manifesto na região por meio de ações político-sociais das oligarquias locais, bem como em decorrência das investidas de grandes projetos econômicos que afetam consideravelmente o modo de vida desses trabalhadores, conforme tratado na Introdução deste trabalho.

E essa indagação inicial adquire importante papel na presente investigação quando consideramos as palavras de Kosik (2002, p. 13) de que “[...] a ‘coisa em si’ não se manifesta imediatamente ao homem”, sendo necessário, para tanto, avaliar as relações materiais desse homem no interior do modo de produção a que estão submetidas, buscando conhecer a estrutura que as constitui, separando, de acordo com Kosik (2002, p. 18), “[...] fenômeno e essência [...]”, o secundário do essencial, o que para muito contribui a análise de fontes de pesquisa, no sentido

[...] de descobrir por trás dos produtos e das criações a atividade e operosidade produtiva, de encontrar a “autêntica realidade” do homem concreto por trás da realidade reificada da cultura dominante, de desvendar o autêntico objeto histórico sob as estratificações das convenções fixadas. (Ibidem, p. 25)

Tratamos, então, de observar a relação entre saberes sociais e luta de classes no interior da Colônia de Pescadores Artesanais do município de Cametá, a Z-16, considerando-a essa relação como “[...] sedimentos e produtos da práxis social [...]” (KOSIK, 2002, p. 21) desses sujeitos, neles sendo revelada, haja vista que o mundo real, oposto ao da pseudoconcreticidade,⁶⁸ “[...] é um mundo em que as coisas, as relações e os significados são

⁶⁸ Para Kosik (2002, p. 21), o mundo da pseudoconcreticidade está ligado ao nível de uma práxis utilitarista, concebendo-se os produtos do homem como que existindo independentemente de sua ação histórica no mundo. O mundo real, entretanto, é o mundo da práxis humana, compreendendo-se a “[...] realidade humano-social como unidade de produção e produto, de sujeito e objeto, de gênese e estrutura” (Ibidem, p. 23). Assim, o mundo da pseudoconcreticidade estaria no nível do imediatismo das ações humanas, do senso comum, enquanto que o mundo real estaria no nível na depreensão das causas e efeitos da ação dos homens no mundo, considerando as relações materiais por eles produzidas.

considerados como produtos do homem social, e o próprio homem se revela como sujeito real do mundo social” (Ibidem, p. 23).

Em termos operacionais, isso significou *observar as práticas político-sociais desses trabalhadores*, mediadas pela Z-16, como fontes de pesquisa, constituindo o presente trabalho como uma pesquisa de cunho *qualitativo*.

3.2 SABERES SOCIAIS E LUTA DE CLASSES: UMA PESQUISA QUALITATIVA

A partir de Bogdan e Biklen (1994, p. 16), entendemos a *pesquisa qualitativa* como a compreensão dos comportamentos sociais sob a ótica dos sujeitos pesquisados, constituindo-se os dados recolhidos, por meio de entrevistas em profundidade e observação participante, como elementos “[...] ricos em pormenores descritivos relativamente a pessoas, locais e conversas, e de complexo tratamento estatístico”, sendo necessário que o fenômeno seja investigado “[...] em toda a sua complexidade e em contexto natural”.

Trata-se, pois, de um tipo de pesquisa que privilegia a voz do sujeito pesquisado como condição importante para o estabelecimento de análises, sem se perder de vista que “os dados por si sós não [...] [serão] [...] geradores de conceitos e de explicações” (THIOLLENT, 1985, p. 17), eis o porquê de priorizarmos a elaboração teórica e a observação do fenômeno por meio de categorias como contradição, totalidade e movimento, a fim de destruímos a pseudoconcreticidade que se pode mostrar de imediato na fala dos entrevistados, tal como observou Kosik (2002).

Em termos metodológicos, a pesquisa qualitativa pressupõe que a fonte direta dos dados deva ser o ambiente natural, sendo o investigador seu instrumento principal de obtenção (BOGDAN & BIKLEN, 1994; OLIVEIRA, 2008), disto decorre a necessidade de *observação participante* e *entrevistas*, podendo os dados serem completados com registros documentais da entidade pesquisada, tais como atas, textos de divulgação, etc.

Não menos importante é o contexto em que se dá a observação, pois se entende que “[...] as ações podem ser mais bem compreendidas quando são observadas no seu ambiente habitual de ocorrência”, até porque “para o investigador qualitativo divorciar o acto, a palavra ou o gesto do seu contexto é perder de vista o significado” (BOGDAN & BIKLEN, 1994, p. 48).

Foi por essa razão que adentramos a Colônia de Pescadores Artesanais Z-16, ouvindo os sujeitos no seu local de ação política, observando-lhes os procedimentos, as vozes,

os gestos e os atos no seu próprio contexto de produção, compreendendo, conforme Brandão (1984, p. 17), que

A partir do momento em que vou estar com o outro, quando eu não colete fragmentos e opiniões a partir de dados de viajantes e missionários; a partir do momento em que “vou lá”, o outro é diferente para mim. O outro não me aparece mais como dado, ele me aparece como vida, como relação concreta, social, afetiva e eu vejo pessoas morrendo, casando. Eu estou vivendo uma observação participante: vou plantar milho, feijão e assisto a enterros, casamentos, me comovo com as coisas que acontecem, me envolvo com as pessoas.

Vivenciamos, assim, a festa do Padroeiro dos Pescadores, São Pedro, em 28 de junho, participamos de reuniões, colaboramos na elaboração de projetos educacionais da Z-16, como a preparação de jovens pescadores para o ingresso em curso superior. Procuramos viver uma observação participante enquanto elemento da pesquisa qualitativa por nós desenvolvida.

Outra característica da pesquisa qualitativa refere-se à descrição como marca definidora (BOGDAN & BIKLEN, 1994; OLIVEIRA, 2008). Não nos focamos nesta, todavia, como simples taxonomia da realidade, mas, pelo contrário, o ato descritivo fez-se acompanhar da interação de nossos referenciais teóricos com a totalidade social em que se encontrava fundamentado.

Tratamos de maximizar o princípio metodológico da investigação dialética que pressupõe analisar a realidade a partir do ponto de vista da totalidade concreta, uma vez que “[...] os fatos isolados [meramente descritivos] são abstrações, são momentos artificialmente separados do todo, os quais só quando inseridos no todo correspondente adquirem verdade e concreticidade [...]” (KOSIK, 2002, p. 43).

Assim, não descrevemos tão somente o processo de organização dos pescadores artesanais de Cameté, mas procuramos apreender o processo de luta por eles vivenciado como resultante das contradições oriundas de um modo de produção que tem na desumanização do homem sua orientação destrutiva, conforme discutimos na Introdução deste trabalho.

Buscamos compreender esse processo como resultante da redemocratização que vivia o país, no início da década de oitenta do século passado, após intensiva ditadura militar, que silenciara a quase todos os movimentos sociais. Objetivamos a articulação da descrição à totalidade concreta de que nos fala Kosik (2002).

Em termos operacionais, a pesquisa qualitativa direciona os pesquisadores a se interessarem mais pelo processo de produção do conhecimento do que simplesmente pelos resultados ou produtos (BOGDAN & BIKLEN, 1994), o que nos orientou a compreender como os saberes sociais, no interior da Z-16, foram sendo construídos, indagando-nos ainda sobre quais suas implicações na vida político-social dos pescadores e que forças atuam ou atuaram para a sua produção.

A partir dessa perspectiva, discutimos os saberes sociais como resultantes de um processo de retomada da entidade Z-16 aos interesses dos pescadores, bem como que tiveram na igreja progressista, amparada na Teologia da Libertação, forte intelectual orgânica a contribuir com a sua organização, conforme reflexões presentes na Introdução e no quarto capítulo desta exposição. Buscamos, assim, *fugir* a uma tão somente taxonomia de saberes sociais, mas compreendê-los como em desenvolvimento, como em um criar-se a partir da ação dos homens (cf. KOSIK, 2002).

Tal atitude nos conduziu a problematizar mais intensamente que a mera descrição da realidade não permitiria enquadrar tal pesquisa como fincada no materialismo histórico-dialético, para o qual as análises tornam-se um imperativo e também fator perseguido na presente investigação. Nesse sentido, assumimos o disposto por Araújo (2010, grifo nosso):

Em pesquisa social [...] não é proibitivo aos marxistas assumir procedimentos próprios do chamado “Método Qualitativo”, já que o termo “qualitativo” não é um adjetivo ao materialismo dialético, mas uma indicação do *reconhecimento da importância da análise e do uso de procedimentos não quantitativos*, mas deve-se, sempre, em função da coerência pretendida, deixar clara a perspectiva a partir da qual se entende o termo “qualitativo”, qualificando-o.

A perspectiva qualitativa aqui adotada *foge* à simples descrição da realidade, por entendermos a realidade como concreticidade, “[...] como um todo que possui sua própria estrutura [...], que se desenvolve [...], que se vai criando [...]” (KOSIK, 2002, p. 44). Daí o esforço para analisarmos os saberes sociais no interior de uma luta de representantes de classes que se antagonizam no mundo contemporâneo,⁶⁹ ganhando tais saberes significados político-sociais no interior dessa luta de classe e, por extensão, no interior de sua mais ampla manifestação, qual seja a luta entre trabalhadores e capital.

Em pesquisa qualitativa, destaca-se ainda que “os investigadores qualitativos tendem a analisar os seus dados de forma indutiva”, haja vista que “[...] as abstrações são

⁶⁹ No contexto de nossa pesquisa, os pescadores constituem-se como representantes da classe trabalhadora, enquanto que as oligarquias locais constituem-se como fração de classe representativa dos interesses do capital.

construídas [...]” a partir da recolha dos dados e do tempo de envolvimento com os sujeitos de investigação, o que implica compreender que a realidade fornece condições para que o objeto se vá mostrando ao pesquisador, uma vez que se está “[...] a construir um quadro que vai ganhando forma à medida que se recolhem e examinam as partes” (BOGDAN & BIKLEN, 1994, p. 50).

Tal orientação nos direcionou para a realização de uma entrevista do tipo mais aberta com os entrevistados, permitindo que os sujeitos que vivenciaram e vivenciam a realidade de luta no interior da Z-16 fossem fornecendo pistas de como o objeto poderia ser tratado, favorecendo-se a construção de um quadro analítico a partir da recolha e exame das partes de que nos falam Bogdan e Biklen (1994).

Assim, de posse de nortes indagadores para suscitar a participação dos entrevistados — do tipo (i) falar um pouco da história de vida no interior da Colônia de Pescadores, (ii) falar de como a Colônia se encontra organizada —, a relação entre saberes sociais e luta de classes no interior da Z-16 foi paulatinamente se mostrando, possibilitando, por exemplo, perceber que estratégias, enquanto saberes, foram sendo desenvolvidas para a retomada da entidade pelos pescadores, conforme se discute no Capítulo IV.

Não obstante essa manifestação aberta das entrevistas realizadas, optamos por um macrotópico discursivo a direcionar a interlocução com o entrevistado, qual seja o de se *analisar a relação saberes sociais e luta de classes*, o que, em nosso entendimento, poderia se manifestar à medida os sujeitos da Z-16 expressassem o movimento histórico por eles empreendido no interior da entidade, desde o final da década de oitenta do século XX, quando a Constituição Federal de 1988 possibilitou-lhes aceitar ou não a filiação da Colônia à FEPA, bem como quando passaram a se avolumarem ações para que os pescadores cametaenses assumissem uma maior participação política nos rumos de sua existência.⁷⁰

Buscamos, desse modo, um envolvimento com o contexto de pesquisa, com os sujeitos que vão fornecendo *pistas* para a análise do fenômeno em estudo, sem perder de vista a necessidade de um arcabouço teórico que nos permitisse compreender o objeto a partir de determinado ponto de vista, evitando, assim, ficarmos na pseudoconcreticidade referida por Kosik (2002).

Bogdan e Biklen (1994) destacam ainda que, na pesquisa qualitativa, “o significado é de importância vital [...]”, uma vez que se está interessado no modo como as

⁷⁰ Conforme comunicação pessoal com o senhor Iracy Nunes de Freitas, ex-presidente da Colônia de Pescadores Artesanais Z-16 e atual vereador do município de Cameté (2009-2012).

peças dão sentido ao que fazem. Mas é preciso ponderações a esse respeito. De fato, são os entrevistados que nos mostram seus significados com relação à realidade, mas, simplesmente, centrar-se na perspectiva do informante, sem uma análise aprofundada pelo pesquisador por meio de uma opção teórica, significa não transcender o plano da pseudoconcreticidade, tão ao gosto de uma simples etnografia.

Optamos, a partir de Kosik (2002, p. 21), por não considerar o mundo das representações e do pensamento comum no seu aspecto imediato, preferindo submetê-lo “[...] a um exame em que as formas reificadas do mundo objetivo e ideal se diluem, perdem a sua fixidez, naturalidade e pretensa originalidade, para se mostrarem como fenômenos derivados e imediatos, como sedimentos e produtos da práxis social [...]”.

Interessou-nos, ao longo desta pesquisa, a essência do que as pessoas dizem e como dizem por meio de entrevistas, observação participante e análise de documentos, com o objetivo de se perceber o que elas “[...] experimentam, o modo como [...] interpretam as suas experiências e o modo como [...] estruturam o mundo social em que vivem” (PSATHAS, 1973 apud BOGDAN & BIKLEN, 1994, p. 51), no intuito de observarmos os saberes sociais e suas implicações político-sociais a partir da ótica de sujeitos pescadores ligados a uma entidade de classe.

Foram essas razões metodológicas que nos nortearam para adentrar o universo político-social da Colônia de Pescadores Artesanais Z-16, ouvindo os sujeitos no seu local de ação política, observando-lhes os procedimentos, as vozes, os gestos e os atos no seu contexto de produção, buscando os significados atribuídos pelos pescadores a suas práticas político-sociais e, por conseguinte, decifrando o emaranhado de *saberes sociais* que construíram para dar conta de suas lutas contra a hegemonia das oligarquias locais e contra as ações do capital na região, por meio de grandes projetos minero-energéticos, como o da Hidrelétrica de Tucuruí.

Como *pesquisa qualitativa*, buscamos “[...] compreender o processo mediante o qual as pessoas constroem significados e descrever em que consistem estes mesmos significados” (BOGDAN & BIKLEN, 1994, p. 70) em termos de *saberes sociais e lutas de classes* na Colônia de Pescadores em estudo, a partir do ponto de vista da realidade concreta.⁷¹

⁷¹ Kosik (2002, p. 49) considera que a análise da realidade social deva ser pautada pelo ponto de vista da totalidade concreta, significando a compreensão de cada fenômeno “[...] como momento de todo”, ou seja, a realidade social é, ao mesmo tempo, produto de uma dada materialidade histórica e produtora de materialidades históricas, e isto implica analisá-la a partir das determinações históricas que lhe antecederam e de como atua na determinação da materialidade vivida pelos sujeitos que a constituem no momento da análise. Em termos operacionais, trata-se de compreender os saberes sociais como oriundos de determinantes históricos, mas

3.3 SABERES SOCIAIS E LUTA DE CLASSES: INVESTIGAÇÃO QUALITATIVA DO TIPO *ESTUDO DE CASO*

Bogdan e Biklen (1994) destacam que várias expressões têm sido associadas com *investigação qualitativa*, dentre as quais *estudo de caso*, o que nos leva a considerar a primeira locução como uma espécie de *hiperônimo*,⁷² como que englobando todo um conjunto de estratégias designadas por *qualitativas*, dentro das quais o *estudo de caso* também se enquadraria.⁷³

No presente trabalho, tomamos o *estudo de caso* como um tipo de pesquisa que “[...] consiste na observação detalhada de um contexto, ou indivíduo, de uma única fonte de documentos ou de um acontecimento específico” (MERRIAM, 1998 apud BOGDAN & BIKLEN, 1994, p. 89), revelando características qualitativas como a consideração da relação “significado e contexto”, o caráter “descritivo”, a “observação empírica”, “imersão no conteúdo dos sujeitos pesquisados”.

Apoiados em Merriam (1998 apud ANDRÉ, 2008, p. 17-18), consideramos que o estudo de caso desenvolvido a partir da Colônia de Pescadores Artesanais Z-16 de Cameté tratou de um fenômeno particular — a relação entre saberes sociais e luta de classes, a fim de se entender o que nessa entidade nos foi revelado, a partir de uma descrição “densa” sobre tal relação, com o intuito de que os resultados contribuam para a “[...] compreensão do leitor sobre o fenômeno estudado [...]”, revelando “[...] a descoberta de novos significados [...]”, ampliando “[...] a experiência do leitor [...]” ou confirmando “[...] o já conhecido”. Tais ações acabaram materializando o disposto por essa autora sobre características definidoras de um estudo de caso, a saber: a particularidade, a descrição e a heurística.

Quanto à indução, também apontada por Merriam (1998 apud ANDRÉ, 2008) como uma das características do estudo de caso, buscamos o descobrimento de novas relações e de conceitos entre os conhecimentos produzidos concernentes à relação entre trabalhadores, saberes sociais e luta de classes, em articulação com a problemática que se instaurou ao longo das últimas décadas do século XX sobre a questão do fim da centralidade do trabalho e, por

também como resultado da ação atual dos homens que os realizam, os quais podem ressignificar saberes outrora produzidos, materializando-os de acordos com seus interesses. É nessa perspectiva que utilizamos os termos *ressignificação de saberes sociais*.

⁷² O termo *hiperônimo* é aqui utilizado como referência a um termo amplo que conteria em sua significação termos de menor intensidade significativa. Assim, a expressão *pesquisa qualitativa* seria um hiperônimo a englobar em sua significação inúmeras formas de realização.

⁷³ Em suas reflexões, André (2008, p. 17) utiliza a expressão *estudo de caso qualitativo*, o que corrobora também para definirmos a presente investigação como uma pesquisa qualitativa do tipo estudo de caso.

consequente, da pretensa tese de que as contradições de classe estariam se atenuando, conforme 3.3.1.

Não tratamos, assim, de problematizar esta investigação como *estudo de caso* tão somente em decorrência das técnicas de recolha de dados ou do envolvimento com os sujeitos da pesquisa, mas, sim, em virtude dos conhecimentos que dela pudessem resultar para se compreender aspectos mais globais da produção científica humana no tocante à relação “trabalhadores e luta de classes”. Partimos do entendimento de que uma questão fundamental no estudo de caso “[...] é o conhecimento derivado do caso, ou melhor, o que se aprende ao estudar o caso” (ANDRE, 2008, p. 16).

Esse conhecimento⁷⁴ constitui-se diferente do de outras abordagens de pesquisa, porque provém de um contato maior com a realidade dos sujeitos. Trata-se, então, nas palavras de André (2008, p. 17), de um “[...] conhecimento que encontra eco em nossa experiência porque é mais vivo, concreto e sensório do que abstrato”.

Além do mais, esse conhecimento é mais contextualizado, produzido a partir de uma dada situação vivida por sujeitos reais, diferente de modelos outros de pesquisa que fomentam um conhecimento abstrato e formal, permitindo que os leitores tragam para os “[...] estudos de caso as suas experiências e compreensões, as quais levam a generalizações quando novos dados do caso são adicionados aos velhos” (Ibidem, p. 17).

Assim, ao estudarmos a relação entre *saberes sociais e luta de classes* a partir da Colônia de Pescadores Artesanais Z-16 de Cameté, estamos gerando um conhecimento mais concreto e contextualizado, porque pautado na realidade político-social vivida por pescadores organizados numa entidade representativa dessa fração de classe. Não estamos, dessa maneira, realizando, pois, uma investigação alicerçada numa lógica formal e abstrata que pressupõe “[...] apresentação de proposições que nem sempre surgem da verificação do real concreto” (SALOMON, 2006, p. 331).

No demais, o conhecimento gerado a partir deste estudo de caso tende a permitir a elaboração de parâmetros para se compreender ações político-sociais, em termos de *saberes sociais e luta de classes*, de outras frações da classe trabalhadora que apresentem semelhanças em termos de referências de lutas, como os pescadores artesanais de Cameté.

⁷⁴ André (2008), sobre a diferença do conhecimento gerado pelo Estudo de Caso em relação a conhecimento oriundo de outras formas de pesquisa, apoia-se em Merriam (1988), a qual explica a relação conhecimento e Estudo de Caso a partir de Stake (1994).

Não menos importante é o fato de, numa época em que se tem desenvolvido a tese de obsolescência da centralidade do trabalho, já não havendo mais sociedade de luta de classes, defendermos que o presente trabalho corrobora com conhecimentos que advogam o contrário, conforme discussão presente no Capítulo IV, enquadrando-se naquilo que André (2008) chama de generalizações decorrentes da soma de novos dados a dados mais antigos, porque os estudos de caso “[...] iluminam a compreensão do leitor sobre o fenômeno estudado [...]”, podendo “[...] revelar a descoberta de novos significados, estender a experiência do leitor ou confirmar o já conhecido” (ANDRÉ, 2008, p. 18).

3.4 ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS/ABERTAS NA COLÔNIA DE PESCADORES Z-16 DE CAMETÁ

Neste trabalho, a busca da essência da relação entre saberes sociais e luta de classes no interior da Colônia de Pescadores Artesanais Z-16 do município de Cametá, pressupôs ouvir as vozes dos sujeitos que produzem a práxis social no interior dessa organização de trabalhadores, para o que muito contribuiu a realização de entrevistas, uma vez que permitem “[...] ao investigador desenvolver intuitivamente uma ideia sobre a maneira como os sujeitos interpretam aspectos do mundo” (BOGDAN & BIKLEN, 1994, p. 134).

Não se tratou, contudo, de qualquer tipo de entrevista. Partimos do pressuposto de que entrevistas do tipo estruturadas,⁷⁵ em que dadas determinadas perguntas ao entrevistado só lhe são permitidas respostas previamente estabelecidas, nos moldes dos clássicos questionários com alternativas de (A) a (E), por exemplo, não permitem ao sujeito entrevistado moldar o seu conteúdo, contar “[...] a sua história em termos pessoais, pelas suas próprias palavras [...]” (BOGDAN & BIKLEN, 1994, p. 135), de forma a permitir uma mais ampla compreensão de seus sistemas de valores e atitudes frente à realidade vivida.

Com esse tipo de entrevista corre-se o risco de o pesquisador dogmaticamente determinar como seu objeto deve se configurar na investigação, à medida que o entrevistado somente pode responder a partir das únicas respostas elencadas pelo entrevistador no questionário, conforme Michelat (1985). Além do mais, “Quando se trata de apreender sistemas de valores, de normas, de representações de determinado grupo social, ou quando se

⁷⁵ Michelat (1985) chama de *entrevistas dirigidas*.

trata de compreender relações, o questionário se revela insuficiente”⁷⁶ (MINAYO, 2004, p.121), porque, nas palavras de Michelat (1985, p. 192-193):

Com efeito, numa entrevista por questionário, existe estruturação completa do campo proposto ao entrevistado, este só pode responder as perguntas que lhe são propostas nos termos formulados pelo pesquisador e enunciados pelo entrevistador que detém o monopólio da exploração quando não o da inquisição.

Além disso, destaca ainda o autor:

[...] o perigo é de que seja grande o afastamento entre a significação que o pesquisador dá às perguntas que faz e às respostas que propõe e a que lhe darão as pessoas entrevistadas. É igualmente possível que as perguntas sejam mal escolhidas ou mal formuladas e constituam indicadores muito ruins do que o pesquisador quer apreender. Precisando melhor, *o entrevistado talvez se coloque problemas em termos completamente diferentes dos que o pesquisador imagina*. Além disso, as respostas que lhe são impostas talvez não correspondam à formulação que o entrevistado teria escolhido; mas, o que é mais grave, essas respostas talvez não correspondam à própria dimensão que teria tido uma significação para ele. (Ibidem, p. 193, grifo nosso).

Não se está, contudo, a dizer que o uso da entrevista estruturada, diretiva nas palavras de Michelat (1985), não tenha seu valor. Minayo (2004, p. 121), por exemplo, ressalta que o uso de questionários pode ter “[...] um lugar de complementaridade com as técnicas de aprofundamento qualitativo”, sendo ainda adequado para “[...] determinados fins [...]”, como nas “Pesquisas de Inteligência” ou na “Construção de Indicadores”.

A questão é que, compactuando com Michelat (1985, p. 193), “[...] a informação mais facilmente acessível, aquela que é conseguida por questionário, é a mais superficial, a mais estereotipada e a mais racionalizada”. Diante de tais considerações, optamos pela entrevista do tipo semiestruturada,⁷⁷ entendida como a possibilidade de o entrevistado manifestar com maior abertura suas respostas diante de um *guião* (BOGDAN & BIKLEN, 1994) estabelecido pelo entrevistador, permitindo-se a obtenção de dados comparáveis entre vários sujeitos.

⁷⁶ Nesse sentido também já havia destacado Michelat (1985, p. 192), numa referência à denominação de pesquisa não diretiva: “Sua contribuição parece-nos essencial todas as vezes que se procura apreender e prestar conta dos sistemas de valores, de normas, de representações, de símbolos próprios a uma cultura ou a uma subcultura”, resultantes das condições materiais a que os homens estão submetidos, sendo produto e produtores de tais condições.

⁷⁷ Michelat (1985) denomina esse tipo de entrevista de não diretiva. Minayo (2004, p. 121) usa a denominação entrevista semiestruturada em oposição à entrevista não estruturada, salientando que a diferença entre ambas é apenas questão de grau, uma vez que “[...] nenhuma interação, para finalidade de pesquisa, se coloca de forma totalmente aberta. Ela parte da elaboração de um roteiro [...]”.

Além do mais, partimos do pressuposto de que a entrevista semiestruturada possibilita informações mais profundamente desenvolvidas pelo entrevistado, porque lhe permite, a partir de uma pergunta *guia*, um grau maior de liberdade para discorrer sobre um tópico proposto, principalmente quando ele se encontra afetivamente envolvido com o assunto em debate (cf. MICHELAT, 1985). Ou seja, “Parte-se assim da ideia de que a pessoa interrogada é a mais apta a explorar o campo do problema que lhe é colocado, em função do que ela pensa e sente” (MICHELAT, 1985, p. 191).

Assumimos, na presente investigação, a entrevista semiestruturada como instrumento de pesquisa para recolha de informações necessárias às análises sobre a relação entre saberes sociais e luta de classes no interior da Z-16, somada, entretanto, ao uso da *observação participante* das práticas político-sociais vivenciadas e construídas no interior da Colônia, bem como à *análise de documentos* dessa entidade, uma vez que:

Em investigação qualitativa, as entrevistas podem ser utilizadas de duas formas. Podem constituir a estratégia dominante para a recolha de dados ou podem ser utilizadas em conjunto com a observação participante, análise de documentos e outras técnicas. (BOGDAN & BIKLEN, 1994, p. 134).

Todavia, não se perdeu de vista a oportunidade de se realizar uma entrevista de caráter exploratório junto ao atual presidente, eleito em 2010, da Colônia de Pescadores, buscando inferir de maneira abrangente a representação social que a Z-16 possa ter em relação à construção e à realização de saberes enquanto elementos de luta de classes. Tratou-se, nos termos de Bogdan e Biklen (1994, p. 135), de uma entrevista “muito aberta”, em que se encorajou o “[...] sujeito a falar sobre uma área de interesse [...]”, explorando-a, aprofundando-a, retomando tópicos, conforme o informante oferecia informações sobre a organização da Colônia, suas ações políticas, seus avanços e retrocessos, seus projetos, seus ideais enquanto administrador e sobre aspectos sócio-históricos da entidade, desempenhando o entrevistado “[...] papel crucial na definição do conteúdo da entrevista [...]”.

Apresentamos, no Quadro 02, uma descrição do processo de entrevista junto ao atual presidente da Z-16, o senhor José Fernandes Barra. Para esta entrevista, que acabou por se tornar uma matriz para as demais, pautamo-nos no princípio de que ela deveria se orientar pela possibilidade de fornecer elementos para se compreender a relação entre saberes sociais e luta de classes, o que já pressupõe uma semiestruturação, haja vista que entrevistado e entrevistador acabam pontuando a interação a partir desse macrotópico orientador.⁷⁸ Com

⁷⁸ Cumpríamos, assim, o disposto por Michelat (1985), para o qual o entrevistador deve ficar numa posição de “atenção flutuante”, permitindo estimular o entrevistado na exploração de seu universo sócio-histórico-cultural.

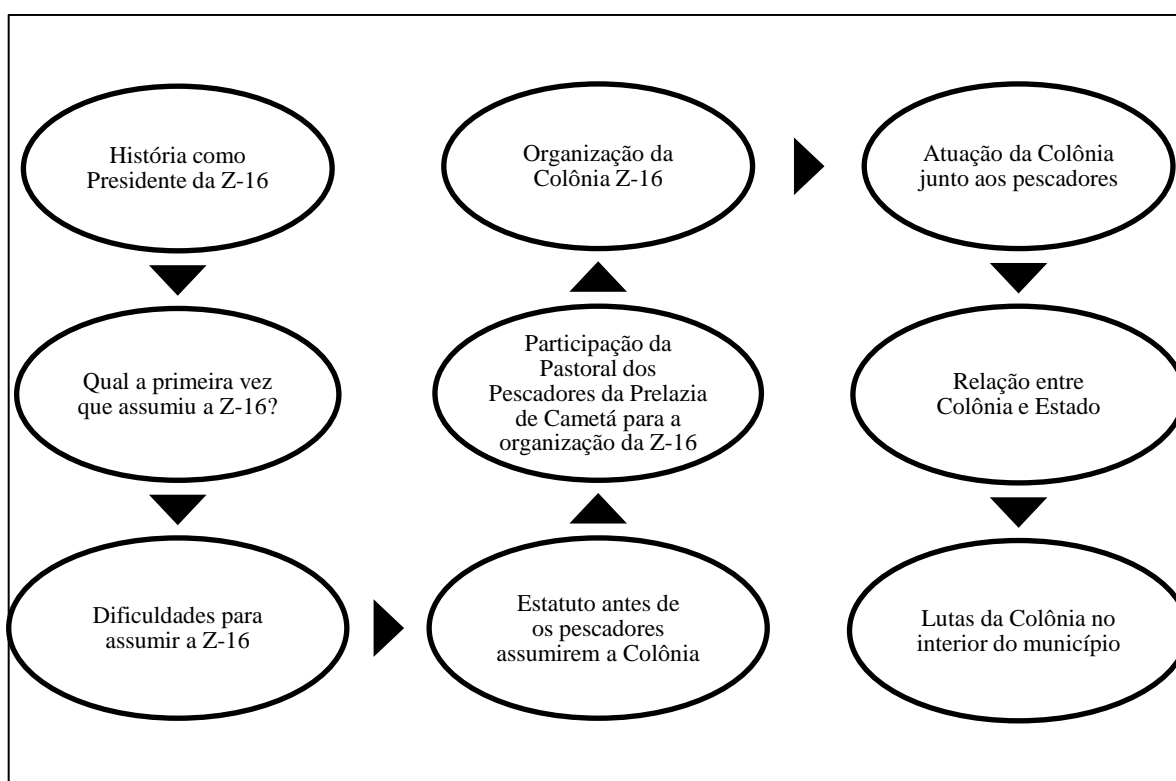
base nele, o entrevistador vai construindo *in presencia* um guião de perguntas que vão ganhando estruturação à medida que o entrevistado vai fornecendo elementos para sua configuração.

Assim, começamos a interação buscando do informante uma reconstituição do seu processo histórico no interior da entidade Z-16, considerando que ele mesmo vem participando desde sua juventude da configuração da Colônia em favor dos interesses dos pescadores.

Essa atitude indagativa nos ajudou a compreender o processo histórico para a tomada da direção da Colônia nos anos 1990 pelos pescadores, conforme discussão na Introdução deste trabalho.

Avançando na interação, a fala do informante ia fornecendo-nos outros elementos para aprofundamento da entrevista, possibilitando-nos compreender o processo organizativo da entidade, a presença de intelectuais orgânicos na sua formação, a maneira como atua a Z-16 junto aos pescadores, o tipo de relação desta entidade com o Estado, as ações que são desenvolvidas para se assegurar aos pescadores continuarem definindo a trajetória da Colônia face à configuração política da região atrelada a interesses oligárquicos.

QUADRO 02: ROTEIRO DE INTERAÇÃO DECORRENTE DA ENTREVISTA



Ao todo⁷⁹ realizamos 09 entrevistas,⁸⁰ distribuídas entre um ex-coordenador da Pastoral da Pesca,⁸¹ ligado à Prelazia de Cametá nos anos de oitenta e noventa do século XX, o presidente atual da Colônia, um ex-presidente, ambos pescadores, e mais outros seis pescadores, entre os quais uma pescadora. Essa pescadora e outros dois pescadores atuam também como Coordenadores de Base em suas comunidades; um desses pescadores está na direção da cooperativa criada pelos pescadores, a COOPAC; outro pescador é membro da Associação de Preservação de Jorocazinho de Baixo, uma comunidade de Cametá, onde foi estabelecido Acordo de Pesca.⁸² Os demais entrevistados encontram-se exclusivamente na função de pescadores.⁸³

Essas entrevistas foram realizadas em Cametá, algumas, na sede da Z-16, enquanto outras foram obtidas no Porto de Embarque construído pela Colônia. A escolha desses espaços dera-se em virtude da disponibilidade dos informantes, uma vez que, nesses locais, eles estariam para realizar compras, vendas, ou para tratar de questões outras junto à Colônia. Foram as entrevistas realizadas no primeiro semestre de 2011.

Em linhas gerais, foi a entrevista semiestruturada o procedimento primordial de obtenção de informações, cumprindo o papel de recolha de “[...] dados descritivos na linguagem do próprio sujeito, permitindo ao investigador desenvolver intuitivamente uma

⁷⁹ As entrevistas junto aos informantes totalizam, aproximadamente, 297 minutos de gravação.

⁸⁰ Não consideramos o quantitativo de informantes a partir do conceito de amostragem positivista, com base em representação estatística, mas a partir do entendimento de que esses nove informantes pertencem a grupos que, no interior da Z-16, nos permitem ter “[...] uma imagem, particular é verdade, da cultura (ou das culturas) [...]” (MICHELAT, 1985, p. 199) à qual pertencem. Buscamos, através deles, conforme disposto por Michelat (Idem), “[...] apreender o sistema, presente de um modo ou de outro em todos os indivíduos da amostra, utilizando as particularidades das experiências sociais dos indivíduos enquanto reveladores da cultura tal como é vivida”. Assim, partimos do pressuposto de que os presidentes poderiam nos fornecer conteúdos sobre o processo histórico de organização da Z-16, possibilitando inferir a relação entre saberes sociais e luta de classes numa perspectiva mais institucional, dentre outras informações; já os coordenadores de comunidade teriam uma perspectiva mediadora entre os interesses dos pescadores e a ação da Direção da Z-16; ao passo que os pescadores teriam uma perspectiva mais de sujeitos que se congregam na entidade, sem nela atuarem, enquanto quadro dirigente oficial, embora dela participem por meio das assembleias e congressos (são os sujeitos sobre os quais recaem as ações da entidade). Não menos importante foi a figura do ex-coordenador da Pastoral da Pesca da Prelazia de Cametá, expondo a historicidade organizativa da entidade.

⁸¹ Sentimos necessidade de entrevistar o Coordenador da Pastoral da Pesca da Prelazia de Cametá, representante oficial da Igreja junto aos pescadores que, nos idos da década de oitenta do século passado, era o Sr. Carlos S. Neto, a fim de compreender melhor, a partir da entrevista com José Fernandes Barra (Presidente da Z-16), o papel da ala progressista da Igreja Católica na organização dos pescadores. Em 2004, o Sr. Carlos S. Neto assumiu a Secretaria Estadual da Pesca no Pará, dada sua militância na área, embora pescador não fosse.

⁸² Em 6.4.1 focamos com maior intensidade a questão dos Acordos de Pesca a partir dos pescadores artesanais. De imediato, trata-se de acordos criados pelos pescadores, em diversas comunidades e como iniciativa da Z-16, para dar conta da preservação de seus recursos pesqueiros, principalmente a partir dos impactos negativos decorrentes da construção da Hidrelétrica de Tucuruí.

⁸³ No quando das entrevistas, tomamos o registro em gravação de autorização para o uso dos nomes dos entrevistados no desenvolvimento das análises. Registre-se, então, que o uso do conteúdo das entrevistas foi autorizado pelos entrevistados.

ideia sobre a maneira como os sujeitos interpretam aspectos do mundo” (BOGDAN & BIKLEN, 1994, p. 134).

Concebemos, portanto, as entrevistas realizadas como “[...] mais semelhantes a conversas entre dois confidentes do que a uma sessão formal de perguntas e respostas entre um investigador e um sujeito”, já que “esta é a única maneira de captar aquilo que é verdadeiramente importante do ponto de vista do sujeito” (Ibidem, p. 68-69).

Consideramos que a forma aberta da entrevista se dá no sentido de que buscamos ampliar as possibilidades de o informante definir como deseja tratar a interação; todavia, essa forma aberta não deixa de ser semiestruturada, haja vista que acabamos por definir empiricamente um guia para a interlocução travada com o informante, qual seja a de se compreender a relação entre saberes sociais e lutas de classes.⁸⁴

Esse procedimento tornou-se tônica em nossas abordagens junto aos informantes, como a entrevista realizada junto ao senhor José Fernandes Barra, como a desenvolvida junto ao senhor Carlos S. Neto, integrante da Pastoral da Pesca da Prelazia de Cameté nos anos 1980, bem como entre os demais pescadores. Buscamos, desse modo, certa fuga à padronização na entrevista, por entendermos que tal ação pode implicar “[...] pobreza dos resultados ou o fechamento do discurso, antes de tê-lo aberto” (THIOLLENT, 1985, p. 80).

Quanto ao número de informantes, pautamo-nos, em termos metodológicos, pelas orientações de Michelat (1985), para o qual a escolha de um pequeno número de informantes deve ocorrer em virtude da representação destes para com a elucidação do assunto estudado, não se tratando de uma questão de amostragem, portanto, mas da compreensão de que esses indivíduos fazem parte de uma filiação político-social atrelada à luta de pescadores no município de Cameté e que resultam de “[...] um sistema complexo de acentuações, de contradições, de transformações em função dos diferentes elementos que atuam ou atuaram em seu processo de socialização” (MICHELAT, 1985, p. 196), enquanto membros orgânicos da entidade por nós estudada.

⁸⁴ Nesse sentido, guiamo-nos por Thiollent (1985), para o qual a entrevista não diretiva, por mais aberta que seja, não pode prescindir de uma problematização como norte investigativo. E Michelat (1985) enfatiza que a não diretividade é sempre relativa, pois há normalmente um esquema preconcebido para se abordar o informante, como o pressuposto de que se entrevista a partir de uma problematização.

3.5 OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE E A QUESTÃO SABERES SOCIAIS E LUTA DE CLASSES

A Colônia de Pescadores Artesanais Z-16 apresenta uma *Diretoria* constituída pela sua *Executiva* — presidente e vice-presidente, primeiro e segundo tesoureiro, primeiro e segundo secretário — e pelo *Conselho Fiscal*, formado por seis membros, sendo três titulares e três suplentes. Essa Diretoria⁸⁵ é eleita pelo coletivo de associados da Colônia para um mandato de quatro anos.

FOTO 01: POSSE DA EXECUTIVA DA Z-16, EM 2009, NO PRÉDIO DA ENTIDADE.



Fonte: Arquivo da Colônia Z-16.

Além da Diretoria, há os *Coordenadores* que atuam junto às comunidades onde também residem, articulando-as e demandando ações para a Diretoria e vice-versa. Trata-se de pescadores eleitos em suas comunidades, delas recebendo contribuição financeira para o exercício do mandato. Em suas comunidades esses coordenadores realizam reuniões setorizadas, planejam e encampam ações, a partir das discussões travadas com o coletivo de pescadores reunidos. Nas palavras de Barra, esses coordenadores formam as coordenações de base,

⁸⁵ As informações sobre a Estrutura Organizativa da Colônia de Pescadores Artesanais Z-16 de Cameté resultam de comunicação pessoal mantida com o Prof. José Domingos Barra, filho de pescadores e militante na Colônia de Pescadores, no mês de abril de 2010, na Universidade Federal do Pará (UFPA), Campus Universitário do Tocantins/Cameté.

[...] onde os pescadores estão localizados; e podemos dizer, nós temos várias ilhas no nosso município e cada ilha tem uma coordenação, as quais têm muitos pescadores localizados, com isso há uma necessidade de haver pessoas coordenando, coordenadores ou coordenadoras, e lá eles coordenam pescadores e pescadoras em determinadas localidades.

Há ainda instâncias de participação coletiva como *Assembleias* e *Congresso de Pescadores*. Na primeira, os pescadores em sua totalidade reúnem-se para, junto com a *Diretoria*, procederem a discussões sobre mensalidades e projetos, por exemplo, podendo, entretanto, ocorrer apenas com os *Coordenadores*, haja vista que se constituem como representantes dos interesses de cada comunidade de pescadores. Na segunda, realizada tanto com *coordenadores* quanto com os demais pescadores, são debatidas ações de longo, médio e curto prazo. Uma maior discussão sobre essa capacidade autogestora dos pescadores encontra-se no Capítulo V.

Por outro lado, embora não previstos no Estatuto da entidade, há *Departamentos* criados pela *Executiva* para dar conta, por exemplo, da construção de projetos, da captação de recursos junto a Órgãos Estatais, dentre outros, bem como *Assessorias* contratadas para sistematizar os interesses dos pescadores em projetos que se materializem em seu cotidiano.

Mas qual a razão dessa descrição a respeito da estrutura organizativa?

Dados os propósitos de investigação da presente pesquisa, a razão se encontrou na necessidade de procedermos a uma *observação participante*, partindo-se do pressuposto de que a compreensão da relação entre saberes e luta de classes necessitava da observação dos fatos onde eles acontecem, nas relações entre os sujeitos. Nesse sentido, as assembleias, por exemplo, se configuraram em momentos de participação política, quando os sujeitos encontravam-se no exercício de debates e discussões voltadas para suas necessidades. Partimos do pressuposto de que “[...] é em função de instâncias concretas do comportamento humano que se pode reflectir com maior clareza e profundidade sobre a condição humana” (BOGDAN & BIKLEN, 1994, p. 70).

As assembleias realizadas pela Colônia Z-16, por exemplo, nos permitiram inferir um tipo de saber voltado para o desenvolvimento de decisões participativas, em oposição à forma de administração exercida pelos presidentes que outrora eram indicados pela FEPA, conforme discussão presente na Introdução deste trabalho. É um saber social enquanto habilidade para socializar decisões, comprometendo os sujeitos com a entidade da qual fazem parte.

Trata-se, aqui, de uma ação política que prima pelo envolvimento dos pescadores não somente como beneficiário das ações da entidade, mas também como sujeitos responsáveis pelas proposições, pela definição de metas e pela construção de projetos, tornando-os partícipes “[...] ativamente na vida prática, como construtor, organizador, “persuasor permanente” [...]” (GRAMSCI, 1988, p. 8) da entidade que os representa. Por meio dessas assembleias, fomentam-se sujeitos pescadores intelectuais orgânicos de sua entidade, porque pensam, planejam e executam ações atreladas aos interesses da categoria, fazendo valer o disposto por Gramsci (1988, p. 9, grifo nosso) de que

Uma das mais marcantes características de todo grupo social que se desenvolve no sentido do domínio e sua luta pela assimilação e pela conquista “ideológica” dos intelectuais tradicionais, *assimilação e conquista que são tão mais rápidas e eficazes quanto mais o grupo em questão elaborar simultaneamente seus próprios intelectuais orgânicos.*

Agindo por meio das assembleias, os pescadores acreditam, enquanto mundo ideal, se oporem a formas de administração centradas no autoritarismo, tão ao gosto dos grupos políticos que dirigiam a Colônia antes da tomada da entidade pelos pescadores,⁸⁶ bem como acabam por estar *elaborando simultaneamente seus próprios intelectuais orgânicos*, porque problematizam sua entidade, reunindo, discutindo, deliberando ações em conjunto, conforme palavras de Barra,

As decisões são feitas do seguinte modo: o órgão maior é a assembleia geral. Nós sempre fazemos reuniões de base. Todo ano a gente visita todas as oitenta coordenações, sempre levando os problemas, os avanços que nós temos. Sempre a gente reúne, discute e senta junto pra nós deliberarmos as ações da nossa Colônia.

Assim, adentrar a Colônia de Pescadores, vivenciando o cotidiano de suas práticas políticas e sociais, permitiu-nos compreender a construção de saberes sociais como elementos para superação de formas administrativas, por exemplo, pautadas no centralismo, numa hierarquia que os excluía enquanto sujeitos de uma práxis transformadora de sua realidade.

É por isso que consideramos importante o desenvolvimento da *observação participante*, um método de investigação que, ao lado da entrevista e da busca de documentos, conforme Bogdan e Biklen (1994), pressupõe que o pesquisador consiga uma aceitação entre

⁸⁶ Carlos S. Neto, em entrevista, descreve muito bem o atrelamento da Colônia de Pescadores Z-16, antes de sua tomada pelos trabalhadores da pesca, aos interesses oligárquicos da região, primando-se por uma administração centralizadora, delegando aos trabalhadores mera função eleitoreira para os interesses das oligarquias: “Olha, a Colônia dos Pescadores era sempre vinculada à prefeitura, ao poder político, aí tinha as pessoas que tomavam frente, entre elas estava o Sr. Elias Sassim, o França, entre outros que não me recordo no momento, mas eram pessoas, trabalhadores da prefeitura em prol do benefício das eleições políticas. [...] não eram pescadores, nenhum era pescador, todos eram residentes aqui na cidade, tinham outros trabalhos como feirantes, atravessadores.

os entrevistados, de modo que estes últimos se sintam à vontade para expressar com maior naturalidade *suas impressões sobre a realidade que os envolve*. Tal perspectiva fora alcançada considerando a participação do entrevistador junto a processos de formação desenvolvidos na Colônia Z-16, como exposto na Introdução desta tese.

Por *participante*, contudo, não se compreende um personificar-se como o entrevistado, mas tentar “[...] aprender algo através do sujeito [...]” (BOGDAN & BIKLEN, 1994, p. 113), depreendendo o seu modo de pensar. Assim, estabelecido o sentimento de cooperação entre pesquisador e entrevistado, o investigador “registra de forma não intrusiva o que vai acontecendo e recolhe, simultaneamente, outros dados descritivos” (Ibidem, p. 113). Para tanto, adotamos a “*abordagem objetiva*” (BOGDAN & BIKLEN, 1994) para se ter acesso às ações desenvolvidas por essa estrutura organizativa, no sentido de termos explicitado à Diretoria da Z-16 e a demais sujeitos entrevistados os interesses da presente investigação, buscando a cooperação deles.

Objetivando o acesso aos sujeitos da estrutura organizativa da Colônia de Pescadores Z-16 de Cametá, o investigador da presente pesquisa, ao realizar ações de palestras ou minicursos junto a membros dessa entidade, veio construindo processos de interação com a *Executiva* e demais pescadores que lhe permitiram participar de plenárias e outros eventos da Colônia, quando são reunidos os trabalhadores para debates e discussões, diminuindo com isso a distância que, não raras vezes, prejudica a interação entre pesquisador e sujeitos da observação.

Tais ações contribuíram para adentrar o *locus* da pesquisa, partindo do pressuposto de que “A obtenção da autorização para realizar o estudo envolve mais do que uma bênção oficial [...]”, passando por “[...] desbravar o caminho para uma relação sólida a estabelecer com aqueles com quem irá ter, de molde a que o aceitem a si e àquilo que pretende fazer” (BOGDAN & BIKLEN, 1994, p. 117).

A *observação participante* pressupôs ainda definição dos limites da participação do pesquisador nas atividades da entidade pesquisada, para o que muito contribuíram, nesse sentido, as reflexões de Bogdan e Biklen (1994). Esses autores salientam que o investigador pode assumir o papel de *observador completo*, não participando “[...] em nenhuma das atividades do local onde decorre o estudo”, olhando “[...] para a cena, no sentido literal ou figurativo, através de um espelho de um só sentido”, ou, em outro extremo, o observador assume “[...] um envolvimento completo com a instituição, existindo apenas uma pequena diferença discernível entre os seus comportamentos e os dos sujeitos” (Ibidem, p. 125).

Seguindo as orientações desses dois autores, colocamo-nos entre os dois extremos, haja vista que junto a ações desenvolvidas pela Diretoria, onde já há maior interação com seus membros, foi-nos possível uma participação efetiva em projetos desenvolvidos pela entidade, como falas no decorrer de projetos de inclusão digital desenvolvidos pela Z-16; todavia, junto a pescadores, de um modo geral, tornou-se necessário, primeiro, *observar o mundo*, descobrindo-lhes o modo de interação, o permitido e o não autorizado, a fim de se inserir com maior propriedade no seu cotidiano, até mesmo porque o entrevistador não lhes era sujeito previamente conhecido. Quanto aos pescadores, seguimos o disposto por Bogdan e Biklen (1994, p. 125) de que “Nos primeiros dias de observação participante, por exemplo, o investigador fica regra geral um pouco fora, esperando que o observem e aceitem. À medida que as relações se desenvolvem, vai participando mais”.

Na feira-livre de Cametá, por exemplo, onde os pescadores vêm para vender seus produtos, a observação assumira inicialmente essa perspectiva de ficar um pouco de fora, esperando que nos observassem e aceitassem, de modo que nos fosse permitido partir para uma interação voltada para compreensão da importância da Z-16 para eles mesmos.

Tal ação fora muito proveitosa nesse sentido, possibilitando compreender que os pescadores têm uma visão bastante valorativa das ações da entidade que os representa, destacando que, graças a ela, podem manter-se financeiramente em época de defeso — quando não se pode pescar — porque recebem, pela intercessão da Z-16, um seguro do Governo Federal. Do mesmo modo, a entidade busca criar projetos para a construção de uma fábrica de gelo, necessária para a conservação dos peixes extraídos dos rios, além de fomentar entre os pescadores os Acordos de Pesca, objetivando garantir a preservação dos estoques pesqueiros da região, fortemente atingidos pela construção da Barragem de Tucuruí, conforme exposto na Introdução desta tese.

Por outro lado, estabelecido o contato com os sujeitos pesquisados, inserido nas atividades da entidade, a *pesquisa participante* requereu também que o investigador registrasse, após cada sessão de observação, o que acontecera, como o feito para a descrição do parágrafo anterior. Tratamos de realizar as *notas de campo*, registrando “[...] ideias, estratégias, reflexões e palpites, bem como os padrões que emergem” (BOGDAN & BIKLEN, 1994, p. 150).

Partimos da compreensão de que as *notas de campo* são “[...] o relato escrito daquilo que o investigador ouve, vê, experiencia e pensa no decurso da recolha e reflectindo

sobre os dados de um estudo qualitativo” (BOGDAN & BIKLEN, 1994, p. 150). Na Colônia de Pescadores Artesanais Z-16, as *notas de campo*, oriundas da *observação participante*, constituíram estratégia de reflexão a partir do que se observava, sempre considerando a relação entre *saberes sociais* e *luta de classes*. Não obstante, *as notas de campo* também foram instrumentos auxiliares no decorrer das *entrevistas semiestruturadas*, contribuindo para o registro de significados e contextos em que ocorreram.⁸⁷

Não obstante, não realizamos as notas de campo por meio tradicional, escrevendo-as, mas por meio de anotações em gravador, como o exemplo abaixo, um excerto de anotações quando entrevistamos o pescador Irácio Nunes de Freitas. Desenvolvemos essa estratégia de anotação também com o atual presidente da entidade, bem como com outros dois pescadores e com o ex-coordenador da pesca da Prelazia de Cametá.

Hoje eu entrevistei o senhor Irácio Nunes. Hoje é 8 de Março de 2011, na Colônia dos Pescadores, em uma das pontes. Algumas questões têm me chamado atenção nas análises. A primeira é que as falas têm ressaltado a entrada da Colônia na busca do que o Estado pode lhes oferecer para propiciar condições de vida pros trabalhadores. Eu creio que é isso, então é uma relação da Colônia incorporando ou assimilando as políticas do Estado para os pescadores. Isso é interessante, porque no início da construção da Colônia ela se opunha à interferência do Estado na Colônia, era o estatuto que era todo de acordo com o Estado; era o Estado que não atendia; era o Estado que se incorporava na Colônia só com políticas [...].

Anotações desse tipo contribuirão para a eleição de categorias de análises, como a relacionada a *saberes sociais* e a relação dos pescadores com o Estado, conforme discussão no Capítulo VII, a partir, por exemplo, do observado no comentário realizado em anotação de campo, após entrevista com o pescador Irácio Nunes.

3.6 O TRATAMENTO DOS DADOS: OS PROCEDIMENTOS DA ANÁLISE DE CONTEÚDO

Em pesquisa qualitativa, pautada no materialismo histórico-dialético, pouco valor possuem as entrevistas sem um procedimento de análise que permita articular informações

⁸⁷ Nesse sentido, por exemplo, após entrevista com Carlos S. Neto, já desligado o gravador, passamos a uma interação em que este manifestou que o político que mais se beneficiara com a inserção de não pescadores na direção da Colônia Z-16 havia sido Gerson Peres (ex-Vice-Governador do Estado do Pará, ex-Secretário de Estado, Deputado Federal em vários mandatos), o qual, por extensão, acabava por influir também nas eleições tanto do executivo municipal quanto no estadual, uma vez que, na Colônia, até a tomada desta pelos pescadores na década de 1990, instalara um quadro dirigente que lhe fazia campanha direta junto aos pescadores. A questão crucial dessa situação, registrada graças às notas de campo, fora que o entrevistado citara várias famílias que ocupavam cargos no executivo e legislativo municipal, graças à ação política de Gerson Peres junto à Z-16, cuidando para que aos pescadores coubesse apenas o dever de votarem nos candidatos que lhe garantiam o *status quo* de dominação.

locais a outras de caráter mais universal, bem como que possibilite olhar documentos e a realidade buscando encontrar as recorrências, os pontos de divergência e as contradições.

Nesse sentido, o *estudo de caso* aqui desenvolvido necessitou de um procedimento de investigação que o conduzisse para além da pseudoconcreticidade que os informantes e os documentos escritos pudessem conferir à realidade. Para tanto, elegemos a análise de conteúdo como procedimento investigativo que, atrelado às entrevistas e aos documentos pesquisados, pudesse nos dar condições para depreender a essência da relação entre saberes sociais e luta de classes no interior da Z-16.

Partindo do pressuposto de que as relações materialmente produzidas pelos homens encontram-se como que inscritas na subjetividade de cada sujeito que constrói sua história e na dos outros homens no contato com as condições materiais de vida, a análise de conteúdo deve ser, segundo Franco (2007, p. 10), um procedimento de pesquisa que “[...] reconhece o papel ativo do sujeito na produção do conhecimento”.

Do ponto de vista conceptual, Franco (2007) considera que a análise de conteúdo busca investigar o que têm a dizer as palavras que os homens produzem em suas relações sócio-históricas, sendo imprescindível observá-las em suas recorrências nas entrevistas e/ou documentos escritos, buscando inclusive quantificá-las, sistematizá-las quanto a repetições temáticas.

Em termos operacionais, a análise de conteúdo toma a mensagem “[...] verbal (oral ou escrita), gestual, silenciosa, figurativa, documental [...]” (FRANCO, 2007, p. 12) como ponto de partida para a investigação, por compreender que

As mensagens expressam as representações sociais na qualidade de elaborações mentais construídas socialmente, a partir da dinâmica que se estabelece entre atividade psíquica do sujeito e o objeto do conhecimento. Relação que se dá na prática social e histórica da humanidade e que se generaliza via linguagem. (Ibidem, p. 12).

No entanto, para se compreender as vozes que ressoam das mensagens⁸⁸ fornecidas pelos sujeitos via entrevista ou via documentos por eles elaborados, não se pode perder de vista as condições contextuais em que se dá a produção daquelas, considerando-se o contexto tanto na relação entre pesquisador e sujeito pesquisado quanto na esfera mais amplo,

⁸⁸ Entendemos que todo conteúdo de uma entrevista representa não só a voz do entrevistado, mas prolonga as vozes de outros sujeitos que constituíram sua materialidade de vida. Partimos do pressuposto bakhtiniano (2006, p. 101) de que toda enunciação “Não passa de um elo da cadeia de atos de fala”, ou seja, de que o informante, ao manifestar-se, acaba por também caracterizar toda uma série de pensamentos, projeções sociais, conhecimentos de mundo daqueles que o antecederam, como que esses pensamentos, conhecimentos, projeções sociais estivessem incrustados em seu discurso. É o princípio marxiano de que somos fruto de uma materialidade histórica, recebendo-a daqueles que nos antecedem e utilizando-a para construção de outras materialidades.

englobando questões econômicas e socioculturais que os envolvem, assumindo-se, assim, a perspectiva de examinar a realidade a partir da totalidade propugnada pelo materialismo histórico-dialético. Trata-se de compreender, portanto, as mensagens como oriundas de uma concepção crítica e dinâmica de linguagem (BAKHTIN, 2006), entendida

[...] como uma construção real de toda a sociedade e como expressão da existência humana que, em diferentes momentos históricos, elabora e desenvolve representações sociais no dinamismo interacional que se estabelece entre linguagem, pensamento e ação. (FRANCO, 2007, p. 13).

Por tal concepção de linguagem, a análise de conteúdo transcende a esfera do significado superficial das palavras e das repetições temáticas, buscando abstrair delas o sentido atribuído a determinada mensagem em um contexto sócio-histórico de relações.⁸⁹ No dizer de Franco (2007, p. 13):

[...] o sentido implica a atribuição de um significado pessoal e objetivado que se concretiza na prática social e que se manifesta a partir das Representações Sociais, cognitivas, subjetivas, valorativas e emocionais, necessariamente contextualizadas.

Busca-se, neste sentido, não o entendimento universal que uma palavra ou repetição temática possa apresentar de comum entre sujeitos diferenciados, mas a singularidade dessas palavras diante de contextos de vida divergentes dos universalmente conhecidos. Assim, descreve-se, analisa-se e interpreta-se o sentido que sujeitos historicamente situados atribuem às mensagens verbais (cf. FRANCO, 2007), até porque

Sendo o produtor, ele próprio, um produto social, está condicionado pelos interesses de sua época, ou da classe a que pertence. E, principalmente, ele é formado no espírito de uma teoria da qual passa a ser o expositor. Teoria que não significa “saber erudito” e nem se contrapõe ao “saber popular”, mas que transforma seus divulgadores muito mais em executores de determinadas concepções do que seus próprios senhores. (FRANCO, 2007, p. 25).

Partindo da premissa exposta por Franco (2007), de que o conteúdo das mensagens acaba por expressar os interesses de uma época, de uma classe, consideramos pertinente a análise de conteúdo para os propósitos da presente pesquisa, uma vez que buscamos compreender o binômio luta de classes e construção de saberes sociais dela resultantes a partir da perspectiva dos trabalhadores pescadores ligados a uma organização de

⁸⁹ Esse entendimento de o sentido das mensagens depender de um contexto sócio-histórico de relações, sendo pautado, portanto, por vivências e ressonâncias ideológicas, enquadra-se no pressuposto de que “Na realidade não são palavras o que pronunciamos ou escutamos, mas verdades ou mentiras, coisas boas ou más, importantes ou triviais, agradáveis ou desagradáveis, etc. *A palavra está sempre carregada de um conteúdo ou de um sentido ideológico ou vivencial*” (BAKHTIN, 2006, p. 98-99, grifo nosso). Na análise de conteúdo que utilizamos na presente pesquisa, buscamos nas palavras esse conteúdo, esse sentido ideológico ou vivencial de que trata Bakhtin.

classe, a Colônia de Pescadores Z-16, entendendo, neste contexto, que as representações por eles produzidas não serão neutras, senão portadoras de “[...] suas filiações teóricas, concepções de mundo, interesses de classe, traços psicológicos, representações sociais, motivações, expectativas, etc.” (FRANCO, 2007, p. 25).

Em entrevista com Carlos S. Neto, por exemplo, buscamos sistematizar elementos das mensagens por ele produzidas, fruto de sua inserção na organização dos pescadores na década de 1980, por meio da Pastoral da Pesca da Prelazia de Cametá, da qual era coordenador,⁹⁰ realizando-se o mesmo procedimento com os demais entrevistados.

Suas palavras revelam as condições materiais que configuravam a luta de classe que levou naquele período os pescadores a buscarem uma organização política, a Z-16, que respondesse aos seus interesses, uma vez que, historicamente, tal entidade, da forma como estava sendo dirigida,⁹¹ em vez de propiciar condições para melhoria de vida desses sujeitos utilizava-os como massa de manobra para fins eleitoreiros, mantendo uma relação de subserviência desses para com os interesses oligárquicos à época.

No Quadro 03, as palavras do entrevistado revelam as condições referidas em parágrafo anterior. As ações das oligarquias locais, junto aos pescadores, objetivavam torná-los subservientes de seus interesses eleitoreiros e isto acontecia quando, por exemplo, havia a prisão de equipamentos de pesca e dos próprios pescadores, que, ao serem libertados, acreditavam que havia sido por intermédio dos políticos da região, mal sabendo que a prisão era autorizada por esses mesmos políticos, como estratégia para se empoderarem politicamente e para fortalecer os interesses oligárquicos da época.

De outro lado, contudo, as ações dos pescadores, por meio da presença da Igreja Católica, voltadas para a formação e organização política, tinham como objetivo se contraporem às ações das oligarquias locais, infiltradas entre os pescadores por meio de uma direção que não os representava enquanto classe.⁹² Essas considerações servem para evidenciar o tratamento dos dados a partir dos nortes da análise de conteúdo, quais sejam, dentre outros, a *identificação* e a *sistematização de conteúdos temáticos*, a partir do entendimento de que o conteúdo das mensagens é representativo de um posicionamento político-social.

Por outro lado, a análise de conteúdo pressupôs o relacionamento de informações, a fim de que se tivesse maior sustentabilidade na defesa de inferências, evitando-se, assim,

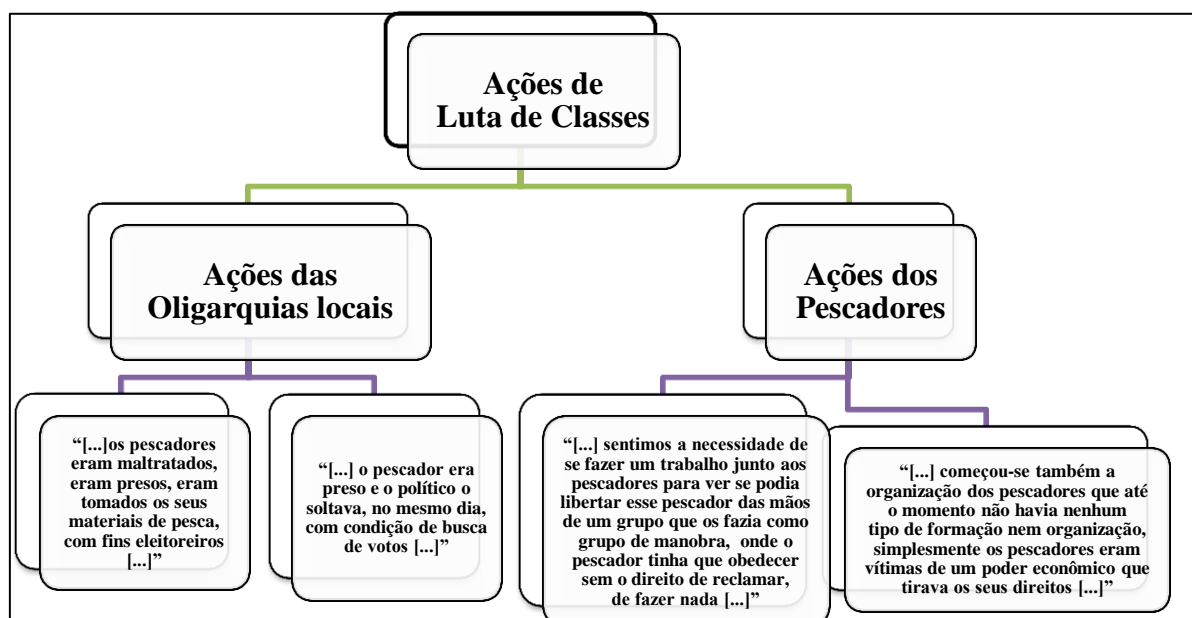
⁹⁰ Até a década de oitenta o entrevistado pertencia ao quadro da Igreja Católica como Padre.

⁹¹ Ver Introdução a esse respeito.

⁹² Sobre a Direção não representativa dos pescadores na Z-16 na década de 1980, ver Introdução.

fragmentar o conteúdo de diversas entrevistas por não lhes perceber a inter-relação sistêmica de representações oriundas de vozes de diferentes sujeitos e documentos.

QUADRO 03: DEMONSTRATIVO DE TRATAMENTO DE DADOS SOB A LÓGICA DA ANÁLISE DE CONTEÚDO.



Daí a necessidade de comparar as recorrências temáticas entre informantes distintos e documentos, surpreendendo representações sociais comuns entre os sujeitos, bem como as contradições existentes na forma de viver a realidade e por ela ser definida. Trata-se de fugir às aparências das mensagens, por meio da comparação de discursos, para deles descobrir o que está oculto.

No interior da Colônia de Pescadores Z-16, a comparação entre mensagens oriundas das entrevistas, bem como as denunciadas pelos documentos e pela observação participante empreendida nessa organização tornou-se uma tônica, a fim de se proceder a uma análise que possibilitasse a concreticidade da relação entre saberes sociais e luta de classes.

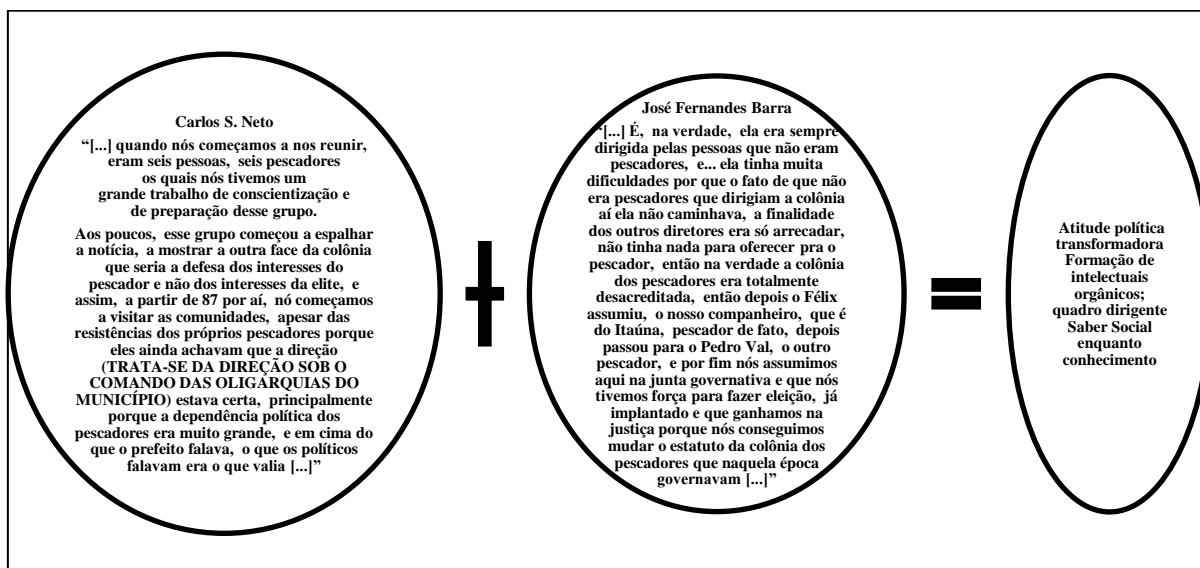
Para tanto, trabalhamos com a técnica da recorrência temática, baseada na repetição de palavras, nas expressões ou nos comportamentos não verbais observados no cotidiano dos sujeitos ligados à Z-16, a partir do que se pôde fazer inferência, mas na perspectiva de se transcender do conteúdo manifesto para o conteúdo latente.

Todavia, consideramos, segundo Franco (2007), que é a partir do conteúdo manifesto, explícito, que o processo de análise tende a ser iniciado, sem que isso impeça a busca das entrelinhas das mensagens, mas sempre tomando como base a *identificação*, a *quantificação* e a *classificação dos dados*.

A esse respeito merece destaque a informação sobre o atrelamento, até a década de oitenta do século passado, da Z-16 aos interesses oligárquicos do município de Cametá e de como os pescadores assumiram uma atitude política de reivindicação da entidade para atender aos seus interesses.

Comparando as falas de José Fernandes Barra e de Carlos S. Neto (Quadro 04), observamos que o embate político entre pescadores e não pescadores, quanto ao exercício de Direção da Z-16, decorrera a partir do momento em que os primeiros desenvolveram uma práxis, enquanto atitude,⁹³ de que quem melhor poderia coordenar as ações da categoria seriam os próprios pescadores, muito contribuindo, para isso, a participação formativa da ala progressista da Igreja Católica na região.⁹⁴

QUADRO 04: DEMONSTRATIVO DE COMPARAÇÃO ENTRE FALAS DE ENTREVISTADOS.



Dessa comparação, inferimos também, como já expresso na Introdução e, mais adiante, no Capítulo IV, que a participação de intelectuais orgânicos externos aos pescadores muito contribuiu para que esses últimos fossem também se constituindo intelectuais orgânicos de sua fração de classe, além disso, percebemos que o saber social, enquanto conhecimento da realidade opressora a que estavam submetidos, permitiu aos pescadores uma atitude política de não submissão ao *status quo* de dominação.

⁹³ Sobre *práxis* enquanto atitude, ver discussão a partir de Vázquez (1968) no Capítulo I.

⁹⁴ Nesse período era bispo da Prelazia de Cametá Dom José Elias Chaves, o qual se opunha ao domínio das oligarquias locais, principalmente na figura de Gerson Peres, primando pela organização política dos trabalhadores por meio de pastorais da saúde, da educação, da pesca, contribuindo para que pescadores e agricultores se tornassem sujeitos de suas organizações. Para tanto, a constituição de Comunidades Eclesiais de Base desempenharam importante papel nesse sentido, permitindo à Igreja destinar formação política entre os trabalhadores.

Essa busca dos pescadores por autonomia administrativa junto à Colônia, a partir de formação desencadeada pela Prelazia de Cameté, através da Pastoral da Pesca, acabava por materializar no cotidiano dos trabalhadores o que Gramsci (1988) já analisara no contexto italiano do início do século XX, de que “[...] todo desenvolvimento orgânico das massas camponesas, até certo ponto, está ligado aos movimentos dos intelectuais e dele depende” (Ibidem, p. 13). Ou seja, no contexto do exercício de autonomia dos pescadores artesanais de Cameté, houve dependência de intelectuais orgânicos na figura da Igreja Católica na região, a fim irem se constituindo intelectuais orgânicos da própria categoria. A isso chamamos de *saber social* como conhecimento político do papel revolucionário que cabe aos trabalhadores, como preconizara Marx & Engels (2006).

Não se trata, contudo, de uma revolução que destrói de uma hora para outra os *grilhões* do modo de produção capitalista, mas que paulatinamente vai construindo as bases para tal fim, à medida que se permite aos trabalhadores a organização enquanto sociedade civil capaz de ir se opondo às ações daquele.

Nas palavras de Semeraro (2006, p. 136-137), esse papel revolucionário é o que vai permitindo que as contradições da sociedade sejam desvendadas, buscando-se socializar o poder, subvertendo-se “[...] a concepção de dominação, de autoritarismo e de burocratismo [...]”, viabilizando-se a criação de “[...] uma nova concepção política fundada sobre o conceito de hegemonia, de democracia, de ‘dirigentes’ de uma nova civilização”.

Dessa maneira, a formação destinada aos pescadores pela ala progressista da Igreja Católica, com o objetivo de eles mesmos assumirem a Direção da Z-16, pode ser correlacionada com que o pensador italiano Antônio Gramsci (1988) preconizava para os trabalhadores, no sentido constituírem também quadros dirigentes que lhes encaminhassem os interesses no interior das relações político-sociais que permeiam a sociedade. O que vem permitindo-lhes continuar a trabalhar para “[...] ‘desorganizar’ os projetos dominantes [...]”, dedicando-se “[...] a promover uma ‘nova inteligência social’, capaz de pensar a produção, a ciência, a cultura, a sociedade na óptica da classe subjugada [...]” (SEMERARO, 2006, p. 19) à qual pertencem.

Esse “desorganizar os projetos dominantes”, promovendo uma “nova inteligência social”, não deixa de vir ocorrendo no interior da Z-16, pois a defesa dos interesses da categoria só poderia acontecer, nas palavras de Carlos S. Neto, no dia em “[...] o pescador realmente [...]” assumisse a Colônia e se percebesse como categoria, ou seja, como uma fração de classe cujos interesses se antagonizam com os das forças políticas presentes no

município de Cametá, no interior do Estado, no interior de federações de pesca não dirigidas por pescadores.

[...] antes [...] todo mundo achava correto alguém de fora dirigir a sua entidade [o de fora se refere a não pescador], porque eles [os pescadores] também se achavam incapazes. Então a partir do momento que nós começamos mostrar que quem vai defender os interesses da categoria, vai ser o dia em que o pescador realmente assumir a sua Colônia, foi a partir daí que nós em vários encontros, várias reuniões, vários cursos de formação é que nós conseguimos passar isso para os pescadores, onde eles começaram entender que nós também somos capazes, onde nós mostrávamos que *pescador defende pescador e quem não é pescador vai defender a categoria dele* [ou seja, a categoria do não pescador] e a partir daí nós conseguimos mudar essa ideia dos pescadores e na verdade eles assumiram assim e de uma forma bem firme e até hoje eles continuam bem firmes nessa luta, nessa direção da Colônia que melhorou muito, comparado ao que era antes. (Grifo nosso).

Há de se considerar, contudo, que essa tomada da Z-16 pelos pescadores não significou uma negação da presença de ações do capital em seu interior. Recentemente, a partir de orientações do Governo Federal para que pudessem ser criadas, para além das Colônias, associações de diversos tipos, entre elas as ligadas à pesca, outro antagonismo passou a fazer parte das lutas desses trabalhadores: a oposição entre pescadores ligados à Z-16 e pescadores relacionados à Associação de Pescadores do Município de Cametá (APAMUC), conforme relata o pescador José Pedro A. Pimentel:

Simplesmente agora a gente estava na sala do presidente. Ele estava nos repassando lá mais um reforço sobre o agir do nosso trabalho, que ele quer que a gente faça um trabalho em cima daquela pessoa que é pescador mesmo. Não vamos atrás do que está acontecendo hoje, que têm várias Associações aí pegando aquelas pessoas que nós não fizemos, porque nós sabemos que ele não é pescador. E hoje, essas Associações aí pegaram todo o pessoal que era da área rural, pessoas que não têm nada a ver mesmo, que moram nas vilas, que moram lá nos centros, que chamam as colônias centrais, então ele pede pra nós que vá atrás disso, que a gente trilhe num caminho que a gente está acostumado a andar.

Desse contexto, observa-se que a criação de associações vem corroborando para um acirramento de conflito entre os pescadores, desviando-se o foco de luta para com os desígnios do capital, por meio das ações do Estado na região, que não raro procede à negação de políticas públicas efetivas para o setor, constituindo-se em tão somente ações assistencialistas.

Tem uma Associação lá, como a APAMUC, que eu tenho um primo que é coordenador dela. Todo aquele pessoal lá, que eu não fiz, hoje todos estão cadastrados [...], inclusive todos já receberam e nós estávamos até nesse debate lá, nós que somos pescadores, nós assinamos, já vai pra seis meses e ainda não recebemos nem um tostão. O pessoal que não tem nada a ver com

a pesca, já gastaram tudo o dinheiro e estão hoje criticando de nós. Então nós temos que estar preparado, “que o cristo que é Deus nosso pai e tem o demônio que faz a perseguição”, então nós estamos sendo perseguidos hoje por essa classe aí.

E, para a configuração desse acirramento, muito contribuiu a situação de pobreza a que vivem os trabalhadores na região. Com efeito, o Estado, a fim de assegurar a produção pesqueira, desenvolveu a política do Seguro-Defeso, distribuindo recursos para os pescadores não pescarem na época de reprodução dos peixes.

É essa situação que vem favorecendo o capitanear de sujeitos para constituir essas associações que acabam se polarizando com a Colônia Z-16. Tanto o é que o pescador José Pedro A. Pimentel salienta que membros dessas associações, que, segundo ele, nem sequer estão ligados à pesca, já receberam os auxílios do Governo, enquanto os da Z-16 estão por receber, causando problemas entre os filiados ligados à Z-16.

Essa polarização, contudo, embora tenha na pobreza uma explicação para a existência, resulta da disputa política que vem se instaurando a partir da Z-16. Com efeito, nos últimos anos as políticas assistencialistas desenvolvidas pelo Estado possibilitaram à entidade crescer em número de membros, oportunizando, no cenário político local, a eleição de vereadores e garantia de força política, por meio do PT, de um grupo de lideranças no interior da entidade.

Esse empoderamento da força política dos pescadores passou a ser objeto de disputa por tendências do PT, as quais, vendo-se na impossibilidade de retirar o grupo hegemônico que dirige a entidade ou de capitaneá-lo a seus interesses, encontrou na criação das associações a possibilidade de ir para o enfrentamento político, conforme relata o pescador José Pedro A. Pimentel:

O interesse próprio dessas duas pessoas que criaram essas associações foi pra se eleger. Sabiam eles que se eles criassem essa associação e conseguissem o que eles queriam, que fosse pegar essas pessoas que estão do lado de fora, que nós não trouxemos pra cá, eles sabiam que ganhariam as eleições, como eles ganharam. Então eles são os que agem nessa frente disso. Pra eles, o pessoal que nós fizemos filiação em maio de 2009 não tem uma carteira, não tem nada, porque está nessa bronca aí, mas o pessoal dele tudo tem, que fizeram agora em janeiro de 2011 e estão todos prontos pra assinar e, novembro agora desse ano; e nós, o nosso pessoal até hoje não tem nada.

Além desse acirramento, a Colônia também vive suas contradições internas, suas divergências *ideológicas*, voltadas para a discussão na forma de gestão da entidade, conforme o pescador Irácio Nunes de Freitas:

Existem divergências, digamos a assim, ela é uma Instituição, digamos que tem as divergências ideológicas, tem um que pensa em fazer desse jeito, tem outro que pensa fazer daquele, mas é até, é, algum tempo essas divergências, elas foram sanadas dentro da discussão mesmo, digamos assim, interna.

Mas para além das divergências internas e das associações recentemente criadas, há ainda a luta contra as ações das oligarquias locais que, percebendo o poder eleitoral possível a partir da entidade, vêm criando estratégias para assumi-la, a partir de sujeitos por elas definidos como importantes para o desenvolvimento dos interesses. Em pesquisa de campo, para além de entrevistas gravadas, os pescadores relatam ações da gestão da prefeitura local, ligada a partidos de direita, como o partido político Democratas (DEM) e o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), para colocar, em período eleitoral, na Z-16, chapas de pescadores a ela relacionadas. É nesse sentido que o ex-Coordenador da Pesca da Prelazia de Cametá chama a atenção, quando indagado sobre como está a luta dos pescadores por meio da Z-16 destacando que as oligarquias locais estão buscando novamente se apoderar da entidade.

O olho é grande. Acho que muitos estão tentando, inclusive estão infiltrando pessoas, estão convencendo as pessoas dentro da Colônia dos Pescadores, dos sócios da Colônia. Eles estão querendo retomar a Colônia dos Pescadores para suas mãos. Infelizmente existem erros na Colônia que eles têm muitas pessoas filiadas à Colônia dos Pescadores que não são pescadores, não sei de quem é a culpa, se é da direção, mas o que a gente sabe é que vão dizer que são pescadores, mas que na verdade não têm nada a ver com pescadores, são justamente essas pessoas que serão usadas para querer retomar a Colônia das mãos dos pescadores.

Em que pese o posicionamento ideológico dos informantes, há de se considerar que a entidade Z-16 vive atualmente três flancos de batalha, que acabam por se constituir em investidas para possibilidade de enfraquecimento político desses trabalhadores: o primeiro, em relação às ações das Associações de Pescadores; o segundo, diz respeito à luta contra as investidas das oligarquias locais; e o terceiro está relacionado à luta pelas políticas do Estado para com os pescadores. Nessa última, tem-se configurado uma assimilação das políticas assistencialistas por ele desenvolvidas que vêm contribuindo para com o fortalecimento da entidade, conforme tratado no Capítulo IV, mas também pode estar favorecendo uma atenuação de lutas maiores desses sujeitos.

Dessas considerações, observa-se que a análise de conteúdo por nós desenvolvida ao longo desta pesquisa pressupôs eleger nas mensagens, a partir de recorrências, categorias de conteúdo e unidades de registro, sendo que essas últimas deveriam estar inseridas naquelas, permitindo comparações entre categorias, tal como evidenciamos nos quadros 03 e 04.

Foi nesse sentido, por exemplo, que elegemos, a partir de recorrências, as categorias de conteúdo “Saberes Sociais e Estado”, “Saberes Sociais e Educação”, presentes nas análises, embora as tenhamos ampliado em termos de títulos que constituem as seções do Capítulo IV.

Com efeito, as falas dos informantes apresentavam elementos indicadores desses conteúdos, como quando destacavam a necessidade de o Estado atender aos interesses dos pescadores ou de quererem escolas que dessem condições para seus filhos estudarem. De posse desses indicadores, passamos a observar as unidades de registro. No campo “Saberes Sociais e Estado”, por exemplo, foram comuns unidades de registro do tipo “[...] nós temos tido algumas parcerias importantes com o Governo Federal”.

No Quadro 05, apresentamos outra exemplificação quanto ao tratamento dos dados por meio da análise de conteúdo, destacando que, a partir das entrevistas, percebeu-se a recorrência de conteúdos voltados para a referência dos conhecimentos que os pescadores possuem e que os tornam pescadores, a partir do que passamos a identificar nas entrevistas unidades de registro que fossem comprovando tais inferências.

QUADRO 05: MODELO DE REPRESENTAÇÃO DE INFERÊNCIAS DE UNIDADES DE CONTEÚDO E DE UNIDADES DE REGISTRO.

CATEGORIAS DE ANÁLISE	CATEGORIAS DE CONTEÚDO	UNIDADES DE REGISTO
Saberes como Conhecimentos	A identidade do pescador: sujeito que conhece o processo da pesca – esse processo implica conhecimentos sobre marés, influência da lua, vivência do nome com a natureza, num processo de aprendizagem pelo e no trabalho.	Irácio: “[...] o pescador é aquele cidadão ribeirinho que tem o seu material de pesca [...]” “[...] que faz atividade da pesca, que entende do processo da pesca”. Irácio: “Eu acho que é o conhecimento que ele adquire, digamos assim, no cotidiano da vida do pescador [...]”.

Para a extração das unidades de registro, consideramos que as mesmas, segundo Franco (2007), são as menores partes de conteúdo que recorrentes em uma mensagem, sendo registradas a partir das categorias de conteúdo levantadas ao longo de uma investigação. Em termos formais, as unidades de registro podem abarcar a *palavra*, o *tema*, entendido como “uma asserção sobre determinado assunto” (FRANCO, 2007, p. 42), o *personagem*, referindo-se à materialidade sócio-histórica dos sujeitos constituírem indicadores que fundamentem determinada categoria de conteúdo, o *item*, entendido como atributo definidor de dado objeto, pessoa ou manifestação social. Na presente pesquisa, tomamos como unidades de registro a *palavra* e o *tema*.

Assim, por exemplo, na configuração da unidade de conteúdo *Saberes Sociais e Estado*, atentamos para a recorrência da palavra *Estado* na fala dos entrevistados ou expressões correlatas, como *Governo*. Não menos importante esteve o uso de unidades temáticas como “[...] nós temos tido algumas parcerias importantes com o Governo Federal” (FREITAS, 2011), as quais consubstanciaram elementos da empiria fundantes para as análises apresentadas nos capítulos IV, V, VI e VII.

Mas de nada valem em termos operacionais as unidades de registro se não forem consideradas a partir de determinados contextos, o que pressupõe, em análise de conteúdo, eleger as unidades de contexto (cf. FRANCO, 2007), para que as análises possam ser realizadas.

Na presente pesquisa, buscamos, para tal fim, caracterizar, social e historicamente, os informantes, as suas condições de vida, a Colônia de Pescadores, enfim, o contexto da luta de classes em que se configurou o surgimento da Z-16, como o fizemos quando das reflexões sobre o contexto político-social vivido em Cameté e sobre a relação entre trabalhadores e oligarquias locais.⁹⁵

Do ponto de vista das entrevistas, seguimos a regra da homogeneidade propugnada por Franco (2007), no sentido de elas conterem questões referentes ao tema escolhido para a presente pesquisa, ou seja, *saberes sociais e luta de classes*.

Quanto à regra da representatividade (cf. FRANCO, 2007) necessária para a generalização, consideramos que a escolha de nove entrevistados que vivenciaram e vivenciam a organização da Z-16 cumpriu o papel de se observar o binômio *saberes sociais e luta de classes*, tanto a partir daqueles responsáveis pela implementação das políticas e ações defendidas pela organização, como seu ex-presidente e o presidente atual, quanto por meio dos dirigentes das Comunidades de Base, permitindo-se observar o binômio em apreço a partir da relação estabelecida entre administração e comunidades de pescadores. Além disso, as entrevistas ligadas a pescadores não integrantes da administração deram-se na perspectiva de se observar como o binômio em estudo pode ser percebido junto a pescadores que, no bojo das relações estabelecidas pela Colônia, tornam-se o objetivo das lutas empreendidas. Quanto à entrevista com o ex-coordenador da Pastoral da Pesca da Prelazia de Cameté, sem dúvida cumpriu o papel de se compreender a historicidade organizativa da entidade, dentre outros fatores, como as contradições vivenciadas pela entidade nessa organização.

⁹⁵ Ver Introdução desta Tese.

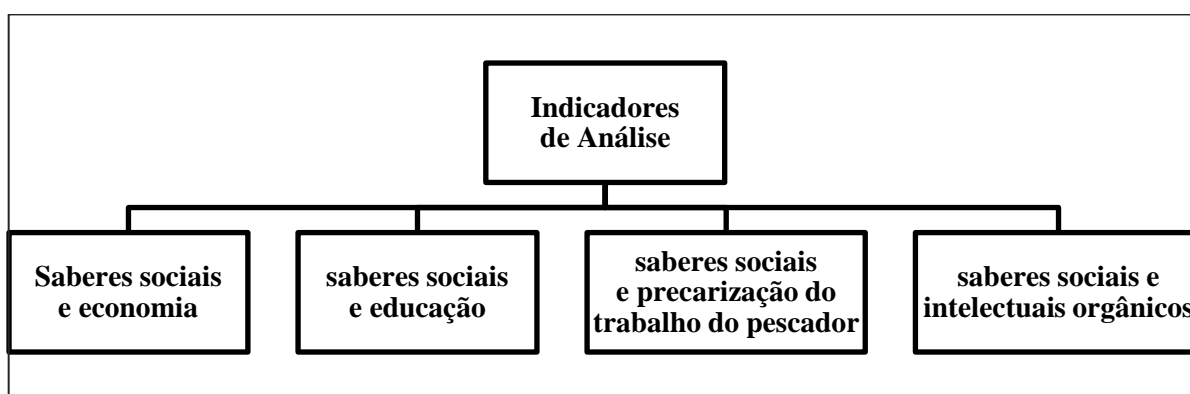
A escolha dos documentos, Estatuto da Z-16 e Estatuto da COOPAC, pautou-se pela necessidade de se observar a construção de saberes políticos estabelecidos pelos pescadores quando de suas assembleias e congressos, no intuito de comparar as informações destes com as mensagens das entrevistas.

Já o olhar na produção bibliográfica da Colônia permitiu observar quais eram as construções históricas, em termos de projetos, que vêm sendo produzidas pelos pescadores, enquanto alternativa de vida frente ao capital presente na região. Debruçamo-nos sobre uma revista produzida pela própria Z-16 em parceria com o Ministério do Meio Ambiente (MMA, 2006), no sentido de se deixar “[...] invadir por impressões, representações, conhecimentos e expectativas [...]” diante das mensagens (FRANCO, 2007, p. 52).

Segundo Oliveira (2007), o uso de documentos em uma investigação científica contribui bastante para o aprofundamento de um conhecimento relativo a uma realidade pesquisada, no sentido de, em articulação com entrevistas e observação participante, possibilitar a comparação de informações, comutando-as para a refutação ou não de informações obtidas oralmente ou por meio de observações, tal qual também o disposto por Yin (2005, p. 112): “Para os estudos de caso, o uso mais importante de documentos é corroborar e valorizar as evidências oriundas de outras fontes”.

Na operacionalização da análise de conteúdo, fomos, a partir das entrevistas, também estabelecendo indicadores de análise, entendidos como uma “[...] menção explícita, ou subjacente, de um tema em uma mensagem” (FRANCO, 2007, p. 57), conforme exemplificado no Quadro 06, abaixo, e no Quadro 05, em parágrafos anteriores: (i) saberes sociais e economia; (ii) saberes sociais e educação; (iii) saberes sociais e precarização do trabalho do pescador; (iv) saberes sociais e intelectuais orgânicos (conforme Quadro 04).

QUADRO 06: INDICADORES DE ANÁLISE.



Para a eleição das categorias de análise, ou de conteúdo, consideramos que elas decorrem das informações obtidas por meio das unidades de análise, quer em decorrência das unidades de contexto quer em virtude das unidades de registro (FRANCO, 2007; BARDIN, 1977).

Seguindo as orientações de Franco (2007), procedemos a uma operação que buscou classificar elementos constitutivos de um conjunto de informações decorrentes da aglutinação de unidades de registro em correlação com as de contexto, obtidas por meio de critérios semânticos, considerando *temas e palavras* que abarcassem um mesmo campo semântico.

Quanto aos caminhos metodológicos para se depreender as categorias de análise, Franco (2007) destaca que tal ação pode ser realizada por meio de categorias criadas *sem uma leitura preliminar dos dados*, consistindo em categorias e respectivos indicadores predeterminados em decorrência da busca por uma resposta específica formulada pelo pesquisador; ou por meio de categorias não definidas a *sem um exame preliminar dos dados*, emergindo, isto sim, “[...] da ‘fala’, do discurso, do conteúdo das respostas [...]”, implicando “[...] constante ida e volta do material de análise à teoria [...]” (FRANCO, 2007, p. 61).

Na presente pesquisa optamos pelo segundo caminho proposto por Franco (2007, p. 62), por considerar que o primeiro tende a imprimir às análises um olhar já definido do que o material tem de responder, no sentido de se ver induzido “[...] a imprimir ‘uma camisa de força’ na fala dos respondentes, procurando indícios daqui e dali para classificar as respostas [...]” em um sistema categórico predefinido.

Quanto ao segundo caminho, ele permitiu que as informações, a partir do arcabouço teórico, *falassem*, moldando-se durante as análises e favorecendo que as vozes dos sujeitos aparecessem na pesquisa, não que estas objetivassem definir o que as falas deveriam dizer, como o faz, com frequência, o uso de questionários.

CAPÍTULO IV – SABERES DO TRABALHO & CONHECIMENTO: A EXPERIÊNCIA DE TRABALHO E A IDENTIDADE DOS PESCADORES

Neste capítulo analisamos os saberes sociais como resultantes do trabalho desenvolvido pelos pescadores e capazes de fomentar-lhes a identidade, fornecendo elementos para a constituição do ser social pescador a partir do ofício que realizam. Além disso, focamos os saberes sociais desenvolvidos pelos pescadores assumindo um papel constataativo-performativo, pois, ao descreverem a realidade, não deixam de nela também atuarem politicamente.

Expomos que a construção de conhecimentos relacionados ao exercício do trabalho dos pescadores possibilita a compreensão do processo histórico de formação identitária de sujeitos que desenvolvem um tipo especial de ofício em oposição a ofícios desempenhados por contingentes outros de trabalhadores, o que lhes permite perceberem-se como semelhantes a partir do que fazem. Este é um importante elemento para o entendimento do próprio processo organizativo desses pescadores, enquanto fração da classe trabalhadora, que também se opõe a formas de existência que lhes transformam a liberdade do trabalho em opressão.

Não menos importante se encontra a análise sobre os saberes produzidos pelos pescadores no interior do ofício que realizam e a necessidade de articulação com os saberes escolares, numa relação dialética, de modo a contribuir para um processo de afirmação de identidade de classe.

Três seções integram o presente capítulo. Na primeira seção, analisando os conhecimentos do ofício de pescador, tratamos da relação entre trabalho e identidade no cotidiano desses trabalhadores. Em seguida, focamo-nos nos conhecimentos resultantes do ofício de pescador, refletindo acerca da materialidade do trabalho à contestação da realidade, e também sobre o trabalho e a constituição do ser social pescador, além disso, tratamos do conhecimento como unidade teórico-prática resultante do processo de trabalho dos pescadores. Ainda na segunda seção analisamos a identidade do pescador e seus saberes como elementos de contestação da realidade e de uma consciência de classe. Por fim, debatemos a relação entre educação e o pescador, na interface identidade e negação, analisando-se o processo de produção-formação do pescador e a materialidade de vida.

4.1 A RELAÇÃO ENTRE TRABALHO E IDENTIDADE NO COTIDIANO DOS PESCADORES: OS CONHECIMENTOS DO OFÍCIO DE PESCADOR

Marx (2008a) destaca que o trabalho é o elemento fundante das relações humanas e, por meio dele, o homem forja as condições materiais para a existência. Concomitantemente, o trabalho também vai constituindo a subjetividade, que vai permitindo uma construção de identidade, ou seja, de um conjunto de representações sociais em comum que possibilitam aos homens se integrarem em uma esfera coletiva, porque se percebem como sujeitos envolvidos por atividades similares, tanto no campo do trabalho, em sua manifestação concreta, quanto em sua expressão abstrata.

Em sua expressão concreta, pelo trabalho o homem encontra as condições para sua humanização, produzindo cultura, saberes, condições materiais para sua existência física, independentemente do modo de produção que lhe constitua a história. Em sua faceta abstrata, objetivado pelo modo de produção capitalista, encontra razões para a organização política, para o envolvimento social enquanto classe que busca a superação de um modo de produção excludente.

Mas, para que esse envolvimento social, enquanto classe, se efetive, os homens necessitam inicialmente se perceberem como sujeitos partícipes de uma totalidade de ações resultantes de determinado trabalho. Sem essa tomada de consciência como coletividade com traços identitários em comum, perde-se a condição para a organização e, por conseguinte, para o exercício de ações que consubstanciam a luta consciente de classes. Assim, por não perceberem elementos que os unifiquem enquanto trabalhadores especializados em um tipo de fazer, em dada situação histórica, veem-se fragilizados coletivamente no exercício do saber-fazer que desenvolvem.

Nesse sentido, o exame do trabalho em sua faceta concreta, na observação do “intercâmbio material entre o homem e a natureza” (MARX, 2008a, p. 218), é condição importante para se compreender seus processos organizativos e seus embates políticos, porque acabam por se configurar na materialidade de traços que os conduzirão à organização, passando a uma consciência da negação das condições para a efetivação, enquanto coletividade desse intercâmbio.

Em termos de pescadores artesanais ligados à Z-16, observamos, a partir desse intercâmbio de que nos fala Marx (2008a), um saber social enquanto conhecimento resultante de um pensar-agir no ofício da pesca, que lhes vai gerando uma representação coletiva sobre o *modus operandi* dessa atividade.

FOTO 02: OS PESCADORES DURANTE O TRABALHO DA PESCA DO PEIXE MAPARÁ.



Fonte: Arquivo da Colônia Z-16.

Nesse sentido, palavras esclarecedoras são as do senhor Benedito Melo Pantoja, pescador ligado à Z-16, sobre os efeitos destruidores do *puçá*,⁹⁶ permitindo-nos inferir que os pescadores dominam coletivamente um conhecimento, por exemplo, sobre a atuação desse instrumento de pesca, à medida que alguns pescadores o utilizam em suas ações, mesmo diante dos efeitos negativos para a produção pesqueira da região. Assim, diz-nos o pescador, a pessoa que pesca com o *puçá* acaba atingindo

[...] não só eu, mas todas as comunidades. [...] O *puçá* é o seguinte: [...] onde está o pau ele vai; aonde não tem pau ele vai;⁹⁷ então é uma pesca que pra mim até hoje eu não sei não; [...] mas até hoje pra mim seria uma pesca predatória, porque o *puçá* pega do miúdo⁹⁸ à ova do peixe.

Em termos operacionais, esses saberes sobre o *modus operandi* da pesca, materializado em conhecimentos sobre rios, peixes, marés, artefatos de pesca, dentre outros, acaba por se configurar como imprescindível para que os pescadores se percebam,

⁹⁶ O *puçá* é uma “Grande rede de malha fina, chega a 1.300 metros. Serve para fazer grandes bloqueios e arrasta o fundo do rio. Pega tudo [...]” (REVISTA CAMETÁ, 2006, p. 33). Segundo a Revista Cametá (2004), como esse tipo de rede “pega tudo”, há necessidade da extinção desse material, sendo sua existência decorrente das “[...] relações patronais e políticas que se estabeleciam [no município de Cametá] — muitos eram pequenos empresários com esse tipo de material que precisa de uma turma de pelo menos 80 pessoas” (Ibidem, p. 33).

⁹⁷ O pescador destaca, nesse sentido, que o *puçá* chega a grandes profundidades do rio, onde geralmente ficam materiais pesados, como paus, troncos de árvores, no interior dos quais os peixes podem se reproduzir.

⁹⁸ Trata-se do peixe pequeno.

inicialmente, como coletivo, uma classe de trabalhadores que milita em um mesmo ofício, como o foram os artesãos no exercício do ofício que realizavam, na Inglaterra do século XIX (cf. THOMPSON, 1987c).

Nesse sentido, compreendemos, de acordo com Thompson (1987c), que os pescadores, ao sentirem e articularem a identidade de seus interesses a partir de experiências comuns no trato da pesca, vão se constituindo como embrião de classe, porque a constituição de classe, em seu sentido amplo, dá-se quando os homens, “[...] como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, *e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus*” (THOMPSON, 1987c, p. 10, grifo nosso). Examinamos, contudo, neste momento, essas experiências comuns, sem ainda considerar essa oposição a “[...] outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus” (Ibidem, p. 10).

No que diz respeito à sua construção socioidentitária, os pescadores se reconhecem como sujeitos com conhecimentos sobre o ofício da pesca no interior do município de Cametá, tal como destacou o pescador Irácio Nunes, membro da Colônia de Pescadores Z-16 de Cametá e seu ex-presidente, afirmando ser o pescador aquele que “conhece o processo da pesca”, ou seja, o cidadão ribeirinho que, no cotidiano, produz conhecimentos sobre seu ofício.

[...] o pescador é aquele cidadão ribeirinho que tem o seu material de pesca, que faz atividade da pesca, que entende do processo da pesca. O pescador é esse. Assim, eu entendo da pesca com um tipo de materiais: eu sei pescar de malhadeira, eu sei pescar de caniço, sei pescar de tarrafa.

Esse entendimento sobre o processo da pesca como elemento de identidade desse trabalhador implica um conhecimento sobre a totalidade do ofício realizado. O pescador, nesse sentido, não é o sujeito que domina parcialmente as ações de seu trabalho, como em linhas de montagem fordistas, mas aquele que demonstra conhecimentos sobre a natureza e sobre as tecnologias por ele criadas no interior de suas experiências de pesca e de suas necessidades laborativas, desenvolvendo uma *práxis produtiva*, à medida que, por meio dela, produzem

[...] um mundo humano ou humanizado, no sentido de um mundo de objetos que satisfazem necessidades humanas e que só podem ser produzidos na medida em que se plasmam neles finalidades ou projetos humanos, como também no sentido de que na *práxis produtiva* o homem se produz, forma ou transforma a si mesmo. (VÁZQUEZ, 1968, p. 198).

O pescador é, então, o sujeito que, por meio de sua *práxis produtiva*, conhece o processo da pesca, implicando conhecimentos sobre marés, tipos de peixes e também sobre métodos e técnicas de pesca; possui seus instrumentos de pesca e sabe utilizá-los, como rede, caniço, malhadeira, o que demonstra um conhecimento especializado sobre o ofício que desenvolve. O pescador é, desse modo, um sujeito que adquire conhecimentos no cotidiano de sua prática profissional. Indagado sobre o que seria esse conhecimento do processo da pesca, assim se expressa Irácio Nunes:

[...] *Eu acho que é o conhecimento que ele adquire, digamos assim, no cotidiano da vida do pescador. É, na pesca tem uma coisa que é muito importante, que se chama maré. Aí, tipo assim, tal maré ela é boa pra pegar o peixe, digamos. Tem outra que já é boa para pegar o camarão e, é tipo assim, se você for pescar o camarão, é quando a lua, a lua anoitecer pra cá, e aí é maré boa de pegar o camarão. Já o mapará [...] tem [...] outra, digamos assim, às vezes ele precisa ter [...]. Essa maré que a enchente vai tarde, nós temos tido certo prejuízo na abertura da pesca ultimamente, porque a maré ela tem amanhecido baixa, né, pequena, maré de, digamos assim, amanhece que a gente chama de tapecuema. (Grifo nosso).*

No intercâmbio com a natureza, o pescador vai conhecendo, experienciando e produzindo saberes, como quando da definição dos tipos de marés — a *tapecuema*, por exemplo, é prejudicial para a pesca do mapará, pois, para esse peixe, a maré alta é de suma importância—, e quando do entendimento dos efeitos da lua para a pesca do camarão. São conhecimentos desse tipo que conferem ao pescador uma identidade diferenciada em relação a outros trabalhadores, identificando-os, do ponto de vista do trabalho, como aqueles que dominam conhecimentos relacionados ao cotidiano da pesca.

Partindo dessa constatação, a Colônia de Pescadores Artesanais Z-16 não visa a aglutinar em sua estrutura organizativa trabalhadores do tipo metalúrgico, tampouco operários da construção civil, mas sim sujeitos que exercem o ofício de pescador e, por conseguinte, constituem-se produtores de conhecimentos sobre esse ofício, conforme dispõe o próprio estatuto dessa entidade, em seu artigo 1º: “A Colônia de Pescadores Z-16 de Cameté [...] congrega pessoas que fazem da pesca sua profissão ou meio principal de vida [...]” (COLÔNIA..., 2009).

Em termos de classificação, constituem-se esses saberes como tácitos, porque resultam das experiências de trabalho dos pescadores no tocante à captura do pescado, envolvendo percepção da influência da lua e das marés no ofício que realizam, bem como produção e uso de instrumentos mais adequados ao exercício da pesca. Além do mais, conforme observado no Capítulo I, a partir de Aranha (1997), tais saberes são resultantes do

caráter não previsível das relações dos homens com seu meio laboral, condicionando-os a produzirem formas de conhecer e intervir nessa atividade.

4.2 OS CONHECIMENTOS RESULTANTES DO OFÍCIO DE PESCADOR: DA MATERIALIDADE DO TRABALHO À CONTESTAÇÃO DA REALIDADE

Nesta seção ampliamos as análises sobre os saberes sociais como elementos que resultam do trabalho desenvolvido pelos pescadores, fomentando-lhes a identidade social como profissional da pesca, mas também lhes propiciando condições para a contestação da realidade, à medida que percebem a negação de seus modos tradicionais de existência. E esse fomento da identidade é aqui analisado a partir dos conhecimentos relativos ao ofício de pescador, por meio de saberes sociais, enquanto conhecimentos relativos à relação com a natureza, que oportunizam o exercício da pesca e o intercâmbio com outros homens e, em decorrência dessa relação, enquanto conhecimentos relacionados à produção e uso de instrumentos de pesca.

Refletimos, então, acerca dos conhecimentos do primeiro tipo, como produtos ideacionais, e os do segundo, como produtos materiais, seguindo a descrição de Netto e Braz (2008, p. 44) a respeito de que “[...] os produtos e obras resultantes da práxis podem objetivar-se materialmente e/ou idealmente: no caso do trabalho, sua objetivação é necessariamente algo material; mas há objetivações (por exemplo, os valores éticos) que se realizam sem operar transformações numa estrutura material qualquer”. Ou seja, nesta seção analisamos os saberes dos pescadores que resultam em conhecimentos sobre a produção do pescado, produtos materiais, mas que também se configuram como conhecimentos relacionais, atitudinais — produtos ideacionais —, que vão oportunizando a relação entre os homens e a natureza, bem como a contestação e a atuação da e sobre a realidade.

4.2.1 O trabalho e a constituição do ser social pescador

Os pescadores, ao realizarem o intercâmbio material com a natureza, por meio do trabalho, não só transformam a *matéria natural*, produzindo *paneiros*, que servem para armazenar o pescado, ou tipos de malhadeiras e caniços, “[...] numa interação que pode ser caracterizada como o *metabolismo entre sociedade e natureza*” (NETTO & BRAZ, 2008, p. 34), mas também desenvolvem ações determinantes para a sua organização, a subjetividade e a objetividade, constituindo-os como *ser social*, isto é, como sujeitos que se identificam como

sociais em decorrência do intercâmbio que travam também na sociedade com outros homens, tornando-se sujeitos de práxis, sejam elas produtivas, artísticas, científicas ou sociais.⁹⁹

Nessa perspectiva, o *ser social pescador* é a unidade resultante do intercâmbio com a natureza e com outros homens, pois, ao interagir com a natureza, modifica-a em decorrência de suas necessidades, e, ao interagir com outros homens, mesmo em oposição, vai-se determinando como pescador. Desta forma, em suas relações, estabelecem outras formas de intercâmbio com a natureza e com os outros homens e, por conseguinte, configuram-se delineamentos diferenciados do ser social.

Trata-se, no plano sociológico, de se compreender que “[...] *não há seres sociais singulares (homens e mulheres) isolados, fora do sistema de relações que é a sociedade*” (NETTO & BRAZ, 2008, p. 37, grifos nossos).

Entende-se, então, que os pescadores, pelo trabalho que desenvolvem, transformam a natureza e se transformam a si mesmos, humanizando-se,¹⁰⁰ e transcendem a esfera do ser natural, à medida que configuram finalidades diferenciadas à natureza, produzindo objetividades materiais (como instrumentos de pesca) e/ou ideacionais (como valores, habilidades e conhecimentos) também diferenciadas, considerando-se a possibilidade de comparação com o trabalho realizado por outros grupos sociais. Nas palavras de Netto e Braz (2008, p. 42), “O ser social, assim estruturado e caracterizado, não tem nenhuma similaridade com o ser natural (inorgânico e/ou orgânico) [...]”, devendo ser “[...] identificado como o ser do homem, que só existe como homem em sociedade”. Nesse sentido, o ser social é o resultado das ações efetivas dos homens sobre a natureza e outros homens por meio do trabalho, desenvolvendo *características e traços que os distinguem da natureza*, autoproduzindo-se como seres sociais, de interação, socialização e criatividade.

Apoiados ainda em Netto e Braz (2008), consideramos que o ser social pescador caracteriza-se por realizar atividades teleologicamente orientadas para o exercício da pesca, objetivando-as material e idealmente, comunicando-as e expressando-as por meio de uma linguagem articulada resultante de suas práticas interacionais, escolhendo concretamente formas de operar na natureza, uma vez que, segundo esse autor, o ser social:

[...] constitui-se como um ser que, dentre outros tipos de ser social, se particulariza porque é capaz de:

⁹⁹ Apoiamo-nos na classificação de tipos de práxis proposta por Vázquez (1968).

¹⁰⁰ Tal qual proposto por Marx (2008, p. 211): “Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza”.

1. realizar atividades teleologicamente orientadas;
2. objetivar-se material e idealmente;
3. comunicar-se e expressar-se pela linguagem articulada;
4. tratar suas atividades e a si mesmo de modo reflexivo, consciente e autoconsciente;
5. escolher entre alternativas concretas;
6. universalizar-se; e
7. sociabilizar-se (NETTO & BRAZ, 2008, p. 41).

Não menos importante está o fato de tratarem suas atividades e a si mesmos de maneira reflexiva, consciente e autoconsciente, transportando suas experiências laborativas para além do aqui-agora do dado imediato e singular dos fenômenos vividos, universalizando-as,¹⁰¹ portanto, além de procederem à socialização dessas experiências no interior de suas relações sociais.

Nesse sentido, os pescadores, enquanto fração de classe, configuram-se como um dos modos de existir do ser social, compreensão esta que parte do pressuposto de que “[...] é na sociedade e nos membros que a compõem que o ser social existe: a sociedade, e seus membros, constitui o ser social e dele se constitui” (Ibidem, 2008, p. 37).

Eleonor Valente Farias Filho, pescadora da localidade de Itaúna, município de Cameté, e uma das coordenadoras de base da Z-16, destaca, por exemplo, que, como pescadora, sabe “[...] fazer matapi, malhadeira [...], tecer malhadeira de fibra, de náilon, qualquer material [...] de pesca, rede de puçá, rede de camarão [...]”, demonstrando que, no ofício que realiza e em decorrência das necessidades da pesca em um intercâmbio com a natureza, foi produzindo um conjunto de saberes materializados na elaboração de tecnologias para a captura do camarão e de peixes em geral, sendo capaz, em seu ofício, de discriminar os usos dos instrumentos que produz em seu cotidiano de trabalho. É nesse sentido, por exemplo, que ela explica que a *rede de camarão* “[...] é aquela malha pequenininha que a gente faz pra lancear na praia”.

Logo, esse saber produzido pela pescadora resulta não somente de seu intercâmbio com a natureza, mas também a partir do intercâmbio com outras gerações de pescadores, num processo de assimilação e reelaboração de saberes de pesca, que se generalizam entre os pescadores em decorrência das atividades similares que desenvolvem. É nesse sentido, então, que os saberes dos pescadores constituem-se como universais, porque se

¹⁰¹ Entendemos, a partir de Ferreira (1994), o termo *universalizar* como sentido de *generalizar*. Nessa perspectiva, os saberes que os pescadores elaboram a partir de uma realidade imediata e específica acabam por se generalizar para outras realidades, à medida que estas possam apresentar similitudes com as realidades primeiras que geraram determinado saber. É essa universalização ou generalização que permite, por exemplo, que as gerações mais novas vão *aprendendo* e *apreendendo* saberes produzidos por outras gerações, porque acabam por se ver em situações similares, mas não idênticas, àquelas que as geraram.

propagam entre eles mesmos, possibilitando-lhes uma coesão de normas e procedimentos sobre as ações de pesca.

Não menos importante encontra-se também o fato de que, no intercâmbio com outros homens, vai o pescador constituindo-se como ser social, como nos relata Jorge Cardoso dos Santos sobre o como aprendera o processo de construção da *camaroeira*, um instrumento de pesca, a partir do intercâmbio com um colega de profissão.

[A camaroeira] eu não sabia [fazer]. Eu não sabia. Aí tem um colega meu que ele sabia fazer esse. Aí, quando foi um dia, ele disse: — Jorge, tira a tala e vai lá pra casa que eu vou te ensinar. [...] Aí eu vim aqui na cidade e comprei uma despesa e passei três dias lá aprendendo com ele. A gente prepara a tala tudo; elas são finas; aí tem umas que leva apontada. Aí a gente vai tecer aqueles parizinho, já entendeu? Aí a gente tece outro parizinho com aquela tala apontada; aí tece de novo; aí vai injuliar: ela mete esse pau dentro do parizinho pra ele firmar.

Das palavras de Jorge Santos, pode-se perceber o ser social pescador constituindo-se por meio do trabalho, agindo teleologicamente, propondo-se finalidades e antecipando metas, criando produtos que ganham objetividade à medida que concretizam projetos, no caso a produção de *camaroeiras* para a captura de camarões. Nessa perspectiva, seguindo os postulados marxianos (MARX, 2008a, p. 212) sobre o processo de trabalho, os pescadores em suas atividades vão operando transformações, subordinando-as a um determinado fim, incorporando o trabalho ao objeto sobre o qual atuam.

No demais, a aprendizagem da *camaroeira* somente fora possível devido ao concurso da linguagem articulada, que “[...] comunica e expressa conhecimentos e relações obtidas mediante a reflexão e a autorreflexão operadas pelo pensamento e constitutivas da consciência [...]” (NETTO & BRAZ, 2008, p. 41), como quando da interação entre os dois pescadores.

Não menos importante é a observação que se faz, com base no discurso do entrevistado, de que o ser social pescador, ao particularizar-se entre outras frações de seres sociais que permeiam a sociedade, universaliza, pelo conhecimento, a feitura dos seus instrumentos de pesca, transcendendo, para outras instâncias temporais, o momento daquela aprendizagem.

Seguindo as considerações de Netto e Braz (2008, p. 42) e transpondo-as para o contexto do ser social pescador, pode-se considerar que esse ser social

Na sua ação e na sua atuação, [...] sempre encontra alternativas e sempre pode escolher — e a escolha entre alternativas concretas configura o exercício da liberdade: ser livre é poder escolher entre elas; o ser social é um ser capaz de liberdade. Pensar, conhecer, projetar, objetivar-se, escolher —

tudo isso supõe a capacidade de se desprender do dado imediato, das singularidades dos fenômenos: supõe a capacidade de universalizar. E, enfim, para reproduzir-se como tal, ampliar-se e enriquecer-se — o que não pode fazer através de mecanismos meramente genéticos ou biológicos — o ser social dispõe da capacidade de sociabilização, isto é, ele é passível de apropriação e desenvolvimento por parte dos membros da sociedade no interior da própria social, através, fundamentalmente, dos processos de interação social, especialmente os educativos (formais e informais).

Os pescadores, no contexto de atuação da Z-16, constituem-se seres sociais por materializarem em suas práticas produtivas os elementos que particularizam o ser social, como a capacidade de agir teleologicamente, objetivando material, e idealmente a realidade, optando por aquela que melhor lhes atenda às necessidades, além de socializarem seus legados com outros membros da sociedade, num processo contínuo de universalização-propagação de experiências socioeducativas mediadas pelo trabalho para além das experiências temporais de aprendizagem.

Trata-se de seres sociais, pescadores, em oposição a outros seres sociais que têm, no exercício de suas práticas laborativas, outra identidade laboral, como artesãos, agricultores, por exemplo. Ou seja, são seres sociais que tomam o exercício da pesca como demarcação de identidade político-social no interior das relações societárias que permeiam suas existências.¹⁰²

4.2.2 Conhecimento: unidade teórico-prática resultante do processo de trabalho dos pescadores

No contexto dos processos de trabalho desenvolvidos pelos pescadores, os conhecimentos que eles produziram não podem ser compreendidos como estritamente teóricos ou práticos, consubstanciando-se uma visão dicotômica de produção do conhecimento. Mas, pelo contrário, configuram-se no interior de uma concepção de conhecimento enquanto unidade teórico-prática,¹⁰³ ou seja, um processo de construção de que o homem participa em sua totalidade, haja vista que, ao objetivar a realidade, transformando-a, vai também constituindo sua subjetividade, transformando-se em um ser social conhecedor de rios, peixes, processos de pesca e que vai se forjando materialmente “*no cotidiano da vida do pescador*”. Trata-se, a partir de Vázquez (1968, p. 195), de conhecimentos resultantes de

¹⁰² No Capítulo I, em 1.1.2, abordamos a questão do conceito de Saberes Sociais, refletindo que eles contribuem para a construção de processos identitários, bem como para a reprodução e transformação social, fundamentando o que dispomos em 4.2.1.

¹⁰³ Cf. Vasquez (1968).

uma práxis produtiva, resultantes de uma “[...] relação material e transformadora que o homem estabelece — mediante seu trabalho — com a natureza”.

Nesse sentido, em termos constitutivos está-se diante de um conhecimento que nasce dessa relação do homem com a natureza, de que nos fala também Marx (2008a), quando o homem, diante de desafios decorrentes do seu processo de trabalho, vai projetando soluções, buscando inovações, criando novas tecnologias e aprendizados relativos a seu ofício, mas em concomitância ao movimento de braços, pernas e órgãos, cumprindo uma função social ao lhe constituir como um ser social do tipo pescador, face a outros seres sociais como professor, médico, empresário.

É nesse sentido que podemos compreender as palavras do entrevistado Irácio Nunes sobre conhecimentos relativos à pesca. Não são saberes que resultam de um aprendizado formal, no sentido escolar, mas da relação do homem com a natureza; de uma relação que lhe exige criatividade para produção de conhecimentos a fim de superar dificuldades, vencer desafios, quer de ordem técnica quer de ordem instrumental, devendo, então, o pescador *saber um pouco de tudo*, dominar uma totalidade de conhecimentos necessários ao seu cotidiano da pesca, para extrair o pescado que assume valor de uso, ao se constituir no alimento, mas também que se constitui como valor de troca, quando lhe serve como mercadoria para obtenção de recursos financeiros necessários à satisfação de outras necessidades.

[...] ele, pescador, que é o pescador profissional, além dele saber pescar, conhecer a maré, manjar um pouco ali, que agente chama o indício — “olha, ali tem indício de ter peixe” — ele também precisa saber confeccionar o material dele, fazer malhadeira, fazer casco; o pescador [...] sabe um pouco de tudo: ele sabe fazer o barco dele, se dar um prego no motor no meio do rio ele sabe mexer com a máquina; ele sabe um pouco de que depende nessa área aqui da pesca, ele entende, ele entende.

O pescador, em termos de identidade, é aquele que possui um saber tácito sobre a pesca, conforme conceituação tratada no Capítulo I, materializado em conhecimentos sobre “indícios de onde existe peixe” e na confecção de seus instrumentos de pesca e no trato com inovações tecnológicas outras, como o motor de barco (em tempos outros tal tecnologia não fazia parte do acervo tecnológico de suas experiências), aprendendo a operacionalizá-las conforme necessidades do ofício de pescador.

A esse respeito, emblemática é a fala do pescador José Pedro Alves de Pimentel sobre a construção do *matapi* e seu uso no processo de captura do camarão. Trata-se de um conhecimento sobre a produção de uma tecnologia em correlação com sua funcionalidade,

demonstrando unidade teórico-prática no domínio de seu ofício de pescador. Para ele, a construção do instrumento de pesca *matapi* está associada ao pescado que lhe cabe obter — o camarão —, à isca necessária para tanto — o *babaçu* —, bem como ao local adequado para a pesca — a praia — e ao tempo de captura — o regime de marés: maré de enchente e maré baixa.

Sei fazer o matapi. O matapi, ele é feito do jupati, da tala do jupati. A gente tira a tala do jupati, seca e, ao mesmo tempo, a gente tece também como o pari; só que o matapi, ele é mais apertado, é mais firme, e aí a gente usa 300, 350 talas pra fazer o matapi; e aí a gente isca o matapi com o babaçu e coloca na beira, na beira da praia. Quando a maré enche, o camarão vai e entra no matapi; quando ela baixa, a gente vai tirar o camarão do matapi.

E é tácito esse saber porque resulta de uma imersão do trabalhador no cotidiano do trabalho, a fim de resolver suas necessidades produtivas. Trata-se de um saber em que o domínio do processo de pesca se faz em totalidade, desde o conhecimento do local onde se captura o peixe, até o reconhecimento das condições da maré e as estratégias de organização da tecnologia a fim de se obter pescado. Nesse sentido, por exemplo, indagado sobre a confecção do instrumento de pesca *pari*, assim se expressa o pescador José Pedro Alves de Pimentel, pescador há 35 anos, morador da localidade Maracu do Carmo, município de Cametá:

O pari, ele é feito de tala de arumã; também até pode ser do marajá. A gente tece com o cipó, o chamado timbuí e a gente faz a camboa, faz as estacas, abre o pari e aí a água cresce, o peixe sobe por cima do pari, quando ela seca o peixe fica preso dentro desse cerco, que a gente faz com o pari.

A fala do entrevistado permite observar o processo da pesca em se fazendo concomitantemente ao desenvolvimento da tecnologia criada para capturar o pescado, a partir de recursos encontrados em seu cotidiano de trabalho, no seu intercâmbio com a natureza. De posse de talas e de cipós presentes na mata, o pescador tece o *pari*, leva-o para o rio, abre-o, colocando-o em contato com o solo, em decorrência da maré baixa, amarra-o a estacas, então espera a maré encher e depois secar, a fim de apanhar o pescado que ficara no interior do *pari*.

Esse saber resultou de suas necessidades de sobrevivência. Implicou, sem dúvida, um aproveitamento dos recursos naturais em seu proveito. Significou criar uma tecnologia que lhe possibilitasse a produção em correlação com conhecimentos de enchente e vazante da maré, além de um conhecimento de onde melhor se colocar o *pari*, a fim de se obter mais peixes, já que o instrumento por si só nada poderá capturar se não houver um saber experiencial sobre onde *se escondem* os peixes.

E é nesse momento que o pescador artesanal se materializa enquanto construtor de saberes tácitos. Nessa perspectiva, o pescador, como trabalhador, vai “atuando sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza. Desenvolve as potencialidades nela adormecidas e submete ao seu domínio o jogo das forças naturais” (MARX, 2008a, p. 211).

4.2.3 Para além da identidade do pescador: a contestação da realidade e a consciência de classe

Do ponto de vista da divisão do trabalho em geral (MARX, 2008a), o ofício desenvolvido pelo pescador e os saberes daí decorrentes distinguem-lhe a produção como pertencente à indústria extrativa, relativa a uma divisão do trabalho em particular, a pesca, que lhe vai permitindo a elaboração de saberes sobre tipos de peixes, técnicas de pesca e de construção e uso de instrumentos necessários para a captura do pescado, por exemplo, demarcando-lhe, por conseguinte, os limites da própria fração de classe que se constituirá em termos de organização política, a partir do momento em que seus modos tradicionais de existência passam a sofrer impeditivos para sua perpetuação.

Dialeticamente, entretanto, os saberes sociais dos pescadores estão para além de uma demarcação identitária de fração de classe, servindo-lhes também, em oposição às ações do capital na região, como elementos para a construção de um saber-conhecimento de contestação da realidade criada pelo modo de produção capitalista. Trata-se de uma atitude política face às investidas do capital.¹⁰⁴

Nessa perspectiva, os saberes dos pescadores resultariam de uma *práxis social* voltada para a contestação da realidade, conduzindo-os a um processo de organização social mais efetivo nela interferindo em prol de seus interesses de classe, uma vez que “Nas condições da sociedade dividida em classes antagônicas, a política compreende a luta de classes pelo poder e a direção e estruturação da sociedade, de acordo com os interesses e finalidades correspondentes” (VÁZQUEZ, 1968, p. 200).

Nesse sentido, esclarecedoras são as palavras de Irácio Nunes que, ao mesmo tempo em que expressa um conhecimento sobre tipos e formas de reprodução de peixes,

¹⁰⁴ Conforme a reflexão sobre Saberes Sociais, a partir de Damasceno (1995, p. 29, grifos nossos), presente em 1.1.2, de que “Quando se observa o cotidiano dos grupos populares nota-se com muita clareza que há uma diversidade de saberes que se inter cruzam e se interfecundam nesse espaço. Alguns destes saberes destacam-se como o saber gestado na experiência do grupo, ancorado no qual os participantes enfrentam os problemas do dia a dia [...]. O fio da meada neste processo de (re)construção do ‘saber social’ por parte do grupo parece residir no ato de contestar, de denunciar certos aspectos da vida cotidiana, que os incomodam. De fato, a denúncia aqui aparece como um momento inicial de crítica da realidade imediata, das situações do viver cotidiano”.

influência de marés, vão nos dando indicativos desse *saber enquanto atitude política* (VÁZQUEZ, 1968) diante da ação do capital na região em que se encontra a Z-16, a partir das consequências negativas resultantes da construção da hidrelétrica de Tucuruí.¹⁰⁵

[...] o principal culpado pela falta de pescado aqui no nosso, no nosso, não é só do município de Cametá, mas no Baixo Tocantins, foi o projeto da barragem de Tucuruí. Isso deu um desequilíbrio total aqui. Os peixes já não têm o mesmo rio pra subir, pra reproduzir [...] nós tínhamos aqui é peixes que eram da nossa região, como jaraqui, hoje já não tem mais, a sardinha, tá praticamente já extinta, curimatá, que era um dos peixes aqui que até se exportava, aí também não teve como fazer a reprodução, mas da maneira como era e a cada dia isso vai ficando mais difícil, porque, veja bem, agora, período que a água começar a crescer, antes era natural o peixe subir para ir reproduzir, hoje não tem essa mesma coisa porque quando começa a chover, que era pra água crescer, eles¹⁰⁶ fecham as comportas e a água não tem aquele crescimento natural e aí acaba que o peixe [...] acaba reproduzindo na beira da praia, a temperatura é diferente de dentro do lago, isso vai causando esse prejuízo. Fato principal da escassez do pescado no baixo Tocantins foi a construção da barragem de Tucuruí.

E essa oposição às ações do capital na região onde se encontra a Colônia de Pescadores Z-16 revela como, dialeticamente, o pescador articula diferentes saberes, a fim de compreender a realidade social, problematizando-a e ampliando uma consciência de classe, para além da compreensão de constituir-se membro de um conjunto de homens e mulheres que realizam um ofício em comum, à medida que elabora um conhecimento sobre causa e consequência a partir da relação entre construção da Hidrelétrica de Tucuruí e diminuição de pescado, percebendo nisso uma situação que se opõe ao desenvolvimento de seu modo de vida. E é esse amalgama das experiências resultantes do ofício de pescador em uma relação de oposição aos interesses do mercado, metamorfoseados na região na figura da Hidrelétrica de Tucuruí, que foram constituindo as condições para que os pescadores se percebessem de forma integral como uma fração de classe.

A esse respeito, esclarecedores são os postulados de Thompson (1987c) sobre o processo de construção de classe. Segundo esse autor, os homens se constituem como classe porque sentem e articulam uma identidade de interesses entre si, resultantes de experiências em comuns, herdadas ou partilhadas. No que se refere a pescadores, o exercício da pesca lhes possibilita partilhar experiências transmutadas em conhecimentos sobre tipos de peixes, processos de reprodução pesqueira, implicando conhecimentos sobre temperatura de água, enchente e vazante do rio, influência da chuva, por exemplo.

¹⁰⁵ Uma maior reflexão sobre a construção da Hidrelétrica de Tucuruí e seus efeitos negativos sobre o *modus vivendi* dos pescadores encontra-se no Capítulo IV, a fim de analisarmos a reconfiguração dos saberes tradicionais desses sujeitos e a construção de uma postura política diante do capital.

¹⁰⁶ Referência aos sujeitos que trabalham na Hidrelétrica de Tucuruí.

Por outro lado, a materialidade classista não se constitui tão somente porque os homens partilham experiências e interesses em comum, mas também porque, no campo das relações sociais, esses elementos se antagonizam a interesses e experiências de outros homens, porque frutos de materialidades históricas distintas. Em termos de pescadores artesanais de Cametá, suas experiências e interesses ao longo do processo de construção da Hidrelétrica de Tucuruí foram sendo precarizados, destruídos, prejudicando-lhes a existência. No dizer do pescador Benedito Melo Pantoja, a Hidrelétrica não trouxe “coisa boa” para as comunidades ribeirinhas:

Ela¹⁰⁷ não trouxe boa coisa. Foi uma das piores coisas que já vimos na vida com 50 anos. Por quê? Porque nunca a Eletronorte desceu para discutir com a comunidade de base, ou seja, das ribeirinhas comunidades. [...] Porque eu acho que se ela tivesse discutido com as comunidades ribeirinhas, quem sabe até ela não tava fortalecendo, que nós tava fazendo melhor pesca, mas infelizmente tem esse fracasso.

Mas há de se considerar, contudo, que esse processo de construção de uma identidade de classe, entre os pescadores aqui analisados, resultou, em termos de saberes sociais, de uma operacionalização dialética, que transforma experiências de ofício em instrumentos de problematização social, importantes para a construção de formas de organização, pois saberes experienciais, enquanto instrumentos de classe, têm sua razão de ser porque nascem para atender interesses coletivos que vêm sendo desrespeitados, conforme Sztompka (1998).

Note-se, por exemplo, a partir da fala de Irácio Nunes, que são os conhecimentos sobre tipos e processos de reprodução de peixes e sua viabilidade econômica, bem como sobre temperatura de água, enchente e vazante do rio, que se tornaram os elementos-chave para problematizar as consequências de grandes projetos mínero-energéticos voltados para a região Norte, como o da Hidrelétrica de Tucuruí, e que acabaram afetando modos tradicionais de existência, como os dos pescadores.

Observe-se ainda a fala do Benedito Melo Pantoja, quando destaca que “[...] nunca a Eletronorte desceu para discutir com a comunidade de base, ou seja, das ribeirinhas comunidades”. Trata-se, aqui, do fato de que, no processo de construção da Hidrelétrica de Tucuruí, não ter havido maior interação desse setor energético brasileiro com as comunidades que habitam o entorno do rio Tocantins (PA), negando-lhes as vozes, embora tenham feito inúmeras ações de posicionamento contrário à forma como foi desenvolvida essa obra, a partir de mobilização da ala progressista da Igreja Católica, por meio da Pastoral da Pesca, criada

¹⁰⁷ Trata-se da Hidrelétrica de Tucuruí.

pelo Bispo da Prelazia de Cametá, D. José Elias Chaves, conforme relata o ex-presidente da Z-16, o senhor Irácio Nunes: “Então começou a organização da Igreja e o D. José Elias, ele criou a Pastoral da Pesca aqui. Aquilo fez despertar no movimento a necessidade de se ter essa ferramenta, que é a Colônia”.

Essa fala do pescador corrobora a percepção de um saber enquanto atitude política diante da realidade, no sentido de problematizar a negação da vida dos sujeitos pescadores pela Eletronorte, explicitando, com isso, um dos elementos importantes para o processo de organização e luta política: a exigência do debate, da participação coletiva em processos decisórios sobre o modo de vida do sujeito pescador. Apoiados em Vázquez (1968), pode-se considerar que os pescadores passaram a desenvolver ações voltadas para uma *práxis política*, ao exigir a sua participação nas decisões que lhes afetavam a existência, buscando o poder da organização como “[...] instrumento vital para a transformação da sociedade” (VÁZQUEZ, 1968, p. 201).

Assim sendo, os conhecimentos resultantes do ofício de pescador cumprem funções sociais, ao se consubstanciarem em elementos para a produção de outros conhecimentos necessários para uma análise crítica do mundo em que vivem. Estando-se diante de uma concepção de conhecimento como algo que se faz verdade para transformar a realidade colocada diante dos homens, consideramos que tal investida requer um posicionamento antagônico e problematizador face à realidade que se vivencia. Nesse sentido, com base em Vázquez (1968, p. 127), podemos afirmar que os pescadores, nesse processo, vão adquirindo “[...] consciência de sua situação, de suas necessidades radicais e da necessidade e condições de sua libertação”.

É assim, por exemplo, que se colocam os saberes sobre o ofício da pesca para os pescadores: ao se utilizarem deles para problematizar a realidade, buscam compreender mudanças ambientais e econômicas pelas quais vêm passando historicamente, neste caso, a partir da construção da Hidrelétrica de Tucuruí, como o bem esclarece a pescadora Eleonor Valente Farias Filha ao concluir que a diminuição do pescado na região e os impactos socioeconômicos negativos sobre o modo de vida dos ribeirinhos era resultado, como já salientara o senhor Irácio Nunes, ex-presidente da Colônia, da construção da barragem no município de Tucuruí para atender ao mercado industrial do país com o fornecimento de energia.

É muito difícil encontrar peixe. Foi o tempo! Não é como era quando eu me criei, quando eu era criança. Um tempo desses, como a gente tava conversando, a gente ia pra praia, que tem lá defronte, a praia da Raimunda,

que falam, a gente ia pra lá, um tempo desses, com quarenta matapi, jogava n'água e pegava cinquenta, sessenta quilo de camarão. Agora, com cento e vinte a gente pega três, quatro quilos.

A gente percebe que foi desde que fecharam essa barragem aí pra cima ficou essa coisa aqui em baixo. Essa barragem de Tucuruí acabou com a metade das coisas que tinha.

Nesse sentido, as práticas de ofício dos pescadores não são “esvaziadas de ingredientes teóricos” (VÁZQUEZ, 1968, p. 210), porque resultantes de um fazer em simbiose com uma racionalidade reflexiva. São conhecimentos que emergem do intercâmbio com a natureza, ampliam-se em seu interior e são ressignificados politicamente em suas práticas. No interior dos métodos para transformar o ideal em real, de que nos fala Vázquez (1968), ao analisar os procedimentos que os partidos políticos devem desenvolver para chegar ao poder, esses saberes dos pescadores constituem-se em estratégia para se alcançar tal transformação, à medida que possibilitam a análise da realidade e o impulso com uma finalidade organizacional.

Nessa perspectiva, esses saberes do trabalho dos pescadores contribuíram para um processo de consciência de classe, à medida que lhes possibilitaram um imergir na realidade social, e, a partir disso, perceber as contradições sociais, os conflitos de interesse: de um lado, a Hidrelétrica de Tucuruí surgindo na região como arauto do desenvolvimento econômico, como se a lógica destrutiva do capital estivesse já subjugada pelos trabalhadores em seu processo de revolução;¹⁰⁸ de outro, os pescadores vivenciando os efeitos destrutivos do capital, implicando diminuição de pescado e, por conseguinte, reconfiguração de seus modos de existência, haja vista que, sem peixes nos seus *locus* de existência, tiveram de adentrar o núcleo urbano do município, moldando suas vidas à lógica do mercado, tornando-se feirantes, trabalhadores do mercado informal, a fim de suprir suas necessidades de vida.¹⁰⁹

Em termos de identidade, os saberes produzidos pelos pescadores no interior do ofício que realizam favoreceram a organização política, a atitude contestadora diante da realidade, definindo-lhes como fração de classe com modo de vida peculiar em constante processo de negação pelo capital, mas também em constante oposição a ele, à medida que, no contínuo intercâmbio com a natureza e com outros homens, foram se constituindo sujeitos da pesca, críticos à ação do capital na região, buscando condições de existência que lhes assegurasse o modo tradicional de vida.

¹⁰⁸ Cf. Costa (2006).

¹⁰⁹ Cf. Carvalho (1998).

Nesses intercâmbios, os pescadores foram garantindo a sua identidade como sujeitos que conhecem rios, tempos de pesca, tipos de peixes, marés, mas também que se entrecruzam com outros pescadores, estabelecendo relações, socialização de conhecimentos, valores, atitudes, e opondo-se a um sociometabolismo que prima pela fragmentação identitária como mecanismo para tornar os trabalhadores menos coesos e, conseqüentemente, mais suscetíveis à dominação.

Neste trabalho, consideramos que essa vivência de saberes, de relações atitudinais entre os pescadores foram se constituindo elementos importantes para que eles buscassem, ao longo da trajetória histórica por eles vivenciada, a sua própria organização política. Ou seja, o processo de organização mediado pela Z-16, como já exposto ao longo deste capítulo, foi possível porque muito antes os pescadores vivenciavam relações de identidade tanto laborais quanto afetivas em seus intercâmbios.

4.3 A EDUCAÇÃO E O PESCADOR: IDENTIDADE E NEGAÇÃO

Nesta seção analisamos a perspectiva dos pescadores em relação a processos educacionais, correlacionando-a a questões de identidade e consciência de classe.

A seção trata ainda da relação dialética existente entre o continuar pescador, por meio dos processos de formação-produção desenvolvidos pelos sujeitos desta pesquisa no cotidiano do trabalho que realizam, e a busca pela formação escolar, como mecanismo de empoderamento e forma de se garantir outra materialidade de vida, oposta ao que vivenciaram as gerações mais antigas, em decorrência da diminuição de pescado e da falta de políticas públicas para os pescadores.

4.3.1 O processo de produção-formação do pescador e a materialidade de vida

Ao longo deste capítulo temos ressaltado que a condição *sine quo non* para a constituição dos pescadores, enquanto fração da classe trabalhadora que busca na organização política a possibilidade de luta coletiva em prol de seus interesses, é também a identidade que nasce da atividade laboral que exercem por meio da pesca.

E foi essa identidade, mediada pelo trabalho, que permitiu aos sujeitos pescadores se verem como um coletivo de trabalhadores com as condições de vida negadas tanto pelas oligarquias locais quanto pela construção da Hidrelétrica de Tucuruí. Conseqüentemente, a esses pescadores foi exigida uma dinâmica de organização política, manifestada em saberes

sociais, necessária para garantir direitos atrelados a seus interesses de classe, como recursos para seus projetos de criação de alevinos, produção de mel, dentre outros.

A questão, contudo, é que nos últimos anos, principalmente a partir da construção da Hidrelétrica de Tucuruí, observa-se entre os pescadores tanto uma busca pela educação formal como alternativa de profissionalização, em desproveito da formação decorrente do cotidiano da pesca, quanto uma formação escolar que correlacione os saberes nela acumulados historicamente com os saberes oriundos do ofício de pescador, de modo a assegurar também a presença das novas gerações na profissão da pesca e sua contínua integração na categoria de pescadores, assegurando, assim, a identidade de classe.

Juvenal Furtado Viana, pescador ligado à Z-16, salienta, nesse sentido, essas duas perspectivas de formação. Para ele, há jovens que já estão desistindo da pesca, em decorrência da diminuição do pescado e buscando, na escolarização, outra profissionalização que a substitua. Mas também existem jovens que ainda querem ser pescadores, o que implica contínua formação de identidade pesqueira no interior da atividade laboral realizada cotidianamente, sem que isso implique, todavia, em negação da escolarização para os pescadores: “Olha, a maioria, eles querem ser pescador; e uma parte está querendo estudar pra aprender uma profissão, que a pesca, o senhor sabe, tá pouco pra gente, né”.

Diante dessas realidades, há de se considerar que, se a primeira situação se tornar preponderante na ação educativa das gerações mais novas, há o risco de uma perda de identidade laboral e, por conseguinte, de uma fragmentação da capacidade organizativa dos pescadores, haja vista a possibilidade de não haver um crescimento do número desses profissionais suficiente para constituir uma fração da classe trabalhadora. Quanto à segunda conjectura, ela permite que os pescadores continuem seu processo de expansão de identidade, a partir da atividade laboral que realizam, possibilitando-lhes a organização em prol de interesses de classe.

Com relação a esta dialética entre o continuar ser pescador e a busca de formação pela educação formal, como forma de se enquadrar em processos de trabalho para além do exercício da pesca, Irácio Nunes de Freitas, pescador e ex-presidente da Colônia Z-16, destaca, por exemplo, tal qual Juvenal Furtado Viana, que, com relação à juventude pescadora, a diminuição de pescado na região vem impondo-lhe um futuro não tão promissor para se continuar nas atividades laborais da pesca, pressupondo, em termos formativos, a necessidade de uma educação para além da profissionalização que lhes constitui a identidade. Indagado sobre a juventude pescadora das ilhas, assim expõe o entrevistado:

Muitos são pescador, trabalham, mas, graças a Deus, eu digo assim: porque eu não menosprezo a minha profissão, que é da pesca, mas hoje pelo que esta pesca está quase já não é futuro, sobreviver da pesca.

A cada dia que passa diminui pescador. Diminuindo o pescador, diminui também a questão do, digamos assim, dinheiro no bolso do pescador. Então tem muitos filhos de pescador que já estão indo pra outra profissão; tão estudando e fazendo concursos. Isso é notório aqui no nosso município.

Nessa perspectiva, o capital vai impondo ao trabalhador as condições para uma negação de seus processos formativos enquanto sujeitos pescadores, conduzindo-os para outras práticas laborais viabilizadas pela realização de concursos públicos, por exemplo, como a carreira docente na Educação Básica. Essa preocupação sobre a formação da juventude pescadora também é reforçada pelo pescador Benedito Melo Pantoja, para o qual esses sujeitos já não *estão focados dentro da pesca*, sendo necessário que os mesmos estejam inseridos cada vez mais no interior dos debates que dizem respeito às demandas dos pescadores, como o combate à pesca predatória.

A maior parte da juventude não está focada dentro do pescador. Ela está focada acima do interesse; e não pode ser assim: tem que ser focada em cima da pesca. Porque eu me entendi, posso falar a realidade, porque isto tem que ter responsabilidade, tem que ser conscientizada pra não fazer a pesca predatória. Então precisa muito cuidado, que nossa juventude se foque em cima mais com responsabilidade.

Embora a fala dos pescadores em sua materialidade linguageira possa *sugestionar* uma desvalorização dos saberes pesqueiros em proveito de saberes atrelados a outros processos formativos relacionados ao mundo do trabalho, trata-se de mera aparência, haja vista que a correlação entre as falas aqui analisadas permite outra compreensão, a de que os pescadores enunciam a necessidade de uma prática formativa que articule os saberes que resultam do exercício da pesca com os saberes decorrentes de processos formativos formais mediados pela escola, como mecanismo de empoderamento político-econômico-social, sem que isso implique uma negação da identidade laboral do ser pescador.¹¹⁰

Trata-se, nesse sentido, de se instaurar uma relação entre o local e o universal em termos de formação, de modo a permitir que os pescadores continuem pescadores, mas com condições de atuar societariamente em outras esferas laborativas, até mesmo porque o próprio Estatuto da Z-16 já dispõe ser o pescador quem *“faz da pesca sua profissão ou meio principal*

¹¹⁰ Fischer (1996, p. 68), ao analisar a produção, validação e legitimação de saberes como possibilidade real e necessária, destaca, nesse sentido, ser crucial que se continue reafirmando “[...] os homens como sujeitos de práxis e, nesse sentido, resgatar o sentido da valorização dos saberes da experiência, integrando ou talvez ampliando o sentido do saber-fazer e do saber tácito, para uma perspectiva que afirma o protagonismo de homens e mulheres na produção integral de sua existência”, o que implica, então, uma não negação da identidade do pescador em processos formativos formais, senão um intercâmbio dialético de saberes que se mesclam para o desenvolvimento integral do homem.

de vida” (COLÔNIA..., Art. 1º, 2009), ou seja, o pescador não será aquele que vive exclusivamente da pesca, senão aquele que faça dela *seu meio principal de vida*. É nesse sentido que o pescador Irácio Nunes de Freitas esclarece sobre a iniciativa de a Colônia Z-16 desenvolver cursos preparatórios para o ingresso de pescadores na universidade, bem como ações para o exercício do domínio de novas tecnologias ligadas à informática.

A Colônia tem feito alguns trabalhos, digamos assim, social, trabalho também educativo. Mas a Colônia tem se preocupado muito com a questão do, digamos assim, das políticas sociais. Ela tem se preocupado muito, porque [...] se fosse falar um pouco da minha historia, eu estudei até os treze anos; quando eu fiz a quinta série eu parei de estudar, porque não tinha mais lá. Passei a trabalhar mesmo na pesca e hoje depois de acho quase vinte anos é que eu voltei a estudar de novo. Então hoje a Colônia tem essa preocupação também de fazer o cursinho para os filhos de pescadores para ele poder disputar uma vaga lá na universidade, informática. Então eu penso que a Colônia tá cumprindo uma função não só de organização da pesca em si, mas outras também políticas que são necessárias.

Ou seja, os pescadores compreendem que no interior das relações de luta de classe não lhes interessa o domínio de apenas elementos relacionados à organização da pesca, mas também o domínio de outras instâncias de saberes que lhes permitam certa simetria de possibilidades de enfretamento contra as ações de construção de poder desencadeadas pelo capital, e de fortalecimento econômico, a partir de processos de formação também mediados pela escola.¹¹¹ Seguindo as palavras de Frigotto (2002, p. 18), trata-se de se “[...] avançar na compreensão do significado que tem, para a classe trabalhadora, o acesso ao saber elaborado e historicamente acumulado [...]”, mas sem a perspectiva de que este saber seja neutro, senão que ele esteja articulado *aos interesses da classe trabalhadora*.

Não se desconhece, contudo, que tão somente a articulação de saberes escolares e não escolares seja suficiente para se garantir a firmação de identidade de classe por meio das atividades laborais relacionadas ao exercício da pesca, tornando-se importante também o fortalecimento da economia local. Ou seja, ao se destacar que a busca da juventude pescadora por outras formas de profissionalização decorra das dificuldades econômicas para se continuar vivendo da pesca na região, como informara o pescador Irácio Nunes de Freitas, está-se

¹¹¹ É nessa perspectiva que G. Silva (2002, p. 25) também analisa os processos formativos dos trabalhadores, a partir da formação desenvolvida pela Central Única dos Trabalhadores (CUT), para o qual “A tentativa de construir uma práxis educativa que capacite os sujeitos amazônidas a resolverem questões subjetivas, bem como a vivenciarem os valores culturais do outro, é bastante interessante na vivência do referido projeto de formação”, no sentido de a educação se articular “[...] com experiências de trabalho e de economia solidária de forma audaciosa, devendo ser compreendida de maneira dialética, pois, ao mesmo tempo em que faz, nega e, negando, coloca em evidência a necessidade do novo, que, para existir, tem de entender e destruir o velho”. Ou seja, essa experiência formativa corrobora para que se compreenda que os pescadores não estão a negar os saberes escolares, sistematizados, senão a pleitear uma articulação dialética de saberes, de modo a permitir-lhes “a construção de seus projetos políticos e culturais” (FISCHER, 1996, p. 64).

também a sugerir que, ao se constituir uma materialidade contrária a essa constatada pelo pescador, a juventude continuará no exercício da pesca, garantindo-se um processo de coesão político-social mediados pelo trabalho.

Note-se, nesse sentido, que não se nega a importância dos saberes dos pescadores como elemento de fortalecimento de uma identidade classe, mas sim a realidade socioeconômica que inviabiliza a atividade laboral do pescador, impedindo-lhe que se constitua sujeito de uma práxis produtiva definidora também de classe. A questão que se coloca, a partir de Marx (2008 [*a* ou *b*?]), é que o viés econômico, enquanto infraestrutura, esteja a configurar elementos da superestrutura, como os saberes definidores de classe desses sujeitos, de modo que a garantia de construção e afirmação de seus saberes de pescador perpassa pelo incremento da sociabilidade econômica.

Portanto, sem se negar o valor da escola (haja vista que o pescador Irácio Nunes de Freitas salienta não só a preocupação da Z-16 em criar condições para o ingresso de pescadores na universidade, mas também o fato de ele voltar a estudar mesmo depois de longo tempo afastado da escola por questões relacionadas à necessidade de se dedicar integralmente ao exercício da pesca e por falta, também, de outros níveis de ensino onde morava), esses trabalhadores pressupõem que a materialização de seus saberes de pescador em correlação com os saberes do universo escolar necessitam estar articulados com um fortalecimento da capacidade econômica, de modo que possam continuar, no exercício da pesca, produzindo e ressignificando saberes e experiências, mediando-os com aqueles preconizados pela escola e com eles dialogando dialeticamente.

Sem esse fortalecimento, pode-se continuar a observar o êxodo do pescador para outras profissões, como destacara o entrevistado Irácio Nunes de Freitas — “A cada dia que passa diminui o pescado. Diminuindo o pescado, diminui também a questão do, digamos assim, dinheiro no bolso do pescador. Então têm muitos filhos de pescador que já estão indo pra outra profissão”. Nesse contexto, caso não se possa pleitear uma mediação entre saberes escolares e saberes decorrentes do cotidiano do ser pescador, senão uma sobreposição daqueles sobre estes, porque já impedidos de continuarem efetivamente existindo na vida desses sujeitos, eles abandonarão o seu ofício em favor de outras formas de profissão, com outros saberes e outras necessidades.

É possível, então, que os pescadores, ao buscarem firmar ações coletivas de produção de mel, criação de peixes, produção de palmito, por exemplo, como mencionado na seção sobre *A dialética do cooperativismo e os saberes dos pescadores* (Capítulo V), estejam

justamente criando as condições para o fortalecimento da sociabilidade econômica, de modo a contribuir para que à juventude seja permitida atividade laboral por meio da pesca e, por conseguinte, a articulação entre os saberes da qualificação de pescador com aqueles produzidos e desenvolvidos historicamente no seio escolar.

Por outro lado, há de se considerar ainda que essa busca da juventude por outra profissão, em decorrência da diminuição do pescado e, por conseguinte, impossibilidade de sustentabilidade econômica por meio tão somente da pesca, pressupõe no cotidiano dos pescadores uma intensificação do trabalho produtivo sobre o improdutivo, significando, em termos estruturais, uma penetração cada vez mais acentuada do capital na sociabilidade de vida desses trabalhadores em detrimento da coesão de classe mediada pelo trabalho que realizam.

Em termos teóricos, segundo Marx (2008a), o trabalho produtivo tem relação direta com o trabalho assalariado, de maneira que o trabalhador, conforme Frigotto (2006, p. 145), “[...] tenha unicamente, para levar ao mercado, sua força de trabalho”, e que esse trabalho resulte em produção de mais-valia, enquanto que o trabalho improdutivo, por oposição, não implica produção direta de mais-valia, ou seja, não se constitui em possibilidade de lucro para o capitalista, a partir do trabalho não pago.

Entretanto, há de se considerar que o trabalho improdutivo, não raras vezes, não produz de forma imediata a mais-valia no interior do capitalismo, mas garante as condições para que outros setores das relações societárias desse modo de produção possam continuar realizando o trabalho produtivo, gerando o excedente, o lucro, sem que se tenha pago por isso. A esse respeito, Marx (1980) já salientava, por exemplo, que os professores, no interior de entidades privadas de ensino, constituem-se improdutivos no trabalho que realizam junto aos alunos, mas altamente produtivos em relação ao proprietário do estabelecimento, gerando-lhe lucro para além do que são pagos.

Mas a questão a ser colocada para os propósitos desta pesquisa, no interior dessa seção, é que a juventude, ao pleitear outra qualificação ou profissão em detrimento da de pescador, pressupondo a possibilidade de assalariamento dessa nova profissão, estará saindo da categoria de trabalhador improdutivo para a de produtivo, implicando perda de identidade e estranhamento cada vez maior dos resultados por ela produzidos, à medida que sua força de trabalho estará a serviço do capital para gerar mais lucro, sem que, por isso, seja paga.

Trata-se, sob a lógica do capital, de se criar as condições, fetichizando-se a mercadoria *profissão* advinda com a qualificação para além do trabalho fundado nas

experiências do ser pescador, para que o capital vá subsumindo cada vez mais o trabalhador aos seus interesses, impedindo-lhe de, no interior do trabalho que o qualificava para o cotidiano da pesca, por exemplo, também se fortalecer organicamente como membro de uma fração da classe trabalhadora. Essa realidade que tem constituído a trajetória de vida de muitos jovens pescadores, como já salientara o pescador Irácio Nunes de Freitas, cumpre o papel de impedir a coesão de classe dos pescadores, à medida que conduz as gerações mais novas para além da profissão que os integra enquanto coletivo organizado.

Em termos dialéticos, essa realidade acaba por evidenciar as relações contraditórias pelas quais vivem os pescadores em seus processos produtivo-formativos. De um lado, o *mergulho nas atividades laborais de pescador* constitui-se importante para o fortalecimento da identidade de classe desses trabalhadores, nisto residindo um elemento que também lhes possibilitou a organização e a luta em prol de interesses e que lhes continue garantindo a existência. Contudo, não vem sendo possível alastrar essa imersão entre parte da juventude, haja vista as dificuldades de pesca enfrentadas por esses sujeitos, o que vem ensejando a negação do ofício de pescador em proveito de outras profissões. De outro lado, contudo, há a necessidade de esses jovens continuarem inserindo-se em níveis diversos de escolarização, a fim de acessarem os saberes historicamente produzidos pela humanidade, como forma de lhes possibilitar também condições para a construção de processos emancipatórios para além do capital. Onde estaria, então, a solução para esses impasses?

A solução não é tão simples. Mészáros (2002) já vem salientando, a partir de Marx, que mudanças efetivas, capazes de elevar o reino da liberdade sobre o da necessidade, pressupõem a derrocada do modo de produção capitalista, senão as mudanças constituir-se-ão tão somente conjunturais, momentâneas, apenas dando condições para que o capital se renove, reorganize-se, diante das crises por ele criadas, a fim de continuar estranhando o homem de seu trabalho, fetichizando a mercadoria, privatizando a riqueza. Todavia, conforme ainda Mészáros (2002), o que não se pode é ficar a esperar que as mudanças aconteçam somente quando as condições ideais para o processo revolucionário estejam dadas, como se a revolução se constituísse em produto que repentinamente emerge das práticas humanas.

Assim o sendo, entendendo-se que os processos revolucionários resultam dos esforços humanos realizados em diferentes lugares e tempos, a fim de se imprimir uma sociabilidade voltada para a humanização do homem, parece-nos que duas ações que os pescadores vêm desenvolvendo em suas práxis políticas organizativas têm corroborado para

equacionar essa contradição no interior de seus processos de formação e identidade de classe, constituindo-se em estratégias para se alcançar outra forma de sociabilidade.

Em primeiro lugar, encontra-se o fortalecimento de suas atividades econômicas, como salientamos em parágrafos anteriores, garantindo-lhes a possibilidade de continuar no exercício da pesca, a partir da criação de peixes, por exemplo. Isto permitiria que os pescadores continuassem sendo ribeirinhos, pois, veriam na atividade familiar que realizam possibilidade de sustentabilidade econômica. Em outra instância, encontra-se a exigência de escolarização nos meios rurais atreladas aos seus interesses de classe, com escola qualificada, aberta a seus saberes, permitindo uma relação dialética entre esses saberes e os por ela já aceitos como produtos da materialidade histórico-humana, de modo que os trabalhadores se vejam enquanto produtores de conhecimentos, de saberes e de cultura.

Trata-se, em termos educacionais, de se articular o trabalho e o ensino como facetas de uma mesma moeda, possibilitando, em moldes gramscianos, as condições para que o trabalhador-pescador tenha acesso aos conhecimentos do *societas rerum*, correlacionando-os com suas experiências concretas no trabalho que realizam, e aos conhecimentos relacionados aos *societas hominum*, de modo que possam continuar em condições de lutar por seus interesses, intensificando suas lutas, buscando diferentes formas de atuarem social e politicamente no interior da sociedade, como sociedade civil organizada. Parece-nos, nesse sentido, que a materialização do *societas hominum* já vem acontecendo entre os pescadores, à medida que buscam a organização política, mediada pela Z-16, bem como a reconfiguração da gestão de atividades econômicas atinentes a seus interesses de classe. Não menos importante também é o fato de já vir se dando a efetivação do *societas rerum*, por meio da exigência por uma escolarização qualificada, tal como se vem expondo ao longo dessa seção.

Além disso, considerando-se que o conteúdo das entrevistas realizadas contribuem para se compreender “[...] sistemas de valores, de normas, de representações, de símbolos próprios a uma cultura ou a uma subcultura [...]” e que esses sistemas são produtos históricos resultantes “[...] dos diferentes elementos que [...]” atuaram no processo de socialização dos sujeitos que o constituem, conforme Michelat (1985, p. 192-196), há de se entender que a análise da fala isolada dos pescadores não deixa de expressar os saberes que foram sendo gestados ao longo de suas materialidades formativas, como forma de explicar o sentido a ser dado à formação da classe trabalhadora.

Nesse sentido, por exemplo, a fala do pescador Benedito Melo Pantoja, ao salientar que a juventude deva focar-se em questões de pesca, revela uma perspectiva de

formação arquitetada pela burguesia para a classe trabalhadora, fundada na premissa de que para os trabalhadores não se devem instaurar outras possibilidades de saberes, de modo a preservá-los o saber e a identidade. Nas palavras de Frigotto (2002, p. 19), tratava-se de conceber que tudo que vinha do “povo”, das classes populares, era verdadeiro, sendo importante “[...] preservar o saber popular em sua pureza [...]”, dando-lhe o mínimo, em termos de processos formativos escolares.

Contudo, longe de se preservar a identidade, estava-se a negar à classe trabalhadora a oportunidade de acesso a capitais simbólicos outros também importantes para uma consciência e organização de classe, no sentido de lhe permitir um empoderamento político-cultural, necessário para os enfrentamentos de classe. Deixava-se, assim, por causa do interesse da burguesia, de se compreender a afirmação de que a existência de “[...] ‘saber intrínseco ao trabalhador’ enquanto classe em movimento, em construção, não significa que se trata de um saber suficiente e que, portanto, o mesmo não necessita de escola, nem que se trata de um conhecimento que dê conta do real” (Ibidem).

Ou seja, para a classe trabalhadora não interessa o isolacionismo cultural, em termos de saberes, senão uma crítica radical aos saberes propugnados pelo capital no interior escolar, no sentido de se permitir uma relação dialética entre tais saberes e o “[...] conhecimento, a consciência gestada no mundo do trabalho, da cultura, das múltiplas formas como estes trabalhadores produzem sua existência” (FRIGOTTO, 2002, p. 20), como os saberes relacionados à produção de pescado desses sujeitos, bem como os relacionados às práticas languageiras por eles desenvolvidas.¹¹²

Por outro lado, a fala do pescador Irácio Nunes de Freitas, ao destacar que a Colônia de Pescadores Z-16 vem desenvolvendo ações formativas para além da organização da pesca, viabilizando-se condições para que o pescador adentre o curso superior e tenha domínio de outros saberes, como os de informática, mencionados também pelo pescador Juvenal Viana Furtado, não deveria, numa perspectiva de classe, ser assumida como que negando os saberes dos trabalhadores em prol da exclusividade dos saberes escolares, senão numa relação dialética de saberes, conforme exposto em parágrafo anterior.

De educação, a Colônia já tem esse projeto de computação, que ela formou, parece que foi quatrocentas pessoas, que já foi formada aqui; e tem um projeto que é mais quatrocentas ou quinhentas pessoas pra estudar aqui a computação. Então ela tá ajudando aqui na parte da educação [...].

¹¹² Cf. Rodrigues & Rodrigues (2011).

Nessa perspectiva, trata-se de se opor a processos formativos destinados à classe trabalhadora em que se negue ou ignore que essa classe “[...] possua saber e conhecimento” (FRIGOTTO, 2002, p. 19). Ou seja, numa visão dos interesses da classe trabalhadora, o “[...] acesso aos graus mais elevados do conhecimento elaborado (científico) [...]” deve caminhar em relação dialética com esse saber e conhecimento produzido pelos trabalhadores, por se considerar que o fortalecimento desses sujeitos, enquanto consciência e identidade de classe, perpassa também pela não negação de seus processos produtivo-formativos, conforme as ideias de Arroyo (2002).

No que se refere ainda à relação dos pescadores com a educação, há de se considerar que, ao longo dos anos, esses sujeitos desenvolveram um saber social sobre a importância de diferentes formas de letramento,¹¹³ viabilizadas também no interior do espaço escolar para o fortalecimento da classe trabalhadora, no sentido de dominar conhecimentos relativos ao *societas rerum* (GRAMSCI, 2008), de modo a permitir-lhes o acréscimo de capitais simbólicos necessários para os encontros de classe.

Parafraseando Frigotto (2006, p. 205), pode-se entender que os trabalhadores-pescadores vêm reivindicando uma escolaridade por perceberem que o saber, consubstanciado em diferentes formas de letramento resultantes do acúmulo do *societas rerum*, propugnado por Gramsci (1968), “[...] no interior das relações sociais [...]” em que vivem, “[...] é uma forma de poder”. Por isso não lhes interessa ficar de fora da escola, também não lhes convindo a “defesa da desescolarização”.

Em outros termos, os pescadores não deixam de reconhecer e exigir que a eles seja implementado um processo de escolarização que lhes compreenda os saberes e que lhes permita o posicionamento crítico, o domínio de práticas de leitura e escrita em diferentes áreas do conhecimento e com seus usos sociais adequados a diferentes contextos. Trata-se, nas palavras de Frigotto (2006), de se exigir uma educação que tenha a ver “[...] com as preocupações concretas [...]” da existência do trabalhador, não lhes negando o “[...] o saber acumulado no trabalho e na vida”.

Partindo-se, desse modo, dos tipos de saberes, pode-se entender essa importância de atividades de letramento mediadas pela escola como uma atitude política de

¹¹³ Conforme Marcuschi (2001, p. 21), compreendemos *letramento* como “[...] um processo de aprendizagem social e histórica da leitura e da escrita em contextos informais e para usos utilitários, por isso é um conjunto de práticas, ou seja, letramentos, como disse Street (1995) [...]”, distribuindo-se “[...] em graus de domínio que vão de um patamar mínimo a um máximo”. Ou seja, letramentos refere-se a diferentes áreas de conhecimento, haja vista que o ato de ler e escrever faz parte de tecnologias necessárias dispostas no cotidiano da existência de homens e mulheres no interior de dinâmicas societárias modernas.

reconhecimento da escolaridade como fundamental para o fortalecimento da classe trabalhadora. Ou seja, trata-se de uma atitude política desencadeada por esses sujeitos, enquanto classe, de defesa da escola para todos, o que não significa que, nesse ponto, resida seu fim último de luta em termos educacionais, senão o início da ampliação do direito total à educação, que implica não simplesmente o acesso aos instrumentos básicos transmitidos pela escola, mas também o direito à educação e à formação cultural e identitária de classe.¹¹⁴

É nessa perspectiva que o pescador José Pedro Alves de Pimentel destaca a importância da escola na formação de seus filhos:

Olha, lá na minha comunidade agora a situação tá muito precária, muito precária mesmo: os alunos, os meus filhos, eu tenho que investir com eles na parte da merenda. Não chegou merenda mais, quando chega de dois em dois meses, o máximo que passa é dez dias, acaba, não tem mais, então eles estudam na parte da manhã, então esses alunos eles têm que ter a merenda. Como eles não têm a merenda, eu tenho que comprar o pão pra eles, pra eles levarem, tenho que mandar fazer um leite pra eles levarem, senão eles não vão dar conta de ficar até na hora da saída. Muitas vezes eles dizem: “Ah! o filho do fulano fugiu da escola”. Mas não, muitas vezes ele saiu da casa de manhã sem tomar nem o café, porque hoje a situação não está muito boa.

Ou seja, uma presença efetiva do Estado, representado na figura do município, na Educação dos pescadores, leva-os a arcar com seus próprios recursos a merenda, a fim de que seus meninos possam ter condições físicas para estudar, principalmente quando se considera que muitas crianças no interior da Amazônia ainda têm que percorrer longas distâncias para chegar à escola e, além disso, terem também de ajudar nos afazeres de trabalho da família. Nesse sentido, a merenda escolar é muito mais que necessária; é condição de vida e, por extensão, de aprendizagem.

Em termos educacionais, a escola experienciada pelos pescadores ainda vive em meio a dificuldades, a precariedades, tal como o próprio pescador, de modo que, embora em outros lugares a luta pela escolarização já possa se encontrar em termos de avanços metodológicos no que concerne ao ensino-aprendizagem, na Amazônia do cotidiano desses sujeitos, a luta ainda caminha na direção de que o Estado garanta, pelo menos, os direitos básicos aos aprendizes, como o de receber merenda escolar. Mas, para além disso, luta-se para que esse Estado garanta que os trabalhadores não necessitem dessa ajuda, e isto só será possível quando lhes forem oportunizadas as condições de, pelo trabalho, saciar suas necessidades, o que já pressupõe ações *para além do capital*, conforme Mézáros (2002).

¹¹⁴ Cf. Arroyo (2002).

Por outro lado, as palavras do pescador com relação à merenda escolar também revelam os resultados cada vez mais maléficos do sociometabolismo do capital para com a classe trabalhadora, à medida que o fomento a esse tipo de “ajuda” para saciar a fome dos aprendizes não deixa de expor a barbárie que esse modo de produção impõe aos homens e às mulheres, não lhes oportunizando condições dignas de vida.

É nessa perspectiva que Frigotto (2006, p. 158) analisa o programa de merenda escolar, no bojo de suas reflexões sobre produtividade da escola improdutiva. Para esse autor, longe de esse programa contribuir para com a diminuição da repetência e evasão, atua mais como uma “[...] medida assistencialista que encobre a natureza estrutural do estado de fome das populações que a recebem e cujo efeito maior não é o proclamado, mas a realização da mais-valia das empresas que fornecem os alimentos”.

A questão, contudo, é que, diante dos problemas estruturais enfrentados pelos pescadores, dentre os quais a garantia da sustentabilidade econômica pela pesca, cabe-lhes, diante do Estado, continuar a exigir, com vigor, que medidas paliativas como a merenda escolar continuem sendo viabilizadas, a fim de que possam ter condições físicas de estar na escola, onde buscam o saber capaz de se transmutar também em poder para a classe trabalhadora. Não se perde, com isso, a oportunidade de se continuar lutando para que esse estado de barbárie imposto pelo modo de produção capitalista seja combatido. Assim, o primeiro passo para isso é garantir ao trabalhador condições para se apropriar do saber historicamente acumulado no interior escolar, o que perpassa pelo direito à alimentação, embora, contraditoriamente, a merenda escolar seja a negação em sua amplitude desse direito, ao *escamotear* que, no interior do capital, ela exista por ele não ser capaz de socializar a riqueza para todos.

Além disso, as palavras do pescador também revelam a percepção de escolarização que se faz prática nas ações do Estado junto a esses sujeitos, ainda se resumindo a se colocar apenas um espaço físico para atender à formação da classe trabalhadora, mas sem condições dignas de aprendizagem, com falta de professores e de merenda escolar, por exemplo, conforme nos relata o pescador Juvenal Furtado Viana:

A nossa escola lá no Carapina, ela não tá boa. Desde o ano passado ela vem meio aleijada, falta de professores, não é todos os professores que estão se comparecendo, e eu acho que nem tem; no ano passado, de Matemática não teve. E aí prejudica os nossos filhos.

Logo, a partir destas palavras do pescador, entende-se que a escola defendida e exigida pelos trabalhadores é aquela que lhes oportuniza o acesso à totalidade de saberes

acumulados historicamente a partir do trabalho humano, para o que a presença do professor como mediador da relação entre sujeito *versus* objetos de conhecimento é de suma importância.

Além do mais, os pescadores, ao denunciarem a falta de professores em seus processos de escolarização, denunciam a desqualificação da escola, que serve não a eles, mas sim ao capital. Nas palavras de Frigotto (2006, p. 224), trata-se de uma desqualificação improdutiva aos interesses dos trabalhadores, mas altamente produtiva aos interesses do capital, à medida que não possibilita aos pescadores o acesso ao saber elaborado, pela falta de professores, bem como por negar “[...] o saber produzido coletivamente pela classe trabalhadora no trabalho e na vida”, também pela falta desse sujeito mediador.

As palavras do pescador evidenciam, pois, um saber historicamente construído pelos pescadores sobre a importância de uma escolarização qualificada, com docentes qualificados, com conteúdos atinentes ao mundo do trabalho em relação com seus saberes, suas experiências concretas. De um ponto de vista marxiano, os pescadores revelam ser a escola, mesmo diante das crises estruturais do capital e mesmo também se constituindo como um microcosmo de relações do capital, um espaço de poder, mas também de construção de contra-hegemonias, muito podendo contribuir “[...] para a caminhada emancipatória do proletariado [...]”, por “[...] ser o local privilegiado onde as camadas sociais exploradas podem vir a ter acesso a determinados saberes acumulados que podem ser importantes para a formação proletária” (SOUSA JR., 2010, p. 176).

Contudo, não obstante essa valorização da importância da escolarização para os pescadores, há de se considerar que, no bojo da progressiva diminuição do pescado observada por esses sujeitos e, por conseguinte, uma queda na perspectiva de se continuar pescador vem-se constituindo entre eles um saber do processo educativo, enquanto elemento propulsor de desenvolvimento humano, de melhoria da qualidade de vida, em moldes da teoria do capital humano (cf. SCHULTZ, 1973).

Quando os pescadores enunciam, por exemplo, que a juventude está saindo em busca de outra profissão, por já não ser possível sobreviver da pesca, não se deixa de expor uma compreensão de qualificação enquanto elemento que possibilita a empregabilidade, a melhoria da qualidade de vida, não obstante no interior do capital viver-se hodiernamente uma crise estrutural de desemprego. No demais, acaba-se colocando tão somente na educação um grande poder para mudar a realidade socioeconômica dos sujeitos, como se a fragilidade econômica deles residisse no trabalho que realizam, ou seja, como se o culpado pela

dificuldade na garantia da existência adviesse do fato de a pesca ter menor capacidade de rentabilidade econômica enquanto profissão.

Em sua análise sobre a produtividade da escola improdutiva, Frigotto (2006, p.136) salienta que a concepção do capital humano vem postulando que “[...] a educação e o treinamento potenciam o trabalho e, enquanto tal, constitui-se num investimento social ou individual igual ou superior ao capital físico”, de modo que a educação e a qualificação apareceriam nesse contexto como “[...] panaceia para superar as desigualdades entre nações, regiões ou indivíduos”; ou seja, arremata o autor, a questão da desigualdade tenderia a reduzir-se a um problema de não qualificação.

Contudo, a realidade tem demonstrado que as engrenagens de tal concepção não têm conseguido gerar resultados satisfatórios de melhoria de qualidade de vida para a classe trabalhadora, porque as razões que impedem o desenvolvimento da pessoa humana em sua plenitude são de ordem estrutural, não conjuntural. Em outras palavras, no interior da lógica capitalista não há espaço para o desenvolvimento pleno de todos os homens, quer do ponto de vista social quer econômico, de modo que esse sistema, ao criar a perspectiva de que pela educação tão somente se consegue “mudar padrões de existência”, está, na verdade, criando as condições para manter a ordem social, pois impede que revoltas possam perturbar seus interesses.¹¹⁵

Por outro lado, não se pode deixar de salientar que essa percepção dos pescadores para com o valor intrínseco da educação, como possibilidade de melhoria da qualidade de vida, no bojo da teoria do capital humano, advém do fato de esses trabalhadores não estarem alheios às influências ideológicas propugnadas pelo capital, uma vez que “o modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e espiritual em geral” (MARX, 1977, p. 24). Ou seja, o modo de produção capitalista faz o trabalhador assumir a consciência capitalista como se ele próprio a tivesse elaborado (MARX, 2008a), assumindo essa consciência o papel de assegurar o *status quo* de dominação, transportando para os trabalhadores a culpabilidade, não raras vezes, pelo sucesso ou insucesso econômico.

Todavia, no interior das relações de classe, os pescadores vão também produzindo ações que se opõe aos interesses do capital, como quando constatam a precariedade da educação a eles destinada e, por contradição, acabam por exigir melhorias em seus processos formativos, pressupondo presença de professores, aulas com frequência, escolas em bons prédios, merenda escolar diária, como quando da fala dos pescadores José Pedro Alves de

¹¹⁵ Cf. Frigotto (2006).

Pimentel e Juvenal Furtado Viana, por exemplo. Assim, se suas falas ainda enunciam valores do interesse do capital, como a qualificação em outra profissão que acaba por desqualificá-los no exercício da pesca, também enunciam valores atrelados aos seus interesses de classe, como escola qualificada para o exercício da educação, da socialização dos saberes acumulados e da não negação de seus saberes construídos em seus processos produtivo-formativos, como destaca Arroyo (2002).

É nessa perspectiva, por exemplo, que os pescadores vêm também buscando condições para verem seus filhos no ensino superior. Trata-se, desse modo, de uma posição política de fortalecimento de classe, no sentido de legitimar que todo trabalhador deva ter o direito de fazer uma universidade, opondo-se, assim, a uma lógica urbanocêntrica, atinente aos interesses do capital, de que às classes menos privilegiadas basta o domínio de mínimos conhecimentos necessários ao mundo do trabalho técnico que realizam. Irácio Nunes de Freitas, por exemplo, salienta que a Z-16 vem realizando “cursinhos” na própria entidade, a fim de que os filhos de pescadores tenham maior possibilidade de ingressar no ensino superior: “Então, hoje, a Colônia tem essa preocupação também de fazer o cursinho para os filhos de pescadores para eles poderem disputar uma vaga lá na universidade”.

Os pescadores, em seus processos de formação, vêm então produzindo saberes sobre a importância da escolarização em articulação com suas atividades laborativas, como forma de se manter uma identidade de classe, mediada pelo trabalho, necessária para a luta por garantia de direitos. Trata-se, em moldes marxianos, de irem constituindo, por meio da educação, uma *consciência de classe para si*, à medida que percebem, no acesso aos saberes acumulados historicamente pelo homem e mediatizados pela escola, uma possibilidade de empoderamento, necessário para os embates políticos em defesa de seus interesses de classe.

Não menos importante está o fato de que os pescadores, ao buscarem o fomento de valores e conhecimentos identitários ligados à pesca, quer na relação com a natureza quer na relação com outros homens, não deixaram de estar em luta contra a lógica capitalista que prima pela desagregação, pelo desenraizamento social e cultural como forma de atenuar conflitos sociais em prol de um projeto de homogeneização sociopolítico-cultural voltado para a manutenção da ordem do capital.

4.4 SINTETIZANDO OS SABERES

Consideramos, então, que o processo de construção de uma consciência *de classe para si*, como reconhecimento da necessidade de organização e luta contra interesses e lógicas contrárias ao seu modo de vida, resultara das contradições vivenciadas pelos pescadores no tocante ao exercício de suas atividades laborativas em decorrência dos efeitos destrutivos do capital, via construção da Hidrelétrica de Tucuruí. Ou seja, a identidade laboral construída pelos pescadores, por meio do ofício comum desenvolvido, e as relações sociais, mediadas por esse ofício, foram se constituindo os embriões necessários para a organização política, elementos de identidade importante para a coesão político-cultural dos pescadores, sendo utilizados também na exigência de uma educação que lhes reconheça os saberes no cotidiano de sua práxis pedagógica.

Não se pode também deixar de considerar que a Z-16, sob a égide dos pescadores, constitui-se um amálgama de saberes produzidos por eles mesmos para dar conta dos embates que travam com o capital em seu cotidiano. É nessa perspectiva que se pode entender a produção dos conhecimentos no exercício do trabalho por eles realizado como forma de demarcação de identidade político-sociocultural diante das oligarquias locais que buscam, de todas as formas, deslegitimar os pescadores da possibilidade de *gerir* o município, enquanto poder executivo. Ou seja, os pescadores, ao realizarem sua práxis produtiva, também produzem uma práxis formativa que os identifica como sujeitos de saberes ligados à pesca, dominando conhecimentos relativos a marés e a instrumentos de pesca, mas que também os liga afetiva e politicamente, favorecendo, pois, para eles o seu processo de organização.

Nesse sentido, os pescadores materializam elementos em suas práticas produtivas que lhes particularizam o ser social, como a capacidade de agir teleologicamente, objetivando material e idealmente a realidade, e optando por aquela que melhor lhes atenda às necessidades. Além disso, buscam socializar seus legados com outros membros da sociedade, num processo contínuo de universalização-propagação de experiências socioeducativas mediadas pelo trabalho para além das experiências temporais de aprendizagem.

Essas considerações levaram-nos a perceber que, ao sentirem e articularem a identidade de seus interesses a partir de experiências comuns no trato da pesca, os pescadores foram se constituindo como classe, porque a constituição de classe, em seu sentido amplo, dá-se, conforme Thompson (1987c, p. 10), quando os homens, “[...] como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si [...]”.

CAPÍTULO V – SABERES DA ORGANIZAÇÃO E DA GESTÃO DO TRABALHO DOS PESCADORES

Neste capítulo analisamos saberes sobre gestão produzidos pelos pescadores no interior da Colônia Z-16 e refletimos como esses saberes vêm sendo moldados pela presença do mercado nas relações socioeconômicas que permeiam, hodiernamente, a vida desses sujeitos no interior da Amazônia.

Discutimos que, no interior de um contínuo organizativo, convivem dois modelos de gestão: de um lado, um modelo participativo, envolvendo os pescadores em fóruns de discussões e deliberações; de outro, um modelo voltado para o gerencialismo, com diminuição da presença dos pescadores nas decisões.

Consideramos, além disso, que os saberes produzidos no interior desse contínuo organizativo refletem um processo de luta contra o capital, à medida que se consegue ainda um exercício de gestão pautado na democratização das decisões e no envolvimento dos pescadores, mesmo diante da entrada de um modelo gerencial de organização.

Nossas análises incidem, desse modo, na reflexão de que a consciência de classe para si materializa-se nessa mediação que os pescadores realizam entre a gestão participativa, com predomínio do coletivo sobre o individual, sobrepondo-se ao modelo gerencial,¹¹⁶ com apelo decorrente do mercado, com o intuito de assegurar a unidade entre os membros da Z-16.

Uma seção somente constitui o presente capítulo, dividida, contudo, em três subseções. A primeira subseção trata do cotidiano dos pescadores e da gestão de suas atividades, focando-se inicialmente na gestão por meio de relações familiares, festivas e de trabalho, as quais são tomadas como bases de organização política. Em seguida, analisamos os saberes e a auto-organização dos pescadores, e, por último, investigamos os saberes e os processos de mercantilização na gestão, a partir do empreendedorismo, com destaque para a gestão de criação de peixes, para a dialética do cooperativismo e para os saberes dos pescadores.

¹¹⁶ Segundo Gandini e Riscal (2008), o modelo de gestão gerencial, no cenário brasileiro, nasce no interior de reformas de Estado que legitimam a atuação do setor público não estatal em oposição à administração pública estatal, buscando-se “[...] ultrapassar a dicotomia entre planejamento e execução, agora concebíveis como flexíveis e partes de um mesmo processo”. Pauta-se esse modelo em uma “administração por resultados”, visando-se à “[...] administração dos conflitos e tensões sociais [...]” em prol do estabelecimento de um consenso entre Estado e sociedade, privilegiando-se “[...] o terceiro setor e ONGs como interlocutores, estabelecendo estratégias não apenas de participação, mas também de avaliação de desempenho para definir financiamentos” (PDRE, MARE, 1995, p. 17 apud GANDINI & RISCAL, 2008, p. 55). Trata-se de um modelo de gestão fundado na lógica de mercado, contribuindo para “[...] a transformação do cidadão em cliente e a terceirização dos serviços públicos ou sua avaliação em termos de eficiência e qualidade”. Esse modelo caracteriza-se por uma maior racionalização do tempo, dos recursos materiais e humanos, objetivando uma maior produtividade, mas com minimização de gastos públicos.

5.1 O COTIDIANO DOS PESCADORES E A GESTÃO DE SUAS ATIVIDADES

Da análise das entrevistas inferimos saberes enquanto habilidades de gestão das atividades laborativas dos pescadores, pautadas no aprendizado coletivo e familiar, na auto-organização, mas também em um processo de mercantilização de suas produções.

5.1.1 Gestão, relações familiares, festivas e de trabalho: bases de organização política

No que diz respeito ao aprendizado coletivo e familiar, o pescador José Pedro Alves de Pimentel nos relata, por exemplo, que fora o pai quem lhe ensinara o ofício de pescador, passando-lhe no cotidiano da pesca os conhecimentos sobre a confecção de instrumentos, bem como os conhecimentos sobre os “indícios” de onde encontrar o peixe, como capturá-lo, desenvolvendo esse mesmo processo de ensino junto a seus filhos.

Hoje, os meus filhos, eu sou pai de seis filhos, [...] eles também estão nessa atividade, porque eu tô levando eles pro mesmo rumo que eu aprendi com meu pai, né. Eles trabalham com esse material e agora eu já tô trabalhando com eles. Eu já tenho filho já com dezoito anos e ele já faz coisa que eu, pela minha idade, eu tô com quarenta e nove e já vou fazer cinquenta anos, agora dia primeiro de junho, eu agora já vou fechar cinquenta anos, ele diz: “não, pai, deixa que a gente vai fazer, a gente vai colocar o matapi, quando não, a gente vai fazer a camboa”; mas não é assim toda vez que eu não vô; sempre eu tô no lado deles, quando eu vejo alguma coisa que tá saindo errado a gente tá lá, pra ensinar as coisas que eles ainda não pegaram bem, né?

Historicamente, então, essa relação de aprendizagem pressupõe a figura de um tutor, em geral o patriarca, com a função de formar as novas gerações sobre o ofício de pescador, cumprindo, por extensão, o papel de assegurar mão-de-obra para a produção pesqueira desenvolvida por esses sujeitos.

Esse tutor assume, em termos pedagógicos, a função de mediador entre o mundo do trabalho, com os conhecimentos dele resultantes, e os sujeitos que nele iniciam um processo de participação.

Em termos de organização do processo de aprendizagem, três elementos chamam atenção a partir da fala do pescador. Em primeiro lugar, dominando saberes sobre o exercício da pesca, o patriarca socializa suas experiências junto aos filhos, ensinando-lhes, numa articulação de *fazer-pensar* como unidade, uma vez que, no processo de ensino, o pai atua na observação e na reorientação a partir do contato com ações efetivas de trabalho. Em segundo lugar, permite-se o exercício da autonomia, do experienciar, à medida que é dada

oportunidade aos jovens, em decorrência das próprias contingências de trabalho, de partirem sozinhos para o exercício da pesca. Por fim, o pai tende a continuar acompanhando o processo de ensino, como se fosse uma formação continuada: “[...] quando eu vejo alguma coisa que tá saindo errado, a gente tá lá, pra ensinar as coisas que eles ainda não pegaram bem”.

Como consequência desse processo de ensino-aprendizagem, em que participa a família como unidade de cooperação e socialização de aprendizados, inferimos que, nesse contexto, se encontram razões históricas para a compreensão da capacidade organizativa da fração de classe dos pescadores.

Com efeito, esses sujeitos produziram historicamente um modo de existência fundado na cooperação, na coletivização das experiências, criando as bases para processos maiores de organização e cooperação, como para com a estruturação de sua entidade representativa de classe, a Z-16. Thompson (1987c, p. 12) destaca, nesse sentido, que, se examinarmos os homens “[...] durante um período adequado de mudanças sociais, observaremos padrões em suas relações, suas ideias e instituições”.

É com base nesse pressuposto que compreendemos que a atitude dos pescadores para a busca da organização política tem suas razões nas suas experiências de organização do trabalho que realizam no seio familiar. Nesse ambiente, os pescadores desenvolvem as bases para a escuta, para a autonomia, para o fortalecimento de laços de compromisso coletivo, importantes elementos para níveis maiores de organização política, como assinalado por Vázquez (1968) quando de sua reflexão sobre a política como atividade prática decorrente de uma *práxis social*.

Trata-se, nessa perspectiva, de um modelo de gestão do trabalho que busca o envolvimento de todos os sujeitos da família no processo de produção, ou porque tal situação implica contenção de gastos, considerando que são famílias sem recursos para a contratação de serviço terceirizado, ou porque isso favorece a intensificação de compromissos sociais entre si, assegurando a aprendizagem de conhecimentos relacionados à esfera do trabalho que realizam.

Em uma ampliação deste quadro, enquanto os pescadores desenvolvem a captura mais direta do pescado, bem como a confecção de instrumentos de pesca, como *matapi*, malhadeiras, construção de tapagens, etc., às pescadoras cabe a cooperação no desenvolvimento desses instrumentos, embora afastadas de uma inserção mais direta na captura de peixes. Isso não quer dizer, contudo, que não pesquem, mas que o fazem com a pesca de víveres de pequeno porte, como o camarão, e retirada de peixes por meio da

tapagem. Sobre a atuação das mulheres no ofício de pescador, assim nos esclarece a pescadora Eleonor Valente Farias Filha:

Elas atuam assim: às vezes os maridos saem mais longe e elas ficam com os materiais mais leves, como rede de lancear, matapi; assim, essas coisas mais leves. A mulher não trabalha direto na pesca assim noite e dia como os homens, não é assim diretamente, mas elas fazem, quando o marido sai, elas ficam fazendo o que ele estava fazendo, os serviços mais leves, malhadeira, colocar malhadeira na beira.

Do ponto de vista sociológico, essa divisão permite que todos os sujeitos se construam como pescadores, porque envolvidos em esferas de atividades que constituem o ofício dos que militam na pesca. Não se trata, então, de um trabalho relacionado a este ou àquele gênero, mas sim de uma experiência laborativa que toma o homem em seu sentido universal, ou seja, numa esfera de trabalho que socializa as atividades, envolvendo a todos os sujeitos. A mulher, tal como o homem, domina também o processo da pesca em sua totalidade; constitui-se pescadora porque sabe ações de pesca, não por ser cônjuge de um pescador, como expõe Eleonor Valente Farias Filha ao tratar da pesca do mapará e da pescada, demonstrando domínio do que pode saber realizar.

O mapará é muita gente. O mapará sempre eles pegam de puçá, rede aberta, bloqueio que eles fazem. É sempre de quinze a vinte pessoas pra fazer um bloqueio de mapará. Agora a pescada não. A pescada, ela pega de várias maneiras: de malha fina, malhadeira grossa, pega de puçá; quando é de puçá é muita gente, quando é malhadeira duas pessoas dá.

Com base em Marx (2008a, p. 387), diríamos que a presença tanto de homens quanto de mulheres no exercício da pesca revela um sistema de cooperação em que o trabalho apresenta resquícios de estar fundamentado na “[...] propriedade comum dos meios de produção [...]” e na condição de os pescadores, homens e mulheres, estarem presos à comunidade, ou seja, à necessidade de fortalecimento do coletivo, garantindo a sobrevivência de todos. Foge-se, assim, a um modelo de cooperação capitalista, porque não pressupõe um “[...] assalariado livre que vende sua força de trabalho ao capital”.

Por outro lado, a inserção feminina nas atividades laborativas da pesca vai permitindo também que as mulheres ocupem posições políticas na organização dos pescadores, porque também fazem parte do coletivo de trabalho e assumem papel importante na economia familiar, como a pescadora Eleonor Valente Farias Filha, que vem atuando desde 2008 como uma das Coordenadoras de Base da Z-16, na localidade Itaúna, município de Cameté.

Eu trabalhava junto com o meu pai. Mas meu pai faleceu em 2008 e eu fiquei no lugar dele.¹¹⁷ Eles¹¹⁸ passaram pra mim.

Desse excerto de fala da pescadora Eleonor Valente Farias Filha há de se considerar também o *saber social como habilidade*, de que nos fala Grzybowski (1986). Com efeito, a comunidade em que ela vive reconheceu-lhe a vivência ao lado do pai, pressupondo acúmulo de conhecimentos quer no campo político quer no campo administrativo, levando o coletivo a “passar-lhe” a função. E essa habilidade político-administrativa a pescadora vem desenvolvendo na função, auxiliando seus *companheiros* de trabalho e de filiação na Z-16 nos procedimentos institucionais, na burocracia que a entidade dispõe, no intercâmbio interno e com outros setores da sociedade. Nas palavras de Eleonor Valente Farias Filha,

Eu aviso os pescadores quando tem alguma coisa aqui,¹¹⁹ como o seguro,¹²⁰ faço declaração pra ele,¹²¹ vejo se ele é pescador mesmo, faço declaração e encaminho pra cá¹²² primeiro e aqui eles¹²³ encaminham pra o INSS: é aposentadoria, é auxílio maternidade, é auxílio doença, que o pescador tem direito, então encaminho pra cá e eles encaminham pra lá.

Ainda tomando com base as palavras da pescadora Eleonor Valente de Farias Filha, há de se considerar também o caráter burocrático que assumem os pescadores quando no exercício de suas funções administrativas, no sentido de passarem a dominar normas e procedimentos necessários ao desenvolvimento da *res publica*, como proposto por Weber (2004).

Com efeito, os pescadores em seu processo de luta em prol de seus interesses de classe precisam dispor, além dos saberes oriundos do trabalho que realizam como pescadores, de outros saberes historicamente produzidos pelos homens, como o são os saberes relacionados à administração. Despojados desses conhecimentos, ficariam os trabalhadores aqui analisados impedidos do exercício da cidadania, da possibilidade de intercâmbio formal com outras instituições da sociedade, como o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) de que nos fala a referida pescadora.

Essa participação feminina no trabalho da pesca não pode ser associada, contudo, ao que ocorreu com as mulheres quando do processo de industrialização descrito por Marx (2008a, p. 451) em *O Capital*. Com efeito, ali não estava em jogo uma participação feminina,

¹¹⁷ O pai da pescadora Eleonor Valente Farias Filha era o senhor João Batista Farias, que a antecedeu na função de coordenação de base na mesma localidade.

¹¹⁸ Referência aos membros da Comunidade onde vive a pescadora Eleonor Valente de Farias Filha.

¹¹⁹ Referência à sede da Colônia de Pescadores Z-16.

¹²⁰ Referência ao Seguro-Defeso.

¹²¹ Referência a pescador.

¹²² Referência à sede da Z-16.

¹²³ Referência à Executiva da Colônia de Pescadores Z-16 — Presidente, Secretário, Tesoureiro, etc.

porque isso implicava a coletivização da produção. Pelo contrário, naquele contexto o gênero feminino representou colocar “[...] todos os membros da família do trabalhador [...] sob o domínio direto do capital”.

Com efeito, trata-se de um modelo de gestão que vai criando condições para os pescadores se constituírem militantes da própria organização, fundamentando-os no processo de relações históricas por eles vivenciadas — como no caso da pescadora Eleonor Valente Farias Filha — e cujos conhecimentos possibilitam tornarem-se dirigentes da entidade por eles assumida, como mecanismo de luta junto às ações do capital, à maneira daquelas desencadeadas pela construção da Hidrelétrica de Tucuruí.

Por outro lado, ainda partindo do entendimento de que as experiências organizativas políticas dos pescadores, como a própria Z-16, resultam de influência das experiências coletivas de trabalho realizadas por esses sujeitos, consideremos os saberes que resultam do envolvimento de homens e mulheres com as festividades, com os momentos de socialização, importantes elementos para a configuração de uma *consciência de classe para si*, para um fortalecimento do sentimento de pertença a um grupo que, prejudicados nos interesses, tendem a intensificar essa relação coletiva.

Eleonor Valente Farias Filha, por exemplo, ressalta que as festividades, com especial destaque para as relacionadas aos santos da Igreja Católica, como São Pedro, Padroeiro dos Pescadores, tinham o papel de reunir os pescadores, embora de diferentes localidades ribeirinhas do município de Cametá, colocando-os todos juntos. Essas festividades, numa perspectiva de classe, cumpriam o papel de fortalecer o coletivismo, a confraternização, criando laços culturais de pertença a uma comunidade, fato bastante utilizado pela Colônia de Pescadores para constituir seus núcleos de base, em torno de suas coordenações, as quais geralmente encontram-se ancoradas em uma localidade onde, não raro, acontecem festejos, a partir dos santos padroeiros.

Dia da festa de São Pedro, com eu tô dizendo que antes era bonito, tinha missa, tinha tudo, reunia todo mundo de todas as partes, todas as ilhas. Agora que estão desanimando tudo. Esse ano eu vim, deu pouca gente. Vem de todos os lugares.

Há de se considerar, contudo, que o “desânimo” entre os pescadores, relatado pela entrevistada, não decorre de um não mais querer envolver-se em atividades de lazer e conagração — que cumprem importante papel no forjamento de uma *consciência de classe para si* entre os pescadores, à medida que oportunizam a vivência coletiva, a construção de um corpo social que se identifica pelo trabalho e por outras formas de

socialização, como as festas — mas sim, resultam das orientações da Igreja Católica,¹²⁴ por meio de sua Prelazia em Cametá, para o não uso de bebidas alcoólicas nos festejos, como nos esclarece Eleonor Valente Farias Filha:

Antes era muito bonita a festa, que tinha bebida, comida tudo. Era uma festa animada. Vinha um conjunto bom. Agora ficou ruim pra fazer, que os padres proibiram bebida. Fica desanimado. A gente faz, mas é um conjuntinho fraco, meio desanimado. A gente só faz por fazer mesmo. Até na hora da missa fica animado; acabou a missa não fica mais ninguém; acabou tudo.

Thompson (1987b), ao discutir a formação da classe operária inglesa como resultante de processos de interações tradicionais vividas pelos trabalhadores rurais em oposição a normatizações impostas pela Igreja daquele período, destaca que o lazer e as relações pessoais vividas por esses trabalhadores constituíram elementos importantes para uma autoconsciência de identidade e de organização política, quando suas manifestações culturais passaram a ser reprimidas por setores ortodoxos da sociedade inglesa do século XIX.

Com efeito, destaca esse autor que, na Inglaterra oitocentista, a negação dos valores culturais dos povos rurais pelo regime fabril-urbanos e intensificava e incentivava-os a um crescimento de *autoconsciência e de orgulho provincianos*, fomentando-lhes uma consciência de classe e um conjunto de valores que aproximava cada trabalhador de um todo coletivo, como se estivesse buscando opor-se à negação de suas tradições locais, não deixando isso de contribuir também para os processos outros de organização política que se seguiam no cotidiano dos sujeitos desse período. No dizer do autor:

Ao invés de destruir as tradições locais, *é possível que nos primeiros anos da Revolução Industrial (sic), tenha ocorrido um crescimento da autoconsciência e do orgulho provincianos[...]. Conforme a nova disciplina fabril se inseria no modo de vida do trabalhador manual e construíam as novas ruas da corporação e da coroação sobre Yep-fowd, T'Hollins e Frogg-Hole, a autoconsciência se aguçava, na medida em que se percebiam as perdas, e um sentimento quase nacionalista se misturava a uma sensibilidade de classe na cultura dos trabalhadores industriais (as novas máquinas em oposição aos velhos costumes, a tirania londrina ou o capital “estrangeiro” contra o fabricante de tecido local, o trabalhador irlandês rebaixando o salário do tecelão nativo).*

Tratava-se de uma resistência consciente ao desaparecimento de um antigo modo de vida, frequentemente associada ao radicalismo político. Nesta mudança, a perda do tempo livre e a repressão ao desejo de se divertir tiveram tanta importância quanto a simples perda física dos direitos comunais e dos locais para recreio. (THOMPSON, 1987b, p. 285, grifos nossos).

¹²⁴ Tal constatação é fruto de depoimentos resultantes de observação participante quando da festa do Padroeiro do município de Cametá, São João Batista, que ocorre sempre no mês de junho, bem como de festejos de santos de outras localidades, como das vilas desse município.

Em que pese, entretanto, esse contexto atual de negação do lazer tradicional nos moldes outrora vivenciados pelos pescadores, não se pode perder de vista que essa socialização, mediada pelos festejos, tenha criado as condições para um processo de coesão social entre os pescadores, importante para se constituírem organizados por meio da entidade Z-16.

Com efeito, nesses festejos a interação entre os pescadores é intensificada. Há socialização dos resultados das lutas por melhoria de qualidade de vida desencadeadas pela Colônia de Pescadores, envolvendo tanto pessoas que não sabem ler quanto as que sabem,¹²⁵ há o incentivo do sentimento de pertença a um coletivo de sujeitos que se encontram ligados por um ofício comum, mas também por valores culturais e afetivos mais amplos.

Tal como a gestão do trabalho dos pescadores que se realiza no seio familiar, primando-se pela socialização das experiências, pela ação coletiva, com envolvimento de todos os membros da família nas atividades da pesca numa perspectiva de conhecimento do ofício de pescador, com liberdade e criatividade, para, em última instância, fomentar a autonomia, os festejos também se constituem oportunidade de formação política dos pescadores, quando ali são estabelecidos comentários sobre seus processos de luta, além do conagraçamento que os unifica culturalmente.

Trata-se de uma perspectiva de gestão do trabalho que não deixa de oportunizar um tempo livre para os pescadores se articularem, interagirem para além do labor, em oposição a uma lógica fordista-taylorista em que o tempo livre acaba sendo subsumido pela necessidade de sempre se estar produzindo com rapidez e em altas proporções, mas também em oposição a um modelo de gestão gerencial, que toma o individualismo como sinônimo de sucesso em desproveito de ações coletivas, potencializadoras de processos de organização e de lutas de classe.¹²⁶

Esse modelo de gestão fincado em raízes familiares, na participação tanto de homens quanto de mulheres, e que dá condições para o pescador se constituir sujeito de conhecimentos — como analisado a partir da fala da pescadora Eleonor Valente Farias Filha

¹²⁵ Thompson (1987b, p. 298) relata que na Inglaterra do século XIX as festas eram também a oportunidade de os trabalhadores terem acesso a outras formas de manifestação cultural e de se apropriarem de informações sobre a realidade que os circundava, mesmo diante da possibilidade de muitos trabalhadores não saberem ler: “Poucos trabalhadores podiam ler e entender um jornal, mas era comum a leitura em voz alta das notícias nas ferrarias, barbearias e tavernas. Uma boa parte das novidades era ainda divulgada pelos vendedores de cartazes e pelos cantores de rua”.

¹²⁶ Machado (1998), ao tratar da questão do modelo das competências e a regularização curricular, também destaca, focando na formação, que os processos de individualização não estão a serviço da humanização do homem, mas sim voltados para a derrocada da capacidade de organização coletiva dos trabalhadores.

—, bem como nos festejos, enquanto espaços de formação e de gestão do trabalho que oportunizam o conagraçamento e a coletivização, caracteriza uma perspectiva de organização que se opõe não somente à lógica da produtividade, mas também à fragmentação do ser social trabalhador, porque disciplina os sujeitos para o exercício da cooperação, do envolvimento nas questões relacionadas aos interesses do grupo.

5.1.2 Saberes e auto-organização dos pescadores

No tocante ainda à gestão das práticas laborativas dos pescadores em interface com sua entidade representativa de classe, a Z-16, há de se considerar a existência de elementos de auto-organização. Com efeito, os pescadores buscam, coletivamente, envolver-se nas decisões e na materialização social da entidade. Trata-se, parafraseando Pistrak (2000), de uma participação direta, tomando como base a iniciativa pessoal.

É nesse sentido, por exemplo, que o pescador Benedito Melo Pantoja nos relata a questão de como os pescadores da localidade de Jaracuera Grande, distrito de Curuçambada, município de Cametá, tomaram a iniciativa de desenvolver ações de preservação de seus recursos pesqueiros, por meio da criação de um acordo de pesca comunitária. Em decorrência desse acordo, 22 famílias de pescadores dessa localidade elegeram 05 fiscais, cada um coordenando uma turma de 10 pescadores, revezando-se à noite para impedir a extração de víveres da região. Durante o dia, coube às mulheres o exercício da fiscalização, escolhendo-se uma mulher para coordenar as ações nesse período.

Pra ter esse peixe lá, nós somos cinco fiscais. Cada um fiscal trabalha com uma turma. A turma é ligada a dez pessoas por noite; e de dia é as mulheradas que vão fiscalizar. Tem uma credenciada pra comandar as mulheradas do dia.

[E reforça o pescador que] “É pra não mexer no peixe. Então com isso é sucesso pra todos nós. Porque se não tivesse essa fiscalização, nós não tinha êxito”.

Embora essa forma de atuação coletiva para a preservação dos recursos pesqueiros possa revelar conflitos entre os pescadores, haja vista que a fiscalização resulta do fato de poderem existir sujeitos que estejam a desrespeitar as decisões coletivas da comunidade, não se pode perder de vista a perspectiva de se constituir exemplo da presença de elementos de auto-organização. Esses pescadores tomaram uma iniciativa pessoal e de classe, como aponta Pistrak (2000), ao se organizarem para defenderem seus interesses, atuando como unidade teórico-prática na materialização dessa decisão: constituíram a organização no cotidiano de suas práticas laborativas em um se fazer-fazendo.

Além disso, esse acordo implicou uma materialização do exercício da autonomia dos pescadores, decorrente de uma necessidade imposta pelo modo de produção capitalista. Ou seja, a necessidade de o capital dispor cada vez mais de energia para o mercado mundial implicou a construção da Hidrelétrica de Tucuruí, que impactou consideravelmente a vida dos ribeirinhos e, conseqüentemente, precipitou-os a desenvolver formas outras de existência, como estabelecer acordo de onde e quando pescar, de forma institucionalizada, já que o pescador em suas práticas tradicionais respeitava os ciclos de pesca, independente de acordos como os agora realizados.¹²⁷

Os pescadores de Jaracuera Grande estabeleceram, pois, um acordo eivado de preocupação social, uma das características, ao lado da autonomia, da iniciativa pessoal e da atividade de massas, da auto-organização salientadas por Pistrak (2000, p. 180), para o qual a auto-organização nasce “[...] na medida em que [...]” aparece “[...] sua necessidade, na prática de uma determinada ação”, como o fizeram os pescadores.

Por outro lado, elementos de auto-organização também são observados em um contexto mais amplo, quando, por exemplo, no cotidiano dos pescadores, a Colônia Z-16 atua como elemento que, parafraseando Pistrak (2000, p. 182), suscita entre seus membros “[...] preocupações carregadas de sentido social [...]”, criando condições para que os próprios pescadores, organizados em comunidades de base, procurem formas de sua realização, neles *inculcando*, nas palavras de Pistrak (Ibidem, p. 182), “[...] o hábito de viver e de trabalhar em coletivo”. Nessa perspectiva, assim expõem Fernandes Barra, atual presidente da Z-16, o caráter coletivo das ações da Colônia, e o pescador Benedito Melo Pantoja, o caráter formativo da entidade, primando pela participação coletiva dos sujeitos, como na elaboração do acordo comunitário de pesca em Jaracuera Grande:

Aqui, a gente, eu digo a gente, mas somos todos nós, *a gente faz com que a Colônia seja cada vez mais forte, mais do que qualquer um individualmente, porque a gente vai passar, mas isso aqui tem que ficar* e quem vier realmente tem que dar prosseguimento a esses trabalhos que a gente vem fazendo (Grifo nosso).

A colônia dos pescadores é um incentivo muito importante pra todos os Acordos de Pesca, porque [...] ela apoia agente desde o princípio [...] A Colônia, ela dá uma conscientização pra todos os pescadores [...] vinculados a Z-16 de Cametá.

¹²⁷ Os pescadores, ao longo de suas vidas, sempre tiveram acordos tácitos de preservação, evitando-se, por exemplo, desenvolver a pesca de alta produção em locais onde havia paus no fundo d'água, pois aí os peixes buscam procriar, conforme podemos constatar no interior das observações participantes desenvolvidas ao longo deste trabalho. Os Acordos de Pesca, entretanto, acabaram por institucionalizar juridicamente essa ação já desenvolvida por esses trabalhadores.

A colônia, ela reúne sua direção junto ao presidente e outros diretores e reúne todas as comunidades, conscientizando o pescador.

E é nesse sentido que se desenvolve uma *consciência de classe para si*, quando os pescadores se assumem como um coletivo organizativo, reagindo como classe, que se associa em luta por seus interesses. Nessa perspectiva, a Colônia cumpre um papel de aglutinador e implementador dos interesses dos pescadores, como ressalta Eleonor Valente Farias Filha:

Se não fosse a Colônia, o pescador vivia mais lascado lá no interior, com mais dificuldade. Essa Colônia, o Sindicato, todas essas coisas juntos deram maior força pro pessoal do interior, principalmente. Eles ajudam, com ajuda do Governo, bem muito. Acho que se não fosse a Colônia, o Sindicato, não sei se ia ter alguém vivo.

Entretanto, essa mesma Colônia que suscita entre os pescadores elementos de uma autogestão, entendida como a busca por autonomia no desenvolvimento de ações afirmativas,¹²⁸ é também a entidade que fortalece elementos de uma heterogestão entre os pescadores, à medida que eles propõem ações, mas dentro de diretrizes previstas pela própria entidade.

É nesse sentido, por exemplo, que podem ser entendidas as palavras do pescador José Pedro Alves de Pimentel, ao retratar sua gestão como Coordenador de Base da Colônia, partindo das orientações da presidência da entidade. Ou seja, o pescador desenvolve ações de gestão entre os pescadores, mas a partir de normatizações já esboçadas pela executiva da entidade, no sentido de ele mesmo intensificar ações de filiação entre pescadores que estejam efetivamente no exercício da pesca.

Olhe, simplesmente agora a gente estava na sala do presidente. Ele estava nos repassando lá mais um reforço sobre o agir do nosso trabalho. Ele quer que a gente faça um trabalho em cima daquela pessoa que é pescador mesmo. Não vamos atrás do que está acontecendo hoje: tem várias associações aí pegando aquelas pessoas que nós [...] sabemos que [...] não são pescadores.¹²⁹

¹²⁸ Entendemos autonomia como a situação em que os sujeitos criam ações a partir de seus interesses de classe, lutando, porque não previstas em normatizações, para que elas sejam asseguradas pelo todo social, constituindo-se, posteriormente, como norma. A heteronomia, por outro, é entendida como correlato de heterogestão, compreendendo a situação em que os sujeitos desenvolvem ações voltadas para seus interesses de classe, mas dentro de situações já previstas.

¹²⁹ O pescador se refere à situação de associações de pescadores criadas por meio de incentivo governamental, as quais acabaram, segundo ele, por filiar pessoas não envolvidas com atividades de pesca: “E hoje, essas associações aí pegaram todo o pessoal que era da área rural, pessoas que não têm nada a ver mesmo, que moram nas vilas, que moram lá nos centros, que chamam as colônias centrais. Então ele [o presidente da Colônia de Pescadores Z-16] pede pra nós que vá atrás disso, que a gente trilhe num caminho que a gente está acostumado a andar”. Essa situação de filiação de não pescadores por parte dessas associações vem culminando, em 2011, com processos de abertura de inquérito pelo Ministério da Pesca, a fim de se apurar os fatos.

Contudo, não fora diferente também com os Acordos de Pesca estabelecidos pelos pescadores. Com efeito, embora apresentem elementos de uma autogestão em seu processo de elaboração pelos pescadores, esses acordos acabaram por ser estabelecidos a partir de instrumentos legais delineados pelo Ministério do Meio Ambiente/Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), com a Portaria 029, de 31 de dezembro de 2001. Ou seja, os pescadores foram desenvolvendo diretrizes de preservação mais atadas a seus interesses, utilizando seus conhecimentos sobre o que e como preservar, percebendo-se, até aí, certa autonomia, mas o foram fazendo a partir orientações gerais, previstas em Portarias, como a de nº 029.

Por outro lado, há de se considerar também elementos da auto-organização dos pescadores ao constituírem uma estrutura organizativa que lhes permite a participação coletiva, interligando pescador associado, diretoria e coordenadores de base, o que possibilita o exercício de decisões colegiadas e o desenvolvimento de um sentimento coletivo, de que nos fala Pistrak (2000), ao descrever o potencial de decisões por meio de assembleias gerais, como forma de resolver conflitos infantis, no contexto de sua discussão sobre justiça infantil.

No tocante aos pescadores, as coordenações de base, 80 em sua totalidade, atuam como células da Z-16 e permitem que os pescadores discutam localmente seus problemas, busquem soluções, socializem suas inquietações no interior das assembleias gerais da categoria, buscando também nelas, como coletivo maior, respostas, soluções, conforme nos relata o pescador Juvenal Furtado Viana, Coordenador de Base da localidade Carapina, por exemplo, ao ressaltar o desenvolvimento das reuniões em sua comunidade para se discutir questões diversas em torno do coletivo de pescadores, como a pesca predatória, e o presidente atual da entidade, o senhor Fernandes Barra, ao descrever a estrutura organizativa da Colônia e o papel das Assembleias, das eleições e das coordenações de base:

Lá agente tem reunião de dois em dois meses [...]. A gente debate todas as questões que tem. Tem gente que faz pesca predatória. Às vezes a gente tem que chamar essas pessoas e na reunião a gente tá conversando com ele e colocando o que é melhor pro nosso futuro. A gente se preocupa em ter o nosso pescado pro futuro. Então de dois em dois meses a gente faz essa reunião. É pra isso.

A partir do momento em que assumimos a sua direção fizemos eleição. Nós começamos a nos organizar, mudar a gestão dela, fazendo de uma forma que os pescadores participem democraticamente das ações dela. Atualmente ela se encontra organizada, hoje nós temos um quadro de filiados de mais de quinze mil sócios que estão distribuídos em 80 coordenações de base que a gente chama assim [que] são onde os pescadores estão localizados, e podemos dizer, nós temos várias ilhas no nosso município e cada ilha tem uma coordenação, as quais têm muitos pescadores localizados, com isso há uma necessidade de haver pessoas coordenando, coordenadores ou

coordenadoras, e lá eles coordenam pescadores e pescadoras em determinadas localidades.

[Na Colônia] as decisões são feitas do seguinte modo. O órgão maior é a assembleia geral. Nós sempre fazemos reuniões de base, todo ano a gente visita todas as oitenta coordenações, sempre levando os problemas, os avanços que nós temos. Sempre a gente reúne, discute e senta junto pra nós deliberarmos as ações da nossa Colônia.

Assim, segundo palavras de Fernandes Barra, a Colônia Z-16 encontra-se estruturada de tal maneira que permite a presença de elementos de auto-organização dos sujeitos que a constituem, tanto os membros quanto a Executiva, possibilitando o envolvimento dos pescadores nas decisões, nas discussões de problemas e formas de resolvê-los, por meio de assembleias, reuniões de coordenações de base (como a expressa no depoimento acima do pescador Juvenal Furtado Viana), permitindo que *os pescadores participem democraticamente da gestão da Colônia*, o que implica reconhecer que elementos de uma gestão democrática materializam-se nesse universo representativo de classe, a saber: (i) eleição direta dos membros gestores e (ii) decisões colegiadas, realizadas nas Assembleias e nas reuniões de Coordenações de Base, conforme o Estatuto da Z-16.

Nesse sentido, de acordo com Pistrak (2000), a auto-organização (cuja base é *inculcar* o espírito coletivo nos sujeitos, de modo que pensem-ajam no desenvolvimento da massa, não no indivíduo isolado) deve conduzir os trabalhadores a experienciar diferentes momentos da estrutura organizativa que constroem, desde os cargos eletivos até as outras funções, de forma que “[...] cada membro possa administrar, quando seja necessário, e também obedecer e ficar nas fileiras quando seja preciso” (Ibidem, p. 205).

Então, trata-se de estabelecer rodízios nos órgãos colegiados, na direção da entidade, pois é importante preparar o coletivo para o exercício da administração, da coordenação, conduzindo o trabalhador para também poder se constituir quadro dirigente, como orienta Gramsci (2006), havendo essa preocupação na Z-16 com a formação de quadros dirigentes e com a renovação de suas fileiras nos órgãos colegiados e na direção, como destacaram Fernandes Barra e Eleonor Valente Filha, esta, após a morte de seu pai, ex-coordenador de base, fora escolhida para a função, como visto nesta seção.

Corroborando também a fala do pescador Ivan M. P. Neves para se destacar a participação coletiva na direção das organizações dos pescadores, quando ressalta que tanto na Colônia de Pescadores quanto na Cooperativa por eles criada prevalece o rodízio entre seus membros, no sentido de oportunizar que os sujeitos também possam experienciar o exercício de diferentes funções no interior das organizações:

[...] Dentro do nosso movimento, como é um movimento que é dos pescadores, é dos sócios, então é dividir as tarefas: se o camarada tá aqui na política, então ele assume a política e dê a instituição aqui pra outra pessoa assumir [...] Hoje ele tá aqui na política, amanhã tá outro; ele tá hoje aqui na cooperativa, amanhã tá outro; assim se divide a função aqui.

Não se pode desconsiderar, entretanto, que no seio da Z-16 não haja conflitos, posicionamentos distintos quanto à forma de gerir a entidade, implicando posturas ideológicas diferenciadas, o que não significa, contudo, quebra do princípio da rotatividade na gestão, mas já em meio a forte disputa eleitoral, embora o seu ex-presidente, Irácio Nunes, destaque que os conflitos sejam resolvidos internamente.

Existem divergências. Digamos assim: ela é uma instituição. Digamos que têm as divergências ideológicas: tem um que pensa em fazer desse jeito, tem outro que pensa fazer daquele, mas é até algum tempo. Essas divergências, elas foram sanadas dentro da discussão mesmo, digamos assim, interna.

Considerando a perspectiva de revezamento na gestão, conforme Pistrak (2000), destaque-se ainda que, nesse sentido, desde 1993, quando os pescadores assumiram a Z-16, a presidência da entidade veio apresentando rotatividade, por meio de um permanente envolvimento dos membros no interior da gestão. Inicialmente, por exemplo, a partir de 1994, esteve à frente da Colônia o pescador Juvenal Viana Teles, eleito após ter participado da entidade em 1993, ao lado de José Fernandes Barra, como membro de uma junta governativa com a incumbência de realizar eleições posteriormente, exercendo mandatos também em anos seguintes o senhor José Fernandes Barra, Irácio Nunes, dentre outros.

Em termos de saberes, podemos então refletir que os pescadores desenvolveram ao longo de seu processo histórico um conjunto de conhecimentos sobre organização do trabalho, voltados para a sua auto-organização de classe, implicando valores pautados no coletivo sobre o individual, na autonomia, na criatividade, no sentido de buscarem soluções diante dos problemas enfrentados no cotidiano de suas relações coletivas, na iniciativa pessoal.

Não obstante, as análises possibilitam também considerar que, no interior da vivência dos pescadores, estabelece-se uma relação dialética entre elementos de autogestão, como os evidenciados por meio dos Acordos de Pesca, e elementos de heterogestão, quando, por exemplo, observa-se a Colônia de Pescadores Z-16, enquanto executiva, definindo metas e conduzindo os processos de organização e atuação dos pescadores.

A autogestão, nessa conjuntura, ainda não se tornou marca maior na gestão desenvolvida pelos pescadores por meio da Z-16. Falta-lhes o desenvolvimento de ações para

além do previsto em marcos legais. Todavia, a presença de elementos da autogestão, como a preocupação social e de classe, a autonomia, a iniciativa pessoal e as atividades de massa, possibilita inferir que a heterogestão, entre eles, também se desenvolve permeada por esses elementos, à medida que buscam o envolvimento coletivo nas discussões, por meio das Comunidades de Base com seus representantes, e através da feição pessoal que vão dando aos Acordos de Pesca¹³⁰ por eles produzidos, colocando, nesse contexto, seus saberes sobre preservação,¹³¹ e buscando também envolver o coletivo de pescadores nesse projeto preservacionista.¹³²

5.1.3 Saberes e processos de mercantilização na gestão: o empreendedorismo

Por outro lado, face à presença de elementos de um modelo de gestão participativa observado na seção anterior,¹³³ têm-se desenvolvido entre os pescadores também formas de gestão pautadas no modelo gerencial, embasadas pelo neoliberalismo e pelo modelo de acumulação flexível (cf. GURGEL, 2003), diferindo das suas práticas tradicionais de organização de suas atividades, que primam pelo envolvimento coletivo de pescadores no cotidiano da pesca, deles extraíndo a cooperação como elemento importante para se socializar a produção, bem como formas de aprendizado que têm corroborado um processo de consciência de classe para si, à medida que lhes oportunizam o reconhecer-se enquanto grupo com formas diferenciadas de organizar e socializar o trabalho.

Esse modelo gerencial tem se consubstanciado na materialização da máxima do capitalismo exposta por Marx e Engels (2007), no sentido de que esse modo de produção em

¹³⁰ Os Acordos de Pesca são iniciativas “[...] buscadas pelos pescadores [...]” para a “[...] conservação dos recursos pesqueiros e florestais [...]”, refletindo “[...] a preocupação com a escassez do pescado e as futuras condições de sobrevivência das famílias” (MMA, 2006, p. 7).

¹³¹ No Acordo de Pesca desenvolvido pela Comunidade do Rio Jorocazinho (MMA, 2006), em Cameté, os pescadores definiram não ser permitido corte de aturiá (arvoredo próximo da beira dos rios) na área preservada, tampouco bater a água com vara na beira do rio. Trata-se de um conhecimento tácito de que a retirada de aturiás e a batida d’água na beira do rio *espantam* os peixes que ali estão reproduzindo-se; além disso, esses espaços se constituem poços de habitação dos peixes. Note-se que os pescadores usam de sua autonomia para definir o conteúdo do acordo de pesca, mas o fazem a partir do já previsto legalmente, a possibilidade de o acordo ser elaborado.

¹³² Na seção 4.4, do Capítulo IV, mostraremos que esses Acordos de Pesca foram assumidos pelos pescadores como forma também de garantirem a possibilidade do Seguro-defeso, de modo a terem condições de sobrevivência diante dos efeitos destrutivos da construção da Hidrelétrica de Tucuruí, como a escassez de pescador e conseqüente diminuição de renda pelo ofício de pescador.

¹³³ No interior do modelo de produção flexível, a gestão participativa tem implicado em absorver os saberes dos trabalhadores, como elementos para propugnar mais ainda a extração da mais-valia. Não se trata, assim, de uma participação que resulte na organização dos trabalhadores, participativamente, para lutarem por seus interesses, senão como sujeitos mais ainda reconfigurados à lógica do capital, sobre o pretexto ideológico de se constituírem partícipes da gestão das empresas.

seu processo de mundialização vai revolucionando todas as formas de existência e fazendo os trabalhadores assumirem os modos de vida preconizados por aquele, como se eles próprios os tivessem gerado. Nas palavras de Marx & Engels (2007, p. 78, grifos nossos),

As ideias [Gedanken] da classe dominante são, em todas as épocas, as ideias dominantes; ou seja, a classe que é a força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força espiritual dominante. A classe que dispõe dos meios de produção material dispõe também dos meios de produção espiritual, o que faz com que sejam a ela submetidas, ao mesmo tempo, as ideias daqueles que não possuem os meios de produção espiritual. As ideias dominantes, são, pois, nada mais que a expressão ideal das relações materiais dominantes, são essas as relações materiais dominantes sob a forma de ideias; são, portanto, a manifestação das relações que transformam uma classe em classe dominante; são dessa forma, as ideias de dominação. *Os indivíduos que formam a classe dominante possuem, entre outras coisas, também uma consciência e, por conseguinte, pensam; uma vez que dominam com classe e determinam todo o âmbito de um tempo histórico, é evidente que o façam em toda sua amplitude e, como consequência, também dominem como pensadores, como produtores de ideias, que controlem a produção e a distribuição das ideias de sua época, e que suas ideias sejam, por conseguinte, as ideias dominantes de um tempo.*

É nessa perspectiva que tomamos o modelo de gestão pautado no gerencialismo, conforme Gurgel (2003, p. 29), fomentando-se o *empreendedorismo*, o *livre comércio*¹³⁴ entre os homens, a inversão da lógica de exploração ao preceituar estrategicamente “[...] a ideia de igualdade e autonomia dos trabalhadores [...]”, de modo que a pobreza passaria a ser justificada pela falta de iniciativa pessoal, de envolvimento *empreendedor* com a geração de negócios, impondo a competição financeira como *mola mestra* para o sucesso. Nas palavras de Gurgel (2003, p. 144-145), trata-se de uma lógica em que a

[...] desigualdade é um dado positivo de estímulo e fator de crescimento individual. Que o mundo sempre se tornará melhor para os melhores e que não há tempo no turbocapitalismo para pensar nos que não conseguiram ser melhores, *word class*. Que é possível todos os homens possuir... Enfim um renovado *espírito do capitalismo*, com suas consignas seculares.

É nessa perspectiva que se podem entender as palavras do pescador Jorge de Cardoso dos Santos, ao destacar que a situação de pobreza em que muitos pescadores se encontram resulta da falta de iniciativa pessoal, no sentido de buscarem outro empreendimento, gerenciando projetos para além da pesca. Para esse pescador, quando não dá para se obter produtividade por um lado, deve-se buscar por outros meios, de modo que muitos pescadores passam dificuldade porque não seguem essa máxima. Trata-se de uma

¹³⁴ De livre, o comércio nunca fora, porque eivado de orientações de interesse do capital, voltadas para a sempre acumulação da riqueza e socialização da pobreza. O termo se colocou para legitimar uma oposição às ações do Estado regularizando o comércio, buscando-se com isso uma regularização ainda mais atada aos interesses do capital.

lógica que dispõe sobre o sujeito a culpabilidade pelos problemas econômico-sociais por ele enfrentadas, descaracterizando-se as molas mestras de um sistema sociometabólico voltado para a exploração.

Bom, isso que agente ainda não entendeu ainda; porque as pessoas dizem que quando sai o seguro melhora muito a vida das pessoas, e quando termina, eles ficam numa pior. Como é que pode melhorar pra eles? *Porque eles não querem procurar um meio pra eles fazerem [outra coisa]; eu digo que todo tempo pra mim tá bom: que quando eu vejo que cai uma produção do meu trabalho, eu procuro fazer outra [coisa]* (Grifo nosso).

Trata-se de um processo de apropriação da história, naturalizando as relações de produção e de exploração humana, conduzindo os homens a tomarem como “geniais” formas repaginadas e camufladas pelo capital para continuar mantendo-se na extração da mais-valia. O modelo de gestão gerencialista nada mais é, então, que uma renovação do *espírito do capitalismo, reencarnando-se* valores como “[...] individualismo, competição, igualdade de oportunidades, livre iniciativa e outras proposições [...]” tão ao gosto do liberalismo econômico (GURGEL, 2007, p. 26).

Esses valores não deixam de estar presentes nas representações econômicas dos pescadores. Em entrevista com o pescador Irácio Nunes de Freitas, foi-nos destacado,¹³⁵ por exemplo, que sua perspectiva, enquanto membro da Z-16, é a de os pescadores viabilizarem um supermercado funcionando tal qual uma cantina, de modo que se possa vender barato para os sujeitos que vivem da pesca. Isso evidencia que, paulatinamente, os valores do modelo de gestão gerencial passam a invadir a dinâmica desses trabalhadores, pautando-lhes a livre iniciativa comercial, como possibilidade de mudança da realidade socioeconômica, e atenuando-se a capacidade de organização política que transcenda os interesses imediatos da existência. Nessa perspectiva, trata-se de lutas pontuais sobrepondo-se a lutas antissistêmicas, deixando-se de contestar os pilares do capital e, conseqüentemente, de se fomentar uma sociedade para além do capital, como preconiza Mészáros (2002).

Esse modelo de gestão, em termos de processo de construção histórica, fora redesenhado pelo mercado em substituição à gestão implementada pelo *Welfare State* e ao sistema burocrático de organização e gerência, por entender-se que a perspectiva *keynesiana-fordista* de um Estado forte, “[...] regulando o emprego e o consumo, constituindo-se em grande investidor, comprador e empregador [...]” (GURGEL, 2007, p. 100), já não possibilitava a sempre expansão do capital.

¹³⁵ Anotação de campo.

Com as crises do capital vivenciadas a partir dos anos 1970, foram se forjando condições para que o modelo *keynesiano-fordista* de Estado fosse *solapado*, prejudicando a capacidade de investimento e implicando perdas salariais para os trabalhadores, quer de forma direta, por meio do salário recebido em decorrência da venda da força de trabalho, quer de forma indireta, expresso em investimentos na “[...] saúde, na educação, no transporte, na habitação públicos [...]” (GURGEL, 2007, p. 122). Na perspectiva de Gurgel (2007), o Estado passou a ser culpabilizado pelos problemas sociais, subsumindo-se nessa história a *mão invisível do capital*, que buscava novas formas para se remodelar diante da própria crise por ele criada.

É nesse contexto que o Estado vai se redesenhar, a fim de atender à necessidade de expansão do capital, por meio do que se convencionou chamar de globalização, dando-se início a

[...] uma vasta desregulamentação dos mercados nacionais, suspensão das barreiras alfandegárias, redução da presença econômica do estado, unificação (com desregulamentação) das legislações, inclusive trabalhistas, sob o pretexto de integração, combate à inflação e busca do crescimento com estabilidade do sistema (GURGEL, 2007, p. 122).

E essa globalização, a fim de expandir cada vez mais os interesses do capital, foi instituindo o “[...] modelo macroeconômico da sociedade contemporâneo [...]”, o *neoliberalismo* (Ibidem, p. 123), impondo o livre-comércio, a livre circulação do capital, uma nova forma de organização — a administração flexível, tendo na gestão gerencialista sua expressão e conteúdo, no sentido de intervir nas relações entre trabalho e capital para se implementar, cada vez mais, a “[...] superacumulação como um dado estratégico positivo [...]” a ser alcançado.

Do ponto de vista da gestão, tratou-se, então, de se *customizar* e flexibilizar a produção, terceirizando-a, individualizando-a, em lugar da produção em massa proposta pelo modelo *fordista*. Em termos de tecnologias de gestão, a globalização e sua *consciência* determinante da materialidade produtiva, o neoliberalismo, criaram a administração flexível, corporificada nas ações de multifuncionalidade do trabalhador, na gerência participativa, na organização holística, na teoria da qualidade total, implicando “[...] importantes economias de custo no plano do controle do trabalho e dos incentivos de produção [...]” (Ibidem, p. 132) e, por conseguinte, aumento do processo de acumulação. Todavia, “[...] ampliou o exército de reserva, desempregando em massa, pressionou os salários para baixo e integrou os trabalhadores à empresa, em aparente servidão voluntária [...]”, como destaca Gurgel (2007, p. 132-133). E, ainda, no dizer desse autor:

A administração flexível reduziu a renda dos estratos mais baixos, diminuiu a oferta de emprego, intensificou a exploração do trabalho e vem suprimindo, com apoio das reformas do Estado, as práticas de proteção do trabalho e outras práticas sociais remanescentes do *Welfare* (GURGEL, 2007, p. 134)

Do ponto de vista ideológico, analisa Gurgel (2007), a administração flexível com suas tecnologias de gestão gerencialistas intensificou a defesa de valores

[...] que fazem parte do *éden* capitalista, tais como o individualismo, a saudável e promissora ambição do homem, a finalidade natural da empresa de propiciar lucro ao seu dono, a viabilidade de sucesso para todos na ordem capitalista e o contraste do inevitável insucesso dos empreendimentos coletivos (Ibidem, p. 139-140).

Nessa ótica, o trabalhador foi levado a assumir uma nova postura, a de empreendedor, dono do seu próprio negócio, bem como a desenvolver uma *multifuncionalidade* no trabalho, tornando-se não mais funcionário, mas *colaborador* na empresa, participando, dando opiniões, contribuindo para o sucesso do local onde trabalha. E esse sujeito empreendedor foi dando origem à terceirização do trabalho, à subcontratação de pequenos negócios familiares, artesanais, como se esse estado de coisa rompesse com a lógica de exploração do trabalhador e com a extração da mais-valia pelo capital.

Com relação aos pescadores, no interior dessa lógica, eles foram reorganizando seus saberes, assumindo posturas empreendedoras, atenuando-se as lutas políticas para além do capital, buscando, isto sim, o fomento do desenvolvimentismo pessoal, ainda mesclado com elementos de uma autogestão, ao continuarem impondo a necessidade de envolverem todos os pescadores na socialização dos resultados da produção, numa relação um tanto contraditória, já que a lógica gerencial não prevê o coletivo, senão o fomento de desenvolvimento pessoal, somando-se para que o esse coletivo seja, no final das contas, beneficiado em sua totalidade. Em termos dialéticos, trata-se de uma inversão de ordem para se fortalecer o individual sobre o social, como se a mudança societária fosse resultado do sucesso pessoal, não do coletivo, ou da organização das massas enquanto classes sociais antagônicas.

É nesse contexto, todavia, que analisamos duas experiências de gestão no interior da organização de pescadores artesanais de Cameté, a Z-16: a política de criação de peixes e o cooperativismo.

5.1.3.1 A gestão de criação de peixes

Quanto à política de fomento à criação de peixes em tanques ou em represamento de pequenas partes dos rios, a Colônia de Pescadores vem dando assessoria técnica, bem como conduzindo os pescadores a produzi-los a partir do regime de mutirão, embora haja casos de contratação pessoal para o desenvolvimento de tal tarefa.

FOTO 03: CRIAÇÃO DE TAMBAQUIS EM TANQUE PELOS PESCADORES, NO INTERIOR DAS ILHAS.



Fonte: Arquivo da Colônia Z-16.

Não se trata de um processo destinado ao coletivo de pescadores, no sentido de pertencer a uma comunidade em sua totalidade, embora, no seu processo inicial de fomento, a ideia e a prática realizadas pela Colônia eram de que a comunidade como um todo construísse os espaços de criação e socializasse a produção entre todos os envolvidos da localidade. Atualmente, no interior de uma localidade, vários pescadores podem ter cada um seu tanque, sua criação, estando a produção a serviço de suas necessidades. Acaba-se partindo do pressuposto de que sucessos individuais culminarão para um somatório de sucessos que, no final das contas, resultarão em um desenvolvimento coletivo, porque diminuídas estarão as desigualdades individuais.

Não deixam de serem essas as razões que orientam o pescador Ivan Maria Pereira Neves ao salientar a necessidade de os pescadores terem outras formas de geração de renda, de modo que o sucesso familiar estará garantido, mesmo diante de crises econômicas mundiais, por exemplo, se houver a perspectiva de investimento pessoal na criação de peixes. Por essa lógica, cada família com seu sistema de criação de peixe estará isenta dos efeitos negativos do modelo econômico mundial pautado no capitalismo, pois cada uma terá sua própria fonte de renda que, no final, implicará o sucesso de todas em termos de sobrevivência.

Hoje na nossa região, devido à barragem e à população que cresceu muito na nossa região, o nosso pescado tá um pouco assim escasso, sabe, não é que ele não tenha; tá escasso. Aí, quer dizer, muitas vezes é uma família constituída por cinco ou seis pessoas, ela não tem condições de se manter só da pesca, o cara, às vezes, pode ir lá, na pesca, e não conseguir a captura do peixe, então se ele tiver o poço dele com a criação, quando ele chegar e não ter o peixe pra ele, não pegou peixe, mas ele tem lá no poço que dá pra ele tirar e comer um dia e no outro dia ele já vai no mar, já adquiriu. Então ele já poupou ali o peixe no poço. Foi por conta disso que foi investido nessa questão desses projetos. Aí vem a questão da criação do peixe, vem a criação a questão do palmito e a questão do gelo que exatamente vai ajudar a família, ela vai puxar de cada lado, ele vai trabalhar puxando um bocadinho, ela sobrevive porque ela [tem outra fonte de renda].

Nessa perspectiva, acaba-se incorporando elementos do modelo de gestão gerencial, no sentido de se perder de vista o desenvolvimento do bloco social como um todo. Com essa produção individual-familiar, promove-se o sucesso como investimento pessoal, fruto de sujeitos empreendedores.

Note-se, assim, que o capital vai rompendo barreiras, impondo seus modos de sociabilidade, imiscuindo-se “[...] em toda a parte [...], instalando-se “[...] em toda a parte [...]”, criando “[...] relações em toda a parte” (MARX & ENGELS, 2006, p. 29), subsumindo as relações de trabalho entre os pescadores à lógica do mercado, promovendo o indivíduo sobre o coletivo, principalmente quando consideramos que suas práticas de trabalho tradicionais eram geridas pelo sistema de parcerias, quando os pescadores socializavam seus instrumentos de trabalho, suas forças, a fim de capturar os peixes e dividir a produção conforme o envolvimento de cada um no processo, tal como descreve Mello (1985, p. 60):

A “parceria” é uma forma de relação social de trabalho em que o produto é distribuído pelos trabalhadores proporcionalmente à contribuição que cada um deu para que aquele montante pudesse vir a ser produzido. Assim, por exemplo, tradicionalmente 50% do pescador, deduzidas as despesas, pertenceriam aos donos do barco e da rede e os outros 50% seriam repartidos de maneira igualitária por todos os pescadores que participaram da pescaria, incluindo os donos dos meios de produção que, no caso, também trabalham.

Não se tratava, nesse sistema de parceria, de uma relação entre proprietários dos meios de produção e pescadores, como já observara Mello (1985), até porque o proprietário de uma rede de pesca, por exemplo, constituía-se presente no processo de captura, tampouco havia o assalariamento do pescador, muito menos um regime de cumprimento de produção, de tempo de trabalho. O tempo era o necessário para se capturar o que poderia ser dividido entre os partícipes do trabalho. No demais, a produção era socializada “[...] de acordo com as necessidades de cada um e não por imposição de regras ditadas pelos proprietários dos instrumentos de pesca” (MELLO, 1985, p. 61).

Do ponto de vista histórico, essa política de produção nasceu em decorrência dos efeitos negativos para os pescadores com a construção da Hidrelétrica de Tucuruí, provocando a diminuição do pescado e, em não raros casos, o extermínio de algumas espécies de peixes. Diante dessa realidade, os pescadores encontraram nessa criação uma forma de garantirem a sobrevivência. Note-se, ainda, que o sistema de criação de peixes nasceu também com o objetivo de propiciar condições para que os pescadores tivessem recursos para sua sustentabilidade no período de defeso, quando são impedidos de extrair peixes dos rios, pois, do contrário, perdem o seguro que o Ministério da Pesca lhes repassa.

Dessa maneira, a piscicultura não surgiu entre os pescadores artesanais de Cametá com uma necessidade de aumento de produção para uma pesca industrial, como observara Mello (1985) em seus estudos sobre tecnologias pesqueiras em sua interface com o sociometabolismo do capital, tampouco para suprir os rios de espécies já em extinção, uma vez que a produção dos pescadores em Cametá vem resultando tão somente da criação do *tambaqui* e do *tambacu*, este último como resultado de melhoramento genético, oriundo do cruzamento de dois peixes, o *tambaqui* e o *pacu*, constituindo-se nas duas espécies que se tem conseguido criar em cativeiro.

Por outro lado, há de se considerar que não se trata de um sistema produtivo que nasceu para ampliar a renda dos pescadores, senão para dar conta de suprir-lhes a existência em decorrência dos efeitos negativos da construção da Hidrelétrica de Tucuruí, como destaca o pescador Ivan Maria Pereira Neves: “[...] nosso pescador não sobrevive mais só da pesca; ele sobrevive da criação do peixe”. Ou seja, o modo de produção capitalista lhes impôs uma realidade de dupla face, ao instituir a Hidrelétrica: destruiu-lhe a produção pesqueira e os forçou a assumir uma nova forma de trabalho, o sujeito produtor de pescado, já que antes se constituía como extrativista dos recursos pesqueiros existentes na região.

Dessa maneira, os pescadores passaram a se ajustar às implicações do modo de produção capitalista, redesenhando suas existências, implicando a necessidade de construir novas formas de sociabilidade e de saberes delas decorrentes. Se, antes, a rotina da vida é normatizada pelo fluxo das marés, pela busca dos locais de maior concentração de peixes, agora o que a determina é a limpeza dos tanques de criação, a colocação de ração para os peixes, o cercar a área, a fim de evitar a entrada de peixes predadores, caso as águas do rio se sobreponham às do tanque.

Essa realidade implicou, então, o domínio de saberes técnicos por parte dos pescadores, mas numa situação de aprendizagem diferenciada daquela que sempre desenvolveram, fincada na tradição oral dos conhecimentos pesqueiros, na vivência de aprendizagem no fazer-fazendo da pesca, conforme Melo (1985, p. 106):

Pode-se afirmar que o conhecimento que o pescador adquire é resultante da soma de dois processos: 1º) uma iniciação educacional teórico-psicológica sobre a vida do mar e os segredos do ofício, que é transmitida oralmente ao aprendiz seja pelo pai, seja por um parente qualquer ou amigo já tarimbado na “profissão”; 2º) acumulação de experiências práticas que só podem ser obtidas na participação direta em várias pescarias.

Em outras palavras, esses saberes dos pescadores resultaram de um *trabalho acumulado* de inúmeros sujeitos, no interior da Amazônia, “[...] cujas características e conteúdo remontam à tradição deixada pelos indígenas nativos, com suas técnicas e métodos próprios, passando pelas inovações trazidas pelos portugueses [...]” (Ibidem, p. 106). Trata-se, então, de saberes que resultaram de uma relação dialética do homem com a natureza e com outros homens, por meio do trabalho, assumindo este último o valor de uso, haja vista que os produtos obtidos não se destinavam ao mercado, senão à garantia da subsistência familiar, comunitária. Em havendo excedente, estabelecia-se a troca, mas sem a pressuposição de um padrão, personificação do capital sobre o pescador, a lhe definir o tempo de trabalho e o salário, tampouco com o domínio dos meios de produção.

Agora, com a necessidade de se tornar produtor de peixes, surge um saber técnico oriundo de uma educação profissional, pautada no desenvolvimento científico, no conhecimento sobre tipos de ração, sobre a natureza dos alevinos, termo de uso não corrente entre esses sujeitos, dado estes a nomearem peixes pequenos pelos termos *gititito*, *piquichito*, por exemplo.

Está-se diante, então, de um processo de requalificação do trabalho dos pescadores artesanais em Cameté. Com o empreendimento da criação de peixes em tanques ou em represamento de partes dos rios, os pescadores passaram a se constituir como sujeitos

desqualificados em termos de saberes, necessitando de curso de formação, que vêm sendo ministrados pela Colônia, como destaca o pescador Jorge de Cardoso dos Santos: “O primeiro cativo que nós trabalhamos nós acompanhamos um técnico lá, aí nós aprendemos um pouco”. Porém, na perspectiva de suas materialidades históricas alicerçadas na tradição, encontram-se qualificados, sabendo pescar, medir a ação das marés, produzir tecnologias de captura, etc.

Dialeticamente, entretanto, não se pode perder de vista que os pescadores não estabelecem *links* entre os conhecimentos decorrentes da pesca artesanal que realizam há tempos com a pesca que, por esse empreendimento, ganha ares de uma pequena indústria, pressupondo: o capital para montagem dos tanques, a comercialização do produto, os meios para manter a produção, antes fornecida exclusivamente pela natureza, e uma forma de saber, não raro o oriundo do meio acadêmico, resultante de pesquisa.

Além do mais, essa necessidade de uma formação continuada, no tocante a domínio de outros saberes para os pescadores que adentram o empreendimento da criação de peixes, vem revelando o antagonismo entre a Colônia de Pescadores e o Poder Público local, que se isenta de assessorar os pescadores. Essa isenção pode estar resultando de um processo de acirramento político entre os governos de direita, que têm assumido a gestão pública municipal, e os pescadores, membros da Z-16, a qual é vista, pelo poder público, como reduto de homens e mulheres ligados ao PT que, nos últimos anos, vem se constituindo oposição a famílias que se revezam no poder público do município de Cameté, como os Peres, os Valente, os Pompeu.¹³⁶

Ainda no tocante à perspectiva de pequena indústria que a criação de peixes vai assumindo, há de se considerar a redefinição do trabalho no interior de vida dos pescadores. Se, antes, esse trabalho constituía-se com valor de uso, agora passa a se constituir com valor de troca. Não se trata de produzir tão somente para a subsistência, mas para garantir o acesso a outras produções materiais, resultantes da mundialização do modo de produção capitalista, como televisão, geladeira, barcos a motor, etc., o que implica uma maior intensificação da produção e do domínio de tecnologias que possibilitem o produto, sempre à disposição para venda, independente de piracema, defeso, etc.

¹³⁶ O senhor Gerson dos Santos Peres está no exercício de mandatos desde a década de cinquenta do século passado, já tendo exercido o cargo de Vice-Governador do Estado, Deputado Federal (vários mandatos), Secretário de Promoção Social do Estado do Pará, além de Diretor do SENAI na região, definindo prefeitos no âmbito regional, como o senhor Waldoly Filgueira Valente, que já atuou em três mandatos no município, além de Deputado Estadual. O senhor Benedito Pompeu, ligado ao Senador Jader Barbalho, vem atuando como empresário local, além de vice-prefeito.

Sobre esse processo de o pescador artesanal sair de uma produção com valor de uso para outra com valor de troca, Mello (1985, p. 47) ressalta que a intensificação de processos de urbanização em cidades próximas a comunidades pesqueiras, com a introdução do comércio de artigos manufaturados, foi imprimindo nos pescadores outras necessidades para além da subsistência, contribuindo diretamente, “[...] pela modificação dos costumes tradicionais e aculturação de um estilo de vida urbano, à passagem de uma produção do pescado como valor de uso [...]” para uma produção com valor de troca.

Outro dado importante é que, a partir desse sistema de criação, o pescador passou a se constituir como um pequeno empreendedor, dono do seu próprio negócio, podendo dele garantir a existência, mesmo em face de um rio empobrecido, produtivamente, pela Hidrelétrica de Tucuruí.

Além disso, esse sistema de geração de renda também vem impactando o caráter de ajuda mútua que normatizava a relação entre os pescadores, à medida que se materializa não como ação para toda comunidade ou como negócio de todos, mas sim como projeto de quem pode arcar com os meios e instrumentos de produção, embora a Colônia busque auxiliar tecnicamente a todos que necessitem. Nessa perspectiva, trata-se de se incentivar o desenvolvimento do individualismo face ao coletivismo e da propriedade privada, à socialização da produção.

Nesse sentido, o trabalho do pescador vai se subsumindo mais ainda diante das determinações do capital, perdendo a perspectiva de valor de uso e assumindo, cada vez mais, a determinação de valor de troca. Logo, trata-se de uma situação cíclica que lhe impõe a intensificação e a remodelagem do trabalho. Ou seja, diante de um Estado fragilizado pelos imperativos da globalização e por suas políticas neoliberais que lhe atingem a remuneração indireta de que nos relatou Gurgel (2007), os pescadores vão tendo que produzir não somente para comer, mas também para gerar renda para educar seus filhos, garantir os remédios necessários aos problemas de saúde, por exemplo, porque estão desassistidos pelo Estado.

Por outro lado, considerando os saberes sociais como instrumentos que possibilitam uma consciência de classe para si entre os pescadores, possibilitando-lhes a organização política em defesa de seus interesses de classe, a questão que se coloca é em que medida esse sistema de criação de peixes vem lhes oportunizando ou não essa consciência.

Em primeiro lugar, há de se considerar que esse empreendedorismo não significou que os pescadores perderam a perspectiva das forças motrizes que lhes afligiram a realidade sociocultural, impondo-lhes modos de vida contrários aos tradicionais. Continuam, numa

perspectiva de classe, reconhecendo a necessidade de o capital, presentificado na figura da Hidrelétrica de Tucuruí, garantir-lhes condições dignas de vida, em decorrência dos resultados negativos sobre suas vidas por ela desencadeados.

Por outro lado, ainda buscam imprimir no empreendimento elementos de sociabilidade coletiva adquirida em seus processos históricos de formação como pescadores, tais como o sistema de parceria. Em comunicação pessoal, o presidente da Z-16, o senhor José Fernandes Barra, ressaltou que, no início dos projetos de criação de peixes, o objetivo era a comunidade, em seu sentido totalizante, produzir os tanques e criar os peixes, sendo a produção socializada entre as famílias. Entretanto, ressaltou ainda o presidente da entidade, ao longo dos anos, os pescadores, mesmo assumindo o sistema de criação individual, na perspectiva de *empoderamento econômico* de cada família de pescadores, não perderam a perspectiva de auxílio mútuo, no sentido de as famílias ajudarem na feitura de tanques, de modo que, em outro momento, pudessem contar com ajuda semelhante no gerenciamento de seu empreendimento. Ou seja, esse saber relacional, no sentido de perceber o outro como *companheiro*, pescador, não se perdeu, constituindo-se elemento importante para o fortalecimento de classe, de pertencimento a um coletivo com interesses semelhantes, para o que a sensibilidade para o outro gera uma coesão necessária aos encontros políticos.

Note-se, ainda, que o empreendimento dos pescadores não transforma outros pescadores em proletários, a partir do seu assalariamento, no sentido de se extrair mais-valia; mesmo porque a produção individual familiar tem como força de trabalho os braços e as pernas de seus membros, e suas formas de sociabilidade mesclam-se, assim, com os ditames de um empreendedorismo em sua fase inicial entre os pescadores, constituindo-se uma necessidade de sobrevivência, como geralmente atua o capital, ou seja, por meio da “boca” vai se infiltrando, porque há necessidades imediatas de existência que o trabalhador precisa dar conta.

5.1.3.2 A dialética do cooperativismo e os saberes dos pescadores

O cooperativismo, entendido como a criação de *sociedades cooperativas* entre os pescadores, a fim de oportunizar a captação de recursos junto a organismos estatais e *gerenciar a produção agrícola, pesqueira e extrativista* desses trabalhadores (COOPERATIVA..., 2008), por meio do Ministério da Pesca e do IBAMA, por exemplo, vem sendo incentivado no interior da Colônia Z-16.

Trata-se, contudo, de uma concepção de cooperativismo pautada no modelo gerencial que atrela os trabalhadores ao Estado, para dele extraírem recursos para sobreviver. Com isso, possibilita-se ao capitalismo a manutenção da ordem, necessária para seu processo de expropriação da riqueza, face o crescente desemprego estruturante por ele viabilizado. Não se configura um cooperativismo de resistência, de que nos fala Novaes (2002), formado “[...] no calor da luta dos trabalhadores [...]”, prefigurando “[...] alguns dos elementos do que seria uma forma superior de produção, baseada no trabalho coletivo, com sentido social, em que há possibilidades de superação da autoalienação do trabalho”.

Segundo o ex-presidente da Z-16, o senhor Irácio Nunes, as cooperativas vêm sendo organizadas como estratégia econômica de *empoderamento* dos pescadores, no sentido de lhes garantir formas outras de produção para além do pescado, haja vista a diminuição de peixes na região com o advento da barragem de Tucuruí:

Quando nós lutamos para ganhar a Colônia, digamos assim, aí na época era pescador aqui em Cametá, ele não tinha certo reconhecimento. Então começou a organização da Igreja e o D. José Elias, ele criou a Pastoral da Pesca aqui. Aquilo fez despertar no movimento a necessidade de se ter essa ferramenta, que é a Colônia. Então quando nós conseguimos é pra gente ganhar a Colônia, claro, tinha que [...] nós precisávamos retomar ou tomar a Colônia, é pra ela ser uma ferramenta, um instrumento para o pescador. *Então, e dentro do nosso objetivo estão todas essas coisas: organizar os pescadores pra eles terem o direito no benefício deles, benefícios sociais, mas também pra colocar outras coisas;* e aí é que foi que a gente foi começando a montar esse trabalho, digamos assim, primeiro nós conseguimos um projeto que era o PDA, que era projeto, digamos assim, piloto, pra que pudesse trabalhar a preservação, pra que a gente pudesse trabalhar o manejo dos açais, pra que a gente pudesse trabalhar a questão, de início era isso, da piscicultura também. Aí depois a gente fez a complementação, porque, justamente, porque é hoje é muito difícil o ribeirinho sobreviver só da pesca, por conta da escassez do pescado. (Grifo nosso).

Por outro lado, ainda segundo Irácio Nunes, do ponto de vista político, as cooperativas vêm assumindo também a perspectiva de fortalecimento da entidade Z-16, como organismo de representação de classe que não somente “organiza os pescadores para que recebam os benefícios sociais”, mas também que busca “colocar outras coisas para os pescadores”, como a possibilidade de projetos que lhes oportunizem geração de renda, a partir dos recursos naturais existentes nas localidades onde moram os pescadores, como mel, açaí, além da piscicultura e da construção de fábricas de gelo, necessárias para estocagem e preservação do pescado.

Nessa perspectiva, a COOPAC consubstancia-se na materialidade de “outras coisas” promovidas pela Z-16 para beneficiar os pescadores. Nesse sentido, a Colônia

apropria-se desse saber sobre gestão de negócios — o empreendedorismo por meio da cooperativa —, para se colocar diante dos pescadores como uma organização que *empreende* ações voltadas para a melhoria da qualidade de vida deles mesmos.

Todavia, há de se considerar que, ao desenvolver políticas dessa natureza, a Z-16 acaba por reforçar o caráter excludente do modo de produção capitalista, uma vez que a lógica das cooperativas, no cenário atual, pressupõe recursos individuais em detrimento da participação coletiva, quer no trabalho quer na demanda de recursos, como se pode inferir no Art. 17 do Estatuto da COOPAC,¹³⁷ quanto à necessidade de o cooperante destinar quotas-partes para se constituir membro dessa cooperativa: “O número de quotas-partes do capital social a ser subscrito pelo cooperante, por ocasião de sua admissão não poderá ser inferior a 3 (três) quotas partes ou superior a 1/3 do capital total da COOPAC”, fato também reforçado pelo pescador Ivan M. P. Neves:

A Cooperativa, ela é um pouco diferente, porque [...] quando se fala em cooperativa já se sabe que tem que o nome dela já vem de início de cooperação; então você só pode ser sócio da cooperativa se você ter uma cooperação; é diferente da Colônia: a Colônia você se filia e fica pagando mensalidade; e a cooperativa não, você deve entrar com sua cota; então já passa você a ser sócio da cooperativa, quando você não paga sua cota você não é sócio da cooperativa.

Além dessa questão, considere-se também que, ao se *empoderar* por meio da implementação das cooperativas, a Colônia pode estar permitindo uma intensificação do trabalho de natureza abstrata entre os pescadores, haja vista que já não se estará produzindo como valor de uso, mas como valor de troca, estando, conseqüentemente, o trabalhador subsumido na sua produção, ou seja, ele se torna mercadoria de si próprio, no sentido de ter de cumprir prazos de entrega de produção, venda de sua força entranhada na *mercadoria* que repassa à cooperativa para a comercialização.

Ainda segundo Irácio Nunes, a captação de recursos para a geração de renda, por meio dessas associações, possibilitou no cenário municipal uma reconfiguração na imagem pública dos pescadores, no sentido de o comércio tê-los agora como sujeitos com capital de giro, fruto dos projetos, a impulsionar a economia local. No dizer do pescador: “Quando nós lutamos para ganhar a Colônia, digamos assim, aí na época era pescador aqui em Cametá, ele não tinha certo reconhecimento”.

Note-se, nesse sentido, a percepção do pescador de que o estigma social a que a classe vem sendo submetida no município decorria, e decorre, não de questões de ordem

¹³⁷ Em anexo, o *Estatuto Social da Cooperativa de Empreendimentos Autogestora de Cametá – COOPAC*.

cultural, mas sim a partir do fator econômico, que acabava por imprimir mais que *ranhuras* nos capitais simbólicos desses trabalhadores, isto é, em sua linguagem e em seus comportamentos sociais, sendo, dessa forma, ridicularizados pelo ambiente urbano, como quando de processos eleitorais em que pescadores, disputando cargos eletivos no município, foram taxados de *gente do sítio, sem conhecimento e sem inteligência*.

Entretanto, tal situação, longe de ser positiva, é denunciadora de como o sujeito pescador vem sendo *objetalizado* no cenário atual, constituindo-se mercadoria que, no mercado que envolve o meio social, fetichiza-se, assumindo valor de troca. Logo, seus capitais simbólicos, dentre os quais a sua própria humanização, passam a ser reconhecidos não pela capacidade das relações humanizadoras que possam gerar, mas pelo que podem oportunizar de lucro nas relações societárias. No dizer de Marx (2008a, p. 94): “Uma relação social definida, estabelecida entre os homens, assume a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas”.

A questão, como salientava Marx (2008a), decorre do fato de a superestrutura, que inclui os capitais simbólicos e culturais, ser definida pelo fator econômico, de modo que a captação de recursos financeiros pelos pescadores foi-lhes oportunizando também outro reconhecimento pela urbanidade do município, ultrapassando a perspectiva do “atraso e acomodamento”¹³⁸ para a perspectiva do “empreendedor”.

Historicamente, a COOPAC foi aprovada em Assembleia Geral em 23 de abril de 2008, a partir de filiados da Z-16, tendo registrado seu Estatuto em 12 de junho de 2009. Nas palavras do pescador Ivan Maria Pereira Neves,¹³⁹ essa Cooperativa “[...] é ligada à Z-16. Na verdade ela foi criada, a cooperativa, pra gerir os empreendimentos que a Colônia adquiriu juntos com seus pescadores”. Ou seja, a Cooperativa, como já ressaltara o seu ex-Presidente, o senhor Irácio Nunes, veio para gerir os empreendimentos da Z-16, haja vista que, como Entidade, não poderia realizar comercialização de produtos, como destaca também o pescador Ivan Maria Pereira Neves:

A cooperativa, ela veio de um pensamento: porque nós com a criação da fábrica de gelo, com a fábrica de palmito e com a de alevino que foi conveniado ao Governo Federal, a Colônia ela é uma instituição, ela não pode fazer comercialização de compra e venda. Então daí veio a criação, o pensamento de se criar uma cooperativa pra ela administrar esses

¹³⁸ Sobre esse não reconhecimento das capacidades do pescador pelos setores burgueses da sociedade brasileira, Mello (1985) destaca criticamente que eles buscavam explicar o não desenvolvimento da pesca em larga escala no país em decorrência de o pescador ser sujeito de “atraso e acomodamento”, devendo-se iniciar um processo de qualificação desse pescador para se tornar produtivo, aproveitando todo o potencial pesqueiro da região.

¹³⁹ Atual Presidente da Cooperativa.

empreendimentos. Então foi criada dentro da Colônia entre os pescadores uma cooperativa para gerenciar esses empreendimentos. (Grifo nosso).

Note-se, assim, que a Cooperativa reflete o posicionamento político dos pescadores, no sentido de se auto-organizarem a fim de criarem condições para o beneficiamento da produção que realizam para além da pesca, visando à melhoria da qualidade de vida dos pescadores.

Assim, embora a Cooperativa acabe sendo, no contexto atual, uma intensificação do empreendedorismo neoliberal ao preconizar, por exemplo, que o associado deva “Subscrever e integralizar as quotas-partes do capital deste Estatuto e contribuir com as taxas de serviço e encargos operacionais que forem estabelecidos” (COOPERATIVA..., 2008, Art. 7º, alínea a), imprimindo juridicamente a necessidade de seus membros terem capital para ingressar com sua “quota-parte” nas finanças da entidade, excluindo, dessa maneira, outros pescadores “*despossuídos de uma posse extra*” que possa ser dispensada para a COOPAC. Além disso, não se pode perder de vista a estratégia ressignificada pelos mesmos no sentido de poderem se auto-organizar para depreenderem renda da agricultura familiar que praticam, conforme Art. 3º, do Estatuto da Cooperativa (2008):

Poderão associar-se à Cooperativa de Empreendimentos Autogestora de Cametá, sem prejudicar os interesses e os objetivos dela aqueles que tenham produção familiar no município de Cametá e concordem com todos os itens deste estatuto.

Assim, se por um lado, no modelo de produção capitalista, as cooperativas renascem como promotoras do individualismo, como mecanismos que visam a atender às demandas das indústrias de forma terceirizada, à medida que garantem a matéria-prima necessária para seus interesses, sem que tenham de instalar seções de produção e beneficiamento desses elementos, tampouco promover emprego que implicaria encargos trabalhistas para elas, cabendo aos trabalhadores os custos por tal empreitada, não se deve deixar de considerar que, no interior da Z-16, as cooperativas tenham sido assimiladas como elementos de fortalecimento de classe, à medida que, sob a lógica dos pescadores, constituir-se-iam aglutinadoras de desenvolvimento coletivo ao possibilitarem a compra, mesmo dos não associados, dos produtos extraídos ou produzidos por aqueles, gerando-lhes renda.

É nesse sentido que o pescador Ivan Maria Pereira Neves relata a produção e compra do mel extraído pelos pescadores. Segundo ele, os pescadores extraem o mel da floresta, que passa a ser adquirido pela cooperativa, a qual, legalizada, tem condições de promover a venda, gerando, assim, renda tanto para os cooperados quanto para o pescador não

associado. No dizer de Ivan M. P. Neves, “[...]a gente tem pego o mel e repassa para Pastoral da Criança [...]”, ou seja, vende para a Pastoral o mel que “[...] a família conseguiu fazer, vender [...]”.

O mel, porque o mel, assim, além dele ser um produto que até o produtor não tem despesa nenhuma, só dele caçar a abelha no mato, colocar lá dentro caixa e dar assistência, pronto, ele não tem nenhuma despesa, aí o mel que produz então faz com que ele possa produzir e arrumar um recurso que gera uma rendazinha pra ele e aqui a gente tem pego mel e repassa para Pastoral da Criança, aí a Pastoral da Criança divide de novo para as comunidades, chega lá de novo pros próprios filhos dos nossos produtores também se alimentarem do próprio mel que a família conseguiu fazer, vender e depois recebe como gratuidade.

FOTO 04: GESTÃO DOS PESCADORES QUANTO À PRODUÇÃO DO MEL: DO PESCADOR AO APICULTOR — UM PROCESSO DE REQUALIFICAÇÃO.



Fonte: Arquivo da Colônia Z-16.

Em termos dialéticos, observa-se que a Cooperativa criada pelos pescadores, no interior das orientações da Lei nº 5.764/71, vive as contradições de promover a objetividade dos interesses coletivos ao lado de uma objetividade voltada para o individualismo, para o empreendedorismo. Ou seja, se a cooperativa nasceu entre os pescadores para dar conta da

melhoria da qualidade de vida coletiva, como conseguir isso se a sua estrutura pressupõe o individualismo, e o desenvolvimento individual como soma de qualidade social?

A resposta poderia estar na possibilidade de todos os pescadores, que somam mais 15.000 associados na Z-16, poderem fazer parte da COOPAC, de modo a receber diretamente os benefícios da cooperativa. Mas a questão estaria na condição econômica dos pescadores, no sentido de terem as cotas-partes para poderem se constituir membros da cooperativa. De qualquer modo, talvez residisse aí a possibilidade de o coletivo ir subjungando as relações de sucesso individual que se encontra na natureza econômica desse modelo de cooperação. É nessa perspectiva que o pescador Ivan M. P. Neves expõe que a cooperativa objetiva inserir todos os pescadores como associados, não tendo feito ainda isso em decorrência de ela estar em processo inicial de formação, considerando sua fundação no ano de 2008.

Os pescadores estão querendo se associar. Agora, nós da direção ainda não abrimos a inscrição ainda pra fazer essa inscrição dos novos, das pessoas que querem se associar porque a gente tá no momento ainda organizativo, ainda, da cooperativa; a gente ainda não fechou quase um ano de diretoria ainda e nós precisamos organizar ainda ela bem, com esse número de cinquenta e quatro que a gente tem, pra gente poder expandir ela, pra sair; aí a partir que a gente tenha nosso empreendimento funcionando, aí agente já vai poder amostrar pros nossos pescadores e ele com a certeza eles vêm mais já há a procura de muitos outros pescadores que tão procurando pra querer é ser Cooperários da cooperativa.

Outro dado importante para se compreender o esforço dos pescadores em continuar mantendo os interesses coletivos diante das amarras estruturais do modelo de cooperativa em vigor, que prima pelo capital individual como prerrogativa para se estar incluído socialmente, pode ser encontrado nas estratégias que definiram inicialmente quem seriam sócios-fundadores da entidade e também nos objetivos que os levaram a estruturar a COOPAC.

No que se refere à questão dos sócios-fundadores, segundo o pescador Ivan M. P. Neves, ao se criar a cooperativa em 2008, os pescadores procuraram agregar aqueles que estivessem numa ligação direta com entidade representativa de classe, a Z-16; ou seja, a cooperativa, ao envolver sujeitos que, no interior da Colônia, atuavam como coordenadores de base em diversas comunidades, permitiu que os membros associados estivessem organizando a produção dos demais pescadores em diferentes setores do município, constituindo-se aglutinadores dessa produção coletiva, gerando renda para os não sócios e buscando conter em suas ações o princípio do coletivo — representando o *montante dos outros pescadores* —, mesmo diante do caráter individualista que emana do cooperativismo. Nas palavras do

entrevistado, “[...] na época que fundamos, ela¹⁴⁰ tinha em torno de sessenta coordenações; então foi pego os coordenadores de cada uma coordenação que são sócios e aí, na verdade, ele representa este montante dos outros pescadores [...]”.

Esse tipo de relação entre os sócios-fundadores e o *montante dos outros pescadores* permitiu que esses sujeitos tivessem condições legais de venda de seus produtos, mesmo não estando muitos em situação de cooperados, à medida que os sócios-fundadores, coordenadores de base da Z-16, captavam a produção coletiva e, interligando com as suas produções, tornavam-na parte da cooperativa, gerando renda para aqueles fora da situação de cooperante.

Nessa perspectiva, os membros da Colônia, na condição de cooperados, conforme interação com o presidente da Z-16, o senhor José Fernandes Barra, não se instituem numa relação entre patrão e trabalhador com os demais pescadores, por não estarem a comprar suas produções no sentido de se somarem às suas numa perspectiva individualista. Mas, pelo contrário, agregam às suas produções o produzido pelos demais pescadores, como estratégia para envolver todos na possibilidade de obter dividendos nas ações da cooperativa, por ser esse o instrumento legal encontrado pelos pescadores para realizar procedimentos de comercialização.

Nesse sentido, os pescadores ressignificam a lógica do cooperativismo aos seus interesses de classe, e se envolvem, em sua quase totalidade, neste meio de geração de renda pela COOPAC, constituindo-se essa estratégia enquanto um saber que, no dizer de Semeraro (2006, p. 19), “[...] trabalha para “desorganizar” os projetos dominantes [...]”, dedicando-se a promover uma “nova inteligência social” capaz de pensar a produção sob a óptica da classe subjugada.

Além dessa questão de os sócios-fundadores, ligados às coordenações de base da Z-16, contribuírem para uma perspectiva de envolvimento coletivo do *montante dos demais pescadores*, há de se considerar também os objetivos que norteiam a cooperativa, no sentido de estarem voltados para a aglutinação dos pescadores, de um modo geral, nas ações da COOPAC.

Em seu Art. 2º, alínea h, o Estatuto da COOPAC (2008) dispõe, por exemplo, que ela deve participar em “[...] iniciativas governamentais e não governamentais que visem a melhorar a qualidade de vida da população”, ou seja, no ideário dos pescadores está a prerrogativa de a cooperativa não se constituir em um instrumento de riqueza somente para

¹⁴⁰ Referência à Colônia de Pescadores Artesanais Z-16.

poucos, mas é exatamente o oposto: que a riqueza gerada pelos pescadores busque a *melhora da qualidade de vida da população como um todo*. Corrobora esta reflexão também o disposto nesse mesmo artigo, em sua alínea m, quando se afirma que a cooperativa busca *estimular a produção e a circulação da riqueza*.

Contribuir para o desenvolvimento socioeconômico de Cameté, mantendo-se, com esse objetivo, em permanente contato com os poderes públicos e entidades estatais, propondo medidas para estimular a produção e a circulação da riqueza, bem como providências destinadas a eliminar dificuldades que se apresentem através do livre jogo dos setores econômicos ou da aplicação das leis e regulamentos.

Estimulação de produção e circulação de riqueza, reforçadas nas palavras do pescador Ivan M. P. Neves, para quem os resultados da cooperativa devem beneficiar *toda a turma dos pescadores*.

No futuro, quando a gente ter os nossos empreendimentos todo funcionando — fábrica de palmito funcionando, a estação que já tá funcionando, que já vai com certeza render recursos, fábrica de gelo, a gente vai tá destinando uma porcentagem pra Colônia que é pra ela retribuir aos outros pescadores uma ajuda já em projetos, em cursos, em formação, alguma coisa que vai beneficiar toda essa turma dos pescadores.

Nessa perspectiva, a cooperativa *gestada* pelos pescadores vem se constituindo numa relação dialética de oposição ao caráter excludente do capital, ao buscar se estruturar numa lógica de envolvimento coletivo, mesmo face ao caráter empreendedor-individual que subjaz à sua estruturação no interior das relações de mercado. Estaria em jogo, nessa relação, a perspectiva *coletivizante* que envolve, geralmente, as práticas dos pescadores, voltadas para a cooperação e ajuda mútua, frente às relações sociometabólicas do capital, tal como um mecanismo de resistência dos trabalhadores, buscando a socialização da riqueza e a universalização de direitos, diante da sempre tentativa daquele de fragmentar-lhes as relações e a capacidade de organização coletiva.

Por outro lado, a construção da cooperativa ligada à Z-16 revela o caráter plurissignificativo que assume a identidade do trabalhador ligado a essa entidade. Com efeito, o pescador não é sujeito que domina tão somente conhecimentos ligados à pesca, mas o ser que, mantendo um intercâmbio com a natureza, constitui-se também agricultor e extrativista, qualificações estas para além do pescado. Não se trata de uma identidade plurissignificativa que nasce em decorrência dos ditames do modo de produção capitalista, mas sim que surge das relações socioprodutivas historicamente desenvolvidas por eles. Ou seja, a identidade laborativa do pescador inserido neste contexto não se enquadra na polivalência preceituada pelo capital, no sentido de o trabalhador assumir várias funções no interior de seu trabalho

assalariado, de modo a oportunizar a maximização da extração da mais-valia, sem o capital disponibilizar a contratação de novos trabalhadores, porque somente um sujeito é capaz de dar *conta* de várias atividades.

Com efeito, o homem e a mulher na região amazônica dominam uma totalidade de ações laborativas com a perspectiva de valor de uso do que produzem. A materialidade histórica desses sujeitos, nesse sentido, toma o trabalho em sua faceta concreta, estando o resultado da produção a serviço da humanização do homem. Nessa perspectiva, eles pescam para garantir a subsistência, realizam coleta de frutos da região, como o açaí e andiroba, desenvolvem agricultura, com especial destaque para a plantação da mandioca, e criam *serimbabos*, como galinhas, patos e porcos, a fim de se atender às necessidades de vida. Enfim, esses sujeitos vivem de sua relação de trabalho, de seu intercâmbio com a natureza, vendo nela seus meios e instrumentos de produção.

Há, pois, nesta relação, o reconhecimento da materialidade desses sujeitos, sobretudo quando da organização deles enquanto cooperados, sob forte influência dos efeitos negativos da construção da Hidrelétrica de Tucuruí. Ou seja, considerando os impactos negativos socioambientais e econômicos em seus modos de vida tradicionais, os pescadores perceberam, nessa plurissignificativa identidade oriunda do trabalho como pescador-agricultor-extrativista, a possibilidade de melhorarem sua qualidade de vida, agregando-lhes valor, tanto é que um dos objetivos da COOPAC é:

Comercializar em atacado os produtos gerados como: fabricação de gelo, comércio de pescado fresco, frigorificados e congelados, criação e produção de peixes em água doce, comercialização em atacado da produção de polpa de frutas diversas, fabricação e comercialização em atacado de conservas de palmito, manejos e plantio de açaí, produção e comercialização em atacado de mel, própolis, geleia real e semelhantes, fomentando a legalização das atividades adequando-as na forma da lei. (COOPERATIVA..., 2008, Art. 2º, alínea b)

Em outras palavras, a COOPAC nasceu fundada numa materialidade histórica dos ofícios desempenhados por esses sujeitos que, muito antes de sua fundação, pescavam, realizavam agricultura e extraíam frutos da região, como forma de garantir-lhes a sobrevivência econômica, conforme relatou o pescador José Pedro Alves de Pimentel:

Lá na minha comunidade, ele¹⁴¹ exerce outra profissão. Aquele que tem sua propriedade, tem a roça, ele possui a roça além da pesca, que ele planta o arroz, o feijão. Como eu falei, ele passa pra outra atividade da pesca, ele trata do açaí, ele trata das outras culturas, eu, por exemplo, na minha área lá, eu crio peixe, eu crio porco eu tenho roça, eu tenho espinel, eu tenho

¹⁴¹ Referência a pescador.

pimental, nós trabalhamos em todas essas áreas, de noite nós estamos na área do pescado e de dia a gente está no campo.

A partir da fala do pescador José Pedro Alves de Pimentel, depreende-se que o pescador artesanal é o sujeito que domina esferas do conhecimento para além da pesca, ou seja, ele desenvolve formas diferenciadas de intercâmbio com a natureza, constituindo-se, dessa maneira, como o sujeito que coleta mel silvestre e extrai palmito do açazeiro, além disso, ele conhece tipos de peixes e tem condições, por isso, de iniciar processos de criação, e, não menos importante, ele sabe plantar.

Diante dessa materialidade histórica dos pescadores, a Z-16 desenvolveu projetos, com financiamento do Governo Federal, no sentido de potencializar outra renda para esses sujeitos, haja vista os efeitos negativos da construção da Barragem de Tucuruí para com os seus modos tradicionais de vida. Contudo, diante da impossibilidade jurídica de a Colônia administrar esses empreendimentos, como já exposto neste capítulo, objetivou-se a criação de uma cooperativa para *gerenciar* esses projetos, conforme nos informa o pescador Irácio Nunes de Freitas:

Ela surgiu a partir do momento que nós [...] colocamos a fábrica de gelo pra funcionar. Então uma das, digamos assim, das regras do Governo é que a Colônia ela é a proponente do projeto, mas para *gerenciar* teria que ter uma cooperativa. *Aí foi despertada assim a ideia de que realmente era uma necessidade, de se ter uma cooperativa pra gerenciar.* (Grifo nosso).

Há de se considerar, contudo, que, com essa potencialização econômica das atividades laborativas desenvolvidas pelos pescadores, o trabalho desses sujeitos passou a assumir valor de troca. Ou seja, a intensificação da pobreza gerada com a construção da Hidrelétrica de Tucuruí deflagrou, entre os pescadores, um processo de mercantilização de suas atividades laborativas, precarizando suas relações societárias, à medida que já não se produzia com valor de uso, mas sim para o mercado, constituindo-se o estranhamento do resultado do trabalho dos pescadores e destituindo-lhes, com isso, a possibilidade de gozarem plenamente o que produzem.

E essa mercantilização vem se dando em quatro frentes de produção e comercialização: coleta de mel, fabricação de gelo, extração de palmito a partir do açazeiro, e criação de alevinos. Quanto à produção dos três últimos elementos, assim se expressa o pescador Ivan Maria P. Neves:

Ela¹⁴² criou a *fábrica de gelo* pra atender nossa população ribeirinha, os pescadores que pescam que têm necessidade de ter o gelo pra conservar seus

¹⁴² Referência à Colônia de Pescadores Artesanais Z-16.

peixes então; ela foi criada pra fabricação de gelo. Nós temos a *estação de alevino* também que é pra da sustentação dos nossos produtores de peixe que querem criar peixes. Então nós temos nossa estação de alevinos e a nossa *fábrica de palmito* também, que é um instrumento pra comercializar nossos produtos, haja vista que nosso produto aqui, o nosso palmito, ele é extraído daqui legalmente e vai pra outros municípios, a renda vai para outros municípios, então nossa fábrica de palmito é fazer com que a produção seja extraída aqui no município e gere renda e emprego aqui pro município. (Grifos nossos)

Quanto à fabricação de gelo, tratou-se de potencializar os pescadores com uma tecnologia capaz de garantir a conservação do peixe por maior período, haja vista que os modos tradicionais de conservação, como o *salgamento* do pescado, já não possibilitavam uma maior aceitação dos produtos no mercado, além de prejudicar um maior aproveitamento da produção, em termos de venda.

O gelo é porque havia uma grande necessidade de nossos pescadores: a conservação. Muitos dos nossos pescadores acabam perdendo aqui no município de Cameté o peixe, porque não tinha o gelo e pra trabalhar com o sal era muita dificuldade. Quando você chegava do mar, ainda tinha que ir salgar o peixe. Então você acabava às vezes perdendo sua produção. Então por conta disso a gente investiu no gelo, fizemos convênio com o Governo Federal e colocamos a fábrica de gelo, assim como ela trouxe benefício para o nosso povo, porque o nosso povo conserva sua produção, ele também faz com que ele utilize esse gelo porque é um gelo de boa qualidade pra ele utilizar como alimento pra ele.

No que se refere à estação de alevinos, conforme já exposto nesta seção, tratou-se de um processo de reaprendizado pelos pescadores, no sentido de terem de dominar técnicas de criação — haja vista que, anteriormente, realizavam tão somente a extração de peixes dos rios —, o que lhes possibilitou geração de renda, mesmo diante da escassez de peixes, causada pelos impactos ambientais da Hidrelétrica de Tucuruí, além de aumento na produção, considerando o crescimento populacional e, por conseguinte, maior demanda pelo pescado, conforme relata o pescador Ivan M. P. Neves.

Na nossa região, devido à barragem e à população que cresceu muito, na nossa região o nosso pescado tá um pouco assim escasso; não é que ele não o tenha, tá escasso, aí quer dizer, muitas das vezes é uma família constituída por cinco ou seis pessoas, ela não tem condições de se manter só da pesca, o cara, às vezes, pode ir lá na pesca no mar e não conseguir capturar o peixe, então se ele tiver o poço dele, com a criação, quando ele chegar e não ter o peixe pra ele, não pegou peixe, mas ele tem lá no poço que dá pra ele tirar e comer um dia e no outro dia ele já vai no mar, já adquiriu, então ele já poupou ali o peixe no poço. Foi por conta disso que foi investido nessa questão desses projetos, aí vem a questão da criação do peixe [...].

No que se refere à comercialização do palmito, consubstanciou-se em uma visão empresarial no sentido de agregar valor a uma atividade historicamente desenvolvida pelos

pescadores que, em decorrência de realizarem o manejo nos açazais, a fim de garantir maior produção de açaí, faziam cortes em muitos açazeiros, ficando, não raro, o palmito resultante das árvores mais velhas cortadas com apenas valor de uso, quer para o consumo próprio ou para os animais. No demais, na extração e comercialização do palmito do açazeiro, viram os pescadores a possibilidade de garantir renda para todos, quer cooperados ou não, em momento de impossibilidade de pesca, quando da instauração de defeso nos meses de novembro a fevereiro, e também em virtude da pouca produtividade pesqueira na região com o advento da Hidrelétrica de Tucuruí.

O palmito é porque na nossa região há muitas [...] ilhas. [...] o nosso extrativismo aqui é o açaí. Então na época do mês de novembro até março e abril, a população tem que tirar palmito, porque todo o ano ele tem que renovar o açazal dele.¹⁴³ Então ele tira o açazal, tira o palmito, assim como serve pra ele enriquecer o açazal dele também serve pra ele fazer manutenção na época que tá no período defeso que é novembro, dezembro, janeiro e fevereiro; tá no tempo do defeso, então ele, às vezes, não vai pro mar e tira o palmito, prepara o terreno dele e vende o palmito; então, por conta disso, nós investimos na fábrica de palmito e aí a gente compra o palmito do nosso produtor, nós vamos ter preço menor pra comprar do nosso produtor, nós vamos gerar emprego pras famílias e gerar renda pro município.

Estrategicamente, os pescadores buscaram na extração do palmito outra fonte de renda, considerando ser esse um produto presente em todas as propriedades dos ribeirinhos. Para tanto, desenvolveram um conhecimento de que a extração do palmito não implicaria impactos naturais na produção do açaí, também elemento responsável por outra renda para os pescadores, haja vista ser a *renovação*¹⁴⁴ dos açazais uma necessidade para sua maior produtividade, ficando os açazeiros altos, a partir de cortes, responsáveis pela produção do palmito, conforme palavras do pescador Ivan M. P. Neves:

[...] o açazal tem ser renovada, toda época, todo ano ele tem que ser renovado.

O renovado é assim: se tem uma toiceira com quatro pés de açazeiro, você tem que tirar um ou dois e deixar dois lá ou três no máximo. Aí tira o mais alto e deixa ficar o mais baixo porque aí ele tem mais sustância de reproduzir mais, dar mais açaí; se [...] for deixar encher, uma toiceira com dez, com oito toiceira, um enfraquece o outro e ele vai ficando muito alto; aí, invés de você tirar, por exemplo, no tempo da safra do açaí, uma pessoa consegue tirar três, quatro lata, você não vai conseguir tirar duas, porque vai ser muita canseira, muito alto o açazal. Tem, você tem que renovar, tirar o mais alto e deixar o

¹⁴³ Referência ao açazal do produtor.

¹⁴⁴ Diz-se do corte de açazeiros mais velhos de um conjunto de *toiceiras*, considerando-se que, a partir de uma árvore de açaí, vários outros açazeiros tendem a nascer, a fim de se aumentar a produção de açazeiros mais novos, haja vista que árvores antigas tendem a diminuir o poder produtivo.

mais baixa.

Esse mais alto a gente usa pra fazer o palmito. Não acaba, não acaba.¹⁴⁵

FOTO 05: UNIDADE DE BENEFICIAMENTO DE PALMITO, GESTADA PELOS PESCADORES, EM UMA DAS ILHAS DE CAMETÁ.



Fonte: Arquivo da Colônia Z-16.

Outra ação prevista e desenvolvida pela COOPAC refere-se à extração de mel, como possibilidade de se agregar renda para os pescadores. Segundo o pescador Ivan M. P. Neves, essa ação pressupõe poucos custos para o pescador, haja vista que o processo de fabricação necessita tão somente do conhecimento que ele possui no sentido de adentrar na floresta para capturar abelhas e colocá-las em caixas, a fim de ter uma produção mais centralizada. Em termos econômicos, viram nessa produção os pescadores outra possibilidade para obter renda quando da impossibilidade de pesca devido o período de defeso.

Nós também temos trabalhando a questão do mel que também é uma atividade que nossos pescadores adquiriram como sustentação, porque hoje nosso pescador não sobrevive mais só da pesca. [...] o mel também é um negócio que tá muito bom na nossa região. Aí os produtores preparam as caixas e fazem a criação da abelha, aí as abelhas só fazem produzir o mel,

¹⁴⁵ O “não acaba” do pescador refere-se ao fato de que a extração do açazeiro mais alto para a extração do palmito não implica o extermínio dos açazeiros, tampouco do fruto açai, responsável pelo líquido que se encontra na mesa do ribeirinho como alimento, não como sobremesa ou complemento alimentar.

quer dizer, na entressafra recebe um recursozinho também pro produtor, os nossos pescadores, se manterem também.

O mel, porque o mel assim, além dele ser um produto que até o produtor não tem despesa nenhuma, só dele caçar a abelha no mato, colocar lá dentro caixa e dar assistência, pronto, ele não tem nenhuma despesa, aí o mel que produz então faz com que ele possa produzir e arrumar um recurso que gera uma rendazinha pra ele [...].

Aparentemente, então, a COOPAC surge a partir da possibilidade de desenvolver ações de comercialização e geração de renda para os pescadores a partir dessas quatro cadeias produtivas, aproveitando uma materialidade de trabalho já desenvolvida por esses sujeitos, considerando-os como pescadores-agricultores-extrativistas, conforme Mello (1985).

Entretanto, é preciso considerar, em sentido mais profundo, que a organização dessa cooperativa veio responder a necessidades político-sociais da Colônia de Pescadores Artesanais Z-16, no sentido de garantir-lhe o empoderamento político que adquirira a partir de incentivos do Governo Federal junto aos seus membros, o que pode ser compreendido a partir da relação entre três elementos-chave, a saber: os impactos ambientais da Hidrelétrica de Tucuruí sobre os ribeirinhos; o surgimento do Seguro-Defeso por parte do Governo Federal; a criação dos Acordos de Pesca.

No que se refere, antes de tudo, à criação da Hidrelétrica de Tucuruí, inúmeros foram os impactos ambientais que advieram sobre os ribeirinhos, dentre os quais a escassez de pescado, prejudicando-lhes os modos tradicionais de existência, como a identidade de pescadores-extrativistas. Diante desse quadro social, a Colônia de Pescadores Artesanais Z-16 viera articulando ações para exigir do Estado políticas de melhoria de qualidade de vida para esses trabalhadores, resultando naquilo que se convencionou chamar *Seguro-Defeso*, ou seja, um recurso governamental destinado aos pescadores durante o período da *piracema*, ou reprodução dos peixes, quando esses sujeitos não poderiam adentrar os rios para a realização da pesca para fins comercialização.

Entretanto, esse *seguro* garantia aos pescadores recursos financeiros para um período tão somente de 04 meses, de novembro a fevereiro, não se consubstanciando em uma renda que lhes garantisse condições para custear problemas de saúde e educação, por exemplo. O *seguro* oportunizava condições mínimas para o exercício da alimentação, mas não dava conta de outras necessidades da pessoa humana, como a cultura, a arte, o entretenimento.

Por outro lado, com o *Seguro-Defeso*, inúmeros pescadores passaram a associar-se à Colônia Z-16, por ser essa a instituição responsável pela mediação de documentação necessária, junto a órgãos governamentais, como o Ministério da Pesca, para o fornecimento

desse seguro ao pescador. Todavia, para que esse seguro continuasse atrelado ao pescador, a condição *sine quo non* era que ele não pescasse no período de defeso, do contrário caberia à Colônia informar ao Ministério, implicando em perda do benefício.

Mas como garantir que o pescador não pescasse no período de *piracema*, a fim de não perder o *Seguro-Defeso*, diante de tão pouco recurso oriundo desse benefício? Como oportunizar ao pescador condições para aumentar sua renda, a fim de dar conta de outras necessidades para além da alimentação? Uma primeira condição foi encontrada nos Acordos de Pesca, no sentido de institucionalizar um mecanismo de preservação, como exposto no Capítulo V. E foi somente com a materialização da cooperativa que a Colônia conseguiu garantir sua política de filiação e empoderamento, à medida que garantia também o *Seguro-Defeso* atrelado à possibilidade da geração de renda para além da pesca, com as cadeias produtivas do mel, da criação de alevinos, das fábricas de palmito e de gelo.

Ou seja, com a Cooperativa, a Z-16 respondeu a uma necessidade imediata dos trabalhadores, a geração de renda mesmo em período de defesa, garantindo também a manutenção de seus associados, à medida que lhes assegurava condições para o não exercício da pesca em período de defeso.

A Cooperativa nasce, então, como uma resposta às necessidades político-sociais da Z-16, no sentido de se projetar para os pescadores como organização que milita em prol de seus interesses, buscando a autogestão coletiva das atividades laborativas desenvolvidas pelos pescadores. Para tanto, a Z-16 fomentou uma relação com a Cooperativa, no sentido de garantir-lhe assessoria e acompanhamento técnico, implicando, por conseguinte, também ação política no interior das relações travadas pelos membros cooperados, tal como relata o pescador Ivan M. P. Neves:

Nós temos uma parceria com a Colônia, com assessoria técnica e que nos ajuda muito. [O que] a gente não sabe fazer, pedimos ajuda pra assessoria técnica ou pra direção da Colônia; e a gente discute e chega um acordo pra gente levar a cooperativa em frente. Ela é um sindicato dos pescadores, dos sócios.

Em termos de consciência de classe, a Cooperativa articulada pelos pescadores artesanais ligados à Z-16 passou a ser ressignificada de acordo com seus interesses, à medida que nasceu como uma atitude política de favorecer o coletivo, entendida, nos moldes propostos por Vázquez (1968), como perspectiva humana voltada para a transformação da sociedade e que, no interior das relações sociais travadas pelos pescadores, implicou criar condições para a garantia da existência e do empoderamento político de sua entidade de

classe, a Z-16, no sentido de projetar-lhe como organização que milita em prol da melhoria da qualidade de vida dos pescadores, conforme relata Ivan M. P. Neves:

Se você fosse olhar hoje a nossa região, no nosso município, quase no município inteiro, é dificilmente você passar numa casa que ela já seja coberta com palha; todas as casinhas são feitas de madeira, coberta com telha. Por conta do que? Por conta que a Colônia foi criando espaço. Ela chegou no espaço do seguro [...], do auxílio maternidade, auxílio doença; e aí quando você recebe o recurso, o pescador recebe lá constantemente é dois ou três na casa; então a possibilidade dele fazer uma casinha boa pra ele, comprar um motorzinho pra ele, ter a geladeira dele lá dentro da casa dele, então quer dizer que se a Colônia não tivesse, a situação seria mais difícil. Eu acho que a Colônia foi um elemento bom; é um elemento bom.

Não se pode desconsiderar, contudo, que, nessa perspectiva, estaria a Colônia atuando no fortalecimento de políticas assistencialistas desenvolvidas pelo interior do Estado, não se promovendo ações outras para uma mudança radical na realidade social.

Entretanto, observando tal questão por outro enfoque, constatamos que, a partir dessas políticas oriundas de ações governamentais, a Z-16 fortalece-se enquanto organismo de classe, criando coesão política entre os pescadores, aumentando qualitativamente a massa de pescadores, de modo a intervir em outras instâncias deliberativas promovidas pelo Estado, de modo a ver seus direitos materializarem-se em ações afirmativas de desenvolvimento social, conforme o relato do pescador Ivan M. P. Neves, a partir de seu entendimento sobre o poder político da Cooperativa gestada pela Colônia de Pescadores Z-16:

No nosso estatuto, ela¹⁴⁶ deve atuar na questão da saúde, na educação, na assessoria técnica, na questão da ajuda social; ela deve atuar em todos esses campos. Então futuramente a gente precisa também fazer parte dos Conselhos Municipais que existem no município; então com certeza a gente vai expandir, pra gente também poder ter discussão lá dentro.

Ao quererem *expandir, fazer parte dos Conselhos Municipais e passar a ter discussões no âmbito da cooperativa* os pescadores assumem o compromisso de se constituírem sociedade civil em moldes gramscianos, objetivando, por meio da organização social, do coletivo de trabalhadores, a possibilidade de se construir uma “[...] nova concepção de poder e de Estado fundados sob a hegemonia da democracia popular [...]”, para o que a participação enquanto sociedade civil é de suma importância, por se constituir em espaço “[...] onde a classe trabalhadora pode construir a ‘hegemonia política e cultural’ capaz de configurar uma nova sociedade e um novo Estado” (SEMERARO, 2006, p. 167).

Nesse contexto, a COOPAC vive as contradições sócio-históricas de sua constituição enquanto oriunda de um projeto voltado para a maximização do

¹⁴⁶ Referência à COOPAC.

empreendedorismo, enquanto forma individual de os sujeitos resolverem, por suas próprias mãos, problemas decorrentes do sociometabolismo do capital, ao mesmo tempo em que busca constituir-se uma organização a serviço de ideários coletivos de sociedade, voltada para a socialização da riqueza e melhoria da qualidade de vida para todos, disto resultando o desejo de intervir no interior de ações do Estado, por meio de instrumentos de participação colegiada, como nos Conselhos Municipais, por exemplo, de Agricultura, de Saúde e de Educação.

A COOPAC pode, assim, nortear-se por essa perspectiva coletivizante em decorrência da materialidade histórica de sujeitos cujas formas de existência vêm sendo negadas pelo Estado, à medida que ele não intervém satisfatoriamente para atender às questões de saúde e de educação, por exemplo, conforme o relato da pescadora Eleonor Valente Farias Filha:

A questão da saúde tá ruim, principalmente pra nós que mora no interior, tá ruim; aqui na cidade tem às vezes público, mas pra gente que vem interior quando chega aqui não tem mais vaga; às vezes a gente arranja uma ficha é pra dois, três dias; depois às vezes a pessoa tá morrendo: se a gente não tiver dinheiro pra pagar um particular para gente conseguir vê se a pessoa toma pelo menos o remédio pra ele não morrer, tá difícil, falta de médico.

Parafrazeando Mészáros (2002), pode-se considerar que os pescadores objetivem tornar a COOPAC, por meio da Z-16, como uma estrutura organizativa capaz de negar a ordem dominante, ao insistir na necessidade de coletivizar suas ações, envolvendo todos os pescadores nos resultados de seus feitos econômicos e sociais. Além disso, ao buscar, em termos de princípios, a autogestão através dessa coletivização, criam-se as condições para ir-se rompendo círculos viciosos de controle social do capital, como o da lógica individualista presente em organizações dessa natureza, conduzindo essa organização a ressignificar o cooperativismo para uma vertente mais social, no sentido de se constituir em instrumento de luta para garantia e implementação de seus interesses.

Dialeticamente, então, convivem os pescadores na elaboração de saberes que afirmam a lógica das cooperativas na perspectiva do capital, quando assumem, por exemplo, a necessidade de pagamento de cotas-parte como critério para inclusão de novos associados, mas também buscando negá-la, ao tomarem, pelo menos como princípio, a necessidade de envolver a todos os pescadores na socialização dos dividendos resultantes de suas produções, tratando-se, então, da situação histórica de que os trabalhadores, a partir de sua referências,

reinterpretam e reorganizam prescrições, objetivando também atender as suas especificidades em relação ao trabalho que lhes conduz as ações.¹⁴⁷

Não se pode deixar de considerar, entretanto, que, muito antes da COOPAC, os pescadores produziam um modo de existência fundado na cooperação, na coletivização das experiências, o que possivelmente deve ter criado as bases para outros processos de organização e cooperação, como a cooperativa, constituindo-se um padrão nessas relações, como proposto por Thompson (1987c, p. 12), de que se examinarmos os homens “[...] durante um período adequado de mudanças sociais, observaremos padrões em suas relações, suas ideias e instituições”.

Nessa perspectiva, compreendemos que a atitude dos pescadores para a busca da organização política tem suas razões nas suas experiências de organização do trabalho que realizaram, e realizam, no seio familiar, onde desenvolveram as bases para a escuta, para a autonomia, para o fortalecimento de laços de compromisso coletivo, importantes elementos para níveis maiores de organização política, como assinalado por Vázquez (1968) quando de sua reflexão sobre a política como atividade prática decorrente de uma *práxis social*.

Por outro lado, observando a relação de produção desempenhada pelo universo feminino entre os pescadores artesanais de Cameté, verificamos que as mulheres vêm desempenhando também ações no campo administrativo-jurídico da entidade, como coordenadoras de base. Isto nos levou a considerar que os pescadores, em seu processo de luta em prol de seus interesses de classe, precisaram dispor, além dos saberes oriundos do trabalho que realizam como pescadores, de outros saberes historicamente produzidos pelos homens, como os relacionados à administração. Despojados desses conhecimentos, ficariam os trabalhadores aqui analisados impedidos do exercício da cidadania, da possibilidade de intercâmbio formal com outras instituições da sociedade, como o INSS de que nos falou a pescadora em apreço.

Também não podemos deixar de considerar que nossos dados atestaram a presença, em termos de gestão, de elementos de uma auto-organização, haja vista que os pescadores buscam, coletivamente, envolver-se nas decisões e na materialização social da entidade, por meio de uma participação direta, tomando como base a iniciativa pessoal, conforme Pistrak (2000).

¹⁴⁷ Tomamos essas considerações a partir de Machado (1998) a qual, tratando da pedagogia das competências, destaca que os sujeitos constroem e reconstróem permanentemente estruturas de ação em que se encontram envolvidos, fazendo reinterpretções, reorganizando prescrições, de modo a lhes atender à dinâmica do trabalho que realizam.

5.2 DOS SABERES SOBRE ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DOS PESCADORES, ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Concluimos, apoiados ainda em Pistrak (2000), que os pescadores desenvolveram ao longo de seu processo histórico um conjunto de conhecimentos sobre organização do trabalho, voltados para a sua auto-organização de classe, implicando valores pautados no coletivo sobre o individual, na autonomia, na criatividade, no sentido de buscarem soluções diante dos problemas enfrentados no cotidiano de suas relações coletivas e na iniciativa pessoal.

Isso não significa, contudo, desconsideração do fato de que, no seio da Z-16, não haja conflitos, tais como posicionamentos distintos quanto à forma de gerir a entidade, implicando posturas ideológicas diferenciadas. Esta situação evidencia simplesmente as relações dialéticas travadas pelos pescadores no exercício democrático, o que favorece a realização do princípio da rotatividade na gestão, defendido por Pistrak (2000) como forma de desenvolvimento da autogestão.

Outro dado observado em nossa investigação relacionou-se à criação de cooperativa por meio da Z-16, interferindo na produção dos pescadores e, por conseguinte, na configuração de seus saberes. Dessa maneira, ao lado de um modelo de gestão participativa resultante das experiências dos pescadores no cotidiano da pesca, vem se desenvolvendo entre estas formas de gestão pautadas no modelo gerencial, embasadas pelo neoliberalismo e pelo modelo de acumulação flexível (cf. GURGEL, 2003).

Esse modelo acaba diferindo das práticas tradicionais de organização de suas atividades, que primavam pelo envolvimento coletivo de pescadores no cotidiano da pesca, deles extraíndo a cooperação como elemento importante para se socializar a produção, bem como formas de aprendizado que corroboravam um processo de consciência de classe para si, à medida que lhes oportunizava o reconhecer-se enquanto grupo com formas diferenciadas de organizar e socializar o trabalho, primando-se, enfim, pela auto-organização.

Com base nas análises sobre o modelo de gestão gerencial no cotidiano dos pescadores, concluimos que eles estão passando por um processo de ajustamento dialético, porque ainda se *preservam* elementos de uma gestão participativa, como a busca por decisões colegiadas que contemplem o coletivo, às demandas do modo de produção capitalista, redesenhando suas existências, implicando a necessidade de construir novas formas de sociabilidade e de saberes delas decorrentes, o que vem acarretando, por exemplo, o domínio de saberes técnicos por parte dos pescadores, em uma situação de aprendizagem diferenciada

da que sempre desenvolveram, fincada na tradição oral dos conhecimentos pesqueiros e na vivência de aprendizagem no fazer-fazendo da pesca.

Quanto aos sistemas de criação e produção que vêm sendo geridos pela Z-16, por meio da COOPAC, consideramos que eles vêm impactando o caráter de ajuda mútua que normatizava a relação entre os pescadores, à medida que se realiza como projeto de quem pode arcar com os meios e instrumentos de produção. Embora a Colônia busque auxiliar tecnicamente a todos que necessitem, entendemos que, nesse ambiente, princípios neoliberais passam a fazer parte da lógica dos pescadores, como o desenvolvimento do individualismo face ao coletivismo, e da propriedade privada face à socialização da produção.

Logo, o trabalho do pescador vai se subsumindo mais ainda diante das determinações do capital e perde a perspectiva de valor de uso, assumindo cada vez mais a determinação de valor de troca. Essa situação cíclica lhe impõe, conseqüentemente, a intensificação e a remodelagem do trabalho, ou seja, diante de um Estado fragilizado pelos imperativos da globalização e por suas políticas neoliberais que lhe atingem a remuneração indireta, os pescadores vão tendo de produzir não somente para comer, mas também para gerar renda suficiente para educar seus filhos e garantir os remédios necessários aos problemas de saúde, por exemplo, porque desassistidos estão quase integralmente pelo Estado.

CAPÍTULO VI – O CAPITAL: IMPLICAÇÕES NO COTIDIANO DOS PESCADORES E NA CONFIGURAÇÃO DE SEUS SABERES

Neste capítulo intensificamos uma exposição acerca da presentificação da construção da Hidrelétrica de Tucuruí e seus impactos sobre o modo tradicional de vida dos pescadores, implicando em remodelagem desse modo de vida e, por conseguinte, em construção de conhecimentos necessários para sobreviver diante desses impactos.

Entendemos que essa presentificação correspondeu a uma ação do sociometabolismo do capital na Amazônia cametaense que foi conduzindo os pescadores a assumirem novos procedimentos de vida como formas de sobreviver às investidas daquele, oportunizando, assim, a construção de saberes diferenciados no interior dessa dinâmica. Ou seja, à medida que o capital, através de seu projeto mínero-energético, a Hidrelétrica de Tucuruí, produzia saberes que legitimavam sua presença na região, como o do paradigma do desenvolvimento regional a partir da obtenção de energia por meio do represamento do rio Tocantins, os pescadores, em virtude da materialidade negativa desse projeto para a realidade de vida por eles experienciada, também elaboravam saberes de contestação social, fomentando formas outras de compreensão do desenvolvimento da região.

Entendemos, então, que a construção da Hidrelétrica de Tucuruí ao subsumir o modo de vida dos pescadores da região tocantina foi-lhes oportunizando uma tomada de consciência frente à realidade propugnada por essa ação mínero-energética, resultando no fortalecimento de processos organizativos e na construção de saberes como elementos para refletir e direcionar suas práticas político-sociais de enfrentamento face à dinâmica sociometabólica do capital na região.

A luta de classe, nesse sentido, veio se configurando numa relação de contrários quanto à elaboração de saberes. Enquanto o capital pregava o desenvolvimento regional com a construção da Hidrelétrica de Tucuruí, com mudança na qualidade de vida, os pescadores, diante do exame da realidade propugnada por aquele e o cotidiano por eles vivido, construía formas opostas de entender a realidade e de nela intervir. Os saberes sociais desenvolvidos pelos pescadores nasciam, então, como respostas às negativas de vida ribeirinha oriundas dos efeitos de devastação para com seus modos de vida, numa relação dialética de acomodação e ressignificação, como o foram os relacionados aos Acordos de Pesca.

Cinco seções constituem o presente capítulo. Na primeira, intensificamos a análise sobre a construção da Hidrelétrica de Tucuruí e seus efeitos sobre a realidade de vida dos pescadores, considerando-se os saberes constatativos e os saberes performativos. Em seguida,

focamos a luta de contrários na configuração de saberes dos pescadores, discutindo-se emancipação e submissão desses sujeitos no interior de lutas de classe. Em uma terceira seção, analisamos o trabalho precarizado e a configuração de saberes do trabalho. Em seguida, tratamos da reestruturação ambiental e o saber preservacionista, analisando-se as contradições do saber preservacionista a partir dos *Acordos de Pesca*. Por fim, debatemos a relação da construção da Hidrelétrica com a organização dos pescadores, refletindo tal relação como saberes em disputa, além da relação entre pobreza, exclusão social e ressignificação de saberes, como pontos para uma organização política dos pescadores.

6.1 A HIDRELÉTRICA DE TUCURUÍ E SEUS EFEITOS SOBRE A REALIDADE DE VIDA DOS PESCADORES: SABERES CONSTATATIVOS E SABERES PERFORMATIVOS

O tratamento dado à construção da Hidrelétrica de Tucuruí resultou na necessidade de analisarmos os saberes sociopolítico-ambientais que foram gerados a partir desse marco histórico no cotidiano dos pescadores, numa perspectiva dialética. Ou seja, os saberes por eles produzidos em decorrência da dinâmica destrutiva do capital tendem a amalgamar-se em um *continuum* de ajustamentos e contradições, ora atados a uma situação de maior conflito com aquele, ora posicionados numa situação de menor problematização.

Isto posto, considere-se que a construção da Hidrelétrica de Tucuruí, iniciada durante o período de ditadura militar,¹⁴⁸ foi desencadeada para atender às demandas de grandes projetos industriais que se instalavam na região Norte, como o Complexo Industrial do Alumínio, em Vila do Conde, e a ALBRÁS e ALUNORTE, em Barcarena-PA.¹⁴⁹ Junto às camadas populares da região construía-se o saber de que sua implantação traria o desenvolvimento, implicando melhorias nas áreas da educação, da saúde, da geração de emprego e renda, principalmente para os ribeirinhos que habitavam o rio Tocantins, com suas ilhas, igarapés e furos.

Segundo um impresso do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB)¹⁵⁰ do município de Cametá, a partir da construção da Hidrelétrica de Tucuruí, a vida dos pescadores sofrera sérios prejuízos, tanto ambientais quanto econômicos, precarizando ainda mais a

¹⁴⁸ A ditadura militar no Brasil correspondeu a um período da política brasileira sob o governo dos militares, entre 1964 e 1985. No início da década de oitenta, os movimentos sociais, como os sindicatos, estão em intensa mobilização pela retomada democrática do país.

¹⁴⁹ Cf. Costa (2006).

¹⁵⁰ Trata-se do impresso *Um resumo do relatório da pesquisa participativa realizada pelo grupos (sic) de base do MAB no município de Cametá – Setor Médio – no período de fevereiro a março de 2006*, que se encontra em anexo.

existência ao longo do rio Tocantins. O documento expressa que 70% dos entrevistados informaram “[...] o escaqueamento de peixes no rio Tocantins e seus afluentes”, e 65% dos entrevistados destacaram que a água estava poluída, causando diarreia, doenças de pele e doenças estomacais.

Para o MAB de Cametá, antes da Barragem o pescador no interior das ilhas vivia da pesca e do extrativismo vegetal, mas depois vira seu modo de vida sucumbir diante das interferências do capital, metamorfoseado na figura desse grande projeto energético. Pelo exposto, as transformações no modo produção observadas nos últimos anos não se consubstanciaram para os pescadores em uma sociedade do tempo livre.¹⁵¹ Mas, pelo contrário, a precarização no modo de existência intensificou-lhes o forjamento de uma identidade classista de luta em prol dos seus interesses, tanto o é que acabam se organizando mais ainda, como é o caso do MAB de Cametá,¹⁵² a partir do trabalho da pesca que os unifica enquanto fração de classe.¹⁵³

A questão, pois, é que a materialidade de vida experienciada pelos pescadores demonstrava-se oposta à propugnada com a construção da Hidrelétrica de Tucuruí. Ao longo dos anos pós-construção da barragem, os pescadores foram verificando a diminuição de pescado, o empobrecimento ainda mais das comunidades e a perda de seus valores culturais, de sua identidade.

Emblemática, nesse sentido, é a fala do pescador artesanal Irácio Nunes, quando indagado sobre a presença da Barragem de Tucuruí. Ele destaca o desequilíbrio no cotidiano

¹⁵¹ Conforme Marx (2008a), trata-se de uma sociedade em que o homem não é explorado pelo próprio homem, havendo a oportunidade de se viver integralmente as ações mediadas pelo trabalho, podendo-se pescar, ser agricultor, poeta, escritor, etc., sem que nada disso seja em especificidade, mas o sendo na totalidade de oportunidades, usufruindo-se os resultados do trabalho humano, assumindo-o com valor de uso em oposição à alienação e à busca da mais-valia.

¹⁵² O MAB não se constituía em uma ação comum no cotidiano dos pescadores. Sua existência passa a se materializar a partir da segunda metade do início do século XXI, quando os pescadores percebem no movimento, que ganhava força nacional, oportunidade para ampliar a luta junto à Eletronorte — responsável pela Hidrelétrica de Tucuruí —, objetivando garantir seus direitos, em decorrência dos danos causados pela empresa ao trabalho que os constitui como fração da classe trabalhadora, ou seja, à pesca. Em 2006, na Comunidade Cuxipiari Carmo em Cametá (um conjunto de ilhas que congrega inúmeras famílias pescadoras), observamos uma assembleia de pescadores, marcada pela presença de várias outras comunidades, onde os trabalhadores se organizavam para ocupar a Eletronorte em Tucuruí, a fim de exigir água tratada, recursos para produzirem peixes em cativeiro, dada a diminuição e extinção de várias espécies de peixes na região, dentre outras exigências, como construção de escolas, postos de saúde e eletrificação rural. Tratavam de buscar condições para o fortalecimento da existência no interior da pesca, sem necessidade de rumarem para a cidade, aumentando os bolsões de miséria já apontados por Carvalho (1998) com o êxodo do rural para o urbano cametaense.

¹⁵³ Tem-se nisto o trabalho como estruturador de relações e identidades, além de servir de bandeira de luta contra as ações do capital. Não é à toa, por exemplo, que uma das músicas criadas pelos pescadores para nortear o programa de rádio que produzem nas emissoras comunitárias refere-se à afirmação do trabalho como pescador demarcando classe em oposição ao modo de existência preconizado como ideal pela sociedade burguesa urbana cametaense: “Sou, sou, sou pescador/não me envergonho de morar no interior”.

de trabalho dos pescadores advindo com essa construção: “[...] o principal, o principal culpado pela falta de pescado aqui no nosso, no nosso, não é só do município de Cametá, mas no Baixo Tocantins foi o projeto da Barragem de Tucuruí. Isso deu um desequilíbrio total aqui”; fato este também atestado pela pescadora Eleonor Valente Farias Filha: “A gente percebe que foi desde que fecharam essa barragem aí pra cima ficou; essa coisa aqui em baixo, essa Barragem de Tucuruí acabou com a metade das coisas que tinha”.

Em termos taxonômicos, diríamos que a fala do pescador Irácio Nunes de Freitas expressa um *saber constativo*, à medida que retrata a realidade advinda com a construção da Hidrelétrica de Tucuruí, constatando *a falta de pescado* e o *desequilíbrio total* no cotidiano dos pescadores. Por outro lado, também se observa um *saber performativo*, uma vez que sua fala interfere na realidade ao denunciar *o culpado pelo desequilíbrio*, instituindo um posicionamento político contrário ao propugnado pelo capital, qual seja o de que a construção da hidrelétrica melhoraria a qualidade de vida dos pescadores.¹⁵⁴

O fato de as falas dos pescadores apontarem para ações constativas e/ou para ações performativas diante da realidade conduz a uma reflexão sobre a linguagem humana instaurada pelo filósofo inglês John Langshaw Austin (1990), segundo o qual os homens, quando produzem práticas languageiras, não somente constataam dados da realidade, mas também atuam sobre ela, realizando coisas. Trata-se de uma concepção de linguagem como forma de ação, conforme A. Rodrigues (1995, p. 108-109):

Para a perspectiva acional, falar é, antes de mais, a realização de determinados atos intimamente associados ao desempenho da linguagem, atos que intervêm de algum modo na transformação do mundo, produzindo alterações em determinadas propriedades das pessoas e das coisas existentes no mundo.

[...]

Austin [...] parte de uma distinção entre enunciações (*utterances*) que afirmam algo e enunciações que não afirmam, mas realizam determinadas ações. As primeiras são proposições (*statements*) que constataam determinadas coisas ou estados de coisas, acerca das quais podemos averiguar da sua verdade ou falsidade, ao passo que das segundas não podemos averiguar se são verdadeiras ou falsas, mas antes se realizam ou não o ato que dizem realizar.

Às primeiras enunciações Austin dá o nome de constativas (*constatives*), às segundas dá o nome de performativas (*performatives*).

¹⁵⁴ Em termos históricos, considere-se que, somente a partir do final da década de 1990, foi que a cidade de Cametá passou a usufruir da energia gerada pela Hidrelétrica de Tucuruí, embora distante tão somente 250 km desse empreendimento mínero-energético. Registre-se ainda que, somente no início do século XXI, foi que as oito vilas do município de Cametá passaram a receber essa energia, restando ainda por receber energia as mais de 100 ilhas do município.

Nesse contexto, a palavra do pescador, além de constatar a realidade produzida pela construção da Hidrelétrica de Tucuruí, nela também atua, denunciando-a, *culpabilizando* os envolvidos pela destruição do modo de vida ribeirinha. Com isso, demonstram posicionamento político diante da realidade, agindo performativamente, por esse sujeito ter o poder para tanto, instituído pela vivência nas lutas dos pescadores, no cotidiano de suas práticas políticas, sociais e culturais. Ou seja, trata-se de um discurso de autoridade, sem o que a linguagem perde a possibilidade de criar ações enquanto se realiza, uma vez que, segundo Austin (1990), para que a linguagem crie realidade enquanto é proferida há necessidade de as pessoas e as circunstâncias serem convenientes para a realização do enunciado.

Contudo, se a fala do pescador enuncia um *saber performativo* na perspectiva dos trabalhadores, no sentido de conduzi-los para um posicionamento político de oposição ao disposto pelo capital, presentificado na figura da Hidrelétrica de Tucuruí, não se pode perder de vista que também enuncia uma realidade necessária para o funcionamento do sociometabolismo daquele, ou seja, a construção de condições para que os trabalhadores não se percebam enquanto classe. Nesse sentido, esclarecedoras são as palavras de Arroyo (2002, p. 77), para o qual uma das formas de o capital também subsumir o trabalhador é negando-lhe o direito “[...] à formação da cultura e da identidade enquanto classe”, enquanto “[...] sujeito de saber e cultura”.

E uma dessas condições refere-se à reconfiguração material da existência dos pescadores impossibilitando, em termos de produção-formação,¹⁵⁵ que as gerações mais novas tenham acesso a saberes produzidos pelas gerações que lhes antecederam. Assim, a produção-formação do sujeito pescador enquanto coletivo vai sofrendo um processo de esvaziamento de elementos que o constroem enquanto pescador, participe de coletivo de sujeitos que se identificam por ações similares no campo do trabalho.

A esse respeito, emblemática é a fala de José Pedro Alves de Pimentel sobre o processo de produção-formação quanto ao ofício de pescador, no sentido de que, no trabalho, produz sua materialidade objetiva e subjetiva que lhe servem como elementos formativos. Segundo o entrevistado, com a construção da Barragem de Tucuruí, o rio deixou de oferecer uma série de tipos de peixes, impedindo que seu filho os conhecesse. Diferente, entretanto,

¹⁵⁵ Utilizamos aqui o conceito de produção-formação numa referência a processos educativos que transcendem o ambiente escolar. Trata-se, conforme Arroyo (2002, p. 77), de uma concepção de educação enquanto “construção da identidade de uma classe” resultante de seus processos de trabalho, produzindo saberes e neles se educando concomitantemente.

era a relação de conhecimento anterior à Barragem, quando no trabalho com seu pai aprendia as relações de pesca necessárias para a obtenção de peixes como *jaraqui* e *aruanã*.

[...] porque peixe, quando eu comecei trabalhar com meu pai, ele era muito mais fácil de conseguir. Hoje, devidamente à barragem, fica muito difícil. Hoje meu filho não conhece o tambaqui, não conhece o aruanã, não conhece o jaraqui. Essas espécies de peixe o meu filho não conhece.
[E ressalta o pescador que] “[...] pra eles¹⁵⁶ conhecerem, eles têm que ir da Barragem pra cima.¹⁵⁷ Porque lá tem esse tipo de peixe, mas na nossa área não tem mais”.

Em termos de processo de produção-formação, o conhecimento relativo a tipos de peixes possibilita aos pescadores constituírem-se sujeitos da pesca, dominando um saber tácito sobre matizes diferentes de um mesmo pescado. Isto é, no cotidiano do trabalho, o pescador vai procedendo a sistemas de classificações no tocante a tipos de peixes e, por conseguinte, vai construindo conhecimentos sobre formas de captura e de produção de tecnologia pesqueira adequada para cada espécie, o que implica, quanto à formação, importantes elementos para serem socializados no coletivo de trabalhadores, garantindo-se a construção de uma identidade coletiva gestada no ofício da pesca.

Do ponto de vista do capital, esse não conhecer as práticas de produção-formação dos pescadores acaba por garantir-lhe elementos para a manutenção de uma ordem hegemônica, no sentido de as gerações mais novas irem perdendo elementos para se constituírem enquanto fração da classe trabalhadora ligada à pesca. Em termos educativos, já se vai construindo durante o processo uma negação de saberes produzidos pelos trabalhadores como elementos constitutivos de um pertencimento de classe.

Parafrazeando Arroyo (2002), diríamos que os avanços dos pescadores na formação do saber, da cultura e da identidade de classe, frutos do ofício que realizam, vão sendo negados e desestruturados, com o intuito de impedir, no *nascedouro de suas práticas laborais*, que as novas gerações se formem enquanto homens da pesca. Considerando as palavras de Arroyo (2002, p. 80), entendemos que a construção da Barragem de Tucuruí, para o contexto dos pescadores cametaenses, atuou como “[...] uma estratégia bem montada de negação da identidade cultural [...]”.

Todavia, esse processo de produção-formação não se encontra totalmente alijado de sua possibilidade formativa em termos de identidade de classe, considerando-se que, na dinâmica de luta, os trabalhadores não se constituem como sujeitos passivos diante da

¹⁵⁶ Referência aos filhos do pescador.

¹⁵⁷ Referência ao local de represamento das águas pela barragem, de onde resultou um grande lago no município de Tucuruí, com abundância de pescado.

realidade, tão somente tendo suas ações delineadas pelo capital, mas, pelo contrário, é exatamente na luta de contrários que os pescadores vão também firmando processos outros de construção identitária e de produção de saberes, mesmo diante da impossibilidade de determinados elementos de afirmação de classe se materializarem em suas práticas formativas em decorrência das investidas do capital, como o foram os conhecimentos sobre tipos de peixes na região e, por inferência, sobre os processos de captura e tecnologia para tanto.

6.2 A LUTA DE CONTRÁRIOS NA CONFIGURAÇÃO DE SABERES DOS PESCADORES: EMANCIPAÇÃO E SUBMISSÃO

No Capítulo I deste trabalho, focamos que os saberes sociais resultam do cotidiano dos trabalhadores, a fim de dar conta de seus interesses e também de interesses de classe. Tratou-se, então, de uma perspectiva analítica que coloca os sujeitos numa posição de protagonistas da história, vivendo suas contradições, ora mais próximos dos objetos por eles criticados, ora amplamente distantes, em luta *ferrenha*. É nessa perspectiva que passamos a considerar as análises a seguir, evidenciando os ajustamentos e as rupturas na construção e ressignificação de saberes pelos trabalhadores-pescadores aqui sob análise.

É nesse sentido, então, que podemos entender que os pescadores, em seu processo de construção identitária enquanto fração de classe, vão se constituindo sujeitos de sua história, permeada por estratégias de negação de identidade pelo capital, mas também por afirmações de identidade por parte dos pescadores. Por meio do ofício que realizam os pescadores vão se educando e se formando profissionalmente, dominando técnicas de captura de pescado e também produzindo instrumentos de pesca.

Essa afirmação de identidade vai se materializando na medida em que os pescadores, mesmo diante dos impactos da Hidrelétrica de Tucuruí, que privou as gerações mais novas de conhecerem determinados tipos de peixes, e, por conseguinte, os instrumentos necessários para a captura desses víveres, mantêm resistência em termos de produção-formação de saberes e sua expansão para essas gerações, no sentido de continuarem oportunizando o fortalecimento de classe a partir do domínio de capitais simbólicos que materializam o sujeito enquanto pescador.

É nessa perspectiva que nos relata a pescadora Eleonor Valente Farias Filha, para a qual as crianças da comunidade onde mora continuam a se envolver com os afazeres de pesca dos pais e, por extensão, a aprender elementos desse ofício, mesmo diante dos impactos

da Barragem de Tucuruí: “Pelo menos eu tenho vários sobrinhos que fazem. De seis anos pra cima eles já trabalham com o pai direto, de seis anos pra cima eles fazem isso já”.

Esse trabalho de continuar trazendo as gerações mais novas para conhecer o ofício de pescador, nele se envolvendo em um se-fazer-fazendo, cumpre papel importante no fortalecimento de classe, na configuração de uma coesão social que une os trabalhadores enquanto sujeitos que realizam uma atividade em comum e que, diante de negativas do Estado, veem-se no imperativo de se organizarem politicamente para lutarem por seus direitos. Trata-se, nesse sentido, de capitais simbólicos que, resultantes da materialidade histórica desenvolvida pelos pescadores, contribuem para o sentimento de uma identidade político-social.

Bourdieu (2010, p. 10), nesse sentido, salienta que “os símbolos são os instrumentos por excelência da integração social [...], eles tornam possível o *consensus* acerca do sentido do mundo social que contribui fundamentalmente para a reprodução da ordem social [...]”. Destaca ainda o autor que

As diferentes classes e fracções de classe estão envolvidas numa luta propriamente simbólica para imporem a definição do mundo social mais conforme aos seus interesses, e imporem o campo das tomadas de posições ideológicas reproduzindo em forma transfigurada o campo das posições sociais. (Ibidem, p. 11).

Assim, os pescadores, ao continuarem agregando ao seu ofício as gerações mais novas, mesmo diante da possibilidade de elas não continuarem nesse exercício, estão a promover uma luta diante do capital, que tudo busca homogeneizar, apresentando seus interesses como sendo comuns a todo conjunto de um grupo (cf. MARX & ENGELS, 2007), e que também procura impor aos homens formas de trabalho parcelado, reiterativo.

Ao possibilitar às gerações mais novas conhecimentos do ofício de pescador em um se fazer-fazendo, permeado por atividades artesanais, os pescadores buscam aproximá-las do *caráter criador do trabalho*, uma vez que, segundo Vásquez (1968, p. 265), o “[...] sujeito prático está em contato direto e imediato com a matéria; nele a relação entre a consciência e a mão é também imediata, ou através de instrumentos que são um prolongamento direto da mão”. E continua o autor:

Esse trabalho tem, por sua vez, um caráter universal no sentido de que suas diversas operações são efetuadas por um mesmo indivíduo com partes de uma totalidade que não desagrega em operações parciais, feitas por diferentes indivíduos. O trabalho artesanal adquire um caráter criador na medida em que está longe de reduzir-se à repetição de uma ou várias operações, e na medida em que põe em jogo a atividade da consciência. (Ibidem, p. 265).

E é nesse sentido que os pescadores buscam imprimir o processo produtivo-formativo em suas práticas laborativas, possibilitando que as gerações mais novas dominem a totalidade do ofício de pescador, desde a construção de instrumentos de pesca até os conhecimentos sobre tipos de peixes, pondo *em jogo a atividade da consciência*, numa unidade teórico-prática, sem separar-se o pensamento e a ação, a consciência e a mão, sabendo definir o que se faz e para que se faz, como relata a pescadora Eleonor Valente Farias Filha, que aprendeu com o pai o ofício de pescador, mas também foi desenvolvendo por conta própria esse ofício, da tessitura de redes de pesca à sua utilização e especificidade pesqueira:

[Meu pai] sabia fazer matapi, malhadeira [...]. Aprendi. Sei tecer malhadeira de fibra, de náilon, qualquer material de pesca — rede de puçá, rede de camarão, matapi. [A rede de camarão] [...] é aquela malha pequenininha que a gente faz pra lancear na praia. [Meu pai], eu via ele fazendo. Ele chamava a gente pra ensinar e ajudar ele fazer. De noite ele chamava a gente pra ajuda, ripar a tala e aí a gente foi aprendendo por nossa conta mesmo.

Parafraseando Marx (2008), pode-se entender que os pescadores em seu processo de produção-formação transformam o material sobre o qual operam, imprimindo-lhe o projeto que tinham conscientemente em mira, a fim de atender às suas necessidades, aos seus interesses laborativos.

Outro impacto social sobre o modo de vida dos pescadores, advindo com a construção da Hidrelétrica de Tucuruí e que contribuiu para um processo de posicionamento político diante da realidade imposta por tal empreendimento, refere-se a uma reconstrução do conhecimento geográfico da região e da busca socioeconômica viabilizada por esses sujeitos, não raro precarizando sua condição de trabalhador ao subsumir-lhe o trabalho como valor de uso pelo trabalho como valor de troca, a fim de se viver no interior dessa nova configuração.

Essa reconstrução de conhecimentos parte do princípio marxiano (MARX, 2008a) de que o modo de produção capitalista em seu processo de expansão vai modificando todas as formas de relações societárias estabelecidas, transformando aspectos da biodiversidade, por exemplo, a fim de atender às necessidades do mercado, e, por conseguinte, a forma de os homens categorizarem essa biodiversidade.

É nessa perspectiva que se podem entender as explicações do pescador Jorge Cardoso dos Santos para com a diminuição do pescado na região. Para o pescador, os responsáveis por essa situação são os aspectos geográficos, ou seja, a pesca diminuiu em decorrência de o rio estar secando, o que impede os peixes de se desenvolverem, porque requerem profundidade para reprodução, logo, isso obriga alguns pescadores a irem se

apropriando dos lugares mais profundos para, com equipamentos que destroem a possibilidade de reprodução pesqueira, como o *puçá*, *tocaremos peixes de lá*.

[A causa de o peixe ter diminuído] Eu acho que devidamente é o rio que tá secando. A gente pelo que observa no rio, quando a gente anda, é só praia, que tá só secando: onde era funda, parte que dava de dezoito a vinte metros, tá todo seco, igual como aí nessa ilha do Cacoal, uma parte que até os navios eram canal e hoje em dia não passa lá [...] E agente nota mesmo: olha aqui nesta frente aqui de novo outra distância, que tá secando; aí não tem como se acumular e outra coisa onde tem uma parte que o peixe pode ficar os pessoais vão com o puçá lá, com malhadeira mesmo, eles sentam aquelas malhadeira, pra tocar o bicho lá.

A partir das palavras do pescador, entram em choque duas realidades geográficas em forma de conhecimentos, categorizações, sobre a região. De um lado, uma biodiversidade marcada pelo passado na lembrança do pescador, onde se podia perceber profundidade *que dava de dezoito a vinte metros*, possibilitando maior presença de peixes; e outra, marcada pelo presente, onde *a gente pelo que observa no rio, quando a gente anda, é só praia, que tá só secando*, com menor capacidade produtiva de peixes.

Todavia, se a causa da baixa produtividade pesqueira na região pode ser atribuída ao rio que vem secando, impedindo que os peixes se reproduzam em lugares profundos, não menos verdadeiro se encontra o fato de que a seca desse rio decorre da construção da Hidrelétrica de Tucuruí, como já salientamos no início deste capítulo a partir da fala do pescador Irácio Nunes de Freitas, para quem “o principal culpado pela falta de pescado aqui, não é só do município de Cametá, mas no Baixo Tocantins, foi o projeto da Barragem de Tucuruí. Isso deu um desequilíbrio total aqui”.

Partindo-se desta percepção geográfica produzida pelo pescador, evidenciam-se novamente o *saber constataativo* e o *saber performativo*, tal qual observado no início deste capítulo. O pescador Jorge Cardoso dos Santos, ao enunciar que o rio está secando, constata uma realidade que impacta a produtividade pesqueira na região, enquanto, ao mesmo tempo, posiciona-se politicamente diante de tal realidade, buscando nela interferir, no sentido de questionar a utilização de instrumentos de pesca que *tocam os peixes de lugares ainda profundos*, impedindo a reprodução.

Por outro lado, a partir da fala do pescador Jorge Cardoso dos Santos, em comparação à fala de outros pescadores, observa-se um processo de construção de saberes em relação a como intervir na realidade impactada pela Hidrelétrica de Tucuruí que vai de uma perspectiva do *senso comum* ao *bom senso*, preceituado por Gramsci (2006).

Para o pensador italiano, o *senso comum* diz respeito às formas aparentes de o homem entender a realidade, sem ainda perscrutar as bases materiais que a explicam em sua essência. Entretanto, é preciso que os homens atinjam o *bom senso*, ou seja, a capacidade crítica de perceber a concreticidade das bases materiais que explicam a realidade, sem, contudo, negar os saberes oriundos da compreensão imediata que se dá à realidade observada, decorrente do senso comum.

Na fala do pescador Jorge de Cardoso de Moraes, observa-se que a atitude de enfrentamento diante da escassez de peixe na região, decorrente da seca do rio causada pelos efeitos da Hidrelétrica de Tucuruí, consubstancia-se em colocar o pescador como o sujeito responsável pela solução do problema e sendo ele, em linhas gerais, o produtor dessa situação, por não ter uma consciência crítica de preservação.

Metonimicamente, o entrevistado reproduz um discurso preservacionista pautado no *senso comum*, em que deixam de ser questionadas as razões de mercado que destroem a biodiversidade, a fim de atender à lógica expansionista de mercado, colocando-se no indivíduo o poder de intervir enquanto sujeito isolado na transformação social. Do ponto de vista do pescador, para que comece a existir novamente peixe para produção pesqueira na região há necessidade de “[...] a gente criar peixe e soltar pro rio; e que pudesse proibir sobre negócio de pescar de malhadeira”.

Então, é nessa perspectiva que se percebem as contradições que vão permeando o cotidiano dos pescadores na configuração de seus saberes, convivendo lado a lado saberes que tomam os problemas ambientais como resultantes do homem pescador tradicional, mas também como oriundos dos impactos negativos de um projeto sempre necessário para o sociometabolismo amplificador de riquezas excludentes do capital, como se pode perceber nas palavras do pescador Irácio Nunes de Freitas de que o principal culpado pelos problemas enfrentados pelos pescadores foi a *Barragem de Tucuruí*, demonstrando processos de formação distintos entre os pescadores, no tocante à leitura sobre a realidade.

Isso não quer dizer, contudo, um estranhamento quanto à situação impactante negativa vivida pelos pescadores, senão formas diferenciadas de entendê-la, convivendo dialeticamente o *senso comum* e o *bom senso* gramscianos, num processo que vem culminando para com o desenvolvimento do *bom senso*, à medida de outros pescadores vão assumindo em seus discursos e práticas uma postura de enfrentamento político contra a Hidrelétrica de Tucuruí, dela requerendo ações voltadas para os interesses dos pescadores, diante dos problemas socioambientais por eles vivenciados.

6.3 O TRABALHO PRECARIZADO E A CONFIGURAÇÃO DE SABERES DO TRABALHO

Nossas análises também têm oportunizado entender ainda mais a dinâmica de transformações que a construção da Hidrelétrica de Tucuruí foi introduzindo no cotidiano dos pescadores e, conseqüentemente, como isso foi impactando a configuração de seus saberes do trabalho. É nessa direção que conduzimos as seguintes análises, no sentido de se entender, por exemplo, um outro saber presente na fala de pescadores, em que se pode inferir uma precarização do trabalho desses sujeitos, à medida que a necessidade de sobrevivência, diante de um rio pouco produtivo, impeliu-os a um exercício de trabalho em que se sai da esfera de valor de uso de suas atividades laborativas para a esfera de valor de troca. O trabalho, nessa perspectiva, vai, então, sendo subsumido e o pescador vai ficando alienado dos resultados de sua produção.

Essa precarização ocorre à medida que o pescador intensifica a rotina de seu trabalho, produzindo instrumentos de pesca já não para suas atividades laborativas pessoais no rio, mas sim para vender a outros sujeitos que, destituídos ou não desse saber, necessitam desses instrumentos para desenvolverem tão somente a captura do pescado. É nesse sentido que o pescador Jorge Cardoso dos Santos relata que, a fim de dar conta de outras necessidades da existência, porque já não se pode *confiar somente nos resultados da produção pesqueira*, exerce *outro serviço*, qual seja o de produtor de *camaroeiras* para venda a outros pescadores. No dizer do pescador:

Eu cuido nesse meu serviço aí dentro de casa. Eu não me enfio também só na pesca não. Pesca quando saiu é pra mim defender a boia pra semana. Quando dá pra mim vender, eu vendo, quando não, também não tem problema não.

Eu trabalho nesse serviço aí de fazer camaroeira

Eu fazendo no barco. É meu serviço.

Eu vendo pro pessoal. Olha, ainda gora veio um menino aí. Ele já vai comprar.

Nesse sentido, a construção da Hidrelétrica de Tucuruí reordenou as atividades laborativas dos pescadores, impondo-lhes certa parcelização das atividades produtivas, de modo que há um pescador que produz os instrumentos de pesca e os põem no mercado, enquanto outros deles se apropriam pela compra, a fim de desenvolverem a pesca. Nessa perspectiva, evidencia-se uma fragmentação dos conhecimentos que envolvem o exercício da pesca, havendo profissionais da captura e de outro lado profissionais da produção de instrumentos de pesca: uns que executam a pesca e outro que possibilitam essa execução.

De acordo com Vázquez (1968, p. 266), pode-se considerar que a construção da Hidrelétrica de Tucuruí impactou não somente as questões ambientais na região, mas também a própria constituição identitária da práxis laborativa dos pescadores, instituindo uma divisão e especialização do trabalho na perspectiva de mercado. Se muito antes da barragem o pescador colocava todo seu ser no exercício da totalidade de ações para o exercício da pesca, já se nota outra lógica em que o pescador vai colocando “[...] todo seu ser a serviço de uma só e única atividade [...]”, embora ainda mescle essas ações com as atividades pesqueiras que realiza *pra defender a boia*, que corresponde, em termos comparativos, a realizar operações fragmentadas tal qual uma máquina assim as pode fazer.

Em termos sociológicos, a Hidrelétrica de Tucuruí vem intensificando entre os pescadores o trabalho em sua faceta abstrata, destituindo-lhes a finalidade do que produzem em termos de valor de uso. Agora, produzem-se *camaroeiras* para a pesca, ainda é essa a finalidade, mas não para seu produtor, porque esse último vê o fim de seu trabalho destinado para a venda, que possibilitará ao comprador o alargamento de sua produção pesqueira.

Essa realidade produtiva entre os pescadores já evidencia a perda pouco a pouco, com o costume, da capacidade de o pescador exercer seu antigo ofício em toda a extensão, parafraseando Marx (2008a). Trata-se de uma lógica que vai *mercadalizando* o trabalhador e impondo nos produtos por ele produzidos uma *fetichização*. Por isso, a *mercadoria*, que já não é mais um instrumento necessário para sua prática laborativa senão para a de outros, deixa de ser “[...] produto individual de um artífice independente que faz muitas coisas para se transformar no produto social [...]” (MARX, 2008a, p. 392) parcializado de um sujeito, que se mutila, nas palavras de Marx (2008a), ao perder a finalidade primeira que o motivava a desenvolver determinada tarefa.

Numa perspectiva capitalista, pode-se inferir que essa divisão produtiva e sua desvirtualização da produção para o viés de valor de troca vão impondo ao pescador uma *proletarização*, objetalizando-lhe a prática produtiva como máquina, monotonizando-a, não mais tanto lhe exigindo a intervenção da consciência, mas tão somente o fazer com rapidez e em maior escala para atender ao mercado consumidor.

Por outro lado, essa necessidade de consumo e demanda por instrumentos de pesca não deixam de se constituírem na materialização do empreendedorismo tão cultivado pelo capitalismo moderno, como forma de escamotear as desigualdades sociais por ele mesmo impostas, transportando para o trabalhador a solução para a melhoria da qualidade de vida.

Tal reflexão pode ser sustentada pela forma como vai se dando a construção desses instrumentos de pesca para a venda. Segundo informa o pescador Jorge Cardoso dos Santos, a fim de atender ao mercado consumidor, há necessidade de se dispor de recursos próprios, implicando constituição de *quotas-parte* financeiras pelo pescador para se adquirir materiais necessários para a construção das *camaroeiras*.

Não se trata, então, de uma atividade que se possa dispor tão somente dos recursos fornecidos pela natureza para dar conta do produto, mas de um fazer que pressupõe certa *capitalização* por parte dos pescador. No dizer do pescador, “Eu compro os materiais tudinho. Eu gasto numa faixa de 200, 00 a 300, 00 reais. E aí vou trabalhar. E aí, depois quando vou aprontando as camaroeiras eu embarco e saio pra vender”. Ou seja, não se trata de uma atividade em que todos os pescadores podem participar, senão os que possuem uma contrapartida financeira.

A partir de Vázquez (1968, p. 266), pode-se considerar que essa divisão e especialização do trabalho entre os pescadores “[...] convertem-se numa divisão do próprio homem, que põe todo seu ser a serviço de uma só e única atividade, que corresponde a uma das operações da máquina [...]”.

Fragmentada sua prática laborativa, pode-se considerar que vai o pescador perdendo a *universalidade do trabalho*, sendo esta substituída, segundo Vázquez (1968), pela especialização estreita e unilateral, convertendo o trabalho em um apêndice de uma máquina, não física, mas de uma lógica que busca a automação humana como propulsora de desenvolvimento. Trata-se de uma lógica que cumpre um papel político ao destituir o trabalhador, como estamos advogando, de capitais simbólicos que também lhe fomentam a coesão de classe, de pertencimento a uma categoria que se unifica no que fazem e também pelas consequências que lhes provocam o capital, por meio de seu agente mais forte na região, a Hidrelétrica de Tucuruí.

Não se pode considerar, contudo, que essa lógica da parcialização das atividades laborativas dos pescadores venha sendo a tônica entre eles, haja vista também a continuação do desenvolvimento de ações que primam pelo conhecimento totalizante de suas práticas produtivas, de modo a não destituir-lhes a identidade pesqueira como o sujeito que domina várias práxis laborativas ligadas ao exercício das atividades pesqueiras e, por conseguinte, à construção identitária do sujeito pescador. Nessa perspectiva, o próprio pescador Jorge Cardoso dos Santos é um exemplo disso, à medida que sabe pescar, criar peixes, produzir instrumentos de pesca.

Eu vou com a canoa minha. Aí chego com a minha malhadeira: o máximo é 18 braças; boto no fundo, esperando. Pegou tudo bem; se não, não. A gente pesca aí pra nós é tudo tipo de peixe que dá: pescada, aracu e dá o peixinho branco, jutuarana. Tudo a gente pesca, misturado.

E indagado sobre a construção do instrumento de pesca conhecido como *pari*, assim o descreve o pescador:

Ah! É muito fácil. A gente prepara a tala, tudo elas são finas. Aí tem umas que leva apontada [...].

Aí a gente vai tecer aqueles parizinho, já entendeu? Aí a gente tece outro parizinho com aquela tala apontada, aí tece de novo, aí vai injuliar ela: mete esse pau dentro do parizinho pra ele firmar. Aí depois vai injuliar ela, trançar um fio pra apertar aquele parizinho.

Assim sendo, no interior de relações antagônicas de classe, pescadores e capital disputam lógicas diferenciadas de existência. De um lado, o capital vem buscando parcializar as atividades laborativas dos pescadores, impondo-lhes a fragmentação como possibilidade de destituir-lhes elementos que lhes possam garantir a coesão social de classe, importante para processos organizativos e de embate político, a fim de se firmarem seus interesses. De outro lado, vêm os pescadores buscando garantir o domínio totalizante de suas práticas laborativas, como forma de assegurar-lhes a identidade de sujeitos que se colocam diante da sociedade como pescadores, com modos de vida diferenciados e impactados pelo capital, diante do que exigem política e organizadamente a garantia dos interesses.

Contudo, há de se considerar também que a construção da Hidrelétrica de Tucuruí intensificou a utilização dos conhecimentos dos pescadores sobre os recursos pesqueiros, à medida que lhes impôs uma necessidade de sustentabilidade diante da diminuição do pescado. Em certo sentido, pode-se considerar que o capital, metamorfoseado na figura desse empreendimento mínero-energético, apropriou-se desses conhecimentos a fim de transportar para os pescadores uma responsabilização e culpabilidade pela baixa produtividade pesqueira na região.

Nessa perspectiva, o capital intensifica sua lógica de socializar a pobreza como materialidade-mor dos impactos negativos dos seus empreendimentos com o coletivo de trabalhadores, sem, todavia, socializar as riquezas. Na lógica destrutiva do capital, conforme Mézáros (2002), são os trabalhadores que acabam assumindo os ônus das investidas desse modo de produção.

É nesse sentido que podemos entender as palavras do pescador Jorge Cardoso dos Santos, ao correlacionar seus conhecimentos pesqueiros com a necessidade de garantir a sustentabilidade dos rios, compreendendo ser necessário evitar a pesca com o *puçá*, por ser

esse instrumento prejudicial à reprodução dos peixes e por capturar também peixes muito pequenos, além disso, é importante cuidar do tipo de malhadeira e também com o tamanho do pescado, a fim de se garantir a sempre reprodução.

Eu pesco no dia certo sabe. Eu vou com a canoa minha, aí chego com minha malhadeira, o máximo é 18 braças, boto no fundo esperando; pegou, tudo bem, se não, não.

[Sobre o peixe pequeno] [...] a gente sabendo controlar é igual como eles fazem na Amazônia — nunca falha — pra gente é igual, por exemplo, como mapará: se tivesse um regime pra pegar ele, ele não falhava pra nós, mas não tem limites aqui; tem vez que eu vejo o mapará que eu acho do tamanho de um camarão, poxa!

É mapará muito pequeno; já se vê que não tem condição; se fosse peixe de mais ou menos de 25 cm, tudo bem!

Note-se que o pescador assume como importante a respeitabilidade ao tamanho dos peixes e a necessidade de os pescadores a incorporarem em suas práticas laborativas, como condição para a garantia da sustentabilidade dos rios e, por extensão, dos próprios pescadores. Essas considerações, contudo, eram práticas rotineiras na vida dos pescadores, que cuidavam de selecionar, por exemplo, o tipo de rede para o tamanho de peixe a ser pescado, a fim de se garantir a sempre reprodução, mas que acabaram por ser intensificadas pelos pescadores diante da rarefação do pescado na região, como resultado dos impactos negativos da Hidrelétrica de Tucuruí.

Essa rarefação, entretanto, além de contribuir para a intensificação de um discurso preservacionista como responsabilidade dos pescadores, também revela os conflitos que vão surgindo entre eles, no sentido de uns assumirem em suas práxis essa preservação e outros, não. Ou seja, no interior das relações sociopolíticas vivenciadas pelos pescadores não há uma homogeneização sobre a materialidade preservacionista por eles desenvolvida, não raro havendo situações de contenda, como nos relata o pescador Benedito Melo Pantoja. Houve momentos como na Comunidade de Jaracuera Grande, distrito de Curuçambaba, em que alguns pescadores, por exemplo, acabaram não respeitando os Acordos de Pesca estruturados no coletivo dos trabalhadores e utilizaram instrumentos de pesca, como o *puçá*, que têm efeito negativo para a preservação dos peixes da região, porque capturam os mais *miúdos*, ocasionando o acirramento conflituoso.

Em 2003, eu, sinceramente, fiquei muito magoado quando eu falo isso. Mas tem que falar, porque aconteceu. Nós tivemos uma deparação com um puçá lá dentro da reserva e teve muito sangue; só não teve morte porque Deus é grande. Mas foi superado, graças ao nosso criador e outras instituições que apoiaram nós, que viram que nós tava junto dos nossos direitos. É mudou.

A questão que se coloca é que o capital, ao se sociometabolizar na região por meio da Hidrelétrica de Tucuruí não afetou negativamente somente os recursos pesqueiros e os processos formativos de produção-formação, mas também as relações sociais entre os pescadores, acirrando conflitos, provocando a divisão dos trabalhadores: de um lado os preservacionistas; de outro, os voltados para a captura do peixe, independentemente de diminuição ou não do pescado da região.

Essa dicotomia para além da situação conflituosa experienciada pelos pescadores revela dois momentos históricos vivenciados por esses sujeitos em termos de saberes. Em primeiro lugar, pode-se entender que os pescadores que *burlaram* os Acordos de Pesca estavam motivados por um saber tradicional fundamentado na percepção de que durante anos sempre se pescou, sem que isso significasse diminuição de pescado. Assim, o *desrespeito* ao acordo de pesca não se constituía em uma represália a uma decisão coletiva motivada por uma ação irracional, de quem não aceita a preservação, de quem não é conscientizado, senão um possível entendimento de que o acordo opunha-se a seus modos tradicionais de vida, para os quais a pesca sempre fora abundante.

Em outro extremo, contudo, estaria um conjunto de pescadores para os quais esse saber tradicional correlacionou-se ao saber preservacionista, para o qual a sobrevivência do homem dependeria da negação de modos de vida outrora rotineiros e sem impactos maiores sobre sua existência. É nesse sentido, por exemplo, que o pescador Benedito Melo Pantoja salienta que muitos pescadores necessitavam estar conscientizados, ou seja, envolvidos pela compreensão de que o modo de vida tradicional pressupunha nova configuração, a fim de se manter a existência na região.

Esse acordo de pesca aconteceu depois que existiu a pesca predatória; ou seja, o pescador não conscientizado de pescar o graúdo e deixar o miúdo pra fazer o reformamento. Então, a partir dessa data, nasceu o acordo comunitário de pesca, para que a gente tivesse uma consciência melhor de fazer a pesca dentro dos parâmetros legais, como aconteceu.

Nesse sentido, na configuração político-social dos pescadores, observa-se um choque de saberes, de percepções diferenciadas sobre o *modus vivendi* de se constituir pescador. Para uns, havia a compreensão fundamentada na experiência tradicional, pautada na coleta pesqueira sem prejuízo para a existência de futuras gerações; já para outros, havia uma percepção orientada pelas ações do capital na região, decorrentes da construção da Hidrelétrica de Tucuruí, para a qual a pesca tradicional deveria estar eivada de um viés intenso de preservação, se se quiser ainda ter pesca na região.

Por outro lado, a construção da Hidrelétrica de Tucuruí na região tocantina¹⁵⁸ impactou não tão somente os saberes dos pescadores com relação a seus processos de produção-formação e de gestão de seus modos de vida, como também reconfigurou a própria definição do que seja pescador, legalizando um não comprometimento do Estado para o desenvolvimento de políticas públicas que abarcassem a totalidade de pescadores que havia antes da construção dessa hidrelétrica.

Consideremos, nesse sentido, que, com o advento dessa hidrelétrica no rio Tocantins principalmente a partir da década de 80 do século XX, ocorrera no município de Cametá um crescente êxodo da população ribeirinha, pescadora em sua maioria, para a sede municipal.

Em 1980, por exemplo, segundo o IBGE, Cametá possuía uma população de 79.317 habitantes, sendo 21.372 na zona urbana e 57.945 na zona rural, configurando-se, em termos percentuais, em 27% para a área urbana e 73% para a área rural. Em 2007, por outro lado, o IBGE registrou uma população total para Cametá de 108.204 habitantes, sendo 44.797 para a zona urbana e 63.407 para a zona rural, correspondendo, em termos percentuais, a 42% para a primeira área e 58% para a segunda.

Embora ainda tenha se mantido uma superioridade demográfica da zona rural sobre a zona urbana, tal qual o observado na década de oitenta, há de se considerar que, num espaço de 27 anos (1980 a 2007), houve um decréscimo na população do meio rural, passando de 75% para 58%. Ou seja, enquanto a população da zona rural decaiu 15% nesse período, a população urbana passando de 27% (1980) para 42% (2007), isto é, cresceu 15% nesse mesmo período, evidenciando o intenso êxodo rural a que se aludiu em parágrafo anterior.

Tal situação já havia sido atestada por Carvalho (1998, p. 61), quando, ao tratar de exclusão social no município de Cametá, na década de 1990, observou *considerável inchaço populacional* na cidade, em decorrência da “[...] migração de pessoas oriundas de outras localidades vizinhas, principalmente ribeirinhos, que sofreram, nos locais onde moravam, com o impacto ambiental pela construção da Barragem da Hidrelétrica de Tucuruí [...]”, a qual provocara “[...] inundações e outros fatores que contribuíram para que saíssem à procura de novos lugares e novas terras para se abrigar e sobreviver”.

Mas onde se encontra, por conseguinte, a questão da redefinição da identidade dos pescadores e como essa situação legalizou um não comprometimento do Estado para o

¹⁵⁸ Além do município de Cametá, a região tocantina compreende os municípios de Mocajuba, Limoeiro do Ajuru, Baião, Igarapé-Miri.

exercício de políticas públicas que abarcassem a totalidade dos pescadores atingidos pelos impactos negativos da construção da Hidrelétrica de Tucuruí?

Consideremos inicialmente que, ao saírem os pescadores para ocuparem a periferia da cidade de Cametá, tiveram esses sujeitos que reconfigurar seus saberes com relação à pesca, a fim de conseguirem sobreviver economicamente no interior do meio urbano. Pode-se entender, nesse sentido, que continuaram pescadores por dominarem uma série de conhecimentos frutos do imergir no mundo da pesca quando moradores das regiões ribeirinhas, mas já sem uma efetiva materialidade pesqueira.

Em outras palavras, esse êxodo rural provocara a cisão do trabalho enquanto práxis, unidade teórico-prática, produzindo dois homens em um homem pescador: um sujeito *faber*, voltado para ações de trabalho mais cidadinas, como o *marreteiro* da feira livre, o vendedor de roupa, o vendedor de açaí, por exemplo, com os conhecimentos necessários para o desenvolvimento de tais atividades laborais, concomitante com o sujeito pescador não ativo, que domina uma gama de saberes oriundos da pesca, mas sem uma efetiva atividade laboral no ofício da pesca.

Tal cisão do trabalho, enquanto unidade teórico-prática, torna-se, em termos sociológicos, importante para o capital e prejudicial para a classe trabalhadora, à medida que permite àquele romper com a consciência de classe dessa última, a fim de se impedir a possibilidade de organização e reivindicação dos trabalhadores.

Logo, o capital, com os impactos ambientais e sociais negativos da Hidrelétrica de Tucuruí, veio buscando impossibilitar a coesão político-sociocultural mediada pelo trabalho comum que esses pescadores realizavam quando do efetivo exercício da pesca. Tratou-se, enfim, de destituir o trabalhador da possibilidade de se perceber como coletivo de sujeitos ligados identitariamente pelo trabalho similar que desenvolviam, fragmentando-os socialmente, dividindo-os e impedindo-os de agir organizativamente.

Não menos importante encontra-se o fato de que o surgimento desse sujeito pescador não ativo, impregnado com conhecimento sobre a pesca, mas inativo nessa profissão, ao qualificar-se enquanto *marreteiro* ou *vendedor de roupa* na feira livre de Cametá,¹⁵⁹ por exemplo, expõe as chagas que advêm com o sociometabolismo do capital. Com efeito, o capital, ao negar as condições de vida dos pescadores quando os impactou negativamente a existência, dada a construção da Hidrelétrica de Tucuruí, foi também

¹⁵⁹ Não raro, grande parte dos feirantes que constituem a feira-livre de Cametá é oriunda do meio rural: são pescadores e agricultores que encontram, no mercado informal, como vendedores e prestadores de serviço a possibilidade de garantirem a existência.

conduzindo-os para o mercado informal, como forma de manter a ordem. Frigotto (2006, p. 155), a esse respeito, salienta que o mercado informal, no interior da lógica capitalista, “[...] funciona como uma espécie de amortecedor das tensões sociais, uma alternativa ao desemprego produzido pela forma de o capital se organizar e desenvolver”.

É contra essa lógica que os pescadores buscaram a organização política. Diante da sempre possibilidade de a exclusão social ir se intensificando, de os pescadores irem sendo obrigados estruturalmente a abandonarem suas práxis produtivas definidoras de classe, esses trabalhadores foram buscando na organização o saber para postar-se criticamente diante da realidade, tornando-se intelectuais orgânicos coletivos de suas causas, de seus interesses. É nesse sentido que o pescador José Fernandes Barra, atual presidente da Z-16, destaca o surgimento da entidade que dirige:

Através de muitas reuniões, [...] nós começamos a nos organizar nas comunidades, através de reuniões dentro da prelazia, tinha a pastoral dos pescadores e aqui temos uma luta muito grande do Carlos Neto, que era o coordenador naquela época, então nós juntamente com eles começamos a nos organizar, porque começamos a ter necessidade de ter uma entidade que nos representasse. [...] vendo a necessidade dos pescadores e pescadoras, nós começamos a reunir várias vezes e não foram poucas vezes [...].

Em termos gramscianos, contra as investidas do capital nesta configuração do pescador não ativo, os pescadores vêm buscando se opor através da organização política, mediada pela Colônia de Pescadores Z-16, a fim de instituir uma práxis política que os coloque no papel de agentes propulsores dos interesses do coletivo de trabalhadores, exigindo políticas públicas que assegurem os *modos de vida ribeirinho* em oposição ao *modo de vida cidadão*, por se compreender os efeitos negativos que o êxodo rural implica na vida dos pescadores.

É nesse sentido que nos relata o pescador Irácio Nunes de Freitas, para quem a Colônia atua não somente em políticas de organização da pesca, mas também em ações que viabilizem políticas sociais outras, como as educacionais, de modo a permitir que o coletivo de trabalhadores se ache contemplado em suas necessidades para além da pesca, buscando-se, dessa maneira, criar condições para o fortalecimento de classe, de organização e de reivindicação.

A Colônia, ela tem feito alguns trabalhos, digamos assim, social, trabalho também educativo. Mas a Colônia, ela tem se preocupado muito com a questão, digamos assim, das políticas sociais. Ela tem se preocupado muito, porque [...] se fosse falar um pouco da minha história, eu estudei até os treze anos, quando eu fiz a quinta série eu parei de estudar, porque não tinha mais lá, passei a trabalhar mesmo na pesca e hoje depois de acho quase vinte anos é que eu voltei a estudar de novo. Então hoje a Colônia tem essa

preocupação também de fazer o cursinho para os filhos de pescadores para ele poder disputar uma vaga lá na universidade, informática. Então eu penso que a Colônia ela tá cumprindo uma função não só de organização da pesca em si, mas outra também, políticas que são necessárias.

Entretanto, há de se considerar que se os pescadores, diante dos efeitos negativos da construção da Hidrelétrica de Tucuruí, buscaram na organização política, por meio da Colônia de Pescadores Artesanais, a estratégia para se oporem às ações do capital na região, exigindo políticas públicas do Estado que lhes atendessem a perspectiva de classe, há de se considerar, também, como essa organização, em decorrência do intenso êxodo rural provocado pela construção daquela Hidrelétrica, constituiu-se impossibilitada para exigir do Estado políticas públicas que abarcassem também aqueles pescadores que se viram obrigados a deixar a unidade teórico-prática de pescador por uma unidade teórico-prática multifacetada, haja vista que já não se consubstanciavam pescadores, no sentido atribuído pela própria Colônia, conforme o Art. 1º de seu Estatuto (COLÔNIA..., 2009, grifos nossos): “A *Colônia de Pescadores Z-16 de Cametá [...] congrega pessoas que fazem da pesca sua profissão ou o meio principal de vida [...]*”.

Consequentemente, ao se criarem as condições para o intenso êxodo rural que se materializou sobre a vida dos ribeirinhos, impulsionando-os para uma redefinição da identidade de pescador, também se foram criando as condições para que o Estado não se visse obrigado a fazer suas ações chegarem a esses sujeitos enquanto pescadores, haja vista que eles já não se constituíam como sujeitos que faziam *da pesca sua profissão ou a tinham como meio principal de vida*.

Nesta conjuntura, o capital, ao impor seu sociometabolismo destrutivo, não só vai reconfigurando a natureza e as relações sociais, mas também vai criando as condições legais para legitimar suas práticas, desobrigando seus instrumentos jurídicos, como o Estado, a serem responsáveis pelas políticas públicas para com aqueles que sofrem materialmente os impactos de seus interesses, como a classe trabalhadora.

Contudo, numa concepção dialética de história, são justamente essas condições antagônicas aos interesses dos trabalhadores que lhes vão fornecendo os elementos para a organização política, por se compreender, no cotidiano da existência, que algo conhecido como o sociometabolismo do capital não consegue, em decorrência de sua essência destrutiva, dar conta das condições que humanizam o homem, nem garantir-lhe o reino da liberdade.

Consideramos, nesse sentido, que a percepção do efeito destrutivo do capital na região, ao criar as condições jurídicas para se negar o acesso a políticas governamentais de

assistência a pescadores, como o Seguro-Defeso, em particular para os sujeitos que migraram para a cidade, tornando-se pescadores-não-ativos, contribuiu como um saber político para que esses pescadores criassem a Colônia Z-16, importante instrumento representativo de classe, a fim de se inibir o êxodo rural, buscando condições junto ao Estado para que eles tivessem garantias reais de existência, mesmo diante dos impactos negativos da Barragem de Tucuruí.

6.4 A REESTRUTURAÇÃO AMBIENTAL E O SABER PRESERVACIONISTA

A análise dos dados orientou-nos a considerar os saberes sociais produzidos pelos pescadores artesanais de Cametá, no tocante à preservação de seus recursos pesqueiros, como resultantes dos impactos ambientais sofridos pelos pescadores a partir da construção da Hidrelétrica de Tucuruí, com enfoque especial nos Acordos de Pesca por eles institucionalizados.

Nessa perspectiva, analisamos o discurso e as práticas de preservação como favorecedoras do acirramento de conflitos entre os pescadores, promovendo-se uma compreensão de preservação como de responsabilidade individual, descomprometendo-se o capital, na figura da Hidrelétrica de Tucuruí, como o elemento responsável pelo comprometimento da existência desses sujeitos.

Por fim, analisamos os Acordos de Pesca, embora tenham surgido como resposta a influências do capital na região e como necessidade para obtenção de recursos do Estado para os pescadores, como saberes sociais ressignificados por esses mesmos trabalhadores, por meio da Colônia Z-16, contribuindo para o fortalecimento de uma consciência de classe.

6.4.1 As contradições do saber preservacionista a partir dos *Acordos de Pesca*

A construção da Hidrelétrica de Tucuruí, conforme Costa (2006) e Carvalho (1998), impactou consideravelmente a vida dos pescadores artesanais ligados à Colônia de Pescadores Z-16, implicando diminuição de pescado, êxodo rural para a sede do município, aumento de pobreza e exclusão social.

Com essa diminuição, entretanto, veio configurando-se entre os pescadores, em termos de organização, um discurso de preservação ambiental, implicando o surgimento de *Acordos de Pesca*. Em termos conceituais, segundo a Revista Cametá, no capítulo “Conjunto de Regras dos Acordos de Pesca” (MMA, 2006, p. 31) produzida pelo Ministério do Meio

Ambiente em parceria com a Colônia de Pescadores Artesanais Z-16, o acordo de pesca pode ser compreendido como sendo fruto de intenso processo de discussão envolvendo comunidades pesqueiras, incorporando aspectos “[...] culturais locais, econômicos e políticos, como o sistema de patronagem, e questões externas, como a política governamental e o mercado”.

Em Cametá, a Z-16 desenvolveu inicialmente esses acordos, com o apoio do IBAMA, em duas comunidades pesqueiras do município, Joroca de Baixo e Cuxipiarí Carmo, depois se estendendo para outras localidades, implicando ações como: não pescar no período de defeso, não utilizar apetrechos de pesca como o *puçá*, por seu efeito negativo de captura de diferentes espécies de peixe e tamanho, revolvendo o fundo dos rios, onde, não raro, dá-se a reprodução pesqueira, conforme orientado na Revista Cametá (MMA, 2006).

Do ponto de vista burocrático, os Acordos de Pesca foram legalizados em 31 de dezembro de 2001, por meio da Portaria do Ministério do Meio Ambiente de nº 029, e fortalecidos ainda com a criação de agentes ambientais voluntários das comunidades, “[...] com poder de constatação para organizar a fiscalização dos acordos, autorizados pelo IBAMA local” (MMA, 2006, p. 32), bem como com a constituição de normas outras criadas pelas comunidades, a fim de subsidiar seus acordos, por meio da criação de Associações, como a Associação Comunitária de Preservação do Meio Ambiente do Rio Jorocazinho, definindo procedimentos de preservação tais como:

A referida Associação, usando de suas atribuições legais e estatutárias, decreta a seguinte nota:

— Todos os moradores da área em preservação têm o dever de colaborar pelo bem estar da população ajudando na educação ambiental, preservando junto ao meio ambiente.

Para que os objetivos sejam alcançados devem ser obedecidas as normas estatutárias como:

— Pescar no rio sem usar instrumentos predatórios como: Malhadeira de arrastão, ceboleira, tarrafa, figadeira e puçá.

— Não será permitida a exportação dos alevinos (peixe miúdo) tiração de acarí, vendas de pássaros e animais silvestres.

É proibido também o acesso de pessoal no local onde será feita a pesca do mapará evitando assim a invasão e proteção aos mergulhadores.

Não é permitido corte de aturiá na área preservada assim como baque de água com vara na beira do rio.

A bacia do poço da rampa é intocável.

OBS: As malhadeiras a serem usadas serão limitadas da seguinte forma: malha 30 mm e com 30 metros de comprimento.

Vamos todos desenvolver sem depredar!

Jorocazinho de Baixo, 25 de junho de 2001.

Acopremarj, Ibama, Colônia Z-16 e PDA (MMA, 2006, p. 34).

Para além dos documentos oficiais criados pelo Ministério do Meio Ambiente, como a Portaria 029, de 31 de dezembro de 2001, as normas de pesca desencadeadas pelas comunidades significaram a utilização de seus saberes sobre os rios e as ações de pesca, como materialidade concreta para a efetivação dos acordos e das determinações da própria portaria. Com efeito, eram os pescadores que sabiam que, para a preservação dos recursos pesqueiros e o sucesso dos Acordos de Pesca, o não corte de *aturiás* e a intocabilidade da bacia do poço, dentre outros fatores, eram de suma importância.

Nessa perspectiva, observava-se o disposto por Gurgel (2003), quanto ao fato de que as leis até chegarem à realidade imediata dos sujeitos que vivem o cotidiano vão sendo mediadas, sofrendo processos de gestão a fim de se tornarem aplicáveis. Assim, as normas locais criadas pelas associações de preservação ambiental vieram contribuir para com a efetivação prática dos Acordos de Pesca delineados pelo Ministério do Meio Ambiente.

Por outro lado, essa apropriação dos saberes dos trabalhadores, no tocante aos rios, a fim de se materializarem efetivamente os Acordos de Pesca nas comunidades, cumpria papel importante na lógica capitalista para se continuar extraindo a mais-valia. Considerando-se que, não sendo o capital uma coisa, mas sim uma rede de relações sociais e relações de classe (cf. FRIGOTTO, 2006), o envolvimento dos pescadores na dinâmica desses acordos acabou por conduzi-los a um processo de responsabilização, como se a “criatura *preservação*” fosse uma realidade criada por eles próprios, cabendo-lhes, conseqüentemente, o desenvolvimento das condições para que ela se realizasse.

Nesse sentido, esses acordos, enquanto manifestações de trabalho improdutivo, não deixaram, no interior das relações sistêmicas do modo de produção capitalista, de com ele contribuir, à medida que fomentaram a manutenção da ordem, cooptando os pescadores para assumirem um projeto de preservação que não haviam criado, mas sim sofrido as suas conseqüências. Tratou-se de uma manutenção necessária para que o capital não tivesse que conviver com levantes sociais que pudessem lhe perturbar a “serenidade” do processo de produção de riquezas não socializáveis,¹⁶⁰ sem que, para isso, tivesse que alocar recursos, pois absorvia gratuitamente os saberes dos trabalhadores em prol de seus interesses.¹⁶¹

¹⁶⁰ Como Frigotto (2006, p. 153), compreendemos que o Estado, em sua forma intervencionista no interior do capitalismo monopolista, ao criar dispositivos legais não raro pode estar salvaguardando “[...] os interesses do capital no seu conjunto”. É nessa perspectiva que entendemos a construção dos Acordos de Pesca: instrumentos para salvaguardar os interesses do capital, por meio da manutenção da ordem por ele próprio desestabilizada, ao se implementar a construção da Hidrelétrica de Tucuruí, afetando a materialidade de vida dos pescadores, negativamente.

¹⁶¹ Aranha (1997) já salientava que, no interior das fábricas, não raro os saberes tácitos dos trabalhadores são expropriados pelo capital, conforme observado no Capítulo I desta tese.

Não obstante essa estratégia do capital, os trabalhadores vão, também, construindo outras lógicas, a fim de instaurarem seus interesses de classe. É nessa perspectiva, então, que se podem entender as lutas que os pescadores foram empreendendo junto à Eletronorte, agenciadora da Hidrelétrica de Tucuruí, para que os acordos pudessem trazer-lhes benefícios sociais, exigindo políticas de crédito para as atividades pesqueiras voltadas para a construção de tanques de criação e de manejo de açazais.

Portanto, se os acordos foram instaurados e se as comunidades buscavam a sua efetivação, caberia aos agenciadores do capital na região,¹⁶² como a Eletronorte, fornecer condições materiais para a sobrevivência dos pescadores, para além de instrumentos legais, como os acordos, o que resultou, por exemplo, em aprovação de projetos voltados para sustentabilidade local, como o Programa Demonstrativo na Amazônia (PAD), gerando projetos de piscicultura, conforme relata o pescador Irácio Nunes de Freitas, quando da necessidade de potencializar a Colônia a fim de empreender às ações políticas que trouxessem benefícios sociais aos pescadores, além de “outras coisas”.

Olha nós precisávamos retomar ou tomar a colônia. É pra ela ser uma ferramenta, um instrumento para o pescador. Então, e dentro do nosso objetivo, organizar os pescadores pra eles terem o direito no benefício deles, benefícios sociais, mas também pra colocar outras coisas e aí é que foi que a gente foi começando a montar esse trabalho, digamos assim: primeiro nós conseguimos um projeto que era o PDA, que era projeto, digamos assim, piloto, pra que pudesse trabalhar a preservação pra que agente pudesse trabalhar o manejo dos açazais, pra que agente pudesse trabalhar. A questão de início era isso, da piscicultura também. Aí depois agente fez a complementação, porque justamente hoje é muito difícil o ribeirinho sobreviver só da pesca, por conta da escassez do pescado.

Esses processos de acomodação aos interesses do capital em concomitância com uma crítica a ele, exigindo projetos outros de sustentabilidade econômica, numa oposição à realidade imposta à região, servem para caracterizar como os pescadores constituem-se sujeitos de um existir dialético, assimilando existências, negando-as em outros momentos, buscando outras formas de sociabilidade. Trata-se de um ser social que no interior das relações do capital vai mediando conflitos, como quando da assimilação dos Acordos de Pesca, enquanto também vai impondo exigências, exigindo direitos.

¹⁶²Entendemos, tal qual Frigotto (2006), que o capital, compreendido como rede de relações sociais e de relações de classe determinados pelas relações econômicas, vai criando gerentes em diferentes *locus de existência*, como empresas e o próprio Estado, a fim de conduzirem ações que lhe possibilitem a sempre extração da mais-valia. Parafrazeando Frigotto (2006, p. 159), trata-se de gerentes com uma característica improdutiva, no sentido de trabalho improdutivo, mas cuja improdutividade, “[...] sob o ângulo da produção [...]”, tomada dentro do ciclo do capital, mostra-se necessária “[...] à realização desta produção”.

No demais, há de se considerar que os pescadores constituíram-se, ao longo dos anos, em sujeitos de uma práxis política voltada para a manutenção da vida, em decorrência da lógica expropriadora do capital na região, via Hidrelétrica de Tucuruí, de modo que os Acordos de Pesca foram-lhes dando resultados positivos em termos de possibilidade socioeconômica, como o aumento da produção pesqueira e retorno de algumas espécies de peixes que tendiam a desaparecer, conforme denunciado na Revista Cameté (MMA, 2006, p.50).

A questão, contudo, é que, ao serem implementados os Acordos de Pesca junto aos pescadores, a situação que lhes estava colocada era que a melhoria da produção pesqueira na região dependia do seu papel enquanto preservacionistas, sujeitos *conscientes* dos danos que a pesca de peixes *miúdos*, pequenos, traria para sua qualidade de vida e, conseqüentemente, para sua existência enquanto pescador. Partindo dessa perspectiva é que o pescador Benedito Melo Pantoja vai registrar que esses acordos visavam a inibir a pesca predatória: “Esse acordo de pesca aconteceu depois que existiu a pesca predatória, ou seja, o pescador não conscientizado de pescar o graúdo e deixar o miúdo pra fazer o reformamento”.

Em termos de saberes sociais, a fala do pescador evidenciaria um *saber social enquanto atitude*, correspondendo a uma valoração da existência dos trabalhadores, no sentido de garantir-lhes os elementos de sobrevivência — o pescado. Todavia, ao assumir essa atitude, o pescador ressignificou para si a responsabilidade pelos problemas socioambientais resultantes da construção da Hidrelétrica de Tucuruí, eximindo, em seu cotidiano, o capital pelos problemas que lhe problematizam a existência.

Entretanto, esses acordos não se tornaram coesos em sua aplicabilidade entre os pescadores, como já exposto inicialmente no Capítulo IV e também relatado, por exemplo, pelo pescador Benedito Melo Pantoja, que ressalta o fato de, em sua comunidade, o não cumprimento desses acordos *quase* ter implicado *derramamento de sangue*.

[...] em 2003, eu, sinceramente, eu fico muito magoado quando eu falo isso. Mas tem que falar porque aconteceu. Nós tivemos uma situação com um puçá lá dentro da reserva e teve muito sangue; só não teve morte por Deus é grande. Mas foi superado e graças ao nosso criador e outras instituições que apoiaram, que viram que nós tava junto dos nossos direitos [...].

E enfatiza ainda mais essa questão o pescador José Pedro Alves de Pimentel:

Inclusive eu coloquei um acordo de pesca lá na minha comunidade. Quando eu vi que estava partindo até pra perder vidas de pessoas, eu mandei parar. O pessoal saía pro rio de espingarda, de terçado, se encontrava lá pelo rio, um dia quase dá uma morte lá: um casco cheio até com criança, afundaram o casco do rapaz e a gente teve que pegar num outro barco lá, aí eu vim aqui,

comuniquei, fui na delegacia, os rivais que fazem parte do acordo de pesca. Aí eu mandei parar, porque eu vi que ia dar algo errado.

Mas por quais razões os Acordos de Pesca tenderam a produzir conflitos entre os pescadores, quando uma de suas metas era promover o consenso em prol do bem comum, garantindo a sustentabilidade deles? Em outros termos, quais razões podem explicar os conflitos entre os pescadores, a partir do desenvolvimento desses acordos, embora tenha havido uma aceitação pelas comunidades, como destaca o presidente da Colônia Z-16?

Várias comunidades se organizam e eles sentam; e, de acordo com o que eles decidem lá, por exemplo, “nós vamos pescar dessa e dessa forma, nós vamos tirar essa e essa rede”, e com isso os muitos Acordos de Pesca estão dando certo; com isso aparece o mapará, aparecem os outros peixes, porque, porque aquele rio foi manejado, ali tem um acordo. Graças a Deus essa foi uma experiência que deu muito certo na nossa região.

Responder a tais indagações pressupõe, antes de tudo, compreender as relações sociometabólicas do capital e o processo histórico que engendrou o surgimento desse sistema de controle de pesca entre os pescadores, para os quais, essas dificuldades de aplicabilidade dos acordos entre todos os que faziam da pesca sua profissão residia na própria condição socioeconômica de pobreza por eles vivenciada. Ou seja, não havia outra sustentabilidade que lhes garantisse a existência enquanto não se podia pescar em determinada área, dadas as orientações dos acordos, de modo que, em nome da existência, partia-se para a invasão dos espaços já preservados, onde a produtividade aumentava, a fim de se extrair a subsistência, conforme relata o pescador José Pedro Alves de Pimentel:

O pessoal, eles achavam que o acordo de pesca impedia eles de trabalhar lá na área, porque o acordo de pesca é assim: a gente fecha uma área e lá nessa área não pode pescar; só não num tempo determinado; quando tem peixe “avortado”, que dê pra atender à comunidade, a gente pega a rede e vai pescar pra dividir os peixes nas comunidades. Esse é o acordo de pesca comunitário que a gente tinha lá; e aí como tem o peixe que tem local que é preservado, o peixe se acumula lá; onde não estava preservado, não tinha peixe. Aí eles tentavam invadir onde estava preservado. Esse foi o maior problema que veio trazer o nosso acordo de pesca, que eu coloquei lá na minha comunidade.

Todavia, para uma maior compreensão desses conflitos, é necessário fazer uma análise que leve em consideração o fato de os pescadores, ao longo de suas vidas, desenvolveram um *saber social no que diz respeito à valoração pelo equilíbrio pesqueiro na região*, implicando o respeito às determinações do processo de reprodução dos peixes, de modo que, tacitamente, esses trabalhadores não pescavam peixes pequenos, bem como consideravam em suas produções o período da desova do pescado. Havia, assim, Acordos de Pesca por eles desenvolvidos no cotidiano do ofício que aprenderam socioculturalmente.

A esse respeito, esclarecedoras são as palavras do pescador Jorge de Cardoso dos Santos, ao expor a necessidade de se considerar o tamanho do peixe quando do exercício da pesca, demonstrando que os pescadores, em suas atividades, tinham como tácita a regra de não pescar peixes pequenos: “É mapará muito pequeno, já se vê que não tem condição. Se fosse peixe de mais ou menos de 25 cm, tudo bem”.

Também corrobora essa reflexão a fala do pescador Irácio Nunes, demonstrando que os pescadores no seu processo de trabalho consideravam as orientações da natureza no tocante à reprodução dos peixes, fato que foi desregulado pela construção da Barragem de Tucuruí, tomando também como tácita a regra de considerar no exercício da pesca o processo de reprodução dos peixes.

Agora, período que a água começa a crescer,¹⁶³ *antes era natural o peixe subir para ir reproduzir*, hoje não tem essa mesma coisa, porque quando começa a chover, que era pra água crescer, eles¹⁶⁴ fecham as comportas, e a água não tem aquele crescimento natural e aí acaba que o peixe ele acaba reproduzindo na beira da praia, a temperatura é diferente de dentro do lago, isso vai causando esse prejuízo.¹⁶⁵ (Grifo nosso).

Das entrevistas, inferimos então que os Acordos de Pesca para os pescadores, no cotidiano de suas experiências de trabalho, não se constituíam elementos legais de preservação e controle da relação de trabalho homem e natureza. Eles faziam parte das experiências de trabalho por eles desenvolvidas. Nas palavras de Fischer (2011),¹⁶⁶ constituíam-se como saberes experienciais desses trabalhadores.

Contudo, há um momento em que os Acordos de Pesca deixam o plano das experiências e passam a se institucionalizar enquanto instrumento legal produzido pelos pescadores em termos organizativos. E, do ponto de vista histórico, o elemento que corrobora tal configuração são os impactos advindos com a construção da Barragem de Tucuruí, como expressa o ex-presidente da Z-16 Irácio Nunes: “[...] o principal culpado pela falta de pescado aqui no nosso [...], não é só do município de Cametá, mas no Baixo Tocantins foi o projeto da Barragem de Tucuruí. Isso deu um desequilíbrio total aqui”.

Logo, conclui-se que os Acordos de Pesca nasceram para atender a uma dinâmica destrutiva do sociometabolismo do capital na região, impondo contraditoriamente aos trabalhadores a tarefa pela sustentabilidade. Entretanto, fora o capital, com seus tentáculos

¹⁶³ Trata-se do período de “inverno” na Amazônia, que se intensifica de janeiro a março.

¹⁶⁴ Trata-se dos sujeitos ligados à barragem de Tucuruí.

¹⁶⁵ Trata-se do prejuízo referente à escassez de pescado.

¹⁶⁶ Trata-se de anotações decorrentes da Banca de Qualificação de Tese deste pesquisador, de que participava como membro a Dra. Maria Clara Bueno Fischer.

avançando em todas as direções, que criara as condições para a escassez de peixe na região, conduzindo os pescadores a ressignificarem um saber tácito quando do uso dos recursos pesqueiros enquanto regra de preservação para uma esfera da legalidade, impondo-lhes, dessa forma, uma lógica de produção pesqueira contrária à sua lógica de produção, permeada pela sempre possibilidade de dispor do pescador, porque o rio nunca lhes faltava. Tratou-se, então, da instauração de uma lógica que, ao interferir na relação do homem para com a natureza, também provocou o desequilíbrio da relação entre os sujeitos pescadores.

Mello (2001, p. 126), ao analisar o modo de produção capitalista enquanto um tipo de processo civilizatório, destaca, nesse sentido, que a necessidade constante por se ampliar as forças produtivas

[...] não apenas faz cair por terra os vínculos comunitários, familiares e tradicionais, mas também derruba as barreiras e prejuízos nacionais, profana a divinização da natureza — daí a questão ecológica — e torna herético e ultrapassado todo e qualquer princípio ou realidade cultural que se oponha ou resista à sedução do mercado.

É nessa configuração que podemos entender a passagem dos acordos tácitos de preservação dos recursos pesqueiros desenvolvidos pelos pescadores para um nível institucionalizado e formal. A ampliação das forças produtivas por meio do grande projeto minero-energético elaborado pelo capital na região Norte, a Hidrelétrica de Tucuruí, conduziu os pescadores a esse processo de ressignificação, institucionalizando juridicamente os acordos, provocando a quebra de equilíbrio homem-natureza e, por extensão, homem-homem.

Estamos, assim, diante de uma ação sociometabólica do capital, nas palavras de Marx e Engels (2006, p. 28-29), de onde se deduz que “Tudo o que era estável e sólido” tende a desmanchar-se no ar, a fim de atender sua lógica, até porque esse modo de produção não tem como “existir sem revolucionar permanentemente os instrumentos de produção; portanto, as relações de produção; e, assim, o conjunto das relações sociais”.

Os conflitos no interior dos Acordos de Pesca também ocorreram porque o capital, nesse seu processo de *revolucionamento* constante, tende a não se voltar para o efetivo aniquilamento das forças que mortificam o homem, pois, suas ações são paliativas, buscando tão somente impedir revoltas que lhe prejudiquem a estabilidade. Os acordos, nesse sentido, não davam conta de resolver de imediato a sustentabilidade dos pescadores, que, para além da alimentação, também continuavam necessitando de educação, saúde, lazer, vestuário, etc. Ou seja, a precária materialidade de vida dos pescadores continuava não sendo respondida

afirmativamente pelo capital, que não pode existir, porque sempre “incapaz de assegurar a seu escravo a própria existência no âmbito da escravidão” (MARX & ENGELS, 2006, p. 44).

No demais, há de se considerar que os Acordos de Pesca institucionalizaram-se entre os pescadores, mesmo diante de conflitos por eles vivenciados na sua aplicabilidade, como mecanismos importantes para que pudessem ter acesso ao Seguro-Defeso e, dessa maneira, se fortalecessem politicamente em termos de organização de classe.

Com efeito, desde que os pescadores efetivamente constituíram-se gestores da Z-16, haja vista que até final da década de 1980 a entidade era dirigida por não pescadores, conforme relata o pescador José Fernandes Barra, a Colônia vem buscando criar ações efetivas de gestão que aproximem os pescadores à sua entidade representativa de classe. Procuraram, então, viabilizar estratégias que, de imediato, pudessem agregar politicamente esses trabalhadores, como forma de evidenciar para eles o poder que a entidade viria a desempenhar sempre em prol de seus interesses.

E uma dessas estratégias se consubstanciava em viabilizar recursos que pudessem contribuir com a vida dos ribeirinhos, diante não só da escassez de pescado, mas também diante dos demais transtornos desencadeados pela construção da Hidrelétrica de Tucuruí. Era preciso, nesse caso, garantir, no mínimo, que o pescador tivesse algum recurso para se alimentar, tal como relata o pescador Benedito Melo Pantoja sobre o surgimento do Seguro-Defeso, como mecanismo para assegurar uma renda, mesmo que de forma assistencialista, para que se garantisse a sobrevivência do pescador.

[Os pescadores] sobrevivem desta forma, exemplo: *nasceu o Defeso, Seguro-Defeso*, por quê? Porque as leis achavam que o pescador ia parar quatro meses, ou seja, ele parava de novembro até final de fevereiro pra ele ganhar o Defeso, ou seja, o Seguro-Defeso. Então pra abrir a pescar dia primeiro de março do ano. Exemplo: esse ano de 2011 a pesca abriu dia primeiro de março. *E com isto o pescador teve mais condições, o pescado aumentou*; aumentou pescado para todos nós, não só o acordo de pesca de Jaracuera, mas outros acordos também tivessem sucesso na abertura da pesca, que é umas das maiores alegrias do pescador. (Grifos nossos).

É nesse contexto, então, que entendemos que os pescadores vão se apropriando da ideia do Seguro-Defeso, um recurso fornecido pelo Governo Federal, por meio do Ministério da Pesca, para que, no período de reprodução dos peixes, de novembro a fevereiro, não se entrasse nos rios para a pesca de alta produção, destinada ao mercado consumidor, senão para consumo próprio.

Todavia, uma das prerrogativas para que o Seguro-Defeso pudesse ser fornecido ao pescador, além do fato essencial de o sujeito ser pescador, era que no período do defeso

não houvesse pesca, do contrário a “ajuda” seria cancelada. Não menos importante também estaria a situação de que, para que o seguro pudesse ser viabilizado, o pescador deveria ser encaminhado ao Ministério da Pesca por meio de sua entidade representativa de classe, de modo que ela, no caso dos pescadores a Colônia, ao desenvolver tal procedimento, acabava por se comprometer com a União que esse pescador não praticaria a pesca comercial no período previsto por lei.

Desse modo, os Acordos de Pesca vão ganhando maior institucionalidade por parte da Z-16, que zela para que os pescadores continuem respeitando o período de defeso, para se garantir com isso o recebimento dos recursos previstos por lei e, por conseguinte, maior ligação desses trabalhadores com sua entidade representativa de classe.

Na perspectiva aqui analisada, entendemos, então, que a Z-16 reconfigurara os Acordos de Pesca a seus interesses de fortalecimento de classe, à medida que também foi se firmando para os pescadores como a entidade que lhes mediava os interesses em relação ao Estado, buscando garantia de condições de sobrevivência para eles diante dos impactos advindos com a construção da Hidrelétrica de Tucuruí. Com as políticas dos Acordos de Pesca em sua relação com o Seguro-Defeso, dentre outras ações de gestão, a Colônia vem contando hoje com 15.000 filiados e constitui-se, no dizer de Costa (2006), uma importante entidade representativa dos interesses dos pescadores.

Os Acordos de Pesca, então, em termos de saberes sociais, cumpriram inicialmente um papel de acomodação dos pescadores a uma lógica destrutiva à produtividade pesqueira na região, a partir da construção da Hidrelétrica de Tucuruí, no sentido de desenvolver, em seguida, uma percepção quanto à necessidade de assumirem um processo de preservação contrário ao cotidiano de vida por eles vivenciado, o que não raro provocara conflitos entre os mesmos pescadores.

Posteriormente, contudo, passaram a utilizar os Acordos de Pesca como mecanismo propulsor de reivindicações por seus interesses junto aos gerentes do capital na região, como o Estado e a Eletronorte, mas também passaram a utilizá-lo como forma de se empoderar politicamente, através da mediação estabelecida entre os Acordos de Pesca e o Seguro-Defeso, fortalecendo-se organizativamente por meio de sua entidade representativa de classe, a Z-16.

Sem dúvida, é nesse contexto, então, que os trabalhadores e o capital disputam saberes, ressignificando-os a seus interesses, dando conta de suas especificidades sociometabólicas. Trata-se, portanto, de um palco de luta onde os saberes atuam como

instrumentos a serviço de concepções de mundo, de compreensões de realidades na perspectiva de classe, de modo que, para os trabalhadores, os acordos foram-lhes possibilitando uma consciência de preservação, necessária no contexto atual mais que destrutivo atual do capital, mas também foram-lhes oportunizando uma capacidade maior de organização e de solidariedade diante da negação de vida imposta por esses sistema de produção, tanto é que foram implementando associações como forma de se empoderarem politicamente e de pleitearem direitos.

6.5 DA HIDRELÉTRICA À ORGANIZAÇÃO DOS PESCADORES: SABERES EM DISPUTA

Nesta seção, intensificamos a reflexão sobre os impactos negativos da construção da Hidrelétrica de Tucuruí, ao lado das ações de gerenciamento das oligarquias locais a favor do capital, no sentido de mostrar como isso contribuiu para a elaboração de saberes sociais por parte dos pescadores em oposição a uma lógica destrutiva para com seus modos de vida.

Tratamos de destacar que, no interior do município de Cametá, trabalhadores-pescadores e oligarquias, representativas estas do modo de produção capitalista, chocam-se por seus interesses, seus saberes e suas formas de organização, e buscam um a superação do outro. Não menos importante estamos a tratar ao longo deste capítulo da atuação da Hidrelétrica de Tucuruí na reconfiguração produtiva dos pescadores e, por conseguinte, na configuração de seus saberes sociais.

6.5.1 Pobreza, exclusão social¹⁶⁷ e ressignificação de saberes: pontos para uma organização política dos pescadores

Entendemos que a produção e a ressignificação de saberes pelos pescadores resultam de um processo de intensificação de pobreza e exclusão social a que foram e são submetidos historicamente, conforme observou Carvalho (1998, p. 33), ao tratar das contradições sociais envolvendo os interesses oligárquicos e os interesses dos trabalhadores cametaenses.

Cametá vive uma forte influência oligárquica, oligarquia esta que não se preocupa com a situação socioeconômica da população que necessita de

¹⁶⁷ Entendemos o conceito de *exclusão social* a partir de um *continuum* de realizações, de modo que o sujeito pode estar em determinado momento excluído em relação a determinadas formas de produção, mas incluído em relação a outras formas de *benesses*. No interior da lógica capitalista, por exemplo, os sujeitos estão excluídos, por exemplo, da socialização da riqueza como um todo, mas acabam sendo incluídos no interior de políticas assistencialistas, garantindo-se, com isso, a manutenção da ordem, tão necessária ao desenvolvimento do capital.

políticas sociais como política de geração de emprego e renda, de caráter essencial à sobrevivência da população.

Tal situação permite-nos compreender que, ao longo do processo de exploração mínero-energética na região por meio da Hidrelétrica de Tucuruí, os pescadores produziram saberes no sentido de que lhes fossem reconhecidos os impactos desse empreendimento sobre seus modos de vida, no sentido de serem desenvolvidas políticas públicas que lhes atendessem às necessidades do cotidiano, como saúde, educação, economia (cf. FURTADO & BARRA, 2004).

Tal reconhecimento, segundo Carvalho (1998), Costa (2006) e Sousa (2002), por exemplo, justifica-se porque, com a construção da Barragem da Hidrelétrica de Tucuruí, desenvolveu-se intenso êxodo do setor das ilhas e vilas para a cidade-sede do município, provocando diminuição da quantidade de pescado e o surgimento de doenças, mudando a realidade produtiva dos pescadores e, por conseguinte, as demais formas de práxis por eles desenvolvidas.

Furtado e Barra (2004, p. 24) destacam os prejuízos advindos para a vida dos pescadores a partir da Hidrelétrica de Tucuruí. Segundo eles, os recursos naturais da região foram comprometidos, diminuindo-se a produtividade dos solos de várzea da região das ilhas, o que implicou “[...] queda da produção de frutos como o cacau e o açaí [...]”; observou-se ainda o desaparecimento de muitas espécies de peixes, poluição das águas e assoreamento do rio Tocantins, tudo isso proporcional ao aumento da pobreza dos pequenos produtores.

Essas considerações acabam por evidenciar ainda mais que os sujeitos que consubstanciaram elementos para as análises aqui desenvolvidas são sujeitos reais, contraditórios, porque representantes de frações de classe que se opõem historicamente entre si — trabalhadores e burguesia.

São esses os sujeitos que elaboram, dialeticamente, saberes, porque, enquanto sujeitos em processo, em constante luta pela superação das desigualdades sociais historicamente produzidas sobre suas existências, revoltam-se, possivelmente, “[...] não só contra as condições particulares da sociedade atual, mas também contra a própria ‘produção da vida’ vigente, contra a ‘atividade total’ sobre a qual se fundamenta” (MARX & ENGELS, 2007, p. 66).

E essa revolta, alimentada durante anos pelas oligarquias locais através da exploração da força do trabalho do homem e da mulher das ilhas e vilas do município de Cametá, bem como através da negação de políticas públicas efetivas para a melhoria das

condições de vida, contribuiu para a organização dos ribeirinhos¹⁶⁸ e favoreceu para eles a articulação entre teoria e prática, enquanto práxis, no sentido de produzirem saberes, postos no palco de disputas com as oligarquias cametaenses, contra os grandes projetos do capital, como a Hidrelétrica de Tucuruí, objetivando uma construção hegemônica atrelada aos seus interesses.

Esses trabalhadores, então, buscaram condições político-sociais, por meio de suas organizações, para superar modelos de desenvolvimento impostos na região pelo capitalismo, o qual tinha nas oligarquias o seu *gerenciamento*. Na região tocantina, por exemplo, o modelo extrativista adotado para atender à dinâmica do capitalismo global, por meio “[...] da exploração extrativista do cacau, mais tarde da borracha e por último através da pimenta-do-reino [...]” (COSTA, 2006, p. 158), enriqueceu as elites que se formaram no município de Cametá, deixando à população os produtos da miséria humana, como a subserviência política e econômica.¹⁶⁹ Exaurida, contudo, a extração desses produtos na região, por meio de intensa atividade predatória, não deixou o capitalismo de atuar ainda na região, quer por meio de sequelas presentes no cotidiano do trabalhador, como falta de emprego e renda, quer por meio de outras formas de exploração.

A esse respeito, Costa (2006, p. 158) destaca que a reorganização do capitalismo a partir do pós-guerra da segunda metade do século XX reorientou o modelo de desenvolvimento na Amazônia, declinando a extração de produtos como a borracha, mas intensificando-se a produção de outro produto, a hidroenergia, necessário ao “[...] ávido mercado mineiro-energético [...]” que vinha se instaurando na região via Companhia Vale do Rio Doce, modificando relações sociais, imprimindo outras formas de trato com o meio ambiente e, por conseguinte, reorganizando e produzindo saberes entre os trabalhadores.

Para tanto, muito contribuiu a construção da Hidrelétrica de Tucuruí, “[...] a quarta planta de poder hidrelétrico no mundo e a maior genuinamente nacional [...]”, que, na região tocantina, onde se encontra Cametá, inundou terras previamente povoadas e passou a controlar totalmente o fluxo do rio, interferindo consideravelmente na vida do ribeirinho,

¹⁶⁸ Costa (2006, p. 27) destaca que “Historicamente o município de Cametá tem sido cenário de diversos levantes dos setores campesinos mais pauperizados contra a ordem imposta pelas oligarquias agrárias, grandes latifundiários e elites locais, que dominam o panorama político e econômico amazônico, desde a instalação das capitâneas hereditárias até os dias do nascente século XXI”.

¹⁶⁹ Essa produção extrativista atendeu ao mercado automobilístico mundial, com a exploração da borracha, bem como à crescente indústria alimentícia, com a extração de cacau e pimenta-do-reino, atuando as oligarquias locais como mediadoras entre as necessidades do mercado e a força de trabalho necessária para essas explorações.

tanto no trato com o meio ambiente quanto em sua capacidade organizativa, conforme descrito por Costa (2006, p. 159):

Após duas décadas da instalação da Barragem, as comunidades a jusante ainda se ressentem dos danos sofridos, mas não ficaram inertes, ao contrário, vêm lutando intensamente para sobreviver. Pois os ribeirinhos não se relacionam com a natureza ou a conhecem de uma maneira abstrata e genérica, mas, sobretudo, segundo as necessidades impostas pelo relacionamento que mantêm entre si e ao mesmo tempo com esta. Assim após todos esses anos pós-barragem, o campesinato vem se adaptando à nova realidade e buscando implementar saídas alternativas, como criações e cultivos, tentando fugir da crise socioeconômica e ambiental em que se encontram.

A questão que se coloca é que o modo de produção capitalista, no dizer de Costa (2006, p. 158), “[...] atua em todas as esferas, desde a cultural até a econômica, invadindo e tentando quebrar todas as barreiras, abarcando todos os espaços sociais e geográficos possíveis, penetrando-os invariavelmente sendo aceito ou não”, o que significa, em termos de trabalhadores-pescadores da Amazônia tocantina, destruição de modos de vida tradicionais, impactos socioambientais negativos na vida desses sujeitos, pobreza e exclusão social.

Diante dessa materialidade destrutiva do capital, restou ao trabalhador, em termos de posicionamento, a conformação diante da realidade imposta ou o seu questionamento, compreendendo-a como resultante das circunstâncias perversas instituídas pelo modo de produção capitalista, mediadas, na região, pelas oligarquias locais.

No interior do município de Cametá, parece-nos que os trabalhadores-pescadores optaram pela segunda posição, numa relação dialética de enfrentamento, já que, conforme Marx e Engels (2007), os homens não são sujeitos passivos na história, são, sim, frutos de circunstâncias, mas também são responsáveis por outras circunstâncias. É o que se pode depreender das palavras de Costa (2006, p. 160-161):

[...] em um movimento dialético, de interpenetração de contrários, uma visão panorâmica inicial mostra que o modo de vida camponês tradicional vem sendo invadido pela sociedade moderna, ao mesmo tempo em que resiste e tenta se contrapor a esse modelo. Ainda se vê as velhas tradições do campesinato ribeirinho como o extrativismo e a pesca artesanal, trabalho comunal (atividades coletivas e divisão da produção entre os comunitários), as medidas de volume, massa e área do período colonial (frasco, rasa, cambada, feixe, alqueire), assim como manifestações religiosas e folclóricas (novena, ladainha, carimbó, síria, samba-de-cacete) demarcando sua identidade cultural. Parece que há um movimento se processando, reconfigurando e construindo novos costumes, tradições e modos de sobrevivência, sociabilidades e relações com a natureza, incluindo aí a busca pela sustentabilidade que está relacionada a seu sistema de produção, ao extrativismo vegetal e à pesca artesanal, assim como, ao padrão tecnológico

agroecológico adotado para manejar os recursos naturais, como parte de sua reprodução social.

Com base em Costa (2006), acreditamos que os ribeirinhos, trabalhadores-pescadores de Cameté, encontram-se em processo de construção de outras sociabilidades, face à exclusão social imposta pelo modo de produção capitalista, o que implicou considerar que o contexto político-social em que vivem se configurou em um *palco de disputas*, tendo, de um lado, as oligarquias locais e os grandes projetos mínero-energéticos, mediadores das ações do capital na região, produzindo valores, atitudes, habilidades, conhecimentos e saberes atrelados a seus interesses, e, de outro, os trabalhadores, buscando também assegurar a produção de seus valores, projetos de vida e de sociedade.

Para tanto, veio corroborando a necessidade de esses trabalhadores buscarem a organização política como implementadora de seus interesses, conforme nossas análises apontaram, segundo o disposto por Costa (2006, p. 153), ao tratar da organização dos trabalhadores ribeirinhos de Cameté como força para intervir na “[...] vida política da região [...]”:

Diante das duras condições sociais e econômicas, *o campesinato regional vem se organizando e a força com a qual os trabalhadores têm conseguido intervir na vida política da região é fruto de um razoável capital social acumulado na construção histórica de fortes instrumentos de luta e enfrentamento com setores oligárquicos tradicionais*. Organismos de classe como a Colônia de Pescadores Z-16, fundada ainda na década de 1920 e o STR que data dos anos 1960, bem como uma rede de associações, no decorrer desses anos vêm impulsionando mudanças qualitativas no que se refere à organização de sua base social, conquista de créditos e financiamento de projetos agrícolas e ambientais, bem como vitórias eleitorais sobre antigas e tradicionais oligarquias. (COSTA, 2006, p. 153, grifo nosso).

Essas considerações também estão ancoradas nas discussões que desenvolvemos no Capítulo I, ao destacarmos o fato de os trabalhadores, diante da realidade contraditória em que vivem, produzem saberes objetivando a contestação, a denúncia da realidade, pleiteando outra perspectiva de vida que lhes contemple a existência, os interesses.

Reiterando o disposto no primeiro capítulo, a partir de Damasceno (1995, p. 29), diríamos que “O fio da meada neste processo de (re)construção do ‘saber social’ por parte do grupo parece residir no ato de contestar, de denunciar certos aspectos da vida cotidiana, que os incomodam”.

6.6 SINTETIZANDO AS REFLEXÕES: O CAPITAL E SUAS IMPLICAÇÕES ENTRE OS PESCADORES

Nossas análises evidenciam que a “*construção histórica de fortes instrumentos de luta e enfrentamento com setores oligárquicos tradicionais*” (COSTA, 2006, p. 153), como a Z-16, resultaram de um “*razoável capital social*”, oriundo da materialidade histórica desses trabalhadores, face às negativas condições sociais e econômicas a eles impostas.

Essa situação foi possibilitando que trabalhadores da pesca artesanal de Cameté, organizados em torno da Colônia de Pescadores Z-16, viessem produzindo saberes sociais, postos em disputa com saberes também produzidos pelas oligarquias locais e pelo projeto mínero-energético, a Hidrelétrica de Tucuruí, mediadores das ações do capital na região, instaurando-se como instrumentos fomentadores de construções hegemônicas distintas.

Logo, a construção da Hidrelétrica de Tucuruí provocara a elaboração de uma série de saberes entre os pescadores, quer pela constatação da realidade produzida por essa construção, quer pela atuação política em oposição aos impactos por ela gerados sobre seu *modus vivendi*, provocando-lhes a organização.

Trata-se de saberes elaborados no interior de interesses de classe, como o foram os relacionados aos *Acordos de Pesca*, que, longe de se aterem a uma perspectiva de atenuar o capital, enquanto grande causador dos impactos ambientais na região, por meio da construção da Hidrelétrica de Tucuruí, deles se utilizaram para se fortalecerem politicamente na região, mesmo diante dos conflitos por eles gerados.

Não podemos afirmar, então, que esses saberes produzidos pelos pescadores em decorrência da construção da Hidrelétrica de Tucuruí resultem em uma perspectiva maniqueísta de manutenção da ordem, senão como elementos que também a essa ordem se opõem, ao delatarem, por exemplo, as condições precárias de vida a que foram submetidos com a implementação dessa hidrelétrica.

Não se pode deixar de considerar ainda que a materialidade histórica dos pescadores decorrente, mas não em sua totalidade, das relações de oposição com o capital, personificado na figura das oligarquias locais e da Hidrelétrica de Tucuruí, tem sido a gênese para a elaboração de saberes sociais dos tipos *constatativo* e *performativo*. Ou seja, à medida que os pescadores, em decorrência de tomada de consciência diante da pobreza a que estão submetidos, foram constando a negativa de vida imposta pelos *gestores do capital*, entre os quais também o Estado sob a égide da hegemonia burguesa, não deixaram de atuar

concomitantemente sobre a realidade, buscando modificá-la, via crítica e via movimento social organizado.

Nessa perspectiva, a Colônia de Pescadores Artesanais Z-16 consubstanciou-se como uma materialidade de um processo de consciência de classe para si, que levou os pescadores, no período de redemocratização do Brasil nas décadas de 1980 a 1990, a tomá-la, do ponto de vista político, para o atendimento de seus interesses de classe, perpassando pela afirmação de identidade e pela capacidade de se constituir um instrumento de autogestão desses trabalhadores, como tratado no Capítulo VII.

CAPÍTULO VII – O ESTADO E AS POLÍTICAS NA COLÔNIA Z-16: RECONFIGURAÇÃO DE SABERES E LUTA DE CLASSE

Neste capítulo, analisamos os saberes sociais construídos pelos pescadores artesanais ligados à Colônia Z-16 em sua relação com o Estado e partimos do entendimento de que, dialeticamente, duas situações históricas podem ser apreendidas dessa relação: ao mesmo tempo em que os pescadores constroem saberes como relação de oposição às ações do Estado, no interior da Colônia de Pescadores, também vão assimilando as políticas desencadeadas pelo Estado como mecanismos de fortalecimento de seu processo organizativo.

Esse processo de relação com o Estado é aqui examinado numa perspectiva dialética tanto servindo à manutenção da ordem do *status quo* de dominação do modo de produção capitalista quanto contribuindo também para que os pescadores fomentem a coesão política no interior da instituição que lhes congrega, a Z-16. Trata-se, pois, de perceber essa relação no interior de um *continuum*, ou seja, examinados os dois polos dessa relação, podemos observar a posição dos pescadores ora mais próxima da manutenção da ordem ora mais contestativa a essa situação.

A questão é que, dessa relação, saberes foram sendo construídos e corroboraram um processo de consciência de classe enquanto trabalhadores que, desassistidos pelo Estado, perceberam na organização um mecanismo para a ele se posicionarem, exigindo reconhecimento, e nele atuarem politicamente, em moldes gramscianos.

Três seções integram o presente capítulo: uma dedicada à análise do Estado em oposição à Colônia; outra destinada a refletir o Estado no interior de processos de ressignificação pelos trabalhadores-pescadores e uma terceira voltada para a análise das relações entre Estado e Colônia e suas tessituras históricas.

7.1 O ESTADO EM OPOSIÇÃO À COLÔNIA: DA NEGAÇÃO PARA A AFIRMAÇÃO

Partindo do entendimento que a negação de dada realidade, no contexto dos pescadores ligados à Colônia Z-16, tende a seguir a máxima filosófica de que um *não*, não raro, pode significar um *sim*. Ou seja, é possível compreender que esses pescadores, ao negarem um Estado atrelado aos interesses de sujeitos não pescadores — como aqueles que dirigiam a Colônia em decorrência de forças políticas locais que viam nesses trabalhadores uma possibilidade real de votos —, estavam também construindo as bases para,

posteriormente, reafirmarem-no com base em seus interesses de classe, numa relação dialética de negação/afirmação. É com esse pressuposto que depreendemos as análises a seguir.

Segundo o entrevistado Carlos S. Neto, ex-coordenador da Pastoral da Pesca pela Prelazia de Cameté na década de 80 do século passado, houve um momento na história da Colônia de Pescadores Artesanais Z-16 em que a entidade não estava sob a gestão dos pescadores, mas sim sob os auspícios de sujeitos não pescadores ligados aos interesses das oligarquias locais, às quais serviam como potencial eleitoreiro.

A Colônia dos Pescadores era sempre vinculada à Prefeitura, ao poder político. Aí tinha as pessoas que tomavam frente. [...] eram pessoas, trabalhadores da prefeitura, em prol do benefício das eleições políticas.

Não eram pescadores, nenhum era pescador, todos eram residentes aqui na cidade, tinham outros trabalhos como feirantes, atravessadores.

O pensamento para começar uma luta junto aos pescadores começou no período em que os pescadores eram maltratados, eram presos, eram tomados os seus materiais de pesca, com fins eleitoreiros. Então o pescador era preso e o político o soltava, no mesmo dia, com condição de busca de votos. Outra questão é que a Colônia de Pescadores na época não fazia nada, simplesmente recebia o dinheiro dos pescadores para manter um grupo de pessoas, ganhando o seu dinheiro e as verbas que vinham para os pescadores eram distribuídas entre esse grupo. Então a partir desse momento, o sindicato dos trabalhadores já estava organizado, com isso sentimos a necessidade de se fazer um trabalho junto aos pescadores para ver se podia libertar esse pescador das mãos de um grupo que o fazia como grupo de manobra, onde o pescador tinha que obedecer sem o direito de reclamar, de fazer nada.

Numa perspectiva de classe, essas oligarquias constituíam-se como “gerentes” do modo de produção capitalista na região onde se encontra o município de Cameté, criando situações para o endividamento dos pescadores,¹⁷⁰ explorando-lhes as riquezas naturais, como a borracha, necessária para o mercado mundial, e, por conseguinte, a força de trabalho, além de subverter-lhes o direito à organização.

Em termos estruturais, a gestão da Colônia dos Pescadores por não pescadores, de que nos fala Carlos S. Neto, cumpria o papel de fortalecer um Estado, na sua esfera municipal, que subsumia o trabalhador aos seus interesses de classe e dele extraía o poder de sustentar uma acepção de Estado Representativo,¹⁷¹ por meio do voto, mas sem uma real representação que implicasse atendimento de suas necessidades, o que provocou “[...] a necessidade de se fazer um trabalho junto aos pescadores para ver se podia libertar esse

¹⁷⁰ Por exemplo, através do sistema de aviação, segundo Sousa (2002), os pescadores obtinham alimentos da cantina criada pelos detentores do capital na região, a fim de atender às necessidades de sua subsistência, bem como tomavam recursos financeiros para suprir outras demandas, gerando um eterno processo de endividamento para com aqueles, não raro culminando com a posse de suas terras em troca da subtração da dívida.

¹⁷¹ Cf. Bobbio (1987).

pescador das mãos de um grupo que o fazia como grupo de manobra, onde o pescador tinha que obedecer sem o direito de reclamar, de fazer nada”.

Além do mais, essa estrutura de gestão por não pescadores cumpria também o papel de manutenção da ordem vigente em termos de Estado, ao inibir a organização dos pescadores, como movimento social, a fim de impedir mudanças no quadro de representatividade política que se corporificou na região por meio do sistema oligárquico criado pelo Deputado Gerson Peres,¹⁷² por exemplo. Sistemicamente, esse quadro de representatividade política corroborava com o fortalecimento de um bloco histórico nacional atrelado à manutenção da ordem, opondo-se à gestão de trabalhadores, por verem nela a possibilidade de sua destituição, a partir da organização política deflagrada pela classe trabalhadora.

Nesse sentido, acreditamos que os pescadores, ao se oporem a uma gestão de não pescadores no interior da Z-16, contestaram a atuação do próprio Estado burguês que, por meio de instrumentos jurídicos,¹⁷³ corroborava a manutenção de uma ordem estabelecida em que a participação da sociedade civil era constantemente desarticulada, por ela ser capaz de fragmentar a representatividade política arquitetada por esse Estado.¹⁷⁴

Em termos de saberes sociais, essa configuração histórica permitiu aos pescadores a construção de um *saber enquanto atitude política* sobre a realidade social, que implicava a tomada da entidade Z-16 para realmente torná-la representativa de seus interesses, conforme nos relata Barra:

¹⁷² Denominamos sistema oligárquico do Deputado Gerson Peres por ter esse parlamentar local conseguido constituir uma rede de relações no interior dos órgãos do Estado presentes na região, definindo gestões que acabavam por conduzir políticas assistencialistas e de opressão para com os trabalhadores, conforme Carlos S. Neto: “Gerson Peres foi um dos grandes beneficiados nessa história. A SUDEPE prendia os materiais, levava pra Belém, onde o pescador era chamado pra soltar esse material, às vezes injustamente; sem ter nada de errado, eram presos e em seguida eram soltos coma condição de votar em ‘Dr. Fulano’, ‘Dr. Siclano’”. Não raro, também, esse parlamentar, presente desde a década de 1950 no cenário da política local, estadual e nacional, definiu os gestores municipais em Cametá, bem como representações políticas no Estado do Pará ligadas à manutenção da ordem.

¹⁷³ Até antes de 1993, o Estatuto que regia a Colônia de Pescadores era um instrumento englobante, ou seja, colocava sob os mesmos preceitos todas as Colônias, desconsiderando seus sujeitos, suas especificidades históricas. Cumpria, politicamente, o papel de manutenção de uma elite que dirigia a Confederação de Pescadores à época que, segundo Fernandes Barra (presidente atual da Colônia de Pescadores Z-16), não poderia ser qualificada como pescadora, por não serem seus dirigentes oriundos da pesca, do ofício de pescador. Esse Estatuto, nascido no interior de um contexto de ditadura, era pelo Estado legitimado, desqualificando a participação política dos pescadores na entidade.

¹⁷⁴ O Estado brasileiro, em sua constituição política, raras vezes esteve constituído por representantes da classe trabalhadora. Historicamente, trata-se de um Estado que busca suprimir a participação dos trabalhadores no cenário político, embora eles se oponham a essa situação, buscando envolvimento cada vez maior nas questões políticas nacionais, como por meio da eleição de Luís Inácio Lula da Silva, oriundo do PT, no início do século XXI.

Começamos a ter necessidade de ter uma entidade que nos representasse e aquela que era dirigida pelo Estatuto da Federação, ele não atendia às nossas necessidades. Então, a partir daí, vendo a necessidade dos pescadores e pescadoras, nós começamos a reunir várias vezes e não foram poucas vezes, começamos a ir às comunidades e, com isso, conseguimos criar um grupo de oposição muito forte naquela época, em que a colônia não era dirigida pelos pescadores.

Entretanto, somente esse saber que pressupunha problematização da realidade social, percebendo as contradições sociais e os conflitos de interesses de classe, não seria suficiente para deflagrar um processo de real ocupação política da organização pleiteada pelos pescadores. Era preciso o domínio do *saber jurídico* por esses sujeitos, ressignificando-o a seus interesses, a seu projeto de classe.

Tratou-se, então, de se compreender a Colônia de Pescadores como uma instituição jurídica que, fundamentada no interior do Estado (cf. BOBBIO, 1987), encontrava-se também submetida a leis que regulavam os seus limites de validade temporal, espacial e pessoal.¹⁷⁵ Em um paralelo com o Estado, podemos dizer que sobre os pescadores imperava um conjunto de normas, por meio do seu Estatuto, que impunham limites para o exercício do poder: deveriam pagar suas mensalidades, ter auxílio saúde, mas não poderiam fazer parte da executiva da entidade, constituindo-se seus gestores, porque a Federação dos Pescadores, à qual a Z-16 se encontrava ligada à época, década de 1990, “os consideravam ‘burros’, entre aspas, eles achavam que os pescadores não teriam condições”.

Então, seria necessário que os pescadores compreendessem, antes, a entidade como um microcosmo no interior do Estado, diante do qual a representatividade das organizações sociais precisa ter reconhecimento de direito. Até 1993, entretanto, o Estatuto que normatizava as ações da Z-16 não reconhecia a presença dos pescadores em sua gestão, sendo esta definida por uma Federação de Pescadores alheia aos interesses que, legalmente, pressupunha representar.

O Estatuto era assim: era tudo de acordo com a Federação. Então quem decidia era a Federação; era a Federação quem determinava. Então na verdade os pescadores não tinham vez nem voz naquele estatuto.

E enfatiza Carlos S. Neto:

¹⁷⁵ Bobbio (1987) destaca que três elementos constituem o Estado: o povo, o território e a soberania, de modo que “[...] o povo torna-se o limite da validade pessoal do direito do Estado, no sentido de que as próprias normas jurídicas valem apenas, salvo casos excepcionais, para determinados sujeitos que, deste modo, passam a constituir os cidadãos do Estado”, o território “[...] torna-se o limite da validade espacial do direito do Estado, no sentido de que as normas jurídicas emanadas do poder soberano valem apenas dentro de determinadas fronteiras” e a soberania diz respeito ao poder que se exerce nesse território sobre determinados sujeitos.

Havia certo sistema da Federação dos Pescadores, amigos do Estado. Ela também estava a serviço do mesmo grupo político¹⁷⁶ [...]. Quem poderia — como não existiam eleições — legalizar as diretorias das colônias era a própria federação. Ela tinha os advogados que faziam todas as artimanhas para legalizar a permanência dessas pessoas na direção da colônia. Nunca houve eleição para que pudesse um pescador ou até mesmo quem não fosse pescador, mas que fosse alguém que os pescadores indicassem. Simplesmente, eram indicados pela Federação dos Pescadores do Estado do Pará, na pessoa do Sr. Orlando Lobato.

Conseqüentemente, esse não reconhecimento vai gerar entre os pescadores também um descontentamento político, importante para o processo de reconfiguração da Colônia a seus interesses, implicando numa desobediência civil ao Estatuto da entidade, com vistas a permitir que ele contemplasse os pescadores como possibilidade de constituírem a gestão da Colônia Z-16.

Para a compreensão desse processo, esclarecedoras são as reflexões de Bobbio (1987), quando da análise dos elementos constituintes do Estado, para o qual a existência desse último sobre um determinado território e sobre determinados sujeitos pressupõe a formação de um poder em condições de tomar decisões e que o povo nele perceba um vínculo que o leve a ser cumprido.

Em termos de jurídicos, entretanto, o poder que emanava da Confederação dos Pescadores já não tinha condições de tomar decisões em nome dos pescadores, até porque estes já não percebiam nenhum vínculo com o Estatuto por ela definido, que os levasse a cumpri-lo, a obedecê-lo.

O Estatuto, portanto, chocava-se com a historicidade organizativa por eles defendida, em que o direito implicava o exercício não somente da subordinação, do cumprimento legal, mas também o de ser subordinante, de determinar os rumos de suas vidas enquanto organização, votando e sendo votado. E é nessa perspectiva que nos relata Fernandes Barra a ressignificação que os pescadores fizeram em relação ao Estatuto, a fim de adequá-lo a seus interesses de classe, promovendo também o processo eleitoral com os pescadores escolhendo sua representatividade:

Nós conseguimos com muita luta tentar mudar o Estatuto. Nós colocamos dentro do Estatuto que os pescadores tinham que ter voz e tinham que ter direito dentro do Estatuto e podia determinar as ações dentro da Colônia dos Pescadores, então isso foi um avanço muito grande, porque não ficou atrelado ao Estatuto da Federação que era só uma pra todas as Colônias do Estado do Pará.
[...]

¹⁷⁶ Referência às oligarquias locais, capitaneadas pelo Deputado Gerson Peres.

Eu tive a oportunidade de participar junto com o Juvenal e os outros companheiros. Aqui, na época, era o Nei, o Irácio, que agora é vereador. Então, como eu disse, nós assumimos a Colônia em 1993 e na verdade pela força da justiça, porque a gente se organizava e não conseguíamos ganhar essa Colônia. Então pela força da justiça revisamos o estatuto, aí foram eleitas as juntas governativas, então já haviam sido eleitas várias juntas governativas e nós assumimos na terceira junta, digamos assim, com a incumbência de realizar a eleição daqui da Colônia dos Pescadores e, quando foi em 1994, fizemos a primeira eleição aqui, eleita mesmo, pelo voto dos pescadores, pra gente poder assumir. Naquela época foi o Juvenal Viana Teles o primeiro presidente eleito através do voto dos pescadores e pescadoras daqui de Cametá.

A partir de Bobbio (1987, p. 82-83), diríamos que os pescadores compreenderam o poder ideológico do instrumento jurídico conhecido como Estatuto, capaz de, como instrumento simbólico e representativo de interesses antagônicos no seio social, “[...] exercer uma influência sobre o comportamento alheio e induzir os membros do grupo a realizar ou não realizar uma ação”. Constituíram, assim, o *saber político-jurídico* de que a “[...] posse de certas formas de saber, doutrinas, conhecimentos, às vezes apenas de informações, ou de códigos de conduta [...]” são importantes para o exercício da organização de classe e de sua legitimação.

Por outro lado, apoiando-nos em Novaes (2002), diríamos que, com essa atitude política, os pescadores colocaram-se contra formas de governabilidade subservientes ao capital que preconizam o trabalhador como *homo faber* e uma classe dirigente como *homo sapiens*, favorecendo a sempre divisão entre capital e trabalho, trabalho manual e trabalho intelectual.

Na perspectiva dos trabalhadores, buscaram ser autogestores de sua organização, conformando-a aos interesses de classe, tornando-se sujeitos de unidade teórico-prática, contestando “[...] os pilares do capital [...] e vivenciando, com essa atitude, “[...] de forma embrionária, o que seria uma sociedade para além do capital” (NOVAES, 2002, p. 5), o que pressupõe a *reunificação do homo faber ao homo Sapiens*, conforme se pode observar a partir da fala do pescador José Fernandes Barra, para o qual a tomada da direção da Colônia aos interesses dos pescadores, como já exposto quando das análises sobre gestão nesta tese, impactou consideravelmente no fomento da participação democrática dos pescadores, por meio da organização, das assembleias.

A partir do momento em que assumimos a sua direção, fizemos eleição, nós começamos a nos organizar, mudar a gestão dela, fazendo de uma forma que os pescadores participem democraticamente das ações dela. Atualmente ela se encontra organizada, hoje nós temos um quadro de filiados de mais de

quinze mil sócios que estão distribuídos em 80 coordenações de base que a gente chama assim.

Confirma tal análise o já também observado por Novaes (2002), quando de seu estudo sobre fábricas recuperadas, no contexto brasileiro e argentino, para o qual entre os trabalhadores duas perspectivas têm sido assumidas em sua relação com o capital: ou a assimilação da classe trabalhadora aos interesses do sociometabolismo capitalista, ao que chama de “acomodação das fábricas na ordem do capital, a cooptação pelo Estado ou a degeneração das mesmas no mercado capitalista” (Ibidem, p. 2); ou momentos de “[...] extrema criatividade, embriões de desalienação do trabalho e resgate dos princípios autogestionários” (Ibidem, p. 2), como quando da participação de assembleias, buscando o debate, as decisões no coletivo, como salienta o pescador José Fernandes Barra.

As decisões são feitas do seguinte modo: o órgão maior é a assembleia geral. Nós sempre fazemos reuniões de base. Todo ano a gente visita todas as oitenta coordenações, sempre levando os problemas, os avanços que nós temos. Sempre a gente reúne, discute e senta junto pra nós deliberarmos as ações da nossa Colônia.

Focando-se, nesse momento, na segunda perspectiva é que buscamos reforçar que os pescadores, ao tomaram para si as *rédeas* de sua organização, assumiram uma *consciência de classe para si* e não deixaram também de estar dando continuidade às lutas anticapital, mesmo a partir de uma luta pontual, como a que realizavam no contexto de sua Colônia de Pescadores.

Com a assunção desses trabalhadores à direção da entidade, buscaram o “[...] exercício de princípios da autogestão [...]”, evitando-se a “[...] burocratização [...]” (NOVAES, 2002, p. 6) ao promoverem *assembleias democráticas* e *coordenações de base* distribuídas em diferentes setores do município, congregando pescadores para além de um núcleo diretor constituído, outrora, por não pescadores, que não contribuía para unificar o teórico e o prático nesse processo de gestão.

Tal qual o observado por Novaes (2002, p. 10) nas fábricas recuperadas, houve entre os pescadores “[...] uma superação da divisão do trabalho capitalista na medida em que o conhecimento, que ficava retido nas mãos de alguns, passou a ser socializado”, discutido, problematizado coletivamente por meio de suas instâncias deliberativas.

No demais, ao se oporem a uma junta governativa formada por não pescadores indicados por estruturas do Estado, os pescadores demonstravam-lhe sérias críticas e oposição e nele se percebendo numa relação antagônica a seus interesses, o que os conduziu a um processo de luta em concomitância a um processo de consciência de classe, para o que os

saberes gestados nesses processos foram objetivando elementos para dar conta desse antagonismo, tal qual o observado quanto aos saberes políticos elaborados pelos pescadores, problematizando a realidade social e exigindo participação na entidade Z-16, como também quanto aos saberes jurídicos, contribuindo para um processo de ressignificação da Colônia como órgão representativo de classe, constituído por pescadores, tanto enquanto membros como enquanto gestores.

E o Estado também contribuiu com o fortalecimento dos pescadores enquanto entidade organizativa e representativa dos seus interesses, sendo por eles dirigida, ao desenvolver políticas assistencialistas junto àqueles, as quais não impactavam a situação de pobreza a que estavam subordinados pela própria lógica do modo de produção, conforme nos relata o pescador José Fernandes Barra, ao destacar como o Estado atuava junto aos pescadores e como a essa atuação buscaram se opor.

A gente mudou aquela forma aqui na Colônia que, na verdade, o nosso pessoal pagava porque tinha uma ficha ou outra coisa. Então de certa forma a gente vai mudando esse “clientelismo”, esse assistencialismo que há muito tempo que era assim que eles dirigiam. Então eu acredito que é com muita dificuldade que a gente contribui com uma parcela boa pra que isso se desenvolva cada vez mais.

Essa situação do Estado, no tocante a políticas públicas que impactassem os pescadores para além de “consultas médicas”, correlacionou-se à elaboração de um *saber voltado para a necessidade de humanização do homem*, acirrando os conflitos de classe com a burguesia oligárquica cametaense, por se considerar que essa humanização pressupunha ações *ominilaterais*, voltadas para formação e existência integrais.

Numa visão marxiana (MARX & ENGELS, 2006, p. 44), diríamos que os pescadores deram-se conta de que a burguesia, em sua fração de classe burguesa, e as oligarquias locais, “gerentes” do capital na região, por meio do Estado, estavam sendo incapazes “[...] de permanecer por mais tempo como classe dominante da sociedade e de impor-lhe, como lei e como regra, as condições de vida de sua classe”, por ser “[...] incapaz de assegurar a seu escravo a própria existência no âmbito da escravidão [...]”.

É nesse sentido que Fernandes Barra, atual presidente da Z-16, salienta que, na Colônia, sob a gestão dos representantes das oligarquias locais, havia uma presença assistencialista do Estado — “A gente só não quer que aqueles velhos tempos do assistencialismo voltem, como eu disse” —, consubstanciando-se no fornecimento de consultas médicas e em questões de aposentadoria, em desproveito de políticas públicas de geração de renda para os pescadores, nas questões mais amplas de saúde e de educação e no

reconhecimento dos pescadores como sujeitos capazes de se auto-organizarem e gerirem suas ações.

Historicamente, essas lutas dos pescadores artesanais de Cametá pela ressignificação da Colônia aos seus interesses de classe consubstanciaram-se em uma ruptura à forma como o Estado nela atuava desde suas origens, principalmente quando consideramos que essas colônias surgiram a fim de atender aos interesses daqueles, quer os pescadores nelas associados funcionando como orientadores de navegação para a Marinha quer como fornecedores de alimentos para esse Estado ou como sujeitos voltados para a defesa de fronteiras do país.¹⁷⁷

Há, nesse sentido, uma reelaboração de valores no tocante ao papel dos pescadores no interior do Estado, de modo a não serem eles a estarem a serviço do Estado, mas o Estado a desenvolver ações que lhes oportunizem a melhoria da qualidade vida, pelo menos a amenizando, pois, considera-se que, no interior do modo de produção excludente, não há como conciliar geração e socialização de riquezas para os trabalhadores, por ser contrário esse procedimento à sua lógica destrutiva.

No demais, a consciência de classe adquirida pelos pescadores no processo de tomada da Colônia Z-16 a seus interesses, quer construindo saberes sobre legislação que lhes contemplasse a organização quer por meio da contestação política, permite-nos compreender em que medida o próprio Estado, numa perspectiva de estar mais atrelado aos interesses burgueses, fora lhes dando as próprias condições para essa consciência e ação política.

Assim, segundo Bobbio (1987, p. 57), no interior da teoria sociológica do Estado, pela qual esse mesmo Estado é tomado “[...] como uma forma complexa de organização social (da qual o direito é apenas um dos elementos constitutivos)”, observam-se duas teorias, a marxista e a funcionalista.

Pela teoria marxista, o Estado constitui uma superestrutura responsável pelo desenvolvimento das condições materiais (objetivas e subjetivas) para que o modo de produção capitalista possa existir em sua máxima extração de mais-valia, sendo determinado por tal modo de relações societárias, a partir de sua base econômica. Nesse sentido, o Estado não estaria a serviço da humanização do homem, senão voltado para sua objetualização, por atender aos interesses da classe detentora dos meios e dos instrumentos de produção.

Ainda segundo essa teoria, o Estado assumiria um papel propulsor de ruptura na ordem societária estabelecida pelos valores e interesses burgueses, por não resolver as “[...]”

¹⁷⁷ Cf. Moraes (2002).

contradições internas ao sistema, especialmente da contradição entre forças produtivas e relações de produção” (Ibidem, p. 59). Nessa perspectiva, então, o Estado desempenharia um papel de mudança social, passando do capitalismo ao socialismo e este, por conseguinte, ao comunismo.

Dessa teoria, depreendemos que as explorações, pelas quais vivem os trabalhadores no tocante à alienação do trabalho que realizam, ultrapassam a possibilidade de serem resolvidas por meio do Estado, dada sua existência imanente para atender aos interesses de um modo de existência que tem como essência fundante a exploração do homem pelo homem.

Por outro lado, a teoria funcionalista, de acordo com Bobbio (1987), estaria a serviço da manutenção da ordem vigente, garantindo a coesão social por meio de respostas às demandas coletivas. Nesse sentido, não se almejaria a destituição do modo de produção capitalista, mas sim a atenuação dos conflitos por ele próprio gerados, de modo que o Estado sofreria mudanças conjunturais, à medida que suas respostas não atendessem satisfatoriamente às necessidades da sociedade.

Diferente da concepção marxiana de Estado, para a qual ele, em um determinado momento da história humana, tenderia a desaparecer, em decorrência da destruição do modo capitalista, na concepção funcionalista o Estado tende a se regenerar sucessivamente, a fim de dar conta das crises criadas por essa forma de determinação societária que socializa a pobreza em detrimento da riqueza. No dizer de Bobbio (1987, p. 59):

[...] as mudanças que interessam à teoria funcionalista são as que ocorrem no interior do sistema e o que o sistema tem a capacidade de absorver mediante pequenos ajustamentos previstos pelo próprio mecanismo do sistema. Marx e os marxistas sempre preconizaram, analisaram e prefiguraram a grande mudança, aquela que coloca em crise um determinado sistema e dele cria, através de um salto qualitativo, um outro sistema.

Das palavras de Bobbio (1987) depreendemos dois elementos que explicam inicialmente a relação antagônica dos pescadores artesanais para com o Estado: (i) a relação do Estado com interesses de classe, com especial destaque para com os anseios da burguesia; e (ii) a incapacidade de ele atender às demandas sociais, por serem cíclicos os problemas gerados pelo próprio capital, sempre implicando novas soluções, novos desafios, e estando os trabalhadores em eterna demanda social diante desse Estado.

Logo, os pescadores se opuseram ao Estado quando iniciaram o processo de tomada da Colônia a seus interesses, porque nele viam a representação dos desejos burgueses na região, presentes na figura das oligarquias locais. Não acreditavam que o Estado tivesse

condições de atender às suas demandas sociais, conforme nos relatara o pescador José Fernandes Barra, quando de sua crítica às políticas assistencialistas desenvolvidas pelo Estado.

7.2 ESTADO E COLÔNIA DE PESCADORES: RESSIGNIFICAÇÃO E LUTA DE CONTRÁRIOS

Há de se considerar, antes de tudo, que, ao longo dos anos, vai se resignificando a relação dos pescadores para com o Estado, deixando-se a oposição para se buscar uma relação de proximidade, como nos informa o pescador Juvenal Furtado Viana sobre a atuação da Colônia Z-16, no sentido de oportunizar com que os *auxílios* do Estado possam chegar aos pescadores.

A Colônia é isso que eu falei. Ela trabalha pro bem-estar do pescador, pra adquirir o *Seguro-Defeso* e é pra isso; às vezes até *Auxílio-Maternidade* pras nossas mulheres, vão tendo e elas são pescadoras e é uma entidade que também ajuda esse benefício, *Auxílio-Maternidade*, *Auxílio-Doença*. (Grifos nossos).

As questões que se colocam, contudo, são: em que medida essa aproximação vai significar uma cooptação dos trabalhadores aos interesses do mercado, determinando-se a morte da criatividade, os pilares da luta anticapitalista de que nos fala Novaes (2002) e que fora observado na tomada política da Z-16 pelos pescadores, bem como em relação aos princípios de autogestão por eles defendidos? Ou se essa aproximação vai se resignificando como estratégia para se fortalecer politicamente, enquanto vão sendo estabelecidas formas outras de intervenção no meio social para além, mas através dela, da Z-16, enquanto entidade representativa de classe?

Novaes (2002), em seu trabalho sobre fábricas recuperadas na Argentina e no Brasil, acredita que os trabalhadores presentes nesses espaços ao se apropriarem das políticas conjunturais desenvolvidas pelo Estado não deixam de estarem se acomodando à ordem do capital, caindo-se em um processo de *degeneração* política em proveito dos interesses do mercado capitalista, quando, por exemplo, buscam “[...] fundos públicos sem questionamentos da ‘função’ do Estado capitalista na sociedade de classes” (Ibidem, p. 11).

Entendemos que o autor parte de uma compreensão de Estado como estruturando rotineiramente projetos contra os trabalhadores, não se dando ênfase à possibilidade de ações mediadoras entre os desígnios daquele e os interesses desses últimos, em decorrência de processos contra-hegemônicos por eles instaurados.

É nessa perspectiva que o autor analisa ainda que, no Brasil, nos últimos anos,

[...] a integração de parcelas dos trabalhadores à sociedade de consumo de mercadorias descartáveis e a geração de emprego precário somente aprofundam a alienação dos trabalhadores, [dando-se] [...] parcela mínima de renda aos miseráveis, criando o que Paulo Lima Filho chamou de “pequena burguesia dos miseráveis” (NOVAES, 2002, p. 3).

De fato, ações dessa natureza não deixam de contribuir com a manutenção da ordem, como o foram as políticas do Estado do Bem-Estar Social do pós-guerra e o desenvolvimento do modelo fordista-taylorista de produção, criando-se uma sociedade de consumo e políticas voltadas para o social, para que o mercado sempre continuasse com suas ações expansionistas. Por outro lado, o autor não deixa de evidenciar que os trabalhadores inseridos nas fábricas recuperadas venham desenvolvendo ações contra-hegemônicas de oposição ao capital, como “[...] rodízio e revogabilidade de cargos [...]”, “[...] modificações das relações de gênero na fábrica [...]” e necessidade de “[...] desmercantilização da produção e superação da organização taylorista-toyotista” (NOVAES, 2002, p. 6).

Não obstante, fica com a tese de que os trabalhadores, em suas relações com o Estado, por meio da aceitação integral das políticas por ele desenvolvidas, acabam por seguir uma trajetória de *degeneração política*, alijando-se de uma perspectiva revolucionária que promova uma sociabilidade para além do capital. No dizer do autor:

[...] as classes trabalhadoras foram, e continuam sendo tão profundamente golpeadas e alijadas de uma autêntica percepção de classe dominada que, principalmente em situações de crise mais profunda, seu horizonte ideológico manifesta-se muito mais em função do contingenciamento histórico que de sua mais que necessária potencialidade revolucionária. (NOVAES, 2002, p. 10)

No contexto dos pescadores artesanais de Cameté, não há como deixar de se observar, principalmente a partir do Governo Lula, um atrelamento às políticas conjunturais desenvolvidas pelo Estado, como destaca o presidente da Colônia Z-16.

Na verdade hoje a Colônia dos Pescadores de Cameté é uma referência importante no município pela sua importância que tem tanto do ponto de vista econômico quanto do ponto de vista organizativo e cultural que ela proporciona, digamos assim. Hoje em dia, se você analisar pelo ponto de vista econômico ou se você fosse analisar os dez anos antes e dez anos depois a situação dos pescadores, você veria que ela mudou muito, porque *nós começamos buscar os benefícios que realmente não eram direcionados para os pescadores e que de certa forma hoje já estão sendo direcionados*. E com isso começa a melhorar a economia familiar deles. Hoje eles já não são os mesmos que antes eles eram. Então do ponto de vista econômico, isso é fundamental, que é a Colônia que proporciona. (Grifos nossos).

Nas palavras do pescador, a Colônia vem buscando benefícios junto ao Estado, como o Seguro-Defeso, o Auxílio-Maternidade, o Auxílio-Doença, o que tem impactado positivamente a economia dos pescadores. Não deixam de ser, contudo, ações assistencialistas desenvolvidas pelo Estado, sem uma mudança real no modo de produção capitalista, como nos relata o pescador Jorge de Cardoso dos Santos, para o qual o Seguro-Defeso só ajuda por um momento, mantendo-se depois as mesmas dificuldades enfrentadas pelos pescadores, tendo que, na individualidade, resolver os problemas de existência.

Isso a gente ainda não entendeu ainda por que as pessoas dizem que quando sai o seguro melhora muito a vida das pessoas; e quando termina, eles ficam numa pior. Como é que pode melhorar pra eles, porque eles não querem procurar um meio pra eles fazerem. Eu digo que todo tempo pra mim tá bom: quando eu vejo que cai uma produção do meu trabalho, eu procuro fazer outro.

Entretanto, duas questões devem ser levantadas a partir dessa relação com o Estado, que divergem do observado por Novaes (2002) e de sua análise conclusiva sobre a relação dos trabalhadores e as políticas desencadeadas pelo Estado, percebendo-se a degeneração da capacidade revolucionárias dos trabalhadores.

Em primeiro lugar, há de se considerar que a crítica que os pescadores faziam ao Estado, com suas políticas assistencialistas, antes da tomada da Z-16 por eles, ocorrera dentro de uma conjuntura de luta de classe, em que a negação de um Estado atrelado às oligarquias locais cametaenses era de sua importância para a construção contra-hegemônica dos trabalhadores. Cumpria, então, um papel político de tomada de poder.

Por outro lado, há de se considerar que a emergenciaisidade de se resolverem os problemas imediatos de existência dos pescadores impeliu a Z-16 a reconfigurar sua percepção com relação ao Estado, promovendo uma ressignificação de sua atuação no interior da dinâmica de vida desses trabalhadores.

Agora, o Estado passava a servir a outro propósito, o de contribuir para o empoderamento político-social de seus membros, fortalecendo a entidade representativa de classe, a partir da mediação desta para com o Estado, no sentido de fazer as políticas chegarem à emergenciaisidade de vida dos pescadores, como nos informa a pescadora Eleonor Valente Farias Filha, permitindo que a Colônia “*ajude com a ajuda do governo*”.

A importância da Colônia é muito grande, porque se não fosse a Colônia, o pescador vivia mais lascado lá no interior, com mais dificuldade. Essa Colônia, o Sindicato, todas essas coisas juntos deram maior força pro pessoal do interior principalmente. *Eles ajudam com ajuda do governo bem muito.* Acho que se não fosse a Colônia, o Sindicato, não sei se ia ter alguém vivo, que antes não tinha, agora passou a ter o Seguro, que a pesca fecha e aí a

gente recebe o Seguro e vai tareando, apanhando o açai quando é tempo, até vim o peixe. Parece importante, porque, como eu disse agora, que é por época: o peixe, não é todo tempo que tem; agora maio e junho é tempo de malhar com rede grande, rede de dourado, de filhote, rede de peixe grande, mas também é pouco: foi meu irmão que passou dois dias no rio e pegou três peixes, foi um dourado e dois filhotes. (Grifo nosso).

Pelo que se observa, a relação que a Z-16 mantêm com o Estado não se dá numa perspectiva de mão única, atuando tão somente este em sua função de mantenedor dos interesses do capital. Os pescadores, pelo contrário, vão também dele se utilizando para se fortalecer politicamente e resolver, a curto prazo, o seu cotidiano de vida, como nos relata o pescador Ivan Maria Pereira Neves sobre os benefícios sociais mediados pela Z-16, que vêm permitindo certa melhoria na qualidade de vida dos pescadores, evidenciando o quanto a entidade é importante para esses trabalhadores.

Eu acho que ela faria falta. Se a Colônia não tivesse, ela faria muita falta, por conta de que se você fosse olhar hoje a nossa região, no nosso município, quase no município inteiro é dificilmente você passar numa casa que ela já seja coberta com palha; todas as casinhas são feitas de madeira, coberta com telha. Por conta do que? Por conta que a Colônia foi criando espaço. Ela chegou no espaço do Seguro-Desemprego, do Auxílio-Maternidade, Auxílio-Doença e aí quando você recebe o recurso, o pescador recebe, lá constantemente é dois ou três na casa, então há a possibilidade dele fazer uma casinha boa pra ele, compra um motorzinho pra ele, ter a geladeira dele lá dentro da casa dele. Então quer dizer: se a Colônia não tivesse, a situação seria mais difícil. Eu acho que a Colônia foi um elemento bom; é um elemento bom. Mas às vezes tem dificuldade da coisa, dificuldade que acontece.

Com base em falas como a do pescador acima citado, dir-se-ia, na perspectiva de Novaes (2002), que os trabalhadores acabam por se acomodar aos interesses do mercado, pautando-se pela ótica do *consumo fetichizador*¹⁷⁸ proporcionado pelo Estado, freando-se a capacidade revolucionária. Foi o que observara a partir das fábricas recuperadas na Argentina e dos trabalhadores brasileiros.

A grande maioria das FRs [fábricas] recuperadas entrou num ciclo “bem comportado”, onde os trabalhadores parecem estar “contentes” com a melhoria do faturamento, da produção, do salário, características já assinaladas pela história do movimento cooperativista como “pequeno-burguesas”. Dizendo de outra forma, tudo leva a crer que os dirigentes das FRs (ou será que os trabalhadores das FRs?) estão “contentes” com o que conseguiram até o momento, algo que se reproduz mais ou menos de forma parecida nas parcelas dos trabalhadores brasileiros que foram “integrados”

¹⁷⁸ Não se está a considerar que o trabalhador não tenha direito ao consumo, no sentido de também gozar dos resultados da produção material humana. Pontuamos, entretanto, que o trabalhador pode se acomodar aos interesses do mercado quando direcionado para uma perspectiva *consumista*, já não consumindo para atender às reais necessidades de vida, senão impulsionado pela lógica de maximização do consumo pleiteado pelo capital, objetivando a sempre perpetuação da exploração humana.

no mercado de consumo de massas. A alienação se perpetua pela ótica do trabalho realizado — sem sentido social — mas também pela ótica do consumo fetichizador. (NOVAES, 2002, p. 9).

Não deixa o pesquisador de ter razão em suas análises, haja vista que as mudanças devem ser essenciais, não apenas formais, devendo-se “rasgar a camisa de força” da lógica incorrigível do capital, o que significa opor-se a quaisquer formas societárias que visem tão somente a manter sobrevidas em seu interior, enquanto a riqueza continua se constituindo de natureza privada.¹⁷⁹ Ou seja, se é estabelecida tão somente uma relação com o Estado em que se promove essencialmente acomodação dos movimentos sociais aos interesses daquele e, por conseguinte, à lógica de mercado, de fato não se vêm construindo ações que possibilitem o *rasgar-lhe a camisa de força*.

Todavia, se se observam estratégias de, a partir do Estado, os trabalhadores irem se fortalecendo politicamente, buscando outras ações políticas no interior da sociedade para nela intervirem, enquanto processo de revolução, está-se buscando condições para mudanças de ordem essenciais, não apenas formais.

É nessa perspectiva, então, que se pode compreender a relação da Z-16 para com o Estado; não se tratando tão somente de uma relação de subserviência, mas sim de estratégia para se fortalecer enquanto sociedade civil que busca intervir politicamente nos rumos da sociedade, exigindo do Estado ações efetivas de melhoria de qualidade de vida entre os pescadores.

Nas palavras do pescador José Fernandes Barra, presidente da Z-16, trata-se de os pescadores transcenderem a esfera das relações tão somente na entidade, para atuarem no interior dos movimentos políticos que permeiam a sociedade e que, no bojo das relações de classe, funcionam como contestadores de lógicas opressivas para com os trabalhadores, mas também propositores de ações que lhes abarquem os interesses, como na participação em órgãos colegiados no interior do município de Cametá.

De certa forma a gente não deixa de lado essas políticas públicas, *a gente participa dos conselhos que tem, por exemplo, o conselho municipal de desenvolvimento rural sustentável*. Então, nós participamos pra que a gente possa fazer com que as nossas propostas sejam válidas e que o poder público municipal realmente não se esqueça dessa categoria. *Eu acho que a partir do momento que você se organiza e começa fazer com que o poder público lhe enxergue, eu acho que a gente consegue ter mais facilidade e a gente consegue ter mais vez*. (Grifos nossos).

¹⁷⁹ Cf. Mészáros (2005).

Dessa maneira, os pescadores buscam agir politicamente no interior das relações sociais mediadas pelo Estado, de modo que o “*poder público lhes enxergasse*” os interesses, no sentido de pautarem outras formas de desenvolvimento e atendimento de suas necessidades, questionando as ordens societárias impostas. Não é à toa que buscam, por exemplo, participar do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), como forma de intervir coletivamente contra ações do capital na região, conforme observado nas interações mantidas com pescadores no interior de seus encontros comunitários em Cuxipiari Carmo, localidade do município de Cameté.

Não menos importante encontra-se, pois, a compreensão dos pescadores para transcenderem a atuação na Z-16, passando a participar de organizações políticas no interior de partidos. Nos últimos anos, por exemplo, os pescadores vêm elegendo representação pescadora no interior do legislativo municipal, como forma de empoderamento de classe, de modo a garantir possibilidade de embate político que lhes garanta os interesses no interior de uma lógica excludente, conforme nos relatou o pescador Ivan Maria Pereira Neves, descrevendo a importância de os pescadores terem representatividade política no interior do Estado, a fim de mediar-lhes os interesses.

Porque na época o nosso presidente se elegeu pra ser o vereador [...]. Acho que é muito interessante os pescadores terem um político, porque toda coisa sempre a gente depende da política e se a gente não ter uma pessoa influente na política, às vezes os nossos projetos, as nossas conversas não chegam. A gente caminha até uma certa parte, mas tem uma parte que depende da política, depende que tenha uma pessoa lá envolvida na política.

Isso demonstra que os pescadores reconhecem haver necessidade, no interior das lutas de classes, no modelo representativo de Estado que se tem, de mediação política em seu interior, para o que muito pode corroborar a presença de um representante da categoria no legislativo municipal, principalmente quanto se atenta para o fato de que, na concepção dos pescadores, o executivo municipal vem movimentando-se na contramão de seus interesses, como nos relata o pescador José Fernandes Barra, quanto à falta de políticas públicas municipais a favor dos pescadores.

A gente, apesar de ter as nossas próprias convicções política e religiosa, nós procuramos trabalhar de uma forma institucional, digamos assim, tanto com o governo municipal, estadual e federal, prova disso é que a gente tem vários projetos e convênios com o governo estadual e federal, porque se abrem as portas e a gente aqui tenta buscar, porque se a gente for depender só do pagamento dos filiados isso aqui já tinha fechado as portas, então, graças ao governo, principalmente estadual e federal, a gente tem projetos e convênios que a gente trata desses assuntos, felizmente com o governo municipal nós tratamos com uma forma institucional, mas não temos essa mesma abertura que nós temos com os outros governos.

O nosso município hoje está na contramão tanto nos governos estadual e federal. Primeiro, cria-se um ministério, uma secretaria com estado e ministério, e depois de vários anos o Presidente Lula finalmente cria o ministério da pesca, assim como fez a governadora, criou uma secretaria da pesca, mas o município não tem uma secretaria da pesca, ele tem uma secretaria de agricultura que na verdade tem um departamento de pesca artesanal, mas ainda está na contramão, entendeu? Então isso é totalmente diferente, porque muito embora não tivesse, mas fossem destinadas algumas políticas no município para pescadores, isso melhoraria muito, então eu digo assim, aqui no município nós estamos na contramão dos outros governos em relação à questão da pesca aqui no município de Cameté.

Assim, os pescadores artesanais, em sua relação com o Estado, acabam estabelecendo mediações que ultrapassam a possibilidade de assumirem uma atitude de acomodação diante das *benesses* por ele propiciadas, como o Seguro-Defeso, o Auxílio-Maternidade e o Auxílio-Doença, por exemplo, com o intuito de se atenuarem quaisquer possibilidades de contestação ao estado de coisas impostas pelo modo de produção capitalista.

Tais mediações se configuram tanto na possibilidade de os pescadores se fortalecerem politicamente por meio das ações do Estado, “*ajudando por meio da ajuda do governo*”, como na atuação mais intensa no interior da sociedade civil, participando de órgãos colegiados, como o Conselho de Desenvolvimento Sustentável do Município, bem como no exercício da atividade política, por meio da vereança, além de terem atuado para a configuração do prefeito petista, no ano de 2000, no executivo municipal.

O que estamos a pontuar em nossas análises não é que os pescadores artesanais estejam numa relação total de enfretamento em relação às ações do Estado capitalista exposto por Novaes (2002), quando de suas considerações sobre a relação entre fábricas recuperadas e o Estado, tampouco que estejam por inteiro acomodados diante das benesses do mercado, via atuação desse Estado.

Nossa compreensão é ade que os pescadores vivenciam nessa relação uma dualidade contraditória: apegam-se às políticas assistencialistas defendidas pelo Estado, mas também se contrapõem a isso quando continuam fortalecendo-se politicamente através da atuação em conselhos, no legislativo municipal e em movimentos mais amplos, como o MAB.

Em termos gramscianos, consideramos que os pescadores, transcendendo a esfera política da Z-16 ao se articularem com o MAB e os Conselhos Municipais de diferentes áreas de atuação, buscam constituir um bloco histórico, marcado por relações que evocam a necessidade de um projeto contra-hegemônico no município atrelado a seus interesses de classe, expressando “[...] a capacidade de direção, de conquista de alianças, de desarticulação da classe antagonica, na consolidação de um bloco histórico” (FRIGOTTO, 2006, p. 192).

Além do mais, essa participação para *além dos muros da Colônia* demonstra uma compreensão do postulado gramsciano de se inserir na sociedade civil, entendendo, conforme leitura de Frigotto (2006, p. 193), que “[...] as crises econômicas não irrompem de forma catastrófica nas esferas superestruturais, mas são mediatizadas pelas instituições da sociedade civil”, de onde se deduz que os pescadores estão em seu interior buscando “[...] exercer a hegemonia pela direção e consenso [...]” da sociedade, aliando-se a outros grupos sociais. E esse exercer também vem sendo fortalecido com a participação dos pescadores nas instâncias deliberativas do Estado, como o legislativo municipal, numa perspectiva de se estar talvez constituindo um processo pragmático-revolucionário que possibilite, paulatinamente, uma possível transição para o socialismo.

Portanto, os pescadores, com essas ações políticas, estão implementando um processo de conquista do Estado, enquanto sociedade política, ao pleitearem o legislativo municipal, em concomitância com uma “[...] prática ativa, organizada de criação da consciência coletiva, a consciência de classe dos trabalhadores no interior das instituições da sociedade civil” (FRIGOTTO, 2006, p. 193).

A questão é que os pescadores, em sua relação com o Estado, vêm produzindo saberes tanto de contestação quanto de otimização dos interesses daquele. A contestação vem se configurando na afirmação de que o Estado não tem garantido condições adequadas para o desenvolvimento de políticas públicas para os pescadores, quer no campo da produção quer no campo social. Por outro lado, não deixam os pescadores de otimizá-lo quando reiteram o modelo assistencialista por ele desenvolvido, ao se envolverem, por exemplo, com ações de Seguro-Defeso. Contudo, mesmo nesse envolvimento, não se pode perder de vista que acabam utilizando esse modelo assistencialista para se fortalecer politicamente como entidade representativa de classe, projetando-se entre os pescadores como entidade que luta pelos interesses de seus membros.

O problema, parafraseando Mészáros (2002), é que as ações não podem ser apenas conjunturais, mas também estruturais, pressupondo estratégias mais opostas aos interesses do mercado, caso contrário, pensando-se que se está na revolução, está-se, isto sim, na manutenção de um Estado sempre a serviço do capital, fornecendo elementos que aparentemente garantem uma estabilidade econômico-social aos trabalhadores, enquanto continuam a criar condições para manter uma ordem societária de dominação e exploração.

7.3 AS RELAÇÕES ENTRE ESTADO E COLÔNIA E SUAS TESSITURAS HISTÓRICAS

Ao longo deste capítulo, analisamos como a tomada da Colônia de Pescadores Z-16 em favor dos interesses políticos desses sujeitos implicou a construção de um saber jurídico necessário para que se fizesse, em 1994, a primeira “[...] eleição aqui, eleita mesmo, pelo voto dos pescadores, pra gente poder assumir” (BARRA, 2010). Nas palavras de Gramsci (1988), foi preciso que esses trabalhadores-pescadores dominassem os conhecimentos da *societas hominum*, relativo ao domínio dos direitos e deveres, a fim de conquistarem politicamente a entidade, buscando elementos jurídicos para reformular o Estatuto para o qual não tinham participado como sujeitos de uma práxis voltada para seus interesses e transformação de sua realidade política e socioeconômica.

Até esse momento pode-se falar que, conforme Moraes (2002, p. 42), os pescadores atuavam como simples instrumentos necessários aos interesses do Estado burguês, “[...] tratados como meros atores figurantes, detentores de um saber, o qual interessava a defesa nacional”. Nas palavras de Gramsci (1988, p. 3), esses pescadores buscavam, por meio da tomada da Direção da Z-16, tornarem-se os intelectuais orgânicos de sua própria história, no sentido de darem “[...] homogeneidade e consciência [...]” para suas lutas.

Desse modo, a própria negação de uma entidade não representativa significou negação de um modelo assistencialista de gestão, fincado na assistência médica e na implementação de documentos para a aposentadoria,¹⁸⁰ bem como na negação da entidade como reduto eleitoral para as oligarquias locais¹⁸¹ que se estabeleciam no poder,¹⁸² como os Peres, os Moreira, os Mendonça e os Parijós, o que levava os pescadores a descreditarem em seu papel de representação de classe, conforme relata Fernandes Barra em entrevista:

É, na verdade ela era sempre dirigida pelas pessoas que não eram pescadores. Ela¹⁸³ tinha muita dificuldade, porque o fato de que não eram pescadores que dirigiam a Colônia, aí ela não caminhava. A finalidade dos outros diretores era só arrecadar,¹⁸⁴ não tinham nada para oferecer para o

¹⁸⁰ No dizer de Moraes (2002, p. 42), O Estado buscava “[...] ‘conquistar’ a confiança dos pescadores [...]”, investindo “[...] em práticas paternalistas e assistencialistas, oferecendo serviços médico, odontológico, fazendo doações e consertos de redes, entre outros, consolidando o atrelamento das colônias ao Estado”.

¹⁸¹ Em pesquisa de campo, não se pôde perder de vista que atualmente a Colônia continua a desempenhar forte poder de votos, sendo disputada tanto por partidos de esquerda quanto por partidos de direita, mantendo com os primeiros uma maior interação política no palco de construções hegemônicas, que dela procuram se utilizar.

¹⁸² Assim salienta Moraes (2002, p. 17) sobre o uso das Colônias como *currais eleitorais*: “As lideranças eram representadas por comerciantes, atravessadores, e até funcionários públicos. Em época de eleição essas entidades se transformavam em *currais eleitorais*, configurando-se como presas fáceis para políticos oportunistas”.

¹⁸³ Referência à Colônia Z-16.

¹⁸⁴ Referência aos diretores que eram nomeados pela Direção da FEPA até o início da década de 1990.

pescador, então na verdade a Colônia dos Pescadores era totalmente desacreditada [...] (BARRA, 2010).

Para os pescadores, contudo, não era a presença da Colônia, enquanto entidade, que contrariava seus interesses, mas a omissão dos sujeitos que a dirigiam, os quais acabavam por se configurarem em intelectuais orgânicos dos interesses de uma Federação, a FEPA, que, por conseguinte, não satisfazia aos interesses dos pescadores ligados à Z-16, fato este já observado por Furtado (1993, p. 409), quando de seu estudo sobre os pescadores ligados à Colônia Z-19 sediada no município de Óbidos, Pará:

Não é a presença das Colônias de Pescadores que tem gerado insatisfações que chegam a ser conflituosas, [...] são porém (sic), as atitudes de omissão de seus administradores que originam o descontentamento em seus associados, pois estas atividades descaracterizam o verdadeiro papel destas entidades de classe dos pequenos produtores da pesca [...].

O fato é que historicamente essa Colônia não nasceu para atender aos interesses dos pescadores da Região. Ligada inicialmente ao Ministério da Marinha desde 1923, as ações das Colônias baseavam-se na prestação de serviços gratuitos a esse ministério, quer na utilização dos saberes desses sujeitos quanto a conhecimento sobre navegação nos rios da região, quer na distribuição de pescado para os militares.

O Estado não lhes atendia aos interesses de vida, mas, pelo contrário, dos saberes e da produção desses sujeitos se apropriava, respaldado por um instrumento jurídico por ele próprio criado,¹⁸⁵ tão à moda do que o fizera no século XVIII, quando organizara “[...] os *pesqueiros reais*, com o duplo intuito de explorar mais eficazmente a produção do pescado e de suprir as unidades militares daquela região”¹⁸⁶ (L. SILVA, 1988, p. 59).

Em termos jurídicos, por exemplo, Moraes (2002) ressalta que o Estado, a partir de 1923, criara um Estatuto para todas as Colônias do país, legislando sobre os pescadores, definindo a entidade como “agrupamento de pescadores ou agregados associativos”, impondo-lhes a matrícula na Colônia como condição *imprescindível* para o exercício da pesca e, por conseguinte, obrigatoriedade do serviço militar, tão logo o Estado requisitasse a seleção do pescador.

Por essa lógica, “[...] muitos pescadores foram embarcados nas grandes fragatas, deixando para trás famílias e também suas atividades no mar. Assumiram nova patente: de

¹⁸⁵ Referência à Z-16 enquanto entidade, nesse período, representativa dos interesses do Estado.

¹⁸⁶ Trata-se da região Amazônica.

pescadores passaram a marujos”¹⁸⁷ (MORAES, 2002, p. 44), além de a identidade do pescador já não decorrer de sua relação com rio objetivando atender às suas necessidades, mas a partir de uma matrícula que lhes autorizava o uso dos rios para tal fim.

Trata-se aqui de um Estado a serviço do Capitalismo, criando as condições para que esse último tenha sempre a garantia da obtenção da mais-valia,¹⁸⁸ porque implanta na classe trabalhadora a situação jurídica para ser explorada quer na sua subjetividade quer na sua objetividade.

Sem nada pagar pelos saberes e pela produção dos trabalhadores da pesca artesanal em Cametá, o Estado garantia condições para que o capital entendesse a região no que concerne ao fluxo dos seus rios, o que mais tarde lhe renderia a construção da Hidrelétrica de Tucuruí, bem como garantia o sustento dos militares responsáveis pela viabilização desse projeto energético, que viria suprir a demanda do mercado mundial quanto à produção de energia necessária para a maximização da produção. E, para tal empreitada, no dizer de Moraes (2002, p. 39),

Ninguém melhor que os pescadores [pois] são conhecedores dos “segredos do mar”, onde tradicionalmente vivem e produzem o sustento de suas famílias. Conhecem os acidentes geográficos dos rios e mares, como pedras, bancos de areia, canais e os mistérios que envolvem as águas.

Não é de hoje que o capitalismo apropria-se dos saberes e da produção dos trabalhadores objetivando maximizar seus lucros. Na Idade Média, por exemplo, quanto às atividades de ofício, o capital observara que fragmentando os saberes dos trabalhadores em espaços especializados de produção em série poderia produzir em maior escala, com mais rapidez, objetivando atender ao mercado mundial que crescia. É assim também ainda hoje quando se apropria dos saberes tácitos de trabalhadores, surgidos do envolvimento cotidiano com o maquinário, para que sejam solucionados problemas de produção, sem que nada seja

¹⁸⁷ A utilização de pescadores para servir aos propósitos do Estado em tempos de guerra vinha sendo prática rotineira no Estado do Pará. Inglês de Sousa (2005), no conto “Voluntário”, relata que, nos finais do século XIX, no Pará, era comum recrutar, entre os pescadores, sujeitos para a guerra, mesmo diante da negativa destes. Tratava-se, nesse contexto, de prática utilizada inclusive para fortalecer as oligarquias locais, à medida que a estas era permitido definir autoritariamente o caboclo que iria ou não para a guerra, conduzindo famílias a estabelecerem laços de compromisso político, a fim de não terem seus jovens nas trincheiras da guerra: “Coisa terrível era então o recrutamento! Esse meio violento de preencher os quadros do exército era ao tempo da guerra posto em prática com barbaridade e tirania, indignas de um povo que pretende foros de civilizado. [...] Os graúdos não perderam a ocasião de satisfazer ódios e caprichos, oprimindo os adversários políticos que não sabiam procurar, a serviço de abastados e poderosos fazendeiros, proteção e amparo contra o recrutamento, à custa do sacrifício da própria liberdade e da honra das mulheres, das filhas e das irmãs” (Ibidem, p. 27).

¹⁸⁸ Nesta pesquisa, refletimos que os pescadores artesanais, embora ligados ao trabalho improdutivo, não deixam de contribuir, no interior das relações sociais e econômicas capitalistas em seu sentido totalizante, para a extração da mais-valia, tornando-se imprescindíveis para o trabalho produtivo ligado a outros setores de produção.

pago ao trabalhador. E é assim, ainda hoje, quando o capital se apropria dos saberes de pescadores para demarcar espaços geográficos, áreas de produção pesqueira, conhecimentos sobre a região ou, até mesmo, para reconfigurar, em prol de seus interesses, bandeiras de lutas dos trabalhadores, evitando, com isso, a instauração de conflitos.¹⁸⁹

O fato é que o surgimento das Colônias de Pescadores cumpria dois papéis importantes no cenário brasileiro do início do século XX: um econômico e outro político. Segundo Moraes (2002), economicamente, o Brasil iniciara o século XX como grande importador de peixes, o que lhe prejudicava a balança comercial, tornando imprescindível maximizar a produção pesqueira do país, a partir de sua extensa área litorânea, implicando explorar a força de trabalho dos pescadores; politicamente, com o advento da Primeira Guerra Mundial, era preciso fortalecer as fronteiras do território brasileiro, e a mão-de-obra, gratuita, para tal fim foi encontrada na figura dos pescadores. Nas palavras de Moraes (2002, p. 42):

O Estado tinha seus objetivos políticos e estratégicos traçados. Os pescadores eram tratados como meros atores figurantes, detentores de um saber, o qual interessava a defesa nacional. Portanto seria necessário manter o controle sobre estes trabalhadores.

Esse controle de que nos fala Moraes (2002) manifestava-se nas Colônias em práticas assistencialistas de saúde, bem como em modelos de educação que visavam ao adestramento dos pescadores aos interesses da Marinha, a fim de que eles agissem como

¹⁸⁹ A esse respeito considere-se a reconfiguração que o Estado Neoliberal vem dando às ações da Sociedade Civil. De instrumento de contradição para com os propósitos desse Estado, a Sociedade Civil vem sendo requerida como elemento imprescindível para a promoção do bem comum, o que sempre foi bandeira de luta dos trabalhadores. Entretanto, segundo Melo (2005), ao discutir a atuação dos organismos internacionais, como o FMI, na construção de um forte bloco histórico de sustentação a uma nova pedagogia da hegemonia do capital, a Terceira Via, compreendida como um novo programa político mundial para salvaguardar a ordem capitalista diante da crise por ela criada e agora vivida, nos últimos anos do século passado, o FMI e o Banco Mundial vêm orientando os países periféricos a investirem em parcerias entre Estado e Sociedade Civil, de modo a impedir colapsos sociais que inviabilizem a governança, ou seja, as condições necessárias a serem desenvolvidas pelo Estado para que empresas, o capital, possam ter asseguradas as garantias de retorno dos seus investimentos. Aliás, o conceito de *governança* nasce com a necessidade de se expressar a relação de parceria entre Estado e Sociedade Civil, no sentido de se desencadear a crença de que o desenvolvimento ocorreria à medida que os sujeitos estivessem em consenso com a lógica de crescimento econômico existente. Vende-se, assim, a tese de que as “revoltas” só tendem a desfavorecer o equilíbrio desenvolvimentista, sendo necessário o consenso e a participação junto às ações desenvolvidas pelo Estado, que estaria zelando pelo bem-estar social da sociedade. No dizer de Melo (2005, p. 74): “Para o Banco Mundial, um Estado mais próximo do povo e a incorporação de necessidades e demandas, assim como sua participação nos processos de planejamento e avaliação de programas, facilitariam a realização e consolidação de reformas”. Vê-se, pois, que a participação civil na organização da sociedade proposta pelo FMI e Banco Mundial não nasce de uma necessidade de mudar a ordem estrutural, mas sim de garantir a manutenção da mesma diante dos problemas por ela criados e vividos. Trata-se de reformas, conforme Melo (Ibidem), “necessárias para a sobrevivência do próprio capitalismo”, o que já nos leva a mais do que desacreditar nessa participação da sociedade no exercício da governança. Pretende-se, isto sim, instituir uma política de consenso entre os interesses públicos e privados, como se aí houvesse possibilidade de reais mudanças na qualidade de vida dos trabalhadores, no sentido de se extirpar a exploração, instituindo-se uma sociedade da liberdade, no dizer de Marx. O que esses organismos fizeram realmente foi ir construindo uma lógica da culpabilidade pelos problemas sociais nas mãos dos trabalhadores, os quais, “egoístas”, não estariam participando ativamente da sociedade.

soldados a defender o litoral; assim, a partir de 1920, foram criadas escolas no interior de sedes das Colônias, de modo que os filhos dos pescadores recebessem *instrução* para atuarem como *escoteiros do mar*, despolitizando os sujeitos da identidade pesqueira que os tornava fração de classe, a pesca, à medida que lhes reconfiguravam a função social, conforme nos relata Moraes (2002, p. 43), ao caracterizar a desapropriação e, concomitantemente, o reordenamento funcional dos saberes dos pescadores:

A tentativa de moldar, de formatar, de esculpir os pescadores aos parâmetros almejados pela Marinha norteava as relações estabelecidas pelo Estado sobre as colônias. As escolas criadas ainda na década de 1920 para os filhos dos pescadores funcionavam dentro do espaço físico da sede das colônias, onde as instruções repassadas aos alunos cultuavam o civismo e o patriotismo, assim como uma educação militar voltada para a formação de futuros marinheiros [...]

[...] As instruções eram voltadas para a conduta militar, deixando de lado ou em segundo plano a atividade pesqueira, provocando a desconfiguração da identidade dos aprendizes da pesca, cujas habilidades eram repassadas das gerações adultas para as mais novas.

Em Cametá não houve a criação de escolas específicas para os pescadores, no que concerne à formação deles para desempenharem o papel de um *exército de reserva*, no tocante à proteção das terras de marinha no nordeste paraense, onde se encontra esse município.

Entretanto, o Estado fez uso dos saberes dos pescadores para conhecimento da geografia fluvial da região, bem como para a manutenção de sistemas de exploração de recursos naturais, a baixo custo, como o fora o sistema de aviamento, criado para que os ribeirinhos, pescadores em sua maioria, extraíssem borracha e cacau, pauperizando-os cada vez mais, enquanto floresciam as oligarquias locais com a exploração da força de trabalho daqueles, conforme tratamos na Introdução desta tese.

Não houve, inclusive, qualquer modelo de escola para os pescadores da região. O que houve foi uma sempre precária implementação do modelo urbano de escolarização para com os sujeitos dos rios da Amazônia, desprestigiando-lhes os saberes locais, fornecendo-lhes, não raras vezes, a simples capacidade de assinar o nome, necessário ao voto nas oligarquias que ascendiam e reascendiam na região.¹⁹⁰

Mas, a partir da década de quarenta do século passado, sob os auspícios do Estado Novo da Era Vargas, as colônias de pescadores passaram a estar atreladas aos interesses do Ministério da Agricultura, por meio de sua Divisão de Caça e Pesca (cf. MORAES, 2002). Tal ação intensificava mais ainda a presença do Estado no controle de frações da classe trabalhadora, objetivando *silenciar* os conflitos de classe, a fim de que o capital pudesse

¹⁹⁰ Cf. Furtado e Barra (2004).

continuar se metamorfoseando cotidianamente. Para tanto, o Estado continuou intensificando suas ações assistencialistas, fornecendo aos trabalhadores paliativos para a sobrevivência, impedindo qualquer ruptura em definitivo do modo de extração da mais-valia. Fora o que sucedera com as Colônias a partir de 1930.

Em 1938, segundo Moraes (2002), o Ministério da Agricultura, por meio de sua Divisão de Caça e Pesca, criou a *Caixa de Crédito da Pesca*, objetivando garantir o financiamento de equipamentos e materiais de pesca para os pescadores. Em 1941, essa mesma Divisão instituiu para as colônias, independentemente das diferenças regionais, um novo estatuto, em que foram definidos como objetivos dessa entidade a defesa dos direitos e interesses dos pescadores, bem como sua área de atuação, no sentido de garantir assistência médico-odontológica a seus associados, além de passar a ser concebida como uma sociedade civil.

Em que pese a concepção das colônias como Sociedade Civil, não se consubstanciou em efetiva participação dos pescadores em sua organização. Entre o enunciado na lei e o disposto no cotidiano da entidade havia uma grande distância. Em Cameté, por exemplo, como vimos neste capítulo, a Colônia de Pescadores não conseguira eleger pescadores para sua direção, tendo na indicação de sujeitos não pescadores o viés dirigente da entidade, até meados da década de 1990, conforme dados da entrevista de Barra.

Por outro lado, as ações previstas nesses dispositivos legais não se consubstanciaram em mudanças efetivas na vida dos pescadores, senão, conforme Moraes (2002), em novas formas de dominação e destituição da Colônia como entidade representativa de classe. Ao imputar, por exemplo, às colônias o desenvolvimento de ações de saúde, acabava-se por descaracterizar o papel do Estado no fomento da saúde pública para os pescadores. Além do que, ao se implementar linhas de financiamento de equipamentos de pesca para os trabalhadores, fomentava-se o crescimento da pesca industrial em detrimento da pesca artesanal desenvolvida há anos pelos ribeirinhos da região.

Tratava-se, portanto, de dispositivos a serviço do aumento do capital em prejuízo da organização dos trabalhadores, os quais sequer participavam na elaboração desses dispositivos.

A partir da Segunda Guerra Mundial, as colônias passaram novamente a estar sob os auspícios do Ministério da Marinha, tornando-se, mais uma vez, elemento estratégico para

o fortalecimento das fronteiras do país, sendo seus saberes reelaborados novamente pelo Estado para o exercício da proteção da costa brasileira, sem ônus para os cofres públicos.¹⁹¹

O que se viu desde então foi uma sempre reconfiguração legal na determinação do ser social Colônia de Pescadores, atrelando-a, cada vez mais, aos interesses do Estado. Esse atrelamento culminou, em 1962, com a criação da Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE), que objetivava promover, desenvolver e fiscalizar a pesca no país, segundo observou Moraes (2002). Era mais um dispositivo legal a fomentar a pesca industrial do país, tão desejada pelos governos militares que se sucederam a partir do Golpe de 1964, com sua pretensão desenvolvimentista.

Dessa descrição sócio-histórica sobre as ações legais que se manifestaram na definição das Colônias de Pescadores, desde o início do século XX até a década de 1980, pode-se notar um silenciamento dos interesses dos pescadores ou uma amortização de seu poder enquanto entidade representativa de classe, pois, até então, foi tratada como uma entidade voltada para o atendimento dos interesses do Estado e, por extensão, do capital.

Mas a história, na perspectiva marxiana, nos ensina, como aludimos no item 7.1, que os sujeitos são produtos e, concomitantemente, produtores da materialidade histórica, em um movimento dialético, contraditório, portanto, de transformar a realidade que se apresenta.¹⁹² É por meio dessa concepção de história que podemos entender as contradições vividas pelos pescadores artesanais da Z-16 e como se deu a sua tomada e posterior reconfiguração a seus interesses, tornando-a uma entidade de fato representativa de classe.

Para tanto, consideramos que “A burguesia produz, acima de tudo, seus próprios coveiros” (MARX & ENGELS, 2006, p. 45), quando não consegue propiciar, em decorrência de seus próprios princípios estruturantes, a humanização do homem, tornando-se “[...] incapaz de assegurar a seu escravo a própria existência no âmbito da escravidão” (Ibidem, p. 44).

Nesse sentido, consideramos que a construção da Hidrelétrica de Tucuruí, tal qual tratado no Capítulo VI, propiciou a destruição dos espaços pesqueiros na região e, conseqüentemente, promoveu o êxodo de pescadores para a periferia da zona urbana cametaense, aumentando a exclusão social nesse município,¹⁹³ atuou, consideravelmente, como *coveira* das estruturas oligárquicas cametaenses (manifestadas na Z-16 por meio da indicação de seu quadro dirigente) e promotora da organização política dos trabalhadores na região, no que diz respeito aos pescadores.

¹⁹¹ Cf. Moraes (2002).

¹⁹² Cf. Kosik (2002).

¹⁹³ Cf. Carvalho (1998).

De acordo com Sousa (2002), por exemplo, na segunda metade da década de 1980 e por toda a década de 1990, quando vem se dando no Brasil a sua redemocratização com o fortalecimento das organizações dos trabalhadores, como sindicatos, aconteceram vários processos de lutas camponesas no Estado do Pará, destacando que, no contexto da região tocantina, onde se encontram o município de Cametá e a Colônia Z-16, houve um fortalecimento dos movimentos sociais como os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STRs) e as Colônias de Pescadores, em decorrência dos efeitos transtornantes da barragem de Tucuruí para as comunidades locais, desencadeando “[...] um processo de luta que buscava recompor as condições e modos de vida anteriores, recusando-se à aceitação passiva da política relocativa e indenizatória traçada pela ELETRONORTE”¹⁹⁴ (CASTRO, 1989 apud SOUSA, 2002, p. 19).

Além disso, há de se considerar que o município vinha ao longo de seu processo histórico sofrendo perdas em sua economia, decorrentes da declinação do mercado mundial para com a produção local da borracha, do cacau e da pimenta-do-reino, que afetaram as antigas formas de dominação das oligarquias e, por extensão, pauperizaram ainda mais os trabalhadores, uma vez que aquelas já não conseguiam dispor de poder econômico suficiente para continuar a desenvolver com intensidade ações assistencialistas na região, como as promovidas no interior da Colônia de Pescadores ou as decorrentes do sistema de aviamento.

Foi essa conjuntura de exclusão social, oriunda do empobrecimento da economia local, que contribuiu para que os trabalhadores partissem para o enfrentamento político e organização como sociedade civil atrelada a seus interesses. No dizer de Costa (2006, p. 153),

Diante das duras condições sociais e econômicas, o campesinato regional vem se organizando e a força com a qual os trabalhadores têm conseguido intervir na vida política da região é fruto de uma razoável capital social acumulado na construção histórica de fortes instrumentos de luta e enfrentamento com setores oligárquicos tradicionais.

Foi o que aconteceu em Cametá, por exemplo, com a reconfiguração, a partir da década de 1980, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) aos interesses dos agricultores da região. Segundo Sousa (2002, p. 121), desde sua fundação em 1974, o STR, embora desenvolvesse “[...] serviços públicos destinados aos camponeses, como saúde e previdência [...]”, acabava também favorecendo a manutenção do Estado Militar à época, à medida que

¹⁹⁴ Com a construção da Hidrelétrica de Tucuruí, houve impactos na vida dos povos ribeirinhos, como diminuição de pescado na região e alagamento de áreas de terra firme. Diante desses impactos, a empresa Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A (ELETRONORTE) desenvolveu uma política de indenização para os pescadores, sem, contudo, avançar em ações que os mantivessem na região, como políticas de reestruturação da vida econômica pesqueira. Tratava-se tão somente de ações paliativas diante dos impactos ambientais e sociais causados pela empreitada desenvolvimentista do capital.

mantinha sob seu controle os camponeses, principalmente quando se considera que os que se encontravam na direção da entidade eram “fiéis escudeiros” das oligarquias locais, as quais, por extensão, favoreciam o regime, ao criarem as condições para a ele ninguém se contrapor. Nesse sentido, esclarecedoras são as palavras de Sousa no tocante ao atrelamento do Sindicato aos interesses oligárquicos à época:

O Sindicato, na década de setenta, era o principal instrumento de assistência aos trabalhadores rurais em Cameté, sendo encarregado de encaminhar os processos de aposentadoria e responsável pelo serviço de saúde destinado aos trabalhadores rurais. *O STR desfrutava de grande poder agregador dos trabalhadores rurais, por isso a oligarquia local procurava manter uma relação de colaboração com o Sindicato, inclusive viabilizando convênios com outras entidades governamentais, em troca de apoios do sindicato em outros momentos, inclusive eleitorais.* (2002, p. 131, grifo nosso).

Para Sousa (2002), o STR, ao aceitar o papel de atuar como um administrador de serviços públicos do Estado, contribuía para manter o controle dos trabalhadores pelo regime militar, além de empoderar as oligarquias locais,¹⁹⁵ favorecendo o *status quo* de dominação que afligia, há anos, os caboclos ribeirinhos.

Mas, a partir de 1980, sob a necessidade de se romper com a ditadura militar e instituir uma nova forma de se conceber as relações sociais, veio se organizando uma oposição sindical em Cameté, com forte apoio da ala progressista da Igreja Católica Apostólica Romana, em que se propugnava “[...] a ação política dos camponeses como atores portadores de um projeto de sociedade igualitária, democrática e voltada ao atendimento dos interesses das grandes maiorias oprimidas” (SOUSA, 2002, p. 146), culminando com uma maior organização dos trabalhadores, por meio de um processo de educação sindical que culminou com a tomada da diretoria do sindicato, de modo que os camponeses viessem a romper com a

[...] lógica do compromisso, da lealdade e da reciprocidade que fundamentava a relação entre camponês e elite comercial e política, resultando numa organização política de camponeses que, sob a influência da Igreja Católica, rompeu os laços de dependência em relação às elites mercantis e políticas locais. (SOUSA, 2002, p. 203).

A partir da década de oitenta, sob a direção de trabalhadores rurais oriundos das lutas camponesas, o STR passou a desempenhar na região o papel de articulador dos interesses do meio rural, buscando a conquista de crédito bancário para a produção do pequeno agricultor, fortalecendo a diversificação da produção, bem como propiciando um

¹⁹⁵ Destaca-se nesse período a forte presença das Oligarquias capitaneadas pelo político da região Gerson Peres, o qual fomentou os Valente, os Parijós, dentre outras (cf. SOUSA, 2002). Esse político vem atuando na região com mandatos na Câmara dos Deputados, no Governo do Estado, desde a década de cinquenta do século XX.

processo de inserção dos trabalhadores na luta contra os interesses oligárquicos no município, muito presentes na formação de seus quadros de dirigentes que acabavam por ocupar posições estratégicas para se manter no poder, como em mandatos político-partidários.

Essa retrospectiva da luta dos trabalhadores pela reconfiguração do STR de Cameté a seus interesses, na década de 1980, serve para evidenciar o palco de disputas político-sociais que perpassou, e perpassa, as relações entre os diferentes sujeitos que constituem a sociedade cametaense, além de contribuir, em termos comparativos, para o debate sobre a Colônia de Pescadores e seus sujeitos no interior das contradições de classe que movem os movimentos sociais, enquanto representantes da classe trabalhadora, e as oligarquias locais, enquanto presentificação do *modus operandi* do capital e dos valores burgueses na região.

Em termos comparativos, por exemplo, a Z-16 e o STR nasceram atrelados aos interesses do capital, metamorfoseado na figura do Estado,¹⁹⁶ funcionando como instrumentos necessários para a manutenção do *status quo* das oligarquias locais. Mas, ambos, a partir da luta da classe trabalhadora, personificada em sua fração pescadora e agricultora, respectivamente, passaram, a partir do estado de pauperização em que se encontravam seus membros e por influência da ala progressista da Igreja Católica,¹⁹⁷ atuando como intelectual orgânica desses trabalhadores, por uma reconfiguração de seu papel político, permitindo a essas classes trabalhadoras tê-los como instrumentos de representação de classe, conforme relatam Furtado e Barra (2004, p. 69), a respeito dessa reconfiguração no que concerne à Colônia de Pescadores Z-16:

A partir de 1982 com o auge dos movimentos sociais no Brasil, a Prelazia de Cameté passou a fazer um grande trabalho de conscientização dos pescadores, através de visitas às comunidades ribeirinhas, encontros, reuniões, curso, etc.

Com esse trabalho, foi surgindo (ainda que timidamente) um grupo de pescadores que juntamente com a Prelazia de Cameté partiram para a realização de um trabalho de base mais intenso chamando-os a participar das reuniões e discussão em favor da tomada da categoria que viesse favorecer de fato os trabalhadores.

Das considerações de Furtado e Barra (2004), observa-se que havia um descontentamento político no interior da Z-16 para com as ações desempenhadas pelas

¹⁹⁶ Novaes (2002), ao discutir a organização de trabalhadores no interior de fábricas recuperadas na Argentina e no Brasil, por meio de cooperativas, aborda o Estado como a serviço dos interesses burgueses, como que funcionando como um *escritório da burguesia*, não se constituindo sua essa expressão, entretanto.

¹⁹⁷ Trata-se da Igreja Católica Apostólica Romana, inspirada nas orientações da Teologia da Libertação, com envolvimento popular, voltada para a formação de CEBs e organizadora dos movimentos sociais na América Latina, contrapondo-se aos modelos autoritários de governo que dominaram essa América a partir dos anos 60 do século passado.

direções designadas pela FEPA, as quais, segundo Fernandes Barra, não se coadunavam aos interesses dos pescadores, no sentido de descobrirem ou criarem estratégias que permitissem “[...] resolver ou pelo menos minimizar os confrontos e/ou problemas vividos pelos pescadores”, conforme também já havia observado Furtado (1993, p. 409) junto à Colônia de Pescadores Z-19, em Óbidos-Pará, quando de sua pesquisa antropológica sobre os pescadores desse município. Nas palavras de Barra, presidente da Colônia de Pescadores Z-16, em seu segundo mandato:

Através de muitas reuniões. Eu acho que ela,¹⁹⁸ vendo a dificuldade que o pescador passava, nós começamos a nos organizar nas comunidades, através de reuniões dentro da Prelazia, tinha a pastoral dos pescadores, e aqui tivemos uma luta muito grande do Carlos Neto, que era o coordenador naquela época.¹⁹⁹ Então, nós, juntamente com eles,²⁰⁰ começamos a nos organizar porque começamos a ter necessidade de ter uma entidade que nos representasse e aquela que era dirigida pelo Estatuto da Federação [...] não atendia às nossas necessidades; então, a partir daí, vendo a necessidade dos pescadores e pescadoras, nós começamos a reunir várias vezes e não foram poucas vezes; começamos a ir às comunidades e, com isso, conseguimos criar um grupo de oposição muito forte naquela época, em que a colônia não era dirigida pelos pescadores.

Das palavras de Barra, infere-se que os pescadores, em seu processo de reorganização enquanto entidade de classe, percebiam que a atuação da Colônia deveria transcender o assistencialismo, que lhe fomentara as ações desde a sua fundação na década de 1920, bem como havia necessidade de torná-la efetivamente representativa de classe, para o que muito teria a contribuir um processo de escolha de direção que tivesse os pescadores como protagonistas dessa decisão.

Assim, não menos importante encontrava-se a percepção de que a sociedade fundamentava-se numa relação conflituosa de interesses de classe, cabendo, portanto, aos trabalhadores organizarem-se, a fim de não só verem seus direitos respeitados, mas também de terem outros direitos conquistados. Entra em cena aqui a configuração de saberes sociais sendo materializados na configuração dos interesses dessa fração da classe trabalhadora. Houve, por exemplo, o saber social, enquanto habilidade e atitude do pescador, objetivando a construção de sua organização, através da promoção de reuniões e da busca de ajuda em *intelectuais orgânicos* que também assumissem seus problemas como causa de luta, como o fora feito junto à Igreja Católica.

¹⁹⁸ Referência à Pastoral da Pesca, desenvolvida pela Prelazia de Cametá.

¹⁹⁹ Trata-se dos anos iniciais da década de 1990.

²⁰⁰ Membros da Pastoral da Pesca e Prelazia, de um modo geral.

Por outro lado, encontrava-se o saber acerca do conhecimento da divisão da sociedade em classes, a qual se opõe em interesses e em projetos societários distintos. Houve ainda o saber relacional, compreendido como a necessidade de os sujeitos acionarem estratégias para estabelecer interlocuções, buscando o convencimento, acionando a *militância* para a luta e objetivando a transformação da realidade.

Essa insatisfação com os rumos que uma Colônia de Pescadores vinha tomando, enquanto não representativa dos interesses da Categoria, também já tinha sido observada por Furtado (1993) junto à Colônia de Pescadores Z-19, em Óbidos-Pará. Segundo essa pesquisadora, havia um “[...] conflito velado entre pescadores e as lideranças oficiais da pesca [...]”, o que poderia “[...] ser entendido como um conflito entre pescadores e Estado [...]”, haja vista que as lideranças impostas na Colônia Z-19 pela FEPA constituíam-se nos “[...] instrumentos de ação das políticas oficiais para a pesca, em seus vários níveis: da pesca artesanal à industrial” (Ibidem, p. 409).

Para essa autora, o conflito resultava da omissão dos administradores da Colônia Z-19 para com o verdadeiro papel dessa entidade como representativa de classe, consubstanciando-se na incúria e autoritarismo nas decisões por eles tomadas, no “[...] escamoteamento das informações que deve dar passagem para os pescadores conhecerem e dar livre curso aos seus direitos [...]”, na “[...] omissão dos dirigentes em descobrir ou criar estratégias que [...]” permitissem “[...] resolver ou pelo menos minimizar os confrontos e/ou problemas vividos pelos pescadores [...]” (Ibidem, p. 409). Não deixavam também de serem essas as razões que motivavam os pescadores de Cameté a se organizarem, buscando reconfigurar a Z-16 a seus interesses, conforme nos relata Barra:

É, na verdade ela era sempre dirigida pelas pessoas que não eram pescadores. Ela tinha muita dificuldade, porque o fato de que não eram pescadores que dirigiam a Colônia, aí ela não caminhava. A finalidade dos outros diretores era só arrecadar, não tinham nada para oferecer para o pescador, então, na verdade, a Colônia dos Pescadores era totalmente desacreditada [...].

Não menos desacreditada era, segundo veiculação feita pelos próprios dirigentes da Colônia impostos pelo Estado, a “[...] capacidade de autogestão dos pescadores [...]” (FURTADO, 1993, p. 409). Imputando-lhes o estereótipo de *ignorantes*, “[...] semianalfabetos sem condições de dirigir a Colônia [...]”, essa “propaganda” gerava “[...] nos próprios pescadores uma consciência negadora de si mesmo [...]”. Tal ação, contudo, não era em nada intencional. Mas, pelo contrário, do ponto de vista ideológico cumpria o papel de destituir os pescadores de um sentimento de classe, de pertença a uma fração de trabalhadores

com capacidade tanto para a produção quanto para a organização política em prol de seus interesses. Essa despolitização organizativa dos pescadores objetivava, isto sim, a eterna submissão destes aos interesses do capital, metamorfoseado na figura do Estado.

Foi contra essa lógica que tanto os pescadores ligados à Z-19, em Óbidos, quanto os ligados à Z-16, em Cametá, se insurgiram e buscaram a autogestão, a partir de um modelo participativo, conforme palavras de Barra:

A partir do momento em que assumimos a sua direção²⁰¹ fizemos eleição. Nós começamos a nos organizar, mudar a gestão dela, fazendo de uma forma que os pescadores participem democraticamente das ações dela. Atualmente ela se encontra organizada, hoje nós temos um quadro de filiados de mais de quinze mil sócios que estão distribuídos em 80 coordenações de base que a gente chama assim.

Dessas palavras de Barra, infere-se que a Z-16, por meio da tomada da direção da entidade pelos pescadores, descentralizou as decisões, permitindo aos pescadores a inserção na definição das políticas a serem desenvolvidas para o setor pesqueiro da região, socializando informações, combatendo práticas de gestão até então desenvolvidas pelos dirigentes impostos pela FEPA.

Para tanto, foram instituídas 80 coordenações de base, configurando-se em sujeitos pescadores que, no interior das comunidades de pescadores presentes nas ilhas, articulam reuniões, debatem os problemas, propõem soluções que são encaminhadas para a Executiva da entidade, e acompanham o atendimento de suas necessidades. Trata-se, pois, de um saber político no trato de seus interesses, que lhes permite a presença de elementos de autogestão, configurando, dessa maneira, uma das maiores organizações de trabalhadores da região da Amazônia tocantina, onde se encontra Cametá. Ou seja,

A Colônia dos Pescadores Z-16 é hoje a instituição da classe trabalhadora mais organizada e articulada da região, possuindo o maior peso social e político dentre as organizações dos trabalhadores de Cametá e do Baixo Tocantins. (COSTA, 2006, p. 291).

Com a presença desses elementos de autogestão defendida pela Z-16, buscou-se também desatrelar a entidade da intromissão das ideologias político-partidárias que vinham sendo consentidas pelos dirigentes impostos pela FEPA,²⁰² cujos interesses não abarcavam os dos pescadores, senão os dos dirigentes e de terceiros, provocando atritos entre estes e os

²⁰¹ Referência à Colônia de Pescadores Z-16.

²⁰² Neste capítulo, discutimos que esse *desatrelamento* ocorria por não corresponder aos interesses dos pescadores. A partir de sua assunção à direção da entidade, passaram seus membros a ter ligação com o PT, elegendo, por meio dele, seus vereadores.

pescadores associados,²⁰³ uma vez que, no contexto da pesquisa desenvolvida por Furtado (1993, p. 410),

Do ponto de vista dos pescadores, essas interferências prejudicam os interesses dos pescadores pois (sic), uma administração “guiada de fora” não consegue ver as necessidades reais dos pescadores, e ao contrário disso só pode ter fim pra campanha política, afirma eles.

Tal situação também se verificou como elemento estruturante para a tomada da direção da entidade Z-16 pelos pescadores cametaenses. Com efeito, nas palavras de Barra, os dirigentes da Z-16 instituídos pela FEPA não avançavam em proposições que se materializassem em benefícios para seus associados. A entidade funcionava simplesmente como instrumento de votos para os sujeitos que mantinham a Colônia sob sua tutela, por meio de uma direção não representativa de classe.

Eu me lembro bem quando a gente chegava à reunião. A pessoa só tinha o título de eleitor; ele não tinha nenhum outro documento. Então naquela época eles²⁰⁴ só se preocupavam em tirar o título porque eles precisariam para votar neles, e não havia nenhum outro documento pra fazer realmente com que aquelas pessoas²⁰⁵ pudessem sair da escravidão, porque aquilo eu acho que era uma escravidão; eles apenas tiravam o título daquelas pessoas e elas não tinham nenhum direito de cidadão pra buscar o seu próprio benefício, digamos assim.

Com efeito, lutavam os pescadores nos idos de 1990 contra uma forma de organização que não lhes representava, tanto pelas pessoas que estavam na direção da entidade, quanto pelas políticas por elas desenvolvidas. Todavia, a luta não se extinguiu com a tomada da Z-16, em 1994, pelos pescadores. Mas, pelo contrário, outras formas de conflito passaram a constituir a dinâmica dessa entidade representativa de classe, necessitando dos pescadores formas outras de constituição de saberes para manter uma hegemonia por eles conquistada em oposição às novas-velhas oligarquias²⁰⁶ locais que continuam visando à Z-16 como importante espaço para o desenvolvimento, também, de seus interesses, bem como contra os impactos negativos da Hidrelétrica de Tucuruí e as formas de empreendedorismo que lhe vêm tomando o princípio da coletivização.

Para além da organização política desencadeada pelos pescadores em oposição à direção da entidade representativa de classe por não pescadores, a Colônia vem atualmente

²⁰³ Furtado (1993) também observara tal questão entre os pescadores da Z-19 em Óbidos-Pará.

²⁰⁴ Referência aos dirigentes impostos pela FEPA.

²⁰⁵ Os pescadores.

²⁰⁶ Atualmente, em 2010, Cametá vive a presença da família Valente, representada na figura do Prefeito e Ex-Deputado Estadual José Waldoly Valente, na determinação de suas ações políticas. Todavia, as velhas oligarquias, como a dos Peres e a dos Parijós, não deixaram de atuar na região. Gerson Peres, por exemplo, presente na região desde a década de 1950, continua ao lado dos Valente, demarcando espaço, definindo ações, o mesmo acontecendo com os Parijós, na figura do ex-vereador e candidato a deputado federal Neto Parijós.

expandindo suas ações, através da criação de cooperativas — que têm o objetivo de comercializar os produtos oriundos das bases econômicas desenvolvidas pelos pescadores, como a extração de mel e de palmito, além da criação de peixes — e de associações voltadas para a preservação dos recursos pesqueiros das comunidades, além do seu envolvimento nas políticas partidárias.

No plano educacional, a Z-16 vem buscando desenvolver práticas de formação voltadas para a inserção dos pescadores no mundo do *societas rerum e societas hominum*, propostos por Gramsci (1968), por meio de cursos de informática, de elaboração de projetos e captação de recursos e também de curso pré-vestibular que possibilite aos pescadores ingressar na universidade.

7.4 SINTETIZANDO A DISCUSSÃO: O ESTADO, A COLÔNIA E OS SABERES

O processo de disputa que se instaurou na Colônia de Pescadores Artesanais, a partir do final da década de oitenta e início da década de noventa do século passado, representou, em termos metodológicos, um marco para as análises, nesta investigação, sobre saberes sociais e luta de classes.

Em primeiro lugar, nesse período, a partir de presença da ala progressista da Igreja Católica como intelectual orgânica dos pescadores, esses sujeitos passaram a assumir o papel de desenvolverem a sua história, os seus interesses, o que representou um opor-se às determinações da FEPA quanto à direção imposta na Z-16.

Em segundo lugar, essa oposição assumida pelos pescadores também representou a elaboração de saberes, atitudes, conhecimentos, habilidades, valores, frutos do momento político por eles vivenciado e das determinações históricas por eles já encontradas, que lhes permitiu assumir politicamente a entidade, bem como manter-se em sua Direção, mesmo diante da contínua presença das oligarquias buscando atrelar novamente a Z-16 a seus interesses.

Essa elaboração de saberes, em termos teóricos, partiu do que os homens são na atividade real. Ou seja, tratamos, então, de entender os saberes sociais como resultantes das contradições vivenciadas pelos pescadores, quer em decorrência do caráter opressor das oligarquias locais, no desenvolvimento da economia local, quer na ausência de políticas públicas relacionadas às suas necessidades, o que lhes ensinou, paradoxalmente, a buscar o exercício de seus direitos de cidadania viabilizando-se ações para solucionar não somente

seus problemas financeiros, mas também de saúde, de educação e de articulação conduzindo-os à racionalização de sua organização, de suas lutas.

Objetivamente, podemos destacar, com base em Marx (2008a), que as relações de produção foram ensinando os pescadores a perceber a condição de exploração e as maneiras de enfrentá-las, por meio da elaboração de saberes, também entendidos como “[...] um conjunto de ações e de formas de ação [...]” que vem lhes permitindo “[...] enfrentar ou escapar do controle do capital [...]” (KUENZER, 2009, p. 183-184),²⁰⁷ metamorfoseado na região nas ações das oligarquias e dos grandes projetos, como o da Hidrelétrica de Tucuruí, bem como ensinando a se organizar, reivindicar, propor ações e reordenar seu modo de vida.

Dessa reflexão sobre a luta dos pescadores para assumirem a Colônia Z-16 como entidade representativa de classe, partimos do entendimento de que foram materializados saberes sociais, enquanto conhecimentos, habilidades e atitudes do pescador, objetivando a construção de sua organização, por meio de reuniões e da ajuda de *intelectuais orgânicos* que também assumiram seus problemas como causa de luta, como o fora feito pela ala progressista da Igreja Católica.

Por outro lado, também constatamos o saber social enquanto conhecimento da divisão da sociedade em classes que se opõem em interesses e em projetos societários distintos. Houve ainda o saber relacional, compreendido como a necessidade de os sujeitos acionarem estratégias para estabelecer interlocuções, buscando o convencimento, acionando a *militância* para a luta, objetivando a transformação da realidade, pelo menos enquanto princípios de luta.

²⁰⁷ Kuenzer (2009, p. 183) refere-se ao saber social produzido pelo trabalhador fabril. Para ela, o operário produz conhecimento, “Mesmo em sua condição subalterna, de mero executor de tarefas predeterminadas e parciais [...]”, à medida que se “[...] defronta cotidianamente com questões que a prática concreta se lhe apresenta, as quais ele tem que resolver”. Ainda para a autora, o trabalhador fabril “[...] vai desenvolvendo um saber social [...] propiciado, contraditoriamente, pela própria fábrica, que lhe ensina a exercer seus direitos de cidadão, a enfrentar a burocracia com seu aparato jurídico na busca de solução para seus problemas financeiros, de habitação, de saúde, de educação, de relacionamento familiar etc., ao mesmo tempo que ele vai aprendendo a racionalizar todas as instâncias de sua vida pessoal”. Não obstante serem representantes distintos da classe trabalhadora — trabalhador fabril e pescadores —, utilizamos as reflexões de Kuenzer sobre a produção de saber social, relacionando-a a pescadores, por entendermos que esses últimos também se encontram em condição subalterna e que o cotidiano histórico tem instaurado neles racionalidades cuja solução exige produção de conhecimento, como os relacionados à capacidade de se organizar, reivindicar e propor soluções.

CONCLUSÃO

A investigação sobre *saberes sociais* numa perspectiva de luta de classes, analisando-os como elementos potencializadores de uma consciência de classe para si, tomou como *locus de pesquisa* os pescadores artesanais do município de Cametá, nordeste do Pará, Amazônia, ligados a uma entidade conhecida como Colônia de Pescadores Artesanais Z-16.

A escolha desse *locus de pesquisa* decorreu principalmente da observação direta, sendo nativo do município, das experiências políticas dessa entidade em defesa de seus membros, atuando em oposição a ações de oligarquias locais voltadas para a manutenção de seus interesses hegemônicos, bem como para com a Hidrelétrica de Tucuruí, que lhes impactou negativamente, com maior intensidade, os modos tradicionais de existência.

Concomitantemente à definição desse *locus de investigação*, passamos a problematizar como a fração de classe, representada por pescadores artesanais ligados à Z-16, constroem e reconfiguram saberes sociais, como possíveis elementos potencializadores de uma consciência de classe para si, numa relação de disputa de hegemonia político-econômico-ideológica com o capital, presentificado na região por meio de oligarquias locais e da Hidrelétrica de Tucuruí, corroborando tal problematização para o alcance de nosso objetivo geral de pesquisa.

A elaboração desse problema de pesquisa conduziu-nos ainda à produção de 05 questões norteadoras, voltadas para a análise de nosso objeto de investigação.

Uma primeira indagação oportunizou analisar como ocorreram os processos de organização política dos pescadores, de modo a se compreender que saberes sociais foram sendo elaborados nesse percurso histórico.

Duas outras indagações, não menos importantes, orientaram a pesquisa no sentido de determinar como se configurou a atuação político-social dos pescadores, enquanto representação de classe, por meio da Z-16, no interior da lógica capitalista, bem como que saberes sociais foram e/ou vêm sendo construídos pelos pescadores para assegurarem seus interesses também de classe.

A quarta indagação buscou, por sua vez, compreender como se realizava a dialética entre os saberes sociais propugnados pelos pescadores para o atendimento de seus interesses de representação de classe e a oposição a esses saberes pelas oligarquias locais e pelo capital.

E, finalmente, a quinta indagação voltava-se para o entendimento de como atuavam os saberes sociais na constituição de uma unidade em torno da tomada de consciência de classe para si entre os pescadores ligados à Z-16.

Como hipótese de trabalho, consideramos que os saberes sociais dos pescadores poderiam estar atuando como elementos potencializadores de uma consciência de classe para si, possibilitando-lhes a reestruturação da identidade e do processo organizativo, enquanto classe frente às ações do capital na região onde vivenciam suas existências, presentificado na figura de oligarquias locais e na materialização da Hidrelétrica de Tucuruí.

Quanto aos objetivos desta pesquisa, conseguimos alcançá-los em sua totalidade, senão vejamos. Analisamos o processo de organização dos pescadores condicionado pela negação de seus interesses de classe pelo Estado e pelas oligarquias locais, que os colocava tão somente como força de trabalho necessária às suas objetividades, quer para fornecer alimentos e conhecimentos sobre navegação ao primeiro, quer para ser um trabalhador braçal e/ou curral eleitoral para o segundo, mantendo, assim, o *status quo* de dominação. Diante dessa situação, os pescadores perceberam a organização política por meio da tomada da entidade Z-16 como possibilidade de construir ações voltadas a seus interesses.

Essas ações, contudo, não deixaram de ser permeadas por contradições resultantes das relações conflituosas entre capital e trabalho. Nesse sentido, por exemplo, há de se considerar que a negação do Estado assistencialista, que assegurava a presença de não pescadores na direção da entidade até a década de oitenta do século passado, não deixa de ser também o Estado que está a embasar políticas advogadas pela Colônia, consideradas importantes para o fortalecimento político dos pescadores, como o Seguro-Defeso e os Acordos de Pesca.

Nesse contexto, os pescadores tomam o saber sobre o Estado e suas políticas assistencialistas, para se fortalecer politicamente enquanto classe para si, e percebem, nesses elementos, fatores importantes para se manter a coesão enquanto classe, legitimando-se entre seus membros como Entidade voltada para a defesa dos interesses de sua categoria.

O problema, entretanto, é que com a manutenção somente desse cenário, pode-se estar corroborando a estagnação de lutas maiores voltadas para a superação do modo de produção capitalista, e, pior ainda, pode-se estar aceitando o processo de acumulação de riqueza por uma minoria, desde que a existência do trabalhador pudesse ser um pouco mais humanizada, em termos de serem mantidas as condições de sobrevivência.

Tais considerações não deixam de evidenciar, especificamente o alcance de 03 de nossos 05 objetivos, pois analisamos (i) os saberes sociais construídos pelos pescadores durante o processo histórico de organização política por meio da entidade de classe, a Colônia Z-16; compreendemos (ii) o processo de luta de classe desenvolvido pelos pescadores artesanais de Cametá, a partir das contradições produzidas pelo capital; e analisamos (iii) a construção e a resignificação de saberes sociais decorrentes da materialidade histórica produzida por esses sujeitos, como elementos potencializadores da luta de classes e da consciência de classe para si, empreendidas por estes a partir de sua entidade organizativa, a Z-16.

Não menos importantes, também, são as observações acerca dos saberes sociais produzidos pelos pescadores para se firmarem enquanto identidade de classe, buscando, no ofício de pescador, as razões para tanto, constituindo-se, dessa maneira, sujeitos que se opõem a outras formas de existência, porque dominam conhecimentos da pesca e estão permeados por modos tradicionais de se relacionar com os homens e com a natureza.

Esses modos tradicionais de existência, em particular, foram tomados como elementos para se contrapor às ações das oligarquias locais e aos impactos da construção da Hidrelétrica de Tucuruí, por compreenderem os pescadores que a negação dessa existência constituía-se meio para a fragmentação da unidade de classe, fruto da materialidade vivida no trabalho e nas demais relações por eles estabelecidas, como o lazer.

Com isso, alcançamos, então, os nossos 02 últimos objetivos, pois compreendemos (iv) o jogo dialético que se dá na negação ou afirmação de saberes sociais em oposição às ações das oligarquias locais e à construção da Hidrelétrica de Tucuruí, a partir da Z-16; e analisamos (v) os saberes sociais enquanto elementos de construção de unidade em torno da concepção de classe para si entre os pescadores.

Impulsionados a realizar um aprofundamento teórico sobre *saberes sociais*, — expressão esta cunhada para dar conta de pesquisas relacionadas à Educação do Campo e à Educação Popular de um modo geral, bem como aos saberes produzidos em processos formais de aprendizagem, como ambientes escolares, dentre outros espaços de produção humana, como os fabris — haja vista a escassez de publicações sobre esse tema, procuramos resgatar autores clássicos como Marx e Vázquez, dentre outros, de modo a perceber, por exemplo, diferenças e similitudes entre conhecimento e saber, oportunizando-nos, neste trabalho, a considerar o saber como uma categoria englobante do termo conhecimento, mas também no sentido de habilidades, atitudes e valores.

A fim de aprofundarmos as reflexões sobre saberes sociais, sentimos necessidade de lançarmos mão de autores como Tardif (2002), que, mesmo diante da possibilidade de seu afastamento, por opção teórica, do viés marxista, tomado como central em nossa investigação, desenvolve suas investigações no campo da produção de saberes no contexto de formação profissional. Assim, passamos a entender que poderíamos também teoricamente nos valer de elementos que pudessem ser comungados por formas distintas de analisar o mundo, como o fizemos também com Bobbio (1987) para procedermos às análises sobre Estado em sua relação com a Z-16, feitas, sem dúvida, as devidas ressalvas quanto às diferenças e similitudes.

Não menos importante foi a reflexão teórica sobre práxis revolucionária, a fim de se compreender em que medida os saberes sociais produzidos pelos pescadores seriam elementos potencializadores de mudanças sociais para além de uma pseudoconcreticidade.

Passamos, então, a considerar que a práxis revolucionária não poderia ser entendida como produto, sob risco de se perder de vista o fato de os acontecimentos produzidos pelo homem, e que constituem a história, serem frutos de processos ora interrompidos, ora ininterruptos, mas que acabam corroborando mudanças na realidade social. Nessa perspectiva, percebemos que a práxis revolucionária pressupõe processos de criação de condições para a superação do modo de produção capitalista e que, por serem justamente processos, podem constituir-se em diminutas ações, mas com alto poder agregador junto a outras ações voltadas para aquela superação.

Nesse sentido, os pescadores artesanais de Cametá, por exemplo, ao buscarem dialeticamente, no interior da lógica do empreendedorismo, continuar mantendo o princípio da coletivização, pleiteando a socialização da produção entre os seus pares, não deixam de estar desenvolvendo uma postura revolucionária, a da contestação, necessária para processos de revolução.

Isso não quer dizer, contudo, que em muitos momentos os saberes produzidos pelos pescadores não acabem também criando condições para a manutenção da ordem, quando, por exemplo, assimila-se um saber preservacionista produzido pelo capital, em que se coloca o sujeito pescador como o responsável pela diminuição do pescado na região, dele se exigindo uma postura de negação do próprio ofício de pescador, a fim de se supostamente criarem as condições necessárias para o aumento da quantidade de peixes nessa mesma região.

Situações como essa acabam por exteriorizar que esse homem pescador não está alheio às contradições que permeiam a relação entre trabalho e capital, mas sim que ele está assumindo saberes que, com frequência, mascaram os reais causadores de destruições planetárias, a eles se contrapondo, quando passam a questionar o porquê de não poderem pescar no rio que sempre os alimentou — situação esta que pode gerar conflitos entre os próprios pescadores, como no caso da contestação de alguns Acordos de Pesca na região.

Por outro lado, a pesquisa exigiu também que elementos como classe, luta de classes, hegemonia e consciência de classe para si fossem refletidos, a fim de podermos compreender e atingir nosso objeto de pesquisa, de modo a procedermos às análises, constituindo-se elementos basilares, do ponto de vista teórico, em nossa investigação. Para tanto, foi crucial voltar às leituras de autores clássicos como Marx (2008), Lukács (2003) e Thompson (1987).

Entretanto, o tratamento dos dados foi-nos exigindo, concomitantemente, também lançar mão de outros conceitos, necessários às análises, tais como o de *ser social*, a fim de compreendermos como o sujeito pescador se constitui como um ser social nas realidades contraditórias por ele vivenciadas, bem como o de *modelo de gestão gerencial*, de modo a entendermos as ações de empreendedorismo e cooperativismo presentes enquanto saberes no cotidiano dos pescadores.

Com os dados em mãos, fomos percebendo categorias empíricas surgindo, como as ligadas à educação dos pescadores, que nos conduziram, então, para uma releitura de autores como Frigotto (2006), Bourdieu (2010) e Arroyo (2002), a fim de compreendermos a dinâmica de saberes desenvolvidos pelos pescadores artesanais, no tocante aos conflitos entre saberes do trabalho de pescador e os saberes escolares. Deixamo-nos conduzir pelos dados, os quais indicavam as teorias necessárias para as análises do material e também os procedimentos a serem adotados. Assim, chegamos à perspectiva de dois arcabouços: um teórico, pré-elaborado, em estreita relação com outro, surgido no momento de contato com esses dados.

Do ponto de vista metodológico, desenvolvemos uma pesquisa qualitativa do tipo estudo de caso, entrevistando 08 pescadores membros da Z-16 (entre Coordenadores de Base e Executiva da entidade, dentre os quais uma mulher pescadora, e pescadores sem função administrativa) e um ex-coordenador da Pastoral da Pesca ligado à Prelazia de Cameté nos anos 1980, além de realizarmos também revisão bibliográfica e análise de documentos (dois Estatutos e uma publicação da própria Colônia de Pescadores, em parceria com o Ministério

do Meio Ambiente, tratando de Acordos de Pesca), procedendo à análise de conteúdo no tratamento dos dados.

Para o desenvolvimento das entrevistas, enfrentamos a difícil tarefa de definirmos o quantitativo e o perfil dos informantes, diante de um rol de 15.000 pescadores ligados à Z-16. Resolvemos tal situação pelo critério da representatividade qualitativa, ou seja, considerando que os Coordenadores de Base são pescadores que mantêm uma articulação entre a Executiva da Z-16 e os pescadores que residem nas ilhas e comunidades do município, nelas também residindo e mantendo domicílio, seriam eles importantes informantes para percebermos elementos para o exame de nosso objeto de pesquisa, pois estariam vivendo o cotidiano da pesca, mas também as relações institucionais na entidade.

Por outro lado, também focamos o presidente e um ex-presidente da entidade, partindo do pressuposto de que são sujeitos que, na juventude, viveram ações políticas para a tomada da Z-16 de sujeitos não pescadores que a administravam, estando agora na condição de sujeitos a vivenciar a administração da Colônia, com conhecimentos relativos tanto à realidade diacrônica quanto à sincrônica da entidade, detentores, portanto, de um conhecimento pancrônico sobre a realidade dessa organização, o mesmo ocorrendo com o ex-coordenador da Pastoral da Pesca da Prelazia de Cametá, embora ele não tenha sido pescador.

É preciso registrar que a escolha do ex-coordenador da Pastoral da Pesca decorreu de entrevistas realizadas com os pescadores, os quais salientavam o papel dessa pessoa na condução de processos de organização da entidade sob os interesses dos pescadores, de onde se conclui que, do ponto de vista metodológico, a definição de entrevistados pode ocorrer a partir de escolhas antecipadas, como foram os pescadores, mas também podem surgir a partir das relações que se vão tecendo no desenrolar de entrevistas, de modo que, qualitativamente, a pesquisa vai também se construindo em processo, atendo-se à empiria.

Na mesma condição esteve a escolha do pescador ligado à COOPAC. Com efeito, falas de entrevistados não deixavam de tocar na necessidade que os pescadores tiveram de se organizar para além da Z-16, a fim de poderem gerenciar suas produções, além de poderem obter, para isso, recursos do Governo Federal, conduzindo-nos a realizar uma entrevista com o presidente dessa Cooperativa.

Quanto ao tratamento dos dados, foram as leituras das entrevistas que nos foram fornecendo as categorias empíricas, possibilitando-nos o diálogo com o arcabouço teórico que, como já exposto, foi sendo ampliado, a fim de que pudéssemos dar conta do que os dados iam nos revelando. Todavia, há de se registrar que a grande dificuldade ainda no

momento de realização das entrevistas se dá no tocante à relação entre entrevistado e entrevistador.

Com efeito, a fim de o entrevistado não se sentir intimidado com a presença do entrevistador durante um processo de gravação buscamos, junto à executiva da entidade, autorização para o desenvolvimento das entrevistas, bem como a indicação de uma pessoa da própria instituição que nos acompanhasse durante esse procedimento de maneira a facilitar também a própria interação e permitir a fluidez de informações. Tal situação foi bastante favorável para os propósitos dessa investigação, pois conseguimos que todos os entrevistados autorizassem, na própria gravação, o uso de seus nomes no corpo deste trabalho.

Realizadas as entrevistas, abstraídas as categorias empíricas, realizado o diálogo destas com o arcabouço teórico, por meio das categorias analíticas, a partir da análise de conteúdo, impõem-se a seguinte questão: os saberes sociais dos pescadores atuam, de fato, como elementos potencializadores de uma consciência de classe para si, possibilitando-lhes a reestruturação da identidade e do processo organizativo enquanto classe frente às ações do capital na região onde vivenciam suas existências, presentificado na figura de oligarquias locais e na materialização da Hidrelétrica de Tucuruí?

Inicialmente, consideremos que em suas relações de trabalho os pescadores foram construindo uma rede de saberes ligados à pesca, voltados tanto para o trato com a natureza quanto para com seus pares, oportunizando uma consciência de companheirismo e de unidade, enquanto identidade *forjada* no trabalho, contribuindo tal realidade como condição favorável para os processos de organização política desses trabalhadores.

Logo, a organização política dos pescadores por meio da Z-16 não resultou tão somente das condições desfavoráveis de existência propugnadas pela construção da Hidrelétrica de Tucuruí e pelas ações de manutenção de dominação impostas pelas oligarquias locais. Para além dessas condições, houve um processo de consciência de classe para si, quando os pescadores buscaram táticas e estratégias para se constituírem sujeitos da organização que lhes representava, encontrando as bases sociológicas no próprio trabalho por eles exercido, que lhes oportunizou a constituição do ser social pescador, como sujeito de identidade relacionada à necessidade de socialização de suas ações e nelas garantindo o envolvimento de uma coletividade.

Nessa perspectiva, o trabalho, enquanto categoria ontológica do homem, fornece-lhe, de fato, elementos para a constituição da identidade. Mas não só isso. É ele que vai permitindo aos sujeitos se aglutinarem em torno da atividade que realizam, a qual é percebida

como unidade de características similares, permeadas também por suas diferenças. Assim, em dado momento do processo histórico, esse mesmo homem toma uma consciência de que essa unidade acaba por ser fragmentada por uma lógica sociodestrutiva, em suas condições de existência, impondo-lhe a construção de uma realidade fundada na organização política.

Não afirmamos com isso que os pescadores devem assumir uma consciência de que o responsável pela fragmentação da existência fundada em modos tradicionais de vida tenha um nome, como o capital. Mas que reconheçam as consequências de uma sociabilidade que se volta para a negação da vida, ao destruir suas formas de existência fundadas na pesca, com os saberes daí decorrentes, sendo, pois, necessário se impor contra essa lógica, através de sua organização enquanto movimento social.

Nesse sentido, os pescadores elaboraram uma série de saberes constatativos diante da realidade sociometabólica do capital, mas também saberes performativos, ao atuarem politicamente contra essa realidade, buscando, dialeticamente, firmarem seus interesses, no campo de seus saberes ligados à pesca, ao lado da necessidade de incorporarem, também, outros produzidos pelo homem, a fim de darem conta de outras realidades sociais.

É o que observamos a partir das novas atividades produtivas assumidas pelos pescadores, como a criação de peixes e a produção de mel, por exemplo, impulsionadas pelos impactos negativos gerados pela construção da Hidrelétrica de Tucuruí. Com efeito, os pescadores, diante da rarefação de peixes na região, estão sendo direcionados para o exercício de uma cadeia produtiva fundada na piscicultura e na produção de mel e palmito, por exemplo, exigindo-lhes uma nova sociabilidade de saberes fundados nos achados das ciências da terra.

Portanto, estamos diante de um processo de requalificação dos pescadores, com saberes distintos sobre a relação com a natureza que dominavam no cotidiano de suas existências. E esse processo de requalificação transcende a esfera do saber-fazer, nisto incluindo também toda uma gama de novos saberes, quer relacionados a questões de ordem econômica quer relacionados a questões de gestão.

Dialeticamente, os pescadores passam a conviver com seus saberes tradicionais de gestão e de economia, fundados na coletivização da produção e no envolvimento da comunidade como um todo no processo produtivo, ao lado de saberes relacionados a processos de gestão que tomam o empreendedorismo, permeado por uma sociabilidade individualista, como mola mestra a direcionar as ações.

Nesse sentido, embora ainda persistam princípios de auto-organização entre os pescadores, não deixam de estarem sendo fragmentados em sua unidade de classe, ao se pleitear, por exemplo, um processo produtivo e de gestão fundado na necessidade de quotas-partes para se pertencer à cooperativa por eles criada, bem como ao se fomentar a produção isolada como condição para o desenvolvimento de todos.

Não estamos, todavia, defendendo que a produção isolada seja de total prejuízo para a sociabilidade dos pescadores. A questão é como isso vem sendo desenvolvido. Com efeito, a lógica que perpassa essa realidade é a do individualismo, como que não havendo mais necessidade de uma organização nos moldes da Z-16, com lutas para além da imediatividade da existência, em moldes de se contrapor à lógica destrutiva do capital, senão uma organização que estabeleça condições para se viver no interior da lógica de mercado, à maneira da gestão gerencial presente nos fundamentos do cooperativismo implementado pelos pescadores.

Nessa perspectiva, estão em luta os pescadores, porque, de um lado, estão seus saberes fundados numa lógica de existência, em que o coletivo sobrepunha-se ao individualismo, e, de outro, saberes oriundos de uma lógica sociometabólica, que fomenta saberes relacionados ao convívio entre capital e trabalho, desde que se permita uma existência ao trabalhador.

Embora diferente do Estado de Bem-Estar Social do pós-guerra, quando se buscaram as condições para se “humanizar o capitalismo”— como se isso fosse possível—, criando-se condições para o trabalhador poder consumir, em decorrência das políticas implementadas por esse Estado, as suas necessidades sociais por meio de assistência à saúde, de 13º salário, etc., entendemos que as políticas de gestão gerencial que se fazem presentes entre os pescadores não deixam de contribuir, conforme exposto em parágrafo anterior, para que se construa um simulacro de harmonia entre capital e trabalho.

Estamos diante, então, de uma relação dialética de disputa entre saberes, uns atados mais aos interesses dos trabalhadores, inclinados para a coletivização da produção e em oposição às oligarquias locais e aos efeitos negativos da construção da Hidrelétrica de Tucuruí, e outros mais relacionados à possibilidade de se obter lucro, mesmo diante da perspectiva de se continuar negando a identidade do pescador, impondo-lhe outras características, como as de sujeito que, para além da pesca, sabem criar peixes, produzir fábrica de gelo, pensar em cantinas como supermercados, por exemplo.

Nessa disputa, fica a dúvida de quem sairá vitorioso. Nosso entendimento é de que, no momento, os pescadores artesanais de Cametá, a partir da Z-16, estão em um processo de convívio dialético de sociabilidades e, conseqüentemente, de saberes, em um jogo cíclico de negação-afirmação dessas sociabilidades. É, por exemplo, o que observamos sobre os saberes relacionados à preservação pesqueira. Convivendo dialeticamente, esses saberes, de um lado, legitimam os pescadores como os responsáveis pela rarefação pesqueira, deles exigindo posicionamento preservacionista, e, de outro, tomam a construção da Hidrelétrica de Tucuruí com a responsável-mor por essa rarefação, sem que isso deixe de configurar também a necessidade de se estabelecer um processo de preservação.

É importante perceber que, na segunda configuração dialética, os pescadores assumiram a perspectiva preservacionista buscando um empoderamento político-social, ao firmarem Acordos de Pesca que acabaram também por criarem as condições para o desenvolvimento, entre eles, da política do Seguro-Defeso, importante para o fortalecimento da imagem da Z-16, como entidade representativa dos interesses dos pescadores e voltada para a busca de condições de vida adequadas para eles.

Já a primeira configuração, por outro lado, colocou-lhes o problema da preservação sem a possibilidade de dividendos políticos para a organização, tampouco para os pescadores, enquanto sujeitos reais, com necessidades urgentes de sobreviver. O problema, contudo, é que essas políticas assistencialistas têm o fascínio de criar as condições para a acomodação política revolucionária dos trabalhadores, parecendo-nos, então, que a situação dialética encontra-se na possibilidade de os pescadores continuarem no exercício da contestação da realidade societária vivenciada, buscando implementar sua hegemonia de existência baseada na coletivização da produção e no envolvimento, conseqüentemente, de todos nesse processo, constituindo-se como parte da sociedade civil ligada realmente aos seus interesses.

Nesse sentido, parece-nos que os saberes políticos gerados pelos pescadores têm se configurado nessa perspectiva, à medida que assumem a necessidade de ocuparem instâncias do Estado com seus interesses, suas formas de entender e agir no mundo, como quando buscam o exercício do poder por meio da participação de instâncias coletivas de deliberação, como Conselhos Municipais, assim como ao buscarem atuar no legislativo e/ou executivo municipal e/ou estadual, ultrapassando os limites de sua organização de classe pela Z-16, requalificando-se, também, nesse sentido.

Nossas análises apontam, dessa forma, os pescadores, como sujeitos de uma práxis política e social no interior de uma sociedade de classes, que buscam o fortalecimento da categoria, mesmo que isso signifique, em alguns momentos, assumir dialeticamente ações de gestão, por exemplo, desencadeadas pelo capital, mas que reconhecem a necessidade de se fomentar sua produção-formação de saberes, gerados no trabalho, como condição importante para o estabelecimento de uma identidade classe, necessária para os embates entre capital e trabalho.

Isso é o que observamos, por exemplo, quando os pescadores continuam a considerar a necessidade de conduzirem a juventude em seus processos de formação, a partir do trabalho da pesca, requerendo que os saberes gerados nesse contexto estejam em articulação com os saberes oriundos de processos educativos escolares, de modo a permitir o fortalecimento de classe, pelo trabalho, entre os mais jovens, pois, compreendemos saberes escolares como elementos importantes para com os processos de luta conduzidos pelos pescadores no interior de relações societárias permeadas pela lógica sociometabólica do capital.

Por outro lado, nossas análises permitiram também compreender que, para além do trabalho desenvolvido pelos pescadores e, a partir deste, dos saberes sociais elaborados e ressignificados, o trabalho, como categoria ontológica do homem, continua sendo elemento central para se compreender os problemas sociais pelos quais passa esse homem e suas contradições no interior de uma lógica sociometabólica negadora da essência humana.

Nossa investigação, nessa perspectiva, tende a respaldar, o caráter de um estudo de caso, para o qual o exame de uma dada realidade deve também permitir a compreensão de elementos mais universais da produção do conhecimento humano. Não estamos a dizer, com isso, que somente nesse sentido é que os resultados do trabalho aqui apresentado colocam-se como universais, senão que nesse ponto torna-se mais ainda evidente que o trabalho gerado pelos pescadores, produzindo saberes em relação dialética com o capital, fundamenta com dados empíricos que a centralidade do trabalhador não deixou de existir, com apregoaram apologistas do fim dessa centralidade, como Offe (1989) e Gorz (1982), por exemplo.

Em que pesem crises estruturais vividas pelo capital ao longo de sua trajetória, não podemos advogar que as lutas de classes e, por extensão, as classes estejam a definhar em nome de uma nova ordem societária voltada para o desenvolvimento de uma sociedade firmada pela “revolução” como sinônimo de “inclusão social”. Mas, pelo contrário, enquanto o capital continuar metabolizando-se para extrair a mais-valia do trabalhador, por exemplo

através da criação de condições pelo Estado para o capital se reproduzir e das novas formas de atenuação de conflitos, como o empreendedorismo gerencial, as lutas de classe continuarão existindo, haja vista que tal extração não deixa de prescindir da força de trabalho e da exploração em suas diversas manifestações, como as que implicam a diminuição de postos de trabalho, bem como impactos negativos na sociabilidade de vida de pescadores artesanais, e, por extensão, aumento da miséria e desumanização do homem.

A questão é que o fim da centralidade do trabalho, longe de se efetivar, não corresponde à realidade do cotidiano dos trabalhadores. Em nossa pesquisa, embora não tenhamos nos proposto especificamente a discutir a relação entre trabalho e capital, em torno do fim da centralidade do primeiro como categoria explicativa das relações de classe, observamos que a força motriz do trabalho, mesmo diante das transformações impostas pelo sociometabolismo do capital, continua a constituir identidades e a aglutinar os sujeitos em torno de interesses de classe.

No interior dessa discussão, entendemos que advogar que o trabalho, como categoria fundante e central das relações humanas, tenha chegado ao fim é pleitear um pretenso convencimento de que os problemas resultantes da exploração do homem já se esgotaram gradativamente, caminhando a humanidade para o reino da liberdade. Não é isso que a realidade nos ensina. Entre os pescadores continua a existir não só a negação da existência, mas também a negação de uma formação *ominilateral*, que lhes oportunize a dialética de vivência de saberes, sem que isso implique negação de identidade e de posicionamento de classe. Ainda não estão os pescadores, como todos os trabalhadores que constituem fração de classe, vivendo no reino da liberdade.

O que se observa é que as transformações operadas no mundo do trabalho têm contribuído mais ainda para se ter esse último como elemento estruturante das relações humanas, pois, é por meio dele que os homens se constroem materialmente. Em sua forma concreta, pescadores artesanais no interior da Amazônia cametaense estão utilizando a materialidade corporal para, em contato com a natureza, transformá-la, a fim de atender às suas necessidades existenciais, marcando, com isso, também, a sua identidade, como uma fração da classe trabalhadora que se constrói na relação com a pesca.

No interior das relações de trabalho, acreditamos que os pescadores produziram, e produzem, saberes materializados nos Acordos de Pesca, por exemplo, no sentido de utilizarem esses saberes para denunciar, em sua práxis política, que os trabalhadores pensam-planejam-executam ações, visando a si mesmos como sujeitos trabalhadores da pesca, para os

quais o rio e a sua conseqüente preservação são de suma importância, enquanto que o capital, metamorfoseado na figura da Hidrelétrica de Tucuruí, apropria-se dos recursos da região, desconsiderando homens e mulheres que nela vivem, por ser essa sua lógica sociometabólica.

Todavia, embora se ressentindo dos problemas advindos pela construção da Hidrelétrica de Tucuruí, a fração da classe trabalhadora em estudo não se postou em posição passiva diante da realidade, mas, pelo contrário, buscara na organização política a possibilidade de embate contra os interesses do capital. Nessa perspectiva, os pescadores produziram, e produzem, saberes quanto ao que seja uma economia local que lhes oportunize condições outras de vida, diferentes daquelas que lhes foram negadas pelo capital, primando não somente pela pesca, mas também pelo aproveitamento de recursos naturais presentes nas comunidades, como a extração de mel e palmito.

Por outro lado, a faceta abstrata do trabalho também continua demarcando o papel político dos pescadores enquanto fração de classe. Imersos no interior de um mundo capitalista, que lhes extrai a mais-valia de forma indireta, à medida que lhes impõe outras necessidades que não podem ser saciadas tão somente pelo contato com a natureza, os pescadores se vêm contingenciados a transcenderem a cotidiana pesca, como valor de uso, por uma pesca fundamentada no valor de troca. Com isso, eles têm que intensificar suas ações de trabalho, a fim de venderem o que pode exceder da alimentação cotidiana para darem conta de outras necessidades que a natureza da pesca por si só não lhes permite ter, como recursos para obtenção de remédios, material escolar, saúde, etc.

Essa faceta abstrata do trabalho, à qual estão submetidos, também corroborou, e corrobora, a organização política dos pescadores, uma vez que a precarização do modo de vida conduziu-os a uma oposição ao *status quo* de existência previsto pelo modo de produção capitalista. Desse modo, à medida que, por meio da organização, buscaram interferir na realidade social, através da participação em esferas da sociedade civil, como conselhos, ou na busca de recursos do Estado para fomentarem seus projetos de desenvolvimento na região, isso lhes moldou, inclusive, a identidade de pescador, à proporção que se tornavam sujeitos não só da pesca, mas também do extrativismo de outros recursos das ilhas em que habitavam, tais como mel, palmito e açai.

Entendemos, assim, que o trabalho ainda é central para se compreender as disputas de classes e a construção de diferentes saberes, que visam a fundamentar as lutas políticas dos trabalhadores. Tal centralidade, como categoria explicativa das relações de classe e de suas lutas, continua possibilitando observar como as transformações operadas no

mundo do trabalho, longe de abolir a desumanização do homem, afetaram também trabalhadores que, embora não assalariados — como os pescadores artesanais ligados à Z-16 —, veem-se precarizados em suas relações de trabalho, encontrando, contudo, nessa mesma precarização os motivos para se oporem, enquanto luta de classes, às negativas de vida impostas pelo capital.

Além disso, os pescadores artesanais ligados à Z-16, envolvidos pela totalidade das ações do capital, presentificadas na figura da construção da Hidrelétrica de Tucuruí, encontram-se em uma condição de transcender a esfera da pesca, passando também para a intensificação do extrativismo de outros produtos das ilhas em que residem.

Como resultado, esses pescadores construíram saberes sociais que, motivados pelo capital, contribuíram para a ampliação de uma identidade de trabalhador da pesca para além do pescado, envolvendo também o extrativismo da flora da região no tocante à produção do açaí presente nas ilhas, possibilitando a análise de que estaríamos diante de uma precarização do trabalho do pescador, tão à moda das mutações resultantes do trabalho, nesta transição de séculos, haja vista que ele estaria ampliando seu campo de atuação profissional, a fim de sobreviver no mundo atual.

Para além da tese do fim da centralidade do trabalho, nossas análises apontaram que há uma relação dialética entre a assunção de políticas de empreendedorismo e as relações de autogestão desenvolvidas pelos pescadores ao longo de suas experiências laborativas, pelo menos enquanto princípios. Constatamos ainda que aquele empreendedorismo significou que os pescadores podem estar perdendo a perspectiva das forças motrizes que lhes afligiram a realidade sociocultural, impondo-lhes modos de vida contrários aos tradicionais, uma vez que continuam, numa perspectiva de classe, reconhecendo a necessidade de o capital, presentificado na figura da Hidrelétrica de Tucuruí, garantir-lhes condições dignas de vida, em decorrência dos resultados negativos sobre suas vidas desencadeados por ela.

Por outro lado, ainda buscam imprimir no empreendedorismo elementos de sociabilidade coletiva adquirida em seus processos históricos de formação como pescadores, tais como o sistema de parceria. Assim, coexistem em suas relações modelos de gestão eleitos pelo capital e formas de gestão desenvolvidas pelos pescadores ao longo de suas experiências de trabalho, já com forte declínio dessas últimas em proveito dos modelos do capital, embora ainda se observem que:

- mesmo assumindo-se o sistema de criação individual, na perspectiva de *empoderamento econômico* de cada família de pescadores, não se perdeu a

perspectiva de auxílio mútuo, no sentido de as famílias se ajudarem na feitura de tanques, de modo que, em outro momento, possam contar com ajuda semelhante no gerenciamento de seu empreendimento. Por isso, esse saber relacional, no sentido de perceber o outro como *companheiro*, pescador, não se perdeu, constituindo-se elemento importante para o fortalecimento de classe, de pertencimento a um coletivo com interesses semelhantes, para o que a sensibilidade para a alteridade gera uma coesão necessária para os encontros políticos;

- o empreendimento dos pescadores ainda não gera outros pescadores como proletários, no sentido de se extrair mais-valia, a partir de seu assalariamento. Mesmo porque a produção individual familiar tem como força de trabalho os braços e pernas de seus membros;
- suas formas de sociabilidade mesclam-se, assim, com os ditames de um empreendedorismo em sua fase inicial entre os pescadores, constituindo-se em necessidade de sobrevivência, como geralmente atua o capital, ou seja, por meio da “boca” vai se infiltrando, porque há necessidades imediatas de existência que o trabalhador precisa dar conta.

Quanto ao cooperativismo, consideramos que, ao desenvolver políticas dessa natureza, a Colônia acaba por reforçar o caráter excludente do modo de produção capitalista, uma vez que a lógica das cooperativas, no cenário atual, pressupõe recursos individuais em detrimento da participação coletiva, quer no trabalho quer na demanda de recursos.

Além do mais, entendemos que, ao se *empoderar* por meio da implementação das cooperativas, a Colônia pode estar permitindo uma intensificação do trabalho de natureza abstrata entre os pescadores, haja vista que já não se estará produzindo como valor de uso, mas como valor de troca, estando o trabalhador subsumido na sua produção, sujeito a tornar-se mercadoria de si próprio, no sentido de ter de cumprir prazos de entrega de produção, venda de sua força entranhada na *mercadoria* que repassa à cooperativa para a comercialização.

Tal qual o sistema de criação de peixes, em que o pescador nega saberes tradicionais para aprender tecnologias de criação, observamos uma luta entre os saberes tradicionais dos pescadores no tocante à gestão e os saberes oriundos de um mundo neoliberal, a partir do *cooperativismo* por ele defendido.

Tal consideração nos levou a ponderar que a cooperativa *gestada* pelos pescadores vem se constituindo numa relação dialética de oposição ao caráter excludente do capital, ao buscar se estruturar numa lógica de envolvimento coletivo, mesmo face ao caráter empreendedor-individual que subjaz à sua estruturação no interior das relações de mercado. Logo, está em jogo, nessa relação, a perspectiva *coletivizante* que envolve as práticas dos pescadores, voltadas para a cooperação e ajuda mútua, frente às relações sociometabólicas do capital, como um mecanismo de resistência dos trabalhadores diante da sempre tentativa daquele de fragmentar-lhes as relações e a capacidade de organização coletiva, buscando a socialização da riqueza e a universalização de direitos.

Além disso, também se observa que as políticas de criação de peixes e o cooperativismo vêm potencializando o trabalho desses sujeitos para que ele assuma valor de troca. Dessa maneira, a intensificação da pobreza gerada com a construção da Hidrelétrica de Tucuruí deflagrou, entre os pescadores, um processo de mercantilização de suas atividades laborativas, precarizando suas relações societárias, à medida que já não se produz com valor de uso, mas para o mercado, constituindo-se o estranhamento do resultado do trabalho dos pescadores e destituindo-lhes a possibilidade de gozarem, na plenitude, o que produzem.

O que observamos, enfim, é que os pescadores, ao longo dos anos, em decorrência de materialidades produtivas diferenciadas, vêm produzindo saberes que lhes possibilitam uma consciência de classe para si. Com isso, eles são orientados para a participação na sociedade civil, infiltrando-se no Estado para que este seja determinado pelos interesses da classe trabalhadora, que exige sociabilidades econômicas e educacionais que lhes possibilitem princípios humanizantes, como a cooperação e a socialização da riqueza produzida em suas comunidades.

Contudo, não alheios ao capital, vão esses princípios sendo paulatinamente coagidos, quer por meio do empreendedorismo sob a lógica do capital, quer por meio de cooperativas, de formas de produção que tomam o individual sobre o social. Assim, esses trabalhadores vivem em uma luta de classes, em que seus saberes, suas experiências de vida acabam chocando-se com os do interesses do sociometabolismo do capital.

Por outro lado, havemos ainda de considerar que nossa investigação aponta para a necessidade de estudos em que seja analisada a relação entre saberes sociais e a juventude pescadora, no sentido de se compreender, ainda mais, como se dá o processo de consciência de classe para si diante de uma realidade laboral que vem sendo negada pelo capital, não raro

conduzindo jovens pescadores para um processo de negação-afirmação de identidade, questão não aprofundada por nós ao longo de nossas investigações.

O problema é que esse processo dialético pode estar conduzindo as novas gerações de pescadores para uma identidade em que se mesclam elementos urbanos e rurais, podendo se consubstanciar ou num atrelamento integral aos interesses do capital, fragmentando definitivamente a capacidade organizativa desses sujeitos, mediados pelo trabalho comum que realizam, ou numa rejeição aos imperativos do capital, forjando-se novas formas de organização a ele opostas ou, em termos dialéticos, no convívio de ações-reações negativas e afirmativas à lógica excludente desse modo de produção.

Não menos importante consideramos a necessidade de aprofundarmos uma reflexão epistemológica sobre a relação entre saberes e conhecimento, a fim de compreendermos ainda mais a constituição do saber como categoria a englobar em sua significância social categorias como a do conhecimento, conforme reflexão mantida no campo teórico desta pesquisa.

Acreditamos que um trabalho focado nessa direção contribuirá para que possamos realizar uma mais ampla taxonomia de saberes produzidos pelos pescadores, permitindo a elaboração de uma cartografia de como os pescadores elaboram formas de intervir no mundo, por meio do trabalho que realizam, focando tanto elementos culturais, quanto sociais, políticos e econômicos. Nesse trabalho, não nos fechamos a uma análise voltada para o estabelecimento de taxonomias, mas buscamos compreender analiticamente a configuração de saberes sociais em sua relação com a luta de classes, os quais são potencializados como elementos de uma consciência de classe para si.

Também havemos de considerar que a presente investigação corrobora o conhecimento que se vem produzindo na área de trabalho e educação, para além de contextos fabris, permitindo que compreendamos processos de profissionalização em espaços de trabalho construídos no interior dos movimentos sociais, onde, não raro, também vêm ocorrendo requalificação de trabalhadores, em um jogo em que seus saberes são negados-afirmados, num mecanismo que pode estar encobrendo formas de dominação e fragmentação de classe. Nesta pesquisa, tocamos nesse problema, porém, dados os propósitos de nossa investigação, não o aprofundamos teórica e analiticamente.

No demais, os saberes sociais pelos pescadores elaborados e ressignificados contribuem como elementos estruturadores de uma consciência de classe para si, quer no campo econômico, cultural, social e do trabalho, que lhes possibilita, no interior de relações

dialéticas entre trabalho e capital, presentificado este último na construção da Hidrelétrica de Tucuruí e na hegemonia político-cultural implementada pelas oligarquias locais, a capacidade de organização e de reestruturação de sua materialidade de vida, a fim de se conviver com as contradições por que passam na sociedade permeada pelo sociometabolismo do capital.

Em suma, esses saberes constituem-se elementos que não deixam de corroborar um processo de construção revolucionária, nos moldes delineados neste trabalho, numa relação dialética com ações propugnadas pelo capital, ficando a historicidade de que, mesmo impelidos por uma lógica excludente, resistem os trabalhadores na manutenção de seus interesses, porque buscaram formas político-sociais para se manterem e se fortalecerem como classe organizada, como a Colônia de Pescadores Artesanais Z-16, sediada no município de Cametá, nordeste do Pará, Amazônia, Brasil.

REFERÊNCIAS

- ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso. *Estudo de caso em pesquisa e avaliação educacional*. Brasília: Líber Livro, 2008.
- ARANHA, Antônia Vitória Soares Aranha. O conhecimento tácito e a qualificação do trabalhador. *Revista Trabalho e Educação*, Belo Horizonte, n. 2, p. 12-30, ago./dez. 1997.
- ARAÚJO, Ronaldo Marcos de Lima. *Desenvolvimento de competências profissionais: as incoerências de um discurso*. 2001. 218f. Tese (Doutorado em Educação) — Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2001.
- _____. O referencial marxista e a pesquisa qualitativa como suporte para a investigação em educação profissional. *Relatório “As práticas formativas em Educação Profissional no Estado do Pará: em busca de uma didática da educação profissional”*. Belém: UFPA/GEPE/CNPq, 2010.
- ARROYO, Miguel G. O direito do trabalhador à educação. In: GOMES, Carlos Minayo et al. *Trabalho e conhecimento: dilemas na educação do trabalhador*. São Paulo: Cortez, 2002.
- AUSTIN, J. L. *Quando dizer é fazer: palavras e ação*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.
- BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: Hucitec, 2006.
- BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1997.
- BARTH, Britt-Mari. *O saber em construção – para uma pedagogia da compreensão*. Lisboa: Instituto Piaget, 1993. (Coleção Horizontes Pedagógicos)
- BOBBIO, Norberto. *Estado, governo, sociedade: para uma teoria geral da política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- BOGDAN, Roberto C.; BIKLEN, Sari Knopp. *Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto, Portugal: Porto Editora, 1994.
- BOURDIEU, Pierre *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
- BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean Claude. *A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1992.
- BRANDÃO, Carlos. *Em Aberto*. Brasília, ano 3, abril 1984.
- BRAVERMAN, Harry. *Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1987.
- CALAZANS, Maria Julieta Costa. A região do Médio Paraíba fluminense — das disparidades à democratização. *Contexto & Educação*, UNIJUÍ, ano 9, n. 38, p. 75-84, abr./jun. 1995.
- CAMETÁ. *Plano Diretor do Município de Cametá*. Cametá, PA, 2007.
- CARVALHO, Delza Maria de. *Política e exclusão social: um estudo sobre o município de Cametá/PA*. Belém: Camutás, 1998.
- CHARLOT, Bernard. *Da relação com o saber: elementos para uma teoria*. Tradução Bruno Magne. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

COLÔNIA de Pescadores Z-16 de Cametá. *Estatuto Social*, reformado no dia 20 de julho de 2009, adequado ao novo Código Civil Brasileiro, instituído através da Lei 10.406 de 10 de janeiro de 2002. Cametá, PA: Colônia de Pescadores Artesanais Z-16, 2009.

COOPERATIVA de Empreendimentos Autogestora de Cametá. *Estatuto Social*. Cametá, PA: COOPAC, 2008.

COSTA, Gilson da Silva. *Desenvolvimento rural sustentável com base no paradigma da agroecologia*. Belém: UFPA/NAEA, 2006.

DAMASCENO, Maria Nobre. O saber social e a construção da identidade. *Contexto & Educação*, UNIJUÍ, ano 9, n. 38, p. 19-39, abr./jun. 1995.

DAMASCENO, Maria Nobre. *Pedagogia do engajamento: trabalho, prática educativa e consciência do campesinato*. Fortaleza: Edições UFC / Stylus Comunicações, 1990.

DURKHEIM, Émile. *Educação e Sociologia*. 9.ed. São Paulo: Melhoramentos, 1976.

ENGELS, Friederich. *Anti-Dühring*. 1877. Disponível em: <<http://www.marxists.org/portugues/marx/1877/antiduhring/index.htm>>. Acesso em: maio 2008.

FARTES, Vera. Da qualificação formal às qualificações tácitas: aprendendo a ser operador de processo em uma indústria de refino de petróleo. *Trabalho & Educação*, Belo Horizonte, n. 9, p. 148-172, jul./dez. 2001.

FAVACHO. [Sem título]. 1984. 165f. Dissertação (Mestrado em Teologia) – PUC-RJ, Rio de Janeiro, 1984.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário da língua portuguesa*. São Paulo: Nova Fronteira, 1994.

FIORENTINI, D.; SOUZA JR., J; MELO, G.F.A. Saberes docentes: um desafio para acadêmicos e práticos. In: GERALDI, Corinta Maria Grisolia; FIORENTINI, Dario; PEREIRA, Elisabete Monteiro de Aguiar (Orgs.). *Cartografias do trabalho docente: professor(a)-pesquisador(a)*. Campinas, SP: Mercado de Letras: Associação de Leitura do Brasil – ALB, 1998. (Coleção Leituras do Brasil)

FISCHER, Maria Clara Bueno. Uma outra produção, validação e legitimação de saberes é possível... e necessária. *Revista Trabalho e Educação*, Belo Horizonte, jul. 1996.

_____. Maria Clara Bueno Fischer: anotação [fev. 2011]. Anotador: Doriedson S. Rodrigues. Belém: Banca de Qualificação de Tese. Anotações resultantes de parecer emitido em banca da qualificação de tese “Saberes Sociais e Luta de Classes: um estudo a partir da Colônia de Pescadores Artesanais Z-16 – Cametá/Pará”.

FRANCO, Maria Laura P. B. *Análise de conteúdo*. Brasília: Líber Livro, 2007.

FRIGOTTO, Guadêncio. *A produtividade da escola improdutiva*. São Paulo: Cortez, 2006.

FURTADO, Gislane; BARRA, José Domingos F. *Pescadores artesanais de Cametá: formação histórica, movimentos e construção de novos sujeitos*. Cametá, PA: Novo Tempo, 2004. (Coleção Novo Tempo Cabano; 5)

FURTADO, Lourdes G. *Pescadores do rio Amazonas: um estudo antropológico da pesca ribeirinha em uma área amazônica*. Belém: MPEG, 1993.

GANDINI, Raquel Pereira Chainho; RISCAL, Sandra Aparecida. A gestão da educação como setor público não estatal e a transição para o Estado fiscal no Brasil. In: OLIVEIRA, Dalila

- Andrade; ROSAR, Maria de Fátima Felix (Orgs.). *Política e gestão da educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.
- GORZ, André. *Adeus ao proletariado*. Rio de Janeiro: Forense, 1982.
- GRAMSCI, Antonio. *Concepção dialética da história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987.
- _____. *Os intelectuais e a organização da cultura*. São Paulo: Civilização Brasileira, 1988.
- _____. *Cadernos do Cárcere: introdução ao estudo da filosofia; a filosofia de Benedetto Croce*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. V.1.
- GRZYBOWSKI, Cândido. Esboço de uma alternativa para pensar a educação no meio rural. *Contexto & Educação*, UNIJUÍ, ano 1, n. 4, p. 47-59, out./dez. 1986.
- GURGEL, Claudio. *A gerência do pensamento: gestão contemporânea e consciência neoliberal*. São Paulo: Cortez, 2003.
- HOBBSAWM, Eric. *O novo século*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- _____. *Mundo do trabalho: novos estudos sobre história operária*. São Paulo: Paz e Terra, 2008.
- IASI, Mauro Luis. *As metamorfoses da consciência de classe: o PT entre a negação e o consentimento*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.
- IBGE. *Contagem da População 2007*. Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/contagem2007/default.shtm>>. Acesso em: 25 mar. 2010.
- KOSIK, Karel. *Dialética do concreto*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
- KUENZER, Acácia Z. *Pedagogia da fábrica: as relações de produção e a educação do trabalhador*. São Paulo: Cortez, 2009.
- LABOV, William. *Padrões sociolinguísticos*. São Paulo: Parábola, 2008.
- LIMA, Kátia Regina de Sousa Lima; MARTINS, André Silva. Pressupostos, princípios e estratégias. In: NEVES, Lúcia Maria Wanderley (org.). *A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso*. São Paulo: Xamã, 2005.
- LUKÁCS, Georg. *História e consciência de classe: estudos sobre a dialética marxista*. São Paulo, Martins Fontes, 2003.
- MACHADO, Lucília Regina de Sousa. O Modelo de Competências e a regulamentação da Base Curricular Nacional e de Organização do Ensino Médio. *Revista Trabalho e Educação*. Belo Horizonte, NETE/FAE/UFMG, n. 4, ago./dez. 1998.
- MAGALHÃES, Fernando. *10 lições sobre Marx*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
- MANACORDA, Mario Alighiero. *Marx e a pedagogia moderna*. 3.ed. São Paulo: Cortez, 1991.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Da fala para a escrita: atividades de retextualização*. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008a. V.1.
- _____. *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Martin Claret, 2008b.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Manifesto do Partido Comunista. In: BOGO, Ademar. *Teoria da organização política: escritos de Engels, Marx, Lênin, Rosa, Mao*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

_____. *Manifesto do Partido Comunista*. Porto Alegre: L&PM, 2006.

_____. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Martin Claret, 2007.

MELLO, Alex Fiúza de. *A pesca sob o capital: a tecnologia a serviço da dominação*. Belém: EdUFPA, 1985.

_____. *O modo de produção capitalista e o processo civilizatório*. Belém: EdUFPA, 2001.

MELO, Adriana Almeida Sales de. A atuação dos organismos internacionais na construção de um forte bloco histórico de sustentação à nova pedagogia da hegemonia do capital. In: NEVES, Lúcia Maria Wanderley (Org.). *A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso*. São Paulo: Xamã, 2005.

MÉSZÁROS, István. *Para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2002.

_____. *A educação para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2005.

MICHELAT, Guy. Sobre a utilização da entrevista não diretiva em sociologia. In: THIOLENT, Michel. *Crítica metodológica, investigação social e enquete operária*. São Paulo: Polis, 1985.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo: Hucitec, 2004.

MMA. *Cametá: Acordos de Pesca — uma alternativa econômica e organizacional*. Série Sistematização, Revista II. Subprograma Projeto Demonstrativos. Brasília: MMA, 2006.

MORAES, Sérgio Cardoso de. *De homens e peixes: a metamorfose da vida na água*. 2002. Dissertação (Mestrado) — Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2002.

_____. *Uma arqueologia dos saberes da pesca: Amazônia e Nordeste*. Belém: EDUFPA, 2007.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. *Economia política: uma introdução crítica*. São Paulo: Cortez, 2008.

NOVAES, Henrique T. *A educação escolar e não escolar nas fábricas recuperadas*. 2002. Mimeografado.

OFFE, Claus. Trabalho como categoria sociológica fundamental? In: *Trabalho & Sociedade: problemas estruturais e perspectivas para o futuro da sociedade do trabalho*. Volume I. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989. V.1.

OLIVEIRA, Maria Marly de. *Como fazer pesquisa qualitativa*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

OLIVEIRA, Maria Odaisa Espinheiro de; FERREIRA, Débora Cristina do Nascimento. O imaginário de Cametá na narrativa de Manuel Valente. In: SIMÕES, Maria do Socorro (Org.). *Populações e tradições: um diálogo entre cultura e a biodiversidade*. Belém: UFPA, 2004.

PINTO, Benedita Celeste de Moraes. *Nas veredas da sobrevivência: memória, gênero e símbolos de poder feminino em povoados amazônicos*. Belém: Paka-Tatu, 2004.

PISTRAK, M. *Fundamentos da escola do trabalho*. São Paulo: Expressão Popular, 2000.

REVISTA *Caamutá*. Cametá, PA, Prefeitura de Cametá, Governo Popular, ano 1, n. 1, 2001.

REVISTA *Ver-o-Pará*. Belém, Ver, ano XIII, n. 31, set./out. 2005.

RODRIGUES, Adriano Duarte. *As dimensões da pragmática na comunicação*. Rio de Janeiro: Diadorim, 1995.

RODRIGUES, Doriedson do S. Nas brenhas do Itapocu. Um histórico sobre pesquisa participante e participação da pesquisa em comunidades quilombolas da microrregião Cametá/NE paraense. In: SIMÕES, Maria do Socorro (Org.). *Populações e tradições: um diálogo entre cultura e a biodiversidade*. Belém: UFPA, 2004.

RODRIGUES, Doriedson S.; RODRIGUES, Maria Isabel Batista. A materialidade histórico-linguagem dos sujeitos: para uma reflexão sobre a formação do trabalhador na Amazônia. In: JORNADA DO CURSO DE LETRAS DO CAMPUS UNIVERSITÁRIO DO TOCANTINS/CAMETÁ, 4., 2011, Cametá-PA. *Anais...* Cametá-PA: UFPA, Campus Universitário do Tocantins/Cametá, 2011. No prelo.

SALOMON, Délcio Vieira. *A maravilhosa incerteza: pensar, pesquisar e criar*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

SANTOS, Eloísa Helena. Ciência e cultura: uma outra relação entre saber e trabalho. *Trabalho & Educação*, Belo Horizonte, n. 7, jul./dez. 2000.

SAVIANI, Dermeval. Os desafios da educação pública na sociedade de classes. In: ORSO, Paulino José (org.). *Educação, sociedade de classes e reformas universitárias*. Campinas, SP: Autores Associados, 2007.

SCHULTZ, Theodore W. *O valor econômico da educação*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

SCHWARTZ, Yves. Trabalho e saber. *Trabalho & Educação*, v. 12, n. 1, jan./jun. 2003.

SEMERARO, G. *Gramsci e a sociedade civil: cultura e educação para a democracia*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

_____. *Gramsci e os novos embates da filosofia da práxis*. São Paulo: Ideias & Letras, 2006.

SILVA, Gilmar Pereira. Desenvolvimento e racionalidade na Amazônia. In: LIMA, A. (Org.). *Trabalho e desenvolvimento na Amazônia: as experiências formativas da CUT*. Porto Velho: EDUFRO, 2002.

SILVA, Luiz Geraldo. *Comissão Pastoral dos Pescadores: os pescadores na história do Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1988.

SOUSA JR., Justino de. *Marx e a crítica da educação: da expansão liberal-democrática à crise regressivo-destrutiva do capital*. Aparecida, SP: Ideias & Letras, 2010.

SOUSA, Inglês de. *Contos amazônicos*. São Paulo: Martin Claret, 2005. (Primeira publicação datada de 1893).

SOUSA, Raimundo Valdomiro. *Campesinato na Amazônia: da subordinação à luta pelo poder*. Belém: NAEA, 2002.

SZTOMPKA, Piotr. *A sociologia da mudança social*. Tradução de Pedro Jorgensen Jr. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

TARDIF, Maurice. *Saberes docentes & formação profissional*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

THIOLLENT, Michel. *Crítica metodológica, investigação social e enquete operária*. São Paulo: Polis, 1985.

THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa: a árvore da vida*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987a. V. 1.

_____. *A formação da classe operária inglesa: a maldição de Adão*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987b. V. 2.

_____. *A formação da classe operária inglesa: a força dos trabalhadores*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987c. V. 3.

TRAGTENBERG, Maurício. *Sobre educação, política e sindicalismo*. São Paulo: Editora da UNESP, 2004.

VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. *Filosofia da práxis*. São Paulo: Expressão Popular, 1968.

WEBER, Max. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. Brasília: Editora da UNB; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004. V.2.

YIN. Robert K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. Porto Alegre: Bookman, 2005.

ZAIDAN, Samira. Saberes experienciais e saberes pedagógicos: um estudo. *Revista Trabalho & Educação*, Núcleo de Estudos sobre Trabalho e Educação, v. 12, n. 1, jan./jun. 2003.

APÊNDICE A — Quadro identitário dos entrevistados

1. José Pedro Alves de Pimentel

Profissão: Pescador

Localidade: Maracu do Carmo, comunidade ribeirinha de Cametá

Idade: 60 anos

Atuação na Colônia Z-16: Coordenador de Base. Filiado à Colônia

Tempo de entrevista gravada: 25 minutos.

PIMENTEL, José Pedro Alves de. José Pedro Alves de Pimentel: depoimento [mai. 2011]. Entrevistador: Doriedson S. Rodrigues. Cametá: Colônia de Pescadores Z-16, 2011. Entrevista concedida para a pesquisa de doutoramento Saberes Sociais e Luta de Classes: um estudo a partir da Colônia de Pescadores Artesanais Z-16 — Cametá/Pará.

2. Irácio Nunes de Freitas

Profissão: Pescador

Localidade: Domicílio em Cuxipiari, comunidade ribeirinha de Cametá. Reside também na cidade de Cametá.

Idade: 45 anos

Atuação na Colônia Z-16: Ex-Presidente da Z-16. Filiado à Colônia.

Tempo de entrevista gravada: 35 minutos.

FREITAS, Irácio Nunes de. Irácio Nunes de Freitas: depoimento [mar. 2011]. Entrevistador: Doriedson S. Rodrigues. Cametá: Colônia de Pescadores Z-16, 2011. Entrevista concedida para a pesquisa de doutoramento Saberes Sociais e Luta de Classes: um estudo a partir da Colônia de Pescadores Artesanais Z-16 — Cametá/Pará.

3. Benedito Melo Pantoja

Profissão: Pescador

Localidade: Jaracuera Grande, Distrito de Curuçambaba, município de Cametá.

Idade: 65 anos

Atuação na Colônia Z-16: Presidente da Associação de Pescadores e Produtores de Jaracuera Grande. Filiado à Colônia.

Tempo de entrevista gravada: 38 minutos.

PANTOJA, Benedito Melo. Benedito Melo Pantoja: depoimento [mar. 2011]. Entrevistador: Doriedson S. Rodrigues. Cametá: Colônia de Pescadores Z-16, 2011. Entrevista concedida para a pesquisa de doutoramento Saberes Sociais e Luta de Classes: um estudo a partir da Colônia de Pescadores Artesanais Z-16 — Cametá/Pará.

4. **Juvenal Furtado Viana**

Profissão: Pescador

Localidade: Carapina, comunidade ribeirinha de Cametá.

Idade: 55 anos

Atuação na Colônia Z-16: Coordenador de Base. Filiado à Colônia.

Tempo de entrevista gravada: 30 minutos.

VIANA, Juvenal Furtado. Juvenal Furtado Viana: depoimento [mai. 2011].

Entrevistador: Doriedson S. Rodrigues. Cametá: Colônia de Pescadores Z-16, 2011. Entrevista concedida para a pesquisa de doutoramento Saberes Sociais e Luta de Classes: um estudo a partir da Colônia de Pescadores Artesanais Z-16 — Cametá/Pará.

5. **Eleonor Valente Farias Filha**

Profissão: Pescadora

Localidade: Itaúna, comunidade ribeirinha de Cametá.

Idade: 45 anos

Atuação na Colônia Z-16: Coordenadora de Base. Filiada à Colônia.

Tempo de entrevista gravada: 25 minutos.

FARIAS FILHA, Eleonor Valente. Eleonor Valente Farias Filha: depoimento [mai. 2011]. Entrevistador: Doriedson S. Rodrigues. Cametá: Colônia de Pescadores Z-16, 2011. Entrevista concedida para a pesquisa de doutoramento Saberes Sociais e Luta de Classes: um estudo a partir da Colônia de Pescadores Artesanais Z-16 — Cametá/Pará.

6. **Jorge de Cardoso dos Santos**

Profissão: Pescador

Localidade: Cuxipiari Furo Grande, comunidade ribeirinha de Cametá.

Idade: 55 anos

Atuação na Colônia Z-16: Filiada à Colônia.

Tempo de entrevista gravada: 25 minutos.

SANTOS, Jorge de Cardoso dos. Jorge de Cardoso dos Santos: depoimento [mar. 2011]. Entrevistador: Doriedson S. Rodrigues. Cametá: Colônia de Pescadores Z-16, 2011. Entrevista concedida para a pesquisa de doutoramento Saberes Sociais e Luta de Classes: um estudo a partir da Colônia de Pescadores Artesanais Z-16 — Cametá/Pará.

7. Ivan Maria Pereira Neves

Profissão: Pescador

Localidade: Joroça, comunidade ribeirinha de Cametá.

Idade: 45 anos

Atuação na Colônia Z-16: Filiada à Colônia. Presidente da COOPAC.

Tempo de entrevista gravada: 37 minutos.

NEVES, Ivan Maria Pereira. Ivan Maria Pereira Neves: depoimento [mar. 2011].

Entrevistador: Doriedson S. Rodrigues. Cametá: Colônia de Pescadores Z-16, 2011. Entrevista concedida para a pesquisa de doutoramento Saberes Sociais e Luta de Classes: um estudo a partir da Colônia de Pescadores Artesanais Z-16 — Cametá/Pará.

8. José Fernandes Barra

Profissão: Pescador

Localidade: Jorocazinho, comunidade ribeirinha de Cametá.

Idade: 45 anos

Atuação na Colônia Z-16: Presidente da Colônia de Pescadores Z-16.

Tempo de entrevista gravada: 40 minutos.

BARRA, José Fernandes. José Fernandes Barra: depoimento [jul. 2010].

Entrevistador: Doriedson S. Rodrigues. Cametá: Colônia de Pescadores Z-16, 2011. Entrevista concedida para a pesquisa de doutoramento Saberes Sociais e Luta de Classes: um estudo a partir da Colônia de Pescadores Artesanais Z-16 — Cametá/Pará.

9. Carlos S. Neto

Profissão: Agricultor, ex-padre

Idade: 60 anos

Atuação: Ex-Coordenador da Pastoral da Pesca na década de 1980.

Tempo de entrevista gravada: 42 minutos.

S. NETO, Carlos. Carlos S. Neto: depoimento [set. 2010]. Entrevistador:

Doriedson S. Rodrigues. Cametá: Colônia de Pescadores Z-16, 2011. Entrevista concedida para a pesquisa de doutoramento Saberes Sociais e Luta de Classes: um estudo a partir da Colônia de Pescadores Artesanais Z-16 — Cametá/Pará.

APÊNDICE B — Questões norteadoras para as entrevistas

QUESTÃO 01 – Como se deu a construção dos Acordos de Pesca em sua comunidade?

QUESTÃO 02 – Qual a importância do Seguro-Defeso na vida dos pescadores e como ocorreu a presença do mesmo na vida da comunidade?

QUESTÃO 03 – Qual a contribuição da Colônia Z-16 na criação da Associação e da Cooperativa de Pescadores e qual a contribuição dessa Associação e dessa Cooperativa?

QUESTÃO 04 – Como atuam a Associação e a Cooperativa de Pescadores no interior das comunidades?

QUESTÃO 05 – O que fazem os pescadores no dia a dia da pesca na região?

QUESTÃO 06 – O que representa a Colônia Z-16 para os pescadores?

QUESTÃO 07 – Qual a contribuição da construção da Hidrelétrica de Tucuruí para a vida dos pescadores?

QUESTÃO 08 – Como se deu a organização da Z-16 e como ela se encontra organizada atualmente?

QUESTÃO 09 – Que ações de educação são desenvolvidas pela Colônia de Pescadores junto aos jovens das comunidades?

QUESTÃO 10 – Que benefícios têm recebido os pescadores atualmente, tanto por parte do Estado, como do município e da União, como um todo?

ANEXO A
ESTATUTO DA COLÔNIA DE PESCADORES ARTESANAIS Z-16 DE CAMETÁ

ESTATUTO SOCIAL DA COLÔNIA DE PESCADORES Z - 16 DE CAMETÁ, REFORMADO
NO DIA 20 DE JULHO DE 2009, ADEQUADO AO NOVO CÓDIGO CIVIL BRASILEIRO,
INSTITUÍDO ATRAVÉS DA LEI 10.406 DE 10 DE JANEIRO DE 2002.

R.T.D.P.A.

CANTÁVELA

27 NOV 2009

CAPÍTULO I
DA DENOMINAÇÃO, FINALIDADE, SEDE, JURISDIÇÃO, COMPETÊNCIA E PRAZO DE
DURAÇÃO.

Art. 1º - A Colônia de Pescadores Z-16 de Cametá, CNPJ nº 34.625780/0001-87 é uma pessoa jurídica de direito, com fins não econômicos, de caráter organizativo, que congrega pessoas que fazem da pesca sua profissão ou meio principal de vida, com sede na cidade de Cametá, sito à Trav. Porto Pedro Teixeira nº 65, Bairro de Brasília, tem foro na Comarca do município de Cametá, Estado do Pará e tempo indeterminado de duração.

Art. 1º - A Colônia de Pescadores Z-16 de Cametá tem como finalidade a representação dos direitos e interesses de seus associados e associadas.

Art. 1º - A área de atuação da Colônia de Pescadores Z-16 de Cametá abrange todo território municipal de Cametá.

Art. 2º - Compete a Colônia de Pescadores Z-16 de Cametá:

- I. Representar os associados e associadas junto aos órgãos público e privados e as autoridades em geral;
- II. Defender os direitos e interesses dos (as) associados (as), judicial e extrajudicialmente, ativa e passivamente;
- III. Buscar novas formas de aumentar a produção pesqueira e melhorar o padrão de vida de seus associados e associadas;
- IV. Combater qualquer ataque ao meio ambiente, especialmente a poluição aquática e a pesca predatória, podendo propor ação civil pública em defesa do meio ambiente;
- V. Prestar apoio institucional profissional aos seus associados(as) e as organizações de base comunitária;
- VI. Credenciar-se junto aos órgãos de ATER e instituições financeiras visando viabilizar crédito para atendimento de projetos específicos demandados pelos seus associados(as);
- VII. Trabalhar projetos de apoio as melhorias habitacionais e de saneamento básico para população ribeirinha
- VIII. Implantar projetos de infraestrutura de apoio a produção, beneficiamento e comercialização de produtos da cadeia produtiva do pescado.
- IX. Apoiar a implantação de projetos de diversificação produtiva visando dar condições de diminuição do esforço de pesca sobre os estoques naturais primando por ações de conservação;
- X. Fortalecer os acordos de pesca nas comunidades ribeirinhas;
- XI. Trabalhar pela regularização das propriedades e dos produtos dos pescadores artesanais através da elaboração de processos de Cadastro Ambiental Rural;
- XII. Trabalhar encaminhamentos de benefícios sociais dos pescadores e pescadoras como o auxílio doença, auxílio maternidade, pensão, auxílio reclusão, seguro-defeso, aposentadoria e outros.
- XIII. Desenvolver ações que reforce as relações de Gênero e envolva a juventude para a promoção do desenvolvimento.
- XIV. Participar dos conselhos municipais, propondo melhoria nas políticas públicas.

PARÁGRAFO ÚNICO - Para o desenvolvimento de suas competências a Colônia de Pescadores poderá firmar contratos, convênios e acordos de cooperação com instituições públicas e privadas nacionais e internacionais, buscar recursos na forma de crédito em instituição bancária oficial.

Certifico que a presente Xerox
Confere com o Original. Dou fé
Cametá, Pará 28 / 07 / 2010

Marília B. Mocbel
Tabeliã Substituta



SECRETARIA
27 NOV 2009

**CAPÍTULO II
DOS ASSOCIADOS**

Art. 4º - Poderão associar-se à Colônia de Pescadores Z-16 de Cametá somente as pessoas que pescam individualmente ou em regime de economia familiar e fazem da pesca sua profissão ou meio principal de vida, ou os pescadores e pescadoras ser maior de 18 anos e residir há mais de um ano na área de jurisdição da Colônia.

Art. 5º - São direitos dos associados e das associadas: quites com suas obrigações sociais:

- I. Gozar de todos os benefícios e prerrogativas que são atribuídas por Lei aos pescadores e pescadoras profissionais artesanais;
- II. Participar de todas as Assembléias, propondo, discutindo, votando e sendo votado;
- III. Representar contra os atos da Diretoria e do Conselho Fiscal;
- IV. Ter amplo acesso, para exame de todos os livros e documentos que tenham implicação direta ou indireta com o patrimônio da Colônia;
- V. Convocar a assembléia geral, desde que o interesse na realização da mesma seja de pelo menos 1/5 (um quinto) dos (as) associados (as) em pleno gozo de seus direitos sociais.

Art. 6º - são deveres dos associados e associadas:

- I. Cumprir e zelar pelo cumprimento dos dispositivos deste estatuto;
- II. Comparecer regularmente à Sede da Colônia e estar sempre em diálogo com seu coordenador ou coordenadora, bem como de suas assembléias;
- III. Pagar regularmente à Colônia suas mensalidades e contribuições aprovadas em assembléias gerais;
- IV. Manter sempre atualizada a sua documentação.
- V. Participar de todos os atos, manifestações e eventos promovidos pela Colônia, em sua sede ou fora dela

Art. 7º - A inscrição do associado ou associada poderá ser cancelada por decisão da Diretoria, com anuência da coordenação, quando o associado ou associada:

- I. Deixar exercer a profissão por mais de um ano sem justificativa, será desligado automaticamente;
- II. Dilapidar o patrimônio da Colônia, devendo ser apurada mediante processo regular, garantido o direito de defesa;
- III. Não pagar sua contribuição por mais de seis meses, sem motivo justificado, será desligado automaticamente;
- IV. Desrespeitar o período de defeso do pescador.
- V. Associar-se a outra entidade que tenha a mesma competência da Colônia de Pescadores de Cametá e por ela submeter processos de benefícios sociais, particularmente os citados no inciso VIII do artigo 2.

§ 1º. Da decisão da diretoria que cancelar a inscrição de associado ou associada, caberá recursos, com efeito suspensivo, para Assembléia Geral, no prazo de 15 (quinze) dias.

§ 2º. O associado ou associada excluído poderá ser admitido no quadro social, decorrido de um ano, desde que esteja exercendo a atividade de pescador ou pescadora e seja declarado pela coordenação, se não for reincidente ou estiver cumprindo pena.

§ 3º. Os associados e associadas não responsáveis que a presente Xerox, pelas obrigações sociais da Colônia de Pescadores Z-16 de Cametá.

Certifico que a presente Xerox
Confere com o Original. Dou fé.
Cametá, Pará 28 / 07 / 2010

Maria Amélia B. Mocbel
Mária Amélia B. Mocbel
Tabeliã Substituta



CAPÍTULO III DO PATRIMÔNIO

R. T. D. P. J.
CAMETÁ-PARÁ
27 NOV 2009

Art. 8º - Constitui-se patrimônio da Colônia:

- I. Os bens móveis e imóveis adquiridos pela Colônia ou regularmente e ela doados;
- II. O acervo resultante das contribuições dos associados e associadas e de taxas cobradas;
- III. Doações de terceiros;
- IV. Rendimentos de seus investimentos;
- V. Contribuições de órgãos públicos e particulares.

Art. 9º - Os bens imóveis da colônia não poderão ser alienados ou onerados sem aprovação da Assembléia Geral.

§ 1º. Os Bens móveis e imóveis da Colônia serão arrolados em inventário, em livro próprio, atualizado a cada passagem de mandato da Diretoria.

§ 2º. A administração patrimonial da Colônia é de competência da Diretoria.

Art. 10 - A Colônia não poderá contrair empréstimos, afiançar contratos ou assumir qualquer compromisso que possa vir a comprometer seu patrimônio, sem prévia e expressa autorização da Assembléia Geral.

Parágrafo Único - A prática de qualquer dos atos previstos neste artigo, sem a devida autorização da Assembléia Geral, responsabilizará pessoalmente o diretor que praticar o ato.

CAPÍTULO IV DAS INSTÂNCIAS ADMINISTRATIVAS

SEÇÃO I DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 11 - A Colônia administrativa por:

- I. Assembléia Geral, órgão deliberativo;
- II. Diretoria, órgão administrativo;
- III. Conselho Fiscal, órgão Fiscalizador;
- IV. Coordenação de Base, órgão mobilizador.

Certifico que a presente Xerox
Confere com o Original. Dou fé.

Cametá, Pará 29 / 07 / 2010

Maria Amélia B. Mocbel
Mária Amélia B. Mocbel
Tabeliã Substituta

SEÇÃO II DA ASSEMBLÉIA GERAL

Art. 12 - Compete exclusivamente à Assembléia geral:

- I. Eleger e destituir a Diretoria e o Conselho Fiscal;
- II. Decidir sobre reformas do Estatuto;
- III. Decidir sobre a convivência de alienar, transigir, hipotecar ou permutar bens patrimoniais;
- IV. Aprovar o regimento interno;
- V. Aprovar a programação anual da Colônia, submetida pela Diretoria;
- VI. Apreciar o relatório anual da Diretoria, bem como apreciar o plano de ações a ser executado;
- VII. Discutir e aprovar as contas e o balancete apreciados pelo Conselho Fiscal;
- VIII. Deliberar a respeito de benefícios a serem apreciados pelo Conselho Fiscal;
- IX. Fixar mensalidades e taxas a serem pagas pelos Associados e associadas;
- X. Dissolução da Colônia Z-16.



1º. Para destituição dos membros da Diretoria e Conselho fiscal, reforma do Estatuto e extinção desta Colônia de Pescadores será necessário o voto concorde de 50% mais um presentes a Assembléia em primeira convocação, especialmente convocada para esse fim, não atingindo maioria absoluta se faz uma segunda convocação 30 minutos após a primeira, com o qualquer numero de associados presentes.

§ 2º. Os itens I; II; e VII de que trata este artigo serão realizados em Assembléia Geral convocada exclusivamente para tal finalidade.

Art. 13 – As Assembléias Gerais poderão ser ordinárias ou extraordinárias e serão normalmente convocadas pelo Presidente da Colônia ou por 1/5 (um quinto) de seus Associados e associadas, em solicitação dirigida ao Presidente da Colônia. Caso este não proceda a convocação dentro de 15 (quinze) dias, os associados e associadas solicitantes poderão convocar a Assembléia a ser presidida por associado ou associada efetivo escolhido entre os solicitantes.

§ 1º. As convocações serão feitas sempre por editais afixados na sede da Colônia, nos locais de concentração dos pescadores (as) e coordenadores (as) e outros meios de divulgação quando necessário.

§ 2º. Os editais de convocação especificarão a ordem do dia da Assembléia, incluindo-se na mesma, obrigatoriamente, os assuntos a serem discutidos e votados, e o item, o que ocorrer.

Art. 14 – As Assembléias Gerais deliberarão validamente:

- a) Em primeira convocação, feita com até 15 (quinze) dias de antecedência e com presença de qualquer numero de associados presentes, exceto se deliberar sobre assuntos previstos no § 1º do Art. 12 deste Estatuto.
- b) Em segunda convocação, uma vez verificada a falta de “quorum”, uma hora após com dos Associados, exceto se deliberar sobre assuntos previstos no § 1º do Art. 12 deste Estatuto.

Art. 15 – Quinze dias antes da Assembléia Geral, a Diretoria colocará à disposição dos associados e associadas na Sede da Colônia cópias do balancete financeiro e da prestação de contas acompanhadas de parecer do Conselho Fiscal.

§ 1º. O associado ou associada não poderá votar em deliberação que diretamente a ele se refira, exceto em Assembléia Geral Eleitoral.

§ 2º. O processo de votação será determinado pela Mesa, com prévia consulta a Assembléia, exceto em Assembléia Geral Eleitoral;

§ 3º. Nas eleições para cargos da Diretoria e do Conselho Fiscal, o voto será secreto.

§ 4º. Os associados ou associadas admitidos menos de sessenta dias antes da data de convocação para a Assembléia geral não poderão votar nessa Assembléia.

§ 5º. Os Associados ou associadas não poderão se fazer representar nas assembléias por procuração e nem sob outras formas de representação.

Art. 16 – será lavrada Ata circunstanciada das ocorrências havidas nas assembléias gerais, assinada pelos diretores presentes, pelos membros da Mesa e pelos associados e associadas que desejarem fazê-la.

Confere com o Original. Dou fé.

Cametá, Pará 29/07/2010

Maria Amélia B. Mocbel
 Maria Amélia B. Mocbel
 Tabeliã Substituta



R. T. D. P. J.
GABINETE - P. J.
27 NOV 2009

**SEÇÃO III
DA DIRETORIA**

Art. 17 – Comporão a Diretoria:

- I- Um Presidente e um vice-presidente;
- II- Um 1º Secretário e um 2º Secretário;
- III- Um 1º Tesoureiro e um 2º tesoureiro.

Art. 18 – Compete a Diretoria:

- I. Elaborar o regimento interno a ser aprovado pela Assembléia Geral;
- II. Cumprir e zelar pelo cumprimento deste estatuto e do regime interno;
- III. Organizar o programa anual de trabalho da colônia;
- IV. Admitir e demitir funcionários da colônia;
- V. Planificar os serviços da colônia;
- VI. Promover e coordenar festividades ao ensaio do dia 29 de junho, dia do pescador e outras festividades;
- VII. Encaminhar para cumprimento, as decisões da assembléia geral;
- VIII. Nomear e destituir os coordenadores da base;
- IX. De modo geral, praticar todos os atos de gestão da colônia.

Art. 19 – Compete ao Diretor Presidente:

- I. Representar a Colônia ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente, podendo delegar poderes;
- II. Convocar ordinariamente ou extraordinariamente as assembléias gerais e coordená-las;
- III. Supervisionar os serviços da colônia;
- IV. Despachar e assinar o expediente e autorizar despesas;
- V. Abrir, rubricar e encerrar os livros da colônia;
- VI. Verificar mensalmente, com os tesoureiros, a exatidão do saldo do caixa;
- VII. Assinar, com o tesoureiro, os cheques e instrumentos de procuração e contrato;
- VIII. Apresentar anualmente o relatório da diretoria.

PARÁGRAFO ÚNICO: compete ao vice-presidente auxiliar o presidente e substituí-lo em seus impedimentos legais.

Art. 20 – Compete ao 1º Tesoureiro:

- I. Organizar e redigir a contabilidade da Colônia;
- II. Manter sob sua guarda os haveres, títulos e documentos da colônia que representam valores;
- III. Organizar e redigir todos os serviços da tesouraria;
- IV. Abrir, conjuntamente com o presidente, contas em bancos da escolha da diretoria em nome da colônia;
- V. Assinar, com o presidente, os cheques para movimentação, das contas bancárias da colônia.
- VI. Efetuar pagamentos e recebimentos;
- VII. Apresentar a diretoria, balancetes mensais do movimento financeiro da colônia;
- VIII. Preparar balancete financeiro anual e apresentá-lo a assembléia geral.

PARÁGRAFO ÚNICO: Compete ao 2º tesoureiro auxiliar o 1º tesoureiro e substituí-lo em seus impedimentos legais.

Art. 22 – A diretoria poderá requisitar assessoria técnica e jurídica para o exercício de suas funções específicas.

Art. 23 – Em caso de impedimento que não ultrapasse a 120 (cento e vinte) dias, o presidente será substituído pelo vice-presidente, o 1º secretário pelo 2º secretário e o 1º tesoureiro pelo 2º tesoureiro.

§ 1º. Se o impedimento for superior a 120 (cento e vinte) dias ou ocorrer vaga, a substituição será feita em caráter definitivo, exceto em caso de doença.

Confere com o Original. Dou fé
Caxial, 07 de Novembro de 2009

Maria Amélia B. Mocbet
Tabeliã Substituta



Se ao mesmo tempo ficarem vagos os seis cargos da diretoria, o conselho fiscal convocará uma eleição para a escolha de uma nova diretoria.

Art. 24. O diretor ao se licenciar deverá oficializar aos seus superiores o período e os motivos da licença.

Art. 25 – A diretoria reunir-se-á ordinariamente, sempre que conveniente, por proposta de qualquer um dos membros,

PARÁGRAFO ÚNICO: Serão lavradas em livro próprio, atas das reuniões da diretoria.

Art. 26 – os diretores responderão pelos prejuízos que ocasionarem à colônia na prática de seus atos de gestão, desde que hajam procedido com dolo ou culpa ou que importem em violação deste estatuto social ou de disposição regimental.

SEÇÃO V DO CONSELHO FISCAL

Art. 27 – Comporão o conselho fiscal:

- I. Presidente e suplente;
- II. 1º conselheiro e suplente;
- III. 2º conselheiro e suplente.

PARÁGRAFO ÚNICO: O conselho fiscal será eleito junto com a diretoria.

Art. 28 – Ao conselho fiscal compete:

- a) Manter constante fiscalização sobre o patrimônio e o movimento financeiro da
- b) Emitir pareceres para a assembleia geral.
- c) Zelar pela regularidade do programa anual de trabalho e sua execução.

Art. 29 – O preenchimento de vaga e impedimentos de membros do conselho fiscal será feito de forma disposta no Art. 23.

Art. 30 – O conselho fiscal se reunirá por convocação de seu presidente ordinariamente uma vez por mês, e extraordinariamente sempre que qualquer de seus membros solicitar.

Art. 31 – Nas reuniões do conselho fiscal serão lavradas Atas em livro próprio, funcionando como secretário o conselheiro para tanto escolhido no ato.

Art. 32 – Para o cumprimento de suas funções, o conselho fiscal terá amplo acesso para exame a todos os livros e documentos que tenham aplicações diretas ou indiretas com o patrimônio e o movimento financeiro da colônia.

Art. 33 – No caso expressamente previsto neste estatuto e sempre que isso se fizer necessário ou que for solicitado pela Assembleia Geral, o conselho fiscal emitirá parecer sobre qualquer ato ou transação sob sua esfera de competência.

SEÇÃO VI DAS COORDENAÇÕES DE BASE

Art. 34 – A coordenação de base é formada por 01 (um) coordenador, eleito em assembleia pelos associados e associadas na localidade de abrangência da coordenação.

Art. 35 – São direitos dos coordenadores e coordenadoras de base:

- I. Associar os pescadores e pescadoras de suas localidades;
- II. Declarar para a diretoria os pescadores e pescadoras aptas a encaminharem benefícios;
- III. A 20% da arrecadação da mensalidade dos associados e das associadas de sua coordenação;
- IV. Receber uma carteira de identificação da colônia;
- V. Ser nomeados pela direção da colônia.

Certifico que a presente Xerox
Confere com o Original. Dou fé.
Cametá, Pará 29 / 07 / 2010

Maria Amélia B. Mocbel
Maria Amélia B. Mocbel
Tabeliã Substituta



R. T. D. P. - I.
CAMETÁ - PA
27 NOV 2009

Art. 36 – são deveres dos coordenadores e coordenadoras da base:

- I. Declarar e associar perante a colônia somente pessoas que exerçam atividades de pesca;
- II. Repassar a prestação de contas mensalmente para o tesoureiro da colônia;
- III. Participar e mobilizar os associados para participarem dos eventos como: Assembléias, reuniões, encontros, seminários, cursos e outros;
- IV. Informar a diretoria da colônia quando o associado deixar de exercer a atividade da pesca;
- V. Cumprir as decisões da assembléia geral e determinações da diretoria.
- VI. Apoiar e incentivar as iniciativas econômicas e de conservação ambiental delineadas no município.

§ 1º. Para que seja eleito como coordenador ou coordenadora de base, será necessária a realização de uma assembléia na localidade, e ser aprovado por 50% (cinquenta por cento) mais 01 (um) dos associados e associadas da localidade, **está no quadro social da colônia, está quite com suas mensalidades.**

§ 2º. O mandato do coordenador ou coordenadora de base será de 04 (Quatro) anos podendo ser reeleito ou reeleita apenas por igual período.

§ 3º. As reuniões das coordenações de base serão realizadas em locais públicos, exceto na localidade onde não as tiverem.

§ 4º. As coordenações de base poderão constituir um conselho auxiliar, formado por até 03 (três) pessoas, sócio da colônia, para tomadas de decisões coletivas.

Certifico que a presente Xerox
Confere com o Original. Dou fé.

Art. 37 – O coordenador ou coordenadora de base poderá ser afastado (a) do cargo quando:

- I. Declarar aqueles que não são pescadores ou pescadoras;
- II. Deixar de prestar contas por mais de 03 (três) meses, sem justificativa.
- III. Desrespeitar as decisões das assembléias gerais e determinações da diretoria;
- IV. For eleito para cargo administrativo da colônia
- V. Deixar de exercer a atividade de pesca;
- VI. Deixar de residir na localidade da coordenação;
- VII. For comprovado desvio de função e de atividade devidamente

Colônia
apurada em processo administrativo garantindo amplo direito de defesa.

Cametá, Pará 28 / 07 / 2010

Maria Amélia B. Mochel
Maria Amélia B. Mochel
Tabeliã Substituta

Diretoria da
Colônia
005.264.653

CAPÍTULO IV

DAS FONTES DE RECURSOS PARA MANUTENÇÃO DA COLÔNIA Z-16

Art. 38 – Os recursos financeiros necessários à manutenção da colônia de pescadores Z-16 de Cametá poderão ser obtidos por:

- I. Termos de parcerias, convênios e contratos firmados com o poder público para financiamento de projetos na sua área de atuação;
- II. Contrato de acordo firmado com empresas e agências nacionais e internacionais;
- III. Doação, legados e heranças;
- IV. Contribuição dos associados e associadas;
- V. Rendimento de direitos autorais etc.

PARÁGRAFO ÚNICO: A contribuição dos associados e associadas a que se refere o inciso V terá valor definido por deliberação em assembléia geral e será cobrada mensalmente.

CAPÍTULO VI DAS ELEIÇÕES

Art. 39 – A eleição dos membros da diretoria e do conselho fiscal e seus suplentes será feita pela assembléia geral ordinária convocada com expressão menção dessa finalidade.

§ 1º. Não se inscrever como candidato ou candidata a cargo eletivo, o associado ou associada terá que ser sócio ou sócia da colônia a mais de 180 (cento e oitenta) dias e estar quite.

§ 2º. Sem prejuízo de outras normas estatutárias, o edital de convocação da assembleia geral a que alude este artigo será dado à publicidade com um mínimo de sessenta dias de antecedência, inclusive, com afixação nos locais de concentração de associados e associadas.

§ 3º. A votação será feita por chapa devidamente registrada na colônia até 30(trinta) dias de antecedência da data da assembleia.

§ 4º. As seções funcionarão nas coordenações, podendo ser agregadas às coordenações próximas.

§ 5º. Não serão admitidas candidaturas isoladas, nem voto em candidatos isolados da chapa que compõe.

§ 6º. A eleição será feita por votação secreta, colocada a cédula rubricada pelo Presidente e por um mesário previamente escolhido, em urna.

§ 7º. A votação será realizada em cada Coordenação de Base da Colônia.

§ 8º. Cada chapa terá direito a indicar um associado para funcionar como fiscal de eleição e apuração.

§ 9º. O direito de votar pressupõe quitação com a colônia e será exercitado, mediante apresentação da carteira de matrícula e talão de quitação.

§ 10º. No ato de votar, o associado assinará o livro de votação, a tanto destinado; caso não saiba ou esteja impossibilitado de assinar, o votante aporá no referido livro, sua impressão digital do polegar da mão direita ou esquerda.

§ 11º. Os trabalhos de votação serão iniciados às 08:00 horas e encerrado às 15:00 horas, momento em que serão distribuídas pela última vez senhas aos votantes.

§ 12º. Para validade de eleição será indispensável número mínimo de votante equivalente a 20% (vinte por cento) dos associados. Não obtido este número na primeira convocação, será feita outra convocação para 15 (quinze) dias depois da primeira, sendo válida a votação com qualquer número de associados votantes.

§ 13º. A chapa para ser considerada eleita deverá obter número equivalente a cinquenta por cento mais dos votos válidos dos votantes na Assembleia.

§ 14º. A apuração da votação será feita, imediatamente após a eleição por comissão, para tanto escolhida no ato, proclamando-se em seguida o resultado.

§ 15º. A posse dos novos membros da Diretoria e do Conselho Fiscal será após as eleições.

§ 16º. O mandato da Diretoria do Conselho Fiscal será de 04 (quatro) anos, com Bens móveis e imóveis da Colônia serão arrolados em inventário, em livro próprio de passagem da diretoria.

CAPITULO VII DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Art. 40 – As normas de prestação de contas a serem observadas pela entidade são:

- I. A observância dos princípios fundamentais de Contabilidade e das Normas brasileiras de Contabilidade;
- II. Dar publicidade, por qualquer meio eficaz, o encerramento do exercício fiscal, ao relatório de atividades e das demonstrações financeiras da entidade, incluindo-se as certidões negativas de

Assinatura

Certifico que a presente Xerox

Confere com o Original. Dou fé.

Cametá, Pará 28 / 07 / 2010

María Amélia B. Mocbet

Tabeliã Substituta

OFICIAL DO REGISTRO DE IMÓVEIS

Cametá, Pará 28 / 07 / 2010

005.284.654

debates junto ao INSS e ao FGTS, colocando-se a disposição para exame de qualquer cidadão ou entidade pública ou privada;

- III. Prestação de contas de todos os recursos e bens de origem pública recebidos pela Colônia Z-16, feita conforme determina o Art. 70 da Constituição Brasileira.

27 NOV 2009

**CAPÍTULO VIII
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS**

Art. 41 – Aprovado este Estatuto caberá à Diretoria da Colônia apresentar, se for necessário, proposta de Regimento Interno para a provação pela Assembléia Geral.

Art. 42 – Este Estatuto poderá ser reformado a qualquer tempo e de acordo com o § 1º do Artigo 12 deste Estatuto.

Art. 43 – A dissolução da Colônia Z-16 de Cameté, somente se dará por deliberação da Assembléia Geral, convocada especialmente para esse fim, observado o disposto neste estatuto.

Art. 44 – Em caso de dissolução da Colônia Z-16, após o pagamento de todas as dívidas e da restituição das contribuições dos associados e associadas, em valores atualizados, o seu patrimônio remanescente será doado a outra Colônia de Pescadores ou a uma entidade com fins não econômicos escolhida pelos (as) associados (as) reunidos em Assembléia Geral.

Art. 45 – As dúvidas e controvérsias na interpretação deste Estatuto, bem como os casos omissos serão resolvidos pela Assembléia Geral, e havendo urgência, pela Diretoria, devendo ser em ambos os casos referendados pela Assembléia Geral.

Art. 46 – Este estatuto entrará em vigor na data de seu registro no Cartório de Registro de Pessoa Jurídica da Comarca de Cameté-Pa.

Cameté-PA, 20 de Julho de 2009.

José Fernandes Barra

JOSE FERNANDES BARRA
Presidente da Colônia Z-16

VISTO:

Advogado RAIMUNDO NIVALDO F. FURTADO
ADVOGADO-OAB/PA.7846
CPF: 185.122.832-20

Certifico que a presente Xerox
Confere com o Original. Dou fé.
Cameté, Pará 23 / 07 / 2009

Maria Amélia B. Mocbel

Maria Amélia B. Mocbel
Tabeliã Substituta



2.º CARTORIO DO REGISTRO
CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS

Rua São João Batista, 392 - Fone 781.1480
Apresentado hoje para Registro e expedido sob o n.º de ordem 1255 de Livro A n.º _____ do Registro Civil de Pessoas Jurídicas.

Cameté-PA, em 23-11-2009

Marinice Machado Cunha

CARTORIO DO 2.º OFÍCIO
COMARCA DE CAMETÉ-PA
Marinice Machado Cunha
ESC. JURAMENTADA

VALOR DESEMBOLSO COM SELLO DE SELAMENTO



ANEXO B

“RESUMO DO RELATÓRIO DA PESQUISA PARTICIPATIVA REALIZADA PELO GRUPOS (SIC) DE BASE DO MAB NO MUNICÍPIO DE CAMETÁ – SETOR MÉDIO – NO PERÍODO DE FEVEREIRO A MARÇO DE 2006”



RESUMO DO RELATÓRIO PARCIAL DA PESQUISA PARTICIPATIVA REALIZADA PELO GRUPOS DE BASE DO MAB NO MUNICÍPIO DE CAMETÁ – SETOR MÉDIO – NO PERÍODO DE FEVEREIRO A MARÇO DE 2006.

Esta análise parcial fundamenta-se em 96 entrevistas realizadas por grupos, sendo que foi extraído um questionário para cada grupo de 12 famílias. Foram cobertas 50 comunidades do setor médio de ilhas no município de Cametá. Isso equivale a um volume de 1.152 pessoas entrevistadas. As entrevistas foram conduzidas pelos coordenadores do MAB em seus respectivos grupos.

A totalidade dos ribeirinhos entrevistados viviam da pesca e do extrativismo vegetal, cerca de 30% deles diziam fazer caça antes do fechamento da Barragem de Tucuruí.

Os entrevistados, cerca de 70% confirmam o escasseamento de peixes no Rio Tocantins e seus afluentes. Das trezentas catalogadas pela Eletronorte e INPA – no Catálogo de Peixes Comerciais do Baixo Tocantins (1984) algumas espécies que eram comercializadas já desapareceram – Chula, poraqé, ituí e tuvira, aruanã, bicuda ou uéua, aracu-pinima, piranha, pacu, curupeté, pirapitinga, uéua ou cachorro, piabanha, dourado, acará-açaí, acará-piranga, tucunaré-pinima, cará-bicudo, acará-prata, cacará-açu, botinho, tamoatá, acari (12 espécies, restaram 3), ximbé, braço-de-moça, jaú, joão-de-ouro, surubim, pira-tucandira, mandí-moela. Uma pesquisa mais profunda precisa ser feita, pois a espécie relatada como a mais presente para 70% dos entrevistados é a pescada – uma espécie predadora que se alimenta de outros peixes e camarões. O mapará é capturado apenas por algumas semanas após a abertura da pesca, principalmente nos locais onde se faz a cordos de pesca para a sua preservação. Este ano só teve produção do setor de baixo entrando para Limoeiro do Ajuru.

Cerca de 65% dos entrevistados declararam que a água está poluída, pois causa muita diarreia, doenças de pele, doenças estomacais para quem usa a água do rio sem fazer nenhum tratamento. Para 30% dos ribeirinhos o rio secou, novas praias surgiram no meio do rio. Imagens de satélite do INPE, EMBRAPA e *Google Earth* confirmam o surgimento de pelo menos 4 novas ilhas no município de Cametá, apenas nos últimos 7 anos.

Precisamos ampliar a análise dos dados e intensificar a agregação de profissionais de outras áreas como: biologia, saúde para termos argumentos científicos para enfrentar a empresa que ganha dinheiro com água de nosso Rio Tocantins.

Água e Energia para a Soberania do Povo Brasileiro

ANEXO C
ESTATUTO SOCIAL DA COOPERATIVA DE
EMPREENDIMENTOS AUTOGESTORA DE CAMETÁ

ESTATUTO SOCIAL DA COOPERATIVA DE EMPREENDIMENTOS AUTOGESTORA DE CAMETÁ.

R. T. D. P. J.
CAMETÁ 2008
12 JUN 2008

Aprovado em Assembléia Geral de Constituição, realizada em 23 de abril de 2008.

CAPÍTULO I

DO NOME, SEDE, FORO, PRAZO DE DURAÇÃO, ÁREA DE AÇÃO E ANO SOCIAL.

Art. 1º A Cooperativa de Empreendimentos autogestora de Cametá, e terá como sigla (COOPAC), sociedade simples de responsabilidade limitada, de fins não econômicos, constituída no dia 23 de abril de 2008 regula-se pela Lei nº 5.764/71, e pelos princípios da autogestão e por este Estatuto, tendo:

- a) Sede administrativa na cidade de Cametá - PA, endereço Rua Pedro Teixeira, nº 165, Bairro de Brasília, CEP: 68.400-00, foro jurídico na Comarca de Cametá;
- b) Área de ação, para fins de admissão de cooperantes, em toda a Região Administrativa de Cametá;
- c) Prazo de duração indeterminado e ano social compreendido no período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de cada ano.

CAPÍTULO II
DOS OBJETIVOS:

Art. 2º - A (COOPAC) tem por objetivos.

- a) Gerenciar empreendimentos com os princípios da autogestão;
 - b) Comercializar em atacado os produtos gerados como: fabricação de gelo, comércio atacado de pescado fresco, frigorificados e congelados, criação e produção de peixes em água doce, comercialização em atacado da produção de polpa de frutas diversas, fabricação e comercialização em atacado de conservas de palmito, manejos e plantio de açaí, produção e comercialização em atacado de mel, própolis, geléia real e semelhantes, fomentando a legalização das atividades adequando-as na forma da lei;
 - c) Fornecer assistência aos cooperantes para melhor executarem trabalhos produtivos e de organização;
 - d) Proporcionar, inclusive através de convênios, serviços jurídicos, sociais e organizacionais, aos cooperantes, advogando seus interesses e encaminhando suas justas reclamações;
 - e) Realizar cursos de capacitação cooperativista e profissional para o seu quadro social;
 - f) Organizar os Grupos de Produção dos cooperantes empreendedores por ramo de produção e afinidade;
 - g) organizar e administrar o Fundo Rotativo de financiamentos para pequenos empreendimentos de geração de renda;
 - h) Garantir a participação da (COOPAC) nas iniciativas governamentais e não-governamentais que visem a melhorar a qualidade de vida da população;
 - i) Contratar serviços e produtos para seus cooperantes em condições e preços convenientes;
 - j) Trabalhar infra-estrutura de produção e beneficiamento de modo a agregar valor à produção familiar;
 - k) Viabilizar melhorias habitacionais, de saneamento básico e outras que sejam viáveis para as condições sócio-ambientais da área de atuação da (COOPAC);
 - l) Promover estudo e pesquisa de assuntos que possam interessar a vida econômica do Município de Cametá;
 - m) Contribuir para o desenvolvimento sócio-econômico de Cametá, mantendo-se, com esse objetivo, em permanente contato com os poderes públicos e entidades estatais, propondo medidas para estimular a produção e a circulação da riqueza, bem como providências destinadas a eliminar dificuldades que se apresentem através do livre jogo dos setores econômicos ou da aplicação das leis e regulamentos;
 - n) Reunir informações de caráter comercial, econômico e financeiro, e publicar em jornais, boletins informativos, na medida de suas possibilidades.
- Parágrafo Único - A (COOPAC) atuará sem discriminação política, racial, religiosa ou social.

CAPÍTULO III
DOS COOPERANTES

A- ADMISSÃO, DEVERES, DIREITOS E RESPONSABILIDADES.

MPJ

MPJ

A

R. T. B. F. J.
CAMETÁ 2013

Art. 3º - Poderão associar-se à Cooperativa de Empreendimentos Autogestoral de Cametá, sem prejudicar os interesses e os objetivos dela aqueles que tenham produção Familiar no município de Cametá e Concordem com todos os itens deste estatuto.

Parágrafo único - O número de cooperantes não terá limite quanto ao máximo, mas não poderá ser inferior a 20 pessoas físicas.

Art. 4º - Para associar-se o interessado preencherá a respectiva proposta fornecida pela COOPAC, assinando-a com outro cooperante proponente;

Parágrafo único: O Conselho de Administração analisará a proposta e a deferirá, se for o caso, devendo o candidato subscrever quotas-partes do capital, nos termos deste Estatuto, e assinar o livro de matrícula.

Art. 5º - Cumprindo o que dispõe o art. 4º, o cooperante adquire todos os direitos e assume todos os deveres decorrentes da lei, deste Estatuto e das deliberações tomadas pela COOPAC.

Art. 6º - São direitos dos cooperantes:

- a) Participar das Assembléias Gerais, discutindo e votando os assuntos que nelas forem tratados;
- b) Propor ao Conselho de Administração, ao Conselho Fiscal ou às Assembléias Gerais medidas de interesse da COOPAC.
- c) Demitir-se da cooperativa quando lhe convier;
- d) Solicitar informações sobre seus débitos e créditos;
- e) Solicitar informações sobre as atividades da COOPAC e, a partir da data de publicação do edital de convocação da Assembléia Geral Ordinária, consultar os livros e peças do Balanço Geral, que devem estar à disposição do cooperante na sede da COOPAC;
- f) participar dos Grupos de Produção;

Art. 7º - São deveres dos cooperantes:

- a) Subscrever e integralizar as quotas-partes do capital nos termos deste Estatuto e contribuir com as taxas de serviço e encargos operacionais que forem estabelecidos;
- b) Cumprir com as disposições da lei e do Estatuto, bem como respeitar as resoluções tomadas pelo Conselho de Administração e as deliberações das Assembléias Gerais;
- c) Realizar com a COOPAC as operações econômicas que constituam sua finalidade;
- d) Zelar pelo patrimônio material e moral da COOPAC;

Art. 8º - O cooperante responde subsidiariamente pelos compromissos da COOPAC até o valor do capital por ele subscrito e o montante das perdas que lhe couber;

B - DEMISSÃO, SUSPENSÃO E EXCLUSÃO.

Art. 9º - A demissão do cooperante dar-se-á a seu pedido, formalmente dirigido ao Conselho de Administração da COOPAC;

Art. 10º - A suspensão do cooperante, que será realizada em virtude de infração de lei ou deste Estatuto, será feita por decisão do Conselho de Administração, depois de notificação ao infrator, devendo os motivos que a determinaram ser registrados no livro de matrícula e assinado pelo Presidente.

Art. 11 - A exclusão do cooperante será feita:

- a) Por morte;
- b) Por incapacidade civil não suprida; ou
- c) Por deixar de atender aos requisitos estatutários de ingresso ou permanência na COOPAC;

Art. 12 - A exclusão do cooperante e aquele que promover a sua exclusão nos termos do inciso "c" do artigo anterior serão efetivados por decisão do Conselho de Administração, mediante termo firmado pelo Presidente no documento de matrícula, com os motivos que o determinaram e remessa de comunicação ao interessado, no prazo de 30 dias, por processo que comprove as datas de remessa e recebimento;

Art. 13 - A adesão à COOPAC não caracteriza vínculo empregatício.

Art. 14- Em qualquer caso de demissão, suspensão ou exclusão, o cooperante só terá direito à restituição do capital que integralizou, corrigido de acordo com o que for definido no Regimento Interno, das sobras e de outros créditos que lhe tiverem sido registrado, Sendo dado amplo direito de defesa, no prazo máximo de 30 dias.

Parágrafo único - A critério do Conselho de Administração, os direitos do cooperante demitido, suspenso ou excluído serão devolvidos após a Assembléia de aprovação das contas do exercício.

UNPAC

UNPAC

UNPAC

UNPAC

Art. 15 - Os atos de demissão, suspensão ou exclusão acarretam o vencimento e imediata cobrança das dívidas do cooperante na COOPAC, cuja liquidação caberá ao Conselho de Administração decidir;

R. T. D. P. L.
CAMETÁ - PIA
12 JUN 2009

CAPITULO IV. DO CAPITAL

Art. 16 - O capital da Cooperativa de Empreendimentos autogestora de Cametá - COOPAC, representado por quotas-partes, não terá limite quanto ao máximo e variará conforme o número de quotas-partes subscritas, mas não poderá ser inferior a R\$ 14.700,00 (Quatorze mil e setecentos reais).

§ 1º - O capital é subdividido em quotas-partes no valor de R\$ 100,00 cada uma;

§ 2º - A quota-parte é indivisível e intransferível, não podendo ser negociada de modo algum, nem dada em garantia, e sua subscrição, integralização ou restituição será sempre escriturada no livro de matrícula.

Art. 17 - O número de quotas-partes do capital-social a ser subscrito pelo cooperante, por ocasião de sua admissão não poderá ser inferior a 3 (três) quotas partes ou superior a 1/3 do capital total da COOPAC;

Parágrafo único - A integralização do capital poderá ser feita em até 06 parcelas no período de 06 meses.

CAPITULO V DA ASSEMBLÉIA GERAL.

A - DEFINIÇÃO E FUNCIONAMENTO.

Art. 18 - A Assembléia Geral dos Cooperantes, Ordinária ou Extraordinária é o órgão supremo da COOPAC cabendo-lhe tomar toda e qualquer decisão de interesse da entidade. Suas deliberações vinculam a todos, ainda que ausentes ou discordantes.

Art. 19 - A Assembléia Geral será habitualmente convocada e dirigida pelo Presidente, após deliberação do Conselho de Administração.

§ 1º - Poderá também ser convocada pelo Conselho Fiscal, se ocorrerem motivos graves e urgentes ou, ainda, após solicitação não atendida, por pelo menos 1/5 dos cooperantes em pleno gozo de seus direitos sociais;

§ 2º - As Assembléias Gerais serão convocadas por editais, afixados em locais de grande movimentação ou em meios de comunicação existente que abranja o maior número de cooperados, com antecedência mínima de 10 dias, com o horário definido para três convocações, sendo de 30 minutos o intervalo entre elas;

§ 3º - O quorum para a instalação das Assembléias Gerais é o seguinte:

- a) 2/3 dos cooperantes, em primeira convocação;
- b) Metade mais um dos cooperantes, em segunda convocação;
- c) Mínimo de 20 cooperantes, em terceira convocação.

Art. 20 - Nas Assembléias Gerais em que forem discutidos os balanços das contas, o Presidente da COOPAC logo após a leitura do Relatório do Conselho de Administração, as peças contábeis e o parecer do Conselho Fiscal, solicitará ao plenário que indique um cooperante para coordenar a reunião.

Art. 21 - O que ocorrer na Assembléia Geral deverá ser registrado no livro de atas.

Art. 22 - As decisões nas Assembléias Gerais serão tomadas por maioria de voto dos cooperantes presentes, tendo cada cooperante direito a 1 voto, qualquer que seja o número de suas quotas-partes.

B - ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

Art. 23 - A Assembléia Geral Ordinária, que se realizará, obrigatoriamente uma vez por ano, no decorrer dos 3 primeiros meses após o término do exercício social, deliberará sobre os seguintes assuntos:

- a) Relatório da Gestão;
- b) Balanço Geral;
- c) Eleição e posse dos componentes do conselho de administração, do conselho fiscal e de outros;
- d) Demonstrativo das sobras apuradas, ou das perdas, e Parecer do Conselho Fiscal;
- e) Plano de atividades da cooperativa para o exercício seguinte.

C - ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA.

(Assinatura)

(Assinatura)

(Assinatura)

(Assinatura)

R. T. D. P. J.

CAMETA - PARA

12 JUN 2009

Art. 24 - A Assembléia Geral Extraordinária realizar-se-á sempre que necessário, podendo deliberar sobre qualquer assunto de interesse da COOPAC, desde que mencionado no edital de convocação.

D - ASSEMBLÉIA DOS GRUPOS DE PRODUÇÃO.

Art. 25 - A Assembléia dos Grupos de Produção realizar-se-á sempre que necessário; conforme Regimento Interno da Cooperativa aprovado pelos Cooperados, onde se poderá deliberar sobre assuntos específicos dos Grupos de Produção.

E - PROCESSO ELEITORAL

Art. 26 - Sempre que for prevista a ocorrência de eleições, o Conselho Fiscal, com a antecedência de 1 mês, criará um Comitê Especial composto de três dos seus membros, todos não candidatos a cargos eletivos na COOPAC, para coordenar os trabalhos em geral, relativos à eleição dos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal.

Parágrafo único - Na impossibilidade de participação dos Membros do Conselho Fiscal conforme proposto no caput, ficam os integrantes do referido conselho responsável pela indicação dos componentes do Comitê Especial de organização do processo eleitoral.

CAPÍTULO VI DA ORGANIZAÇÃO DO QUADRO SOCIAL

Art. 27 - A COOPAC definirá, através de um Regimento interno aprovado em Assembléia Geral, a forma de organização do seu quadro social.

CAPÍTULO VII DA ADMINISTRAÇÃO

A - CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO.

Art. 28 - O Conselho de Administração é a hierarquia administrativa, sendo de sua competência e exclusiva responsabilidade a decisão sobre todo e qualquer assunto de ordem econômica ou social, de interesse da COOPAC nos termos da lei, deste Estatuto e de recomendações da Assembléia Geral.

Art. 29 - O Conselho de Administração será composto por 3 membros, todos cooperantes no gozo de seus direitos sociais, eleitos pela Assembléia Geral para um mandato de 3 anos, ocupando um dos cargos de Presidente, Secretário e Tesoureiro, conforme apresentação em chapa.

Parágrafo único - Não podem fazer parte do Conselho de Administração os parentes entre si até segundo grau, em linha reta ou colateral ou que tenham impedimentos legais.

Art. 30 - Ao Presidente compete, entre outros, os seguintes poderes e atribuições:

- a) Dirigir e supervisionar todas as atividades da COOPAC;
- b) Baixar os atos de execução das decisões do Conselho de Administração;
- c) Assinar, juntamente com o Secretário, contratos e demais documentos constitutivos de obrigações;
- d) Representar ativa e passivamente a COOPAC em juízo e fora dele;

e) Representar os cooperantes como solidário nos financiamentos efetuados por intermédio da COOPAC conforme as limitações da lei e deste Estatuto;

f) Verificar periodicamente o saldo de caixa;

g) Assinar os cheques bancários junto com o tesoureiro.

Art. 31 - Ao Secretário compete auxiliar os trabalhos e orientar a lavratura das atas das reuniões do Conselho de Administração e da Assembléia Geral, responsabilizando-se pela guarda de livros, documentos e arquivos permanentes e, ainda, assinar em conjunto com o presidente contratos e demais documentos constitutivos de obrigações.

Art. 32 - Ao Tesoureiro compete assinar os cheques bancários em conjunto com o Presidente e verificar, permanentemente, o saldo de caixa e o movimento financeiro da COOPAC inclusive do Fundo Rotativo, o Fundo de Reserva e o FATES

Art. 33 - O Conselho de Administração criará comitês especiais para organizar, planejar e coordenar os cooperantes interessados em participar dos empreendimentos de geração de renda, reunindo-os em grupos de produção.

Art. 34 - Havendo impedimento superior a 90 dias de um dos membros do Conselho de Administração, será declarada vacância e procedida eleição para ocupação do referido cargo.

MR Pereira

AS

TS

AS

R. T. D. P. S. S.
CABEÇA PARÁ

12 JUN 2009

**CAPÍTULO VIII
DO CONSELHO FISCAL:**

Art. 35 - Os empreendimentos e atividades da COOPAC serão fiscalizados por um Conselho Fiscal constituído de 3 membros efetivos e 3 suplentes, todos cooperantes, eleitos anualmente pela Assembléia Geral em regime de maior votação, não havendo apresentação de chapas, sendo encaminhados como efetivos os 3 mais votados e como suplentes o quarto, o quinto e o sexto na seqüência da votação.

§ 1º - Os cooperantes não podem exercer cumulativamente cargos nos Conselhos de Administração e Fiscal;

§ 2º - Não podem fazer parte do Conselho Fiscal os parentes entre si e dos Conselheiros de Administração até 2º grau;

§ 3º - O Conselho Fiscal reúne-se, ordinariamente, uma vez por mês e, extraordinariamente, sempre que necessário, com a participação de 3 de seus membros;

§ 4º - Para o desempenho de suas funções, terá o Conselho Fiscal acesso a quaisquer livros, contas e documentos independentemente da autorização do Conselho de Administração.

**CAPÍTULO IX
DA PERDA DO MANDATO**

Art. 36 - Os membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal perderão seus mandatos nas seguintes hipóteses:

a) Malversação ou dilapidamento do patrimônio da Cooperativa;

b) Desobedecer aos dispostos neste Estatuto;

c) Não comparecer em 03 (três) reuniões consecutivas sem justificativa.

§ 1º - A perda do mandato será declarada pela Assembléia Geral cabendo recursos;

§ 2º - A destituição do cargo deverá ser precedida de notificação que assegure ao interessado o direito de defesa

**CAPÍTULO X
DOS LIVROS E DA CONTABILIDADE**

Art. 37 - A COOPAC deverá ter os seguintes livros:

a - Com termos de abertura e encerramento subscritos pelo Presidente:

1 - matrícula;

2 - presença de cooperantes nas Assembléias Gerais;

3 - atas das Assembléias Gerais;

4 - atas do Conselho de Administração;

5 - atas do Conselho Fiscal.

b - Autenticados pela autoridade competente:

1 - livros fiscais;

2 - livros contábeis.

§ 1º - No Livro de Matrícula, os cooperantes serão inscritos por ordem cronológica de admissão, dele constando: nome, idade, estado civil, nacionalidade, profissão, endereço, data de admissão e - quando for o caso - de demissão a pedido, suspensão ou exclusão.

§ 2º - A escrituração do Fundo Rotativo, do Fundo de Reserva e do FATES, será feita em livro próprio, ao qual serão afixados os extratos de movimentação da conta-corrente exclusiva.

**CAPÍTULO XI
DO BALANÇO GERAL, DESPESAS, SOBRAS, PERDAS E FUNDOS:**

Art. 38 - A apuração dos resultados do exercício social e o levantamento do balanço geral serão realizados no dia 31 de dezembro de cada ano com apresentação a assembléia geral, obrigatoriamente até 90 dias desta data.

§ 1º - Os resultados positivos serão distribuídos da seguinte forma:

a) 10% ao Fundo de Reserva;

b) 5% ao Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - FATES;

c) 5% ao Fundo Rotativo;

d) 80% distribuídos aos cooperantes na proporção das operações de cada um realizadas com a COOPAC salvo decisão em contrário da Assembléia Geral Ordinária;

§ 2º - Os resultados negativos serão rateados entre os cooperantes, na proporção das operações de cada um realizadas com a COOPAC:

Art. 39- São Fundos da COOPAC:

a) Fundo de Reserva destinado a reparar perdas do exercício;

UNP/SP

UNP/SP

UNP/SP

UNP/SP

R. T. D. P. J.
CAMEZÁ, PAFA

12 JUN 2009

b) Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - **FATES** destinado à prestação de serviços aos cooperantes e seus familiares, podendo ser prestados mediante convênio com entidades especializadas;

c) Fundo Rotativo destinado a financiamento de atividades produtivas mediante projeto, para os cooperantes, em regime de fiança solidária, destinados à aquisição de capital de giro e bens de produção junto aos grupos de trabalho e produção.

§ 1º - O Fundo Rotativo será formado, inicialmente, com recursos oriundos da integralização do Capital dos cooperantes.

§ 2º - A **COOPAC** fará campanhas específicas, projetos externos ou eventos para aporte de recursos para incremento do saldo do Fundo Rotativo;

§ 3º - O Fundo Rotativo poderá ser acrescido por doações e convênios;

§ 4º - A metodologia dos financiamentos será definida e aprovada pelos cooperantes mediante suporte de equipe técnica especializada e aprovada em assembléia;

§ 5º - Os recursos do Fundo Rotativo serão movimentados em conta bancária aberta com essa exclusiva finalidade.

CAPÍTULO XII DA PRESTAÇÃO DE CONTAS.

Art. 40 - As normas de prestação de contas a serem observadas pela **COOPAC** são:

a) A observância dos princípios fundamentais de Contabilidade e das Normas brasileiras de Contabilidade;

b) Da publicidade, por qualquer meio eficaz, o encerramento do exercício fiscal, ao relatório de atividades e das demonstrações financeiras da entidade, incluindo-se as certidões negativas de débitos junto a Receita Federal do Brasil, ao INSS, e ao FGTS, colocando-as a disposição para exame de qualquer cidadão ou entidade pública ou privada;

c) Prestação de contas de todos os recursos e bens de origem pública recebidos pela **COOPAC** e será feita conforme determina o Art. 70 da Constituição Brasileira.

CAPÍTULO XIII DA DISSOLUÇÃO E LIQUIDAÇÃO

Art. 41 - A **COOPAC** se dissolverá de pleno direito:

a) Quando assim deliberar a Assembléia Geral, desde que os cooperantes, totalizando o número de 2/3 dos cooperantes presentes, com direito a voto, não se disponham a assegurar a continuidade da **COOPAC** desde que estejam presentes mais de 50% dos cooperantes;

b) Devido à alteração da sua forma jurídica;

c) Pela redução do número de cooperantes a menos de vinte;

d) Pela paralisação de suas atividades por mais de 120 (cento e vinte dias);

e) Parágrafo único - A Assembléia Geral nomeará um ou mais liquidantes um Conselho Fiscal de 3 membros para proceder à liquidação e gerentes de produção;

CAPÍTULO XIV DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 42 - A Assembléia Geral aprovará um Regimento Interno discutido pelos cooperantes a partir da realidade da **COOPAC**

Parágrafo único - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com os princípios doutrinários e os dispositivos legais.

Este Estatuto foi aprovado em Assembléia de Constituição, realizada em 23 de abril de 2008.

Reco →

Iracy de Freitas Nunes
Presidente
IRACY DE FREITAS NUNES
CPF: 279.199.912-53 - RG: 1751999

Ivan Maria Pereira Neves
Secretário

IVAN MARIA PEREIRA NEVES
CPF: 583.195.992-30 RG: 2874269

Raimundo Nivaldo F. Furtado
RAIMUNDO NIVALDO F. FURTADO
ADVOGADO-OAB/PA.7846

Mielem Rodrigues de Freitas
Tesoureira
MIELEM RODRIGUES DE FREITAS
CPF: 800.057.722-49 RG: 5036584

R. T. D. P.
CAMETÁ, PA

12 JUN 2009

ASSINATURA DE TODOS OS COOPERADOS PRESENTES NA ASSEMBLÉIA
GERAL DE APROVAÇÃO DO ESTATUTO DA COÓPERATIVA DE
EMPREENHIMENTOS AUTOGESTIONÁRIOS DE CAMETÁ, REALIZADA NO DIA
23 DE ABRIL DE 2008.

Nº	NOME	LOCALIDADE
01	Juscilino Rodrigues Mosquero	Jampapo
02	Walter do Sacramento de Melo Santos	Jumati
03	Francisco Rodrigues de Oliveira	Joroca Grande
04	Enio Suassoni Xavier	Guajara de Baixo
05	Juan Maria Pereira Neves	RZO DIVISO
06	Mislem Rodrigues de Freitas	Ilha Marintema
07	Martinho Wanzler de Moraes	Palme de Baixo
08	Yacina Maciel Batista	Muruaca
09	Pedro Alves de Assunção	Palme de cima
10	Leicio Ribeiro Coelho	
11	Jose dos Santos Correia	Cacoal
12	Josénilde Estimiano Cunha	Tabatinga de Carapajo
13	Robenay Cunha Nery	tabatinga de Carapajo
14	Jose Maria Lopez de Freitas	Cidade Traj. Marques Pombal
15	Gabriel Labate Gama	Cuxiliarí Costa
16	Gomival de Carvalho Cardoso	Sacratuba.
17	Maria Joana Pereira Lopes	pruteira e ca
18	Jose Roberto Gomes Xavier	Quil. Costa F. Grande
19	João Antonio Rodrigues de Freitas	MARIATEVA
20	Daril Wanzler Teles	Varzea São José
21	JOÃO MALDINI VIZUELA W	arzelas
22	Gilberto Mendes Santos	Joroca de Baixo
23	Francisco Santos Carneiro	Ilha Grande de Juaba
24	Milton Gomes de Andrade	1872 Pl de Jo. Cel.
25	Raimundo Norberto P. Lohin	Guajara de cima
26	Afonso Xavier Batista	Palme de cima
27	Benedict Fabiano Souza Maciel	Mai
28	Tracy de Freitas Nunes	Cuxiliarí f. grande
29	Marcos Maria P. Wanzler	Palme de Baixo
30	Yacine Wilson de Melo Figueira	Jumati Grande
31	Domingos Xavier Ferreira	

ANEXO
REG 1156

R. T. D. P. J.
CANETA-PARA
12 JUN 2009

32	Jáir Santos e Silva	Mendicança DE BARRA
33	João Raimundo de Almeida	Ajaraí
34	Edson Ferreira Pagotelo	Pa-Cacanga
35	Valdo do Carmo Leão	
36	Seu do Batista Filho	Tutã
37	Seu Roberto Gomes	Luiziani Costa
38	Raimundo Xavier Pereira	Caxipari E Grande
39	Bernardo Rogério	
40	Manoel da Vera Cruz Américo	Mapim de União
41	Travador Melo Sousa	Itanduba
42	Alfredo Paqueta de Melo	Ulta Pitim
43	Seu Batista Junior	Mapim
44	Henrique dos Santos	Xingu
45	Orlandina Leves Brito	Zoroca Grande
46	Justódio de Souza Cortello	Zorocozinho de Line
47	Jose Milton B de Leão	Rio Vidio
48	Paulo Barra Fernandes	Rio Vidio
49	Antonio de Jesus Moreira	Zoroca Zimbo

F

Getulio Villas Moreira
 RAIMUNDO VALDO F. FURTADO
 ADVOGADO-OAB/PA.7846
 CPF: 185.122.832-20

ANEXO
 REG 1156

